



**O Impacto de Basileia III na Oferta de Crédito
- O Caso dos Grupos CGD, BCP, BES, BPI, BST e BANIF**

por

Márcia Filipa Jesus Cardoso

Dissertação de Mestrado em Economia e Administração de Empresas
Orientada pelo Professor Doutor Abel Luís da Costa Fernandes

2013

Nota Biográfica

Márcia Filipa Jesus Cardoso, natural de Vila de Senhorim, Viseu.

Nascida a 28 de Janeiro de 1990 e licenciada em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade Coimbra desde 2011.

Iniciou recentemente o seu percurso profissional como Assistente em Auditoria na PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.

Agradecimentos

Quero agradecer, antes de mais, a duas pessoas que sem elas nada disto teria sido possível, aos meus pais. Tudo o que alcancei até hoje foi fruto do seu apoio, da sua dedicação, do seu trabalho e do seu esforço. Obrigado por acreditarem em mim e por fazerem questão de estar presentes em todos os momentos da minha vida.

Ao Pedro pela sua compreensão, paciência e companheirismo, que me ajudou muitas vezes com o seu carinho e as suas palavras de incentivo a enfrentar os obstáculos.

Ao Professor Doutor Abel Fernandes endereço-lhe um agradecimento muito especial pela sua opinião, disponibilidade e dedicação, as quais foram cruciais para a produção desta investigação. Agradeço-lhe ainda a paciência que demonstrou ao longo da realização do presente trabalho e a serenidade que me soube transmitir para melhor lidar com as dificuldades.

A alguém que tenho no coração e que infelizmente já não está presente para lhe demonstrar o quão grata lhe estou. Agradeço-lhe pela fé que tinha em mim, pelo carinho que me deu e pela palavra amiga que nunca deixou que me faltasse.

Aos meus amigos, pelo apoio que me deram ao longo da realização deste trabalho e pela compreensão da minha ausência.

Resumo

O Acordo de Basileia III constitui um dos principais produtos regulatórios da recente crise financeira. Os elevados requisitos de capital que estabelece desafia significativamente os sistemas bancários, incitando, por essa via, o interesse académico para estudar as principais implicações que decorrem do seu cumprimento. Considerando o papel relevante que o sistema bancário nacional desempenha no financiamento da economia portuguesa, o presente trabalho pretende estudar como os principais grupos bancários nacionais se estão a alinhar no cumprimento de requisitos de capital mais elevados, em que medida tal alinhamento se pode traduzir num aumento da taxa de juro nos empréstimos concedidos por parte de cada grupo bancário e em que sentido, as estratégias de cumprimento por estes adoptadas estão a moldar o modelo de negócio da banca nacional. Para tal, recorreu-se à análise das suas Demonstrações Financeiras e à aplicação do Modelo Contabilístico de Biase (2012), no horizonte temporal 2005-2012.

Em termos globais, os resultados obtidos são consonantes com os alcançados por estudos similares, sugerindo que o cumprimento de requisitos de capital mais elevados produz um efeito modesto sobre as taxas de juro nos empréstimos dos grupos bancários da amostra, mantendo o seu ROE inalterado. Os mesmos propõem também que os grupos bancários estudados podem cumprir requisitos de capital mais elevados através da adopção de um conjunto de ações comerciais e operacionais, evitando assim efeitos sobre o custo do crédito. Relativamente à estratégia adoptada, as análises efectuadas sugerem que a mesma resulta de um *mix* composto pelo reforço significativo dos seus Capitais *Core Tier1* e pela desalavancagem das suas carteiras de crédito. Em resultado do referido, identifica-se a emergência de um novo modelo de negócio bancário, assente na melhoria da eficiência dos processos e da estrutura de custos, concentrado no mercado nacional e nas atividades tradicionais de intermediação financeira.

Palavras-Chave: Acordo de Basileia III; Requisitos de Capital; Modelo Contabilístico de Biase; Taxas de Juro; Modelo de Negócio; Grupos Bancários Portugueses; Crise Financeira.

Abstract

The Basel III is a key regulatory product of the recent financial crisis. The high capital requirements it establishes challenges banking systems a lot, urging, in this way, academic interest to study the main implications arising from compliance. Taking into account the important role that the banking system plays in the Portuguese economy, this work aims to study how the major national banking groups are lining-up in meeting higher capital requirements, to what extent such an alignment can result in the increase of the interest rates on loans by each banking group and in what sense, the compliance strategies adopted by them are shaping the business model of domestic banking. For this purpose, we did the analysis of its financial statements and application of the Accounting Model of Biase (2012), in the time frame 2005-2012.

Overall, the results are in line with those achieved by similar studies, suggesting that compliance with the higher capital requirements produces a modest effect on interest rates for loans of the banking groups in the sample, keeping their ROE unchanged. They also suggest that the banking groups studied can meet higher capital requirements through the adoption of a set of business and operational activities, thus avoiding effects on the cost of credit. To the strategy, the analysis suggests that it results from a mix composed of the significant enhancement of its Core Tier 1 Capital and the deleveraging of their loan portfolios. As a result, it identifies the emergence of a new banking business model, based on improving the efficiency of processes and cost structure, focused on the domestic market and the traditional activities of financial intermediation.

Keywords: Basel III Capital Requirements; Model Accounting for Biase, Interest Rates, Business Model, National Bank Groups; Financial Crisis.

Índice

Nota Biográfica	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Índice de Tabelas	ix
Índice de Quadros.....	xi
Índice de Gráficos	xiii
Índice de Figuras.....	xvi
Lista de Siglas.....	xvii
1. Introdução	1
2. O papel do sistema bancário na economia – conceitos, funções e objectivos	6
2.1. O Sistema Bancário e as razões da sua existência	6
2.2. A importância do Sistema Bancário.....	10
2.3. Fenómenos que remodelaram a atividade da indústria bancária.....	18
3. O papel da regulação e da supervisão na indústria bancária	24
3.1. A regulação	24
3.2. Objectivos e Tipos de Regulação.....	27
3.3. A Supervisão	29
3.4. Contexto propulsor da recente Reforma da Regulação e Supervisão	33
3.5. Reforma da regulação e supervisão – Europa e Portugal.....	41
4. O Acordo de Basileia III.....	56
4.1. Orientações Gerais	56
4.2. Basileia III - Reforço do Quadro Global de Capitais.....	64
4.2.1. Pilar 1: Capital, Cobertura de Risco e Contenção de Alavancagem.....	65
4.2.2. Pilar 2: Gestão do Risco e Supervisão	91

4.2.3.	Pilar 3: Disciplina de Mercado	91
4.2.4.	Basileia III e as instituições financeiras sistemicamente importantes	93
4.3.	Basileia III – Normas Prudenciais Harmonizadas em matéria de Liquidez.....	95
4.3.1.	Indicadores de Liquidez:.....	97
4.3.2.	Caso Prático – Rácios de Liquidez	101
4.3.3.	Ferramentas de Monitorização – Acompanhamento de Supervisão.....	107
4.4.	Regime de Transição.....	110
4.5.	Cumprimento do Acordo de Basileia III.....	114
4.6.	A regulação do capital e a oferta de crédito à economia.....	118
5.	Questões de Investigação e Metodologia.....	127
5.1.	Amostra e Horizonte Temporal de Análise.....	129
5.2.	Metodologia	129
5.2.1.	Modelo Contabilístico de Biase	131
5.2.2.	Formulação do Modelo	132
6.	Aplicação e Análise dos Resultados - O Caso da Banca Portuguesa.....	139
6.1.	Fase I – Análise das Demonstrações Financeiras CGD, BCP, BES, BPI, BST e BANIF	156
6.1.1.	Caixa Geral de Depósitos	156
6.1.2.	Banco Comercial Português.....	171
6.1.3.	Banco Espírito Santo	186
6.1.4.	Banco Português de Investimento.....	200
6.1.5.	Banco Santander Totta.....	213
6.1.6.	Banco Internacional do Funchal (BANIF).....	225
6.1.7.	Síntese Global	237
6.2.	Fase II – Análise dos Resultados do Modelo Contabilístico de Biase	243
6.2.1.	Caixa Geral de Depósitos	244

6.2.2.	Grupo Banco Espírito Santo	250
6.2.3.	Banco Português de Investimento.....	256
6.2.4.	Grupo Banco Santander Totta.....	262
6.2.5.	Síntese Global	268
6.3.	Fase III – Implicações sobre o Modelo de Negócio.....	274
7.	Conclusões	281
8.	Bibliografia	290
9.	Anexos	298

Índice de Tabelas

Tabela 3.1 - Principais Recomendações do Relatório de Larosière	41
Tabela 4.1 – Requisito do Capital Regulamentar Total	67
Tabela 4.2 - Critérios de classificação das ações ordinárias para fins de Capital Regulamentar	69
Tabela 4.3- Critérios de inclusão no Capital <i>Tier1</i> Adicional.....	71
Tabela 4.4 - Critérios de inclusão no Capital <i>Tier 2</i>	72
Tabela 4.5 – Requisitos Mínimos de Conservação de Capital	74
Tabela 4.6 – Requisitos Mínimos de Conservação de Capital – <i>Buffers</i> Contracíclicos.....	76
Tabela 4.7 - Deduções Regulamentares de Capital.....	79
Tabela 4.8 - Balanço Patrimonial do Banco X.....	86
Tabela 4.9 – Deduções Regulamentares	87
Tabela 4.10 – Determinação do Rácio <i>Core Tier1</i> do Banco X	87
Tabela 4.11 – Determinação do Rácio <i>Tier1</i> do Banco X	89
Tabela 4.12 - Determinação do Rácio <i>Tier 2</i> do Banco X.....	89
Tabela 4.13 – Determinação do Rácio de Solvabilidade do Banco X	90
Tabela 4.14 - Balanço Patrimonial do Banco X.....	101
Tabela 4.15 – Determinação do valor Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez	103
Tabela 4.16 – Determinação dos <i>Cash-Outflows</i> e dos <i>Cash-Inflows</i>	104
Tabela 4.17 – Determinação do Financiamento Estável Líquido	105
Tabela 4.18 - Plano de Implementação do Acordo de Basileia III.....	113
Tabela 4.19 – Estratégias de Resposta ao Acordo de Basileia III.....	117
Tabela 4.20 – Impacto do Acordo de Basileia III	125
Tabela 5.1 – Lista das Variáveis utilizadas na Aplicação do Modelo Contabilístico de Biase (2012)	138
Tabela 6.1 – Posição Ordinal das Instituições Bancárias em Dezembro de 2012.....	142
Tabela 6.2 – Principais Características das operações de capitalização das instituições de crédito portuguesas com recurso a investimento público.....	151
Tabela 6.3 – Condições Adicionais da Recapitalização com recurso a investimento público.	152
Tabela 6.4 - Aumentos de Capital do Grupo CGD (2005-2012)	162
Tabela 6.5 - Aumentos de Capital do Grupo BCP (2005-2012)	178
Tabela 6.6 - Aumentos de Capital do Grupo BES (2005-2012)	192
Tabela 6.7 - Aumentos de Capital do Grupo BPI (2005-2012)	206
Tabela 6.8 - Aumentos de Capital do Grupo BANIF (2005-2012).....	230
Tabela 6.9 – Recurso ao Regime de Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado a favor de Instituições de Crédito por Grupo Bancário da Amostra (2005-2012).....	238
Tabela 6.10 – Operações de Aumento de Capital efectuadas pelos grupos bancários da amostra no período 2005-2012.....	240
Tabela 6.11 – Características dos Planos de Recapitalização dos grupos bancários da amostra	241
Tabela 6.12 - Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados Médios do Grupo CGD (2005-2012).	244

Tabela 6.13 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo CGD	246
Tabela 6.14 – Efeito do aumento dos requisitos de capital – alternativas ao aumento da taxa de juro a cobrar pelos empréstimos.	247
Tabela 6.15 - Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados Médios do Grupo BES (2005-2012).	250
Tabela 6.16 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BES	252
Tabela 6.17 – Efeito do aumento dos requisitos de capital – alternativas ao aumento da taxa de juro a cobrar pelos empréstimos.	253
Tabela 6.18 - Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados Médios do Grupo BPI (2005-2012).	256
Tabela 6.19 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BPI.....	258
Tabela 6.20 – Efeito do aumento dos requisitos de capital – alternativas ao aumento da taxa de juro a cobrar pelos empréstimos por parte do Grupo BPI.	259
Tabela 6.21 - Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados Médios do Grupo BST (2005-2012).	262
Tabela 6.22 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BST	264
Tabela 6.23 – Efeito do aumento dos requisitos de capital – alternativas ao aumento da taxa de juro a cobrar pelos empréstimos por parte do Grupo BST.	265

Índice de Quadros

Quadro 9.1 - Síntese dos 17 Princípios que compõem o documento original <i>Principles for Sound Liquidity Risk Management and Supervision</i> BCBS (2008)	304
Quadro 9.2 – Síntese dos Rácios de Capital e de Liquidez do Acordo de Basileia III	305
Quadro 9.4 - Metodologias de Cálculo Regulamentares do Grupo BCP	307
Quadro 9.5 - <i>Rating MasterScale</i> do Grupo BCP	309
Quadro 9.6 - Ponderadores de Risco – Risco Operacional	310
Quadro 9.3 - Abordagem de Mensuração da importância sistémica das instituições financeiras Fonte: <i>Global systemically important banks: assessment methodology and the additional loss absorbency requirement</i> , BCBS (2011b)	311
Quadro 9.7 - Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez – Características fundamentais e de mercado..	313
Quadro 9.8 - Ativos de elevada qualidade de liquidez e respectivos factores de ponderação	314
Quadro 9.9 - Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez – Ativos de Nível 1	315
Quadro 9.10 - Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez – Ativos de Nível 2	315
Quadro 9.11 - <i>Cash Outflows</i> para o cálculo do Rácio de Cobertura de Liquidez	317
Quadro 9.12 - <i>Cash Inflows</i> para o cálculo do Rácio de Cobertura de Liquidez	318
Quadro 9.13 - NSFR: Montante disponível de financiamento estável – Componentes e Factores ASF..	319
Quadro 9.14 - NSFR: Montante exigido de financiamento estável – Componentes e Factores RSF	320
Quadro 9.15 - - NSFR: Montante exigido de financiamento estável – Categorias Fora do Balanço – Componentes e Factores RSF	321
Quadro 9.16 - Ferramentas de Monitorização relacionadas com o mercado	322
Quadro 9.17 - Ações corretivas dos supervisores	323
Quadro 9.18 – Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo CGD (2005-2012)	325
Quadro 9.19 – Demonstração de Resultados Consolidado do Grupo CGD (2005-2012).	326
Quadro 9.20 - Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BCP (2005-2012)	328
Quadro 9.21 - Demonstração de Resultados Consolidado do Grupo BCP (2005-2012).	329
Quadro 9.22 - Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BES (2005-2012).	331
Quadro 9.23 - Demonstração de Resultados Consolidado do Grupo BES (2005-2012).....	332
Quadro 9.24 - Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BPI (2005-2012).	334
Quadro 9.25 - Demonstração de Resultados Consolidado do Grupo BPI (2005-2012).....	335
Quadro 9.26 - Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BST (2005-2012).	337
Quadro 9.27 - Demonstração de Resultados Consolidado do Grupo BST (2005-2012).....	338
Quadro 9.28 - Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BANIF (2005-2012).....	340
Quadro 9.29 - Demonstração de Resultados Consolidado do Grupo BANIF (2005-2012).....	341
Quadro 9.30 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo CGD.....	342
Quadro 9.31 – Determinação das decisões alternativas ao aumento da taxa de juro no empréstimo – Grupo CGD	343
Quadro 9.32 – Determinação do aumento necessário do Resultado Líquido.....	343
Quadro 9.33 - Determinação dos ganhos adicionais necessários	344

Quadro 9.34 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Juros	344
Quadro 9.35 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Taxas e Comissões	345
Quadro 9.36 – Determinação da Variação Percentual da redução das Despesas com o Pessoal	345
Quadro 9.37 - Determinação da Variação Percentual da redução de Outras Despesas Administrativas .	346
Quadro 9.38 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BES.....	347
Quadro 9.39 – Determinação das decisões alternativas ao aumento da taxa de juro no empréstimo – Grupo BES.....	348
Quadro 9.40 – Determinação do aumento necessário do Resultado Líquido.....	348
Quadro 9.41 - Determinação dos ganhos adicionais necessários	349
Quadro 9.42 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Juros	349
Quadro 9.43 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Taxas e Comissões	350
Quadro 9.44 – Determinação da Variação Percentual da redução das Despesas com o Pessoal	350
Quadro 9.45 - Determinação da Variação Percentual da redução de Outras Despesas Administrativas .	351
Quadro 9.46 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BPI.....	352
Quadro 9.47 – Determinação das decisões alternativas ao aumento da taxa de juro no empréstimo – Grupo BPI.....	353
Quadro 9.48 – Determinação do aumento necessário do Resultado Líquido.....	353
Quadro 9.49 - Determinação dos ganhos adicionais necessários	354
Quadro 9.50 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Juros	354
Quadro 9.51 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Taxas e Comissões	355
Quadro 9.52 – Determinação da Variação Percentual da redução das Despesas com o Pessoal	355
Quadro 9.53 - Determinação da Variação Percentual da redução de Outras Despesas Administrativas .	356
Quadro 9.54 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BST.....	357
Quadro 9.55 – Determinação das decisões alternativas ao aumento da taxa de juro no empréstimo – Grupo BST	358
Quadro 9.56 – Determinação do aumento necessário do Resultado Líquido.....	358
Quadro 9.57 - Determinação dos ganhos adicionais necessários	359
Quadro 9.58 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Juros	359
Quadro 9.59 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Taxas e Comissões	360
Quadro 9.60 – Determinação da Variação Percentual da redução das Despesas com o Pessoal	360
Quadro 9.61 - Determinação da Variação Percentual da redução de Outras Despesas Administrativas .	361
Quadro 9.62 - Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados Médios do Grupo BCP (2005-2012).	362
Quadro 9.63 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BCP	364
Quadro 9.64 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BCP	366

Índice de Gráficos

Gráfico 2.2.1 - Ativos dos Bancos como Múltiplos do PIB (2013) (imagem à esquerda) e Volume de Empréstimos em percentagem do PIB (imagem à direita).....	11
Gráfico 2.2.2 - Ativos do Sistema Bancário como percentagem do PIB por país (2011).....	12
Gráfico 2.2.3 - Fontes de Financiamento do Sector Não-Financeiro dos EUA (2011).....	12
Gráfico 2.3.1 - Total de Ativos por Total de Depósitos dos maiores bancos da área Euro (imagem à esquerda) Securitização na Europa (1999 – 2008) (imagem à direita)	19
Gráfico 4.2.1.1 – Requisitos de Capital propostos pelo Acordo de Basileia III e respectiva composição (em percentagem de ativos ponderados pelo risco).	67
Gráfico 6.1 – Crédito concedido a particulares, a sociedades não financeiras e administração pública em percentagem do PIB*, em Portugal e noutros Estados-Membros (Dezembro de 2012)	139
Gráfico 6.2 – Composição do Sistema Financeiro Português (Ativos Financeiros em percentagem do PIB).....	140
Gráfico 6.3- Composição das Responsabilidades Financeiras das Famílias em % do Rendimento Disponível.....	143
Gráfico 6.4 - Crédito concedido pelo sistema bancário português de 2001 a 2009.	144
Gráfico 6.5 - Rácio de Transformação do Sistema Bancário Português 2000-2009.....	144
Gráfico 6.6 – Apoio estatal ao sector financeiro em percentagem do PIB no período 2008-2010	145
Gráfico 6.7 – Evolução do crédito concedido por sector (2001-2012)	146
Gráfico 6.8 - Rácio de Transformação do Sistema Bancário Português 2009-2012.....	147
Gráfico 6.9 – Rácio <i>Core Tier 1</i> a 30-09-2011 e o Rácio <i>Core Tier1</i> a 30-06-2012	152
Gráfico 6.10 – Quota (%) representativa do recurso dos bancos portugueses às operações de cedência de liquidez do BCE.....	153
Gráfico 6.11 – Evolução do Resultado Líquido do sistema Bancário de 2005-2012.....	154
Gráfico 6.12 - Evolução do Crédito concedido pelos bancos portugueses	154
Gráfico 6.13 – Evolução do Ativo e do Passivo da CGD 2005-2012.....	157
Gráfico 6.14 – Evolução da Composição do Ativo da CGD (2005-2012).....	158
Gráfico 6.15 – Evolução da Composição do Passivo da CGD (2005-2012).....	159
Gráfico 6.16 - Evolução do Capital Próprio do grupo CGD (2005-2012).....	161
Gráfico 6.17- Evolução da Composição do Capital Próprio do Grupo CGD (2005-2012).....	162
Gráfico 6.18 – Evolução dos Resultados Líquidos do Grupo CGD (2005-2012).....	163
Gráfico 6.19 – Evolução das principais Fontes de Receita (2005-2012).	164
Gráfico 6.20 – Evolução das principais Fontes de Despesa (2005-2012).....	165
Gráfico 6.21 – Evolução do ROE do Grupo CGD (2005-2012).....	165
Gráfico 6.22 – Evolução das principais categorias de capital que compõem os Fundos Próprios do Grupo CGD	166
Gráfico 6.23 - Deduções dos Fundos Próprios Totais do Grupo CGD (2005-2012)	167
Gráfico 6.24 – Composição dos Fundos Próprios excluindo deduções (% dos Fundos Próprios Totais). 168	
Gráfico 6.25 – Evolução das Posições de Risco Ponderadas (2005-2012)	168
Gráfico 6.26 – Evolução dos Rácios de Capital do Grupo CGD (2005-2012).	169

Gráfico 6.27 - Evolução do Ativo e do Passivo do Grupo BCP (2005-2012).....	172
Gráfico 6.28 - Evolução da Composição do Ativo do Grupo BCP (2005-2012).....	173
Gráfico 6.29 - Evolução da Composição do Passivo do Grupo BCP (2005-2012).....	174
Gráfico 6.30 - Evolução do Capital Próprio do Grupo BCP (2005-2012).....	176
Gráfico 6.31 - Evolução da Composição do Capital Próprio do Grupo BCP (2005-2012).....	177
Gráfico 6.32 - Evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BCP (2005-2012).	179
Gráfico 6.33 - Evolução das principais Fontes de Receita do Grupo BCP (2005-2012).	180
Gráfico 6.34 - Evolução das principais Fontes de Despesa do Grupo BCP (2005-2012).	181
Gráfico 6.35 - Evolução do ROE do Grupo BCP (2005-2012).....	181
Gráfico 6.36 - Evolução das principais categorias de capital que compõem os Fundos Próprios do Grupo BCP (2005-2012).....	182
Gráfico 6.37 - Deduções aos Fundos Próprios Totais do Grupo BCP	183
Gráfico 6.38 - Composição dos Fundos Próprios excluindo deduções (% dos Fundos Próprios Totais).	183
Gráfico 6.39 - Evolução das Posições de Risco Ponderadas do Grupo BCP (2005-2012)	184
Gráfico 6.40 - Evolução dos Rácios de Capital do Grupo BCP (2005-2012).....	185
Gráfico 6.41 - Evolução do Ativo e do Passivo do BES 2005-2012.....	186
Gráfico 6.42 - Evolução da Composição do Ativo do BES (2005-2012).	187
Gráfico 6.43 - Evolução do crédito concedido pelo Grupo BES (2005-2012).....	188
Gráfico 6.44 - Evolução da Composição do Passivo do BES (2005-2012)	189
Gráfico 6.45 - Evolução do Capital Próprio do Grupo BES (2005-2012).	190
Gráfico 6.46 - Evolução da Composição do Capital Próprio do Grupo BES (2005-2012).....	191
Gráfico 6.47 - Evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BES (2005-2012).....	193
Gráfico 6.48 - Evolução das principais Fontes de Receita do Grupo BES (2005-2012).....	194
Gráfico 6.49 - Evolução das principais Fontes de Despesa do Grupo BES (2005-2012).	195
Gráfico 6.50 - Evolução do ROE do Grupo BES (2005-2012).....	195
Gráfico 6.51 - Evolução das principais categorias de capital que compõem os Fundos Próprios do Grupo BES (2005-2012).....	196
Gráfico 6.52 - Composição dos Fundos Próprios excluindo deduções (% dos Fundos Próprios Totais).	197
Gráfico 6.53 - Evolução das Posições de Risco Ponderadas (2005-2012).....	197
Gráfico 6.54 - Evolução dos Rácios de Capital do Grupo BES (2005-2012).	198
Gráfico 6.55 - Evolução do Ativo e do Passivo do Grupo BPI 2005-2012.	200
Gráfico 6.56 - Evolução da Composição do Activo do Grupo BPI (2005-2012).	201
Gráfico 6.57 - Evolução do crédito concedido pelo Grupo BPI (2005-2012).....	202
Gráfico 6.58 - Evolução da Composição do Passivo do Grupo BPI (2005-2012).	203
Gráfico 6.59 - Evolução do Capital Próprio do Grupo BPI (2005-2012).	204
Gráfico 6.60 - Evolução da Composição do Capital Próprio do Grupo BPI (2005-2012).....	205
Gráfico 6.61 - Evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BPI (2005-2012).....	207
Gráfico 6.62 - Evolução das principais Fontes de Receita do Grupo BPI (2005-2012).....	207
Gráfico 6.63 - Evolução das principais Fontes de Despesa do Grupo BPI (2005-2012).	208

Gráfico 6.64 - Evolução do ROE do Grupo BPI (2005-2012).....	209
Gráfico 6.65 - Evolução das principais categorias de capital que compõem os Fundos Próprios do Grupo BPI (2005-2012)	210
Gráfico 6.66 - Composição dos Fundos Próprios excluindo deduções (% dos Fundos Próprios Totais). 211	
Gráfico 6.67 - Evolução das Posições de Risco Ponderadas (2005-2012).....	211
Gráfico 6.68 - Evolução dos Rácios de Capital do Grupo BPI (2005-2012).	212
Gráfico 6.69 - Evolução do Ativo e do Passivo do Grupo BST 2005-2012.	213
Gráfico 6.70 - Evolução da Composição do Ativo do Grupo BST (2005-2012).	214
Gráfico 6.71 - Evolução do crédito concedido pelo Grupo BST (2005-2012).	215
Gráfico 6.72 - Evolução da Composição do Passivo do Grupo BST (2005-2012).....	216
Gráfico 6.73 - Evolução do Capital Próprio do Grupo BST (2005-2012).	217
Gráfico 6.74 - Evolução da Composição do Capital Próprio do Grupo BST (2005-2012).....	218
Gráfico 6.75 - Evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BES (2005-2012).....	219
Gráfico 6.76 - Evolução das principais Fontes de Receita do Grupo BST (2005-2012).	219
Gráfico 6.77 - Evolução das principais Fontes de Despesa do Grupo BST (2005-2012).	220
Gráfico 6.78 - Evolução do ROE do Grupo BST (2005-2012).....	221
Gráfico 6.79 - Evolução das principais categorias de capital que compõem os Fundos Próprios do Grupo BST (2005-2012).....	222
Gráfico 6.80 - Composição dos Fundos Próprios excluindo deduções (% dos Fundos Próprios Totais). 222	
Gráfico 6.81 - Evolução das Posições de Risco Ponderadas do Grupo BST (2005-2012).	223
Gráfico 6.82 - Evolução dos Rácios de Capital do Grupo BST (2005-2012).	224
Gráfico 6.83 - Evolução do Ativo e do Passivo do Grupo BANIF (2005-2012).	225
Gráfico 6.84 - Evolução da Composição do Ativo do BANIF (2005-2012).....	226
Gráfico 6.85 - Evolução do crédito concedido pelo Grupo BANIF (2005-2012).....	227
Gráfico 6.86 - Evolução da Composição do Passivo da BANIF (2005-2012).....	227
Gráfico 6.87 - Evolução do Capital Próprio do Grupo BANIF (2005-2012).....	229
Gráfico 6.88 - Evolução da Composição do Capital Próprio do Grupo BANIF (2005-2012).	230
Gráfico 6.89 - Evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BANIF (2005-2012).	231
Gráfico 6.90 - Evolução das principais Fontes de Receita do Grupo BANIF (2005-2012).....	232
Gráfico 6.91 - Evolução das principais Fontes de Despesa (2005-2012).....	232
Gráfico 6.92 - Evolução do ROE do Grupo BANIF (2005-2012).	233
Gráfico 6.93 - Evolução das principais categorias de capital que compõem os Fundos Próprios do Grupo BANIF (2005-2012)	234
Gráfico 6.94 - Evolução das Posições de Risco Ponderadas (2005-2012).....	235
Gráfico 6.95 - Evolução dos Rácios de Capital do Grupo BANIF (2005-2012).	235
Gráfico 6.96 – Representação Média dos Empréstimos a Clientes no Ativo de cada Grupo Bancário (2005-2012)	237
Gráfico 6.97 - Representação Média dos Recursos de Clientes no Passivo de cada Grupo Bancário (2005-2012).....	238
Gráfico 6.98 – Evolução dos Empréstimos concedidos pelo Grupo CGD (2005-2012).....	249

Gráfico 6.99 - Evolução dos Empréstimos concedidos pelo Grupo BES (2005-2012).	255
Gráfico 6.100 - Evolução dos Empréstimos concedidos pelo Grupo BPI (2005-2012).....	261
Gráfico 6.101 - Evolução dos Empréstimos concedidos pelo Grupo BST (2005-2012).	267
Gráfico 6.102 – Estrutura Média de Custos dos quatro Grupos Bancários (2005-2012).....	268
Gráfico 6.103 – Rentabilidade Média dos Capitais Próprios dos Grupos Bancários da Amostra (2005-2012).....	269
Gráfico 6.104 – Rácios de Capital Médios dos Grupos Bancários da Amostra (2005-2012).....	270
Gráfico 6.105 – Evolução dos Empréstimos concedidos a Clientes dos Grupos Bancários da Amostra.	271
Gráfico 6.106 – Variação da Taxa de juro cobrada pelos empréstimos por Grupo Bancário decorrente do aumento de 1 ponto percentual do requisito de capital.	271
Gráfico 6.107 – Alternativas de Compensação por Grupo Bancário da Amostra.	273
Gráfico 9.1 - Custos das Crises Bancárias em percentagem do PIB	299
Gráfico 9.2 - Comparação de Clusters de acordo com os principais indicadores descritivos	300
Gráfico 9.3 - Evolução da dimensão dos modelos de negócio (ativos totais em biliões de euros)	302
Gráfico 9.4 - Evolução dos Empréstimos concedidos pelo Grupo BCP (2005-2012).	365

Índice de Figuras

Figura 3.1 - Sistema Europeu de Supervisão Financeira	47
Figura 3.2 - Transição do Modelo Tripartido para o Modelo <i>Twin Peaks</i>	52
Figura 4.5.1 - Alternativas de resposta a aumentos de requisitos de capital (equity)	115
Figura 4.5.2 – Canais através dos quais a reforma regulatória pode influenciar a economia real	117
Figura 6.1 - Os mais recentes marcos históricos do sistema bancário português.....	141
Figura 9.1 - Distribuição dos requisitos adicionais de capital por importância sistémica observada.....	312

Lista de Siglas

ABE – Autoridade Bancária Europeia
AES – Autoridade Europeia de Seguros
AEVM – Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários
AP – Administração Pública
APB – Associação Portuguesa de Bancos
ASF - *Available Stable Funding*
BANIF - Banco Internacional do Funchal
BCBS – *Basel Committee on Banking Supervision*
BCE – Banco Central Europeu
BCP - Banco Comercial Português
BES - Banco Espírito Santo
BP – Banco de Portugal
BPI - Banco Português de Investimento
CBSB - Comissão de Basileia e Supervisão Bancária
CE - Comissão Europeia
CEBS - *Committee of European Banking Supervisors*
CEIOPS - *Committee of European Insurance and Occupational Pensions Supervisors*
CEE – Comunidade Económica Europeia
CERS - *Committee of European Securities Regulators*
CGD -Caixa Geral de Depósitos
CoCos - *Contingent Convertible Bonds*
EUA – Estados Unidos da América
ESRC - *European Systemic Risk Council*
FMI - Fundo Monetário Internacional
FSA -*Financial Services Authority*
FSB - *Financial Stability Board*
FSF - *Financial Stability Forum*
IASB - *International Accounting Standards Board*
ISP – Instituto de Seguros de Portugal
LCR - *Liquidity Coverage Ratio*
MSU - Mecanismo de Supervisão Único

NSFR - *Net Stable Funding Ratio*
OCDE - *Organization for Economic Co-operation and Development*
PAEF - Programa de Assistência Económica e Financeira
PIB – Produto Interno Bruto
PME's – Pequenas e Médias Empresas
RH – Recursos Humanos
RWAs - *Risk-weighted assets*
SEBC – Sistema Europeu de Bancos Centrais
SESF - Sistema Europeu de Supervisão Financeira
SMP - *Securities Market Programme*
SWIFT - *Society for Worldwide Information Transfer*
TAF - *Term Auction Facility*
TALF - *Term Asset-Backed Securities Loan Facility*
TARP - *Troubled Asset Relief Program*
UBE - União Bancária Europeia
UE - União Europeia
WGL - Working Group on Liquidity

1. Introdução

A crise financeira global que deflagrou em 2007 constitui um forte marco para a economia mundial, pois foi responsável pela maior e mais profunda e sincronizada recessão, registada desde a grande depressão económica dos anos 30.

Esta colocou a descoberto um conjunto de vulnerabilidades subjacentes à regulação do sistema financeiro global, ao qual é atribuído uma elevada responsabilidade quer pela severidade das consequências resultantes, quer pelo desalinhamento verificado nos comportamentos dos agentes participantes nos mercados. Relativamente a esses comportamentos, foi possível identificar (Larosière *[et al.]*, 2009): a excessiva alavancagem apresentada por alguns bancos, exibindo, em simultâneo, rácios de adequação de fundos próprios bastante superiores ao mínimo exigido regulamentarmente; uma reduzida transparência dos bancos relativamente tanto às posições assumidas em produtos financeiros complexos, como ao real perímetro das suas responsabilidades potenciais; a prevalência de uma estrutura de incentivos que permitia uma tomada excessiva de riscos;¹ um grande desequilíbrio na estrutura de maturidades entre ativos e passivos evidenciado por muitos bancos, verificando-se que alguns apresentavam ainda, cumulativamente, uma excessiva dependência dos mercados de financiamento por grosso de curto prazo, assente na presunção de que os mercados de reportes e transação de algumas classes de ativos, bem como os mercados de financiamento, seriam sempre líquidos, independentemente das circunstâncias; verificou-se ainda, uma tendência dos investidores para assumir uma atitude passiva relativamente à avaliação dos riscos incorridos, aceitando sem grandes questões as notações das agências de *rating* para os seus títulos; e por fim, foi possível ainda constatar uma tendência para a sobrevalorização dos resultados de curto prazo, impulsionando o desenvolvimento de instrumentos financeiros cada vez mais sofisticados, complexos e, por isso, de difícil compreensão em termos de risco.

Os comportamentos referidos não só propiciaram a transmissão da crise económica e financeira ao sector bancário, como ampliaram os seus efeitos, na medida em que estes para além de terem sido acompanhados por uma erosão gradual da

¹ A título de exemplo, identifica-se a relação entre as políticas de remuneração e o cumprimento de objectivos de curto prazo.

qualidade e quantidade do capital base dos bancos, geraram desconfiança no mercado acerca, quer da solvabilidade e liquidez de muitas instituições bancárias, quer do equilíbrio das finanças públicas de alguns países europeus, nomeadamente Portugal. Assim, a recente crise financeira global revelou alguma incapacidade, por parte dos governos de alguns países, das autoridades monetárias e de supervisão, na adaptação do seu papel e da sua intervenção à nova configuração das relações económicas e financeiras internacionais, profundamente integradas (Portugal, 2010c), o que se materializou na necessidade urgente de proteger e reforçar a estabilidade do sistema financeiro, incitando para tal, uma profunda reforma da política regulatória internacional, tal como recomendado pelo Grupo de Larosière [et al.] (2009).

Em resultado dos esforços de coordenação e articulação internacional decorreu, entre muitos instrumentos regulatórios, o Acordo de Basileia III, o qual tem por objectivo incitar práticas mais prudentes e transparentes, definindo mecanismos mais sólidos de estímulo a uma maior e melhor capitalização das instituições, a uma menor assunção de riscos, à adopção de modelos de negócio menos assentes na alavancagem, à reflexão mais crítica do risco sistémico e das suas implicações para o sistema financeiro global e, por último, demonstrar a necessidade de assegurar uma supervisão mais substantiva, exigindo consequentemente índices de qualidade mais elevados e um âmbito mais alargado, devendo a supervisão microprudencial ser complementada pela supervisão macroprudencial (BCBS, 2011a, BCBS, 2010a).

Como perceptível, o Acordo de Basileia III foi um dos principais *outputs* regulatórios em resposta à crise financeira global, exibindo como principais traços: o reforço global dos capitais e a introdução harmonizada de normas prudenciais relativas à liquidez. A maior exigência que caracteriza este novo enquadramento regulamentar, em termos de quantidade e qualidade de capital dos bancos, estabelece sérios desafios aos sistemas bancários, pois o seu cumprimento suscita fortes reestruturações dos balanços dessas entidades e a emergência de novos modelos de negócio. Apesar dos grandes benefícios que decorrem da apresentação de rácios de capital mais elevados, designadamente, maior resiliência das entidades bancárias relativamente a cenários adversos, redução da probabilidade de falências bancárias, maior proteção dos interesses do contribuinte, promoção da estabilidade financeira (Admati [et al.], 2010),

é importante reconhecer a existência de custos associados ao cumprimento de requisitos de capital mais elevados, tal como referido por Ackermann (2009):

“More equity might increase the stability of banks. At the same time however, it would restrict their ability to provide loans to the rest of the economy. This reduces growth and has negative effects for all.”

Ackermann (2009), CEO do Deutsche Bank (20 de Novembro (2009), entrevista)

A este respeito foram produzidos vários estudos com o intuito de avaliar os custos associados a requisitos de capital mais elevados em termos de concessão de crédito, contudo estes circunscreveram-se a um conjunto restrito de países: EUA, Reino Unido, Espanha e Itália. Os resultados dos mesmos apontam para a existência de efeitos modestos sobre a concessão de empréstimos decorrentes do cumprimento de maiores exigências de capital (Bernanke *[et al.]*, 1991, Berrospide *[et al.]*, 2010, Biase, 2012, Elliott, 2009, Francis *[et al.]*, 2012b, Hancock *[et al.]*, 1994, King, 2010, Slovik *[et al.]*, 2011).

Assim sendo, considerando as especificidades da economia portuguesa, nomeadamente o predomínio das PME's no seu tecido empresarial e o papel crucial que o sistema bancário desempenha no seu financiamento (Apergis *[et al.]*, 2011, Gertler *[et al.]*, 1994, Kashyap *[et al.]*, 1996, Morris *[et al.]*, 1995) e, consequentemente, no seu próprio desenvolvimento económico (King *[et al.]*, 1993, Levine *[et al.]*, 2000), mostra-se oportuno analisar como as principais entidades que compõem o sistema bancário nacional se estão a alinhar no cumprimento do Acordo de Basileia III e que implicações, em termos de atividade de crédito, decorrem desse mesmo esforço de alinhamento, o que nos permite inferir acerca das novas características do modelo de negócio bancário emergente.

Com o presente trabalho, pretende-se então identificar e compreender as principais estratégias de cumprimento dos rácios de capital adoptadas pelos principais bancos nacionais, como o aumento dos requisitos de capital, subjacente ao Acordo de Basileia III, se pode traduzir num aumento das taxas de juro cobradas nos empréstimos pelas entidades bancárias referidas e, por último, em que medida as alterações regulatórias e contextuais com as quais a banca nacional se defronta se refletem no seu modelo de negócio. Esta investigação procura assim complementar a literatura

existente, diferenciando-se da mesma em termos de geografia e de modo de aplicação da metodologia adoptada.

Para a sua concretização, considerou-se uma amostra composta por seis grupos bancários – Grupo Caixa Geral de Depósitos, Grupo Millennium BCP, Grupo Banco Espírito Santo, Grupo Banco Português do Investimento, Grupo Banco Santander Totta e Grupo Banco Internacional do Funchal – representativos de 78,43%² dos ativos totais do nosso sistema bancário. O estudo baseou-se nos dados recolhidos em relatórios e contas anuais dos seis elementos da amostra relativos ao período temporal de 2005 a 2012. O processo analítico adoptado é constituído por três fases, designadamente: Fase I – Análise das Demonstrações Financeiras, na qual se procurou identificar a estratégia prosseguida pelos nossos grupos bancários no cumprimento de requisitos de capital mais elevados; Fase II - Análise dos Resultados do Modelo Contabilístico de Biase, na qual se procurou analisar em que medida os custos subjacentes à estratégia de cumprimento adoptada se podem, ou não, traduzir num aumento da taxa de juro cobrada nos empréstimos concedidos e se apresentam estratégias alternativas a essa mesma medida; e, Fase III – Implicações sobre o Modelo de Negócio, na qual se pretende identificar as principais transformações, ocorridas e que se espera que ocorram, nos modelos de negócio da banca nacional.

Por último, o presente trabalho de investigação encontra-se estruturado da seguinte forma: o Capítulo 2 reflecte acerca da importância do sistema bancário para as economias e os fenómenos que têm, ao longo do tempo, vindo a remodelá-lo, permitindo de certa forma perceber o porquê da recente crise; o Capítulo 3 centra-se nas questões da regulação e supervisão, de modo a compreender-se melhor quer a crise financeira global e as consequências que da mesma advieram, quer a urgente reforma regulatória que teve lugar, da qual resultou o Acordo de Basileia III; o Capítulo 4 foca-se no Acordo de Basileia III, nas suas principais disposições e conceitos, explorando os mesmos através de casos práticos, na apresentação e discussão das principais estratégias para o seu cumprimento e as suas implicações na atividade de crédito; o Capítulo 5 apresenta as questões de investigação que o presente trabalho procura responder e a metodologia adoptada para o fazer; o Capítulo 6 é composto pela análise empírica

² Dados relativos a 2012.

propriamente dita, apresentando no final de cada fase de análise as respectivas conclusões parciais; e, por último, o Capítulo 7 reúne as conclusões sugeridas pelos resultados obtidos, assim como identifica as respectivas limitações do estudo em causa e apresenta sugestões para investigação futura.

2. O papel do sistema bancário na economia – conceitos, funções e objetivos

2.1.O Sistema Bancário e as razões da sua existência

O Sistema Bancário é o pilar mais importante do Sistema Financeiro, pois desempenha um papel singular no financiamento da economia real. Contudo, antes de se detalhar acerca do Sistema Bancário, importa clarificar o conceito-mor subjacente a este - o Sistema Financeiro.

O Sistema Financeiro é o conjunto dos “*intermediários financeiros*³ e outras instituições financeiras, ativos e instrumentos financeiros, mercados, investidores finais e entidades reguladores e supervisoras”(Caiado, 2008c), através dos quais presta um conjunto de serviços financeiros à economia real, no qual se destacam (Davies [et al.], 2010, Freixas [et al.], 1997):

- i. Serviços de Pagamento. Subjacentes a esta tipologia de serviços constam funções como a constituição de contas de depósitos, a realização de câmbio das moedas, a gestão das contas dos clientes e a execução eficiente da liquidação dos pagamentos entre as famílias e as empresas.
- ii. Intermediação Financeira. Esta atividade, em termos simplistas, consubstancia-se na alocação eficiente dos recursos, através da qual os investidores obtêm os meios monetários de que necessitam e os aforradores aplicam as suas poupanças, possibilitando, por essa via, a aplicação rentável dos recursos excedentários dos aforradores e a supressão das necessidades de financiamento dos investidores. Subjacente à atividade de intermediação financeira está o fenómeno da transformação de ativos,⁴ o qual, segundo Freixas [et al.] (1997) pode ser de três tipos: (1) A Conveniência de denominação (*Convenience of denomination*) – este processo de transformação de ativos designa a escolha, por parte dos bancos, da unidade de denominação dos seus produtos (depósitos e empréstimos) segundo o que for mais conveniente para os seus clientes; (2) A transformação qualitativa (*Quality*

³ Entenda-se por intermediário financeiro “*um agente económico que se especializou nas atividades de compra e venda de contratos financeiros e de títulos, em simultâneo*” (Freixas e Rochet, 1997).

⁴ É através da transformação da maturidade dos ativos que os bancos conseguem desempenhar o seu papel de financiadores da economia, ou seja, prestar o seu serviço de liquidez.

Transformation) – designa a transformação de ativos que os bancos realizam quando oferecem aos seus clientes um conjunto de produtos com melhores características retorno-risco do que aquelas a que estes acederiam se negociassem apenas entre si (investidores \Leftrightarrow aforradores). Esta tipologia de transformação de ativos ocorre principalmente em duas situações: num contexto de grande assimetria de informação,⁵ no qual os bancos acedem a uma maior e melhor qualidade de informação que os aforradores, permitindo a estes últimos, através da intermediação financeira, mitigar alguns dos riscos subjacentes à assimetria de informação (seleção adversa⁶ e risco moral⁷); e numa situação de um investimento indivisível, o qual limita a possibilidade de investidores de menor dimensão diversificarem o seu portefólio; (3) A transformação de maturidades dos ativos (*Maturity Transformation*) – designa o fenómeno mais popular subjacente à intermediação financeira, o qual consiste no financiamento, através de depósitos à ordem e outros depósitos de curto prazo, de empréstimos com maturidades superiores às desses depósitos, tais operações geram riscos de iliquidez⁸ (possibilidade dos levantamentos de depósitos excederem o valor de reservas em caixa) e de taxa de juro (Fonseca, 2010).

iii. Gestão dos Riscos. Esta categoria de funções visa a gestão do risco de crédito,⁹ do risco de taxa de juro¹⁰ e do risco de liquidez.¹¹ Os bancos, no que respeita ao risco de

⁵ Entenda-se por assimetria de informação como uma imperfeição de mercado motivada pelo facto de uma das partes numa determinada transação deter mais informação que a outra, o que permitirá à primeira tirar partido da condição mais vantajosa em que está, elevando os custos de transação.

⁶ Os problemas de seleção adversa podem resultar, por exemplo, da dificuldade de um banco distinguir projetos de elevado risco de projetos de baixo risco, conduzindo à prática de taxas de juros desajustadas que pode levar à fuga dos projetos de maior qualidade e à seleção daqueles cujo risco mais elevado, os faz aceitar taxas de juro mais altas (Fonseca, 2010b).

⁷ O risco moral consiste, antes da concessão do crédito bancário, no risco subjacente à possibilidade de um devedor declarar ao banco um risco de projeto inferior ao verdadeiro, após a concessão do crédito bancário o risco moral é definido como o risco do devedor aplicar o montante obtido em operações de maior risco que aquelas que tinha apresentado previamente (Fonseca, 2010b)..

⁸ Para prevenir e/ou mitigar este risco, os bancos podem recorrer ao refinanciamento junto do Banco Central, ou a empréstimos dos outros bancos, através do mercado interbancário Fonseca, José Soares da (2010), "As Instituições Financeiras", in Economia Monetária e Financeira, p. 49-68. 3 - As Instituições Financeiras. 978-989-26-0053-6.

⁹ Entenda-se por risco de crédito a possibilidade de um mutuário não cumprir com o compromisso assumido (pagamento dos juros e/ou capital mutuado), de acordo com o plano de reembolso contratado, o qual acarretará prejuízos que deverão ser compensados pelas adequadas provisões Caiado, Aníbal Campos Caiado e Jorge (2008b), "Operações das instituições de crédito e sociedades financeiras", in Gestão de Instituições Financeiras, Edições Sílabo, Vol., p. 205-210. 8 - Operações das instituições de crédito e sociedades financeiras.

¹⁰ Entenda-se por risco de taxa de juro, o risco subjacente à flutuação das taxas de juro (fixas ou variáveis) subjacentes a operações contratadas ibid.

crédito, tentam reduzi-lo, essencialmente, concedendo créditos assegurados ou por colaterais ou por cessão de direitos, entre outros. Relativamente aos riscos de taxa de juro e de liquidez, estes tendem a ser geridos em conjunto, devendo a taxa interna de retorno subjacente à concessão de empréstimos estar relacionada com o custo ponderado do capital que advém dos depósitos e do próprio capital do banco. Ainda a este respeito, destaca-se o papel que os mesmos desempenham na transferência e assunção de riscos, oferecendo produtos e serviços que protegem as posições assumidas pelos demais agentes económicos. As soluções disponibilizadas pelos agentes financeiros podem ser de diversa natureza e complexidade, variando desde a mais simples conta de depósito, a qual permite às famílias precaverem-se relativamente a choques de liquidez, até à securitização,¹² derivados¹³ e outros contractos de seguro, que facilitam a dispersão de outros riscos financeiros na economia.

iv. Processamento de Informação e Monitorização de mutuários. Esta categoria de funções está intimamente relacionada com as categorias de funções Transformação de Ativos (Transformação Qualitativa e de Maturidade dos Ativos) e Gestão do risco, pois os bancos, enquanto intermediários financeiros, têm a tarefa de gerir parte dos problemas que resultam da informação imperfeita dos investidores. Para tal, a monitorização de mutuários implica que os intermediários financeiros e os agentes económicos desenvolvam relações de longo prazo, permitindo desta forma mitigar os efeitos resultantes do risco moral. Assim, baseados na informação que dispõem, os bancos negociam taxas de juro, garantias e outras cláusulas protecionistas, de modo a minimizar os problemas decorrentes de seleção adversa e a limitar as atividades de maior risco dos investidores(Merton, 1995).

Assim sendo, destaca-se o papel determinante que é desempenhado, em termos gerais, pelo sistema financeiro e, em particular, pelo sistema bancário na intermediação financeira, pois permite aos investidores e aforradores beneficiarem de uma oferta mais

¹¹ Entenda-se por risco de liquidez, o risco de desequilíbrio entre as disponibilidades dos ativos e a exigibilidade dos correspondentes passivos.

¹² O processo de securitização, também denominado de titularização ou mobilização, tem por objectivo a transformação de ativos transmissíveis ilíquidos em valores mobiliários, por via do mercado de capitais; deste modo, a securitização permite a criação de mercados secundários líquidos para ativos de reduzida liquidez. Através deste processo, os agentes económicos transmitem/dispersam riscos entre si.

¹³ Através de derivados cambiais, as empresas podem proteger as suas receitas internacionais relativamente às flutuações da taxa de câmbio.

segura e a um menor custo comparativamente ao que acederiam no mercado de capitais. A sua maior capacidade de aceder, recolher e tratar informação, permite ao sistema bancário minimizar os problemas decorrentes das imperfeições dos mercados¹⁴ e alocar os recursos de forma mais eficiente, diversificando os investimentos a um custo mais reduzido que os investidores individuais (Manchev, 2009).

A importância da indústria bancária resulta assim da intrínseca unicidade do negócio bancário, a qual advém, segundo Swank (1996), de três factores cumulativos. O primeiro factor¹⁵ distinguido pelo autor consiste no facto dos bancos acederem “livremente” a uma imensa quantidade de informação (clientes e mercados), a um custo significativamente mais reduzido que os investidores (Fonseca, 2010), tornando-os detentores de um ativo altamente estratégico – informação de acesso limitado; tal facto capacita-os para intermediar as relações entre investidores e aforradores (Intermediação Financeira), fornecendo liquidez, transformando maturidades de créditos, ou seja, facilitando a operacionalização de todo o tipo de transações. O segundo factor está relacionado com o facto de nos sistemas financeiros contemporâneos, os bancos tenderem a assumir grandes e comuns posições uns nos outros, através do mercado interbancário, expondo-os a um elevado risco de contágio no caso de um deles entrar em insolvência ou falência. E por fim, o terceiro e último factor diz respeito ao facto dos bancos serem veículos de transmissão da política monetária,¹⁶ pelo que o Banco Central ao influenciar o comportamento dos bancos em termos de crédito, tal será

¹⁴ As imperfeições dos mercados constituem assim, um factor determinante para existência dos bancos, uma vez que a sua ausência retiraria relevo à intermediação financeira (essencialmente conduzida pelas entidades bancárias), pois tornaria os agentes económicos capazes de negociar diretamente entre si, de forma eficiente, dispensando qualquer tipo de assessoria de terceiros (Manchev, 2009).

¹⁵ Este primeiro factor, relativo à capacidade de obtenção de informação e o respectivo custo, constitui uma das principais diferenças entre os bancos e os investidores individuais, o mesmo explica a razão pela qual uma parte do financiamento da economia seja realizado por intermediação do sistema bancário. Importa no entanto salientar, que o tamanho dos investidores é uma característica importante, uma vez que determina a dimensão e a variedade de fontes de financiamento, pois facilmente se compreende que grandes empresas e/ou empresas do sector público com boa reputação no mercado possuem fontes de financiamento alternativas ao financiamento junto do sistema bancário, designadamente a colocação direta no mercado financeiro de ações ou obrigações (Fonseca, 2010).

¹⁶ A Política Monetária assume um papel preponderante na estabilização da economia e visa, em conjunto com outras políticas económicas disponíveis, controlar a evolução da economia, de modo a reduzir as flutuações do produto, do desemprego e da inflação induzidas pelos ciclos económicos. Para tal, as autoridades de decisão política necessitam conhecer quando e como cada política se reflete na economia, ou seja, precisam conhecer os mecanismos de transmissão da política à economia real.

transmitido à economia real no sentido que pretende, de acordo com a Teoria do Canal do Crédito.¹⁷

Em suma, o grande relevo que o sistema bancário tem na Intermediação Financeira justificou muitos dos estudos efectuados no passado, os quais procuraram explicar a razão de ser e a importância dos bancos na economia, com base na relevância que assumem enquanto intermediários financeiros. Contudo, em complemento à perspectiva existencial baseada na intermediação financeira, importa referir a perspectiva baseada na Teoria do Canal do Crédito, em que é reconhecida como uma das principais funções dos intermediários financeiros a transmissão da política monetária (Freixas *[et al.]*, 1997).

2.2.A importância do Sistema Bancário

O sistema bancário é uma estrutura composta por uma rede de bancos, aos quais lhes é meritoriamente reconhecido um papel determinante na economia, enquanto intermediários financeiros. Estes, através do exercício das suas funções, minimizam os problemas decorrentes da assimetria de informação, garantindo, por essa via, uma alocação mais eficiente dos recursos excedentários dos investidores e, com estes, o financiamento dos agentes deficitários, sejam eles empresas, famílias ou mesmo, o próprio sector público (Claus *[et al.]*, 2003), permitindo a afectação de capital aos projetos com maiores retornos sociais esperados que, combinada com uma sólida administração das empresas financiadas, promoverá a inovação e o consequente, crescimento económico (Levine, 2005). Para além da intermediação financeira, os bancos prestam ainda serviços de pagamento, liquidação e transação aos seus clientes, oferecendo para tal uma vasta gama de soluções para as mais variadas necessidades dos mesmos e respectivas maturidades, transferindo e assumindo riscos (Apergis *[et al.]*, 2011), Davies *[et al.]* (2010).

¹⁷ O canal do crédito, enquanto mecanismo de transmissão da política monetária, só foi introduzido em 1988, por Bernanke e Blinder com o seu artigo *Credit, money, and aggregate demand*, quebrando a dicotomia existente até então, entre as teorias Keynesianas e Monetaristas.

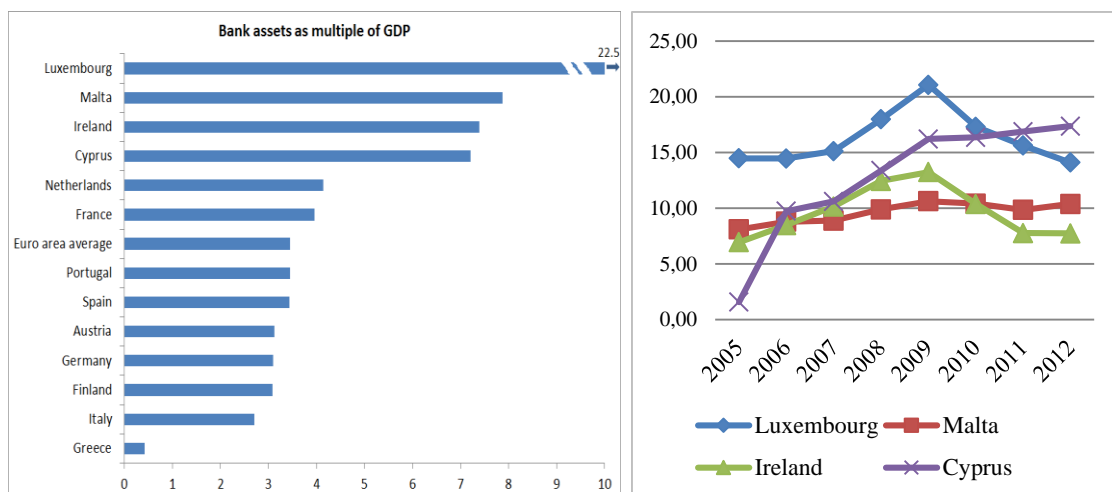


Gráfico 2.1 - Ativos dos Bancos como Múltiplos do PIB (2013) (imagem à esquerda) e Volume de Empréstimos em percentagem do PIB (imagem à direita).

Fonte: Mackintosh (2013) e Base de Dados do The World Bank

A relevância da atividade bancária diverge consoante o modelo de financiamento prevalecente, pois se para a Europa, os sistemas bancários são os principais responsáveis pela criação da liquidez necessária ao desenvolvimento das suas principais economias, tal como se verifica pela observação do Gráfico 2.1, no caso dos EUA, o mesmo não sucede, tal como se pode observar nos Gráfico 2.2. Relativamente à imagem à esquerda do Gráfico 2.1, importa ainda salientar a dimensão que alguns sistemas bancários europeus atingem nas suas economias, nomeadamente o do Luxemburgo, Malta, Irlanda e Chipre, ilustrando bem quão significativo este sector é para estas, uma vez que constitui a sua principal fonte de financiamento, como evidenciado na imagem à direita do mesmo gráfico.¹⁸ Da observação do Gráfico 2.2, rapidamente se constata a menor dimensão do sistema bancário dos EUA comparativamente à dimensão apresentada pelos europeus, sugerindo uma certa secundarização do mesmo enquanto fonte de financiamento.

¹⁸ A imagem à direita do Gráfico 2.1. apenas representa o Volume de Empréstimos por percentagem do PIB dos países Luxemburgo, Malta, Irlanda e Chipre, pois pretendia-se reforçar a importância da dimensão dos seus sistemas bancários comprovando-se que os mesmos constituem a sua principal fonte de financiamento.

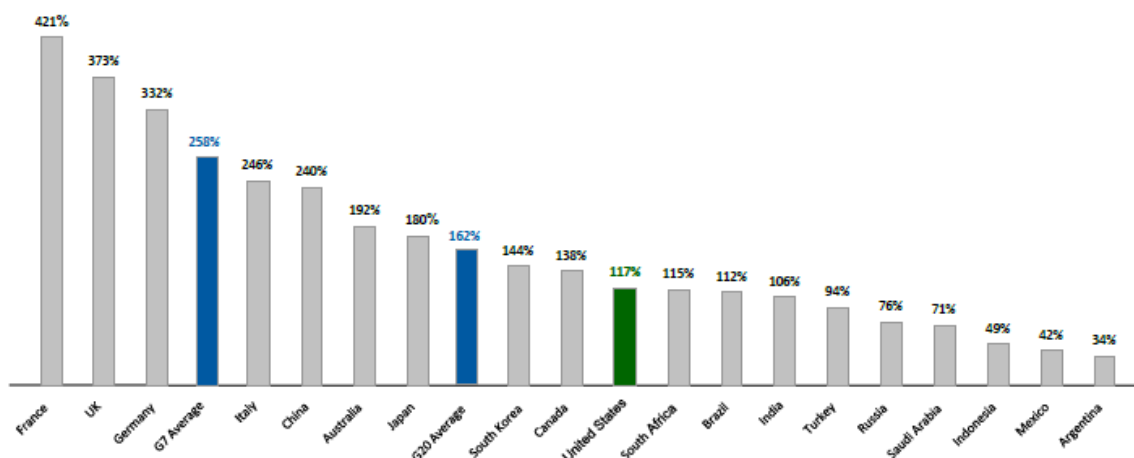


Gráfico 2.2 - Ativos do Sistema Bancário como percentagem do PIB por país (2011)
Fonte: House (2012).

A secundarização anteriormente referida, facilmente é comprovada pelo Gráfico 2.3, pois da sua observação confirma-se que os mercados de capitais são a fonte dominante de financiamento do sector não financeiro dos EUA, verificando-se que apenas cerca de 25% a 30% do seu financiamento provém do sistema bancário; este gráfico evidencia mais uma vez, que na Europa, como já referido, os sistemas bancários ocupam um lugar de destaque no financiamento das economias, representando mais de 80% dos recursos, por estas, obtidos.

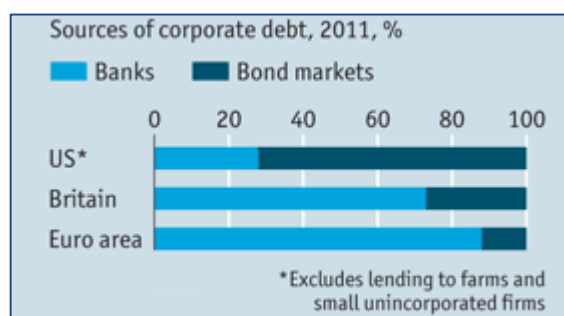


Gráfico 2.3 - Fontes de Financiamento do Sector Não-Financeiro dos EUA (2011)
Fonte: Economist (2011)

Complementarmente ao que já foi referido, uma outra perspectiva emerge, relacionando a proporção de Pequenas e Médias Empresas (PME's) existentes no tecido empresarial de uma dada economia e a importância do sistema bancário enquanto principal fonte de financiamento. Assim sendo, é possível identificar na literatura vários autores que sugerem que, quão maior for o predomínio desta tipologia de empresas, maior tenderá a ser a probabilidade de existir uma significativa dependência do crédito bancário e, conseqüentemente, maior tenderá a ser a importância reconhecida aos

bancos e à sua influência na economia (Apergis *[et al.]*, 2011, Gertler *[et al.]*, 1994, Kashyap *[et al.]*, 1996, Morris *[et al.]*, 1995). Esta perspectiva adicional pode, de certo modo, justificar uma vez mais a grande importância que o sistema bancário assume na Europa, pois as PME's representam 99% das empresas da União Europeia (UE).¹⁹ Contudo, Saidenberg *[et al.]* (1999) relembram e alertam que apesar da existência de PME's numa economia alocar, por norma, um papel mais relevante ao sistema bancário, uma vez que é a sua fonte-mor de financiamento, senão a única, tal também pode suceder, como já referido, por via das grandes empresas, sempre que as suas fontes alternativas ao crédito bancário se mostrem mais instáveis ou desvantajosas para estas.

A avaliação da importância dos bancos para a economia foi uma questão que sempre suscitou muito interesse dos investigadores, tendo incitado a elaboração de muitos estudos nesta temática, com o intuito de aferir a existência ou não de uma relação de causalidade entre o desenvolvimento do sistema bancário e o crescimento económico.

King *[et al.]* (1993) desenvolveram um estudo consonante com esses objectivos, tendo sido a sua questão de investigação, a verificação da visão *Schumpeteriana*, que assenta na ideia de que o sistema financeiro pode promover o crescimento económico, mais concretamente que o financiamento é uma condição importante para o desenvolvimento económico. Os seus resultados sugeriram que os serviços financeiros estimulam o crescimento económico, uma vez que aumentam a taxa de acumulação de capital e melhoram a eficiência da utilização desse capital por parte das economias, comprovando dessa forma a visão de Schumpeter.

Levine (1997) consentâneo com a investigação anterior, reflete acerca de como o sistema financeiro afecta o crescimento económico e de que forma o faz, sugerindo que as instituições, os mercados e os instrumentos financeiros existem para mitigar os efeitos dos custos de informação e transação, pois como intermediários financeiros que são, estes podem reduzir esta tipologia de custos, uma vez que têm capacidade de fornecer informação mais precisa sobre as empresas, os gestores, as tecnologias de produção, podendo assim melhorar a alocação de recursos e acelerar o crescimento económico (Beck *[et al.]*, 2000). Dessa forma, os seus resultados sugeriram que os

¹⁹ As PME's europeias são responsáveis por cerca de 67% dos postos de trabalho desse espaço geográfico.

sistemas financeiros afectam a acumulação de capital ou através da alteração da taxa de poupança ou através da realocação de poupança entre diferentes tecnologias produtoras de capital e, afectam a inovação tecnológica alterando a taxa de inovação tecnológica, o que consequentemente influenciará as respectivas decisões de investimento. Assim, Levine (1997) sugere que a forma como os sistemas financeiros reduzem os custos de informação e transação influencia as taxas de poupança, as decisões de investimento, a inovação tecnológica e as taxas de crescimento.

Contudo, Beck *[et al.]* (2000)²⁰ referem que o efeito da intermediação financeira sobre a poupança ainda é ambíguo, pois do seu estudo acerca da relação entre o nível de desenvolvimento financeiro e o crescimento económico, o crescimento da produtividade total dos factores, a acumulação física de capital e as taxas de poupança, resulta uma relação dúbia entre o desenvolvimento do intermediário financeiro e o crescimento tanto do capital físico como das taxas de poupança privadas. Os resultados de Beck *[et al.]* (2000) sugerem então que um melhor funcionamento dos intermediários financeiros permite melhorias significativas na alocação de recursos e acelera o crescimento da produtividade total dos factores, contribuindo assim, positivamente para o crescimento económico de longo prazo, contudo no que respeita ao crescimento do capital físico e às taxas de poupança privada, esta relação permanece ténue à luz da literatura económica.

Complementando o já referido, Levine *[et al.]* (2000) procuraram analisar de forma mais detalhada a relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento económico, especificando o desenvolvimento financeiro como desenvolvimento do intermediário financeiro. Assim, os seus resultados sugerem que a componente exógena de desenvolvimento dos intermediários financeiros está positivamente relacionada com o crescimento económico, verificando ainda, que diferenças ao nível do desenvolvimento financeiro, entre países, se devem, em parte, a divergências entre os mesmos em termos de direitos legais dos credores, eficiência de cumprimento do contrato e normas contabilísticas, ilustrando claramente que leis que atribuem uma elevada prioridade aos credores (com garantias de reembolso dos valores reclamados), sistemas jurídicos que fazem cumprir rigorosamente os contratos (incluindo os contratos

²⁰ Para a realização deste estudo os autores basearam-se numa amostra com o total de 77 países.

com o governo²¹) e normas contabilísticas que garantem uma elevada qualidade das demonstrações financeiras das empresas, que salvaguardam a produção e divulgação de informação completa e comparável, tendem a apresentar intermediários financeiros com maior desenvolvimento. Assim sendo, uma vez que foi constatada uma relação estatisticamente significativa entre o desenvolvimento do intermediário financeiro e o crescimento quer do PIB *per capita*, quer da produtividade total dos factores (Beck [*et al.*], 2000), (Levine [*et al.*], 2000), os autores sugerem que quão mais desenvolvidos forem os intermediários financeiros maior tenderá a ser o crescimento económico.

Assim sendo, constata-se que a literatura económica disponível considera que o desenvolvimento do sistema financeiro influencia positivamente o crescimento económico (King [*et al.*], 1993, Levine, 1997, Levine [*et al.*], 2000, Rajan [*et al.*], 1998), comprovando-se a relevância deste sector para o bom funcionamento da economia e sugerindo-se a adopção da visão de Levine [*et al.*] (2000), assente em reformas jurídico-legais e contabilísticas que reforcem os direitos dos credores, o cumprimento dos contratos e as práticas contabilísticas, uma vez que as mesmas podem fomentar o desenvolvimento dos intermediários financeiros e, dessa forma, acelerar o crescimento económico.

O papel que os sistemas bancários desempenham nas economias pode, conforme já mencionado, variar de importância consoante estas possuam um modelo de financiamento mais assente no recurso ao crédito bancário ou no recurso aos mercados de capitais, que indiretamente reflete o predomínio das PME's nas mesmas. No entanto, a sua relevância é também demonstrada quando estes são afectados por alguma fonte de instabilidade, pois mesmo que estes tenham pouca importância na estrutura de financiamento de uma economia, a verdade é que o seu desequilíbrio é transmitido aos seus restantes sectores (mesmo que a um ritmo menor), colocando em causa, eventualmente, o acesso à forma de financiamento dominante, conduzindo à redefinição das condições para a sua obtenção. Assim sendo, importa refletir acerca das principais

²¹ LEVINE (2005) argumenta que quando o sistema bancário financia partidos políticos e/ou entidades politicamente relevantes, sem a observância dos respectivos requisitos para a concessão de crédito, tal vai desencorajar o empreendedorismo, uma vez que vai reduzir os recursos disponíveis na economia para projetos com potencial de criação de valor (uma vez que para beneficiar de financiamento, as empresas terão de comprovar a viabilidade dos seus projetos), dificultando, por essa via, o desenvolvimento económico.

vulnerabilidades dos sistemas bancários e o significado qualitativo e quantitativo de uma crise bancária, pois, uma vez que as instituições bancárias são consideradas como a “... primeira linha de defesa da estabilidade financeira.”²² (Costa, 2011), é essencial conhecê-las em detalhe, assegurar a promoção de uma gestão prudente das mesmas, monitorá-las e conhecer o movimento histórico das crises bancárias, de modo a ser possível identificar sinais de risco atempadamente e minorar a sua possibilidade de ocorrência ou a dimensão dos seus danos.

As instituições financeiras são entidades intrinsecamente frágeis, pois o papel que desempenham na transformação de maturidades e na criação de liquidez, captando recursos com maturidades inferiores aos prazos a que concedem crédito, conduz inevitavelmente a um desequilíbrio dos seus balanços, dotando os bancos de uma iliquidez intrínseca e característica (Claessens *[et al.]*, 2013), expondo-os, simultaneamente, ao risco de refinanciamento²³ e ao risco de recuperação do crédito concedido (Costa, 2011); outras vulnerabilidades podem também ser reconhecidas ao sistema bancário, nomeadamente o factor confiança nas relações que estabelece com o meio onde se insere, a qual é fundamental para a manutenção da estabilidade da sua atividade e, por fim, a elevada interdependência dos agentes que atuam no sistema financeiro.

Apesar da literatura existente ainda não conseguir identificar as causas que despoletam a instabilidade na atmosfera bancária e que promovem a ocorrência de crises bancárias de forma explícita, é importante acompanhar e avaliar o que sucedeu no passado, pois quando se observam episódios de crise e outros pânicos financeiros ocorridos percebe-se que raramente são episódios aleatórios (Claessens *[et al.]*, 2013). Claessens *[et al.]* (2013), apesar de não explicitarem diretamente as fontes que promovem a ocorrência de crises bancárias, identificaram, tal como Barth *[et al.]* (2004), algumas características estruturais comuns relacionadas com as crises bancárias, nomeadamente: uma fraca e limitada divulgação de informação; uma pobre disciplina de mercado, devido à existência de seguros de depósito²⁴ de montantes excessivos,

²² Excerto retirado de CARLOS (2011), página 4.

²³ Entenda-se por risco de refinanciamento, o risco de que o custo de renovação/recontratação de recursos de terceiros exceda a rentabilidade do investimento realizado em ativos.

²⁴ Entenda-se por seguro de depósito, uma protecção obrigatoriamente constituída por contributos regulares de cada instituição depositária, que é oferecida aos depositantes pelo governo, para fazer face a

promotores de comportamentos arriscados (risco moral); fraca estrutura governativa e deficiente supervisão, podendo esta última resultar de conflitos de interesse; uma grande participação do governo no capital das instituições financeiras; uma competição limitada no sistema financeiro decorrente de restrições à entrada de instituições financeiras externas; e, por fim, um sistema financeiro pouco diversificado, onde por exemplo haja um domínio das instituições bancárias.

Os avultados custos fiscais²⁵ que decorrem de uma crise bancária impelem frequentemente à intervenção dos governos, ocasionando graves problemas orçamentais, uma vez que obriga à concentração de recursos escassos em actividades mais críticas, o que contribui para o abrandamento do crescimento económico, incitando distúrbios sociais e instabilidade política.²⁶ A dimensão dos danos das crises bancárias juntamente com as fragilidades intrínsecas do sector bancário levou a que mercados, instituições e decisores políticos desenvolvessem um vasto conjunto de mecanismos de combate aos mesmos, dos quais se destacam: a disciplina de mercado, a regulamentação microprudencial, o seguro de depósitos, o prestador de última instância e intervenções políticas do sector público.

Assim sendo, apesar da envergadura dos potenciais danos de uma crise bancária, são irrefutáveis os benefícios que são reconhecidos ao bom funcionamento dos sistemas bancários e o papel que desempenham na promoção do crescimento económico, pelo que se entende os esforços regulatórios que estão a ser empreendidos no sentido de reforçar a sua estabilidade. Assim sendo, os governos, os BCs, as autoridades de regulação e supervisão devem providenciar, através da sua produção regulatória, aos bancos e demais instituições financeiras, os incentivos adequados à sua não assunção excessiva de riscos, devendo, para a consecução deste fim, ser considerado o potencial de distorção quer da regulação, quer do processo de implementação da mesma, tal como alertado anteriormente por Hermes (2007) e Claessens [*et al.*] (2013).

situações de insolvência de um banco e/ou outra instituição que execute funções de depósitos, de modo a minorar-lhes a dimensão das suas perdas. Contudo, este é limitado a um montante fixo por titular da conta de depósitos.

²⁵ É possível observar no Anexo I, os custos associados às crises bancárias (Gráfico 9.1).

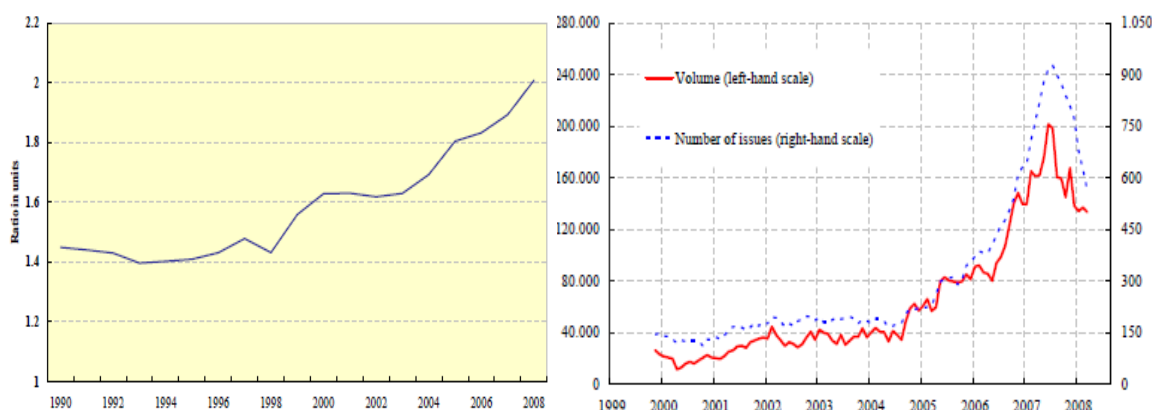
²⁶ Em 1997, a crise que afectou a Indonésia levou à exoneração do seu governo (HONOHAN e KLINGEBIEL, 2000).

2.3.Fenómenos que remodelaram a atividade da indústria bancária

As instituições bancárias iniciaram a sua atividade assente essencialmente numa abordagem patrimonial, a qual se resumia à recepção de depósitos e à concessão de empréstimos. Contudo, nos últimos anos, foi possível observar a crescente realização de operações registadas fora do balanço,²⁷ com um grau de sofisticação relativamente elevado, como são exemplos os derivados financeiros e outras operações de engenharia financeira (Caiado, 2008a), como a securitização. É óbvio que estas operações contribuem substancialmente para o aumento da exposição ao risco das instituições financeiras, o que aliás tem motivado crescentes preocupações por parte dos reguladores, supervisores e entidades governativas e, fomentado muitas das mais recentes reformas regulatórias.

Altunbaş [*et al.*] (2009) referem que, no caso particular da Europa, com o lançamento do euro surgiram inovações nos mercados de crédito, as quais tiveram um impacto significativo sobre a capacidade e os incentivos à concessão de crédito por parte dos bancos, ou seja, sobre a eficácia do canal de crédito bancário; estas foram: a maior dependência dos bancos de fontes de financiamento de mercado, seja por via tradicional, através da expansão do mercado das obrigações hipotecárias, seja por via de desenvolvimentos de inovação financeira, através do recurso a operações de securitização, que tal como é possível observar no Gráfico 2.4(imagem à direita), demonstraram uma tendência crescente até 2007. Os autores sugerem ainda que, consequentemente, estas inovações nos mercados de crédito tornaram os bancos menos dependentes dos depósitos para expandirem a sua base de empréstimos, tal como se observa na imagem à esquerda no mesmo gráfico, remodelando a sua forma de financiar a economia.

²⁷ Entenda-se por operações fora do balanço, operações que não são reflectidas no balanço patrimonial corrente, pois não representa nem um ativo nem um passivo, contudo estas ganham expressão na demonstração de resultados e podem afectar a estrutura futura do balanço da instituição financeira, uma vez que constituem ativos e passivos contingentes. Assim, associadas a este tipo de operações identificam-se os riscos contingenciais, os quais se caracterizam por ser multifacetados, uma vez que integram todas as outras tipologias de riscos: risco de crédito, de taxa de câmbio, de liquidez e de taxa de juro.



**Gráfico 2.4 - Total de Ativos por Total de Depósitos dos maiores bancos da área Euro (imagem à esquerda)
Securitização na Europa (1999 – 2008) (imagem à direita)**
Fonte: Altunbaş [et al.] (2009), p.16 e 17.

Para além da atividade fora do balanço, as instituições financeiras e, em particular os bancos, têm de enfrentar novos desafios, relacionados com o surgimento de vários fenómenos que até à pouco mais de meio século eram praticamente inexistentes, como são os casos da internacionalização financeira, da globalização de mercados, da proliferação de novos concorrentes (e dos respectivos produtos e serviços) e o surto galopante das novas tecnologias.

A internacionalização financeira foi um fenómeno que emergiu na segunda metade do século XX, decorrente da II Guerra Mundial, uma vez que a recuperação da mesma incitou, pela primeira vez, ao desenvolvimento de relações financeiras entre inúmeros países (essencialmente os envolvidos no conflito), nas quais também intervieram muitas instituições bancárias, na sua maioria norte-americanas (Caiado, 2008a). Tal facto promoveu, a partir daí, uma generalização da internacionalização financeira, tendo os bancos europeus e japoneses reproduzido a estratégia dos americanos, acompanhando as grandes empresas mutuárias e fixando-se nas praças financeiras mundiais mais relevantes, cujos contactos e inúmeras operações deram origem aos “euromercados”²⁸ (Caiado, 2008a). A criação da rede *Society for Worldwide Information Transfer* (SWIFT) reforçou a difusão deste fenómeno, pois através desta, os bancos de todo o mundo trocavam entre eles informações relativas às transferências entre bancos e clientes, às operações cambiais, cobranças, depósitos, confirmação de

²⁸ Os “euromercados” são mercados *offshore*, os quais eram compostos essencialmente por: depósitos de divisas à vista e a prazo, obrigações e certificados de depósito (CAIADO, 2008a).

débitos e créditos, entre outros. Assim sendo, a internacionalização financeira permite não só a expansão do negócio bancário, dotando-o de maior dimensão e relevo, mas também expõe as economias a um maior risco, pois cada país tem as suas vulnerabilidades intrínsecas, e a atividade bancária pode constituir um canal de difusão das mesmas.

Fenómenos como a desintermediação, a concentração e a desespecialização têm, segundo Caiado (2008a), ganho relevo nos sistemas bancários contemporâneos. A desintermediação tem vindo a assumir-se como uma das soluções, encontradas pelos bancos, para contornar certas limitações normativas prudenciais (nomeadamente, o cumprimento do rácio de solvabilidade), uma vez que estes ao colocarem em contacto os agentes excedentários diretamente com os agentes deficitários (em regra, empresas com um *rating* elevado, como empresas multinacionais e públicas), permite-lhes beneficiar de comissões pela montagem técnica das operações financeiras, sem que tal implique o seu reconhecimento no conjunto dos seus ativos e passivos, atenuando assim, certas fontes de restritividade do seu negócio. A concentração decorre da internacionalização financeira, pois esta última trouxe consigo acréscimos de concorrência, traduzidos em novos, mais sofisticados e eficientes produtos e serviços, que obrigou à associação de bancos a nível nacional ou de bancos nacionais com internacionais, através de fusões ou acordos pontuais de cooperação (Caiado, 2008a). A desespecialização é um fenómeno que decorre de todos os anteriores, pois materializa a necessidade que o sistema bancário sentiu em alargar a sua oferta de produtos e serviços, abandonando o paradigma de negócio assente num número reduzido de serviços especializados, principalmente nas operações a retalho (*retail banking*), adoptando outro assente num conjunto alargado de produtos e serviços, com dimensão mundial (*wholesale banking*) (Caiado, 2008a). Assim, é possível inferir que estes três fenómenos têm contribuído para o aumento significativo da complexidade dos sistemas financeiros, criando fortes desafios às entidades de regulação e supervisão, pois exigem, sem dúvida nenhuma, uma intervenção mais célere e assertiva, que permita o acompanhamento e a mitigação dos riscos que advêm desta nova dimensão da atividade bancária.

Outros dois fenómenos recentes, que contribuíram para a remodelação dos sistemas bancários, foram a desregulamentação e a parabancarização. A desregulamentação foi um processo que resultou da percepção das entidades monetárias e governamentais de que, a forma como a atividade bancária e parabancária estavam estruturadas, colocava certas instituições financeiras em clara desvantagem em contextos internacionais, pelo que houve lugar a uma desburocratização e liberalização da atividade bancária em conformidade com o estabelecido no exterior, com o intuito de igualar as condições e mitigar quaisquer desvantagens oriundas de condicionalismos burocráticos (Caiado, 2008a). A parabancarização teve um grande desenvolvimento nos últimos anos, esta é desenvolvida por empresas especializadas nas áreas financeiras, permitindo-lhes uma maior rapidez e eficiência na execução das operações, atraindo por isso a preferência de muitos clientes; estas empresas integram geralmente grandes grupos financeiros, pelo que o aumento dos riscos por estas assumidos são transmitidos à sua empresa-mãe, logo uma perturbação numa destas empresas contagiará as restantes entidades do grupo, podendo mesmo desestabilizar o próprio sistema financeiro onde atua (Caiado, 2008a). Assim sendo, constata-se que estes dois fenómenos, tal como os anteriores, contribuíram para o rápido desenvolvimento dos sistemas financeiros, o que mais uma vez remete para a necessidade de acompanhamento da evolução e da implicação dos mesmos, em termos de promoção e assunção de riscos por parte das instituições financeiras.

O fenómeno tecnológico é, sem dúvida nenhuma, um factor determinante no desenvolvimento de todos os sectores da economia, não sendo o sector bancário uma exceção. A inovação tecnológica incitou a inovação financeira, estando esta última fortemente relacionada com fenómenos já referidos, nomeadamente com a internacionalização, a concentração e a desespecialização; pois, a internacionalização acarreta um ambiente concorrencial mais feroz e volátil, exigindo dos bancos uma grande capacidade de inovação em produtos²⁹ e serviços (desespecialização), que muitas vezes só é conseguida através da associação de entidades (concentração), de modo a responder adequadamente às novas necessidades dos clientes (Caiado, 2008a).

²⁹ Em resultado da inovação financeira, foi possível identificar-se a emergência de novas modalidades de produtos e serviços muito afastados dos moldes de negócio tradicionais, nomeadamente: os acordos de taxas de juro futuras – *Forward rate agreements* (FRA) -, os *swaps* de taxa de juro e de divisas, contratos de futuros, opções, entre outros (CAIADO, 2008a)

Assim, a inovação financeira é um fenómeno contínuo e multiobjectivo, pois procura explorar e desenvolver novas operações que permitam atrair diversas classes de clientes, com exigências completamente díspares, sendo por isso um ramo comum das estratégias de crescimento das instituições financeiras.

Sendo assim, a inovação tecnológica permitiu o desenvolvimento de mecanismos que possibilitaram uma maior e mais rápida integração dos mercados e, por conseguinte, das próprias instituições financeiras, encerrando em si um *trade-off*; pois, se por um lado, tal facto se traduz em grandes oportunidades de desenvolvimento e crescimento económico, por outro, consubstancia em si mesmo um grande desafio para as instituições financeiras, investidores, governos, reguladores e supervisores, dado que qualquer declínio, independentemente do ponto geográfico em que suceda poderá repercutir-se de forma assertiva em qualquer economia participante e estender-se a todos com os quais ela se relaciona (Arnold *[et al.]*, 2012).

A ideia de contágio, de difusão de uma turbulência bancária a outras economias ganha relevo, como já referido, com a evolução da inovação tecnológica e consequente inovação financeira, colocando o risco sistémico no centro das principais discussões internacionais de regulação do sistema financeiro. O risco sistémico, em termos gerais, consiste na possibilidade da instabilidade sentida no sistema financeiro de um dado país, por motivos de um desequilíbrio ou de uma grande instituição financeira ou de inúmeras pequenas, se repercutir de forma significativamente negativa na economia real não só da geografia onde primeiramente ela eclode, mas, e principalmente, nas economias dos países com os quais se relaciona (Schwerter, 2011). Um exemplo recente e que ilustra claramente a dimensão deste conceito é a falência do banco americano *Lehman Brothers*, em 2008, a qual desestabilizou não só o sistema bancário nacional, mas também diversas geografias, motivando o consenso internacional para o reconhecimento da necessidade de revisão da regulação do sistema financeiro, apelando à coordenação dos diversos organismos de regulação e supervisão internacionais (Portugal, 2010b).

Para além da inovação tecnológica e financeira, também a globalização aumentou a importância do risco sistémico, uma vez que possibilitou o alargamento do conjunto de factores difusores do risco sistémico, passando a resultar não só de

problemas internos do país, mas também de acontecimentos provenientes do exterior, tal como foram exemplos a crise do *subprime*, já referida, e a crise da dívida soberana na Europa.

Caiado (2008a) referem que a globalização financeira resultou essencialmente da combinação dos seguintes factores: da internacionalização, da livre circulação de capitais, da institucionalização dos mercados financeiros e do exponencial desenvolvimento tecnológico. Esta possibilita uma colocação mais eficiente dos recursos (acesso a espaços que geram maiores rendibilidades), o acesso a uma grande variedade de instrumentos em diferentes mercados (mesmo que fisicamente distantes) permitindo uma maior diversificação do risco e, a obtenção de investimento externo para a realização de investimentos que não eram viáveis se apenas financiados por recursos domésticos; contudo, colocam as economias mais expostas a perturbações financeiras, uma vez que os mercados caracterizam-se pela sua grande volatilidade, reduzem a eficácia das políticas económicas locais e a tendência à ocorrência de situações especulativas, aumentam os riscos nos sistemas financeiros e consequentemente, elevam a probabilidade de ocorrência de crises financeiras (Caiado, 2008a).

Assim sendo, verifica-se que a globalização financeira é um fenómeno transversal, estando-se a expandir de forma bastante acelerada, ocasionando o aumento da dimensão dos mercados (em número e valor monetário) e da competitividade, o que beneficia os clientes, pois tal traduz-se em produtos e serviços de elevada qualidade a preços significativamente reduzidos. Esta tendência, que influencia inevitavelmente a atividade financeira, apoiada tecnologicamente, incita a fusões e aquisições entre empresas nacionais e internacionais, de modo a alcançar determinados objectivos concorrenciais (Caiado, 2008a), o que uma vez mais deve ser alvo de monitorização das autoridades de regulação e supervisão, no sentido de evitar a concentração excessiva, pois um desequilíbrio numa organização com uma grande dimensão poderá implicar a instabilidade do sistema financeiro no seu todo, nacional e internacional.

3. O papel da regulação e da supervisão na indústria bancária

3.1.A regulação

O conceito regulação não tem uma definição única. Contudo apesar de se constatar a existência de várias perspectivas, é possível identificar um ponto comum em todas elas – a orientação das ações quer das entidades institucionais e de supervisão, quer dos particulares num determinado sentido, de modo a fomentar a estabilidade num dado contexto, maximizando desse modo o bem-estar global.

Apesar da aparente simplicidade do conceito regulação, o processo que consubstancia a sua produção é bastante complexo, pois os reguladores são frequentemente confrontados por dilemas aquando da concepção dos seus instrumentos regulatórios. Estes dilemas resultam da percepção, que foi sendo construída ao longo do tempo, de que nenhum normativo regulamentar, por si só, possui capacidade para desincentivar em completo os comportamentos desalinhados dos agentes, pois é possível constatar-se com alguma frequência que determinados dispositivos regulamentares desencadeiam processos regulatórios subsequentes, uma vez que os destinatários dos mesmos distorcem o seu conteúdo, gerando um ciclo de re-regulação (Kane, 1987). Esta incerteza quanto à eficácia da produção regulamentar combinada com a incerteza que rodeia o conjunto de respostas dos seus destinatários, torna a tarefa de regular numa das mais difíceis e ingratas, uma vez que na prossecução de determinados objectivos de estabilidade, poder-se-á estar a fomentar a criação de mecanismos de contorno à regulação cada vez mais complexos, mais difíceis de detectar e, conseqüentemente, de supervisionar, fazendo emergir novas vulnerabilidades que, poderão acarretar situações de desequilíbrio, para a economia mundial, ainda mais gravosas que as vivenciadas até à atualidade.

No caso particular da regulação das instituições financeiras distinguem-se três problemas: os seus potenciais efeitos prejudiciais na eficiência das instituições financeiras, os quais podem imprimir maior incerteza nas reações dos seus destinatários; a crescente integração dos mercados financeiros que tem de enfrentar e que lhe coloca desafios acrescidos (Santos, 2002); e os problemas de risco moral que pode desencadear com a definição de determinados mecanismos regulatórios, como são exemplo

instrumentos de resgate demasiado conservadores (elevados seguros de depósitos), os quais criam condições para que as entidades financeiras tendam a assumir níveis de risco mais elevados (Corazza, 2005).

Assim sendo, a orientação regulatória é significativamente determinada por três factores: pelas reações dos destinatários da regulação, pela crescente integração dos mercados financeiros e pela ocorrência de eventos, designadamente crises como a vivenciada recentemente (Kane, 1987, Santos, 2002). Estes três factores determinam o sentido de evolução da produção regulamentar, pois sendo o processo regulatório essencialmente reativo, este concretiza-se com as respostas que vai desenvolvendo face às inovações financeiras, à crescente integração dos mercados financeiros e aos eventos que resultam da sua combinação.

A regulação ao determinar o que pode ou não pode ser feito, que obrigações há a cumprir, incita a maiores esforços de inovação financeira, que se materializam em formas de contornar as limitações impostas pela regulação mais complexas, com menos rasto, mais difíceis de avaliar, o que dificulta significativamente o papel das autoridades no reconhecimento e estimação dos potenciais impactos e a respectiva toxicidade das mesmas. Assim, o processo regulatório resulta muitas vezes das reações observadas, sendo a sua orientação determinada pelo “jogo de reações” que tiver lugar.

A crescente integração dos mercados financeiros, resultante das várias tentativas de alianças entre bolsas de valores e dos inúmeros processos de fusão e aquisição entre bancos, seguradoras e outras empresas financeiras, por sua vez, determina também o sentido da regulação, uma vez que tais processos foram tornando a regulação e supervisão nacionais cada vez mais inadequadas, tendo incitado ao desenvolvimento de esforços de coordenação internacional nestas matérias, com o intuito de harmonizar e fortalecer os instrumentos normativos, reformulando assim toda a arquitetura regulatória e de supervisão, tanto internacional como nacionalmente (Santos, 2002).

Um outro aspecto muito importante e que, deve ser e tem sido considerado pelo processo regulatório é o custo que os destinatários da regulação têm de suportar para cumprir a legislação a que estão sujeitos (Elliott *[et al.]*, 2012). Os reguladores devem assim avaliar se os custos de cumprimento da regulação que estão a criar justificam os

benefícios que da mesma se espera que advenham, pois quando esta relação custo-benefício não é devidamente percebida pelos destinatários da regulação, tal poderá incitar a comportamentos desconexos aos pretendidos, mais concretamente, poderá fomentar o desenvolvimento de mecanismos de contorno à nova legislação que diluirão a eficácia da mesma e empolarão a exposição ao risco dos agentes, instituições financeiras, mercados e a própria economia no seu todo.

No que concerne aos custos de cumprimento, verifica-se que esta questão tem sido tratada pela literatura através da análise dos custos que decorrem de certas medidas em particular. Destaca-se então neste contexto, não só pela importância para esta investigação em particular, mas também pelo relevo e interesse que tem suscitado em inúmeros investigadores ao longo do tempo, os estudos que indagam as implicações em termos de custo, decorrentes do aumento dos requisitos de capital, salientando-se os estudos direccionados para o Acordo de Basileia III,³⁰ uma vez que este constitui a base regulatória que será alvo de análise no presente trabalho de investigação (Apergis *[et al.]*, 2012, Biase, 2012, Elliott *[et al.]*, 2012, Elliott, 2009, Francis *[et al.]*, 2012a, Slovik *[et al.]*, 2011).

O reconhecimento, por parte dos reguladores, da importância do factor custo no processo regulatório tem vindo a ser cada vez mais claro,³¹ uma vez que a estimação desse factor tem servido, por vezes, de argumento legitimador para importantes medidas regulatórias, assim como tem motivado a certas correções, melhorando dessa forma a adequabilidade dos dispositivos regulatórios à realidade sujeita aos mesmos.

Assim, verifica-se que o processo regulatório lida com vários *trade-offs* em simultâneo, pelo que dificilmente um enquadramento regulamentar conseguirá satisfazer adequadamente todos os objectivos que persegue. Contudo, cabe ao regulador hierarquizar os mesmos e determinar um equilíbrio entre estes, de modo a pôr em prática a “solução óptima” que está ao seu alcance.

³⁰ Este aspecto da literatura será alvo de maiores desenvolvimentos no capítulo seguinte.

³¹ A elaboração de estudos quantitativos de impacto dos requisitos de capital definidos pelo Acordo de Basileia III ilustra essa preocupação. É possível aceder aos resultados dos estudos quantitativos realizados pela CBSB desde 2010 e dos estudos de acompanhamento do impacto do referido dispositivo regulatório elaborados pela Autoridade Bancária Europeia (ABE) desde 2012 em <http://www.eba.europa.eu/Publications/Quantitative-Impact-Study/Basel-III-monitoring-exercise.aspx>.

3.2.Objectivos e Tipos de Regulação

Santos (2002) sugere que a regulação financeira visa atingir essencialmente cinco objectivos gerais, nomeadamente: promover e assegurar a estabilidade financeira, corrigir certas imperfeições do mercado, salvaguardar os interesses dos clientes, fomentar a eficiência do sistema financeiro e mitigar o risco sistémico.

Promover e assegurar a estabilidade financeira é o objectivo-mor da regulação financeira, uma vez que, tal como explanado anteriormente, aquando da demonstração da importância do sistema bancário para o desenvolvimento económico, assegurar uma adequada acumulação de capital e uma eficiente alocação de recursos são factores cruciais na atividade de intermediação financeira, devendo a sua exigência e acompanhamento estar devidamente consagrados no enquadramento regulamentar, criando, desse modo, os fundamentos basilares à estabilidade financeira, condição *sine qua non* do desenvolvimento económico (Santos, 2002).

A regulação financeira pode desempenhar um papel de mecanismo de controlo público do Estado sobre a economia, através do qual este pretende corrigir certas imperfeições e falhas de mercado, de modo a promover uma distribuição mais eficiente dos recursos financeiros disponíveis (Santos, 2002).

A salvaguarda dos interesses dos clientes constitui um dos mais importantes objectivos da regulação financeira, pois o respeito pelos interesses dos clientes por parte das instituições financeiras garante a confiança pública na atividade desenvolvida por estas, fomentando um clima de maior estabilidade neste contexto. Tal como referido inúmeras vezes, a confiança é um factor determinante para a sustentabilidade dos sistemas financeiros e, consequentemente, para o desenvolvimento e crescimento da economia real. Deste modo, a regulação financeira ao exigir uma conduta mais transparente por parte das instituições financeiras, criando incentivos³² para uma prestação, mais simples, clara e objectiva, de informação relativamente aos seus produtos e serviços, está a mitigar a vulnerabilidade dos agentes económicos face à

³² Os reguladores, para mitigarem os efeitos da assimetria de informação, determinaram: a sujeição das entidades financeiras a testes de “*fit and proper*”, avaliando, numa óptica *ex-ante*, a sua qualidade; numa óptica *ex-post*, a aplicação de sanções nos casos de incumprimento da regulação vigente; práticas contabilísticas *standardizadas*, requisitos de divulgação, entre outros.

seleção adversa e, em parte, ao próprio risco moral, uma vez que tais medidas minoram os efeitos de assimetria de informação (Santos, 2002).

Apesar de ser reconhecido que por vezes a regulação pode prejudicar a eficiência das instituições financeiras (Corazza, 2005), a promoção da mesma no sistema bancário é um propósito relevante da regulação financeira, procurando gerar benefícios quer para as entidades reguladas, quer para os restantes agentes económicos. Esta é, por norma, prosseguida através da definição de uma política de concorrência que minimize as barreiras à entrada da indústria fomentando a concorrência, que controle a estrutura e a competição nos mercados e alimente a confiança pública no sector, a qual constitui um factor crítico para o desenvolvimento estável da atividade nos mercados financeiros (Santos, 2002).

A minimização do risco sistémico é, como já referido, um importante objectivo perseguido pela regulação financeira, tendo, ao longo dos últimos anos, vindo a assumir uma posição de destaque nas preocupações dos reguladores, devido à gravidade dos recentes desequilíbrios financeiros. Assim, a regulação financeira visa também desenvolver normativos direccionados para a prevenção e acompanhamento do risco sistémico, dadas as inúmeras fontes que atualmente o podem fazer deflagrar, nomeadamente a elevada integração dos mercados, a crescente complexidade dos produtos e serviços financeiros³³ e os problemas de risco moral decorrentes de instituições financeiras *too-big-to-fail* e *too-interconnected-to-fail*, as quais ampliam significativamente a exposição da economia global a este risco latente, devendo, por isso, o seu combate estar reflectido na regulação e ser considerado um propósito global, com medidas e políticas internacionalmente desenvolvidas e coordenadas.

A regulação financeira assume características distintas consoante a natureza do objectivo que persegue, de modo a assegurar uma maior adequabilidade do instrumento normativo à matéria a regular. Assim, é possível distinguir-se duas tipologias: a regulação prudencial e a regulação comportamental.

³³ Nomeadamente, a tendência crescente, que tem vindo a ser percebida, dos processos de titularização dos ativos dos bancos, o que facilita, de certo modo, o contágio dos problemas de liquidez dos mercados de capitais ao sistema bancário, sendo tal situação mais evidente em bancos de investimento do que em bancos comerciais, devido à maior dependência que apresentam face aos mercados de capitais, pois os recursos dos últimos advêm essencialmente dos depósitos dos seus clientes.

A regulação prudencial destina-se ao tratamento de questões relacionadas com a solidez e solvabilidade das instituições financeiras reguladas e visa minimizar a assimetria de informação e os problemas de agência que decorrem da própria natureza do negócio destas instituições. Por seu turno, a regulação comportamental regulamenta as matérias relacionadas com a forma como as instituições financeiras desenvolvem o seu negócio junto dos seus clientes, visando salvaguardar os interesses dos mesmos através de normativos que, a título de exemplo, podem assumir as seguintes diretrizes: a definição de orientações relativas às formas de comercialização de produtos e serviços financeiros, a obrigatoriedade de divulgação de informação e a exigência de condutas íntegras, éticas e transparentes tanto por parte das instituições financeiras como dos profissionais que as representam.

Assim sendo, cabe ao regulador promover simultaneamente a concorrência e a conduta transparente dos vários intervenientes do sistema financeiro, de modo a promover a eficiência nos sistemas financeiros e a garantir a integridade e a fiabilidade da informação disponibilizada ao mercado, reforçando a confiança pública, da qual a estabilidade e o desenvolvimento do sistema bancário, em particular, são tão dependentes.

3.3.A Supervisão

O conceito supervisão não possui uma definição universalmente aceite, contudo é possível identificar traços comuns na literatura, os quais definem a atividade de supervisão, no sentido estrito, como sendo o acompanhamento da atividade das instituições financeiras reguladas e a fiscalização do cumprimento das normas que lhes estão prescritas, através de processos administrativos e intervenções concretas, podendo as mesmas assumir um carácter sancionatório e, no sentido lato, como a junção das tarefas anteriormente referidas com responsabilidades e poderes de natureza regulamentar (Malaquias *[et al.]*, 2009).

Malaquias *[et al.]* (2009) distinguem ainda a supervisão prudencial da supervisão comportamental, pois enquanto a primeira visa, através de uma ação *ex ante*, garantir atuações prudentes por parte dos agentes económicos, desincentivando a

tomada excessiva de riscos e fomentando o reforço da solvabilidade e liquidez das instituições financeiras reguladas, a segunda tem como objectivo acompanhar a atividade das entidades reguladas junto dos clientes, numa ação *ex post*, visando aferir o grau de cumprimento das normas vigentes e aplicar o respectivo sancionamento, caso sejam detectadas infracções. Cavaleiro (2010) complementa ainda o conceito de supervisão comportamental, sugerindo que esta alberga as funções de regulação e supervisão da conduta das instituições financeiras nos mercados financeiros a retalho, de modo a atenuar os problemas decorrentes da informação imperfeita característicos dos instrumentos financeiros, garantindo assim uma maior equidade e eficiência nesses mercados.

Cavaleiro (2010) acrescentou ainda que a supervisão prudencial pode ser subdividida em supervisão microprudencial e macroprudencial, distinguindo dessa forma uma supervisão cujo âmbito se circunscreve mais nas instituições financeiras e nas suas relações com os clientes (assumindo por isso uma dimensão mais micro), de outra supervisão cujo âmbito é significativamente mais alargado que o da tipologia anterior, uma vez que procura identificar no global, factores que possam influenciar o local, pretendendo aferir a probabilidade de ocorrência de choques adversos, assim como estimar a dimensão potencial das eventuais consequências decorrentes dos mesmos sobre o sistema financeiro.

A supervisão microprudencial persegue então, como objectivo geral, a definição de incentivos a práticas responsáveis por parte das instituições financeiras, em termos de solvabilidade e liquidez, de modo a salvaguardar os valores que lhes são confiados, reforçando, simultaneamente, a confiança pública nas atividades por estas empreendidas e a estabilidade nos sistemas financeiros (Cavaleiro, 2010). A supervisão macroprudencial,³⁴ por seu turno, procura avaliar e acompanhar os riscos que emergem quer dos mercados, quer do sistema financeiro no seu todo, com o intuito de detectar possíveis vulnerabilidades promotoras de desequilíbrios sistémicos (Cavaleiro, 2010).

Assim sendo, a literatura financeira atribui à supervisão como principais propósitos a manutenção da estabilidade sistémica, da resiliência dos sistemas

³⁴ O BP, decorrente do exercício desta função, divulga anualmente um documento onde consta a análise intercalar da evolução do sistema financeiro português, designado de “Relatório de Estabilidade Financeira” (CAVALEIRO, 2010).

financeiros, da equidade nas transações e a promoção da confiança pública, salvaguardando os interesses dos clientes, através do fomento de práticas e condutas transparentes por parte das instituições financeiras, regulando, fiscalizando e sancionando em conformidade.

Ainda no que respeita à atividade de supervisão importa referir que a mesma pode ser concretizada através da prossecução de diferentes modelos, os quais variam consoante as especificidades dos sistemas financeiros em causa. Assim, é possível distinguir três modelos de supervisão, designadamente: o Modelo de Supervisão Institucional, o Modelo de Supervisão por Objectivos e o Modelo de Supervisão com um Único Regulador (Santos, 2002).

O Modelo de Supervisão Institucional é o modelo mais tradicional de supervisão, sendo principalmente adoptado a sistemas financeiros em que há a clara distinção dos três segmentos de mercado – financeiro, bancário e segurador - e onde cada operador circunscreve a sua atividade a um dos segmentos referidos. A cada segmento é atribuída uma autoridade de supervisão a qual é responsável por acompanhar todas as vertentes da atividade do intermediário financeiro, compreendendo os processos de seleção de entrada, o próprio desenvolvimento da atividade e até as eventuais saídas do sistema financeiro.

Este modelo de supervisão permite um acompanhamento mais eficaz das entidades supervisionadas, pois possibilita um maior grau de especialização da autoridade de supervisão no controlo por segmento e evita a duplicação de controlos. Contudo, importa referir que o seu ambicioso objectivo – controlo de toda a atividade dos operadores financeiros – pode ser visto também como a sua principal desvantagem, uma vez que pode suscitar sérios conflitos entre os vários propósitos a que se propõe.

A transformação dos sistemas financeiros evidenciada pela tendência para a diversificação das atividades dos vários segmentos que os compõem, para a emergência de conglomerados financeiros de grande dimensão e para uma crescente integração dos mercados e instrumentos financeiros, tornam inadequado o modelo de supervisão institucional, pois as vantagens que lhe eram reconhecidas, com tais mudanças, deixam de se verificar.

No Modelo de Supervisão por Objectivos³⁵ as autoridades de supervisão centram-se nos objectivos da regulação, pelo que o controlo efectuado a todos os intermediários e mercados é realizado por mais do que uma autoridade de supervisão, independentemente da sua natureza jurídica, das funções ou atividades que desenvolvam. Este modelo de supervisão é o mais adequado para sistemas financeiros com elevada integração dos mercados, com operadores multifuncionais e conglomerados, na medida em que possibilita uma uniformização da regulação para entidades distintas mas que desenvolvem as mesmas atividades. Contudo não se pode refutar as suas desvantagens, destacando-se a duplicação ou a falta de controlos quando não há uma clara delimitação das áreas de responsabilidade e os elevados custos de supervisão associados a este modelo, decorrentes da forma de controlo que o caracteriza.

O Modelo de Supervisão com um Único Regulador³⁶, tal como a própria designação indicia, consiste num modelo de supervisão no qual existe uma única autoridade de controlo, separada do Banco Central, encarregue da supervisão de todos os mercados e intermediários. As suas funções visam abranger todos os objectivos da regulação: a estabilidade do sistema financeiro, a promoção da transparência, a proteção dos clientes e a eficiência dos mercados. A existência de uma autoridade única de supervisão permite à mesma a construção de uma visão unificada, integrada e geral da realidade do sistema financeiro; contudo o seu sucesso depende da rapidez do processo de decisão, o que obriga a um elevado grau de organização interna, estruturação e coordenação, de modo a prosseguir tal fim. Importa ainda referir que este modelo de análise, dada a sua abrangência, enfrenta dificuldades devido à enorme quantidade de objectivos de regulação que persegue e à conflitualidade³⁷ que, por vezes, surge entre eles.

³⁵ Como exemplo de uma Supervisão por Objectivos identifica-se o Sistema Italiano, no qual desde 1998, o Banco de Itália e o *Consob* (*Commissione Nazionale per le Società e la Borsa*) partilham a supervisão dos serviços financeiros, sendo o primeiro responsável pelo controlo do risco e da estabilidade financeira, e o último pela transparência e comportamento dos intermediários.

³⁶ Este modelo de supervisão foi adoptado pelo Reino Unido, o qual deu origem à *Financial Services Authority*, resultante da fusão das autoridades de supervisão anteriores.

³⁷ A título de exemplo, apresenta-se o *trade off* entre os objectivos de regulação: promoção da concorrência e promoção da estabilidade do sistema financeiro, em que o alcance de um implica efeitos negativos sobre o outro.

No contexto atual, verifica-se que não existe um modelo de supervisão predominante, identificando-se uma grande disparidade nas escolhas dos países europeus. Países como a Dinamarca, a Suécia e o Reino Unido adotaram o Modelo de Supervisão com um Único Regulador, já a Áustria, Alemanha, Luxemburgo, Finlândia, as tarefas de supervisão bancária são atribuídas a uma agência. No caso português,³⁸ vigora o Modelo de Supervisão Institucional, comumente designado de Modelo Tripartido, em que os três segmentos de mercado - bancário, financeiro e segurador – têm como entidades de supervisão específica o Banco de Portugal (BP), a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e o Instituto de Seguros de Portugal (ISP), respectivamente.

Assim sendo, depreende-se que o Modelo de Supervisão Institucional predomina enquanto modelo de supervisão adotado, contudo importa salientar que é também possível identificar modelos de supervisão que resultam de um certo *mix* dos modelos anteriormente apresentados.

3.4.Contexto propulsor da recente Reforma da Regulação e Supervisão

O período de 2007 a 2009 marcou significativamente a Europa e o resto do mundo, pois vivenciou-se a crise financeira mais severa desde o *Credit Crunch* em 1929. A crise do *Subprime* teve como berço os EUA e assumiu inicialmente uma natureza financeira, no entanto esta foi-se metamorfoseando e difundido ao longo do tempo, tendo contagiado vários pontos do globo de forma bastante diferenciada.

A crise financeira global veio colocar no centro do debate internacional a importância da estabilidade do sistema financeiro, enquanto condição primária para o desenvolvimento da economia mundial e, consequentemente, demonstrou também a importância que a sustentabilidade das finanças públicas dos países assume no financiamento das instituições financeiras, uma vez que o seu desequilíbrio ocasiona, tal

³⁸ Apesar de o modelo de supervisão vigente ser o Modelo de Supervisão Institucional importa referir que ao mesmo sucederá o Modelo *Twin Peaks*, onde a supervisão dos três segmentos de mercado passará a estar sobre a alçada de duas entidades de supervisão autónomas. No Subcapítulo 3.5 – Reforma da Regulação e Supervisão – Europa e Portugal é possível aceder a um tratamento mais detalhado da transição dos modelos de supervisão no contexto nacional.

como observado na recente crise, dificuldades acrescidas na captação dos recursos necessários ao financiamento economia real (Costa, 2011). A incerteza relativa à evolução da atividade económica e à sustentabilidade das finanças públicas de alguns países lesou a confiança dos investidores, conduzindo a severas pressões nos mercados de dívida pública, as quais constituíram fortes obstáculos ao financiamento de curto prazo de alguns Estados-Membros,³⁹ como foram casos a Grécia, Irlanda, Portugal, Itália e Espanha. Assim, é a estabilidade do sistema financeiro que permite que este tenha capacidade de financiar a economia, de acordo com o estágio de desenvolvimento na qual esta se encontra, pelo que a salvaguarda deste equilíbrio é do interesse público, uma vez que as consequências que dele decorrem são também um resultado partilhado.

O recente episódio financeiro colocou em evidência um conjunto de vulnerabilidades presentes na regulação e na supervisão do sistema financeiro global (Larosière [et al.], 2009), que com graus diferenciados de contribuição incitaram aos desalinhamentos de incentivos observados, sendo por isso relevante, tomá-los em consideração, num momento como o atual, de desenvolvimento e aperfeiçoamento da nova regulação financeira (Portugal, 2010b). Assim sendo, a estrutura de incentivos que vigorava permitiu: que alguns dos maiores bancos internacionais se alavancassem excessivamente, mesmo apresentando rácios de adequação de fundos próprios bastante superiores aos mínimos exigidos; a assunção de uma conduta pouco transparente quer no que respeita às posições assumidas em determinadas tipologias de produtos (de maior complexidade), quer ao real perímetro de responsabilidades potenciais, dificultando a avaliação e a percepção prévia e atempada da potencial dimensão dos efeitos de contágio no sistema financeiro; a adopção de políticas de remuneração da equipa de gestão baseadas em objectivos de curto prazo, incitando a uma assunção excessiva de riscos; a instalação de uma certa inércia por parte dos investidores, levando-os a tomar as notações das agências de *rating*⁴⁰ como certas, reduzindo os seus esforços na avaliação dos riscos incorridos; e por fim, alimentou ainda, a falsa crença de

³⁹ Especialmente Grécia, Portugal e Irlanda.

⁴⁰ As Agências de *Rating* de Crédito tiveram grande responsabilidade na deflagração da crise do *Subprime*, pois classificaram os derivados de crédito, que estiveram na base daquele desequilíbrio financeiro, com a distinção máxima de qualidade – AAA – sinalizando, por essa via, uma falsa qualidade de crédito. Tal incitou investidores, fundos de investimento e instituições bancárias de todo o mundo a disputar entre si pela aquisição destes títulos, havendo, por essa via, a rápida difusão destes títulos altamente tóxicos..

que mercados de transação de determinados ativos, bem como os próprios mercados de financiamento, permaneceriam líquidos em qualquer circunstância, levando instituições financeiras a acomodarem grandes desequilíbrios nos seus balanços, devido ao significativo diferencial de maturidades entre os ativos e os passivos, resultante da elevada dependência destes relativamente aos mercados de financiamento por grosso de muito curto prazo (Portugal, 2010b, Portugal, 2010c).

A regulação, vigente no período que antecedeu a crise financeira visada, albergou assim estes comportamentos desalinhados, camuflando, consequentemente, importantes fontes de desequilíbrio que foram responsáveis pelo exacerbamento da crise financeira global em termos de magnitude, abrangência e duração (Portugal, 2010c).

Com base no conjunto de vulnerabilidades anteriormente apresentado, académicos, governos, bancos centrais, reguladores, entidades supranacionais encetaram significativos esforços no sentido de avaliar quais as possibilidades existentes à anterior regulação, visando sustentar teoricamente as alternativas que conduzissem a alterações regulatórias promotoras de uma maior capacidade de absorção de choques económicos e financeiros por parte dos sistemas bancários e, concomitantemente fomentassem uma melhor gestão dos riscos, assim como uma maior transparência no desenvolvimento da sua atividade (Portugal, 2010c). Assim sendo, foi possível verificar que do processo anterior resultou a emergência de duas esferas regulatórias complementares, a regulação microprudencial e a regulação macroprudencial. Enquanto a primeira esfera integra as medidas que visam melhorar a resiliência das instituições bancárias face a períodos de maior turbulência financeira, a segunda integra as medidas que visam atenuar a geração de riscos sistémicos decorrentes do ciclo de crédito (Portugal, 2010c).

Tendo em consideração os objectivos gerais da nova regulação, constata-se que as políticas que derivam da mesma se concentram em essencialmente três áreas de intervenção: capital, risco de liquidez e risco sistémico (Portugal, 2010c).

Relativamente ao capital, a recente crise financeira global demonstrou a postura imprudente de muitas instituições bancárias que postularam a sua atividade no pressuposto da liquidez ilimitada dos mercados, não procedendo à devida acumulação

de reservas para fazer face a situações de maior tensão nos mercados, o que, por essa via, conduziu a que, neste grave fenómeno financeiro, se assistisse a uma rápida erosão da qualidade e da quantidade do capital base dos bancos, extensível a várias geografias devido à grande e profunda integração financeira que caracteriza a atual economia mundial. Com base nas observações deste passado recente, foram muitos os que defenderam um aumento da qualidade do capital, devido a argüírem que também este deverá considerar os impactos sistémicos que poderão advir de um episódio de crise (Ayadi [et al.], 2012, Brunnermeier [et al.], 2009, Portugal, 2010c). Contudo, Brunnermeier [et al.] (2009) alertam que as instituições financeiras não sistémicas, devido ao efeito de *herding*,⁴¹ podem também desencadear um efeito sistémico numa situação de crise, pelo que os novos requisitos mínimos de capital deverão ser suficientemente sólidos para prevenir e considerar estes potenciais eventos. Ainda no que respeita ao capital, outros académicos refletem acerca de outras dimensões, nomeadamente acerca das políticas remuneratórias dos gestores, defendendo não só a sua definição e acompanhamento por parte das autoridades de supervisão (Brunnermeier [et al.], 2009), como também a imposição de limites às mesmas (Acharya [et al.], 2009), de modo a evitar os desalinhamentos de incentivos observados no passado, onde os objectivos de curto prazo, como já referido, nortearam a atividade bancária.

No que respeita ao risco de liquidez, é oportuno salientar alguns aspectos contidos no documento *Liquidity Risk: Management and Supervisory Challenge*,⁴² publicado pela Comissão de Basileia e Supervisão Bancária (CBSB), em Fevereiro de 2008, resultante do trabalho desenvolvido por *Working Group on Liquidity* (WGL), no

⁴¹ *Herding* é um conceito passível de assumir várias definições, contudo, genericamente, designa o fenómeno em que existe uma correlação de comportamentos entre os indivíduos, que num contexto de mercado pode ocasionar uma elevada volatilidade nos espaços de transação, a formação de expectativas erradas, modas, bolhas especulativas, entre outros efeitos, sendo por isso apontado como um dos principais responsáveis por certos movimentos desmesurados nos preços e pela desestabilização dos preços vigentes no mercado (LOBÃO, 2003).

⁴² Este trabalho procurou identificar os desenvolvimentos do risco de liquidez, no qual a evolução dos mercados financeiros foi identificada como um factor de influência do risco em análise, refletiu ainda acerca dos sistemas nacionais de supervisão e apresentou as linhas de investigação futuras, orientadas essencialmente para o reforço da gestão e supervisão do risco de liquidez, visando atender assertivamente às fragilidades, por estes observadas, no período inicial de turbulência no mercado. Este trabalho não constitui, em si, um texto regulatório, contudo destaca-se o relevante papel dos seus resultados para a definição dos *Principles for Sound Liquidity Risk Management and Supervision* (os quais podem ser consultados em Anexo III).

qual se encontram reflectidas as principais fragilidades observadas nos mercados em termos do risco de liquidez. Deste modo, as evidências deste trabalho apontam para as seguintes fragilidades:⁴³ o desrespeito, por parte de alguns bancos, dos princípios básicos de gestão do risco de liquidez, quando a liquidez era abundante, confirmando o sugerido por Acharya [*et al.*] (2011) que, durante períodos de crescimento o nível de ativos de maior liquidez tende a diminuir colectivamente; outra fragilidade identificada decorreu do facto, da estrutura de muitos dos bancos não ser adequada às grandes exposições que estes assumiam, impedindo dessa forma uma representação satisfatória dos seus riscos de liquidez resultantes quer dos produtos individuais que detinham, quer das linhas de negócios que prosseguiam; e, por último, os seus resultados sugerem que, tal como já anteriormente referido, muitos bancos não reservaram o montante de liquidez necessário para satisfazer as suas obrigações contingentes, de natureza contratual ou extracontratual, por considerarem que a exigência futura das mesmas seria altamente improvável (Acharya [*et al.*], 2011).

De acordo com as vulnerabilidades descritas, um conjunto de académicos sugeriu que a nova regulação deve promover uma gestão mais prudente e eficaz, por parte das instituições bancárias, do risco de liquidez subjacente à sua estrutura de balanço, devendo criar incentivos para que: o financiamento por estas obtido seja de médio e/ou longo prazo (Brunnermeier [*et al.*], 2009); haja a definição de mínimos para os rácios de liquidez (Acharya [*et al.*], 2009, Ayadi [*et al.*], 2012); se determine a constituição de um *buffer* de ativos líquidos (Acharya [*et al.*], 2011), em períodos favoráveis, permitindo-lhes não só atenuar o *mismatch* entre as maturidades dos ativos e passivos, mas também aumentar a sua resiliência face a turbulências nos mercados.

A recente crise financeira constitui um exemplo flagrante da materialização do risco sistémico, levando inúmeros académicos a questionar determinadas lacunas regulatórias que deram condições para que as instituições bancárias o exacerbassem através de uma condução imprudente do seu negócio. Tal como exposto anteriormente, os bancos contornaram certas limitações à sua atividade de crédito, adoptando processos mais sofisticados que lhes permitia que certas operações não fossem expressas nos seus balanços patrimoniais e, consequentemente, não fossem tão claras as suas características

⁴³ Importa salientar, que as fragilidades que serão enumeradas foram observadas no período inicial da turbulência financeira.

e implicações, dificultando significativamente a gestão e a percepção do risco subjacente às mesmas. Assim, por conseguinte, surgiram vozes que defenderam que a regulação das exposições extrapatrimoniais constituía uma emergência legislativa, dado o potencial sistémico que detinham (Acharya *[et al.]*, 2009) e a necessidade de um maior controlo e supervisão do mesmo.

A turbulência financeira vivenciada colocou também em destaque a relação próxima que existe, em determinadas circunstâncias e com intervenientes específicos (*too-big-to-fail* e *too-interconnected-to-fail*), entre o risco sistémico e o risco moral, pois instituições financeiras, cuja estabilidade está intrinsecamente relacionada com a estabilidade de um grande número de indivíduos e entidades, facilmente se apercebem que numa situação de desequilíbrio serão rápida e prontamente resgatadas em nome de um bem superior (Portugal, 2010b). Contudo tal situação ilustra o grande risco que esta tipologia de organizações emana, pois esta característica dimensional ou de interconexão com o meio determina a relevância da sua estabilidade para o equilíbrio do todo colectivo, instigando, por essa via, à assunção de maiores riscos da sua parte, pelo que, com base na dimensão potencial do impacto do risco moral subjacente à condução dos negócios por partes destas instituições financeiras, muitos académicos defendem a regulação dos riscos sistémicos (Acharya *[et al.]*, 2009, Bonfim *[et al.]*, 2012, Brunnermeier *[et al.]*, 2009), sendo identificado como essencial o desenvolvimento de um instrumento que permita a identificação das instituições com carácter sistémico, de modo a assim ser possível responsabilizá-las pelas práticas imprudentes, determinando a internalização dos custos sistémicos gerados sobre o sistema financeiro, por parte destas (Brunnermeier *[et al.]*, 2009). Consonantes com os académicos anteriores, Acharya *[et al.]* (2009) sugerem que a regulação prudencial deve ser adaptada ao carácter sistémico das instituições, devendo a exigência e a restritividade das normas legislativas variar consoante o seu efeito potencial, em termos de risco sistémico, sobre a economia no seu todo. Brunnermeier *[et al.]* (2009) sugerem ainda que a supervisão microprudencial deve ser complementada por uma supervisão macroprudencial, pois tal, permitirá através do ajustamento dos rácios microprudenciais, considerar o risco sistémico de cada instituição financeira.

Uma outra perspectiva acerca dos desafios à regulação e supervisão é a que é apresentada por Ayadi *[et al.]* (2012) e Cavelaars *[et al.]* (2012), os quais sugerem que a direção da reforma regulatória motivará fortes alterações sobre a dimensão, o crescimento, os modelos de negócio⁴⁴ e sobre a própria estrutura do sistema financeiro no seu todo, pelo que defendem que a regulação deve acompanhar a evolução destes factores, de modo a acautelar determinados riscos que deles podem advir,⁴⁵ pois não se pode desconsiderar o facto de que diferentes modelos de negócio implicam necessariamente a assunção de riscos distintos, quer seja em termos da sua natureza, quer seja em termos de diferenciais de contribuição, pelo que uma regulação *standard* pode-se mostrar ineficiente e insuficiente para mitigar a materialização e a difusão desses riscos, responsáveis pelas últimas perturbações financeiras vivenciadas (Cavelaars *[et al.]*, 2012).

Assim, de acordo com o que foi referido anteriormente, Cavelaars *[et al.]* (2012)⁴⁶ defendem que é essencial, reguladores e supervisores compreenderem o melhor possível, como a rentabilidade das instituições bancárias é gerada e consequentemente, quais os riscos a que um banco, o sector bancário e, extensivamente, a economia no seu todo, estão expostos nesse processo de geração de resultados, sugerindo, por conseguinte, uma reformulação da tradicional supervisão prudencial, adicionando às habituais análises da adequação da gestão de capital, de liquidez e dos riscos dos bancos, a observação e o acompanhamento dos seus modelos de negócio, procurando-se identificar e avaliar os riscos, atendendo às atividades, grupos de clientes, canais de distribuição e fontes de receitas das entidades bancárias.

Ayadi *[et al.]* (2012) e Cavelaars *[et al.]* (2012) sugerem assim que as especificidades de cada modelo de negócio devem ser consideradas pela regulação e pela supervisão, adequando os normativos legislativos e as práticas de monitorização aos alvos dos mesmos, uma vez que a *standardização* de procedimentos pode ser injustificadamente exigente para uns modelos e significativamente laxativa para outros.

⁴⁴ Entenda-se por modelo de negócio a forma como uma entidade, bancária ou não, desenvolve a sua atividade, contemplando aspectos como os meios de financiamento utilizados, a tipologia de serviços que presta para gerar a sua rentabilidade e a natureza dos riscos que assume para ocasionar a mesma (CAVELAARS e PASSENIER, 2012).

⁴⁵ Principalmente, os riscos específicos a cada modelo de negócio.

⁴⁶ É possível observar no Anexo II, Gráfico 9.2 e Gráfico 9.3 informação mais detalhada acerca do estudo conduzido por Cavelaars *[et al.]* (2012)

A elevada interdependência que caracteriza o mercado financeiro global combinada com a mobilidade quase instantânea dos ativos de um país para outro, desafia significativamente a estabilidade financeira global, obrigando a que esta não seja apenas garantida por princípios e normas emitidos por autoridades internacionais, mas impelindo a que estes sejam ratificados e totalmente transpostos para a legislação nacional em todo o mundo (Moshirian, 2011). Sendo a estabilidade financeira global um bem público, garantir a mesma é uma responsabilidade de todos os países, daí que a nova arquitetura financeira internacional resulte da relação solidária e interdependente dos reguladores nacionais e internacionais (Moshirian, 2011).

Decorrente do referido anteriormente, compreende-se a razão pela qual a recente crise financeira fez emergir uma resposta global, pois ao colocar em causa o crescimento da economia mundial, incitou à coordenação e articulação das economias avançadas, das autoridades e entidades⁴⁷ de relevo nestas matérias, por forma a desenvolverem rapidamente os dispositivos normativos que resultaram na reforma da regulação e supervisão financeira. Esta coordenação internacional teve por objectivo não só o restabelecimento da estabilidade e da confiança nos mercados e nas instituições financeiras, mas também visou assegurar uma maior coerência e harmonização das práticas e dos resultados normativos, de modo a evitar distorções e a garantir uma equidade de natureza concorrencial entre as diferentes economias do globo (Portugal, 2010b).

Em suma, esta crise financeira global veio, num contexto de contínuo aprofundamento da integração económica mundial, demonstrar alguma incapacidade por parte dos governos de alguns países, das autoridades monetárias e de supervisão na adaptação do seu papel e da sua intervenção à nova configuração das relações económicas e financeiras internacionais (Portugal, 2010c). As gravosas consequências que dela decorreram resultaram da materialização de um conjunto de riscos que já

⁴⁷ São exemplos os Líderes do G20 (ministros das finanças e representantes máximos dos BCs das 19 maiores economias do mundo, mais o Presidente do Conselho Europeu e o Presidente da Comissão (União Europeia), os quais têm como objectivo cooperar e discutir matérias relacionadas com o sistema financeiro internacional), o *Financial Stability Forum* (FSF), *Financial Stability Board* (FSB), CBSB, Comissão Europeia (CE), *International Accounting Standards Board* (IASB), *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS), *Committee of European Insurance and Occupational Pensions Supervisors* (CEIOPS), *Committee of European Securities Regulators* (CERS), cujas funções e os objectivos serão desenvolvidos em maior detalhe no subcapítulo 3.5. A nova arquitetura da regulação e supervisão financeira.

havia sido identificados, mas cuja regulação e entidades de supervisão lhes havia subestimado o seu verdadeiro impacto potencial. Assim, a recente crise financeira global demonstrou a importância de proteger e reforçar a estabilidade do sistema financeiro, incitando a uma profunda reforma da política regulatória internacional, tal como evidenciado pelas recomendações do grupo de Larosière [et al.] (2009), presentes sumariamente na Tabela 3.1.

Principais Recomendações do Relatório de Larosière [et al.] (2009)	
i.	Revisão dos fundamentos das regras do Acordo de Basileia II.
ii.	Revisão da regulação das Agências de <i>Rating</i> de Crédito.
iii.	Revisão e criação de regras contabilísticas mais expeditas relativamente ao tratamento de produtos financeiros complexos.
iv.	Reforço dos poderes de supervisão (incluindo poderes sancionatórios) às autoridades competentes dos Estados-Membros, para assegurarem o cumprimento pelas instituições financeiras das regras que lhes são aplicáveis.
v.	Reforçar a transparência dos mercados financeiros.
vi.	Criação e adopção de um conjunto de regras fundamentais internacionalmente harmonizadas.
vii.	Melhorar o alinhamento dos incentivos de compensação das equipas de gestão com os interesses dos acionistas e a rentabilidade de longo prazo da empresa.
viii.	Melhoria dos processos de gestão do risco das instituições financeiras, devendo os mesmos serem conduzidos de forma independente e responsável, através da realização de testes de <i>stress</i> eficazes.
ix.	Desenvolvimento de um enquadramento regulamentar coerente e viável para a gestão de crises na União Europeia.

Tabela 3.1 - Principais Recomendações do Relatório de Larosière

Fonte: Elaboração do próprio autor, com base na informação do Relatório de Larosière (2009), pp. 19-68.

3.5.Reforma da regulação e supervisão – Europa e Portugal

A reforma da regulação financeira resultou dos esforços de coordenação e articulação internacional encetados por inúmeros organismos, tal como previsto e recomendado pelo Relatório de Larosière [et al.] (2009), pois

“... *the world's monetary authorities and its regulatory and supervisory financial authorities can and must do much better in the future to reduce the chances of events like these happening again.*” ((Larosière [et al.], 2009), p. 6)

Com base nos desafios à regulação e supervisão anteriormente identificados, as autoridades supranacionais, os governos e as próprias instituições financeiras foram confrontados pela obrigatoriedade de mudança de paradigma sobre o qual, até então, a atividade financeira e, em particular, as operações bancárias estavam assentes (Costa, 2012). O novo enquadramento regulamentar deve incitar a essa mudança, exigindo modelos de negócio menos alavancados e com uma capitalização mais forte, de modo, a dessa forma responder mais adequadamente às tendências emergentes identificadas, designadamente: à crescente complexidade das instituições financeiras, das suas atividades, dos instrumentos financeiros desenvolvidos e do próprio sistema em que se integram; às mudanças na dinâmica de funcionamento das instituições decorrentes da inovação financeira; à existência de um sistema bancário paralelo (*shadow banking*) de importância crescente, uma vez que resulta da capacidade das instituições financeiras contornarem as limitações normativas a que estão sujeitas; e, por último, à crescente integração dos sistemas financeiros associada às múltiplas interconexões que se vão estabelecendo, ampliando, simultaneamente, os canais de contágio e a rapidez da sua repercussão (Costa, 2012).

Com base nas recomendações de Larosièrre [et al.] (2009) e nos desafios e tendências identificados, a reforma do enquadramento regulatório visou essencialmente desenvolver normativos internacionais harmonizados de modo a fomentar: o restabelecimento dos incentivos adequados no sistema financeiro, o reforço da resiliência dos sistemas bancários e o aprimoramento das práticas de supervisão. Assim sendo, importa analisar quais as medidas gerais que Europa prosseguiu e, particularizar, as políticas adoptadas por Portugal para responder não só, aos desafios partilhados com Europa, mas também, e principalmente, ao contexto adverso específico pelo qual a economia portuguesa atravessou e no qual ainda permanece.

Tal como é do conhecimento de todos, a crise financeira global reproduziu-se de forma madrastra na Europa, tendo levado alguns Estados-Membros a um cenário grave de desequilíbrio e descredibilização financeira, o que obrigou a entidades, como a CE, o BCE e o FMI, a repensar nas vulnerabilidades dos sistemas de regulação e supervisão europeus e a desenvolver mecanismos que promovessem o restabelecimento da confiança nos sistemas financeiros que foi tão fustigada nesse período, tendo, por isso,

sido assumido como prioritário o estabelecimento de mecanismos reforçados de disciplina orçamental e o desenvolvimento do mecanismo de estabilidade europeu.

A necessidade de reestabelecer os incentivos adequados no sistema financeiro, desencadeou a instalação de um sentido de urgência na correção das práticas erradas e dos incentivos distorcidos identificados, conduzindo à introdução de mecanismos inibidores de comportamentos assentes na tomada excessiva de riscos, tais como: esquemas de remuneração não relacionados com objectivos de curto prazo, introdução de sistemas de controlo interno mais exigentes, medidas mais protecionistas dos interesses dos clientes dos bancos a retalho, exigência de uma divulgação mais detalhada das características dos seus produtos, incitando a condutas mais transparentes e prudentes em termos de liquidez nos mercados de derivados, por parte das instituições financeiras.

Na prossecução deste intento, a reforma da regulação financeira materializou-se na Europa em: alterações nos regimes regulatórios das titularizações complexas e da composição das carteiras de negócio, com o intuito de clarificar as implicações e os riscos subjacentes às mesmas, legitimando dessa forma exigências em termos de capacidade de absorção de perdas consonantes com o predomínio dessas operações no desenvolvimento da atividade; em recomendações de políticas de remuneração a adoptar, emitidas pela CE, com o intuito de as tornar neutras em termos de estímulo à tomada de maiores riscos; em mecanismos de intervenção e prevenção harmonizada de crises; e por fim, em recomendações de melhoria à resiliência dos mercados de derivados, emitidas pela CE, de modo a evitar que situações como as do passado recente se reproduzam novamente, visando assim fomentar a devida transparência e liquidez nestes mercados.

Ao nível nacional, esta reforma regulatória traduziu-se: em sistemas de controlo interno mais exigentes, cuja responsabilidade da sua aprovação, implementação e adequação é atribuída aos órgãos de administração (Aviso do BP n.º5/2008); em normas e recomendações que definem a política de remuneração a aplicar aos membros dos órgãos de administração, fiscalização e colaboradores das instituições financeiras⁴⁸

⁴⁸ Por instituições financeiras considere-se: as instituições de crédito, empresas de investimento e sucursais estabelecidas em Portugal cuja sede se situa fora da UE.

(Aviso do BP nº10/2011); na criação de um regime de intervenção preventiva, correctiva e de resolução, que dota o BP de poderes para intervir nas instituições financeiras em desequilíbrio, podendo implementar medidas de resolução, recorrendo para tal, aos recursos que compõem o Fundo de Resolução,⁴⁹ criado para esse fim (Decreto-lei n.º31-A/2012); e por último, o BP definiu os deveres de informação que as instituições de crédito deverão observar nos seus clientes aquando da negociação dos seus contratos de empréstimo, de modo a procederem a uma melhor avaliação da sua capacidade de crédito (Instrução do BP n.º 45/2012 e Aviso BP n.º16/2012).

A crise financeira global demonstrou não só a fraca capacidade de absorção de perdas de muitas instituições bancárias, não sendo as de maior dimensão uma exceção, mas também a imprudente gestão do risco de liquidez que muitas desempenharam, verificando-se mesmo situações de inadequabilidade e até de inexistência de planos de contingência para fazer face a situações de tensão de liquidez nos mercados, pelo que o reforço dos capitais e da gestão do risco de liquidez consubstanciam grande parte dos esforços normativos que visaram melhorar a resiliência dos sistemas bancários. Na prossecução deste propósito, a reforma da regulação na Europa ganhou materialidade com a introdução de alterações nos normativos que regulavam a qualidade e a quantidade dos fundos próprios dos bancos, com a implementação de medidas restritivas à alavancagem destas instituições financeiras (rácio de alavancagem) e com a definição de princípios globais de gestão do risco de liquidez, assentes em medidas de natureza contracíclica, exigindo uma postura dos bancos mais proactiva e prudente face ao risco de liquidez, obrigando-os a reservar valor nos momentos expansionistas do mercado, de modo, a nos momentos de maior tensão financeira, estes disporem da liquidez necessária ao desenvolvimento escorreito da sua atividade.

As alterações regulamentares referidas consubstanciaram uma parte importante do novo enquadramento regulatório internacional, desenvolvido pela CBSB em resposta às graves falhas de regulação e supervisão que foram detectadas aquando da crise financeira global, tendo sido designado por Acordo de Basileia III.⁵⁰ Este documento regulamentar constitui o primeiro esforço regulatório internacional de definição e

⁴⁹ O Fundo de Resolução é constituído essencialmente por recursos das instituições financeiras que estão sujeitas à aplicação das medidas de resolução.

⁵⁰ Este será alvo de maiores detalhes no Capítulo III.

harmonização das normas prudenciais de gestão do risco de liquidez, pois embora existisse nalgumas jurisdições⁵¹ regulação relativa a este risco, não havia a necessária uniformidade global no tratamento destas matérias. A nível nacional foram várias as medidas implementadas pelo BP com o intuito tanto de reforçar os níveis de capital das instituições bancárias como de promover a gestão mais rigorosa do risco de liquidez, distinguindo-se como principais: a transposição das disposições do Acordo de Basileia III para a regulação bancária portuguesa, fixando-se mínimos regulamentares para o Rácio *Core Tier1* de 9% e 10%, a cumprir até ao final de 2011 e 2012 respectivamente; a implementação de um processo de desalavancagem gradual, apoiado por medidas de cedência de liquidez⁵² e de reforço da solvabilidade;⁵³ a recomendação de retenção dos resultados do exercício, por parte das instituições financeiras, contudo quando tal não é possível, incentivar ao seu reinvestimento imediato sob a forma de capital, reforçando os seus fundos próprios em termos efetivos (Carta-Circular n.º1/2012/DSP); e, por último, a reformulação do anterior enquadramento regulamentar da gestão do risco de liquidez, incorporando maiores exigências de reporte informacional, estabelecendo a obrigatoriedade de prestação de informação previsional ao BP mensalmente, podendo esta periodicidade alterar-se consoante as especificidades do período em vigor (em períodos de crise este requisito pode ser exigido com maior frequência) ou consoante as particularidades das instituições financeiras reguladas (Instrução 13/2009).

Um outro aspecto que esteve na base da recente reforma regulatória foi a necessidade de reforçar as práticas de supervisão, de modo a assegurar um acompanhamento mais próximo e rigoroso, promovendo práticas mais prudentes por parte das instituições financeiras e uma intervenção mais oportuna das autoridades.

Em resposta à crise financeira global, os líderes do G20 anunciaram, aquando da Cimeira de Washington em Novembro de 2008, várias medidas para incitar ao

⁵¹ No exercício da supervisão prudencial do sistema financeiro, o Banco de Portugal acompanhava o risco de liquidez desde 2000, data em que emitiu a Instrução nº1/2000, na qual exigia a divulgação de informações relacionadas com a liquidez de cada instituição financeira regulada, nomeadamente a maturidade dos seus ativos e passivos e as probabilidades de incumprimento esperadas em períodos recessivos (PORTUGAL, 2010b).

⁵² Nomeadamente, uma variedade maior de ativos disponíveis como colateral, emissão de obrigações garantidas pelo governo até ao montante total de 35 mil milhões de euros.

⁵³ Uma vez que Portugal está, desde 20 de Maio de 2011 (data na qual o FMI aprovou o acordo), ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira, foi definido que o processo de desalavancagem da banca portuguesa seria apoiado por planos de financiamento e de capital de médio prazo, de modo a auxiliar a sua solvabilidade durante este processo de ajustamento.

estabelecimento de uma resposta concertada por parte das várias nações do mundo, tendo por isso deliberado: a expansão da composição do FSF, de modo a integrar membros representativos das economias emergentes; o alargamento das funções do organismo internacional anterior através da criação do FSB, ao qual foram atribuídas as responsabilidades de promover a coordenação e a partilha de informação entre as várias autoridades internacionais, analisar as vulnerabilidades que podem influenciar a estabilidade do sistema financeiro e sugerir medidas que ajam como mitigantes, nomeadamente, através da colaboração no desenvolvimento dos princípios de regulação do sistema financeiro e na definição das normas contabilísticas (Portugal, 2010b).

Apesar da regulação financeira ter tido um grande destaque enquanto *output* da recente crise, é importante destacar os significativos desenvolvimentos ocorridos em matérias contabilísticas decorrentes desse mesmo episódio. Os grandes esforços empreendidos pelo IASB visaram complementar o enquadramento regulamentar produzido, tendo procedido à definição de normas contabilísticas internacionalmente harmonizadas com os seguintes objectivos: reduzir a complexidade do documento regulatório que preceitua o tratamento dos instrumentos financeiros e melhorar as normas de reconhecimento de provisões (destacando-se as relacionadas com o risco de crédito) e de exposições extrapatrimoniais, tentando eliminar a incerteza nas valorizações (Portugal, 2010b).

A necessidade de assegurar uma estreita articulação e cooperação entre as várias economias do globo, identificada por Larosièrre *[et al.]* (2009), motivou sérias reflexões acerca da estrutura de supervisão e regulação que seria mais adequada para fazer face aos desafios que a recente crise financeira ilustrou. Assim, decorrente dessa reflexão, verificou-se que tal como no passado, o referido episódio de crise desencadeou uma reformulação dos papéis das várias autoridades internacionais, bem como motivou o surgimento de muitas outras com o intuito de responder a certas especificidades de supervisão, tendo tais transformações resultado na nova arquitetura de supervisão financeira, organizada como evidenciado na Figura 3.1.

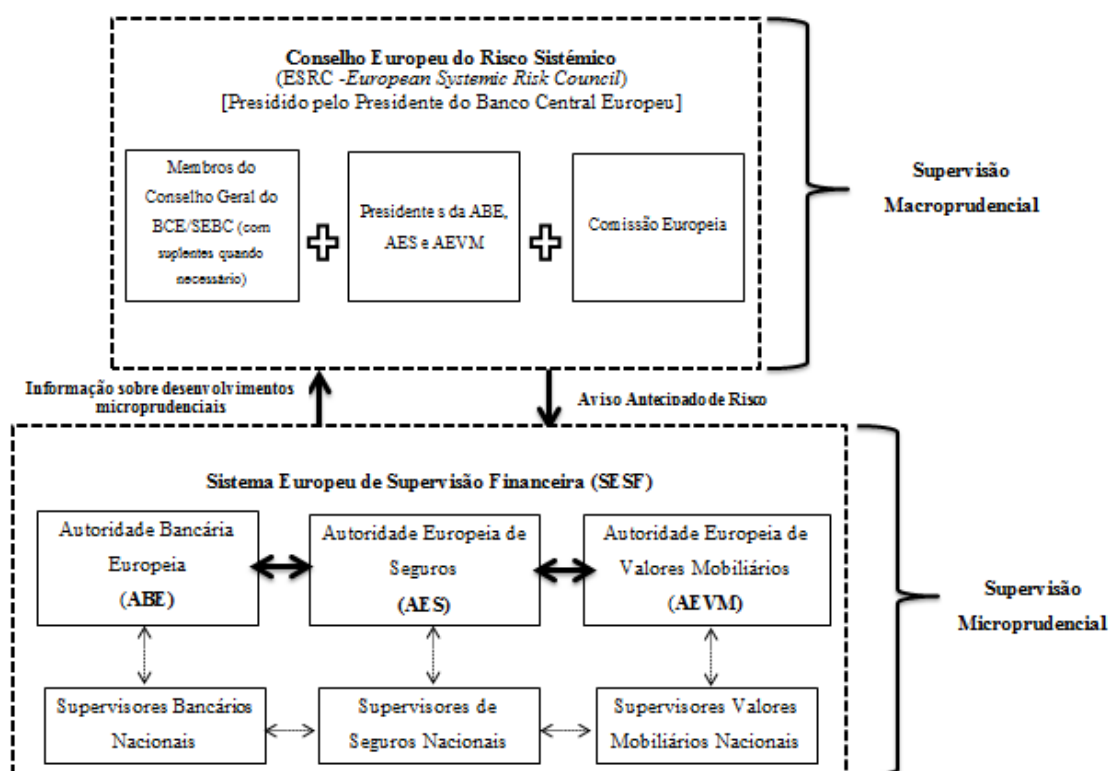


Figura 3.1 - Sistema Europeu de Supervisão Financeira

Fonte: Larosière [et al.] (2009), The High-Level Group on Financial Supervision in the EU. Brussels, p.57.

A nova arquitetura de supervisão e regulação financeira, decorrente das recomendações de Larosière [et al.] (2009), constitui o recente Sistema Europeu de Supervisão Financeira, o qual se alicerça em dois pilares complementares: um relacionado com a Supervisão Macroprudencial e outro relacionado com a Supervisão Microprudencial.

Assim sendo, para a prossecução da Supervisão Macroprudencial, foi criado o Conselho Europeu do Risco Sistémico, o qual é responsável por avaliar os riscos em termos da estabilidade financeira do conjunto, emitindo avisos de risco e recomendações sempre que achar oportuno. No desenvolvimento das suas funções, beneficia do auxílio em termos analíticos, estatísticos, administrativos e logísticos por parte do BCE, assumindo como principal propósito, monitorar o risco sistémico, de modo a identificá-lo, preveni-lo e atenuá-lo, assegurando, desse modo, a estabilidade financeira da União Europeia.

Relativamente à Supervisão Microprudencial constatou-se que as Comissões resultantes do Processo de Lamfalussy⁵⁴ (Castro, 2008)- CEBS, CEIOPS e CERS – foram transformadas em Autoridades Europeias de Supervisão, mais concretamente a Autoridade Bancária Europeia (ABE), responsável pelo sector da banca, substituiu o *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)*; a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários (AEVM), responsável pelos mercados e valores mobiliários, substituiu o *Committee of European Securities Regulators (CESR)*; e, por último, a Autoridade Europeia de Seguros (AES), responsável pelas questões relacionadas com seguros e pensões complementares de reforma, substituiu o *Committee of European Insurance and Occupational Pension Schemes (CEIOPS)*. Este processo de transformação conferiu maiores poderes a estas novas autoridades europeias, atribuindo-lhes responsabilidades na coordenação dos trabalhos desenvolvidos pelos supervisores nacionais, na resolução de potenciais conflitos relacionados com grupos financeiros internacionais, na promoção de normas nacionais de supervisão harmonizadas e na supervisão de certas entidades específicas, como as agências de *rating* de crédito (Larosière [et al.], 2009).

Como elo de ligação entre a Supervisão Macroprudencial e a Supervisão Microprudencial foi criado o Comité Conjunto das Autoridades Europeias. Este é um órgão do Sistema Europeu de Supervisão Financeira, que para além de servir de interface entre as Autoridades Europeias de Supervisão e o Conselho Europeu do Risco Sistémico, tem como missão promover a consistência intersectorial da supervisão na Europa.

⁵⁴ O Processo de *Lamfalussy* resultou de um relatório desenvolvido pelo Comité de Sábios, que era presidido por Alexandre *Lamfalussy*, apresentado a 15 de Fevereiro de 2001, o qual consistia numa nova abordagem ao desenvolvimento e adopção da regulação europeia, tendo implicado a criação do CERS e a implementação de um processo assente em 4 níveis (1º nível – produção legislativa sob a forma de diretivas, regulamentos e opções políticas; 2º nível (nível técnico) – colaboração entre as autoridades de regulação nacionais, a CE e o CESR ou CEBS ou CEIOPS, de modo a garantir a aplicação da legislação produzida no nível anterior, devendo para tal definir um conjunto de recomendações facilitadoras da sua adopção; 3º nível – transposição coerente do produto regulatório dos níveis anteriores através da cooperação das autoridades de regulação nacionais, devendo o CESR ou CEBS ou CEIOPS emitirem recomendações interpretativas que constituam orientações consistentes, harmonizadas com os *standards*; 4º nível - a CE, os Estados-Membros e as autoridades nacionais de supervisão financeira devem, em conjunto, garantir a transposição e a aplicação da regulação comunitário, sancionando eventuais atrasos ou infracções (CASTRO, 2008).

Além da criação destas novas autoridades de supervisão, importa destacar o papel desempenhado por outros organismos na promoção da estabilidade financeira, designadamente a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu, o Eurosistema, a Comissão de Basileia de Supervisão Bancária e os Bancos Centrais de cada país.

A Comissão Europeia desempenha um papel relevante na promoção da estabilidade financeira, possuindo uma posição de destaque na supervisão financeira da União Europeia tanto ao nível macroprudencial, através de representação com direito de voto nos órgãos de decisão do Conselho Europeu do Risco Sistémico, Conselho Geral e Comité Diretor, como ao nível microprudencial, detendo poderes variados, que vão desde o poder de modificar/rejeitar projetos de normas técnicas de regulamentação, à participação no Conselho de Administração das Autoridades Europeias de Supervisão como membro observador com direito de voto em questões orçamentais.

O Banco Central Europeu e o Eurosistema comungam o mesmo objectivo que a Comissão Europeia, contudo prosseguem-no de forma distinta. Ambos partilham a mesma missão e por isso as suas funções consubstanciam-se: no acompanhamento e avaliação da estabilidade financeira no sector financeiro da área do euro; na emissão de pareceres, através dos quais pretendem colmatar algumas lacunas existentes em termos de regras financeiras ou requisitos de supervisão aplicáveis às instituições financeiras; na promoção da cooperação entre os bancos centrais e as autoridades de supervisão da União Europeia, de modo a apoiar e facilitar a supervisão prudencial; e por fim, no exercício da superintendência das infraestruturas de mercado, por forma a assegurar o normal funcionamento das mesmas.

A Comissão de Basileia de Supervisão Bancária⁵⁵ foi o primeiro normalizador global em matérias de regulação prudencial dos bancos e atualmente, proporciona um fórum para a cooperação regular em matérias de supervisão bancária. Esta tem como principal missão fortalecer a regulação, a supervisão e as práticas dos bancos à escala mundial, promovendo dessa forma um certo grau de harmonização que contribui para a estabilidade financeira no seu todo.

⁵⁵ Este é composto pelos altos representantes das autoridades de supervisão bancária e bancos centrais da Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Hong Kong, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Holanda, Rússia, Arábia Saudita, Singapura, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

A CBSB desempenhou também um papel relevante na construção da resposta global à crise, trabalhando pelo reforço e a melhoria contínua da cooperação em matérias de supervisão e regulação dos sistemas bancários, tendo para isso considerado as lições experienciadas no episódio de crise na sua reformulação regulatória, mitigando através desta, as vulnerabilidades identificadas. Assim, o novo enquadramento regulamentar – o Acordo de Basileia III - incita a práticas mais prudentes e transparentes, definindo mecanismos mais sólidos de estímulo a uma maior e melhor capitalização das instituições, a uma menor assunção de riscos, à adopção de modelos de negócio menos assentes na alavancagem, à reflexão mais crítica do risco sistémico e das suas implicações para o sistema financeiro global e, por último, demonstra a necessidade de assegurar uma supervisão mais substantiva, exigindo consequentemente índices de qualidade mais elevados e um âmbito mais alargado, devendo a supervisão microprudencial ser complementada pela supervisão macroprudencial.

A reforma da regulação e da supervisão financeira motivou ainda um reforço do papel dos Bancos Centrais na supervisão bancária, pois uma vez que estes têm o acesso privilegiado à informação resultante da atividade de supervisão⁵⁶ e à informação que detêm enquanto BCs, tal permite-lhes criar sinergias que, em contextos de crise, podem ajudar a definir estratégias de gestão mais adequadas à realidade particular das instituições financeiras reguladas. O papel desempenhado por estes na cedência de liquidez justifica uma vez mais a atribuição de maiores responsabilidades de supervisão aos BCs, pois tal permite-lhes uma maior proximidade das instituições, a qual, por sua vez se revela bastante útil, na medida em que facilita a operacionalização e o controlo das necessidades de recursos das mesmas e da forma como estes são por elas aplicados.

Apesar das fragilidades demonstradas pela economia portuguesa relativamente ao seu modelo de governo, as quais agudizaram a correlação entre os riscos soberanos e os riscos bancários, é importante que seja reconhecido que o sistema financeiro português se mostrou, na sua generalidade, resiliente e sólido ao longo da crise financeira internacional, uma vez que, apesar da sua elevada alavancagem, a carteira global do sistema bancário português não detinha ativos tóxicos em montante suficiente

⁵⁶ A título de exemplo do tipo de informação a que os BCs, enquanto autoridades de supervisão, acedem temos: a informação acerca do comportamento das instituições financeiras nos mercados monetários, do montante de colateral disponível, entre outras.

para gerar grandes desequilíbrios, pelo que a eclosão da crise do *subprime*, por si só, não afectou significativamente os bancos portugueses (Costa, 2012).

Seguindo a mesma orientação de reforma que a Europa, Portugal decidiu aperfeiçoar o seu modelo institucional de regulação e supervisão do sistema financeiro, através da substituição do seu modelo tripartido de supervisão por um modelo *Twin Peaks*. O modelo tripartido de supervisão financeira ainda vigora, implicando que cada um dos três segmentos de mercado – bancário, financeiro e segurador – possua uma entidade de supervisão específica, nomeadamente, o BP, a CMVM e o Instituto de Seguros de Portugal (ISP), respectivamente.

O modelo tripartido de supervisão é responsável por uma grande parte das funções que o BP desempenha no sistema financeiro, em particular, e na economia, em termos gerais, concentrando em si a supervisão macroprudencial, através da qual, genericamente, avalia e acompanha os riscos emergentes no sistema financeiro e, a supervisão microprudencial, através da qual visa assegurar a adequabilidade, em termos de solvabilidade e liquidez, das instituições financeiras, acompanhando a sua atividade de forma próxima, e intervindo sempre que os seus comportamentos se mostrem desconexos com a estabilidade do sistema financeiro. Por último, alberga ainda responsabilidades na supervisão comportamental, através das quais o BP pretende assegurar uma conduta prudente das instituições, mitigando a informação imperfeita que é tão característica da sua atividade, de modo a garantir um grau satisfatório de equidade e de transparência nas transações, o que contribui significativamente para a proteção dos interesses de todos os agentes económicos (Cavaleiro, 2010).

A substituição deste pelo modelo *Twin Peaks* fará com que o processo de supervisão passe a ser conduzido por duas entidades autónomas, com poderes transversais sobre os três sectores de atividade referidos, no entanto as duas entidades desempenharão funções específicas em termos de supervisão, mais concretamente o BP ficará responsável pela supervisão prudencial e a outra entidade assumirá a responsabilidade das funções da supervisão comportamental (GPEARI, 2009), sendo a troca de informação entre estas entidades mediada por um novo organismo, o Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF), tal como é observável na Figura 3.2 (GPEARI, 2009).

Transição do Modelo Tripartido para o Modelo *Twin Peaks*

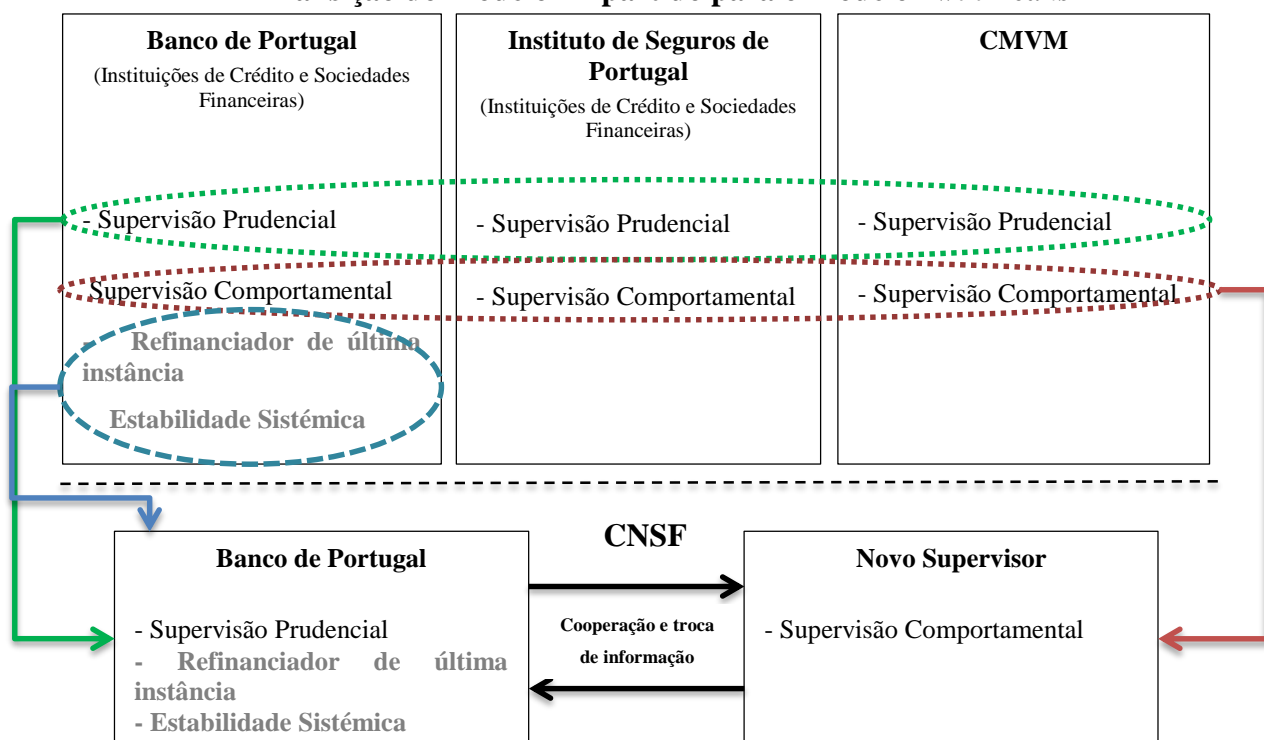


Figura 3.2 - Transição do Modelo Tripartido para o Modelo *Twin Peaks*

Fonte: *GPEARI (2009)* - Reforma da Supervisão Financeira em Portugal: Consulta Pública, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, p. 13.

Além do projeto de reforma do modelo de supervisão, assistiu-se à implementação do “Programa Especial de Inspeções *On-Site*”, através do qual é avaliada a carteira de crédito dos oito maiores grupos bancários nacionais, assim como é aferida a adequabilidade das metodologias e parâmetros adoptados nos exercícios de *stress-test*.⁵⁷ As melhorias das práticas de supervisão nacionais também se refletiram em maiores exigências às instituições financeiras, por parte do BP, em termos de divulgação de informação e de uma análise mais frequente e próxima dos mercados, instituições e agentes, de modo a identificar fontes potenciais de vulnerabilidade, procedendo à posterior publicação dos seus resultados e respectivas recomendações sob a designação de “Relatório de Estabilidade Financeira” do BP.

⁵⁷ Entenda-se por *stress-test*, um teste que visa aferir em que medida a estabilidade de uma entidade (neste caso, um grupo bancário) é afectada quando confrontada com um cenário de maior adversidade, ou seja, em que medida os rácios de capital de um banco se assumem suficientemente sólidos para responder a uma conjuntura económica adversa resultante, por exemplo, de um incumprimento massivo por parte dos seus clientes. Os resultados destes testes permitem aferir à autoridade de supervisão se os bancos detêm os níveis adequados de fundos próprios face à exposição de risco que decorre quer do modelo de negócio que prosseguem, quer do contexto económico em que se inserem.

Para finalizar, importa mencionar quais serão os principais traços que, em princípio, caracterizarão o futuro sistema de supervisão bancário europeu que, apesar de ainda não reunir o consenso de todos os Estados-Membros relativamente à sua concepção e orientações de funcionamento, tem merecido grande destaque nos debates europeus.

Assim sendo, a criação da União Bancária Europeia (UBE) encontra-se assente em três vertentes de intervenção: a definição de um supervisor bancário único, o estabelecimento de um regime comum de gestão e resolução de crises e a concepção de um sistema uniforme de garantia de depósitos.

A necessidade do surgimento desta nova arquitetura bancária deve-se, segundo a opinião de Pinto (2012), às vulnerabilidades que o sistema bancário europeu apresenta⁵⁸ e ao impacto que as mesmas têm sobre a crise da dívida soberana de alguns Estados-Membros. A interdependência negativa que é possível identificar entre alguns bancos e Estados, fragmenta o conjunto do sistema bancário europeu e ameaça a própria estabilidade da zona euro, uma vez que potencia o estabelecimento de um certo ciclo vicioso nessa relação, defendendo-se que a existência de uma UBE ajudaria a reduzir essa interdependência, desconectando as crises bancárias das dívidas soberanas e permitiria ainda, melhorar a transmissão da política monetária única, que tem vindo a ser prejudicada devido ao diferencial excessivo entre as taxas de juro de mercado de alguns Estados-Membros (ver Gráfico 2.4). Assim, uma UBE permitiria uma supervisão bancária mais eficaz e interventiva, identificando situações de necessidade de reforço de capitais e auxiliando a realização dessas operações, quando os países, nos quais esses bancos estão estabelecidos, não possuísem meios para o fazer e essas instituições bancárias não o conseguissem realizar junto do mercado; tal mecanismo permitiria evitar o aumento da dívida pública dos países em desequilíbrio, fomentando a manutenção da estabilidade na zona euro.

A defesa da transposição da supervisão bancária para uma autoridade supranacional é justificada pela desconfiança que certos investidores e decisores políticos demonstraram relativamente às autoridades de supervisão nacionais, considerando que a sua intervenção é demasiado branda e tende a não ser rápida o

⁵⁸ Nomeadamente na Irlanda, Espanha e na própria Alemanha.

suficiente na resolução dos problemas, o que pode acarretar sérias consequências para os restantes Estados-Membros. Assim, acredita-se que o maior distanciamento do supervisor europeu permitirá mitigar pressões e interferências indevidas, garantindo assim resgates menos dependentes do esforço dos contribuintes.

Por fim, a criação da UBE é ainda defendida pela necessidade da Zona Euro definir oficialmente o prestamista de última instância,⁵⁹ papel esse, para o qual o BCE detém as competências e os poderes necessários para o seu adequado exercício, no entanto, de modo a otimizar a função anterior, defende-se a assunção cumulativa do papel anterior com as funções de autoridade de supervisão da Zona Euro (nas especificidades anteriormente referidas) por parte do BCE. A concentração de papéis, prestamista de última instância e autoridade de supervisão da Zona Euro, assegura uma resposta adequada a uma verdadeira emergência financeira, uma vez que possibilita a injeção dos montantes necessários, prevenindo desse modo o colapso em cadeia do sistema bancário europeu, pelo que é sensato acreditar, que tal intervenção será mais proactiva ou, ainda que reativa, será provavelmente mais rápida se o prestamista de última instância detiver poderes de supervisão, pois permitir-lhe-á conhecer melhor a situação financeira dos bancos, principalmente daqueles cuja dimensão e interligações, possam suscitar risco sistémico e, identificar possíveis necessidades de capital, impedindo a materialização de certos riscos (Pinto, 2012).

Apesar das vantagens substantivas que decorrem da criação da UBE, a existência da mesma implica fortes alterações, em termos de soberania e partilha de responsabilidades, para os Estados-Membros, o que tem vindo a dificultar as negociações subjacentes a concepção desta entidade, no entanto resultante deste complexo processo já resultou a criação do Mecanismo de Supervisão Único (MSU), sendo a primeira de várias fases do processo de criação da UBE.

Assim sendo, o MSU é da responsabilidade do BCE e exerce atividade de supervisão sobre todos os bancos cujos ativos superem os 30 mil milhões de euros ou 20% do PIB do país onde estão estabelecidos ou os 3 maiores bancos de cada Estado-Membro (caso haja um número inferior a 3 que satisfaça os critérios anteriores) e os

⁵⁹ O BCE, em particular, tem demonstrado alguma relutância em assumir o papel de prestamista de última instância devido às implicações que tal definição oficial pode ter em termos de risco moral, temendo que tal assunção incite os bancos a práticas de gestão do risco menos prudentes.

bancos que estejam ao abrigo de um programa de ajuda europeu, cabendo a supervisão dos bancos que não se enquadram nestes critérios às autoridades nacionais. De acordo com estes critérios, prevê-se que estarão ao abrigo do MSU cerca de 200 bancos europeus, nos quais se distinguem os bancos portugueses Caixa Geral de Depósitos (CGD), Banco Comercial Português (BCP), Banco Espírito Santo (BES), Banco Português de Investimento (BPI), Banco Santander Totta (BST) e Banco Internacional do Funchal (BANIF) (Pinto, 2012).

Em suma, a reforma da regulação e da supervisão financeira é um processo contínuo e, por natureza, inacabado, uma vez que inovações e desafios surgem constantemente redefinindo o contexto e exigindo das diversas autoridades, nacionais e supranacionais, proatividade. Contudo, a experiência passada demonstra que a regulação é um processo reativo, pelo que as tendências que se desenham exigem uma grande flexibilidade da sua parte, de modo a ser capaz de desenvolver respostas rápidas, harmonizadas e mitigantes, pois as respostas nacionais não são suficientes, sendo a estabilidade financeira global um resultado de uma ação de supervisão e regulação concertada à escala mundial, pois a estabilidade global espelha a soma dos equilíbrios locais.

4. O Acordo de Basileia III

4.1. Orientações Gerais

O Acordo de Basileia III encontra-se estruturado de forma semelhante ao acordo de capital a que sucede. Contudo para além de refletir acerca das questões relacionadas com o Capital, apresenta ainda uma nova e importante área de intervenção – a Liquidez e sua supervisão. Assim sendo, o novo acordo de capital representa um reforço do quadro global de capitais e introduz uma regulação harmonizada para matérias relacionadas com a Liquidez das instituições de crédito.

O reforço do quadro global de capitais é definido com base nos três pilares do Acordo de Basileia II, no entanto foram integradas nos mesmos certas novidades regulatórias, pois para além do aumento qualitativo e quantitativo do capital base regulamentar e da maior exigência na cobertura de riscos, foi introduzido um rácio de alavancagem, como modo de contenção do endividamento, e ainda, *buffers* de capital e uma abordagem específica do acordo de capital para instituições financeiras globais sistemicamente importantes, com o intuito de melhorar a contenção dos riscos sistémicos decorrentes da pró-ciclicidade e da interligação destas instituições financeiras.

A introdução de um Padrão Global de Liquidez representa o primeiro esforço internacional de harmonização relativamente a estas matérias, através do qual se definem normas globais de liquidez que estabelecem requisitos mínimos e que permitem uma gestão do risco de liquidez mais prudente.

A proposta de reforço do quadro global de capitais inclusa no Acordo de Basileia III reflete o reconhecimento da incapacidade dos mínimos regulamentares de capital, definidos pelos anteriores acordos internacionais⁶⁰ para responder aos condicionalismos decorrentes da recente crise. A crença de que uma base de capital mais sólida, não só em termos de quantidade mas também, e fundamentalmente, em qualidade,⁶¹ teria possivelmente atenuado o impacto da crise financeira internacional

⁶⁰ Acordos de Basileia I e II.

⁶¹ Entenda-se por qualidade, uma maior e efetiva capacidade de absorção de perdas por parte do capital.

justifica a proposta da Comissão de Basileia de Supervisão Bancária, em reforçar a qualidade do capital base exigida aos bancos e impor uma maior cobertura dos riscos assumidos por estes, no desenvolvimento da sua atividade.

O reforço da qualidade do capital regulamentar base⁶² é realizado essencialmente com o capital elegível de maior qualidade, ou seja, com Capital *Tier1*.⁶³ O Acordo de Basileia III estabelece assim, o aumento significativo quer em nível, quer em peso, deste capital de elevada qualidade através essencialmente, do reforço do capital elegível e da retenção de lucros. O aumento das exigibilidades referidas ocasionaram um incremento nos mínimos definidos pelas regulações anteriores, verificando-se que o mínimo regulamentar para o rácio *Common Equity Tier1*⁶⁴ passa de 2% para 4,5% dos requisitos dos fundos próprios e relativamente ao rácio *Tier1* passa de 4% para 6%. O novo acordo de capital introduziu ainda fortes alterações no que respeita às condições de elegibilidade dos elementos positivos dos fundos próprios, tendo-se verificado uma simplificação deste conceito, motivada pela eliminação da categoria de capital *Tier 3*⁶⁵ e pelo facto das deduções passarem a ser efectuadas diretamente ao *Common Equity Tier1*. Importa ainda salientar, relativamente às deduções que as que respeitam às participações noutras instituições financeiras foram reforçadas e foram estabelecidas deduções dos ativos relativos a planos de pensões.

O destaque dado à qualidade do capital, traduzido pelo nível a que passa a ser exigida, está intimamente relacionado com a necessidade de garantir que todos os instrumentos elegíveis para fundos próprios regulamentares possuam real capacidade de absorção de perdas em situações em que não seja possível ao banco recorrer aos mercados financeiros. Esta preocupação resulta da experiência vivenciada no passado,

⁶² O Capital Regulamentar representa a totalidade dos fundos próprios elegíveis, sendo por isso constituído por Capital *Tier1* e *Tier2*, destacando-se, no entanto, o predomínio do Capital *Tier1* na sua composição, tal como observável mais à frente na Tabela 3.1.

⁶³ O Capital *Tier1* é composto pelo *Common Equity Tier1* e pelo Capital *Tier1* Adicional. O novo enquadramento internacional determinou que este, no mínimo, deve representar 6% do Capital Regulamentar, dada a efetiva capacidade de absorção de perdas que detém.

⁶⁴ Também designado, abreviadamente, por *Core Tier 1*. Este representa o capital de maior qualidade, uma vez que detém uma capacidade efetiva de absorção de perdas, sendo constituído apenas por ações ordinárias e lucros retidos, após as respectivas deduções regulamentares.

⁶⁵ Segundo o Acordo de Basileia, este podia consistir em dívida subordinada de curto prazo, com uma limitação de 250 % do Capital *Tier 1*, o qual estava apenas disponível para cobrir riscos de mercado.

devido a ter-se constatado que alguns instrumentos de capital elegíveis para *Tier2*⁶⁶ (por exemplo, dívida subordinada) não demonstraram deter essa capacidade fundamental, descredibilizando os critérios subjacentes à sua elegibilidade. Com o intuito de mitigar a ocorrência de situações similares, a Comissão de Basileia de Supervisão Bancária estabeleceu que todos os instrumentos elegíveis para fundos próprios deveriam ter real capacidade de absorção de perdas, contudo reconheceu ainda a necessidade de reforçar a condição anterior através do desenvolvimento de determinadas medidas, nomeadamente: disposições que restrinjam a inclusão, no Capital Regulamentar de bancos com importância sistémica, de instrumentos de Capital *Tier2*, de modo a assegurar dessa forma, uma capacidade efetiva de absorção de perdas, mitigando a possibilidade de transmissão de desequilíbrios; e a inclusão de um mecanismo contratual obrigatório em todos os instrumentos de capital regulamentar, que garanta uma capacidade de absorção de perdas efetiva em situações de não viabilidade da instituição financeira (por exemplo, recurso a capital contingente⁶⁷ e instrumentos de dívida convertíveis).

Contudo apenas a segunda medida se materializou, pois a implementação da primeira foi entendida como promotora de eventuais problemas, pois a identificação pública das instituições sistemicamente importantes fomentaria, potencialmente, a ocorrência de situações de maior assunção de riscos por parte dessas instituições (materialização do risco moral).

Ainda com o intuito de assegurar uma real capacidade de absorção de perdas por parte dos instrumentos elegíveis para Fundos Próprios, a Comissão de Basileia de Supervisão Bancária definiu ainda, taxativamente, critérios de elegibilidade de

⁶⁶ Entende-se por Capital *Tier2*, o capital representado por um conjunto de instrumentos financeiros (instrumentos híbridos de capital, dívida subordinada, reservas de reavaliação entre outros) que, apesar de não reunirem as características necessárias para a sua qualificação como Capital *Tier1*, é-lhes reconhecida capacidade de absorção de perdas, contudo em menor grau. O Capital *Tier2* pode também assumir a designação de Fundos Próprios Complementares.

⁶⁷ O conceito capital contingente designa um conjunto de instrumentos de dívida que se convertem em capital em situações de desequilíbrio ou quando se materializem outros factores desencadeadores de tal conversão. Foi possível constatar, com a recente crise financeira, uma certa preferência dos reguladores relativamente a estes instrumentos financeiros, pois sendo estes classificados como dívida permite aos bancos o acesso a capital de curto prazo a um reduzido custo, fornecendo, simultaneamente, um *buffer* de capital que pode ser utilizado em casos de emergência financeira (ocorrência de uma determinada perda de fundos próprios de base da instituição emitente – *contingency event* – condição suspensiva contratualmente definida), através da sua conversão em ações. Para este efeito, com a eclosão da recente crise financeira generalizou-se o recurso às obrigações contingentes convertíveis ou “Cocos”.

instrumentos para os diferentes níveis de capital que serão apresentados em maior detalhe nas secções seguintes.

O reforço do quadro global de capitais prosseguido pelo novo enquadramento regulamentar visa ainda, como referido, aumentar a cobertura dos riscos, acautelando não só um maior número de riscos, mas também definindo requisitos de capital mais elevados para o *trading book*, o risco de crédito da contraparte, e para titularizações e re-titularizações complexas.

A introdução de um novo rácio de alavancagem como forma de fomentar a contenção do endividamento dos bancos deve-se essencialmente ao facto de que, apesar do Acordo de Basileia II ter definido os rácios de adequação de fundos próprios considerando os ativos ponderados pelo risco e ter reconhecido que ativos com maior risco deviam implicar maiores requisitos de fundos próprios, a observação da realidade dos últimos anos demonstrou uma significativa discrepância entre os rácios de adequação de fundos próprios e os rácios de alavancagem de alguns dos maiores bancos internacionais. Confrontada com este cenário, a Comissão de Basileia de Supervisão Bancária definiu um novo rácio de alavancagem como uma medida simples e transparente, sem ponderação de risco, detentor da possibilidade de calibração para assim servir de requisito complementar aos rácios de fundos próprios ponderados pelo risco dos ativos. Este é constituído por Capital *Tier1*, tendo o seu valor mínimo sido fixado em 3% de Capital *Tier1*. Contudo, importa referir que o mesmo será sujeito a um período de observação de 2013 a 2015.⁶⁸

Tal como a intervenção regulatória anterior, também a imposição de *buffers* adicionais de capital constitui um elemento central do novo pacote regulamentar para o reforço do quadro global de capitais. A imposição da constituição destes *buffers* constitui uma das medidas definidas pela Comissão de Basileia e Supervisão Bancária para enfrentar a ampliação pró-cíclica dos choques financeiros sobre o sistema bancário, mercados financeiros e economia real. Tais medidas têm essencialmente quatro objectivos: primeiro, consiste em atenuar qualquer excesso de ciclicidade do requisito mínimo de capital, de modo a evitar a diminuição das estimativas relativas à probabilidade de incumprimento nas fases positivas do ciclo económico através da

⁶⁸ Tal como observável na Cronologia de Implementação do Acordo de Basileia III (Tabela 3.19).

utilização, por exemplo, de estimativas de probabilidade de incumprimento respeitantes a períodos recessivos; segundo, visa promover a constituição de provisões numa óptica mais prospectiva, através da prossecução de três iniciativas cooperantes, recomendadas pela Comissão de Basileia que são: a alteração das normas contabilísticas no sentido da substituição da abordagem *Incurred Loss* pela abordagem *Expected Loss*, a qual, tal como o seu próprio nome indica, assenta nas perdas esperadas;⁶⁹ a atualização do sentido da supervisão, de modo a torná-la mais consistente com a abordagem *Expected Loss*; e a criação de incentivos para um aprovisionamento mais forte, consonante com a abordagem em causa; o terceiro objectivo visa a conservação do capital por parte dos bancos, permitindo-lhes desse modo constituir *buffers* de capital para que possam ser utilizados em momentos de maior tensão no mercado, atenuando assim a dimensão potencial dos impactos desfavoráveis; e por último, o quarto objectivo consiste em proteger o sector bancário de períodos de crescimento excedentário do crédito, pois a acumulação dessas reservas para além de constituírem uma proteção extra relativamente a cenários de maior adversidade, geram ainda um benefício adicional de moderar o crescimento excessivo do crédito.

Consonante com a prossecução dos objectivos anteriormente apresentados, a Comissão de Basileia e Supervisão Bancária estabeleceu a criação de dois *buffers* distintos: um *buffer* de conservação de capital e um *buffer* contracíclico. Apesar de ambos partilharem um mesmo intento de absorção de eventuais perdas em períodos de maior tensão no mercado, existe uma diferença substancial na exigência da sua criação, pois enquanto o *buffer* de conservação de capital constitui um requisito adicional ao rácio *Common Equity Tier 1* dos bancos, e em caso de incumprimento do mesmo, estes

⁶⁹ A Comissão de Basileia e Supervisão Bancária defende uma abordagem assente nas *Expected Loss*, pois acredita que a mesma é menos “pró-cíclica” e capta as perdas reais de uma forma mais transparente que a abordagem *Incurred Loss*, melhorando assim a utilidade e a relevância do relato das informações financeiras para os seus *stakeholders*. Para tal foi tornado público e colocado à disposição do *International Accounting Standards Board* (IASB) um conjunto dos Princípios Orientadores de Elevado Nível, com base nos quais se basearam as reformas contabilísticas relativas à substituição das IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Importa ainda referir, que os Princípios Orientadores de Elevado Nível constituíram a resposta da Comissão de Basileia de Supervisão Bancária às recomendações dadas pelos líderes do G20, na Cimeira de Abril de 2009, relativamente ao reforço da supervisão e regulação bancárias, pedindo aos “... organismos de normalização de contabilidade para trabalhar urgentemente com os supervisores e reguladores para melhorar as normas de mensuração e aprovisionamento e alcançar um único conjunto de normas contabilísticas globais de elevada qualidade.” (*Guiding principles for the revision of accounting standards for financial instruments issued by the Basel Committee*, Agosto de 2009, em <http://www.bis.org/press/p090827.htm>).

serão sujeitos a restrições na distribuição de resultados, o *buffer* contracíclico funciona como complemento ao *buffer* anterior, estando as decisões relativas à sua ativação e utilização dependentes da deliberação dos supervisores nacionais.

O Acordo de Basileia III define, assim, um *buffer* de conservação de capital de valor mínimo de 2,5%.⁷⁰ O incumprimento deste requisito adicional por parte dos bancos implica, tal como já referido, o estabelecimento de restrições à distribuição de resultados, no entanto, tal não obriga à realização imediata de aumentos de capital ou contração de ativos ponderados pelo risco, pois as restrições relativas à distribuição de resultados variarão de significância consoante a dimensão do *buffer* acumulado. A razão pela qual este *buffer* apresenta estes condicionalismos deve-se, essencialmente, ao facto de se procurar evitar situações de distribuição de dividendos por parte dos bancos em períodos de maior tensão financeira, de modo a preservar a confiança no sistema bancário. Por seu turno, o mesmo acordo de capital define que o *buffer* contracíclico deverá situar-se no intervalo entre 0% e 2,5%, sendo exigível, tal como referido, após decisão dos supervisores nacionais. A sua gestão será realizada pelos supervisores ao nível do conjunto das instituições financeiras com exposições de crédito em determinada jurisdição, não sendo considerado o comportamento individual de cada instituição, podendo gerar algumas questões quanto aos incentivos criados.

O novo enquadramento regulamentar trata ainda o risco sistémico, dando particular destaque às instituições financeiras globais sistemicamente importantes e à necessidade fulcral de mitigar o risco moral subjacente às mesmas. Estas instituições, comumente designadas como *too-big-to-fail* e/ou *too-interconnected-to-fail*, tal como o seu próprio nome indica, assumem uma dimensão de tal ordem significativa no sistema financeiro, que acabam por, inevitavelmente beneficiar de uma garantia pública implícita, pois a dimensão potencial dos seus efeitos sobre a economia, em caso da sua falência, impele os governos a intervir rapidamente no sentido de restabelecer a sua viabilidade. Assim sendo, estas instituições, perante a expectativa de que não deixarão de ser objecto de apoio, tenderão a assumir riscos excessivos, pelo que se achou aconselhável mitigar esta percepção, atenuando dessa forma o risco de contágio da excessiva exposição destas a outras partes do sistema financeiro.

⁷⁰ Saliente-se o facto, que tal requisito obriga a que o banco apresente, na totalidade, um rácio *Common Equity Tier 1* de 7%.

Consonante com estes objectivos, a Comissão de Basileia e Supervisão Bancária em cooperação com o *Financial Stability Board* desenvolveram uma abordagem integrada para estas instituições, com o intuito de reforçar substancialmente quer a sua supervisão, quer a regulação relativa aos seus capitais, pois reconhece-se unanimemente, a necessidade de que bancos com estas características devam possuir uma capacidade de absorção de perdas de maior dimensão face ao exigido aos restantes. Neste sentido, a Comissão de Basileia propôs uma metodologia⁷¹ composta por indicadores qualitativos e quantitativos para avaliar a importância sistémica das instituições financeiras ao nível global, complementada por um estudo relativo quer à dimensão adicional da capacidade de absorção de perdas que essas instituições deveriam ter, quer à qualidade de absorção dos vários instrumentos propostos, os quais lhe permitiram avaliar de uma forma mais rigorosa os requisitos de capital adicionais a impor às instituições financeiras com importância sistémica. Assim sendo, a Comissão de Basileia, para além de ter emitido um conjunto de recomendações sobre a liquidação de bancos com atividades em jurisdições distintas, impôs requisitos de capital adicionais relativamente a exposições interbancárias que exponham maiores graus de correlação, bem como para atividades de negociação, derivados e titularizações com potencial impacto sistémico. Ainda como parte deste esforço, importa referir o estabelecimento de incentivos para o recurso a contrapartes centralizadas para derivados *over-the-counter*, assim como a utilização de dívida convertível e capital contingente, os quais contribuirão também para reduzir o risco de contágio no sistema financeiro.

Um dos elementos inovadores do Acordo de Basileia III é, tal como já mencionado anteriormente, a introdução de um normativo internacionalmente harmonizado relativo às questões de liquidez, o qual é traduzido por um conjunto de requisitos prudenciais relativos ao risco de liquidez. É certo que em algumas jurisdições já existia regulação acerca do risco de liquidez, contudo, em termos internacionais, não existiam regras prudenciais comuns, pelo que o atual acordo de capital vem suprir tal lacuna global regulamentar.

O risco de liquidez foi também um aspecto que a crise financeira global revelou como factor amplificador da mesma, pois a sua gestão imprudente, consubstanciada

⁷¹ Serão apresentados maiores detalhes relativamente a esta metodologia mais à frente, aquando da apresentação do contributo do Acordo de Basileia III no tratamento e prevenção do risco sistémico.

numa significativa incompatibilidade das maturidades dos passivos e ativos, privilegiando-se o financiamento de curto prazo, juntamente com a aquisição de ativos menos líquidos, dado implicarem um menor custo de oportunidade, permitiu que muitos bancos não possuíssem ativos líquidos suficientes para fazer face à turbulência que caracterizou durante algum tempo os mercados de financiamento. Em resposta ao sucedido, a Comissão de Basileia e Supervisão Bancária publicou em 2008 os *Principles for Sound Liquidity Risk Management and Supervision* (BCBS, 2008), fornecendo orientações detalhadas acerca da gestão e supervisão do risco de liquidez. Consciente, que a melhoria da gestão do risco de liquidez estava fortemente dependente da efetiva implementação dos princípios por parte não só dos bancos, mas também dos próprios supervisores, a Comissão de Basileia coordenou um rigoroso acompanhamento, incumbindo os supervisores de assegurar a real adopção destes princípios fundamentais por parte dos seus destinatários.

As propostas apresentadas pelo novo acordo de capital relativas ao quadro de liquidez visam complementar os princípios anteriormente referidos e consubstanciam-se na introdução de dois indicadores complementares, designadamente: um Rácio de Cobertura de liquidez e um Rácio de Financiamento Estável Líquido. O primeiro representa um requisito de liquidez que visa garantir que os bancos estejam permanentemente em condições de resistir a um choque financeiro significativamente adverso de duração mínima de um mês, exigindo portanto que estes disponham de um *buffer* de ativos de elevada liquidez. O segundo indicador trata-se de um requisito de carácter mais estrutural, na medida em que pretende definir os incentivos necessários para que os bancos privilegiem as fontes de financiamento mais estáveis, com o intuito de assim assegurar a sua resistência a choques num horizonte de médio e longo prazo. Estes dois indicadores são compostos principalmente por parâmetros específicos que estão internacionalmente harmonizados, no entanto integram outros parâmetros que contêm alguns elementos de discricionariedade nacional cujo principal objectivo é o de refletir as condições específicas das jurisdições. No caso destes últimos, salienta-se a importância dos mesmos serem transparentes e claramente definidos regulamentarmente por cada jurisdição, de modo a não levantar qualquer questão nacional e internacionalmente.

Com o intuito de implementar os novos requisitos de liquidez, sem perturbar de forma significativa a função essencial de intermediação financeira e de transformação de maturidades dos bancos, a Comissão de Basileia decidiu estabelecer um sistema transitório para a sua implementação, o qual compreende um período de observação iniciado em 2011 e a introdução do Rácio de Cobertura de Liquidez e o Rácio de Financiamento Estável Líquido a 1 de Janeiro de 2015 e a 1 de Janeiro de 2018, respectivamente.

Em suma, o Acordo de Basileia III consagra em si um conjunto de medidas de reforma voltadas essencialmente para o aumento, em quantidade e qualidade, do capital, para a redução da alavancagem e da pró-ciclicidade e para a melhoria da gestão da liquidez, acreditando-se que através das mesmas haverá uma maior transparência no sistema financeiro, uma melhor capacidade de absorção de perdas e uma redução significativa na tomada de riscos, o que vai resultar num sistema bancário mais forte e resistente a cenários adversos, promovendo a confiança necessária para fomentar um crescimento económico sustentável.

Com o intuito de se compreender em maior detalhe determinadas medidas que integram o pacote de reformas Basileia III, apresentar-se-á nas secções seguintes o desenvolvimento das especificidades dos principais elementos constituintes do novo enquadramento regulamentar.

4.2. Basileia III - Reforço do Quadro Global de Capitais⁷²

O Acordo de Basileia III consagra, tal como já referido, um conjunto de reformas regulatórias desencadeadas pelo episódio de crise deflagrado em 2007. Este novo enquadramento regulamentar, tal como o seu antecessor, definiu as suas intervenções em matéria de Capital segundo 3 Pilares⁷³ distintos: Pilar 1 – Requisitos de Capital (Capital, Cobertura de Risco e Contenção de Alavancagem), Pilar 2 – Gestão do Risco e Supervisão e Pilar 3 – Disciplina de Mercado.

⁷² É possível consultar em Anexo IV (Quadro 9.2) as expressões de todas as métricas definidas pelo Acordo de Basileia III, assim como os mínimos exigíveis.

⁷³ O mapa-síntese das principais reformas que consubstanciam o Acordo de Basileia III pode ser consultado em Anexo V.

Assim sendo, Basileia III encerra em si um conjunto de reformas conducentes a um reforço global dos capitais, as quais se refletem essencialmente na composição do capital das instituições financeiras, por via não só do aumento dos mínimos exigidos para Fundos Próprios, mas também devido à criação de *buffers* de capital, prevista pelo novo enquadramento regulamentar. Também a introdução de um rácio de alavancagem com as características já mencionadas juntamente com orientações particulares relativas ao risco de crédito da contraparte e ao risco sistémico, prosseguem esse mesmo objectivo, pelo que se explicitará, em seguida, detalhadamente a reforma em matéria de Capital estipulada pelo Acordo de Basileia III.

4.2.1. Pilar 1: Capital, Cobertura de Risco e Contenção de Alavancagem

O Pilar 1 do Acordo de Basileia III agrega o conjunto de medidas que têm como objectivo dimensionar o capital das instituições financeiras de acordo com os riscos de crédito, de mercado e operacional a que estão sujeitas no decorrer da sua atividade. Na prossecução deste propósito, é possível distinguir-se no Pilar 1 três dimensões de intervenção: Capital, Cobertura de Risco e Contenção de Alavancagem.

Relativamente à primeira dimensão - Capital, o Acordo de Basileia III centra-se num aumento quantitativo e, sobretudo, qualitativo dos Fundos Próprios, na criação de *buffers* de capital e na definição de um papel de maior relevância do sector privado na resolução de crises bancárias futuras. Este último é alcançado através da inclusão de cláusulas, nos contratos subjacentes aos instrumentos de capital, que permitem (a critério das autoridades competentes) o abate ou a conversão em ações ordinárias se o banco for considerado não viável, o que por sua vez reduz o risco moral.

No que concerne à segunda dimensão – Cobertura de risco, o Acordo de Basileia III obriga a um reforço substancial do capital para o desenvolvimento de atividades relacionadas com derivados e titularizações complexas e exige a realização de análises mais rigorosas do risco de crédito, bem como a utilização de modelos mais sofisticados para a mensuração dos riscos. No caso particular do risco de crédito da contraparte, o novo acordo de capital propõe reformas substantivas em matérias da sua gestão e avaliação, que começaram a vigorar efetivamente a 1 de Janeiro de 2013. Assim,

Basileia III introduz a aplicação de critérios de avaliação de risco mais rigorosos, bem como aumenta os requisitos de capital regulamentar para exposições de risco de crédito da contraparte decorrentes de atividades de titularização, derivados e outras negociações, de modo a compensar as perdas associadas à deterioração da qualidade de crédito das contrapartes ou o aumento das ponderações de risco das exposições de grandes instituições financeiras.

No que concerne à terceira e última dimensão – Contenção de Alavancagem, o Acordo de Basileia III definiu um rácio de alavancagem não ajustado pelo risco, com o objectivo de mitigar e limitar a acumulação de endividamento por parte das instituições financeiras.

Uma vez que para a investigação em causa, as dimensões um e três do Pilar 1 assumem uma maior relevância, estas serão alvo de maiores desenvolvimentos a seguir. Assim sendo, neste contexto, proceder-se-á à apresentação da composição do capital segundo as disposições de Basileia III, bem como os respectivos rácios de capital que consubstancia.

▪ **Composição do Capital**

O Acordo de Basileia III define o Capital Regulamentar Total como a soma do Capital *Tier1* com o Capital *Tier2*, destacando-se o facto de que o Capital *Tier1* resulta da soma do *Common Equity Tier1* com o Capital *Tier1* Adicional. A principal diferença que lhes é atribuída prende-se essencialmente com o facto de que, ao Capital *Tier1* é-lhe reconhecida capacidade efectiva de absorção de perdas, permitindo a continuidade da instituição (“*on a going concern basis*”), relativamente ao Capital *Tier2*, este demonstra capacidade de absorção de perdas, contudo o funcionamento da instituição é inviabilizado (“*on a gone concern basis*”).

A importância de garantir uma real capacidade de absorção de perdas por parte do capital dos bancos, levou a Comissão de Basileia a definir um conjunto único de critérios de elegibilidade para cada categoria de capital, de modo a que apenas sejam integrados na categoria de capital correspondente os instrumentos que cumpram

integralmente os respectivos critérios definidos. A todos os elementos referidos são deduzidos os ajustamentos regulamentares associados, devendo estes cumprir com os seguintes requisitos mínimos:⁷⁴

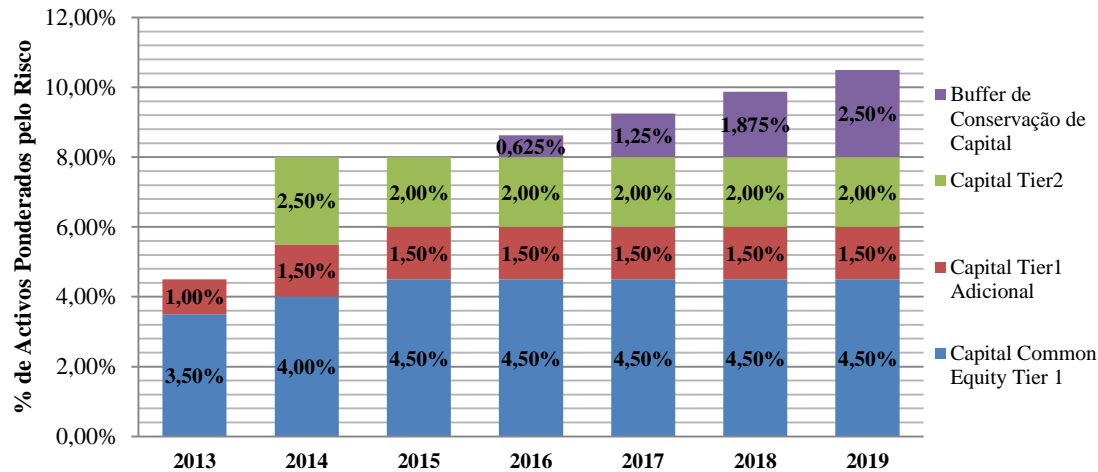


Gráfico 4.1 – Requisitos de Capital propostos pelo Acordo de Basileia III e respectiva composição (em percentagem de ativos ponderados pelo risco).

Fonte: Elaboração do próprio autor, com base no documento regulatório “*Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems, December 2010 (rev. June 2011)*”.

O agregado das classes de capital enunciadas corresponde a um Requisito Mínimo de Capital Regulamentar Total de:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Requisito de Capital Regulamentar Total	8,00%	8,00%	8,625%	9,25%	9,875%	10,50%

Tabela 4.1 – Requisito do Capital Regulamentar Total

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Os mínimos exigíveis a partir de 1 de Janeiro de 2014 estavam inicialmente definidos para serem cumpridos a partir de 1 de Janeiro de 2013, contudo devido à gravidade dos efeitos recessivos da crise financeira, muitos países demonstraram não estar ainda preparados para cumprir com as novas disposições de capital, pressionando para o adiamento da sua exigibilidade. Como tal apenas foi exigível a partir de 1 de Janeiro de 2013 o cumprimento do mínimo estipulado para o Capital *Common Equity Tier 1* de 3,5% de ativos ponderados pelo risco e Capital *Tier 1* Adicional de 1% ativos ponderados pelo risco.

⁷⁴ A sua forma de cálculo será apresentada mais à frente, assim como o respectivo exemplo ilustrativo.

Agora, tendo como ponto de partida Gráfico 4.1, o qual nos permite perceber em quanto cada classe de capital em particular contribui para o Requisito de Capital Regulamentar Total,⁷⁵ iremos agora compreender como as várias categorias de capital são constituídas e quais os critérios a que os instrumentos que as integram têm que atender, considerando o novo enquadramento regulamentar. Posteriormente, proceder-se-á à apresentação e breve discussão de um exemplo ilustrativo relativo ao cálculo dos requisitos de capital subjacentes às classes de capital evidenciadas no Gráfico 4.1.

Common Equity Tier1

O *Common Equity Tier1* é constituído pelas acções ordinárias e pelos lucros acumulados,⁷⁶ após as deduções regulamentares correspondentes. Contudo, chama-se à atenção para o facto de que os lucros acumulados e outros resultados abrangentes podem incorporar lucros ou perdas intercalares, logo as autoridades nacionais podem considerar adequado a auditoria, verificação e/ou revisão dos procedimentos, implicando por essa via alterações sobre o valor a incluir.

O *Common Equity Tier1*, tal como a sua própria designação indicia, constitui o capital de maior qualidade, pois é o que detém a maior capacidade de absorção de perdas comparativamente às restantes categorias, sendo por isso, os seus critérios de inclusão mais restritivos. Deste modo, para que um instrumento seja incluído no *Common Equity Tier1* este deverá cumprir cumulativamente os critérios apresentados na Tabela 4.2 - Critérios de classificação das acções ordinárias para fins de Capital Regulamentar.

Critérios⁷⁷ de classificação das acções ordinárias para fins de Capital Regulamentar
1. Representam os créditos mais subordinados na liquidação do banco.

⁷⁵ Também designado por Rácio de Solvabilidade.

⁷⁶ No caso particular dos bancos internacionalmente ativos, o único instrumento elegível para ser incluído no *Common Equity Tier1* são as suas acções ordinárias.

⁷⁷ Os critérios também se aplicam às sociedades não anónimas, como as sociedades mútuas, cooperativas ou instituições de poupança, tendo em consideração a sua constituição específica e estrutura legal. A aplicação do critério deve preservar a qualidade dos instrumentos, exigindo que eles sejam considerados totalmente equivalentes a acções ordinárias, em termos da sua qualidade de capital relativamente à absorção de perdas, não causando uma condição enfraquecida do banco, nos períodos de maior tensão no mercado. Os supervisores vão partilhar informação acerca de como eles aplicam os critérios nas sociedades não anónimas a fim de assegurar uma implementação coerente.

2.	Direito a um crédito sobre os ativos residuais, proporcional à sua parte no capital emitido, depois do reembolso de todos os créditos prioritários na liquidação (ou seja, tem um direito ilimitado e variável, não um direito fixo ou limitado).
3.	O principal é perpétuo e nunca é reembolsado fora do contexto de liquidação (reserva para recompras discricionárias ou outros meios de redução efetiva do capital de forma discricionária, o que é permitido ao abrigo de legislação apropriada).
4.	O banco não faz nada para criar uma expectativa aquando da emissão que os instrumentos serão recomprados, remidos ou cancelados nem fazem com que os termos estatutários ou contratuais forneçam qualquer informação que permita dar origem a essa expectativa.
5.	As distribuições de dividendos são pagas pelos elementos distribuíveis (incluindo lucros retidos/acumulados). O nível de distribuições não está de forma alguma ligada ou vinculada à quantidade paga aquando da emissão e não está sujeita a um limite contratual (excepto na medida em que o banco é incapaz de pagar as distribuições que excedam o nível de elementos distribuíveis).
6.	Não existem circunstâncias sob as quais as distribuições são obrigatórias. O não pagamento não é, portanto, um caso de incumprimento.
7.	As distribuições são pagas apenas depois de todas as obrigações legais e contratuais tenham sido cumpridas e após o pagamento relativo aos instrumentos de capital de maior maturidade tenha sido feito. Isto significa que não há distribuições preferenciais, incluindo em relação a outros instrumentos classificados como o capital de maior qualidade emitido.
8.	É o capital emitido que assume primeiro e em maior proporção as perdas que ocorrerem ⁷⁸ . Dentro do capital de maior qualidade, cada instrumento absorve perdas numa base de continuidade proporcionalmente e simultaneamente com todos os outros.
9.	A quantia paga é reconhecida como Capital Próprio (isto é, não é reconhecida como um passivo) para determinar a insolvência de um balanço.
10.	A quantia paga é classificada como Capital próprio segundo as normas contabilísticas aplicáveis.
11.	É diretamente emitido e pago e o banco não pode diretamente ou indiretamente ter financiado a compra do instrumento.
12.	O montante pago nem é garantido nem coberto por uma garantia do emissor ou entidade relacionada ⁷⁹ ou sujeita a qualquer outro dispositivo que legalmente ou economicamente melhore a posição do crédito na hierarquia.
13.	Só é emitido com a aprovação dos proprietários do banco emissor, que pode ser dada diretamente pelos proprietários ou, se permitido por Lei aplicável, dada pelo Conselho de Administração ou por outras pessoas devidamente autorizadas pelos proprietários.
14.	É clara e separadamente divulgado no balanço dos bancos.

Tabela 4.2 - Critérios de classificação das ações ordinárias para fins de Capital Regulamentar

Fonte: *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems, December 2010 (rev. June 2011), pp. 14.*

Importa no entanto destacar que outros instrumentos de capital para além dos descritos na Tabela 4.2 podem ser, em condições excepcionais, equiparados a Capital *Common Equity Tier1*, quando detentores de determinadas características. Neste contexto, estamos a referir-nos aos *Contingent Convertible Bonds* (CoCos)⁸⁰ subscritos

⁷⁸ Nos casos onde os instrumentos de capital têm uma característica de desvalorização permanente, este critério é ainda considerado cumprido pelas ações ordinárias.

⁷⁹ Uma entidade relacionada pode incluir uma empresa-mãe, uma empresa irmã, uma subsidiária ou qualquer outra afiliada. Uma holding é uma entidade relacionada, independentemente de que forma faz parte do grupo bancário consolidado.

⁸⁰ Em termos contabilísticos, mais concretamente à luz do disposto na IAS32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, estes são reconhecidos como passivos subordinados, uma vez que o investidor, enquanto detentor do instrumento híbrido emitido, não se encontra exposto efectivamente aos mesmos riscos que os detentores de capital da sociedade estão, dado que, independentemente das circunstâncias, este será

pelas autoridades estatais. Como exemplo, é possível identificar-se o caso da recapitalização dos bancos portugueses ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), a qual foi efectuada através da subscrição de *CoCos* com recurso ao financiamento público;⁸¹ inicialmente os mesmos foram excluídos do cálculo do Rácio *Core Tier1* (Portugal, 2011), contudo posteriormente, o Banco de Portugal caracterizou-os como elementos elegíveis⁸² para fundos próprios (Portugal, 2010a), passando dessa forma a serem considerados na determinação deste rácio de capital (Portugal, 2012).

Capital *Tier1* Adicional

O Capital *Tier1* Adicional é geralmente representado por ações preferenciais, instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados que cumpram os requisitos definidos de absorção de perdas, de subordinação, de perpetuidade e de não acumulação de dividendos. Deste modo, para que um instrumento seja incluído no Capital *Tier1* Adicional este deverá cumprir cumulativamente os critérios apresentados na Tabela 4.3- Critérios de inclusão no Capital *Tier1* Adicional:

Critérios de inclusão no Capital <i>Tier1</i> Adicional
1. Emitido e pago.
2. Subordinado aos depositantes, credores gerais e dívida subordinada do banco.
3. Não é nem assegurado nem coberto por uma garantia do emissor ou entidade relacionada ou outros dispositivos que legalmente ou economicamente melhorem a posição de crédito na hierarquia face aos credores do banco.
4. É perpétuo, isto é, não existe uma data de maturidade e não existem ações ou incentivos para o resgatar.
5. Podem ser resgatados por iniciativa do emissor apenas após um período mínimo de 5 anos: a) Para exercer uma opção de compra, um banco deve receber aprovação prévia da supervisão; b) Um banco não deve fazer nada que crie uma expectativa que a opção de compra será exercida;

ressarcido do montante equivalente ao valor investido (em numerário ou em títulos da própria instituição em montante equivalente).

⁸¹ Mais concretamente, com recurso à linha de apoio de 12 mil milhões de euros criada para auxiliar o sector bancário português no cumprimento dos rácios de solvabilidade a que estava sujeito e no seu processo de desalavancagem.

⁸² O Banco de Portugal transpôs para a regulação nacional a Diretiva nº11/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho resultando no Aviso do Banco de Portugal nº 6/2010, no qual estão definidos os critérios de elegibilidade para determinados instrumentos financeiros enquanto elementos positivos dos fundos próprios de base. Neste documento regulatório é possível identificar disposições de funcionamento cujo cumprimento permite que alguns instrumentos financeiros sejam considerados “quase” como Capital Próprio, apesar de, para tal, necessitarem que as mesmas sejam aprovadas pelo Banco de Portugal. Assim, no Aviso do Banco de Portugal nº 6/2010 é possível aceder ao conjunto de disposições cujo cumprimento, permite aos bancos considerarem os *CoCos* elementos dos seus fundos próprios de base.

<p>c) Os bancos não devem exercer a opção de compra, a menos que:</p> <p>(i) Eles substituam o instrumento com opção de compra por capital da mesma ou melhor qualidade e a substituição deste capital seja feita em condições que sejam sustentáveis para a capacidade de receita dos bancos;⁸³</p> <p>(ii) O banco demonstra que a sua posição de capital é bem acima dos requisitos mínimos de capital após a opção <i>call</i> ser exercida.⁸⁴</p>
6. Qualquer reembolso do capital (por exemplo, através da recompra ou resgate) deve ser com aprovação prévia da supervisão e os bancos não devem assumir ou criar expectativas no mercado que a aprovação da supervisão será dada;
<p>7. Critério para dividendos/cupões:</p> <p>a) O banco deve ter discricionariedade plena em todos os momentos para cancelar distribuições/pagamentos;</p> <p>b) Cancelamento dos pagamentos discricionários não são casos de incumprimento;</p> <p>c) Os bancos devem ter pleno acesso aos pagamentos cancelados para cumprir as obrigações que se vencem;</p> <p>d) Cancelamento de distribuições/pagamentos não devem impor restrições ao banco excepto em relação a distribuições a acionistas ordinários.</p>
8. Dividendos/Cupões devem ser pagos de elementos distribuíveis.
9. O instrumento não pode ter uma sensibilidade creditícia às características do dividendo que é um dividendo/cupão que é repostado periodicamente baseado no todo ou na parte, na posição de crédito da organização bancária.
10. O instrumento não pode contribuir para que os passivos excedam os ativos, caso o teste com base no balanço faça parte da lei nacional de insolvência.
<p>11. Instrumentos classificados como passivos para propósitos contabilísticos devem absorver perdas, quer através:</p> <p>(i) da conversão em ações ordinárias num ponto objectivo pré-determinado, ou</p> <p>(ii) um mecanismo de amortização que aloca as perdas para o instrumento num ponto de evento pré-determinado.</p> <p>A amortização terá os seguintes efeitos:</p> <p>a) Reduz o direito/reivindicação do instrumento em liquidação;</p> <p>b) Reduz a quantidade reembolsas quando a opção <i>Call</i> é exercida;</p> <p>c) Parcialmente ou Totalmente reduz os pagamentos de cupão/dividendos do instrumento.</p>
12. Nem o banco nem nenhuma parte relacionada sobre a qual o banco exerce controlo ou influência significativa pode ter comprado o instrumento, nem pode o banco, diretamente ou indiretamente, ter financiado a compra do instrumento.
13. O instrumento não pode ter quaisquer características que dificultem a recapitalização, como disposições que exigem que o emissor compense os investidores se um novo instrumento é emitido a um preço mais baixo durante um período de tempo especificado.
14. Se o instrumento não é emitido fora de uma entidade operacional ou holding do grupo consolidado (por exemplo, SPV – <i>Special Purpose Vehicle</i>), os recursos devem estar imediatamente disponíveis sem limitação para a entidade operacional ⁸⁵ ou holding do grupo consolidado, de forma a cumprir ou exceder todos os critérios para inclusão no Capital Adicional <i>Tier 1</i> .

Tabela 4.3- Critérios de inclusão no Capital Tier1 Adicional

Fonte: *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems, December 2010 (rev. June 2011), pp. 15-17.*

⁸³ Questões de substituição podem ser coincidentes com, mas não após, a execução da opção *call*.

⁸⁴ O mínimo refere-se ao requisito mínimo prescrito pelo regulador que pode ser maior que o previsto no Basileia III, Pilar 1 Mínimo Exigido.

⁸⁵ Uma entidade operacional é uma entidade criada para conduzir os negócios com os clientes, com a intenção de ganhar um lucro em seu próprio direito.

Capital Tier2

O Capital Tier2 é constituído por vários instrumentos de capital, designadamente: instrumentos híbridos de capital e dívida que cumpram os critérios para inclusão no Capital Tier2⁸⁶ (apresentados na Tabela 4.4) e não se qualifiquem para integrar no Capital Tier1, e por certas provisões para perdas em empréstimos (“*loan loss provisions*”).

Critérios de inclusão no Capital Tier2
1. Emitidos e pagos.
2. Subordinados aos depositantes e credores gerais do banco.
3. Não é nem assegurado nem coberto por uma garantia do emissor ou entidade relacionada ou por outro dispositivo que legalmente ou economicamente melhore a posição de crédito na hierarquia face aos depositantes e credores gerais do banco.
4. Maturidade: a) Maturidade original mínima de pelo menos 5 anos; b) Reconhecimento no capital regulamentar, nos restantes 5 anos antes do vencimento, será amortizado numa base linear (quotas constantes); c) Não há formas ou incentivos para o resgatar.
5. Podem ser resgatados por iniciativa do emissor apenas após um mínimo de 5 anos: a) Exercer uma opção <i>cal</i> um banco deve receber aprovação prévia da supervisão; b) Um banco não deve fazer nada que crie uma expectativa que a opção <i>cal</i> será exercida ⁸⁷ ; c) Os bancos não devem exercer uma opção <i>call</i> a menos que: (i) Eles substituam o instrumento com opção por capital da mesma ou melhor qualidade e a substituição deste capital seja feita em condições que sejam sustentáveis para a capacidade de receita dos bancos; ⁸⁸ (ii) O banco demonstra que a sua posição de capital é bem acima dos requisitos mínimos de capital após a opção <i>call</i> ser exercida. ⁸⁹
6. O investidor não deve ter direitos para acelerar o reembolso de pagamentos programados no futuro (cupão ou principal), excepto em casos de falência ou liquidação.
7. O instrumento não pode ter sensibilidade creditícia às características do dividendo que é um dividendo/cupão que é reposto periodicamente baseado no todo ou na parte, na posição de crédito da organização bancária.
8. Nem o banco nem nenhuma parte relacionada sobre a qual o banco exerce controlo ou influência significativa pode ter comprado o instrumento, nem pode o banco, diretamente ou indiretamente, ter financiado a compra do instrumento.
9. Se o instrumento não é emitido fora de uma entidade operacional ou holding do grupo consolidado (por exemplo, SPV – <i>Special Purpose Vehicle</i>), os recursos devem estar imediatamente disponíveis sem limitação para a entidade operacional ou holding do grupo consolidado, de forma a cumprir ou exceder todos os critérios para inclusão no Capital Tier2.

Tabela 4.4 - Critérios de inclusão no Capital Tier 2

Fonte: *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems, December 2010 (rev. June 2011), pp. 18 e 19.*

⁸⁶ Os instrumentos de Capital Tier2 mais comuns são as Reservas de Reavaliação, as Provisões para perdas em empréstimos, a dívida subordinada e os instrumentos híbridos de capital.

⁸⁷ Uma opção para comprar o instrumento após 5 anos, mas antes do início do período de amortização não será identificado nenhum incentivo para a resgatar, desde que o banco não faça nada que crie a expectativa que a opção *cal* será exercida neste momento.

⁸⁸ Questões de substituição podem ser coincidentes com, mas não após, a execução da opção *call*.

⁸⁹ O mínimo refere-se ao requisito mínimo prescrito pelo regulador que pode ser maior que o previsto no Basileia III, Pilar 1 Mínimo Exigido.

Buffer de Capital

Apesar dos *buffers* de capital não constituírem, em si, classes de capital com características específicas, estes devem ser integrados como componentes isoladas do capital, como se de uma classe distinta se tratasse. Pois, apesar de representarem um aumento de capital adicional a suprir com uma classe já mencionada – *Common Equity Tier1*, os *buffers* perseguem objectivos distintos dos originalmente definidos para a classe-núcleo referida, sendo por isso oportuno perspectivar os mesmos não só como requisitos de capital adicionais, mas também e principalmente como uma componente isolada do Capital Total.

i. Buffer de Conservação de Capital

O *Buffer* de Conservação de Capital representa uma reserva de capital adicional dos bancos composta por *Common Equity Tier1*, cujo reforço, segundo o normativo internacional, deve ser realizado durante os períodos económicos mais favoráveis, sendo por isso percepcionado como uma medida de pró-ciclicidade,⁹⁰ com vista à expansão da capacidade de absorção de perdas dos bancos.

O Acordo de Basileia III determina que após o período de transição, ou seja, em 2019, as instituições financeiras possuam um *buffer* de conservação de capital de cerca de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco. Contudo, em situações de incumprimento em que um banco apresente um valor inferior neste requisito, Basileia III informa que a reconstrução dos *buffers*, necessária à resolução do incumprimento, poderá ocasionar duas situações distintas:

- i. Redução da distribuição discricionária dos lucros;
- ii. Captação de novos capitais do sector privado.

Estas opções são discutidas e equacionadas pelos bancos e os seus supervisores, enquanto partes integrantes do processo de planeamento do capital. Quando a última

⁹⁰ A natureza pro-cíclica dos *buffers* de capital deve-se ao facto da sua criação suceder em momentos favoráveis de mercado, de modo a tornarem mais resilientes as instituições a choques adversos durante períodos de maior tensão financeira, ou seja, estes são mecanismos cujo funcionamento visa contrariar a tendência evidenciada pelo ciclo, acumulando capital em momentos de expansão para fazer face a perdas (ser utilizado) em períodos de contração financeira.

opção não é adoptada, e o valor do *buffer* é inferior ao mínimo estabelecido, há lugar à imposição de restrições de distribuição de capital ao banco transgressor, variando a dimensão das mesmas com o valor percentual em incumprimento. Sendo assim, foram estabelecidos diferentes rácios mínimos de conservação de capital consoante o rácio *Common Equity Tier1* apresentado pelo banco, tal como demonstrado pela tabela seguinte.

Requisitos Mínimos de Conservação de Capital		
Rácio <i>Common Equity Tier 1</i>	<i>Buffer</i> de Conservação de Capital	Rácio Mínimo de Conservação de Capital (expresso em percentagem de lucros)
4.5% - 5.125%	$\leq 0.625\%$	100%
>5.125% - 5.75%	[0,625% , 1.25%[80%
>5.75% - 6.375%	[1.25% , 1,875%[60%
>6.375% - 7.0%	[1,875% , 2.5%[40%
> 7.0%	>2.5%	0%

Tabela 4.5 – Requisitos Mínimos de Conservação de Capital

Fonte: *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems, December 2010 (rev. June 2011), pp. 56.*

Estas exigências pretendem evitar que os bancos utilizem os seus *buffers* de capital para atenderem a fins diferentes dos para os quais foram criados normativamente, como são caso: a manutenção de um nível de distribuição de lucros acima das suas reais possibilidades (privilegiando-se os interesses dos acionistas sobre os demais *stakeholders*) e a utilização da distribuição de lucros como um meio para assinalar a sua solidez financeira no mercado. Atendendo a estas possibilidades, o Acordo de Basileia III reduziu a discricionariedade dos bancos ao estabelecer os Requisitos Mínimos de Conservação de Capital, visando, por esta via, dissuadir a utilização imprudente dos *buffers* por parte dos bancos.

Assim sendo, as regras de conservação de capital acordadas internacionalmente visam, uma vez mais, aumentar a resiliência do sector bancário face a situações de recessão, fornecendo-lhes fortes orientações para a reconstrução dos seus *buffers* de capital durante as fases iniciais de recuperação económica. Importa acrescer ainda, que o novo acordo de capital defende claramente que os bancos, nos períodos fora de *stress*,

devem esforçar-se significativamente, de modo a que os seus *buffers* de capital se localizem acima do mínimo regulamentar.

ii. Buffer Contracíclico

O *buffer* contracíclico representa a segunda tipologia de *buffer* introduzida pelo Acordo de Basileia III e, tal como já referido, serve de complemento ao anterior *buffer* de conservação de capital, constituindo consequentemente, uma defesa de capital adicional dos bancos para fazer face a períodos de risco particularmente acentuado. Este reflete nos requisitos de capital dos bancos o ambiente macroeconómico onde estes operam, pelo que a constituição deste *buffer* está intimamente relacionada com a evolução combinada do ritmo de crescimento do crédito com o risco aferido em todo o sistema.

A implementação dos *buffers* contracíclicos e as decisões relativas à sua dimensão são da responsabilidade de autoridades nacionais competentes, as quais são eleitas por cada membro da jurisdição da Comissão de Basileia e Supervisão Bancária. Estas regem-se pelo “*Guidance for national authorities operating the countercyclical capital buffer*” (BCBS, 2010b), documento no qual constam todas as orientações e princípios a considerar nos processos de decisão relativos a estas matérias. Este documento permite ainda aos bancos compreender e, por vezes antecipar, certas decisões tomadas pelas autoridades nacionais das jurisdições nas quais têm exposições de crédito, permitindo-lhes antever o ajustamento a realizar.

Os *buffers* contracíclicos tornam-se então exigíveis por estas autoridades quando, associado ao crescimento excedentário do crédito resulta uma acumulação excessiva de risco em todo o sistema bancário. Deste modo, o Acordo de Basileia III define o regime dos *buffers* contracíclicos nos seguintes elementos:

- i. Monitorização, por parte das autoridades nacionais competentes, do crescimento do crédito e de outros indicadores relevantes que possam assinalar uma acumulação excessiva de risco em todo o sistema, por motivos de crescimento excedentário do crédito. Com base nos resultados desta avaliação, será implementado um *buffer* contracíclico sempre que as circunstâncias o justificarem, sendo que tal exigência

deixará de existir quando o risco excessivo acumulado em todo o sistema se dissipar.

- ii. Os bancos internacionalmente ativos terão de considerar todos os pontos geográficos das suas exposições de crédito e determinarão o seu *buffer* de capital através do cálculo da média ponderada dos *buffers* que estão a ser aplicados nessas jurisdições. Assim, o seu *buffer* contracíclico deve refletir a composição geográfica da sua carteira de exposições de crédito.
- iii. O *buffer* contracíclico exigido a um banco, prolongará o seu *buffer* de conservação de capital, implicando por essa via, a sua sujeição a restrições de distribuição de lucros, em caso de incumprimento.

Uma vez reconhecida a necessidade de constituição de um *buffer* contracíclico, a autoridade nacional competente define a dimensão do mesmo, a qual estará compreendida num intervalo de 0% a 2,5% dos ativos totais ponderados pelo risco, sendo realizado com *Common Equity Tier1*.

Caso o *Common Equity Tier1* não seja suficiente para cumprir com o mínimo estipulado pelo regulador, o banco em causa estará sujeito às referidas restrições de distribuição de capital, segundo os trâmites apresentados na tabela seguinte.

Requisitos Mínimos de Conservação de Capital	
<i>Common Equity Tier 1</i> (Incluindo outro capital totalmente absorvente de perdas)	Rácio Mínimo de Conservação de Capital (expresso em percentagem de lucros)
No primeiro quartil do <i>buffer</i>	100%
No segundo quartil do <i>buffer</i>	80%
No terceiro quartil do <i>buffer</i>	60%
No quarto quartil do <i>buffer</i>	40%
> 2.5 %	0%

Tabela 4.6 – Requisitos Mínimos de Conservação de Capital – Buffers Contracíclicos

Fonte: Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems, December 2010 (rev. June 2011), pp. 56.

Os bancos devem garantir que o seu *buffer* se baseia nos mais recentes *buffers* contracíclicos das jurisdições relevantes, disponíveis à data da determinação do seu requisito mínimo de capital. Para tal, é-lhes exigido a divulgação pública de informação

relativa ao modo de cálculo do seu *buffer* contracíclico, o valor do mesmo e a distribuição geográfica das suas exposições de crédito, com pelo menos a mesma frequência com que divulga os seus requisitos mínimos de capital.

Deduções Regulamentares

Um elemento muito importante e que influencia significativamente a composição do capital das instituições é o conjunto de deduções regulamentares que o Acordo de Basileia III determina que sejam aplicadas às diferentes classes de capital, a partir das quais é calculado o Capital Regulamentar. Contudo, importa salientar que as deduções regulamentares previstas no novo normativo assumem maior relevância na determinação do *Common Equity Tier1*, tal como será facilmente depreendido da análise da Tabela 4.7 - Deduções Regulamentares de Capital.

Assim sendo, de modo a explicitar o sentido dessas deduções, sintetiza-se na tabela seguinte, as principais fontes de dedução e a orientação para a realização das mesmas.

Fonte de Dedução	Dedução Regulamentar
<i>Goodwill</i> e outros intangíveis ⁹¹ (excepto direitos de serviço de hipotecas)	Estes ⁹² deverão ser totalmente deduzidos, líquidos de qualquer passivo por imposto diferido no cálculo do <i>Common Equity Tier1</i> .
Ativos por impostos diferidos ⁹³	Estes ⁹⁴ deverão ser deduzidos no cálculo do <i>Common Equity Tier1</i> , pois dependem da rentabilidade futura do banco para serem realizados.

⁹¹ Os bancos que relatam segundo os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites podem, com aprovação prévia, utilizar a definição de ativos intangíveis da *International Financial Reporting Standards*, para determinar quais os ativos que podem ser considerados intangíveis.

⁹² Incluindo qualquer *Goodwill* incluído na avaliação dos investimentos significativos no capital de entidades bancárias, financeiras e de seguros que estejam fora do perímetro de consolidação regulamentar.

⁹³ Quando estes estão relacionados com diferenças temporárias (por exemplo, provisão para perdas de crédito), o valor a ser deduzido é definido por uma escala de deduções; contudo, todos os que respeitam a perdas operacionais (como o reporte de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados) devem ser compensados pelos passivos por impostos diferidos.

⁹⁴ Os ativos por impostos diferidos podem ser compensados com passivos por impostos diferidos apenas se estes representarem impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal e se este mecanismo de compensação for permitido pela mesma.

Reserva de Cobertura de <i>Cash-Flows</i> ⁹⁵	Esta deve ser desreconhecida ⁹⁶ no cálculo do <i>Common Equity Tier1</i> , significando por essa via, a dedução dos seus valores positivos e o acréscimo dos seus valores negativos.
Insuficiência do <i>stock</i> de provisões para perdas esperadas	Dedução pelo valor total da insuficiência, segundo a abordagem <i>Internal Rating-Based</i> , no cálculo do <i>Common Equity Tier1</i> .
Ganhos em vendas relacionadas com transações de securitização	Desreconhecimento de qualquer aumento do Capital Próprio resultante de transações de securitização, no cálculo do <i>Common Equity Tier1</i> .
Ganhos e perdas acumuladas devido a mudanças no próprio risco de crédito dos passivos financeiros valorizados ao justo valor	Desreconhecimento de todos os ganhos e perdas não realizadas resultantes de mudanças de justo valor dos passivos por motivos de alterações do risco de crédito do próprio banco, no cálculo do <i>Common Equity Tier1</i> .
Passivos e ativos de fundos de pensão	Os passivos devem ser totalmente reconhecidos no cálculo do <i>Common Equity Tier1</i> e os ativos ⁹⁷ devem ser deduzidos nesse cálculo, líquidos de qualquer passivo por imposto diferido.
Investimento em ações próprias	Todos os investimentos do banco para aquisição direta ou indireta das suas ações ordinárias, bem como quaisquer ações próprias que um banco seria contratualmente obrigado a adquirir, deverão ser deduzidos ⁹⁸ no cálculo do <i>Common Equity Tier1</i> . A mesma abordagem é seguida no tratamento de investimentos realizados no seu próprio Adicional <i>Tier1</i> e no seu próprio <i>Tier2</i> , deduzindo os mesmos no cálculo do seu Cálculo Adicional <i>Tier1</i> e Capital <i>Tier2</i> , respectivamente.
Participações Recíprocas no capital de entidades bancárias, financeiras e de seguros	Estas participações devem ser deduzidas integralmente, pois inflacionam artificialmente a posição de capital dos bancos. A dedução deve seguir a Abordagem de Dedução Correspondente, ou seja, deve ser aplicada à mesma componente de capital para a qual o capital se poderia qualificar se fosse emitido pelo próprio banco.
Investimentos no capital de entidades bancárias, financeiras e de seguros, fora do perímetro de consolidação regulamentar (detém ≤10% das ações ordinárias emitidas pela entidade)	Se após a aplicação dos ajustamentos regulamentares a todos os investimentos realizados, o agregado exceder os 10% do <i>Common Equity Tier1</i> , então o excesso deverá ser deduzido aplicando a Abordagem de Dedução Correspondente.

⁹⁵ Representa o montante para cobertura dos elementos que não são mensurados ao justo valor no balanço patrimonial (incluindo os *Cash-Flows* parevisionais).

⁹⁶ Esse ajustamento remove o elemento que gera volatilidade artificial ao *Common Equity*, daí a importância do seu desreconhecimento para fins prudenciais.

⁹⁷ O ajustamento realizado pretende responder à preocupação de que os ativos decorrentes dos fundos de pensão podem não ser capazes de proteger os depositantes e outros credores do banco.

⁹⁸ A razão de ser desta dedução é evitar a dupla contagem do Capital Próprio dos bancos. Certos sistemas contabilísticos não permitem o reconhecimento das ações próprias, logo esta dedução não se verifica, sendo portanto apenas relevante nos sistemas onde é permitido o reconhecimento das ações próprias no balanço.

Investimentos significativos no capital de entidades bancárias, financeiras e de seguros, fora do perímetro de consolidação regulamentar (detém >10% das ações ordinárias emitidas pela entidade emissora ou onde o banco é uma afiliada)	Todos os investimentos realizados, excepto em ações ordinárias, devem ser integralmente deduzidos, seguindo a Abordagem de Dedução Correspondente ⁹⁹ .
---	---

Tabela 4.7 - Deduções Regulamentares de Capital

Fonte: *Basel III: a Global Regulatory Framework for more resilient banks and banking systems, December 2010 (ver. June 2011), pp. 21 e 26.*

No entanto, o novo enquadramento regulamentar permite que, em substituição da dedução integral prevista na Tabela 4.7, se reconheça com uma limitação de 10% do Capital Próprio dos bancos, no cálculo do *Common Equity Tier1*, os seguintes elementos:

- i. Investimentos significativos no capital de entidades bancárias, financeiras e de seguros fora do perímetro de consolidação regulamentar;
- ii. Direitos de serviço de hipotecas;
- iii. Ativos por impostos diferidos que resultam de diferenças temporárias.

Assim, segundo o novo normativo internacional, no período de tempo compreendido entre 1 de Janeiro de 2013 e 1 de Janeiro de 2018, um banco pode deduzir o valor pelo qual o agregado resultante dos três elementos supramencionados exceda 15% da sua componente do *Common Equity Tier1*,¹⁰⁰ ficando este obrigado à divulgação detalhada dos elementos constituintes desse agregado. A partir de 1 de Janeiro de 2018, o valor dos três elementos referidos, que permaneçam reconhecidos após a aplicação de todos os ajustamentos regulamentares, não pode exceder os 15% do Capital *Common Equity Tier1*.¹⁰¹ A adopção deste tratamento em detrimento da dedução integral prevista na Tabela 4.5 implica que ao valor agregado referido, não deduzido no cálculo do *Common Equity Tier1*, seja atribuída uma ponderação de risco de 250%.

⁹⁹ No caso de um banco ser obrigado a fazer uma dedução num nível particular de capital e não possuir valor suficiente desse nível de capital para satisfazer essa dedução, o défice deverá ser deduzido do próximo nível mais elevado (por exemplo, um banco não possui Capital Adicional *Tier1* suficiente para satisfazer a dedução, então o valor em défice será deduzido do *Common Equity Tier1*).

¹⁰⁰ Calculado antes da dedução destes elementos, mas após a aplicação de todos os ajustamentos regulamentares utilizados no cálculo do *Common Equity Tier1*.

¹⁰¹ Calculado após todos os ajustamentos regulamentares.

4.2.1.1. Rácios de Capital

O referido texto regulatório procurou dotar os requisitos de capital das instituições financeiras de um carácter mais conservador, de modo a reforçar a sua credibilidade enquanto métricas representativas da solvabilidade das instituições financeiras. Este carácter mais conservador resulta tanto da maior restritividade dos atuais critérios de inclusão dos instrumentos de capital nas várias classes que o compõem (*Common Equity Tier1*, *Capital Tier1* Adicional e *Capital Tier2*), como da introdução de *buffers* adicionais de capital para fazer face a períodos de maior tensão nos sistemas financeiros (*Buffer* de Conservação de Capital e *Buffer* Contracíclico).

Assim sendo, após a apresentação detalhada das características dos instrumentos a incluir em cada categoria de capital, importa agora explicar em que medida cada uma concorre para a determinação dos principais Rácios de Solvabilidade e *Buffers* de Capital definidos pelo Acordo de Basileia III, designadamente:

- i. Rácio *Core Tier1*;
- ii. Rácio *Tier1*;¹⁰²
- iii. Rácio *Tier2*;
- iv. Rácio de Solvabilidade;
- v. *Buffer* de Conservação de Capital;
- vi. *Buffer* Contracíclico;
- vii. Rácio de Alavancagem.

i. Rácio *Core Tier1*

Um dos principais rácios de capital resultante do novo enquadramento internacional é o Rácio *Core Tier1*, o qual determina o valor de fundos próprios que as instituições financeiras¹⁰³ devem deter em função dos riscos decorrentes do exercício da sua atividade.

¹⁰² Também designado por Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base.

¹⁰³ Estão sujeitos ao cumprimento do Rácio *Core Tier1* todos os grupos financeiros submetidos a supervisão em base consolidada, sempre que os mesmos integrem um banco ou outra instituição de crédito habilitada para a captação de depósitos e, adicionalmente, em termos individuais, os bancos e outras instituições de crédito que, embora não integrem nenhum grupo financeiro, estejam habilitadas para captar depósitos.

O Rácio *Core Tier1* resulta assim do quociente entre o Capital *Core Tier1*¹⁰⁴ e os Requisitos de Fundos Próprios. O Capital *Core Tier1* compreende o capital de qualidade mais elevada de uma instituição quer em termos de permanência, quer em termos de capacidade de absorção de perdas, ajustado pelas respectivas deduções regulamentares, ou seja, este é composto essencialmente por *Common Equity Tier1*. Por seu turno, os Requisitos de Fundos Próprios¹⁰⁵ representam uma medida dos riscos assumidos por uma instituição decorrentes da atividade financeira que desenvolve, nomeadamente risco de crédito, de mercado (integrando o risco cambial e o da carteira de negociação) e operacional, sendo calculados nos termos da regulação prudencial desenvolvida para esse efeito.¹⁰⁶

Assim sendo, o Rácio *Core Tier1* é determinado pela seguinte expressão:

$$\text{Rácio } \textit{Core Tier1} = \frac{\text{Capital } \textit{Core Tier1}}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}}$$

ii. Rácio *Tier1*

O Rácio *Tier1*, tal como o rácio anterior, confronta os fundos próprios de base de uma instituição financeira (Capital *Tier1*) com os riscos por esta assumidos no exercício da sua atividade, sendo por isso determinado pela seguinte expressão:

$$\text{Rácio } \textit{Tier1} = \frac{\text{Fundos Próprios de Base}}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}} = \frac{\text{Capital } \textit{Tier1}}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}} = \frac{(\text{Common Equity } \textit{Tier1} + \text{Capital } \textit{Tier1} \text{ Adicional})}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}}$$

¹⁰⁴ Também designado por Fundos Próprios *Core Tier1*.

¹⁰⁵ Também designadas por posições ponderadas pelo risco ou *risk-weighted assets* (RWAs). O Banco de Portugal determinou que os requisitos de fundos próprios resultam da aplicação do n.º1 do artigo 7º do Decreto-lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, o qual estabelece que “1- As instituições de crédito devem dispor de fundos próprios que sejam em qualquer momento superiores ou equivalentes à soma dos seguintes requisitos de fundos próprios: a) No que se refere ao risco de crédito e ao risco de redução dos montantes a receber (...); b) Relativamente à carteira de negociação, no que se refere ao risco de posição e ao risco de contraparte e aos excessos aos grandes riscos relativos a essa mesma carteira (...); c) (...) no que se refere ao risco cambial, ao risco de liquidação e ao risco de mercadorias (...); e) (...) no que se refere ao risco-país (...) in Portugal, Banco de (2007), Decreto-Lei nº 104/2007, de 3 de abril, p. 1-37.

¹⁰⁶ Em Portugal, o cálculo dos Requisitos de Fundos Próprios é definido nos termos dos Decretos-Lei n.º103/2007 e n.º104/2007, de 3 de Abril.

Contudo, tal como é observável, este distingue-se do Rácio *Core Tier1* em termos de numerador, pois para além do Capital *Common Equity Tier1* considera ainda o Capital *Tier1* Adicional, cuja capacidade de absorção de perdas apesar de elevada, é inferior à do primeiro. No entanto, quando comparadas com as das restantes classes de capital é indiscutível a qualidade mais elevada que as caracteriza, em termos de permanência e absorção de perdas, sendo por isso consideradas o “núcleo duro da defesa proactiva” das instituições financeiras relativamente a cenários de maior adversidade.

iii. Rácio *Tier2*

O Rácio *Tier2*, tal como é possível depreender pela sua designação, é um rácio de capital que resulta do quociente entre o Capital *Tier2* e os Requisitos de Fundos Próprios, sendo por isso determinado pela seguinte expressão:

$$\text{Rácio } \textit{Tier2} = \frac{\text{Capital } \textit{Tier2}}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}}$$

Este rácio de capital assume uma importância inferior face aos anteriores, dada a menor capacidade de absorção de perdas que o Capital *Tier2* possui. Assim, tal como seria de esperar, o seu contributo na composição mínima exigível é menor quando comparado com os anteriores.

iv. Rácio de Solvabilidade

O Rácio de Solvabilidade, de uma forma simplificada, representa o agregado dos rácios de capital anteriores, ou seja, a capacidade de absorção de perdas global de uma instituição financeira. Este, à semelhança dos anteriores, resulta do quociente entre o Capital Regulamentar Total e os Requisitos de Fundos Próprios, tal como demonstrado pela expressão seguinte:

$$\text{Rácio de Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Regulamentar Total}}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}} = \frac{\text{Capital Tier1} + \text{Capital Tier2}}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}}$$

Assim, os requisitos mínimos estabelecidos no Gráfico 3.1. representam as exigências mínimas a que as institui  es financeiras estão sujeitas com o novo acordo internacional, em termos de solvabilidade.

v. *Buffer de Conserva  o de Capital*

O *Buffer* de Conserva  o de Capital constitui um requisito de capital exigível às institui  es financeiras a partir de 1 de Janeiro de 2016, variando a sua dimensão a partir dessa data entre 0,625% e 2,5% dos ativos ponderados pelo risco.¹⁰⁷ Sendo este composto por *Common Equity Tier1*, para o determinar aplica-se a seguinte expressão:

$$\text{Buffer de Conserva  o de Capital} = \frac{\text{Common Equity Tier1}}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}} \in [0, 2.5\%]$$

vi. *Buffer Contracíclico*

O *Buffer* Contracíclico   , como já discutido anteriormente, em tudo semelhante ao anterior excepto nos termos que determinam a sua exigência às institui  es financeiras, querendo isto dizer que a constitui  o de um *buffer* contracíclico    determinada pelas autoridades nacionais quando as condi  es econ  micas assim o exigirem, podendo a sua dimensão t  mb  m variar entre os 0% e 2,5% dos ativos ponderados pelo risco. Assim, tal como seria expectável, o *buffer* contracíclico    determinado da mesma forma que o anterior:

$$\text{Buffer Contracíclico} = \frac{\text{Common Equity Tier1}}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}} \in [0, 2.5\%]$$

vii. *Rácio de Alavancagem*

Por fim, a última grande inova  o, em termos de requisitos de capital, introduzida pelo Acordo de Basileia III foi a defini  o de um novo rácio de

¹⁰⁷ A partir de 1 de Janeiro de 2016, as institui  es financeiras deverão reforçar anualmente o seu *buffer* de conserva  o de capital, no mínimo, em 0,625% dos seus ativos ponderados pelo risco, de modo a em 2019, este represente 2,5% dos seus ativos ponderados pelo risco.

alavancagem, sem risco (*non-risk based*), simples e transparente, com o intuito de funcionar como uma medida complementar credível aos requisitos mínimos de capital ponderados pelo risco. Este assume principalmente dois propósitos:

- i. Restringir o endividamento no sector bancário, ajudando assim a reduzir o risco de desestabilização que provém dos processos de desalavancagem, pois verifica-se que estes amplificam a pressão descendente sobre os preços dos ativos, agravando significativamente a dimensão das perdas quer no sistema financeiro, quer na economia;
- ii. Introduzir uma maior prudência no desenvolvimento da atividade, definindo salvaguardas adicionais relativamente a eventuais erros que possam ser identificados na modelização do risco e sua mensuração.

O rácio de alavancagem é calculado através do quociente entre a média do rácio mensal de endividamento sobre o trimestre (designado por medida de capital) pela exposição total (designada por medida de exposição), tal como demonstrado na expressão seguinte:

$$\text{Rácio de Alavancagem} = \frac{\text{Média} \left[\frac{\text{Rácio Mensal de Endividamento}}{\text{Rácio de Endividamento Trimestral}} \right]}{\text{Exposição Total}} = \frac{\text{Medida de Capital}}{\text{Medida de Exposição}} =$$

$$\frac{\text{Capital Tier1}}{\text{Exposição Total}} \geq 3\%$$

A medida de capital baseia-se na nova definição de *Capital Tier1*, estabelecendo-se que os elementos deduzidos integralmente do capital por via dos ajustamentos regulamentares, não contribuem de igual modo para o endividamento, logo também deverão ser deduzidos da medida de exposição, a fim de que a medida de capital e exposição sejam mensuradas consistentemente, evitando-se a dupla contagem.

Apesar das orientações emitidas pela Comissão de Basileia acerca da determinação do rácio de alavancagem, ainda subsistem algumas dúvidas importantes relativamente à sua aplicação, motivadas essencialmente pela incerteza quanto aos potenciais impactos deste requisito e ao grau de adequabilidade do mesmo face aos objectivos que persegue. Por estes motivos, a Comissão de Basileia e Supervisão Bancária, no seu recente texto regulatório “*Revised Basel III leverage ratio framework and disclosure requirements*” (BCBS, 2013) reforçou, mais uma vez, o carácter experiencial deste requisito e em

consonância ao por esta determinado no Acordo de Basileia III, reafirma a fase de teste¹⁰⁸ pela qual o rácio de alavancagem passará, que compreende o período de 1 de Janeiro de 2013 a 1 de Janeiro de 2017, estabelecendo-se para tal um rácio de alavancagem de 3%.

Assim sendo, de 2013 a 2015 as instituições financeiras deverão divulgar às suas autoridades nacionais de supervisão os seus rácios de alavancagem, possibilitando desse modo identificar quaisquer necessidades de orientação, ajuste e/ou calibração, com intuito destas serem supridas até 2017. A partir de 2015, as instituições financeiras estão obrigadas a divulgar publicamente os seus rácios de alavancagem, de acordo com as disposições presentes no documento regulatório “*Revised Basel III leverage ratio framework and disclosure requirements*”(BCBS, 2013). Contudo, prevê-se que até lá haja ainda algumas alterações em termos de determinação deste rácio, provenientes de novas orientações baseadas na experiência que vão recolher junto das autoridades nacionais de supervisão. A elevada complexidade e ambiguidade de alguns conceitos presentes na regulação original poderão induzir diferentes interpretações por parte das instituições, conduzindo a determinações distintas deste rácio. Este facto coloca em causa o objectivo de determinar uma métrica internacionalmente harmonizada, daí que seja expectável a ocorrência de desenvolvimentos regulatórios ainda no tratamento desta matéria.

¹⁰⁸ Durante este período, a Comissão de Basileia e de Supervisão Bancária recolherá dados para acompanhar o impacto da utilização do Capital Regulamentar total e do *Common Equity Tier1*.

4.2.1.2. Caso Prático – Rácios de Capital

Após a exposição teórica dos principais rácios de capital que decorrem da aplicação do Acordo de Basileia III, é oportuno explorar os mesmos através da apresentação de um exemplo ilustrativo.

Para tal, atente-se no Balanço Patrimonial do Banco X:

BALANÇO PATRIMONIAL DO BANCO X

31 de Dezembro de 2012					
ACTIVO	(milhares €)	% Ativo Total	CAPITAL PRÓPRIO	(milhares €)	% Ativo Total
Caixa e Equivalentes de Caixa Ativos financeiros detidos para negociação Ativos financeiros disponíveis para venda Aplicações em instituições de crédito Clientes Outros ativos financeiros Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação Ativos não correntes detidos para venda Propriedades de Investimento Outros ativos tangíveis Ativos Intangíveis Outros ativos	2 205 115 845 463 4 611 706 943 695 31 309 118 1 879 643 258 490 642 063 277 117 313 199 129 527 1 456 886	4,91% 1,88% 10,28% 2,10% 69,77% 4,19% 0,58% 1,43% 0,62% 0,70% 0,29% 3,25%	Capital	1 750 000	3,90%
			Ações Preferenciais	85 588	0,19%
			Prémios de emissão	35 861	0,08%
			Outros instrumentos de capital	4 927	0,01%
			Ações Próprias	(7 106)	-0,02%
			Reservas de Reavaliação	1 334	0,00%
			Outras reservas e resultados transitados	425 011	0,95%
			Resultado Líquido	(609 527)	-1,36%
			Interesses Minoritários	314 007	0,70%
			Total do Capital Próprio	2 000 094	4,46%
			PASSIVO		
			Depósitos	32 327 813	72,04%
			Títulos de dívida emitidos	6 774 132	15,10%
			Passivos financeiros detidos para negociação	696 597	1,55%
			Outros passivos financeiros	315 291	0,70%
Outros passivos	2 758 093	6,15%			
Total do Passivo	42 871 926	95,54%			
Total do Ativo	44 872 020	100%	Total do Capital Próprio e Passivo	44 872 020	100%

Tabela 4.8 - Balanço Patrimonial do Banco X¹⁰⁹

Fonte: Elaboração do próprio autor, com base em dados financeiros representativos da realidade da banca portuguesa.

Informações Adicionais:

- A rubrica “Outros Passivos” integra, entre outros, os Passivos Subordinados no montante de 2 000 000 euros, respeitante a instrumentos híbridos de dívida

¹⁰⁹ O Balanço Patrimonial do Banco X resultou do quociente das rubricas patrimoniais apresentadas pelo factor arbitrário 2, sendo as mesmas representativas da realidade patrimonial do Grupo Bancário BCP em 2012 (antes da operação algébrica referida).

subordinada qualificáveis como Capital *Core Tier1* emitidos a 30 de Junho de 2012 pelo Banco X, tendo sido 75% subscrito pelo Estado Português e o remanescente por investidores privados.

– Considere ainda:

Capital *Tier2*

Provisões e reservas para perdas em empréstimos

348 294 €

Ativos Ponderados pelo Risco (milhares €):

26 635 500

Risco de crédito	24 503 500
Risco de carteira de negociação	281 500
Risco Operacional	1 850 500

Deduções Regulamentares		Valor (milhares €)
Deduções Regulamentares – <i>Common Equity Tier1</i>	Impacto Líquido de rubricas com diferimento	16 992,5
	Outras deduções regulamentares	-49 125
Deduções Regulamentares – Capital <i>Tier1</i> Adicional		-264 808
Deduções Regulamentares – Capital <i>Tier2</i>		-73 020

Tabela 4.9 – Deduções Regulamentares

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Com base nestes dados proceder-se-á à determinação dos principais rácios de capital: Rácio *Core Tier1*, Rácio *Tier1*, Rácio *Tier2* e Rácio de Solvabilidade.

i. Rácio *Core Tier1*

Rácio <i>Core Tier1</i>		13,19%
Capital <i>Core Tier1</i> (A-B)		3 512 747
A. Elementos Positivos de Fundos Próprios de Base		3 599 868
Capital (+)		1 750 000
Prémios de Emissão (+)		35 861
Passivos Subordinados - Instrumentos Híbridos de Dívida (+)		1500000
Interesses Minoritários (+)		314 007
B. Deduções Regulamentares		87 122
Reservas e Resultados retidos (-)		184 516
Ativos Intangíveis (-)		(129 527)
Impacto Líquido de rubricas com diferimento (-)		(16 993)
Outras deduções regulamentares (-)		49 125
Requisitos de Fundos Próprios		26 635 500
Risco de crédito		24 503 500
Risco de carteira de negociação		281 500
Risco Operacional		1 850 500

Tabela 4.10 – Determinação do Rácio *Core Tier1* do Banco X

Fonte: Cálculos do próprio autor.

De acordo com o exposto anteriormente e a Tabela 4.10, o Rácio *Core Tier1* resulta do quociente entre o Capital *Core Tier1* e os Requisitos de Fundos Próprios. No exemplo em causa, relativamente à determinação do Capital *Core Tier1* importa salientar três aspectos: primeiro, os elementos integrados satisfazem os critérios de classificação presentes na Tabela 4.2 - Critérios de classificação das ações ordinárias para fins de Capital Regulamentar, segundo, no que respeita aos instrumentos híbridos de dívida subordinada apenas são considerados elegíveis para o cômputo do Capital *Core Tier1* 75% do valor emitido, ou seja, apenas são considerados os instrumentos subscritos pelo Estado Português e, terceiro, as deduções regulamentares consideradas resultam da aplicação das disposições previstas na Tabela 4.5 – Requisitos Mínimos de Conservação de Capital.¹¹⁰ No que respeita aos Requisitos de Fundos Próprios estes resultam da aplicação de métodos¹¹¹ para aferir os requisitos regulamentares de capital decorrentes, neste caso, do risco de crédito, operacional e da carteira de negociação. Assim sendo, o Rácio *Core Tier1* do Banco X não só cumpre com o requisito mínimo a que está sujeito, como o ultrapassa de forma expressiva, revelando uma forte resiliência em caso de cenários adversos.

ii. Rácio *Tier1*

Tal como anteriormente exposto e devidamente ilustrado pela Tabela 4.11, o Rácio *Tier1* resulta do quociente entre o Capital *Tier1* e os Requisitos de Fundos Próprios. Para a determinação do Capital *Tier1* salientam-se dois aspectos: primeiro, adiciona-se ao Capital *Core Tier1*, calculado anteriormente, o montante representativo das ações preferenciais que consta no Balanço Patrimonial, tal como previsto nos

¹¹⁰ À exceção das que são fornecidas a título de informação adicional, uma vez que se tratam de deduções que não são possíveis de aferir diretamente da análise do balanço, pelo que houve a necessidade de as indicar como dados.

¹¹¹ Consoante a natureza dos riscos assim varia o método de determinação dos requisitos de capital decorrentes dos mesmos. Assim, relativamente ao risco de crédito é possível distinguir-se 3 métodos: Método *Standard*, Método *Internal Rating – Based Approach Foundation* e Método *Internal Rating – Based Approach Advanced*; no que respeita ao risco de mercado identificam-se 2 métodos para o seu cálculo: Método *Standard* e Método dos modelos internos; e relativamente ao risco operacional constata-se a existência de 3 métodos para o seu cálculo: Método do Indicador Básico (BIA – *Basic Indicator Approach*), Método *Standard* e Método de Medição Avançada (*Advanced Approach*). No contexto deste caso prático é possível observar no Anexo VI as Metodologias de Cálculo Regulamentares adoptadas pelo Grupo BCP, sendo que os valores finais apresentados resultam do quociente do seu valor original pelo factor arbitrário 2. Para maiores detalhes acerca dos métodos de determinação dos requisitos de capital consultar Caiado, Aníbal Campos ; Caiado, Jorge (2008), "Sistema Financeiro Português", in Gestão de Instituições Financeiras, p. 71-82. 2 - Sistema Financeiro Português.

critérios de inclusão no Capital *Tier1* Adicional, presentes na Tabela 4.3; e, por último, subtrai-se as deduções regulamentares subjacentes a esta classe de capital. Relativamente aos Requisitos de Fundos Próprios, estes são determinados da mesma forma como explicitado anteriormente. Posto isto, o Rácio *Tier1* do Banco X é de 12,52%, inferior ao Rácio *Core Tier1*, pois como as deduções regulamentares ao Capital *Tier1* Adicional superam o valor das ações preferenciais, o Capital *Tier 1* é menor que o Capital *Core Tier1*, logo o seu rácio de capital é por essa razão inferior.

Rácio <i>Tier1</i>	12,52%
Capital <i>Tier1</i> (A-B)	3 333 526
A. Elementos Positivos	3 598 334
Capital <i>Core Tier1</i>	3 512 747
Capital <i>Tier 1</i> Adicional - Ações Preferenciais	85 588
B. Deduções Regulamentares	264 808
Deduções Regulamentares - Capital <i>Tier1</i> Adicional	264 808
Requisitos de Fundos Próprios	26 635 500
Risco de crédito	24 503 500
Risco de carteira de negociação	281 500
Risco Operacional	1 850 500

Tabela 4.11 – Determinação do Rácio *Tier1* do Banco X

Fonte: Cálculos do próprio autor.

iii. Rácio *Tier2*

Rácio <i>Tier2</i>	1,04%
Capital <i>Tier2</i> (A-B)	276 608
A. Elementos Positivos de Fundos Próprios de Base	349 628
Provisões e reservas para perdas em empréstimos	348 294
Reservas de reavaliação	1 334
B. Deduções Regulamentares	73 020
Deduções Regulamentares - Capital <i>Tier2</i>	73 020
Requisitos de Fundos Próprios	26 635 500
Risco de crédito	24 503 500
Risco de carteira de negociação	281 500
Risco Operacional	1 850 500

Tabela 4.12 - Determinação do Rácio *Tier 2* do Banco X

Fonte: Cálculos do próprio autor.

Tal como é possível observar na Tabela 4.12 e como já exposto anteriormente, o Rácio *Tier2* resulta do quociente entre o Capital *Tier2* e os Requisitos de Fundos Próprios. Na determinação do Capital *Tier2* apenas se destaca a adição às Provisões e reservas para perdas em empréstimos das Reservas de Reavaliação presentes no Balanço, procedendo-se à subtração das respectivas deduções regulamentares. Como

seria expectável, o Rácio *Tier2* possui um valor pouco significativo quando comparado aos anteriores. Tal, deve-se essencialmente ao facto do Acordo de Basileia III procurar que as instituições financeiras possuam um núcleo de capital “duro”, resiliente, com uma efetiva capacidade de absorção de perdas, exigindo por isso níveis mais elevados de Capital *Tier1* do que de outras classes de capital. Contudo, é oportuno destacar que as instituições financeiras possuem liberdade de apresentarem rácios mais elevados de *Tier2*, no entanto estes jamais poderão, em quantidade, compensar os requisitos mínimos de *Tier1* a que estão sujeitas. Logo, os mínimos estipulados têm de ser efetivamente observados, não havendo qualquer possibilidade de compensação ou de qualquer processo cuja finalidade seja semelhante.

iv. Rácio de Solvabilidade

Rácio de Solvabilidade		12,29%
Capital Regulamentar Total (A-B)		3 272 306
A.	Elementos Positivos	3 610 134
Capital <i>Tier1</i>		3 333 526
Capital <i>Tier2</i>		276 608
B.	Deduções Regulamentares	337 828
Ded. Regulamentares <i>Tier1</i>		264 808
Ded. Regulamentares <i>Tier2</i>		73 020
Requisitos de Fundos Próprios		26 635 500
Risco de crédito		24 503 500
Risco de carteira de negociação		281 500
Risco Operacional		1 850 500

Tabela 4.13 – Determinação do Rácio de Solvabilidade do Banco X

Fonte: Cálculos do próprio autor.

Como observável na Tabela 4.13 e explicitado anteriormente, o Rácio de Solvabilidade é determinado pelo quociente entre o Capital Regulamentar Total e os Requisitos de Fundos Próprios. Para tal, determinou-se o Capital Regulamentar Total adicionando-se ao Capital *Tier1* o Capital *Tier2* e subtraindo-se posteriormente as respectivas deduções regulamentares. No que respeita aos Requisitos de Fundos Próprios, estes são obtidos através do processo de cálculo já mencionado. Assim, do quociente destas duas grandezas resulta um Rácio de Solvabilidade de 12,29%, o qual demonstra uma significativa resiliência por parte do Banco X, pois não só cumpre o requisito mínimo a que está sujeito, como o supera de forma significativa.

4.2.2. Pilar 2: Gestão do Risco e Supervisão

O Pilar 2 do Acordo de Basileia III tem como propósito reforçar o processo de supervisão relativamente à adequabilidade dos níveis de capital apresentados pelas instituições financeiras, exigindo para isso a convergência de políticas e práticas de supervisão. Na prossecução deste intento é possível identificar-se a definição, por parte de entidades de supervisão, de requisitos mínimos de capital diferenciados, consoante o risco, a solidez e credibilidade dos sistemas de controlo e gestão das entidades. Este facto alimenta implicitamente a crença de que tal incitará as instituições a mobilizar maiores esforços na identificação, análise e mensuração dos riscos que enfrentam, permitindo-lhes antecipar e recorrer a instrumentos de mitigação desses riscos, minorando os potenciais impactos e desequilíbrios.

Assim, o Pilar 2 materializa o reconhecimento da necessidade dos supervisores acompanharem as atividades, os perfis de risco e os sistemas internos de avaliação de riscos das instituições financeiras individuais, de modo a, simultaneamente, avaliarem se as mesmas mantêm ou não níveis adequados de capital e promoverem melhores práticas na gestão do risco. Deste modo, facilmente se depreende que o Pilar 2 complementa o Pilar anterior, incitando a ações corretivas quando os níveis mínimos de capital estipulados pelo Pilar 1 não se mostrem adequados relativamente ao nível de risco apresentado pela instituição financeira supervisionada.

4.2.3. Pilar 3: Disciplina de Mercado

O Pilar 3 tem por objectivo aumentar o grau de transparência das instituições financeiras através de uma divulgação objectiva e detalhada acerca da adequação dos seus níveis de capital, bem como das suas operações fora do balanço.

A normalização das formas de divulgação e das matérias a relatar, assim como a definição de requisitos de divulgação formais fomentam a confiança pública nos sistemas bancários, contribuindo para a harmonização internacional do relato da informação financeira destas entidades.

Requisitos de Divulgação

A recente crise financeira demonstrou a importância de uma divulgação detalhada, objectiva e consistente por parte das instituições financeiras. Nesse período, as autoridades foram confrontadas pela ausência dessas características nos relatos produzidos pelas instituições, o que contribuiu significativamente para a incerteza vivenciada nos sistemas financeiros, como também para a redução da eficácia das intervenções executadas pelas autoridades competentes. Assim, a necessidade de normalizar as técnicas e as formas de relato das instituições financeiras conduziu à introdução de um conjunto de requisitos,¹¹² com o intuito de, através dos mesmos, melhorar a disciplina de mercado através de uma divulgação mais transparente da forma de cumprimento dos vários e novos requisitos de capital a que as instituições financeiras, por via do novo enquadramento internacional, estão sujeitas, clarificando ao mercado a exposição ao risco por estas assumida, bem como a sua solvabilidade.

O Acordo de Basileia III prossegue os objectivos anteriormente referidos através reforçando as exigências de divulgação, com o intuito de assim promover uma maior transparência no sistema bancário e uma melhor disciplina de mercado. Na prossecução deste intento, em matérias do capital regulamentar, o novo acordo de capital obriga os bancos a divulgar os seguintes elementos:

- i. Uma reconciliação completa de todos os elementos constituintes do Capital Regulamentar, apoiada pelo Balanço integrado nas Demonstrações Financeiras auditadas.
- ii. Divulgação, em separado, de todos os ajustamentos regulamentares e dos elementos não deduzidos do *Common Equity Tier1*.
- iii. Descrição de todos os limites e mínimos, identificando-se os elementos positivos e negativos do capital a que se aplicaram os mesmos.

¹¹² Apesar do Acordo de Basileia III ter introduzido formalmente um conjunto detalhado de requisitos de divulgação à escala global, importa no entanto destacar o facto, de melhorias no relato da informação das instituições financeiras terem sido adoptadas antes da vigência do novo enquadramento regulamentar. A título de exemplo, o Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2007 ilustra o anteriormente referido, exigindo a construção de um documento que complemente as contas anuais prestadas, definindo para tal a o âmbito de aplicação, a periodicidade da divulgação e, o tipo e a forma da informação a relatar (nomeadamente: adequação de capitais, riscos, operações de titularização e análise de sensibilidade dos requisitos de capital). Este documento designa-se por Disciplina de Mercado e a sua forma de relato cumpre grande parte dos novos requisitos internacionais de divulgação.

- iv. Os bancos devem divulgar os seus rácios relativos ao Capital Regulamentar, acompanhados com uma explicação detalhada acerca da forma de cálculo utilizada para a sua aferição.

Além disso, os bancos estão igualmente obrigados a disponibilizar nos seus *sites*, os termos e as condições de todos os instrumentos incluídos no seu Capital Regulamentar e, durante a fase de transição, é-lhes exigida a divulgação das componentes específicas do capital, incluindo os seus instrumentos e os ajustamentos regulamentares resultantes das disposições transitórias. Para este efeito, a BCBS (2012) desenvolveu um documento intitulado por “*Composition of Capital disclosure requirements*”, no qual constam as regras e as orientações para a elaboração do documento de relato que têm de produzir, destacando-se o seu detalhe (divulgação das componentes do capital regulamentar e formas de cálculo do mesmo), como a expansão da matéria a divulgar (operações de titularização e outras operações fora do balanço). Estas regras e orientações relativas aos requisitos de divulgação têm de ser adoptadas pelas autoridades nacionais até 30 de Junho de 2013, passando a ser exigíveis às instituições financeiras a partir da data de publicação da sua informação financeira (30 de Junho de 2013 ou no trimestre subsequente), contudo a periodicidade do relato da informação, segundo as orientações emitidas pela Comissão de Basileia de Supervisão Bancária, para bancos de maior dimensão será trimestral, ou seja, a periodicidade desta divulgação é independente da que determina a frequência da publicação das Demonstrações Financeiras.

4.2.4. Basileia III e as instituições financeiras sistemicamente importantes

O Acordo de Basileia III pretende também prevenir o risco sistémico, uma vez que tanto a Comissão de Basileia e Supervisão Bancária como o *Financial Stability Board* reconhecem a necessidade de:

- i. Reduzir tanto a probabilidade como o impacto da falência de uma instituição financeira sistemicamente importante;
- ii. Reduzir o custo suportado pelo sector público da decisão do Estado intervir ou não, no caso da falência de uma instituição com importância sistémica;

- iii. Promover o equilíbrio no mercado, reduzindo o risco moral das instituições *too-big-to-fail* e *too-interconnected-to-fail*.

Assim, na prossecução destes intentos, o Acordo de Basileia visa dotar de maior rigidez as práticas de gestão destas instituições, de modo a reduzir os riscos subjacentes à insolvência das mesmas, estabelecendo medidas adicionais tanto em matérias de capital como de liquidez e reforçando a sua supervisão, a fim de restringir as externalidades normalmente geradas por instituições sistemicamente importantes.

Para tal, a Comissão de Basileia e Supervisão Bancária desenvolveu uma metodologia¹¹³ quantitativa para identificar instituições financeiras sistemicamente importantes, de modo a assim poder exigir requisitos adicionais às mesmas.

A referida metodologia baseia-se em 5 indicadores qualitativos - dimensão dos bancos, a sua interconexão, a sua insubstituibilidade (em termos do serviço que prestam), a sua atividade global e a sua complexidade - aos quais é atribuído uma ponderação de 20% (a cada um). A determinação da importância sistémica de cada instituição é calculada da seguinte forma:

- a. A pontuação para cada banco relativa a um determinado indicador resulta da divisão do valor atribuído ao banco individual pelo somatório dos valores auferidos por todos os bancos nesse indicador.
- b. A pontuação individual anterior é depois ponderada pelo peso de cada indicador (ou subcategorias desse indicador).
- c. A pontuação final de cada banco resulta da soma das várias pontuações calculadas como explicitado no passo anterior.

Os valores relativos à importância sistémica das instituições que resultam da aplicação desta metodologia podem variar entre 1 e 5, sendo que pontuações inferiores a 1 significam a ausência de importância sistémica. Instituições financeiras que auferam pontuações compreendidas entre 1 e 5 estão sujeitas ao cumprimento de requisitos de capitais adicionais de absorção de perdas que evoluem numa escala progressiva de 1% a 3,5% de *Common Equity Tier1*, respectivamente (BCBS, 2012).

¹¹³ É possível consultar em Anexo VII a mensuração da importância sistémica das instituições financeiras, assim como os respectivos requisitos adicionais.

4.3. Basileia III – Normas Prudenciais Harmonizadas em matéria de Liquidez

A crise financeira global alertou ainda para a importância do risco de liquidez e concomitantemente, para a necessidade de o regular. Esta ilustrou quão graves e severas podem ser as consequências deste risco, quando este não é devidamente monitorado e prudentemente gerido pelo sector bancário. Situações como corridas¹¹⁴ bancárias, paralisação do mercado interbancário¹¹⁵ representam algumas das dificuldades enfrentadas pelo sistema financeiro global no período em causa.

A eclosão da referida crise transformou os mercados de ativos, outrora dinâmicos e com oferta de financiamento fácil e a baixo custo, dependentes criticamente de mecanismos de fornecimento de liquidez, como os estabelecidos, por exemplo, pelo BCE e pelo FED dos Estados Unidos da América. A exigência de requisitos de capital fortes é uma condição necessária para a estabilidade do sector bancário, contudo, só por si, não é suficiente, pelo que deve ser complementada por uma base de liquidez sólida e uma adequada supervisão da mesma (BCBS, 2011a).

Tais factos demonstraram assim, a necessidade de regras internacionalmente harmonizadas em matéria de liquidez (Rochet, 2008), pois apesar de na última década a gestão e supervisão do risco de liquidez terem vindo a ocupar uma posição de destaque em termos regulatórios,¹¹⁶ a gravidade das consequências da crise vivenciada impeliu à correção urgente de comportamentos e à adopção de maior prudência no reconhecimento e acompanhamento dos riscos.

¹¹⁴ Decorrente da crise financeira global, em 2007 registou-se uma corrida bancária dos depositantes ao Banco *Northern Rock* do Reino Unido; factos como a incapacidade de financiar as suas operações com recurso ao mercado interbancário e a receção de um mecanismo de apoio de liquidez temporário por parte do Banco de Inglaterra, instalou um sentimento de desconfiança no mercado, resultando na referida corrida bancária, a qual ocasionou a nacionalização deste banco no ano seguinte.

¹¹⁵ A primeira manifestação de iliquidez no mercado interbancário teve lugar a 9 de Agosto de 2008, levando o Banco Central Europeu a injetar 95 biliões em crédito *overnight* neste mercado, seguindo o mesmo exemplo a Reserva Federal dos Estados Unidos da América através da injeção de 24 biliões de.

¹¹⁶ Relativamente ao Risco de Liquidez foram publicados, em cooperação, pelo *Bank International Settlements* e pela Comissão de Basileia e Supervisão Bancária, alguns documentos regulatórios, nomeadamente: *Sound Practices for Managing Liquidity and Banking Organization* em Fevereiro de 2000; *The management of liquidity risk in financial groups* em Março de 2006; *Working group on Liquidity* em Dezembro de 2006; *Liquidity Risk: Management and Supervisory Challenges* em Fevereiro de 2008; *Principles for Sound Liquidity Risk Management and Supervision* em Setembro de 2008; *International Framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring* em Dezembro de 2009; e *Basel III* em Dezembro de 2010.

Assim sendo, com o intuito de complementar os *Principles for Sound Liquidity Risk Management and Supervision* (BCBS, 2008), a Comissão de Basileia e Supervisão Bancária apresentou um novo enquadramento regulamentar, no qual constam as reformas propostas relativamente ao risco de liquidez, o *Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring* (BCBS, 2010a), que tal como a própria designação indicia, constitui o primeiro esforço de harmonização regulamentar internacional em matéria de liquidez.

Este novo instrumento regulatório, neste contexto, circunscreveu-se essencialmente à definição de *buffers* mínimos de ativos líquidos e em restrições ao financiamento de curto prazo, com o intuito de, assim, incentivar os bancos a manter *buffers* de liquidez adequados e a reduzir a sua dependência face ao financiamento de curto prazo (Bonfim [et al.], 2012).

O novo enquadramento regulamentar define dois indicadores de liquidez e atribui-lhes níveis mínimos¹¹⁷ que deverão ser satisfeitos pelos bancos internacionalmente ativos. Os referidos indicadores são: o Rácio de Cobertura de Liquidez (*Liquidity Coverage Ratio* - LCR) e o Rácio de Financiamento Líquido Estável (*Net Stable Funding Ratio* – NSFR). A definição dos mesmos pretende a prossecução de dois objectivos com enfoques distintos, contudo complementares, pois enquanto o LCR atende a questões de liquidez de carácter de curto prazo, o NSFR reflete acerca das mesmas questões mas num horizonte temporal mais alargado.

Apesar destes indicadores serem essencialmente calculados com base em parâmetros específicos internacionalmente harmonizados, estes integram ainda elementos de discrição nacional, os quais refletem as especificidades de cada jurisdição, exigindo-se por isso, que a definição destes últimos esteja claramente prescrita em regulação, assegurando assim o rigor e a transparência quer no contexto da própria jurisdição, quer em termos internacionais.

O novo enquadramento regulamentar de liquidez acrescenta que os indicadores referidos devem ser complementados por avaliações regulares de outros aspectos do quadro de gestão do risco de liquidez, por forma a ser possível ajuizar se a conduta dos

¹¹⁷ Importa salientar que, tal como sucede com os requisitos de adequação de capital, as autoridades nacionais tem liberdade para estabelecer níveis mínimos de liquidez mais elevados.

bancos é ou não consonante com os princípios fundamentais preconizados pela Comissão de Basileia em 2008, de modo a identificar situações de risco e a intervir atempadamente na sua correção.

4.3.1. Indicadores de Liquidez:

Importa agora compreender como os indicadores de liquidez propostos pelo Acordo de Basileia III são determinados e quais os mínimos a que as instituições financeiras devem obedecer. Adoptando a mesma abordagem utilizada na discussão dos Rácios de Capital, proceder-se-á também à apresentação de um caso relativo aos requisitos de liquidez, de modo a tornar mais claro o processo de apuramento destas duas novas métricas internacionais.

▪ Rácio de Cobertura de Liquidez

O Rácio de Cobertura de Liquidez tem como objectivo assegurar a detenção, por parte dos bancos, de ativos de elevada qualidade de liquidez¹¹⁸ em quantidade suficiente que lhes permita resistir a um cenário de condições de financiamento adversas durante um período de 30 dias. Este é expresso por um rácio entre o valor dos ativos de elevada qualidade de liquidez num cenário¹¹⁹ adverso e o total de fluxos de saída de caixa líquidos de um período de 30 dias, o qual deverá ser superior a 100%, tal como apresentado pela expressão que se segue:

$$LCR = \frac{\text{Ativos de elevada qualidade de liquidez}}{\text{Saídas totais líquidas num período de 30 dias}} \geq 100\%$$

O novo texto regulatório define que os ativos de elevada qualidade de liquidez deverão possuir uma valorização simples, um reduzido risco de crédito e de mercado,

¹¹⁸ É possível consultar no Anexo VIII as principais características que os Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez possuem (Quadro 9.7).

¹¹⁹ Segundo o novo enquadramento regulamentar, a definição do cenário a considerar no cálculo do LCR implica um choque combinado idiossincrático com impacto em todo o mercado. Este tem por objectivo incorporar muitos dos choques identificados na crise que eclodiu em 2007, melhorando deste modo, a resistência dos bancos face a turbulências nos mercados. Este constitui um teste de *stress*, devendo ser interpretado como um requisito mínimo de supervisão dos bancos. Importa ainda referir que, os bancos como complemento deverão conduzir os seus próprios testes de *stress* atendendo às especificidades do seu negócio, de modo a determinarem o nível de liquidez além do mínimo exigido que devem manter. Os resultados dos testes de *stress* conduzidos por estes devem ser divulgados à supervisão.

apresentar uma baixa correlação com ativos de risco e ser cotados num mercado desenvolvido e reconhecido. Estes devem ainda atender a um conjunto de requisitos operacionais, designadamente: disponibilidade imediata para a sua conversão em *cash* (para, em qualquer momento, fazerem face a lacunas de financiamento ocasionadas por um diferencial entre as entradas e saídas de caixa, num cenário de *stress* significativo); e, não devem servir de garantia ou estarem comprometidos¹²⁰ com outra finalidade.

Assim sendo, o Acordo de Basileia III distingue duas categorias de ativos que podem ser incorporados no conjunto de ativos de elevada qualidade de liquidez,¹²¹ sendo que no caso de Ativos de Nível 1,¹²² estes podem ser considerados sem limite, já no caso dos Ativos de Nível 2,¹²³ estes só podem representar, no máximo, 40% do conjunto total de ativos, depois dos respectivos *haircuts*¹²⁴ terem sido aplicados.

O total de fluxos de saída¹²⁵ de caixa líquidos é definido regulamentarmente como sendo a diferença entre o total de fluxos de saída de caixa¹²⁶ e o total de fluxos de entrada de caixa,¹²⁷ durante um cenário adverso de 30 dias; sendo que o total dos fluxos de saída de caixa esperados resulta do produto dos saldos pendentes nas várias categorias de passivos e compromissos extrapatrimoniais pelas taxas a que se espera que sejam executados, e o total de fluxos de entrada em caixa esperados resultam do produto dos saldos pendentes das várias categorias das contas a receber pelas taxas a que se espera que sejam reavidas.

¹²⁰ Exceptuam-se os casos de ativos recebidos em *reverse repo*, operações de financiamento de valores mobiliários, não hipotecados, legalmente e contratualmente disponíveis para utilização dos bancos e ativos que se comprometeram ao BC e/ou entidades públicas, mas que não foram utilizados.

¹²¹ Consultar Anexo IX, no qual constam os Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez (Quadro 9.9).

¹²² É possível observar em maior detalhe, no Anexo X (Quadro 9.9) o quadro síntese dos ativos que podem ser considerados como Ativos de Nível1, para cálculo do LCR, segundo o Acordo de Basileia III.

¹²³ É possível observar em maior detalhe, no Anexo XI (Quadro 9.10) o quadro síntese dos ativos que podem ser considerados como Ativos de Nível2, para cálculo do LCR, segundo o Acordo de Basileia III.

¹²⁴ Segundo a regulação em causa, é aplicado um *haircut* de 15% ao valor atual de mercado de cada Ativo de Nível 2 integrado no conjunto de ativos de elevada qualidade de liquidez, para efeitos do cálculo do LCR.

¹²⁵ A regulação internacional prevê ainda que no cálculo do Total de fluxos de saída de caixa se deva subtrair, para esse efeito, o menor valor entre: os fluxos de entrada em caixa ou 75% dos fluxos de saída de caixa.

¹²⁶ Consultar os *Cash-Outflows* para determinação do Rácio de Cobertura de Liquidez, presentes no Anexo XII (Quadro 9.11).

¹²⁷ Consultar os *Cash-Inflows* para determinação do Rácio de Cobertura de Liquidez, presentes no Anexo XIII (Quadro 9.12).

▪ Rácio de Financiamento Estável Líquido

O Rácio de Financiamento Estável Líquido tem como objectivo mitigar os *mismatches* de liquidez e estimular um maior recurso ao financiamento de médio e longo prazo, aumentando por esta via, a maturidade média dos passivos dos bancos. Este é expresso por um rácio¹²⁸ entre o montante disponível e exigido de financiamento estável, devendo este apresentar um valor superior a 100%, tal como apresentado pela expressão que se segue:

$$NSFR = \frac{\text{Financiamento Estável Disponível}}{\text{Financiamento Estável Necessário}} \geq 100\%$$

Os contributos do Acordo de Basileia III, relativamente ao tratamento das questões de liquidez, pretendem que este indicador garanta assim, a continuidade e a viabilidade da atividade dos bancos, por um período superior a um ano, quando cenários adversos de duração prolongada se instalam nos mercados, alertando os investidores e demais clientes destes, para a possibilidade de:

- i. Um declínio significativo na rentabilidade ou solvabilidade decorrente de um elevado risco de crédito, risco de mercado ou risco operacional e/ou outras exposições de risco;
- ii. Uma potencial desvalorização de uma dívida, da notação de crédito da contraparte ou depósito de qualquer organização de *rating* de crédito reconhecida nacionalmente.
- iii. Um evento material que coloque em causa a reputação ou a qualidade de crédito da instituição.

No que respeita ao cálculo do NSFR, o montante disponível de financiamento estável resulta da soma do valor contabilístico do Capital Próprio de uma instituição bancária com o valor contabilístico dos seus passivos, depois de ajustados pelo respectivo factor *Available Stable Funding* (ASF), correspondente à categoria em que se inserem, de acordo com o estipulado no Quadro 3.8 - NSFR: Montante disponível de

¹²⁸ Baseia-se em metodologias tradicionais como “*net liquid asset*” e “*cash capital*”, comumente utilizadas por instituições bancárias internacionalmente ativas, analistas bancários e agências de *rating*.

financiamento estável – Componentes e Factores ASF.¹²⁹ No que concerne ao montante¹³⁰ exigido de financiamento estável, este resulta da soma dos valores dos ativos financiados e detidos pela instituição bancária, depois de ajustados por um factor *Required Stable Funding*¹³¹ (RSF)¹³² específico a cada tipo de ativo, ao qual se adiciona o valor de atividade extrapatrimonial ajustada pelo respectivo factor RSF¹³³ que lhe corresponde.

Importa ainda acrescentar que relativamente ao cálculo do NSFR que, os empréstimos de longo prazo, decorrentes de linhas de crédito estabelecidas pelo Banco Central, concedidos fora das operações regulares de mercado aberto, não são tidos em consideração no cálculo deste rácio, pretendendo-se, por esta via, desincentivar a instalação de um vínculo de dependência por parte dos bancos relativamente ao Banco Central, em termos de fonte de financiamento estável.

Assim, o NSFR funcionará como mecanismo de aplicação mínima, complementando o LCR e reforçará os instrumentos de supervisão, promovendo mudanças estruturais nos perfis de risco de liquidez das instituições, evitando *mismatches* de curto prazo e fomentando um financiamento mais estável de mais longo prazo dos ativos e das atividades de negócio (BCBS, 2011a, BCBS, 2010a).

Os novos instrumentos de liquidez introduzidos pela Comissão de Basileia prosseguem assim objectivos complementares, garantindo a detenção, por parte dos bancos, de um conjunto adequado de ativos líquidos e, concomitantemente, exigindo a adopção de uma estrutura de maturidades razoável e prudente (Bonfim *et al.*, 2012).

¹²⁹ É possível observar as Componentes e Factores ASF no Anexo XIV (Quadro 9.13).

¹³⁰ Este montante exigido pelos supervisores deve ser mensurado com base nos pressupostos de supervisão relativos às principais características dos perfis de risco de liquidez dos ativos, das exposições extrapatrimoniais e outras atividades selecionadas da instituição bancária monitorada.

¹³¹ Da aplicação deste factor resulta a quantidade desses elementos que, os supervisores acreditam que deve ser apoiada através de financiamento estável. Assim, ativos com maior qualidade de liquidez com capacidade de funcionar como fonte de liquidez prolongada num ambiente de *stress* definido, recebe factores RSF baixos, pois exigem menos financiamento estável; a situação contrária exigirá mais financiamento estável, logo maiores serão os factores RSF atribuídos.

¹³² O factor RSF a aplicar consta no Anexo XV (Quadro 9.14).

¹³³ O factor RSF a aplicar consta nas disposições relativas a Categorias Fora do Balanço no Anexo XVI (Quadro 9.15).

4.3.2. Caso Prático – Rácios de Liquidez

Após a exposição teórica dos principais rácios de liquidez que decorrem da aplicação do Acordo de Basileia III, é oportuno explorar os mesmos através da apresentação de um exemplo ilustrativo. Recordando o Balanço Patrimonial do Banco X, atente-se no mesmo e nas informações adicionais que lhe sucedem.

BALANÇO PATRIMONIAL DO BANCO X

31 de Dezembro de 2012					
ATIVO	(milhares €)	% Ativo Total	CAPITAL PRÓPRIO	(milhares €)	% Ativo Total
			Capital	1 750 000	3,90%
			Ações Preferenciais	85 588	0,19%
			Prémios de emissão	35 861	0,08%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2 205 115	4,91%	Outros instrumentos de capital	4 927	0,01%
Ativos financeiros detidos para negociação	845 463	1,88%	Ações Próprias	(7 106)	-0,02%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 611 706	10,28%	Reservas de Reavaliação	1 334	0,00%
Aplicações em instituições de crédito	943 695	2,10%	Outras reservas e resultados transitados	425 011	0,95%
Clientes	31 309 118	69,77%	Resultado Líquido	(609 527)	-1,36%
Outros ativos financeiros	1 879 643	4,19%	Interesses Minoritários	314 007	0,70%
Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	258 490	0,58%	Total do Capital Próprio	2 000 094	4,46%
Ativos não correntes detidos para venda	642 063	1,43%	PASSIVO		
Propriedades de Investimento	277 117	0,62%	Depósitos	32 327 813	72,04%
Outros ativos tangíveis	313 199	0,70%	Títulos de dívida emitidos	6 774 132	15,10%
Ativos Intangíveis	129 527	0,29%	Passivos financeiros detidos para negociação	696 597	1,55%
Outros Ativos	1 456 886	3,25%	Outros passivos financeiros	315 291	0,70%
			Outros passivos	2 758 093	6,15%
			Total do Passivo	42 871 926	95,54%
Total do Ativo	44 872 020	100%	Total do Capital Próprio e Passivo	44 872 020	100%

Tabela 4.14 - Balanço Patrimonial do Banco X¹³⁴

(Fonte: Elaboração do próprio autor, com base em dados financeiros representativos da realidade da banca portuguesa).

Informações Adicionais:

A. Para efeitos do Cálculo do Rácio de Cobertura de Liquidez considere:

¹³⁴ O Balanço Patrimonial do Banco X resultou do quociente das rubricas patrimoniais apresentadas pelo factor arbitrário 2, sendo as mesmas representativas da realidade patrimonial do Grupo Bancário BCP em 2012 (antes da operação algébrica referida).

- a. Na rubrica “Ativos Financeiros detidos para negociação”, 80% do seu valor representa Valores Mobiliários Garantidos por Soberanos e o remanescente corresponde a “Títulos de Dívida corporativa classificados com AA-”.
- b. Na rubrica “Depósitos” é possível distinguir-se: Depósitos Estáveis (< 30 dias de vencimento), Depósitos a retalho menos estáveis (<30 dias de vencimento), Depósitos a Prazo (com maturidade superior a 30 dias) os quais representam 45%, 25% e 30% da totalidade dos depósitos, respectivamente.
- c. A rubrica “Outros Passivos Financeiros” representa na sua totalidade Operações de financiamento garantidas e apoiadas por Ativos de Nível 2 com uma qualquer contraparte.
- d. Na rubrica “Outros Passivos”, 80% do seu valor representa Outros exfluxos contratuais.
- e. Na rubrica “Clientes” é possível distinguir-se duas tipologias distintas de influxos: Operações de empréstimos garantidas por Ativos de Nível 1 e Operações de empréstimos garantidas por Ativos de Nível 2A, as quais representam 55% e 15% da totalidade do valor da rubrica “Clientes”, respectivamente.
- f. Na rubrica “Outros Ativos”, 1% do seu valor representa Operações de empréstimos garantidas por Ativos de Nível 2B.

B. Para efeitos do Cálculo do Rácio de Financiamento Líquido Estável:

- a. Considere-se como “Passivos e Financiamento por Grosso > 1 ano”: 40% da rubrica “Títulos de Dívida emitidos”, 35% da rubrica “Outros passivos financeiros” e 20% da rubrica “Outros passivos”.
- b. Na rubrica “Depósitos” é possível distinguir-se: Depósitos Estáveis (< 1 ano), Depósitos menos estáveis (< 1 ano) os quais representam 55% e 45% da totalidade dos depósitos, respectivamente.
- c. A rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação” representa na sua totalidade Instrumentos líquidos, não garantidos de curto prazo.
- d. Na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda”, 30% do seu valor representa Valores mobiliários (< 1 ano).
- e. A rubrica “Aplicações em instituições de crédito” representa na sua totalidade empréstimos do Banco X a outras entidades financeiras (< 1 ano).
- f. Na rubrica “Outros Ativos financeiros”, 40% do seu valor representa Dívida emitida por soberanos ou quase soberanos.
- g. Na rubrica “Clientes” é possível distinguir-se dois tipos de empréstimos concedidos: empréstimos a clientes corporativos (< 1 ano) e empréstimos a clientes a retalho, os quais representam 55% e 45% da totalidade do valor da rubrica “Clientes”, respectivamente.

Nota: Devido à ausência, na realidade bancária portuguesa, de informação objectiva acerca de muitos dos parâmetros necessários à determinação dos Rácios de Liquidez, foram definidos pelo autor os pressupostos enunciados em A. e B.

Com base na informação prestada, determinar-se-á o Rácio de Cobertura de Liquidez e o Rácio de Financiamento Líquido Estável.

i. Rácio de Cobertura de Liquidez

Tendo em consideração a expressão apresentada para o cálculo do rácio em causa, verifica-se que é necessário determinar: a) o valor dos ativos de elevada qualidade de liquidez; b) o valor das saídas totais líquidas num período de 30 dias.

$$LCR = \frac{\text{Activos de elevada qualidade de liquidez}}{\text{Saídas totais líquidas num período de 30 dias}}$$

a. Ativos de elevada qualidade de liquidez

Para determinarmos os Ativos de elevada qualidade de liquidez do Banco X procederemos à análise dos ativos da entidade, de acordo com as disposições presentes no Quadro 9.8 - Ativos de elevada qualidade de liquidez e respectivos factores de ponderação, disponível no Anexo IX. Após da avaliação da qualidade dos mesmos, atribui-se, consoante o definido no quadro supracitado, os factores de ponderação correspondentes. Em resultado do processo descrito decorre os seguintes elementos:

Rubrica	Montante	Factor
<i>Cash</i>	2.205.115 €	100%
Valores mobiliários garantidos por soberanos	676.370 €	100%
Títulos de Dívida corporativa classificados com AA-	169.093 €	85%
Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez		<u>3.025.214,11 €</u>

Tabela 4.15 – Determinação do valor Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez

Fonte: Cálculos do próprio autor.

b. Saídas totais líquidas num período de 30 dias

Para determinarmos as Saídas Totais Líquidas num período de 30 dias é necessário calcular a diferença entre os *Cash-Outflows* e os *Cash-Inflows*, segundo as disposições presentes nos Quadros 3.6 - Cash Outflows para o cálculo do Rácio de Cobertura de Liquidez e 3.7 - *Cash Inflows* para o cálculo do Rácio de Cobertura de Liquidez. À semelhança do processo anterior, consoante a tipologia de *Cash-Outflows* e *Cash-Inflows* são atribuídos diferentes factores de ponderação. Deste modo, com base no processo descrito resultam os seguintes elementos:

	Rubrica	Montante	Factor
<i>Cash-Outflows</i>	Depósitos Estáveis (< 30 dias de vencimento)	14.547.516 €	5%
	Depósitos a retalho menos estáveis (< 30 dias de vencimento)	8.081.953 €	10%
	Depósitos a prazo com maturidade residual superior a 30 dias	9.698.344 €	0%
	Operações de financiamento garantidas apoiadas por ativos de nível 2 com qualquer contraparte	315.291 €	15%
	Outros exfluxos contratuais	2.206.474 €	100%
	<i>Cash-Outflows</i>		<u>3.789.339,17 €</u>

<i>Cash-inflows</i>	Operações de empréstimo garantidas por Ativos de Nível 1	17.220.015 €	0%
	Operações de empréstimo garantidas por Ativos de Nível 2A	4.696.368 €	15%
	Operações de empréstimo garantidas por Ativos de Nível 2B – Outros Ativos	313.091 €	50%
	<i>Cash-Inflows</i>		<u>861.000,75 €</u>

Tabela 4.16 – Determinação dos *Cash-Outflows* e dos *Cash-Inflows*

Fonte: Cálculos do próprio autor.

As Saídas Totais Líquidas num período de 30 dias resultam:

$$Saídas Totais Líquidas = Total cash outflows - \min [total cash inflows, 75\% das saídas brutas]$$

$$Saídas Totais Líquidas = 3.789.339,17€ - \min [861.000,75€, 75\% \times 34.849.578€]$$

$$Saídas Totais Líquidas = 3.789.339,17€ - \min [861.000,75€, 26.137.183,50€]$$

$$Saídas Totais Líquidas = 3.789.339,17€ - 861.000,75€$$

$$Saídas Totais Líquidas = 2.928.338,42€$$

$$LCR = \frac{Activos de elevada qualidade de liquidez}{Saídas totais líquidas num período de 30 dias} = \frac{3.025.214,11 €}{2.928.338,42€} = 103,31\%$$

O Banco X possui um Rácio de Cobertura de Liquidez de 103,31%, cumprindo o requisito mínimo estipulado por Basileia III ($\geq 100\%$), demonstrando que as suas práticas de gestão do risco de liquidez estão a ser executadas de acordo com as recentes disposições regulatórias, o que lhe permitirá ter no futuro, perante cenários de maior adversidade, uma maior resiliência face a choques que possam afectar negativamente a liquidez nos mercados num período de 30 dias.

ii. Rácio de Financiamento Líquido Estável

Tomando em consideração a expressão apresentada para o cálculo do rácio em questão, verifica-se que é necessário determinar: a) o valor do Financiamento Estável Disponível; b) o valor do Financiamento Estável Necessário. Para tal, tomaremos em consideração as disposições presentes nos Quadro 9.13 - NSFR: Montante disponível de

financiamento estável – Componentes e Factores ASF e Quadro 9.14 - NSFR: Montante exigido de financiamento estável – Componentes e Factores RSF.

Tal como o rácio anterior, o Rácio de Financiamento Líquido Estável resulta do quociente de duas grandezas devidamente ponderadas pelos factores correspondentes.¹³⁵ Assim sendo, à semelhança da abordagem anteriormente adoptada procederemos ao cálculo das referidas grandezas.

$$NSFR = \frac{\text{Financiamento Estável Disponível}}{\text{Financiamento Estável Necessário}}$$

a. Financiamento Estável Disponível

Para determinarmos o Financiamento Estável Disponível é necessário analisar o Balanço Patrimonial do Banco X à luz dos preceitos do Quadro 3.8, pois a mesma permitir-nos-á identificar as componentes de financiamento estável disponíveis da entidade em análise. Deste processo resultaram os seguintes elementos:

Financiamento Estável Disponível	Valor Contabilístico	Factor ASF	Valor Ponderado
Instrumentos de Capital Tier1 ¹³⁶	2.185.456,00 €	100%	2.185.456,00 €
Instrumentos de Capital Tier2 ¹³⁷	1.334,00 €	100%	1.334,00 €
Passivos e financiamento por grosso > 1 ano ¹³⁸	3.371.623,25 €	100%	3.371.623,25 €
Depósitos estáveis < 1 ano ¹³⁹	17.780.297,15 €	90%	16.002.267,44 €
Depósitos menos estáveis < 1 ano ¹⁴⁰	14.547.515,85 €	80%	11.638.012,68 €
Todos as rubricas de CP e Passivo não incluídas ¹⁴¹	6.637.285,73 €	0%	0,00 €
a. Financiamento Estável Disponível			33.198.693,37 €

Tabela 4.17 – Determinação do Financiamento Estável Líquido

Fonte: Cálculos do próprio autor.

¹³⁵ Factor ASF (*Available Stable Funding*) relativamente às rubricas classificadas como Financiamento Estável Disponível e Factores RSF (*Required Stable Funding*) relativamente às rubricas classificadas como Financiamento Estável Necessário.

¹³⁶ O cálculo do valor dos Instrumentos de Capital Tier1 resultou: Capital Social + Prémios de Emissão + Interesses Minoritários + Ações Preferenciais.

¹³⁷ O valor dos Instrumentos de Capital Tier2 resume-se, neste caso, ao valor das Reservas de Reavaliação.

¹³⁸ O valor dos Passivos e Financiamento por Grosso > 1 ano resulta: 40% × Títulos de Dívida Emitidos + 35%×Outros Passivos Financeiros + 20%×Outros Passivos (de acordo com as disposições presentes em Informações Adicionais).

¹³⁹ Os Depósitos Estáveis < 1 ano representam 55% da totalidade de Depósitos.

¹⁴⁰ Os Depósitos Menos Estáveis < 1 ano representam 45% da totalidade de Depósitos.

¹⁴¹ O valor de “Todas as rubricas de Capital Próprio e Passivos não incluídas” resultam: Outros instrumentos de capital + ações próprias+ 18% × Outras reservas e resultados transitados + Resultado Líquido + 60% × Títulos de Dívida Emitidos + 65% × Outros Passivos Financeiros + 80% × Outros Passivos + Passivos Financeiros detidos para negociação

b. Financiamento Estável Necessário

Para determinarmos o Financiamento Estável Necessário utilizaremos o mesmo método a que recorremos anteriormente, contudo o confronto das rubricas do Balanço será realizado relativamente ao Quadro 3.9. Assim, deste processo analítico resultaram:

Financiamento Estável Necessário	Valor Contabilístico	Factor RSF	Valor Ponderado
Cash	2205115	0%	- €
Instrumentos líquidos, não garantidos, curto prazo	845463	0%	- €
Valores Mobiliários < 1 ano	1383511,8	0%	- €
Empréstimos a empresas financeiras < 1 ano	943695	0%	- €
Dívida emitida por soberanos ou quase soberanos	751857,2	5%	37.592,86 €
Empréstimos a clientes corporativos < 1 ano	17220014,9	50%	8.610.007,45 €
Empréstimos a clientes a retalho	14089103,1	85%	11.975.737,64 €
Todos os outros ativos não incluídos acima	7433262	100%	7.433.262,00 €
b. Financiamento Estável Necessário			28.056.599,95 €

Quadro 4.1 - Determinação do Financiamento Estável Necessário

Fonte: Cálculos do próprio autor.

Uma vez determinados o Financiamento Estável Disponível e o Financiamento Estável Necessário é possível agora calcular o Rácio de Financiamento Líquido Estável:

$$NSFR = \frac{\text{Financiamento Estável Disponível}}{\text{Financiamento Estável Necessário}} = \frac{33.198.693,37\text{€}}{28.056.599,95\text{€}} = 118,33\%$$

Tal como é possível observar, o Banco X apresenta um elevado Rácio de Financiamento Líquido Estável, atingindo um valor superior à métrica mínima estabelecido por Basileia III ($\geq 100\%$). Assim, tal como na óptica de curto prazo (30 dias), o Banco X demonstra possuir, numa perspectiva de longo prazo (período superior a um ano), capacidade em termos de liquidez para assegurar a continuidade e a viabilidade da sua atividade, quando confrontado com cenários adversos de duração prolongada.

4.3.3. Ferramentas de Monitorização – Acompanhamento de Supervisão

No que concerne às ferramentas de monitorização do risco de liquidez, também foi identificada pela Comissão de Basileia e Supervisão Bancária a necessidade de harmonizar as métricas relativas ao acompanhamento dos perfis de risco das instituições bancárias, pois no estudo que conduziu em 2009, constatou que a globalidade dos supervisores utilizava mais de 25 medidas e conceitos diferentes (BCBS, 2011a). Com intuito de fornecer maior consistência internacional ao processo de acompanhamento do risco de liquidez, esta desenvolveu um conjunto de métricas comuns que constituem os tipos mínimos de informação que os supervisores devem utilizar no exercício das suas funções (BCBS, 2011a, BCBS, 2010a).

Assim, consonante com a postura relativa às disposições respeitantes ao capital e à supervisão do cumprimento dos seus requisitos, a Comissão de Basileia reforçou de igual modo as ferramentas de monitorização do risco de liquidez, melhorando e uniformizando a qualidade da informação, na qual é baseado todo o processo de avaliação desenvolvido pelos supervisores. As ferramentas de monitorização introduzidas são essencialmente métricas¹⁴² que refletem a evolução de determinados aspectos-chave que, juntamente com os indicadores LCR e NSFR constituem a pedra angular, em termos de informação, do processo de avaliação do risco de liquidez de um banco (BCBS, 2010a). As métricas introduzidas dizem respeito a cinco áreas distintas (BCBS, 2011a, BCBS, 2010a):

i. Desfasamento Contratual de Maturidades

Defende-se a condução frequente, por parte dos bancos, de processos de avaliação do desfasamento contratual das maturidades, com o intuito de melhorar a sua compreensão acerca das suas necessidades de liquidez. Esta métrica¹⁴³ pretende

¹⁴² Importa referir que, os supervisores têm liberdade para utilizar ferramentas e métricas adicionais adequadas à captação de elementos do risco de liquidez específicos à jurisdição em causa, permitindo-lhes assim complementar o seu quadro de informação no processo de avaliação do risco de liquidez (Comissão de Basileia e Supervisão Bancária, 2010).

¹⁴³ É da responsabilidade dos bancos o fornecimento dos dados em bruto (*Cash-Inflows* e *Cash-Outflows* contratualizados, de dentro e fora do balanço, mapeados num horizonte de tempo com base nas suas maturidades) aos supervisores (CBSB, 2010).

fornecer informação acerca dos compromissos contratuais ao longo de um horizonte de tempo, sendo útil para a comparação dos perfis de risco de liquidez de diferentes instituições, e identifica, ao longo do horizonte temporal definido, potenciais necessidades de liquidez, permitindo assim aferir, até que ponto um determinado banco depende da transformação de maturidades no âmbito dos seus contratos atuais.

ii. Concentração de Financiamento

Esta métrica procura identificar fontes de financiamento por grosso de elevada importância, cuja impossibilidade de aceder às mesmas poderia ocasionar problemas de liquidez à instituição bancária monitorada. Para tal é efectuada uma análise às concentrações de financiamento por grosso fornecido por contrapartes, instrumentos e moedas específicos. Esta auxilia na avaliação da dimensão dos riscos de liquidez de financiamento que podem ocorrer, caso o acesso a uma ou mais fontes de financiamento desta envergadura seja impossibilitado. Assim sendo, esta métrica encoraja os bancos a adoptarem uma postura de diversificação das suas fontes de financiamento, tal como recomendado pelo sétimo princípio dos *Principles for Sound Liquidity Risk Management and Supervision* (BCBS, 2008).

iii. Disponibilidade de Ativos Livres

Esta métrica tem por objectivo fornecer aos supervisores informação acerca da quantidade de ativos livres que um banco dispõe, que poderiam, potencialmente, ser utilizados como colaterais para a obtenção de financiamento garantido, quer no mercado secundário quer em facilidades permanentes do Banco Central. Assim, os seus resultados permitem aos bancos e aos seus supervisores tomar consciência, da potencial capacidade dos primeiros obterem financiamentos garantidos adicionais, tendo em consideração que, perante um cenário adverso, esta capacidade tende a diminuir.

iv. Rácio de Cobertura de Liquidez por moeda significativa

Esta métrica pretende monitorar o nível global e a tendência da exposição de um banco a uma moeda com importância significativa, com base no reconhecimento do

risco de taxa de câmbio enquanto componente do risco de liquidez; assim, a nova regulação defende que o LCR deve ser avaliado em cada moeda com importância significativa, permitindo desta forma, aos bancos e aos seus supervisores acompanharem o surgimento de potenciais questões de incompatibilidade cambial.

v. Ferramentas de monitorização relacionadas com o mercado

A elevada frequência com que são gerados e divulgados dados do mercado permite que estes sejam utilizados como indicadores de alerta no processo de acompanhamento e identificação de potenciais dificuldades de liquidez nos bancos. Dada a diversidade de tipos de dados disponíveis no mercado, é importante segmentar a informação, de modo a ser possível, aos supervisores, concentrarem-se em potenciais dificuldades de liquidez específicas; assim, a nova regulação distingue três perspectivas¹⁴⁴ de análise de informação: informação do mercado como um todo; informação sobre o sector financeiro; e, informação sobre um banco específico. Dados como: preços de ações, prémios de *credit default swap*, informação relativa à capacidade da própria instituição se autofinanciar e se financiar nos vários mercados de financiamento, e o respectivo preço que ela pagaria para o fazer, são alguns dos dados disponíveis no mercado, cuja avaliação no seu todo, permitirá aos supervisores identificar potenciais dificuldades de liquidez num banco específico e no sector que integra.

Assim sendo, quando os supervisores são confrontados com situações em que as métricas identificam uma tendência negativa, ou a deterioração de uma posição de liquidez, ou um atual ou potencial problema de liquidez, estes devem tomar medidas corretivas,¹⁴⁵ de modo a minimizar os impactos potenciais das dificuldades de liquidez assinaladas.

¹⁴⁴ É possível observar em maior detalhe o tipo de informação disponível em cada óptica de observação no Anexo XVII (Quadro 9.16).

¹⁴⁵ A Comissão de Basileia e Supervisão Bancária no seu 16º princípio dos *Principles for Sound Liquidity Risk Management and Supervision* fornece um conjunto de possíveis medidas que poderão ser adoptadas pelos supervisores, as quais podem ser observadas no Anexo XVIII (Quadro 9.17).

4.4. Regime de Transição

Ciente do acréscimo significativo das exigências para o sector bancário em particular, a Comissão de Basileia e Supervisão Bancária definiu um regime transitório para a implementação efetiva das medidas previstas no Acordo de Basileia III, expondo a disposição cronológica apresentada na Tabela 4.18 - Plano de Implementação do Acordo de Basileia III .¹⁴⁶

A necessidade de definir um regime transitório é justificada essencialmente por dois factores: primeiro, as medidas de reforma consagradas no novo enquadramento regulatório internacional são muito exigentes, pelo que obrigam a fortes reestruturações nos bancos, as quais levam algum tempo até se tornarem efetivas; e, segundo, uma reforma estrutural da banca feita “às pressas” poderia prejudicar significativamente o financiamento da economia, pois o sector bancário perante requisitos de capital e liquidez mais elevados, não teria outra opção senão reduzir a sua atividade de crédito. Assim, a Comissão de Basileia definiu um regime de transição, de modo a possibilitar ao sector bancário o cumprimento dos novos requisitos de capital e liquidez, permitindo-lhes recorrer, para tal, à retenção de lucros e à captação de recursos privados, enquanto, simultaneamente financiam adequadamente a economia (BCBS, 2011a).

O referido regime de transição define o plano de implementação gradual das medidas definidas pelo Basileia III ao longo do período compreendido entre 1 de Janeiro de 2011 a 1 de Janeiro de 2019, apresentando complementarmente a evolução dos mínimos exigidos de cada requisito definido.

Apesar da implementação propriamente dita do Acordo de Basileia III, por parte dos países,¹⁴⁷ ter sido apenas iniciada a 1 de Janeiro de 2013, no que respeita ao Rácio de Alavancagem, a Comissão de Basileia decidiu que o período de transição deste tivesse início a 1 de Janeiro de 2011, com o intuito de monitorizar a informação semestral de alavancagem dos bancos, a fim de avaliar a consonância e a adequabilidade

¹⁴⁶ Devido à Tabela 4.4. ter uma dimensão grande esta surge no final deste subcapítulo.

¹⁴⁷ Para que a implementação do Acordo de Basileia III a 1 de Janeiro de 2012, por parte dos países, fosse possível, estes tiveram que, previamente, importar para as suas leis e regulações nacionais, as medidas do novo enquadramento regulamentar (CBSB, 2011a).

das suas orientações relativamente à calibração deste rácio (um requisito mínimo de 3%) para um ciclo de crédito completo e modelos de negócios diferenciados. Durante o período de 1 de Janeiro de 2013 a 1 de Janeiro de 2017, a evolução deste rácio e das suas componentes serão acompanhadas, estando os bancos obrigados a divulgar as suas posições nos mesmos; pois, a Comissão de Basileia, com base nos resultados aferidos neste período, suprirá quaisquer necessidades de ajustamento na definição e/ou calibração deste rácio, sendo as mesmas tratadas no primeiro semestre de 2017, de modo a ser possível a Migração para o Pilar 1 em 1 de Janeiro de 2018 (BCBS, 2011a).

Tal como é possível observar na Tabela 4.18, a partir de 1 de Janeiro de 2013 a maioria¹⁴⁸ das medidas de capital formuladas tornaram-se exigíveis, significando por isso que, a partir dessa data os bancos estão obrigados a cumprir com novos requisitos de capital mínimos, os quais vão progressivamente aumentando. No que respeita aos requisitos mínimos de Capital *Common Equity Tier1* e *Tier1* estes vão ter um comportamento ascendente durante o período de 1 de Janeiro de 2013 a 1 de Janeiro de 2015, variando o primeiro, entre 3.5% a 4.5% e o segundo, entre 4.5% a 6.0%. Relativamente ao requisito mínimo de Capital Total, este permanece constante ao longo do período de transição, exigindo-se apenas que represente no mínimo 8% dos ativos ponderados pelo risco.

O regime de transição prevê que os ajustamentos regulamentares deverão ser integralmente deduzidos ao *Common Equity Tier1* até 1 de Janeiro de 2018, numa base progressiva;¹⁴⁹ a mesma abordagem é adoptada relativamente às deduções imputadas ao Capital *Tier1* e *Tier2*, conforme observável na Tabela 4.18.

Os instrumentos de capital que já não satisfazem os critérios relevantes de entrada para o Capital *Common Equity Tier1* e *Tier2* serão gradualmente excluídos do seu cálculo, a partir de 1 de Janeiro de 2013, reduzindo-se em cada ano o seu reconhecimento em 10%, tal como apresentado na Tabela 4.18.

¹⁴⁸ Exceptuando-se as medidas que contemplam a constituição do *Buffer* de Conservação de Capital e a aplicação dos ajustamentos regulamentares.

¹⁴⁹ Durante o período de transição, o remanescente não deduzido ao *Common Equity Tier1* continuará a ser sujeito aos tratamentos nacionais existentes.

O regime de transição prescreve que o *buffer* de conservação de capital e o *buffer* contracíclico serão também introduzidos de forma progressiva e em paralelo, a partir de 1 de Janeiro de 2016, tornando-se totalmente efetivos a 1 de Janeiro de 2019. Anualmente, estes aumentarão em cerca de 0.625%, de modo a que, em 1 de Janeiro de 2019, atinjam o seu nível final de 2.5% dos ativos ponderados pelo risco, conforme descrito na Tabela 4.18.

À semelhança do regime de transição do Rácio de Alavancagem, também o regime transitório subjacente à implementação dos mecanismos¹⁵⁰ de liquidez previstos, estabeleceu um período de observação tanto para o Rácio de Cobertura de Liquidez como para o rácio de Financiamento Líquido Estável com início a 1 de Janeiro de 2011, sendo estes efetivamente introduzidos a 1 de Janeiro de 2015 e a 1 de Janeiro de 2018, respectivamente. Durante o período de transição, estes serão alvo de um acompanhamento próximo, com o intuito de ser possível avaliar as implicações dos mesmos sobre os mercados financeiros, a extensão do crédito e o crescimento económico, permitindo a correcção atempada de quaisquer desvios não intencionais.

¹⁵⁰ Os Rácios de Cobertura de Liquidez e de Financiamento Líquido Estável possuem uma cláusula de revisão para corrigir quaisquer enviesamentos inesperados (CBSB, 2011a).

Cronologia da implementação do Acordo de Basileia III

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	A partir de 1 Janeiro 2019
Rácio de Alavancagem	Monitorização da Supervisão		Execução Paralela 1 Janeiro de 2013 – a 1 Janeiro 2017 Divulgação do Ponto de Situação: 1 Janeiro de 2015					Migração para Pilar 1	
Rácio de Capital <i>Common Equity Tier1</i> Mínimo			3.5%	4.0%	4.5%	4.5%	4.5%	4.5%	4.5%
<i>Buffer</i> de Conservação de Capital						0.625%	1.25%	1.875%	2.50%
<i>Common Equity</i> Mínimo + <i>Buffer</i> de Conservação de Capital			3.5%	4.0%	4.5%	5.125%	5.75%	6.375%	7.0%
Aplicação progressiva dos ajustamentos / deduções sobre o <i>Common Equity Tier1</i> ¹⁵¹				20%	40%	60%	80%	100%	100%
Capital <i>Tier1</i> Mínimo			4.5%	5.5%	6.0%	6.0%	6.0%	6.0%	6.0%
Capital Total Mínimo				8.0%	8.0%	8.0%	8.0%	8.0%	8.0%
Capital Total Mínimo + <i>Buffer</i> de Conservação				8.0%	8.0%	8.625%	9.25%	9.875%	10.5%
<i>Buffer</i> Contracíclico						0.625%	1.25%	1.875%	2.50%
Instrumentos de Capital que já não se qualificam como Capital <i>Tier1</i> ou Capital <i>Tier2</i>			Eliminação progressiva durante 10 anos, começando em 2013						
Rácio de Cobertura de Liquidez	Começa o período de observação				60%	70%	80%	90%	100%
Rácio de Financiamento Líquido Estável	Começa o período de observação							Introdução do Padrão Mínimo	

Tabela 4.18 - Plano de Implementação do Acordo de Basileia III

Fonte: http://www.bis.org/bcbs/basel3/basel3_phase_in_arrangements.pdf (2013) - (a cinza estão identificados os períodos de transição)

¹⁵¹ Incluindo os montantes que excedem o limite para Ativos por Impostos Diferidos (DTAs - *Deferred tax assets*), Direitos de serviço de hipotecas (MSRs – *Mortgage servicing rights*) e outros instrumentos financeiros.

4.5.Cumprimento do Acordo de Basileia III

Tal como é possível deduzir, a elevada exigência que caracteriza o Acordo de Basileia III coloca muitos desafios aos sistemas bancários, uma vez que o seu cumprimento suscitará, muito provavelmente, fortes reestruturações dos balanços das entidades bancárias e o desenvolvimento de novos modelos de negócio por parte destas.

O aumento dos requisitos de capital e liquidez constituem a característica distintiva do novo enquadramento regulatório, sendo o cumprimento do mesmo perspectivado como sinónimo de perda de rentabilidade, devido ao custo de capital de qualidade mais elevada (*equity*) ser significativamente mais oneroso. No entanto, Admati [*et al.*] (2010) contraria em parte tal ponto de vista, pois para os autores, antes de tudo, uma redução da Rentabilidade dos Capitais Próprios não indica necessariamente um decréscimo do valor acrescentado e, apesar do aumento dos requisitos de capital poderem influenciar negativamente o ROE em condições de mercado favoráveis, não se pode ignorar que o seu efeito inverte de sentido nos períodos de tensão financeira, ao reduzirem o risco a que os acionistas estão expostos.

Admati [*et al.*] (2010) desmistificam ainda outra ideia pré-concebida de que *“Increased capital requirements force banks to operate at a suboptimal scale and to restrict lending.”*,¹⁵² a qual foi difundida, de forma mais ao menos generalizada, aquando da publicação do Basileia III. Segundo os autores, o aumento dos requisitos de capital não implicam a redução dos balanços dos bancos, pois estes possuem formas alternativas que lhes permitem salvaguardar o cumprimento dessas exigências, nomeadamente a emissão de novas ações por parte dos bancos, possibilitando-lhes, simultaneamente, cumprir os requisitos a que estão sujeitos e salvaguardar a continuidade das suas atividades de maior valor económico e social.

A Figura 4.1 comprova o enunciado por Admati [*et al.*] (2010), bem como demonstra as três principais estratégias para o cumprimento de requisitos de capital mais elevados, que podem ser adoptadas pelas instituições financeiras: Desalavancagem, Recapitalização e Expansão.

¹⁵² In página 9, Admati, Anat R.; DeMarzo, Peter M.; Hellwig, Martin F.; Pfleiderer, Paul (2010), *"Fallacies, Irrelevant Facts, and Myths in the Discussion of Capital Regulation: Why Bank Equity is Not Expensive"*. Max Planck Institute for Research on Collective Goods Bonn, p. 1-13; 36-42.

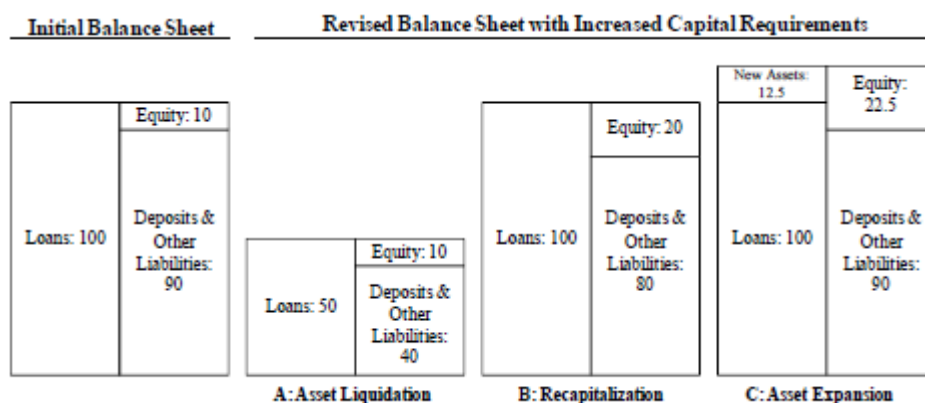


Figura 4.1 - Alternativas de resposta a aumentos de requisitos de capital (equity)

Fonte: *Fallacies, Irrelevant Facts, and Myths in the Discussion of Capital Regulation: Why Bank Equity is Not Expensive*, Admati [et al.] (2010), pp. 10.

A desalavancagem¹⁵³ consiste na redução do endividamento, neste caso, por parte de uma entidade bancária. Tal é ilustrado pelo Balanço A, ao liquidar-se metade do valor dos ativos e utilizar-se o montante resultante para reduzir o seu passivo, ou seja, o seu endividamento.

A recapitalização¹⁵⁴ consiste num reforço do capital social de uma entidade bancária, através da emissão adicional de ações ou outros instrumentos de capital que possam ser equiparados a *Capital Core Tier1*, mediante a concretização de determinadas circunstâncias, por exemplo as já referidas *Contingent Convertible Bonds*. Através da observação do Balanço B, constata-se que o banco cumpre o requisito de capital mais elevado através da emissão adicional de capital (10), reduzindo no mesmo montante os seus passivos e deixando inalterados os seus ativos.

A expansão consiste na realização de um aumento de capital, cujos rendimentos resultantes do mesmo são utilizados na aquisição de novos ativos, permitindo assim a expansão do balanço patrimonial de uma entidade. Consistente com tal estratégia temos

¹⁵³ No caso português, o objectivo de desalavancagem da Banca Portuguesa consta no Memorando de Entendimento sobre as condicionalidades de política e tal se deve ao elevado endividamento que esta evidenciava e às dificuldades crescentes que a mesma enfrenta em matérias de financiamento.

¹⁵⁴ No caso português, segundo o n.º2 do Artigo 4º- Modos de Capitalização, da Lei n.º4/2012 de 11 de Janeiro, a operação de capitalização pode ser realizada através de três formas distintas: (i) aquisição de ações próprias detidas pela instituição de crédito; (ii) aumento do capital social da instituição de crédito; (iii) outros instrumentos financeiros elegíveis para fundos próprios *core tier1*. O processo de recapitalização dos bancos portugueses foi executado através do terceiro modo, tendo sido emitidas obrigações diretas, não garantidas, subordinadas e sem termo, com uma taxa de remuneração de 8,5%, classificadas pelo Banco de Portugal como *Capital Core Tier1*.

o Balanço C, no qual se constata um aumento de capital de 12.5 que é utilizado na aquisição de novos ativos, passando deste modo o Ativo Total de 100 para 112.5.

Assim, observando a Figura 4.1 no seu todo, constatamos que a única estratégia de cumprimento de Basileia III que pode promover o exercício da atividade bancária a uma escala sub-ótima e restringir a oferta de crédito é a desalavancagem, pois as restantes permitem manter e até mesmo expandir, se assim o decidirem, a atividade de crédito.

Como já referido, Basileia III induz as próprias instituições bancárias a questionarem-se acerca do seu modelo de rentabilidade, levando-as a repensar e a rever os seus modelos de negócio à luz do novo enquadramento regulamentar. A necessidade de desenvolver novos modelos de negócio que lhes permitam produzir uma rentabilidade adequada às expectativas dos seus *stakeholders*, leva os bancos a considerar vários aspectos na elaboração da sua estratégia de resposta ao Basileia III, nomeadamente: aspectos operacionais relacionados com a optimização dos processos, aspectos analíticos relacionados com a identificação e mensuração do potencial de rentabilidade dos vários segmentos e respectivo ajustamento do *pricing* e aspectos da estratégia *core* relacionados com decisões associadas à estrutura de capital, à composição do grupo e ao modelo de negócio. A estratégia de resposta ao Basileia III resulta assim da combinação destes vários aspectos, os quais se encontram mais detalhadamente explicitados na Tabela 4.19.

Estratégia de Resposta ao Basileia III		Sugestões de Medidas
Aspectos Operacionais	De natureza de curto prazo, centram-se não só em cumprir as novas exigências, mas também pretendem aumentar a eficiência e reduzir custos, melhorando os processos operacionais.	Melhorias dos modelos de determinação dos riscos, os quais ocasionam elementos de maior qualidade analítica.
		Desenvolvimento de processos mais rigorosos e exigentes de concessão de crédito, de modo a reduzir a exposição de crédito e as perdas potenciais decorrentes da mesma.
		Melhoria dos processos de gestão do risco de liquidez, considerando testes de <i>stress</i> e a concepção de planos de contingência relativamente ao financiamento.
		Promoção de maior integração das funções financeiras e de risco.
		Inclusão de todas as subsidiárias através de requisitos de gestão de capital e de risco consistentes e prudentes.

Aspectos Analíticos	Centram-se nas questões relacionadas com a rentabilidade, atuando nas áreas de preços, financiamento e reestruturação de ativos	Identificar a importância estratégica de cada segmento e analisar o contexto concorrencial do mesmo, ajustando as taxas de empréstimo em conformidade.
		Aposta em segmentos de menor risco e redução das atividades com derivados, acordos de recompra de títulos e titularizações.
		Os custos mais elevados relacionados com os requisitos de capital e de liquidez devem-se refletir através de preços com maior sensibilidade ao risco.
		Alteração do mix de financiamento de longo prazo, apostando-se em fontes de financiamento de maior estabilidade.
		Redução da exposição total, dentro e fora do balanço.
Estratégia Core	Centram-se nas questões relacionadas com a estrutura de capital, composição do grupo e modelo de negócio	Estrutura de capital - desalavancagem, recapitalização ou expansão
		Modelo de negócio - venda de unidades de negócio de maior risco, entrada em novos segmentos de produtos ou empresas, outsourcing das atividades não core da entidade.
		Composição do grupo - venda de participações minoritárias em instituições financeiras não estratégicas.
		Racionalização dos custos estratégicos através da implementação, sempre que possível, de serviços compartilhados.
		De acordo com a identificação da importância estratégica de cada segmento, dedicar mais ou menos recursos aos diferentes agregados de clientes.

Tabela 4.19 – Estratégias de Resposta ao Acordo de Basileia III

Fonte: Elaboração do próprio autor com base nos trabalhos de Admati *[et al.]* (2010), Accenture (2011) e KPMG (2011).

Com base em tudo o que já foi sendo referido não é possível ignorar que o reforço da regulação de capital dos bancos acarreta custos significativos aos sistemas bancários para o seu cumprimento, afectando a rentabilidade dos mesmos. Assim, tal como especificado na Tabela 4.19, os bancos tenderão a transferir esses custos para o sector privado (Chun *[et al.]*, 2012), afectando a economia real em diferentes dimensões, designadamente na disponibilidade e custo de financiamento do sector privado, através de 3 canais distintos como demonstrado na Figura 4.2.

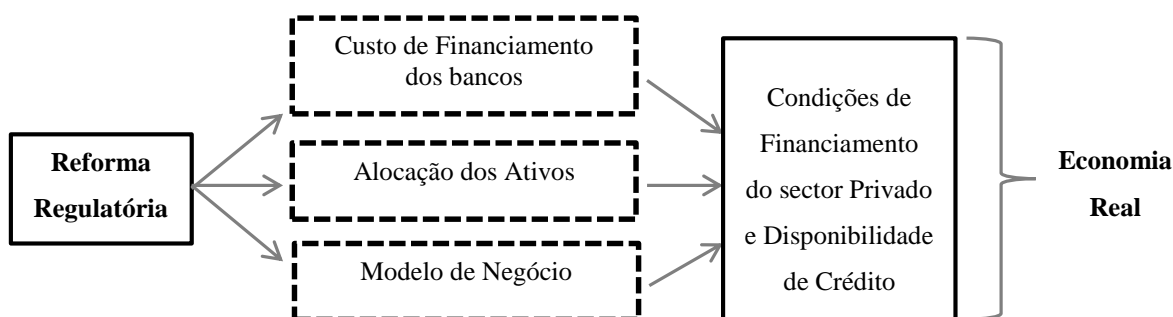


Figura 4.2 – Canais através dos quais a reforma regulatória pode influenciar a economia real

Fonte: *The Impact of Basel III Bank Regulation on Lending Spreads: Comparisons across Countries and Business Models*. Korea and the World Economy. Vol. 13. (2012). p. 360

Em consonância com o já referido, King (2010) refere que os bancos podem compensar a perda de rentabilidade ocasionada pelo reforço dos requisitos de capital através:

- i. Redução dos gastos operacionais;
- ii. Ampliação das fontes de receitas não relacionadas com juros;
- iii. Identificação e redireccionamento da atividade para segmentos de negócio com maior potencial de rentabilidade;
- iv. Absorção de parte dos custos mais elevados através do desenvolvimento de processos mais eficientes.

No entanto, a adequabilidade de cada estratégia variará consoante o contexto competitivo de cada banco, mas, normalmente estes tendem a desenvolver uma estratégia que combina várias medidas operacionais, analíticas e táticas.

Apesar do conjunto de alternativas que os bancos possuem para compensar o aumento de custos associados ao cumprimento dos novos requisitos, para o trabalho de investigação em causa destaca-se a relação entre a regulação de capital dos bancos e a oferta de crédito, que será alvo de maiores desenvolvimentos no subcapítulo seguinte.

4.6.A regulação do capital e a oferta de crédito à economia

O primeiro Acordo de Basileia, assinado em 1988, instituiu pioneiramente, a nível internacional, requisitos mínimos de capital a cumprir pelas entidades bancárias. Este impulsionou o desenvolvimento de um novo campo de investigação académica relacionado com os requisitos regulamentares de capital dos banco e a forma como estes podem influenciar certas dimensões da economia real.

Como comprova a História, a regulação de capital tem vindo, desde então, a ser sucessivamente reformulada, no sentido de promover uma gestão mais prudente por parte das instituições financeiras, de modo a torná-las mais resilientes a cenários adversos. Para tal, assistiu-se a um aumento contínuo dos requisitos de capital, bem como à criação de novas exigências regulatórias,¹⁵⁵ com o intuito de assim “obrigar” as

¹⁵⁵ Designadamente, *buffers* de capital, rácio de alavancagem e os requisitos de liquidez (Rácio de Cobertura de Liquidez e Rácio de Financiamento Líquido Estável).

instituições financeiras a reservar valores que lhes serão úteis para fazer face a situações futuras de maior stress financeiro.

O objectivo-mor da regulação do capital – a promoção da estabilidade financeira, materializa um dos grandes benefícios que decorrem da mesma, pois tal como o nosso passado mais recente ilustrou, instituições financeiras que operam com elevados níveis de alavancagem estão significativamente expostas ao risco de insolvência, pelo que a definição de requisitos de capital mais elevados pode reduzir a probabilidade de falências bancárias e a propagação das externalidades negativas que delas inevitavelmente decorrem (Admati *[et al.]*, 2010).

Requisitos de capital mais elevados permitem mitigar os efeitos de eventos de risco sistémico, pois ao exigir-se às entidades bancárias a detenção de maiores reservas de Capital Próprio, tal promove um clima de maior confiança nos mercados quanto à liquidez e solvabilidade dos seus participantes, evitando situações de paralisação, como as ocorridas durante a crise financeira de 2008, nos mercados interbancários.

Uma entidade bancária com uma reduzida posição de capital, quando sofre perdas significativas (ou não)¹⁵⁶ tem a necessidade, para assegurar a sua continuidade, de ou proceder à sua recapitalização ou à sua desalavancagem. O recurso à desalavancagem cria inevitavelmente pressão sobre o mercado dos ativos, traduzida numa deterioração significativa dos preços que se repercute negativamente sobre outros participantes do mercado, também eles detentores dessa tipologia de ativos. Assim, maiores requisitos de capital reduziriam a probabilidade de ocorrer tais reacções em cadeia, pelo menos na magnitude em que deflagraram no último episódio de crise (Admati *[et al.]*, 2010).

A definição de requisitos de capital elevados também é importante na perspectiva do contribuinte, pois embora possam ocorrer situações de desequilíbrio financeiro que, em nome de um interesse superior, obriguem um governo a intervir para apoiar e estabilizar o seu sistema bancário, a dimensão dessa intervenção será significativamente menor, uma vez que as instituições teriam maiores *buffers* de capital

¹⁵⁶ Como foi possível observar na recente crise financeira, houve instituições financeiras que tiveram a necessidade de serem resgatadas não pela grandiosidade das perdas, mas sim pela dimensão que as perdas tinham quando comparadas ao capital que essas entidades detinham.

que absorveriam uma parte mais extensa das perdas sofridas. Ainda neste ponto de vista, importa salientar que requisitos de capital mais exigentes antes de reduzirem a dimensão do valor da intervenção de um governo numa ação de resgate ou estabilização do seu sistema bancário, mitiga de forma substantiva a probabilidade de um evento desta natureza.

Os benefícios anteriormente apresentados resumem os principais ganhos económico-sociais decorrentes de maiores exigências de capital,¹⁵⁷ os quais constituem uma das vertentes da literatura académica acerca dos requisitos de capital dos bancos. Contudo, existem vozes que reconhecem o mesmo, mas no entanto alertam:

“More equity might increase the stability of banks. At the same time however, it would restrict their ability to provide loans to the rest of the economy. This reduces growth and has negative effects for all.”

Ackermann (2009), CEO do Deutsche Bank (20 de Novembro (2009), entrevista)

A perspectiva enunciada ilustra a segunda vertente da literatura académica no âmbito desta temática – os custos associados à definição de requisitos de capital mais elevados, a qual detém o maior relevo para a investigação em causa.

Como pioneiros no estudo destas temáticas identificam-se Bernanke [et al.] (1991) e Hancock [et al.] (1994), os quais inferiram acerca dos efeitos dos requisitos de capital sobre os empréstimos concedidos no contexto dos EUA. Bernanke [et al.] (1991) desenvolveram um modelo no qual relacionavam o crescimento dos empréstimos de um banco com os seus rácios de capital e, por sua vez, Hancock [et al.] (1994) desenvolveram também um modelo empírico através do qual, relacionavam mudanças no crescimento individual dos empréstimos dos bancos com métricas de procura de crédito e rácios de capital. Ambos os estudos sugerem que o capital dos bancos produz efeitos relativamente modestos sobre os empréstimos e, factores como a atividade económica e/ou o aumento da percepção do risco por parte dos bancos desempenham papéis de maior relevância no processo de concessão de crédito.

¹⁵⁷Sendo certo que muitos outros benefícios são possíveis de enumerar, contudo, são estes que assumem especial relevo para o presente trabalho de investigação.

Assim, apesar de ser possível identificar alguns estudos dos anos 90, que em certa medida avaliaram os custos associados a requisitos de capital mais elevados em termos da atividade de crédito, é contudo na última década que se verificam maiores desenvolvimentos académicos nesta temática. Os custos decorrentes da definição de maiores requisitos de capital, em particular, as implicações em termos de concessão de crédito que derivam dos mesmos, ganharam novo interesse académico graças às recentes reformas regulatórias de capital.¹⁵⁸

A literatura produzida acerca desta questão foi essencialmente desenvolvida no âmbito da realidade dos EUA e Reino Unido, sendo, no entanto, possível identificar alguns estudos cuja amostra compreende instituições bancárias de países como o Japão, Espanha e Itália. A literatura disponível relativa aos requisitos de capital dos bancos resulta essencialmente, em termos simplistas, da adopção de uma de duas abordagens: modelos econométricos ou modelos contabilísticos.¹⁵⁹

Integrando-se na primeira abordagem, identificam-se estudos como o de Berrospide *[et al.]* (2010), os quais procuraram compreender a recente evolução dos empréstimos bancários nos EUA, em particular, questionaram-se acerca da verdadeira dimensão da influência das injeções de capital (ao abrigo do TARP) na atividade de concessão de empréstimos empreendida pelas instituições bancárias norte-americanas. Para alcançar este propósito, os autores desenvolveram um modelo baseado nos estudos de Bernanke *[et al.]* (1991) e Hancock *[et al.]* (1994), cujos resultados sugeriram que alterações nos rácios de capital dos bancos desencadeiam efeitos modestos na concessão de empréstimos.

Adoptando uma abordagem diferente dos autores anteriores Elliott (2009) desenvolveu um modelo contabilístico através do qual procurou aferir quais os prováveis efeitos, sobre o preço e a disponibilidade dos empréstimos, decorrentes de um aumento dos requisitos mínimos de capital para os bancos norte-americanos ao longo dos próximos anos. Consonante com o aferido por Berrospide *[et al.]* (2010), também

¹⁵⁸ Acordo de Basileia II e Acordo de Basileia III.

¹⁵⁹ A metodologia baseada na contabilidade é uma abordagem recente, que tem vindo a ganhar adeptos, pois permite de uma forma simples avaliar como os requisitos de capital transformam os balanços das organizações e, como essas mudanças se refletem na economia, por exemplo, em termos de concessão de crédito (preço ou volume).

os resultados do modelo contabilístico de Elliott (2009) sugerem que os efeitos produzidos pela reforma regulatória do sistema financeiro sobre as taxas de juro cobradas pelos empréstimos são moderados, especialmente quando as instituições bancárias possuem capacidade de ajustamento que lhes permita cumprir os requisitos de capital mais elevados através de uma estratégia concertada, composta por um conjunto variado de acções com influência sobre diversos *drivers* de receita e custo. De acordo com os elementos resultantes da aplicação do seu modelo, Elliott (2009) refere que o sistema bancário dos EUA é bem representativo da tipologia de instituições bancárias anteriormente descritas, pois verificou que se a proporção de Capital Próprio para a concessão de um empréstimo passasse de 6% para 8% (+2%), os bancos sentiriam a necessidade de elevar o custo dos créditos concedidos em 39 pontos base, de modo a manter inalterável a sua Rentabilidade dos Capitais Próprios de 15%, ou seja, o acréscimo no custo de financiamento para o sector privado seria muito modesto.

À semelhança de Berrospide [*et al.*] (2010), Francis [*et al.*] (2012a) adoptaram também a abordagem de Hancock [*et al.*] (1994) para analisar os bancos comerciais do Reino Unido relativamente aos efeitos que requisitos de capital mais elevados produzem sobre o seu capital e actividade de crédito, durante o período de 1997-2006. O objectivo do seu estudo consistia em avaliar em que medida o diferencial entre o rácio de capital efectivo e o rácio-alvo para eles definidos produzia efeitos sobre o seu capital e os seus ativos, em particular sobre a sua concessão de empréstimos. Os seus resultados sugerem que o capital influencia de forma modesta a concessão de empréstimos, uma vez que, uma mudança de requisitos de capital tende a levar os bancos a ajustar as suas carteiras de ativos, em termos de composição e não em volume de empréstimos, optando substituir certos ativos por outros de menor risco. Os mesmos indiciam ainda que, perante um aumento de requisitos de capital, os bancos comerciais ingleses actuam como bancos minimizadores de custos, cumprindo maiores exigências regulatórias através do aumento de Capital *Tier2*.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Este resultado é plausível, pois como o período de análise do estudo é de 1997-2006, a regulação internacional de capital vigente era o Acordo de Basileia I e o Acordo de Basileia II (a partir de 2004), sendo os seus requisitos mínimos de capital menos exigentes, em termos de quantidade e qualidade, quando comparados com os estipulados pelo Acordo de Basileia III.

Por sua vez, King (2010) desenvolveu um estudo através do qual procurou compreender em que medida os aumentos dos requisitos de capital e liquidez propostos por Basileia III têm expressão nos *spreads* dos empréstimos bancários. Para tal, à semelhança de Elliott (2009), adoptou uma metodologia contabilística¹⁶¹ alicerçada nos elementos de um balanço patrimonial e demonstração de resultados representativos¹⁶² de 13 países da OCDE,¹⁶³ com base nos quais determinou o aumento necessário na taxa de juro a cobrar pelos empréstimos, para compensar o acréscimo do custo associado a requisitos de capital mais elevados, de modo a manter a Rentabilidade dos Capitais Próprios inalterada. Assim, os resultados deste modelo sugerem que, relativamente aos requisitos de capital, o aumento de um ponto percentual no rácio de capital pode ser recuperado por um banco representativo através de um aumento de 15 pontos base dos *spreads* dos empréstimos e no que respeita aos requisitos de liquidez, mais precisamente ao Rácio de Financiamento Estável Líquido, os resultados indiciam que um banco representativo para recuperar o custo adicional do cumprimento desse requisito necessitaria aumentar os *spreads* de crédito em 24 pontos base. Como é possível constatar, as dimensões do acréscimo são pouco significativas, estando por isso em concordância com os resultados dos estudos anteriores.

Seguindo a mesma abordagem que King (2010) e Elliott (2009), Slovik [et al.] (2011) desenvolveram um estudo, com propósitos similares aos apresentados, relativamente às três principais economias da OCDE – Estados Unidos da América, Zona Euro e Japão, cujos resultados sugerem que cada ponto percentual de aumento do rácio de capital é provável que haja um aumento médio dos *spreads* de crédito de cerca de 14 pontos base, verificando-se que o acréscimo mais significativo manifesta-se no sector bancário americano (20.5), de seguida no da Zona Euro (14.3) e por último, no sector bancário japonês (8.4). Assim, pelos valores obtidos verifica-se que os efeitos produzidos são também moderados, reforçando a credibilidade dos resultados de King (2010).

¹⁶¹ A metodologia seguida por King, M.R. (2010) baseia-se em relações contabilísticas entre as grandezas patrimoniais, assentes nos seguintes pressupostos: a Rentabilidade dos Capitais Próprios e o custo da dívida inalterados (constantes), e não existem quaisquer alterações em outras fontes de rendimento ou redução dos gastos operacionais.

¹⁶² As Demonstrações Financeiras Representativas utilizadas por King, M.R. (2010) baseiam-se na informação de 13 países da OCDE durante o período de 1993 a 2007.

¹⁶³ Austrália, Canadá, Suíça, Alemanha, Espanha, França, Reino Unido, Itália, Japão, Coreia, México, Holanda e Estados Unidos da América.

Biase (2012), consonante em termos metodológicos com os autores imediatamente anteriores, procurou investigar se, no sector bancário italiano, as maiores exigências de capital propostas pelo Acordo de Basileia III se podem manifestar na economia através do aumento das taxas de juro a cobrar pelos créditos, de modo a assegurar a manutenção da sua Rentabilidade dos Capitais Próprios. Para tal, Biase (2012) desenvolveu um modelo contabilístico através do qual procurou determinar o aumento necessário da taxa de juro de empréstimos a cobrar (α) a longo prazo, pressupondo a manutenção do custo do capital alheio quando este é substituído por capital próprio.

Os seus resultados sugerem que o impacto de longo prazo de requisitos de capital mais elevados sobre as taxas cobradas pelos empréstimos é modesto, evidenciando um aumento de 5,75 pontos base por cada ponto percentual de aumento do rácio de capital. Contudo, o autor alerta para o facto de que perante um dado incremento no rácio de capital a magnitude do aumento da taxa de juro cobrada pelos empréstimos varia positivamente com a Rentabilidade dos Capitais Próprios (antes do aumento do capital próprio), com a taxa média de imposto, com o quociente entre os Ativos Ponderados pelo Risco e a Carteira de Crédito e varia negativamente com o custo médio do capital alheio, significando por isso que instituições financeiras, com um custo médio de financiamento mais elevado, perante um aumento de requisitos de capital necessitam de aumentar menos a taxa de juro cobrada pelos empréstimos, uma vez que beneficiam economicamente da substituição do capital alheio por próprio.

Assim, retomando os resultados empíricos alcançados, Biase (2012) acredita que o sistema bancário italiano, à semelhança da interpretação de Elliott (2009) relativamente ao sector bancário norte-americano, deve ser capaz de se ajustar aos requisitos de capital mais elevados através de certas acções operacionais e comerciais, evitando efeitos significativos sobre o custo dos empréstimos para as empresas e famílias.

Esta temática despertou ainda a atenção de importantes organizações internacionais como o *Bank for International Settlements* (BIS), a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD) e o *Institute of International Finance*, as quais realizaram estudos onde procuraram analisar os impactos do Acordo

de Basileia III em termos de *spreads* e volume de empréstimos e o seu impacto sobre o Produto Interno Bruto. Os seus resultados foram:

	<i>Spreads</i> de empréstimo (pb)	Volume de empréstimos (%)	PIB (%)
BIS	15	-1,4	-0,19
OECD	15	-	-0,23

Tabela 4.20 – Impacto do Acordo de Basileia III

Fonte: BIS [et al.] (2011), Slovik [et al.] (2011) e Chun [et al.] (2012).

Como é possível constatar, o BIS e a OECD são unânimes quanto à dimensão de impacto s¹⁶⁴ *spreads* de empréstimo decorrente de um aumento de 1% do rácio de capital *Core Tier1*, no entanto diferenciam-se ligeiramente no que respeita ao impacto sobre o PIB, sendo a perspectiva da OECD mais pessimista ao antever uma contração de 0,23%. Os resultados do BIS sugerem ainda que o volume de empréstimos contrairá cerca de 1,4%.

É também oportuno referir neste contexto, o estudo desenvolvido por Giannetti [et al.] (2010), pois embora este não tenha procurado analisar de forma direta os efeitos, em termos de crédito, produzidos pelo aumento dos requisitos de capital, este investigou como certas medidas que visam o reforço de capital das instituições bancárias se traduzem na oferta de crédito. Giannetti [et al.] (2010) analisou empiricamente o conjunto de recapitalizações que forem empreendidas pelo governo japonês durante o período de 1998 a 2004. Os seus resultados sugerem que as recapitalizações aumentam a oferta de crédito e originam retornos positivos expressivos. Contudo, os mesmos destacam ainda que, em períodos de elevada incerteza e turbulência financeira (por exemplo, crises sistémicas), os efeitos positivos dos resgates bancários para a economia real são diluídos pelo desconfiança instalada nos mercados, a qual influencia os agentes económicos a adoptar comportamentos mais conservadores em termos de investimento, por motivos de precaução.

Por último, importa destacar o valioso contributo de Chun [et al.] (2012), pois estes além de avaliarem em que medida requisitos de capital mais elevados produzem efeitos sobre a atividade de crédito, procuram ainda perceber como os *spreads* de empréstimo variam consoante o modelo de negócio. Para tal, Chun [et al.] (2012)

¹⁶⁴ Estimativas para 2015.

adoptou uma metodologia contabilística similar às utilizadas por Elliott (2009) e King (2010), cujos resultados sugeriram que em países com margens em empréstimos tradicionalmente elevadas, como Brasil, China, Índia e México há um aumento do *spread* que varia de 13.2 pontos base para 29.7 pontos base, durante o período de 2005-2010. Do seu modelo resultam ainda outras conclusões importantes, nomeadamente que o aumento dos *spreads* de empréstimos varia entre 0.1 e 9.1 pontos base consoante se tratem de instituições de crédito hipotecário ou bancos comerciais (durante o período de 2005-2010). Contudo, é importante ter alguma prudência relativamente a este último resultado, na medida em que as estimações realizadas mostram que os *spreads* de crédito definidos variam significativamente de país para país.

Assim sendo, do conjunto de resultados dos estudos apresentados destaca-se um certo grau de convergência relativamente ao reconhecimento da modesta dimensão dos efeitos de aumentos dos requisitos de capital sobre a oferta de crédito. No entanto, não se pode ignorar a tendência positiva dos efeitos das recapitalizações evidenciada pelo estudo de Giannetti [*et al.*] (2010), assim como a variabilidade identificada no acréscimo dos *spreads* de empréstimo resultante das especificidades do país e do modelo de negócio.

5. Questões de Investigação e Metodologia

No âmbito do presente trabalho de investigação, decidiu-se analisar como o sistema bancário português se está a alinhar no cumprimento do Acordo de Basileia III e que implicações, em termos da atividade de crédito dos principais bancos nacionais, decorrem desse mesmo esforço de alinhamento.

A relevância que subsiste na análise da forma como o sistema bancário português se está a alinhar no cumprimento das disposições do novo enquadramento regulamentar deve-se, entre muitas razões, ao período em que este é exigível, uma vez que é coincidente com um momento particularmente difícil e desafiante para a economia portuguesa. O facto, de estarmos comprometidos com o Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades da Política Económica, coloca Portugal em condições muito específicas face aos restantes Estados-Membros Europeus, uma vez que materializa um desafio adicional para além da reforma regulatória que é transversal à realidade internacional.

Comprometida com um movimento generalizado de desalavancagem, a banca nacional defronta-se com dificuldades acrescidas para gerir os vários interesses que possui. A obrigação de cumprir com os novos rácios de capital, juntamente com o papel que esta tem de desempenhar no financiamento da economia nacional (como recomendado pelo Memorando de Entendimento) ao mesmo tempo que tem de atender às variadas expectativas dos seus *stakeholders*, adensa a complexidade que atualmente caracteriza o contexto no qual o nosso sector bancário se movimenta. Como tal, é oportuno compreender as estratégias de resposta ao Basileia III que a banca nacional está a desenvolver e a implementar e, em que a medida as mesmas estão a transformar o seu modelo tradicional de negócio.

Por sua vez, compreender as potenciais implicações, em termos de concessão de crédito à economia, que podem decorrer do cumprimento de requisitos de capital mais elevados é de extrema importância dadas as especificidades da economia nacional,¹⁶⁵ que atribuem ao sistema bancário um papel central no seu financiamento. Assim, dada a elevada dependência ao crédito evidenciada pela economia portuguesa,¹⁶⁶ é de todo o

¹⁶⁵ Segundo dados fornecidos pelo INE, as PME em 2008 representavam 99,7% do tecido empresarial, geraram 72,5% do emprego e realizaram 57,9% do volume de negócios nacional.

¹⁶⁶ De acordo com os dados recentemente divulgados pela Associação Portuguesa de Bancos, apesar do peso dos ativos do sector bancário no PIB nacional ser inferior ao nível da área Euro, a contribuição das

interesse compreender em que medida o cumprimento de requisitos de capital mais elevados poderá ou não reduzir a disponibilidade de crédito ou encarecer o seu custo, pretendendo-se deste modo compreender, se o decréscimo verificado na atividade de crédito na banca portuguesa se deve ao aumento dos requisitos de capital ou se, resulta antes de uma maior percepção do risco subjacente aos mutuários decorrente da desfavorável conjuntura económica, financeira e política que envolve o país.

O presente trabalho diferencia-se da literatura produzida até à atualidade em diversos aspectos, nomeadamente em termos de geografia¹⁶⁷ e de modo de aplicação da metodologia adoptada,¹⁶⁸ procurando assim dar resposta a algumas lacunas identificadas. Deste modo, este estudo propõe-se a analisar o impacto que o aumento dos requisitos de capital tem sobre a atividade de crédito dos principais bancos portugueses, debruçando-se sobre uma geografia pouco estudada – Portugal, adoptando-se para tal uma óptica de análise individual dos principais organismos bancários do sistema bancário nacional ao invés de uma óptica global, predominantemente escolhida.

O interesse que reside na adopção de uma abordagem individual de análise deve-se essencialmente a duas razões: primeiro, tal permite analisar a forma como cada grupo bancário se está a alinhar no cumprimento das novas disposições regulatórias, comparando-se as estratégias adoptadas; e, segundo, apesar do sistema bancário português ser composto por inúmeros grupos bancários, apenas alguns deles, devido ou à sua dimensão (cinco dos seis grupos bancários da amostra) ou à situação de desequilíbrio que se encontram, relevam para o estudo em causa.

Assim sendo, o presente estudo pretende dar resposta às seguintes questões de investigação:

- i. Como os principais bancos portugueses se estão alinhar no cumprimento do Acordo de Basileia III?
- ii. Qual o impacto desse alinhamento na sua atividade de crédito?

atividades de serviços financeiros (excepto seguros e fundos de pensões) para o Valor Acrescentado Bruto Nacional de 2008 foi de aproximadamente 6%, valor bastante elevado quando comparado com a média da Área Euro (cerca de 3%), sendo apenas ultrapassado pelo Reino Unido e Irlanda. No que concerne à atividade de crédito, os seus dados demonstram que o crédito a clientes na banca portuguesa representa 46,6% dos seus ativos totais (Dezembro de 2012), superior à média da Área Euro, a qual se cifra nos 37,3%.

¹⁶⁷ A maioria dos estudos realizados debruçaram-se sobre as realidades britânicas e americanas, sendo possível identificar-se pontualmente alguns estudos centrados em países como Japão, Espanha e Itália.

¹⁶⁸ Todos os estudos referidos na Nota de Rodapé anterior centraram-se no sistema bancário no seu todo e não em cada elemento que o compõe.

- iii. Em que medida se está a assistir a uma transformação do negócio bancário português?

5.1. Amostra e Horizonte Temporal de Análise

De acordo com o referido anteriormente, a amostra desta investigação não é o sistema bancário nacional no seu todo, mas sim os cinco maiores grupos bancários portugueses, Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD), Grupo Millennium BCP, Grupo Banco Espírito Santo (BES), Grupo Banco Português de Investimento (BPI) e o Grupo Banco Santander Totta (BST), os quais representam cerca de 75,62%¹⁶⁹ do sistema bancário português e o Grupo Banco Internacional do Funchal (BANIF), representativo apenas de 2,81%.¹⁷⁰ Para além do carácter representativo que lhe está subjacente, a definição desta amostra teve também como critérios o facto dos grupos bancários visados estarem sujeitos a inspeções *on-site* por parte do Banco de Portugal, no desenvolvimento da sua supervisão prudencial, e devido a quatro destes terem sido alvo de processos de recapitalização com recurso a fundos públicos.¹⁷¹

Como horizonte temporal de análise foi definido o período compreendido entre 2005 e 2012. Apesar do Acordo de Basileia III só ter sido definido e tornado publico em Dezembro de 2010 e a sua exigibilidade efetiva se materializar em 2014, não podemos ignorar que os requisitos de capital estipulados assumiram uma tendência crescente ao longo do tempo, sendo por isso possível recuar alguns anos, sem tal comprometer a qualidade dos resultados finais.

5.2. Metodologia

Para a execução do presente estudo, definiu-se que o processo analítico que lhe está subjacente seria composto por três fases, designadamente: Fase I – Análise das Demonstrações Financeiras, Fase II - Análise dos Resultados do Modelo Contabilístico de Biase e Fase III – Implicações sobre o Modelo de Negócio. Para a sua realização

¹⁶⁹ Dados relativos a 31 de Dezembro de 2012.

¹⁷⁰ Dados relativos a 31 de Dezembro de 2012.

¹⁷¹ CGD, BCP, BPI e BANIF.

foram utilizados dados recolhidos diretamente dos Relatórios e Contas Anuais de cada Grupo Bancário relativos ao período temporal supramencionado.

Na Fase I - Análise das Demonstrações Financeiras analisa-se o Balanço e a Demonstração de Resultados dos bancos que compõem a nossa amostra, de modo a identificar como as principais rubricas de ativos e passivos variaram tendo em conta os requisitos de capital estipulados pelo Banco de Portugal, decorrentes do processo de importação do Acordo de Basileia III para a legislação nacional. Na Fase II - Análise dos Resultados do Modelo Contabilístico de Biase, tal como a sua própria designação indicia, aplica-se o referido modelo, procurando analisar-se em que medida os custos subjacentes à estratégia de cumprimento adoptada pelos grupos bancários, se pode traduzir, ou não, num aumento da taxa de juro cobrada nos empréstimos concedidos. Em complemento, determinam-se estratégias alternativas ao aumento dos *spreads* de crédito, nomeadamente: aumento das receitas provenientes de Juros, Comissões e redução de despesas com o Pessoal ou Outras Despesas Administrativas. Na Fase III - Implicações sobre Modelo de Negócio avalia-se em que medida o modelo de negócio tradicional da banca portuguesa se alterou e como tal se reflete na economia nacional.

As especificidades apresentadas por dois grupos bancários da nossa amostra – Grupo BCP e Grupo BANIF, inviabilizaram a realização da aplicação do Modelo Contabilístico de Biase. Contudo, dado o relevo que estas duas instituições de crédito têm atualmente no sistema bancário nacional, uma pela sua dimensão, outra pela situação de desequilíbrio em que se encontra, achou-se adequado mantê-las como elementos da nossa amostra.

A especificidade do Grupo BANIF que impossibilitou a aplicação do Modelo Contabilístico de Biase é a apresentação de uma Rentabilidade Média dos Capitais Próprios negativa no horizonte temporal¹⁷² definido; pois, uma vez que o modelo parte do pressuposto que se pretende cumprir rácios de capital mais elevados mantendo a mesma Rentabilidade dos Capitais Próprios, assumir como objectivo a manutenção de um ROE negativo não é economicamente racional, pelo que os resultados da aplicação do modelo contabilístico não teriam credibilidade económica. No caso do Grupo BCP, o que impediu a aplicação do modelo contabilístico foi o facto de apresentar uma taxa

¹⁷² Salienta-se o facto, que a Rentabilidade Média dos Capitais Próprios do Grupo BANIF de 2000 a 2012 continua negativa.

média de imposto negativa.¹⁷³ O sinal negativo da taxa média de imposto do Grupo BCP resultou dos elevados prejuízos¹⁷⁴ que sofreu em 2011 e 2012, os quais fizeram com que o montante de impostos diferidos superasse largamente o montante de impostos correntes, passando por isso a ter Imposto¹⁷⁵ a Recuperar ao invés de ter Imposto a Pagar. Esta especificidade, em termos de impostos, do Grupo BCP conduziu a resultados no Modelo Contabilístico de Biase pouco sustentáveis do ponto de vista económico, uma vez que sugeriam que para cada aumento de um ponto percentual do rácio de capital o Grupo BCP¹⁷⁶ reduzisse a sua taxa de juro média cobrada nos empréstimos, de modo a dessa forma manter o seu ROE inalterado. Tal é economicamente pouco sustentável, pois manter o seu ROE Médio (1,73%) significaria reduzir os seus resultados, pois considerando o imposto que tem a recuperar (expresso pela taxa média de imposto negativa) o Grupo BCP necessitaria, *ceteris paribus*, aumentar os custos e/ou reduzir as receitas, o que, em termos prospectivos, é um cenário muito pouco credível.

5.2.1. Modelo Contabilístico de Biase

A abordagem adoptada no presente trabalho de investigação para estudar o impacto que o aumento dos requisitos de capital tem sobre a atividade de crédito dos cinco grupos bancários anteriormente referidos, no período de 2005 a 2012, foi uma abordagem contabilística desenvolvida por Pasquale di Biase.¹⁷⁷

O modelo de Biase integra-se no conjunto de modelos que foram recentemente desenvolvidos à luz de uma nova abordagem – contabilística, para analisar os efeitos que maiores requisitos de capital produzem sobre os *spreads* de crédito. A adopção deste modelo foi motivada, não só pela sua massiva utilização, mas também por resultar dos contributos de outros importantes autores Elliott (2009) e King (2010), legitimando, em certa medida, a qualidade dos seus resultados. Importa ainda salientar o facto, de que o Modelo Contabilístico de Biase apresenta ainda como vantagem a simplicidade da

¹⁷³ A taxa média de imposto é um dos parâmetros que têm de ser determinados previamente, pois é um dos inputs da aplicação do modelo. A taxa média de imposto é calculada de acordo com a expressão 7 da Tabela 5.1 – Lista das Variáveis utilizadas na Aplicação do Modelo Contabilístico de Biase (2012).

¹⁷⁴ O Grupo BCP apresentou em 2011 um prejuízo de 848 623 milhares de euros e em 2012 um prejuízo de 1 219 053 milhares de euros.

¹⁷⁵ Em 2011 e 2012, o valor de Impostos (diferidos e correntes) totalizou o montante de -458 857 milhares de euros e -177 833 milhares de euros, ou seja, não houve lugar a Imposto a Pagar.

¹⁷⁶ A aplicação do modelo contabilístico de Biase encontra-se no Anexo XX.

¹⁷⁷ A abordagem contabilística referida e adoptada encontra-se em Biase, Pasquale di (2012), "The Impact Of Basel III On Italian Bank's Loan Rates: An Accounting-Based Approach", *International Business & Economics Research Journal*, Vol. 11, p. 1269-1280.

sua aplicação, uma vez que os dados nos quais se baseia são fiáveis e estão facilmente disponíveis nos Relatórios e Contas das organizações em análise. Contudo, a sua abordagem também possui as suas limitações, mais precisamente, ignora por completo o Teorema de Modigliani e Miller sobre a estrutura de capital da empresa, assumindo que a mudança na estrutura de capital, motivada pelo aumento dos requisitos, não tem qualquer expressão sobre o custo de Capital Próprio e o Custo de Capital Alheio.

Assim sendo, importa agora explicitar a lógica de raciocínio subjacente à formulação do modelo contabilístico adoptado, explicitando em simultâneo as suas variáveis e pressupostos, com o intuito de tornar mais clara e compreensível a sua aplicação.

5.2.2. Formulação do Modelo¹⁷⁸

Antes da formulação propriamente dita, importa salientar que a aplicação deste modelo exige que se determine as demonstrações financeiras consolidadas médias de cada grupo bancário, relativamente ao horizonte temporal de análise (2005-2012). Assim, para esse efeito, calculou-se a média de cada rubrica constituinte do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados durante o período definido, para cada grupo bancário da amostra.

O modelo em causa foi desenvolvido considerando a existência de dois estados estacionários distintos: um estado estacionário corrente, que se refere ao período que precede a implementação da reforma regulatória de capital, sendo aos seus valores atribuído o índice “t” e um estado estacionário de longo prazo, que alude para o período posterior à fase de transição do Acordo de Basileia III, sendo aos seus valores atribuído o índice “t+1”.

Tal como já referido, o modelo pretende determinar o efeito que um aumento dos requisitos de capital pode provocar sobre a taxa de juro cobrada pelos empréstimos por parte de um banco. Assim, à semelhança de King (2010), Biase (2012) define o Rácio de Capital (CR) como o quociente do valor contabilístico do Capital Próprio (BV) e o valor dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWAs), sendo, neste contexto, considerado como *proxy* do Rácio de Capital *Tier1*.

¹⁷⁸ As variáveis utilizadas no modelo serão apresentadas em conjunto no final da apresentação da formulação do modelo.

O Acordo de Basileia III determina, entre outras coisas, que as instituições bancárias possuam rácios de capital mais elevados, quer em quantidade, quer em qualidade, pelo que os bancos estão pressionados a aumentar o seu BV em relação aos seus RWAs, como ilustrado pela Equação 5.1:

$$BV_{t+1} = BV_t + \Delta CR \times RWAs$$

Equação 5.1

Tendo em consideração a Equação 5.1, Biase (2012) define:

Pressuposto 1: O aumento do capital próprio conduz a uma correspondente diminuição do financiamento com recurso a dívida, mantendo assim os ativos totais de um banco inalterados.

O Pressuposto 1 é traduzido pela Equação 5.2:

$$\Delta D = -\Delta BV = -\Delta CR \times RWAs$$

Equação 5.2

A Equação 5.2 ilustra uma mudança da estrutura de capital de um banco, que conduz a um aumento dos seus ganhos, uma vez que a redução do financiamento via capital alheio diminui as despesas incorridas em juros. Assim, a redução das despesas com juros é determinada pela seguinte Equação 5.3:

$$\Delta LExp = \Delta D \times r_d = -\Delta BV \times r_d = -\Delta CR \times RWAs \times r_d$$

Equação 5.3

E a perda da Poupança Fiscal decorrente da redução das despesas com juros é determinada por:

$$\Delta NLExp = -\Delta LExp \times (1 - t) = \Delta CR \times RWAs \times r_d \times (1 - t)$$

Equação 5.4

Contudo, apesar de como já referido, a redução do recurso a capital alheio diminuir a despesa com juros e, por essa via, aumentar os rendimentos de um banco e consequentemente o seu Resultado Líquido, o impacto de um aumento dos requisitos de capital sobre o ROE de um banco tende a ser negativo, devido ao aumento do Resultado

Líquido (numerador do ROE) ser normalmente inferior ao aumento do BV (denominador do ROE). Assim, a alteração da estrutura de capital motivada pelos novos e mais elevados requisitos reflete-se no ROE de uma instituição bancária da seguinte forma:

$$\begin{aligned}\Delta ROE &= ROE_{t+1} - ROE_t = \frac{NI_{t+1}}{BV_{t+1}} - \frac{NI_t}{BV_t} = \frac{NI_t + \Delta NI}{BV_t + \Delta CR \times RWAs} - \frac{NI_t}{BV_t} \\ &= \frac{\Delta NI \times BV_t - NI_t \times \Delta CR \times RWAs}{BV_t \times (BV_t + \Delta CR \times RWAs)} = \frac{\Delta NI - ROE_t \times \Delta CR \times RWAs}{BV_t + \Delta CR \times RWAs}\end{aligned}$$

Equação 5.5

Uma vez que a única mudança nos resultados do banco decorre da redução da despesa com juros ($\Delta NI = \Delta LExp$), Biase (2012) ilustra o impacto da mesma sobre o ROE através da seguinte inequação:

$$\begin{aligned}\Delta NI_{exp} - ROE_t \times \Delta CR \times RWAs &\stackrel{<}{>} 0 \\ \Leftrightarrow \Delta CR \times RWAs \times r_d \times (1 - t) - ROE_t \times \Delta CR \times RWAs &\stackrel{<}{>} 0 \\ \Leftrightarrow \Delta CR \times RWAs \times [r_d \times (1 - t) - ROE_t] &\stackrel{<}{>} 0\end{aligned}$$

Equação 5.6

Como é observável, se o custo médio da dívida após impostos for menor que o ROE_t , requisitos de capital mais elevados têm um impacto negativo sobre o desempenho económico das instituições bancárias ($\Delta ROE < 0$).

A deterioração da Rentabilidade dos Capitais Próprios influenciará negativamente o valor de mercado da instituição bancária, uma vez que os investidores reverão em baixa as suas expectativas relativamente aos dividendos futuros por ação. Contudo, os bancos evitarão essa redução de valor desenvolvendo para tal, estratégias que lhes permitam gerar os ganhos adicionais¹⁷⁹ de que necessitam para compensar os custos implícitos ao cumprimento dos novos requisitos de capital.

Assim, considerando a redução das despesas com juros resultantes de um menor financiamento com capital alheio, os ganhos adicionais que um banco necessita gerar, definindo a $\Delta ROE = 0$, resultam da combinação da Equação 5.4 com a Equação 5.5:

¹⁷⁹ Com os investimentos existentes.

$$\Delta NI = ROE_t \times \Delta CR \times RWAs$$

$$\Leftrightarrow Exp + \Delta Nl_{exp} = ROE_t \times \Delta CR \times RWAs$$

$$\Leftrightarrow Exp = \Delta CR \times RWAs \times [ROE_t - r_d \times (1 - t)]$$

Equação 5.7

Tendo em consideração a expressão anterior, Biase (2012) define:

Pressuposto 2: As instituições bancárias compensam quaisquer custos decorrentes do cumprimento do Basileia III, apenas e exclusivamente, através do aumento das taxas de juro cobradas pelos empréstimos, não aumentando as receitas provenientes de outras fontes de rendimento, nem diminuindo despesas de outras fontes de custo.

Assim, sendo α o incremento na taxa de juro cobrada nos empréstimos, o impacto nas receitas de juro líquidas de um banco é expresso:

$$\Delta Nl_{inc} = \alpha \times L_t \times (1 - t)$$

Equação 5.8

Por seu turno, os efeitos produzidos por requisitos de capital mais elevados sobre as taxas de juro cobradas pelos empréstimos são determinados pelo ajustamento da taxa de juro média praticada, elevando-a até ao montante que permita gerar os ganhos adicionais necessários à compensação dos custos implícitos decorrentes do cumprimento das disposições de capital de Basileia III ($\Delta Nl_{inc} = Exp$), mantendo inalterado o ROE. Assim, combinando-se a Equação 5.7 com a Equação 5.8, determina-se que a taxa de juro ajustada¹⁸⁰ é expressa da seguinte forma:

$$\alpha \times L_t (1 - t) = \Delta CR \times RWAs \times [ROE_t - r_d \times (1 - t)]$$

Equação 5.9

Resolvendo em ordem a α , determina-se o aumento necessário das taxas de juro cobradas pelos empréstimos para que se assegure a manutenção do ROE.

$$\alpha = \Delta CR \times \frac{RWAs}{L_t} \times \left(\frac{ROE_t}{1 - t} - r_d \right)$$

Equação 5.10

¹⁸⁰ No nível estacionário de longo prazo.

Como observável, a Equação 5.10 demonstra que o aumento necessário da taxa de juro cobrada pelos empréstimos (α) a longo prazo está positivamente correlacionado com o aumento do rácio de capital (ΔCR), com o quociente entre os Ativos Ponderados pelo Risco e a Carteira de Crédito ($\frac{RWAs}{L_t}$), com a Rentabilidade dos Capitais Próprios (anterior ao aumento do Capital Próprio) e com a taxa média de imposto. Contudo, a mesma está negativamente correlacionada com o custo médio de capital alheio dos bancos (r_d).

Para além do aumento da taxa de juro cobrada pelos empréstimos, as instituições bancárias possuem ainda um conjunto de ações alternativas que podem adoptar para compensar os custos de cumprimento do Acordo de Basileia III, nomeadamente: aumento das receitas com juros (β), aumento das receitas provenientes de Taxas e Comissões (γ), diminuição das Despesas com o Pessoal (δ) e/ou redução de outras Despesas Administrativas (ε), determinadas pelas Equação 5.11, Equação 5.12, Equação 5.13 e Equação 5.14, respectivamente.

$$\beta \cdot linc_t \cdot (1 - t) = EXP^{181} \Leftrightarrow \beta = \frac{EXP}{linc_t \cdot (1 - t)}$$

Equação 5.11

$$\gamma = \frac{EXP}{F\&C_t \cdot (1 - t)}$$

Equação 5.12

$$\delta = \frac{EXP}{Pexp_t \cdot (1 - t)}$$

Equação 5.13

$$\varepsilon = \frac{EXP}{OAexp_t \cdot (1 - t)}$$

Equação 5.14

Importa no entanto salientar que, as variações percentuais determinadas pelas Equações 5.11, 5.12, 5.13 e 5.14 são obtidas em termos individuais, querendo isto dizer, que não é considerada qualquer combinação de ações, ou seja, determina-se, por

¹⁸¹ EXP é o montante de ganhos adicionais necessários para compensar os custos de cumprimento de Basileia III, pelo que será igual em todas as expressões.

exemplo, quanto deveriam aumentar as receitas com Taxas e Comissões mantendo a taxas de juro cobrada pelos empréstimos e outras fontes de rendimento e/ou custo inalteradas.

Por fim, apresenta-se na Tabela 5.1 a síntese das variáveis que consubstanciam a formulação do Modelo Contabilístico de Biase, assim como a sua fórmula de cálculo.

Variáveis do Modelo

N.º	Variável	Designação	Expressão
1	CR	Rácio de Capital	$CR = \frac{BV}{RWA}$
2	BV	Valor Contabilístico do Capital Próprio	Obtido diretamente do Balanço (Capital Próprio)
3	ΔD	Varição do valor contabilístico da Dívida dos Bancos	$\Delta D = -\Delta BV = -\Delta CR \times RWAs$
4	$\Delta LExp$	Varição das despesas decorrentes de recurso a dívida (juros)	$\Delta LExp = \Delta D \times r_d = -\Delta CR \times RWAs \times r_d$
5	r_d	Custo Médio da Dívida	$r_d = \frac{LExp_t}{Passivo Total_t}$
6	$\Delta NExp$	Varição dos ganhos por variação das despesas com juros	$\Delta Nexp = -\Delta LExp \times (1 - t)$
7	t	Taxa Média de Imposto	$t = \frac{Imposto_t}{Resultado Antes de Imposto_t}$
8	ΔROE	Varição do <i>Return On Equity</i>	$\Delta ROE = \frac{\Delta NI - ROE_t \times \Delta CR \times RWAs}{BV_t + \Delta CR \times RWAs}$
9	ΔNI	Varição do Resultado Líquido	$\Delta NI = NI_{t+1} - NI_t$

10	EXp	Valor dos ganhos adicionais necessários	$EXp = \Delta CR \times RWAs \times [ROE_t - r_d \times (1 - t)]$
11	$\Delta Nlinc$	Variação da Receita de Juros Líquida	$\Delta Nlinc = \alpha \times L_t \times (1 - t)$
12	L_t	Valor Total dos Empréstimos no nível estacionário corrente	Obtido diretamente do Balanço (Clientes)
13	α	Incremento da taxa de juro média cobrada pelos empréstimos	$\alpha = \Delta CR \times \frac{RWAs}{L_t} \times \left(\frac{ROE_t}{1 - t} - r_d \right)$
14	β	Variação percentual das receitas de juros	$\beta = \frac{EXp}{linc_t \cdot (1 - t)}$
15	$linc_t$	Juros e Proveitos Equiparados	Obtido diretamente da Demonstração de Resultados (Juros e Proveitos Equiparados)
16	γ	Variação percentual das receitas provenientes de Comissões e Taxas	$\gamma = \frac{EXp}{F\&C_t \cdot (1 - t)}$
17	$F\&C_t$	Resultados de Comissões	Obtido diretamente da Demonstração de Resultados (Comissões)
18	δ	Variação percentual das despesas com o Pessoal	$\delta = \frac{EXp}{Pexp_t \cdot (1 - t)}$
19	$Pexp_t$	Custos com o Pessoal	Obtido diretamente da Demonstração de Resultados (Custos com o Pessoal)
20	ε	Variação percentual de Outras Despesas Administrativas	$\varepsilon = \frac{EXp}{OAexp_t \cdot (1 - t)}$
21	$OAexp_t$	Gastos Administrativos	Obtido diretamente da Demonstração de Resultados (Gastos Administrativos)

Tabela 5.1 – Lista das Variáveis utilizadas na Aplicação do Modelo Contabilístico de Biase (2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor.

6. Aplicação e Análise dos Resultados - O Caso da Banca Portuguesa

Um dos factores que atribui relevo ao presente estudo e, em termos gerais, aos escassos trabalhos que fazem da banca portuguesa o alvo da sua análise, é o papel determinante que a mesma desempenha no financiamento da economia nacional. Como se observa no Gráfico 6.1, em Portugal o crédito bancário concedido a Particulares não só supera largamente o valor médio concedido na Área Euro, como é o mais elevado quando comparado com os restantes Estados-Membros apresentados. O mesmo acontece no crédito concedido às sociedades não financeiras, excepto quando confrontado com Espanha.

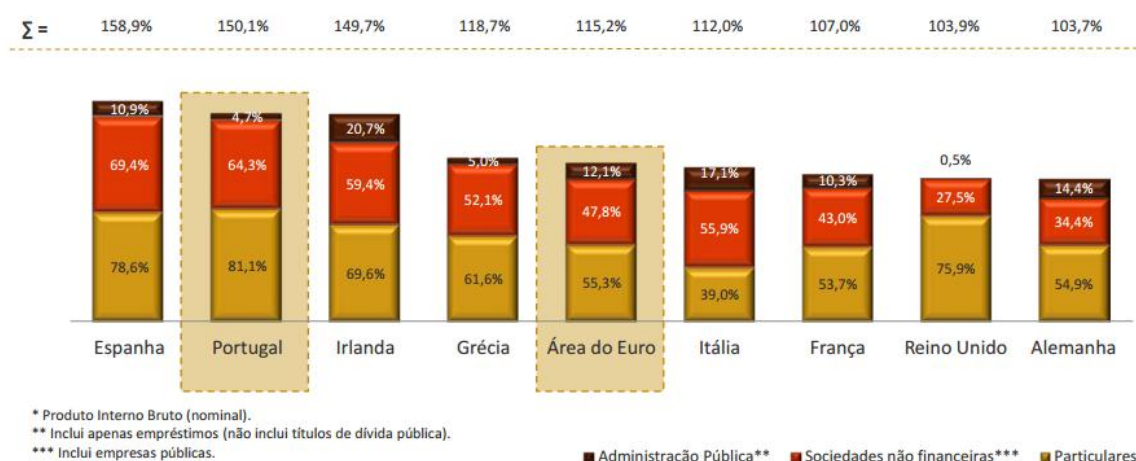


Gráfico 6.1 – Crédito concedido a particulares, a sociedades não financeiras e administração pública em percentagem do PIB*, em Portugal e noutros Estados-Membros (Dezembro de 2012)

Fonte: APB, *Overview do Sistema Bancário Português*, Abril 2013.

Apesar de não ser o Estado-Membro com maior crédito concedido em termos de percentagem do PIB, este apresenta o segundo valor mais elevado, representando cerca de 150,1% do PIB em 2012, o que claramente denuncia uma elevada dependência da economia portuguesa face ao crédito bancário. Assim, considerando os dados anteriormente discutidos, importa clarificar as razões de tal dependência, sendo por isso oportuno remontar a algumas décadas atrás e analisar acontecimentos específicos, que contribuíram para a crescente e expressiva magnitude da atividade bancária no sistema financeiro português ao longo do tempo.

O Gráfico 6.2 representa a composição do Sistema Financeiro Português e comprova o que foi acabado de referir. Através da sua observação, rapidamente se constata que os bancos detêm a maioria dos ativos financeiros, revelando a expressiva influência que os mesmos possuem no sistema financeiro nacional.

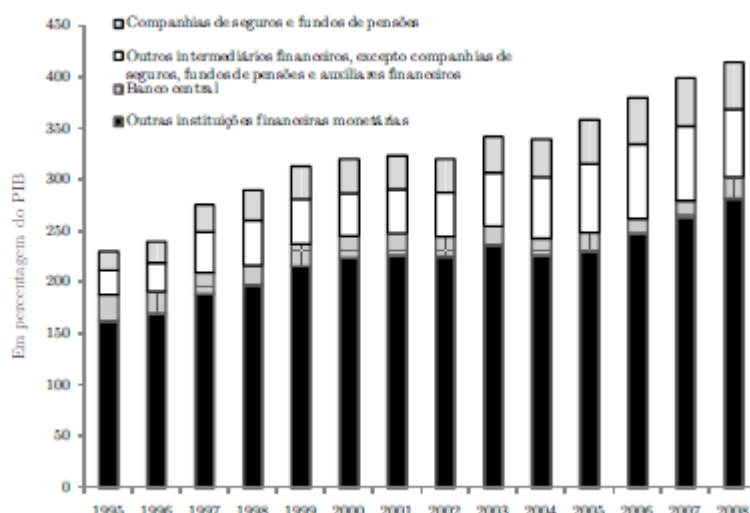


Gráfico 6.2 – Composição do Sistema Financeiro Português (Ativos Financeiros em percentagem do PIB).
 Fonte: Antão [et al.] (2009), *A economia portuguesa no contexto da integração económica, financeira e monetária*, Capítulo 7 – Integração Financeira, estruturas financeiras e as decisões das famílias e das empresas pp. 449.

Assim, o estudo dos principais grupos bancários portugueses, do seu contexto, dos condicionalismos a que estão expostos, bem como dos desafios que enfrentam, pode permitir antever possíveis direções futuras do seu modelo de negócio, as quais, inevitavelmente, trarão sérias consequências para a economia nacional.

Com o intuito de se alargar o entendimento relativamente aos comportamentos, processos e, em certa medida, às próprias estratégias adoptadas pelos grupos bancários estudados, importa analisar sucintamente os acontecimentos políticos e económico-financeiros, cuja ocorrência, no passado, conduziu à emergência dos desafios com os quais, atualmente, o sistema bancário nacional se defronta.

Para tal, Costa (2012), Governador do Banco de Portugal, aquando da sua intervenção no Fórum na Área Financeira acerca do “Sistema Financeiro Português e o Papel do Banco de Portugal”,¹⁸² referiu que os factos supramencionados tiveram diferentes expressões em três períodos distintos, contudo é possível identificar-se um

¹⁸² Em Macau a 10 de Outubro de 2012.

quarto período temporal cujos acontecimentos são, em parte, resultado da combinação de efeitos desses eventos ao longo das últimas três décadas. Com o intuito de clarificar a relação entre os acontecimentos passados e os desafios atuais com que o nosso sistema bancário e a própria economia se deparam, construiu-se a linha cronológica presente na Figura 6.1,¹⁸³ a qual constitui simultaneamente o nosso ponto de partida e chegada.

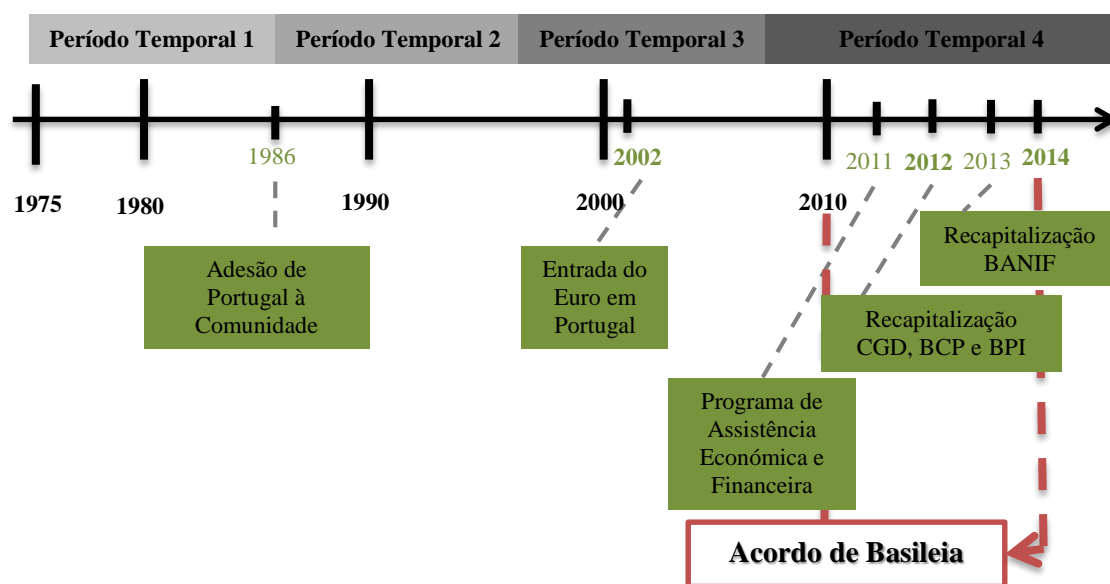


Figura 6.1 - Os mais recentes marcos históricos do sistema bancário português.
Fonte: Elaboração do próprio autor.

O primeiro período temporal identificado por Costa (2012) na história recente do sistema bancário nacional situa-se entre meados dos anos 70 e meados dos anos 80. Neste período, o sistema bancário português era quase totalmente detido pelo Estado e a atividade financeira, incluindo os fluxos de capital com o exterior, estava fortemente condicionada por rígidas restrições regulamentares, tendo mesmo sido estabelecido limites quantitativos ao crédito a conceder ao sector privado e as taxas cobradas fixadas administrativamente.

No entanto, com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, desencadeiam-se fortes transformações no sistema bancário nacional, até então muito pouco desenvolvido, motivadas pela rápida liberalização e integração

¹⁸³ Dada a sua dimensão, a linha cronológica encontra-se na página seguinte isoladamente.

económico-financeira. Neste período, entre 1986 e meados dos anos 90, o sistema bancário português deixa de operar apenas no seu mercado doméstico e passa a operar num mercado mais alargado – o mercado europeu. O aumento da dimensão do mercado a servir trouxe aos bancos portugueses um acréscimo significativo da concorrência, tendo estes respondido adoptando medidas de racionalização da oferta bancária, assim como encetando processos de concentração, com o intuito de, através destes, ganhar dimensão e, conseqüentemente, vantagem competitiva. Em resultado destes processos, resultou, em 2000, o domínio do sistema bancário por parte de 5 grupos bancários: BCP, BES, BPI, CGD e BST, domínio esse que, tal como se observa na Tabela 6.1, ainda se mantém atualmente.¹⁸⁴

Banco	Ativo		Crédito a Clientes		Recursos Captados		Capital Próprio		Resultado Líquido	
	Valor (milhares de €)		Valor (milhares de €)		Valor (milhares de €)		Valor (milhares de €)		Valor (milhares de €)	
CGD	116 856 502	1º	74 713 101	1º	83 647 435	1º	7 280 046	2º	(394 715)	4º
BCP	89 744 039	2º	62 618 235	2º	64 655 626	2º	4 000 188	3º	(1 219 053)	6º
BES	83 690 828	3º	47 706 392	3º	50 522 301	3º	7 732 744	1º	96 101	3º
BPI	44 564 581	4º	27 345 473	4º	31 460 478	4º	2 060 644	5º	249 135	2º
Santander Totta	41 400 311	5º	26 942 387	5º	27 444 405	5º	2 767 349	4º	250 198	1º
BANIF	13 992 293	6º	9 815 981	6º	11 243 615	6º	376 156	6º	(576 353)	5º
Total	390 248 554		249 141 569		268 973 860		24 217 127		(1 594 687)	

Sistema Bancário	497 532 541	314 839 474	368 844 625	33 235 115	(1 171 782)
------------------	-------------	-------------	-------------	------------	-------------

Representação Total do Sistema Bancário	78,44%	79,13%	72,92%	72,87%	73,48%
---	--------	--------	--------	--------	--------

Tabela 6.1 – Posição Ordinal das Instituições Bancárias em Dezembro de 2012

Fonte: Relatórios e Contas dos 6 grupos bancários e Banco de Portugal.

Além dos movimentos de concentração, a entrada para a CEE revolucionou as condições normais de financiamento dos portugueses, facilitando o seu acesso e reduzindo significativamente o seu custo, o que culminou numa forte expansão do crédito. Perante tais condições de financiamento, o crédito para bens duradouros, como a aquisição de habitações por parte das famílias, deflagrou a um ritmo galopante, como observável no Gráfico 6.3. Contudo, a expansão “exponencial” do crédito não foi apenas motivada pelas necessidades de consumo das famílias, também as empresas

¹⁸⁴ A elevada concentração do sistema bancário português foi uma das razões que justificou a composição da nossa amostra, tal como já referido.

procuraram aproveitar as condições favoráveis de crédito que estavam a ser praticadas para se financiar, tendo, à semelhança das famílias portuguesas, acumulado um elevado endividamento.

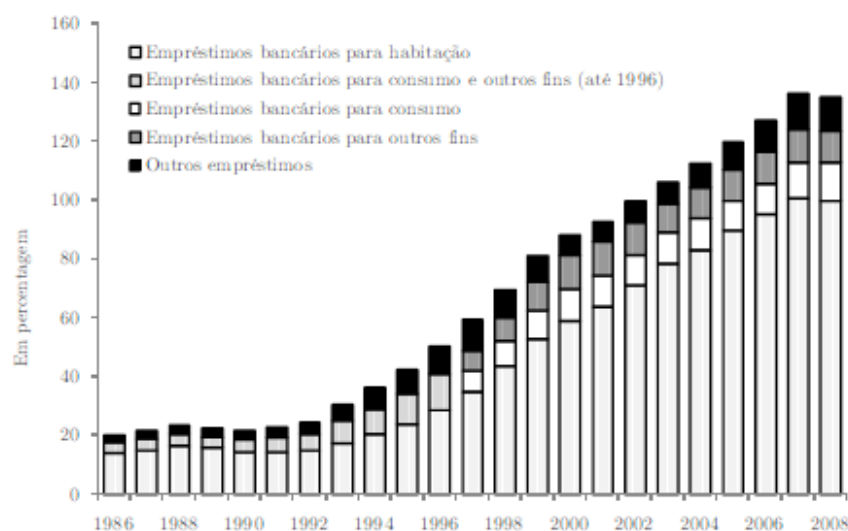


Gráfico 6.3- Composição das Responsabilidades Financeiras das Famílias em % do Rendimento Disponível
 Fonte: Antão [et al.] (2009), “A economia portuguesa no contexto da integração económica, financeira e monetária”, Capítulo 7 – Integração Financeira, estruturas financeiras e as decisões das famílias e das empresas, p. 497.

Tais comportamentos de consumo resultaram, como seria de esperar, numa expansão da despesa do sector privado, que por seu turno, conduziu ao surgimento de défices da balança corrente, que foram sendo gradualmente agravados pela prossecução de políticas orçamentais insustentáveis, pela ausência de uma política macroprudencial e pela complacência dos mercados financeiros internacionais (Costa, 2012).

O terceiro período identificado por Costa (2012), compreendido entre meados dos anos 90 e a eclosão da crise financeira global, integra a materialização do projeto europeu – a criação de uma União Económica e Monetária, com a respectiva adopção do euro. As condições de financiamento extremamente facilitadoras, praticadas neste período e herdadas de períodos anteriores, acompanhadas por uma política orçamental pouco sustentável contribuíram para uma sucessiva acumulação de desequilíbrios e para camuflar sérias disparidades entre Estados-Membros.

Neste contexto, tal como constatável pela observação do Gráfico 6.2, o sistema bancário português foi o principal intermediário financeiro, financiando as famílias, as

empresas e o próprio sector público através dos mercados financeiros internacionais a que acedia.

Evolução do crédito (Dez. 2001=100)**

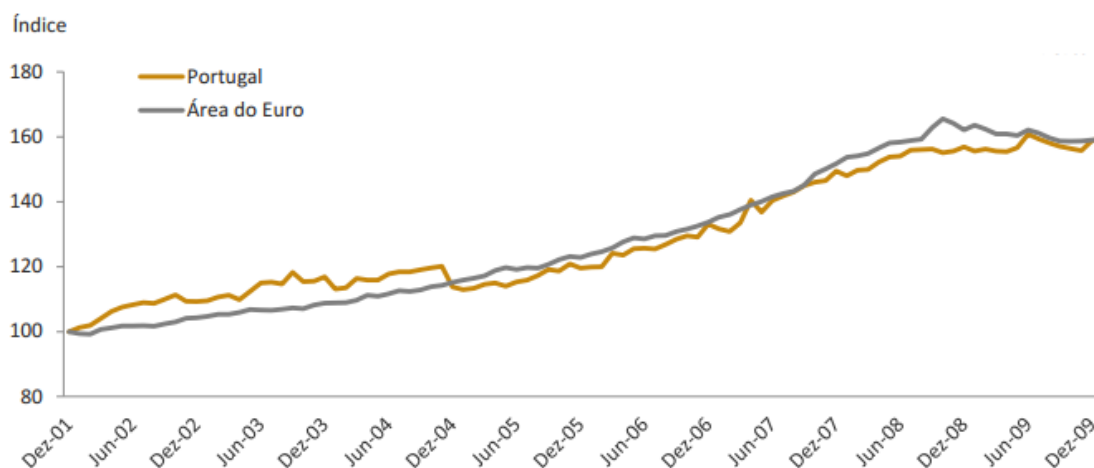


Gráfico 6.4 - Crédito concedido pelo sistema bancário português de 2001 a 2009.

Fonte: APB, *X Fórum da Banca – Banca, Supervisão e Financiamento da Economia*, Novembro 2012.

O expressivo endividamento destes agentes foi alimentado pela elevada alavancagem que a banca portuguesa assumiu, como comprovável pela observação do Gráfico 6.5, colocando-a numa posição de grande e arriscada dependência relativamente ao financiamento junto dos mercados grossistas.

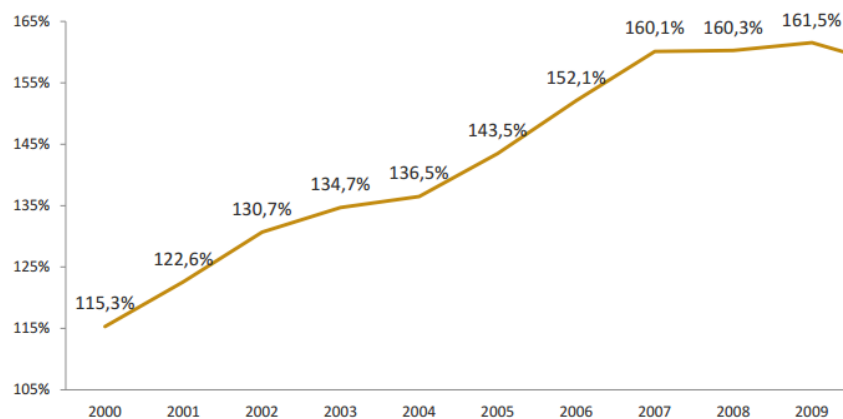


Gráfico 6.5 - Rácio de Transformação¹⁸⁵ do Sistema Bancário Português 2000-2009

Fonte: APB, *Overview do Sistema Bancário Português*, Abril 2013.

¹⁸⁵ Rácio Crédito/Recursos de Clientes, em base consolidada.

A eclosão da crise financeira global marca em simultâneo o fim deste período e o início de outro cujo término ainda é difícil de prever. Apesar dos gigantescos danos provocados pela crise do *Subprime*, descritos no Capítulo 3, é importante referir que os bancos portugueses demonstraram uma forte resiliência na fase inicial da mesma, quando comparados com os sistemas bancários do norte da Europa, como evidenciado no Gráfico 6.6, pelo reduzido recurso ao apoio estatal empreendido pelo sistema financeiro português entre 2008-2010.

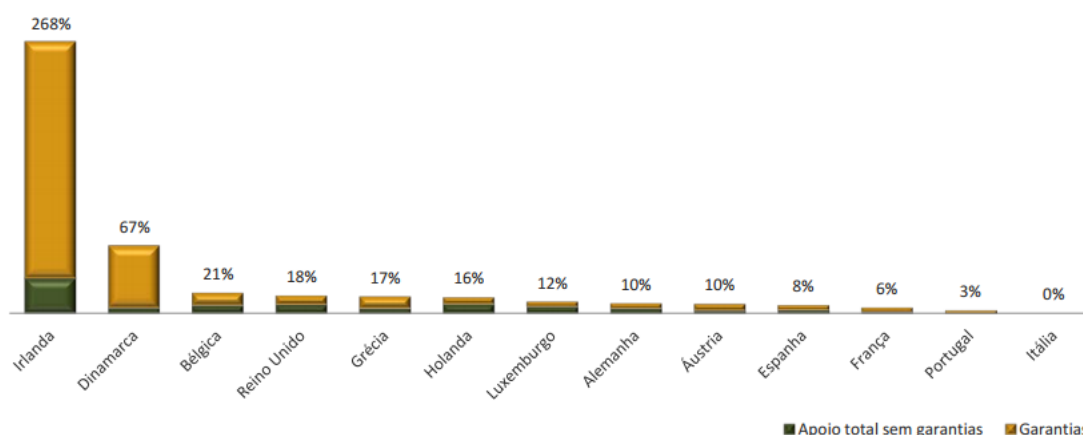


Gráfico 6.6 – Apoio estatal ao sector financeiro em percentagem do PIB no período 2008-2010
 Fonte: APB, X Fórum da Banca – Banca, Supervisão e Financiamento da Economia, Novembro 2012.

Tal resistência pode ser em grande parte explicada pela fraca exposição a ativos tóxicos da nossa banca e pela ausência de uma bolha imobiliária na economia portuguesa (Costa, 2012).

Contudo, essa forte resiliência inicialmente demonstrada pelo sistema bancário português foi sendo gradualmente abalada à medida que a atenção dos investidores se foi voltando para os desequilíbrios macroeconómicos evidenciados pelas economias periféricas da Área Euro, das quais Portugal faz parte. O clima de desconfiança que vigorou neste período tornou os investidores mais avessos ao risco e mais exigentes na leitura do mercado, o que contribuiu para que incongruências e fragilidades no modelo de governo da união monetária fossem identificadas e, se assistisse a dois fenómenos em simultâneo: ao agravamento das desigualdades entre estados soberanos e sistemas bancários nacionais, em termos de condições de acesso aos mercados financeiros internacionais e ao desaparecimento do mercado interbancário da Área Euro.

Os desequilíbrios que no período anterior haviam sido camuflados e a sua importância relativizada ganharam ênfase com a transmissão da crise dos EUA para a Europa, transformando a União Europeia “(...)numa união monetária heterogénea, com diferenciação acentuada entre países da zona euro nas condições de acesso ao financiamento e uma crescente dificuldade na transmissão da política monetária convencional do Eurosistema.”(Costa, 2012).

O nosso alavancado sistema bancário foi fortemente penalizado pelo mercado, devido à incerteza percebida pelos investidores relativamente à sustentabilidade do endividamento da economia portuguesa; pois o frágil crescimento do produto potencial associado à trajetória ascendente do seu endividamento externo avolumou as dúvidas relativamente à capacidade Portugal cumprir as responsabilidades financeiras assumidas. Tais dúvidas, no mercado, tangibilizaram-se em *downgrades* sucessivos do *rating* da dívida soberana portuguesa, o que por sua vez conduziu ao forte crescimento dos empréstimos ao sector público, como demonstra o Gráfico 6.7.

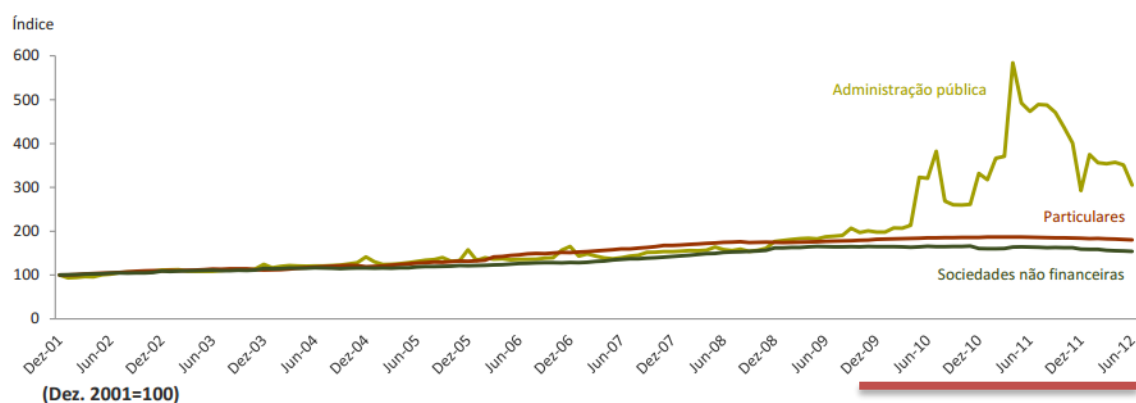


Gráfico 6.7 – Evolução do crédito concedido por sector (2001-2012)

Fonte: APB, *X Fórum da Banca – Banca, Supervisão e Financiamento da Economia*, Novembro 2012.

Por seu turno, a elevada dependência do sistema bancário ao financiamento externo colocou-o exposto a condições de financiamento significativamente desfavoráveis, tendo sido gradualmente afastado do mercado financeiro internacional. Tal situação levou a que o sistema bancário nacional “substituisse” os recursos provenientes dos mercados financeiros pelo financiamento junto do Eurosistema, uma vez que não dispunha de outras alternativas viáveis de financiamento.

A debilidade das finanças públicas e o fraco potencial económico da economia portuguesa, percepcionada pelos mercados, levou a que a crise da dívida soberana fosse assim também transmitida ao sistema bancário nacional e, perante tal perturbação económica e financeira, Portugal, a 7 de Abril de 2011, pediu oficialmente assistência financeira à União Europeia, aos Estados-Membros e ao Fundo Monetário Internacional.

O Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica, também designado por Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), é constituído por um conjunto de medidas legislativas direccionadas para as finanças públicas, a estabilidade financeira e a competitividade, a adoptar ao longo dos 3 anos da duração do programa. Este tem como objectivo restaurar a capacidade de financiamento quer da República, quer do sistema bancário nacional, junto dos mercados financeiros internacionais, reduzindo assim a sua dependência relativamente ao financiamento junto do Eurosistema.

No que concerne ao sistema bancário nacional, o PAEF (FMI, 2011) estabeleceu, como uma das suas principais prioridades, a promoção de um processo gradual e equilibrado de desalavancagem do mesmo, acompanhado do respectivo reforço da solvabilidade das entidades bancárias que dele fazem parte, arguindo que tal não deve comprometer o financiamento dos sectores mais produtivos da economia portuguesa. O carácter urgente, que foi atribuído ao objectivo de redução da alavancagem por parte do sistema bancário nacional, deveu-se à necessidade de mitigar os desequilíbrios de financiamento evidenciados por este, de modo a reduzir a sua elevada dependência relativamente aos recursos do Eurosistema. Para tal, foi estabelecida uma meta de 120 % para o rácio de transformação a apresentar em 2014.

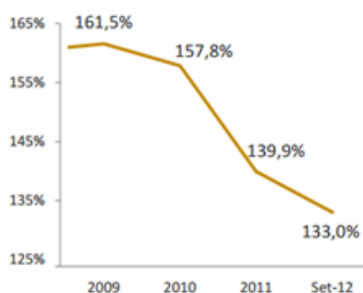


Gráfico 6.8 - Rácio de Transformação do Sistema Bancário Português 2009-2012
Fonte: APB, *Overview do Sistema Bancário Português*, Abril 2013.

Da observação do Gráfico 6.8, constata-se que os esforços de desalavancagem¹⁸⁶ empreendidos pelo sistema bancário nacional demonstram o seu sério alinhamento no cumprimento da meta estabelecida para 2014.

O PAEF assume ainda como objectivos: (i) assegurar a liquidez, (ii) maior acompanhamento do sistema bancário, (iii) alinhamento das instituições bancárias para o cumprimento das novas disposições de capital internacionais e, (iv) desenvolvimento de planos de financiamento e capital.

Com o intuito de garantir a liquidez necessária ao sistema bancário nacional, o PAEF determinou o reforço dos ativos disponíveis como colateral e a possibilidade de emissão de obrigações com garantia estatal até ao montante global máximo de 35 mil milhões de euros.

Dada a dimensão dos desafios com os quais o nosso sistema bancário se defronta e as ambiciosas metas cujo cumprimento está obrigado, o PAEF estipula um acompanhamento do sistema bancário mais próximo, de modo a não só seguir a sua evolução, mas também a credibilizar o mesmo. Para tal, definiu os termos do “Programa Especial de Inspeções ON-SITE”, o qual visa essencialmente comprovar junto dos mercados a resiliência do sistema bancário nacional através: da análise das carteiras de crédito, de modo a confirmar o grau de adequabilidade dos níveis de imparidade reconhecidos, assim como dos modelos de determinação de imparidade e das políticas e procedimentos adoptados; da revisão do processo de determinação dos requisitos de fundos próprios relativamente ao risco de crédito; e da aprovação das metodologias e dos parâmetros adoptados nos exercícios de “*stress-test*” que se realizam ao abrigo deste programa.

Como o cumprimento das novas disposições internacionais de capital exige o reforço qualitativo e quantitativo dos fundos próprios dos bancos e, o processo de ajustamento pelo qual a economia portuguesa está atravessar ocasiona desafios adicionais¹⁸⁷ para a banca, nomeadamente o empolamento dos riscos de crédito e de mercado, o PAEF reconhece a necessidade de planear cuidadosamente o modo como o

¹⁸⁶ Na análise das Demonstrações Financeiras dos grupos bancários que compõem a nossa amostra avalia-se como este processo de desalavancagem foi por estes conduzido.

¹⁸⁷ Para além dos relacionados com as questões de financiamento.

reforço de capital será conduzido pelos bancos. Assim, o PAEF determinou que os oito principais grupos bancários¹⁸⁸ estão obrigados a elaborar trimestralmente Planos de Financiamento e Capital de médio prazo até 2015, nos quais devem constar informações relativas às medidas de desalavancagem adoptadas e às estratégias de cumprimento das novas exigências de capital.¹⁸⁹ Contudo, o mesmo prevê que se os bancos portugueses não conseguirem, através de soluções privadas de mercado, cumprir as metas estipuladas, estes podem recorrer ao fundo de apoio à recapitalização dos bancos, no montante global de 12 mil milhões de euros.

A 8 de Dezembro de 2011, em resultado do exercício dos “*stress-test*” realizados aos oito grupos bancários já referidos, a Autoridade Bancária Europeia (ABE) recomendou aos mesmos o reforço dos seus níveis de capital de modo a assegurarem, até 30 de Junho de 2012, o cumprimento de um Rácio *Core Tier1* de 9%. O exercício do “*stress-test*” identificou necessidades de reforço do capital *Core Tier1* na ordem dos 6,950 mil milhões de euros, nos quais 3,718 mil milhões de euros resultaram da avaliação a preços de mercado das exposições a dívida soberana, com base nos valores referentes a 30 de Setembro de 2011, e o remanescente (3,232 mil milhões de euros) constituiu a necessidade de reforço identificada para o cumprimento do objectivo fixado pela ABE (Rácio *Core Tier1* de 9%).

Apesar dos esforços empreendidos pelos bancos nacionais, alguns grupos bancários¹⁹⁰ não foram capazes de cumprir as novas exigências de capital recorrendo apenas a soluções de mercado, tendo por isso necessitado de recorrer ao Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas.¹⁹¹

O Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas encontra-se regulado segundo a Lei n.º63-A/2008, de 24 de Novembro e, de acordo com as recomendações da Comissão Europeia nesta matéria, o regime de capitalização

¹⁸⁸ Banco Comercial Português (BCP), Banco Português de Investimento (BPI), Caixa Geral de Depósitos (CGD), Espírito Santo Financial Group (ESFG), Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), Santander Totta (BST), Rentipar Financeira (BANIF) e Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM). Estes representam cerca de 80% do sistema bancário nacional.

¹⁸⁹ As estratégias de cumprimento das novas exigências de capital devem preferencialmente recorrer a soluções privadas de mercado.

¹⁹⁰ As operações de recapitalização que foram executadas serão tratadas em maior detalhe aquando da análise do cumprimento dos novos requisitos de Basileia por cada grupo bancário que compõe a amostra.

¹⁹¹ A primeira vez em que este programa foi acionado foi em Junho de 2012 relativamente aos processos de recapitalização da CGD, BCP e BPI.

pública português é de carácter temporário, possui uma natureza subsidiária face ao reforço de capitais a realizar pelos accionistas e envolve o compromisso das instituições de crédito beneficiárias para o reforço da sua capitalização via soluções de mercado.

Segundo a Lei n.º63-A/2008, de 24 de Novembro, podem recorrer a operações de capitalização com recurso a investimento público todas as instituições de crédito sediadas em Portugal que “a) (...) reúnam adequadas condições de solidez e solvência aferidas de acordo com a legislação aplicável; b) A participação no plano de recuperação e saneamento de instituição de crédito que, (...) apresentem, ou mostrem risco de apresentar, um nível de fundos próprios, solvabilidade ou liquidez inferior ao mínimo legal.” (República, 2008).¹⁹²

Os procedimentos subjacentes às operações de recapitalização previstas pela Lei n.º63-A/2008, de 24 de Novembro encontram-se regulamentados pela Portaria n.º150-A/2012, de 17 de Maio. Esta define os termos e as condições quer do investimento, quer do desinvestimento público, incluindo os termos que devem constar no Plano de Recapitalização a submeter pela instituição de crédito (artigo 2.º), o limiar a partir do qual o Estado pode exercer os direitos de voto inerentes à sua participação (artigo 3.º), as modalidades de capitalização – via aquisição ou subscrição de acções (artigo 4.º) ou via subscrição de outros instrumentos financeiros (artigo 5.º), os termos da remuneração do investimento público consoante a modalidade (artigo 6.º e 7.º), a definição de incumprimento materialmente relevante e as suas implicações (artigo 11.º), a obrigatoriedade de atualização do plano de recapitalização (artigo 13.º) e o dever de informação (artigo 15.º).¹⁹³

De modo a ilustrar os termos referidos pela legislação anterior, apresentam-se as principais características que as operações de recapitalização realizadas ao abrigo do Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas, em Junho de 2012, evidenciaram:

¹⁹² Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, artigo 2º, n.º1. Articulado com este regime está um outro regime que possibilita às instituições de crédito o acesso a garantias pessoais do Estado nos termos da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro.

¹⁹³ A Portaria n.º150-A/2012, de 17 de Maio regula ainda outras questões, contudo dado o carácter secundário do seu conteúdo, decidiu-se apenas destacar as mais relevantes para a caracterização das operações de recapitalização públicas portuguesas.

Modalidade de Capitalização	Emissão de instrumentos híbridos qualificados como Capital <i>Core Tier 1</i> , a serem subscritos pela República Portuguesa.
Maturidade	<u>5 Anos</u> (Os títulos são perpétuos, sem data de vencimento, salvo se adquiridos pelo Emitente ou convertidos).
Rácio de Conversão	1:1 (1 ação especial : 1 ação ordinária)
Remuneração do Investimento Público	Dividendo Prioritário (artigo 6.º, n.ºs 1,2,3)
Dividendo Prioritário¹⁹⁴	8,5% ¹⁹⁵
Direitos de Voto	São iguais ao número de votos que seriam atribuídos caso fossem convertidos em ações ordinárias. ¹⁹⁶
Opção de Compra do Emitente	O emitente pode a qualquer momento optar por adquirir, parte ou a totalidade, dos instrumentos híbridos em circulação, pelo respectivo valor do capital em dívida, acrescido de quaisquer juros vencidos mas não pagos sobre os mesmos.

Tabela 6.2 – Principais Características das operações de capitalização das instituições de crédito portuguesas com recurso a investimento público.

Fonte: Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, a Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio e os Despachos n.º 8840-A/2012, n.º 8840-B/2012 e n.º 8840-C/2012.

Contudo, para além dos termos acima definidos, as operações de recapitalização realizadas por alguns grupos bancários implicaram ainda a assunção de outros compromissos e condicionalismos, tal como se pode observar na Tabela 6.3.

Portaria e decisão da Comissão Europeia	Proibição de recompra de instrumentos híbridos ou de dívida subordinada, sem a devida autorização do Ministério das Finanças.
	Proibição do pagamento de cupões e juros relativos a instrumentos híbridos de dívida subordinada, quando não exista, em termos legais, obrigação de realizar tal pagamento.

¹⁹⁴ De acordo com o artigo 7.º - Remuneração do Investimento público por via de outros instrumentos financeiros, o valor médio mínimo da remuneração do Estado durante o período do investimento público deverá situar-se no intervalo compreendido entre os 7% e os 9,3%, consoante os instrumentos subscritos se aproximem menos ou mais da natureza própria das ações ordinárias. Esta remuneração mínima é acrescida em 25 pontos base por ano nos primeiros dois anos subsequentes ao ano de realização desta operação e em 50 pontos base por cada ano adicional em que este investimento se mantenha. Caso o pagamento em numerário da remuneração referida implicar o incumprimento dos níveis mínimos de fundos próprios, a instituição de crédito pode fazê-lo em espécie através da entrega de novas ações ordinárias, sendo o valor das ações a entregar determinado por despacho do membro do Governo responsável pelas finanças.

¹⁹⁵ Taxa de juro efetiva anual: 8,5% por ano para o primeiro ano, 8,75% por ano para o segundo ano, 9% por ano para o terceiro ano, 9,5% por ano para o quarto ano e 10% por ano para o quinto ano.

¹⁹⁶ O Estado, enquanto titular de instrumentos híbridos de capital e/ou ações ordinárias, não se encontra sujeito às restrições que limitam os direitos de voto devido à detenção de uma participação superior a uma determinada percentagem dos direitos de voto do emitente.

	Proibição de adquirir participações sociais noutras sociedades, excepto se tiver consentimento prévio da Comissão Europeia, do Ministro das Finanças e do Banco de Portugal.
Gestão e Governo da Sociedade	Nomeação de um membro para o órgão de fiscalização que estará presente nas comissões de auditoria, gestão do risco e remuneração da instituição de crédito em causa.
	O Ministério das Finanças tem a capacidade de limitar a afectação, pelo banco, de recursos financeiros adicionais a atividades que não correspondam á concessão de crédito.
	O banco tem de contribuir para o financiamento da economia, nomeadamente famílias e PME's, sobretudo as pertencentes a sectores de bens e serviços transacionáveis.
Mecanismos de Mercado	A instituição de crédito tem de aplicar pelo menos 30 milhões de euros por ano num fundo que investirá em participações sociais em PME's e em sociedades com nível de capitalização médio, sendo a participação no fundo detida por esta. O incumprimento desta disposição implica a transferência dos fundos devidos para o Tesouro.

Condições Adicionais da Recapitalização

Tabela 6.3 – Condições Adicionais da Recapitalização com recurso a investimento público.

Fonte: Lei n.º63-A/2008, de 24 de Novembro, a Portaria n.º150-A/2012, de 17 de Maio e os Despachos n.º 8840-A/2012, n.º 8840-B/2012 e n.º 8840-C/2012.

As medidas direccionadas para o sistema bancário nacional, que constam no PAEF, materializaram-se numa redução sustentada do nível de risco dos ativos detidos pelos bancos portugueses, que associada ao exercício de recapitalização realizado em 2012, permitiu à banca portuguesa não só cumprir o requisito mínimo relativo ao Rácio *Core Tier1*, mas superá-lo, tal como observável no Gráfico 6.9.

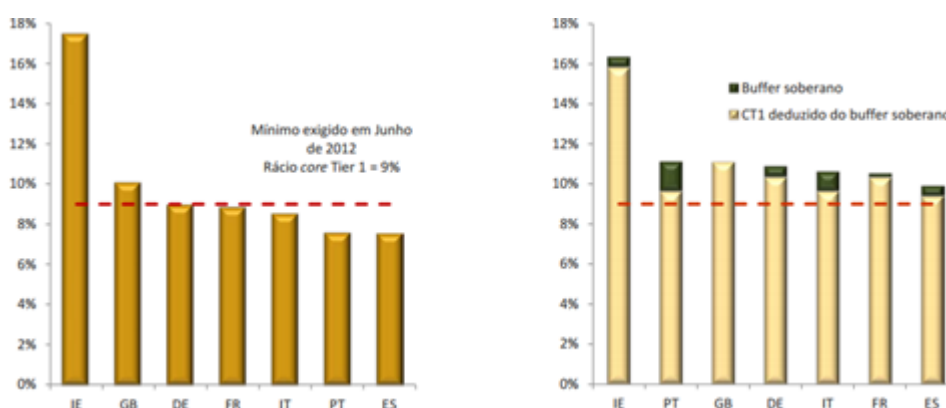


Gráfico 6.9 – Rácio *Core Tier 1* a 30-09-2011 e o Rácio *Core Tier1* a 30-06-2012

Fonte: APB, *Overview do Sistema Bancário Português*, Abril 2013.

Ainda relativamente à caracterização da evolução recente do sistema bancário nacional, importa referir que, tal como estipulado pelo PAEF, a banca portuguesa tem

vindo a reduzir a sua dependência face ao financiamento junto do Eurosistema como demonstrado pelo Gráfico 6.10.

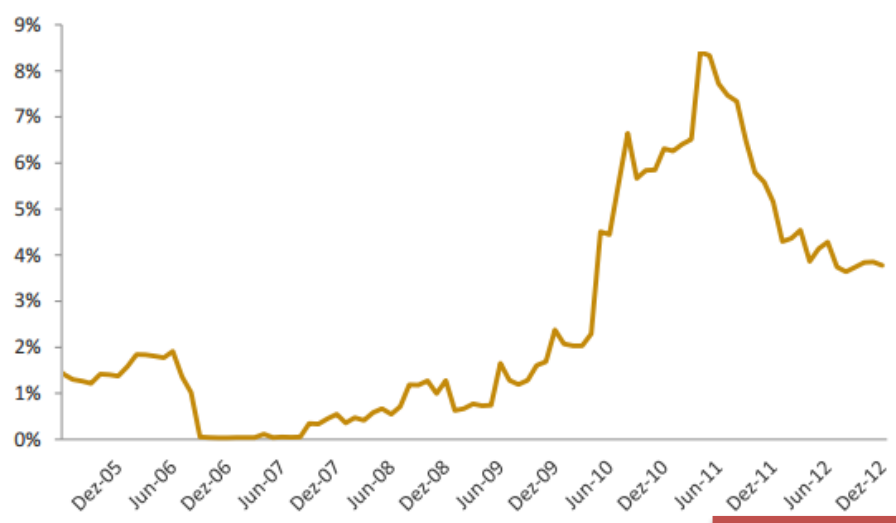


Gráfico 6.10 – Quota (%) representativa do recurso dos bancos portugueses às operações de cedência de liquidez do BCE

Fonte: APB, *Overview do Sistema Bancário Português*, Abril 2013.

A estrutura de financiamento do sistema bancário nacional ilustra claramente a grande importância que os depósitos de clientes possuem na mesma, como à semelhança de outros países europeus. Tal, demonstra bem a postura determinada da banca portuguesa em captar os recursos de que necessita através de soluções privadas de mercado, contudo espelha também as operações de recapitalização pública de que beneficiou.

Apesar dos sinais de melhoria evidenciados pelos dados anteriormente apresentados, a rentabilidade da banca portuguesa deteriorou-se significativamente a partir de 2010, como observável pela evolução do Resultado Líquido do Sistema Bancário ilustrada no Gráfico 6.11. A deterioração assinalável da rentabilidade da banca nacional deveu-se aos efeitos da desalavancagem empreendida pelos seus elementos, ao “achatamento” das margens financeiras, ao reforço de provisões e imparidades,¹⁹⁷ ao aumento do custo de capital, ao agravamento da carga fiscal e aos custos resultantes do cumprimento das novas regras regulatórias de capital, que estão em alinhamento com o definido pelo Acordo de Basileia III.

¹⁹⁷ Decorrente da acentuada deterioração da qualidade do crédito, verificando-se um aumento significativo do incumprimento e do crédito em risco entre 2010 e 2012.

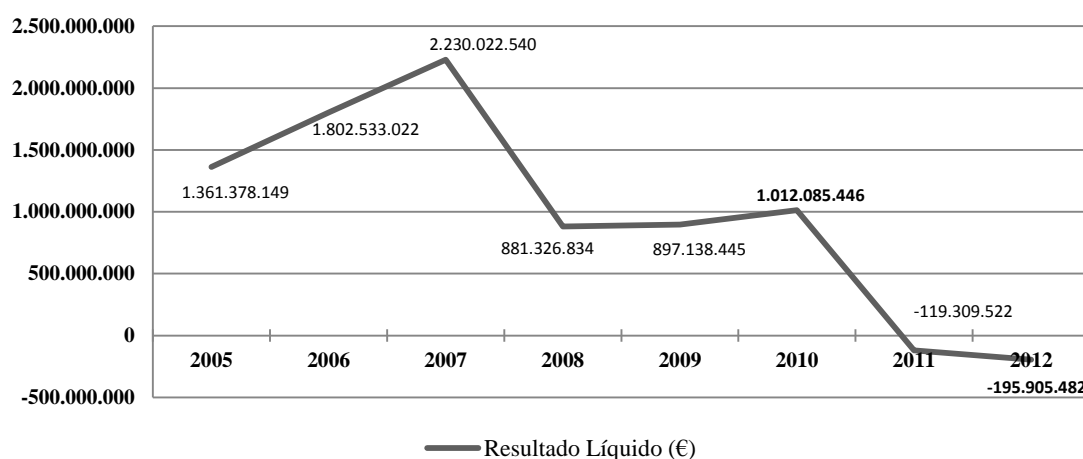


Gráfico 6.11 – Evolução do Resultado Líquido do sistema Bancário de 2005-2012.

Fonte: Elaboração do Próprio autor com base em dados do Banco de Portugal.

O reforço das fontes de financiamento estáveis, a necessidade de deter ativos de maior qualidade, o controlo assertivo das imparidades e a redução da estrutura de custos constituem questões centrais na gestão atual do negócio bancário. Considerando tudo o que foi referido, facilmente se depreende que o modelo de negócio tradicional da banca portuguesa, assente na concessão de crédito, está a sofrer alterações, tal como evidenciado pela tendência decrescente demonstrada pela mesma no Gráfico 6.12.

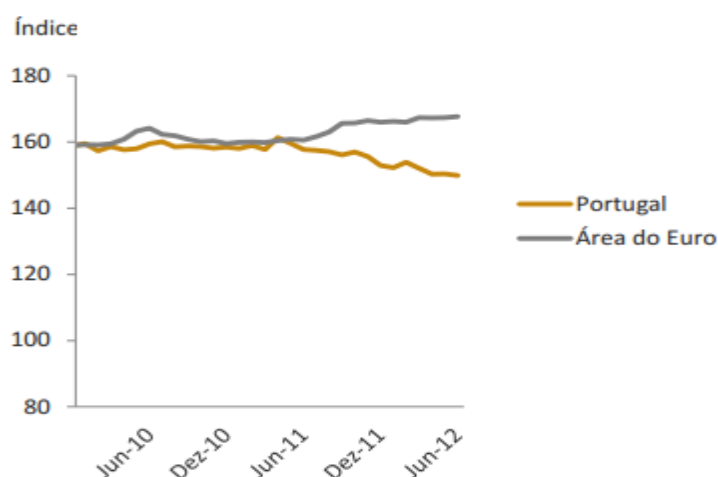


Gráfico 6.12 - Evolução do Crédito concedido pelos bancos portugueses

Fonte: APB, X Fórum da Banca – Banca, Supervisão e Financiamento da Economia, Novembro 2012.

Assim sendo, importa perceber como os principais grupos bancários se adaptaram às condições anteriormente descritas, antes e após o episódio de crise, e como estão a responder à nova regulação de capital, o Acordo de Basileia III. Tal

análise é realizada a seguir, sendo denominada por Fase I - Análise das Demonstrações Financeiras da CGD, BCP, BES, BPI, BST e BANIF.

Uma vez que requisitos de capital mais elevados implicam maiores custos de cumprimento, através da aplicação do Modelo Contabilístico de Biase procurou perceber-se em que medida esse aumento de custo pode elevar o *spread* de crédito praticado por cada grupo bancário. Em complemento, estudaram-se estratégias alternativas ao aumento do *spread* de crédito, passíveis de ser implementadas de modo a compensar os custos de cumprimento dos novos requisitos de capital, nomeadamente: o aumento das receitas provenientes de Juros ou Comissões e a redução de despesas com o Pessoal ou Outras Despesas Administrativas. A análise dos resultados da aplicação do modelo referido é apresentada no subcapítulo designado por Fase II - Aplicação e Discussão dos Resultados do Modelo Contabilístico de Biase.

Por fim, para concluir a Análise Empírica, discute-se as principais alterações do modelo de negócio de cada grupo bancário, as quais se preveem estar, como é expectável, alinhadas com as tendências evidenciadas pelo sistema bancário nacional. Esta última investigação constitui a Fase III da nossa análise denominada por Implicações sobre o Modelo de Negócio.

6.1.Fase I – Análise das Demonstrações Financeiras CGD, BCP, BES, BPI, BST e BANIF

Na Fase I – Análise das Demonstrações Financeiras será analisada a informação financeira dos seis grupos bancários que compõem a nossa amostra – CGD, BCP, BES, BPI, BST e BANIF, entre 2005 e 2012.

Esta análise tem por objectivos:

- i. Compreender a evolução da composição do Ativo, do Passivo e do Capital Próprio de cada grupo bancário, de modo a identificar tendências relativamente à atividade executada, à estrutura de financiamento e de capital.
- ii. Compreender a evolução do resultado líquido, identificando-se as principais fontes de receita e de custo.
- iii. Compreender a estratégia adoptada por cada grupo bancário no cumprimento dos novos requisitos de capital.

6.1.1. Caixa Geral de Depósitos

O Grupo Bancário Caixa Geral de Depósitos é o maior¹⁹⁸ grupo do sistema bancário nacional, representa cerca de 23,5% dos Ativos Totais, 24% do Crédito concedido e 22,7% dos Recursos Captados. No entanto, em termos de Capital Próprio e Resultado Líquido gerado, este ocupa a segunda e quarta posições, respectivamente, quando comparado com os restantes grupos bancários da nossa amostra, o que evidencia algum desequilíbrio na prossecução do seu negócio. Apesar de tudo, a sua dimensão atribui-lhe poder de influenciar o sistema bancário nacional, sendo por isso relevante a análise das suas Demonstrações Financeiras, de modo a compreender a sua evolução patrimonial e o desenvolvimento da sua atividade no horizonte temporal definido.

- **Análise do Balanço 2005 a 2012 (CGD, 2005, CGD, 2006, CGD, 2007, CGD, 2008, CGD, 2009, CGD, 2010, CGD, 2011, CGD, 2012)**

Como observável no Gráfico 6.13, o Activo e o Passivo da CGD evoluíram similarmente, tendo apresentado uma evolução crescente entre 2005 e 2010. Contudo

¹⁹⁸ Segundo dados relativos a 2012, retirados do Portal de Estatística do Banco de Portugal e dos Relatórios e Contas Anuais da CGD entre 2005-2012.

em 2011 verifica-se um decréscimo com algum grau de significância. Como referido inicialmente, 2011 foi um ano particularmente difícil da economia portuguesa, uma vez que a crise da dívida soberana atingiu o nosso país e da mesma resultou uma significativa deterioração das condições de financiamento da banca nacional. Assim, as dificuldades de financiamento conjugadas com o processo de desalavancagem motivado pelo PAEF, conduziram à evolução descendente do Activo e Passivo verificadas entre 2010 e 2012.

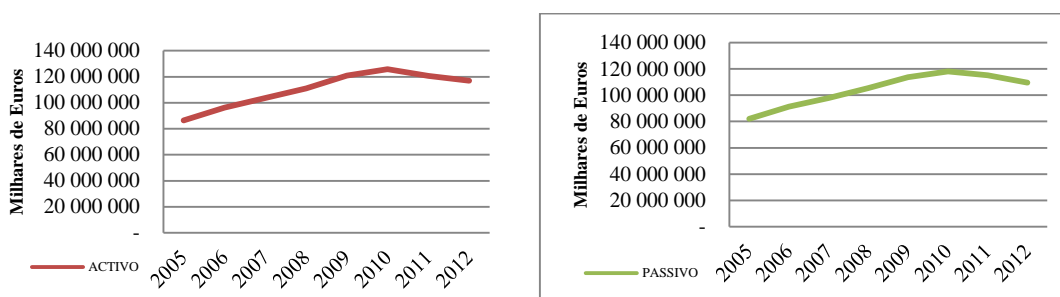


Gráfico 6.13 – Evolução do Activo e do Passivo da CGD 2005-2012.

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

Apesar da análise geral da evolução do Activo e Passivo ser importante, esta não é suficientemente explícita, pois não nos fornece informação suficiente acerca da composição do património do grupo bancário em causa, a qual nos é útil, por um lado, para identificar as principais aplicações de recursos do grupo e as principais fontes externas de financiamento das mesmas e por outro, para nos ajudar a identificar possíveis características do modelo de negócio do grupo em análise.

Ao analisarmos a Evolução da Composição do Activo da CGD, ilustrada pelo Gráfico 6.14, de imediato se destacam, em termos de significância, rubricas como os empréstimos a Clientes, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda,¹⁹⁹ a rubrica residual Outros Ativos e por último, a rubrica Aplicações em Instituições de Crédito. Contudo, uma observação mais cuidada permite-nos constatar que a evolução do Activo, neste período, deveu-se por um lado, aos desenvolvimentos positivos dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e dos Empréstimos a Clientes, destacando-se, no

¹⁹⁹ A rubrica Ativos Financeiros Disponíveis para Venda integra ativos financeiros, não derivados, que a instituição detém por tempo indeterminado, sendo no momento do seu reconhecimento inicial designados como disponíveis para venda. A título de exemplo, esta categoria pode incluir títulos como obrigações e outros títulos de rendimento fixo (de emissores públicos e/ou outros emissores), ações e outros títulos de rendimento variável.

entanto, a evolução negativa evidenciada por estes últimos a partir de 2010 e, por outro, aos decréscimos verificados nas Aplicações em Instituições de Crédito e Outros Ativos Financeiros, salientando-se a diminuição mais acentuada da primeira rubrica.

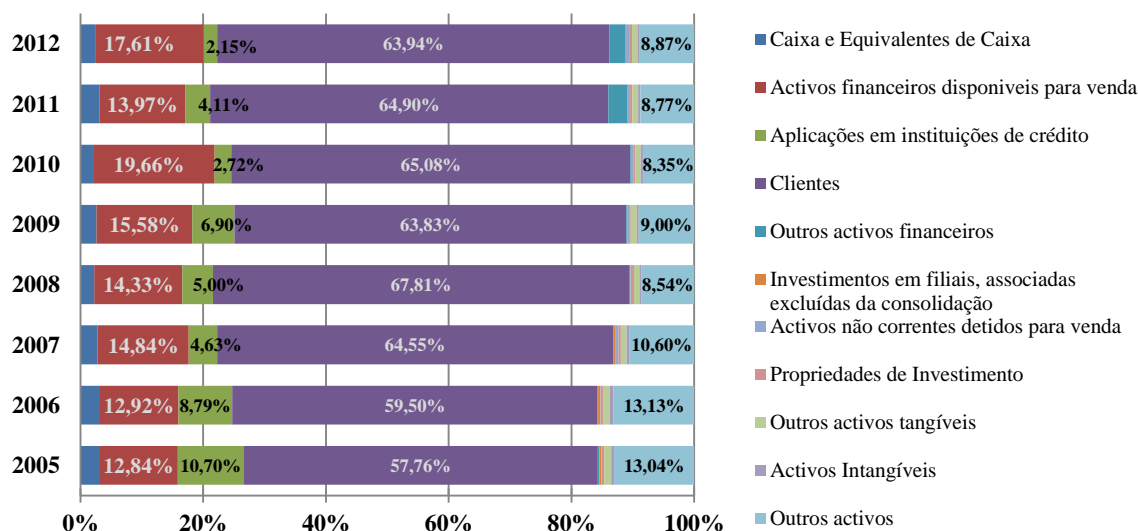


Gráfico 6.14 – Evolução da Composição do Ativo da CGD (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

A evolução negativa evidenciada pela rubrica Empréstimos a Clientes entre 2010 e 2012 deve-se, em larga medida, à acentuada erosão da qualidade de crédito verificada, que associada a uma gestão dos riscos mais exigente, como recomendado pelo Banco de Portugal, levou ao reconhecimento de elevadas imparidades e a uma concessão de crédito mais prudente.

No que respeita ao Passivo, verifica-se da observação do Gráfico 6.15, que as rubricas que influenciam mais a sua evolução são os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, os Títulos de Dívida Emitidos, os Recursos dos Bancos Centrais e a rubrica residual Outros Passivos,²⁰⁰ o que significa que as mesmas constituíram as principais fontes de financiamento do grupo bancário entre 2005 e 2012. No entanto, é oportuno compreender como cada uma dessas rubricas evoluiu ao longo do período em análise.

²⁰⁰ A rubrica Outros Passivos da CGD integra, em termos gerais, Responsabilidades para com subscritores de produtos “Unit-Linked”, Provisões para benefícios dos empregados, Provisões para outros riscos, Provisões técnicas de contratos de seguros, Passivos por Impostos Correntes, Passivos por Impostos Diferidos e ainda outras subcategorias de passivos.

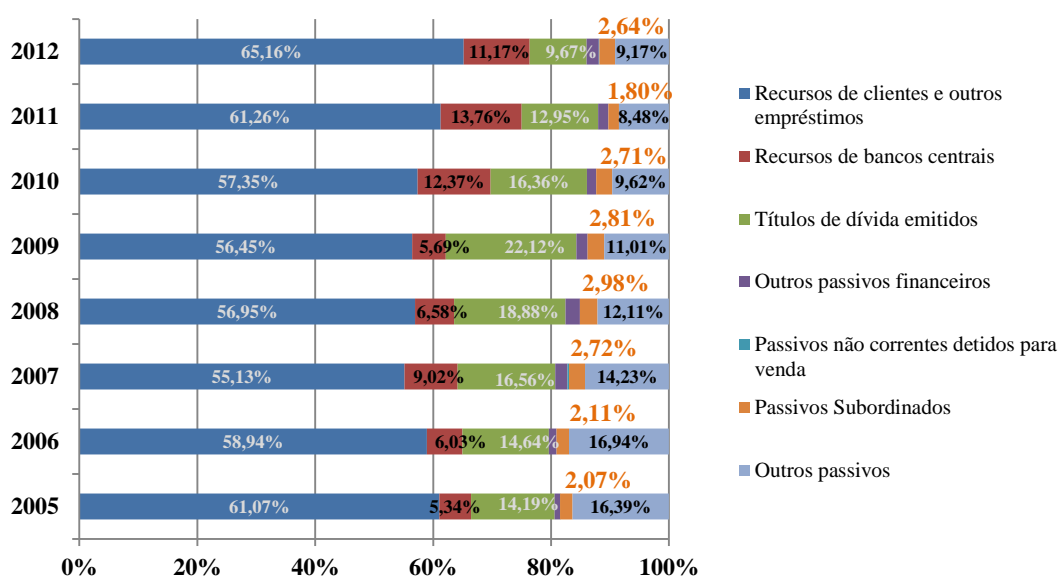


Gráfico 6.15 – Evolução da Composição do Passivo da CGD (2005-2012)²⁰¹

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

Assim sendo, facilmente se constata que a rubrica Recursos de Clientes e Outros Empréstimos representou durante todo o período mais de 55% do seu Passivo, sendo por isso os depósitos dos seus clientes e outros empréstimos a sua principal fonte de financiamento. Salienta-se no entanto que entre 2005 e 2009, o contributo dos mesmos enquanto fonte de financiamento, apesar de elevado, descreveu uma evolução decrescente, devido à redução da poupança²⁰² verificada no período. Contudo, o grupo CGD compensou esse decréscimo através do maior recurso ao financiamento por grosso (recursos de bancos centrais e títulos de dívida emitidos), demonstrando uma dependência crescente face a esta fonte de financiamento.

A partir de 2010, com a deterioração significativa das condições de financiamento, o grupo CGD teve necessidade de adaptar a sua estrutura de financiamento face aos condicionalismos que lhe estavam a ser impostos. Para tal, compensou a diminuição do financiamento, provocada pelo decréscimo dos recursos provenientes de Títulos de Dívida Emitidos e Outros Passivos, através do aumento da captação de recursos junto dos seus clientes e da obtenção de empréstimos junto do

²⁰¹ As percentagens a laranja dizem respeito à aos Passivos Subordinados do grupo CGD.

²⁰² Segundo dados da Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA), constata-se que a Taxa de Poupança (Bruta) das Famílias Portuguesas assumiu valores de 10,1%, 8,11%, 7,03%, 7,07%, 10,88% e 10,14% entre 2005 e 2010, respectivamente.

Eurosistema. Apesar do decréscimo verificado, em termos de importância para o financiamento do grupo bancário em causa da rubrica Títulos de Dívida Emitidos, importa referir que em Julho e Dezembro de 2011 o grupo CGD procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas,²⁰³ tendo para tal recorrido ao Regime de Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado a favor de Instituições de Crédito.

A persistência de condições de financiamento significativamente desfavoráveis e os efeitos adversos decorrentes do agravamento do risco de crédito, sentidos com o eclodir da crise da dívida soberana em Portugal, inviabilizou o cumprimento dos requisitos de capital mais elevados²⁰⁴ estipulados, com recurso a apenas soluções privadas de mercado, o que contribuiu para a apresentação, por parte da CGD, do seu Plano de Recapitalização em Junho de 2012.²⁰⁵

O Plano de Recapitalização da CGD resultou da necessidade desta constituir um *buffer* de capital associado aos riscos da dívida pública no montante de 1.073 milhões de euros e de reforçar o seu capital em cerca de 577 milhões de euros, de modo a assegurar o cumprimento dos requisitos de Capital *Core Tier1* definidos. O montante total associado ao Plano de Recapitalização foi de 1.650 milhões de euros, tendo sido realizado da seguinte forma: aumento do capital social no valor de 750 milhões de euros, através da emissão de 150 milhões de novas ações, com o valor unitário de 5 euros, subscritas e realizadas integralmente pelo Estado Português; e, emissão de 900 milhões de euros de instrumentos híbridos (*Cocos*) elegíveis para Capital *Core Tier1*, sujeitos às condições previstas na Tabela 6.2 e na Tabela 6.3.

Esta operação de recapitalização permitiu ao grupo CGD reforçar a sua capacidade de absorção de perdas, no entanto antes de se analisar a evolução dos seus

²⁰³ Estes ascenderam aos montantes de 1.800.000 milhares de euros e 2.800.000 milhares de euros, contudo o grupo CGD já tinha recorrido antes a este regime, tendo emitido em 2008 um empréstimo obrigacionista garantido pelo Estado no montante de 1.250.000 milhares de euros.

²⁰⁴ Estabelecidos no PAEF, contudo estes pretendem estar em alinhamento com as disposições de Basileia III, no sentido de dotar as instituições de crédito nacionais de maior capacidade de absorção de perdas, tornando-as mais resilientes a choques adversos.

²⁰⁵ O Plano de Recapitalização da CGD resultou do cumprimento da Recomendação da ABE, uma vez que no exercício dos “stress-test” esta entidade reconheceu a necessidade de reforço do capital de um conjunto de grupos bancários, no qual a CGD se integrava. A recomendação da ABE consiste em os bancos constituírem um *buffer* temporário de capital que lhes permita atingir um Rácio *Core Tier1* de 9% a 30 de Junho de 2012, tendo em conta as exposições de dívida soberana valorizadas a preços de mercado de 30 de Setembro de 2011.

rácios de capital e as estratégias prosseguidas por este no seu cumprimento (para além das já referidas), importa analisar a evolução da composição do Capital Próprio e dos Resultados, uma vez que os mesmos concorrem para a determinação dos requisitos de capital.

Ao observarmos o Gráfico 6.16, constatamos que o Capital Próprio do Grupo CGD teve uma evolução irregular ao longo do período em análise, destacando-se o aumento significativo do mesmo entre 2008-2010 e entre 2011-2012, e um decréscimo assinalável entre 2010-2011.

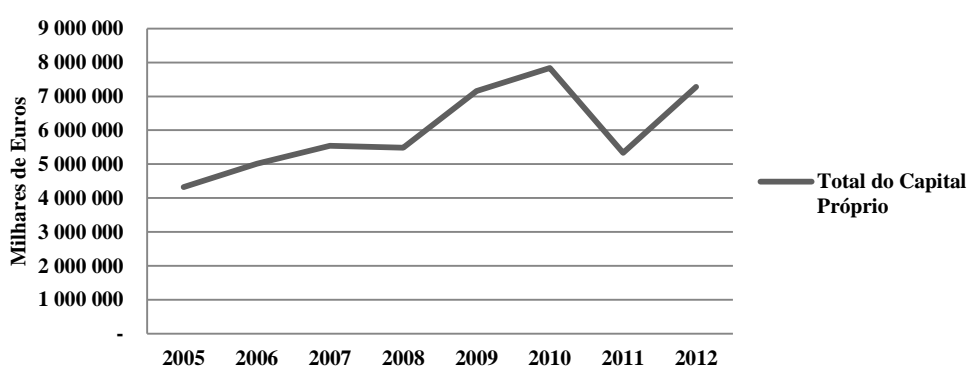


Gráfico 6.16 - Evolução do Capital Próprio do grupo CGD (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

Apesar de já ser possível, com base na informação anteriormente discutida, tecer algumas considerações relativamente a determinados pontos da evolução do Capital Próprio da CGD, é importante detalhar as razões que explicam a configuração que assume, analisando-se para isso a composição do Capital Próprio.

Tal como é possível observar no Gráfico 6.17 e como seria expectável, o Capital Social representa a maior parte do Capital Próprio, tendo este evoluído de forma crescente ao longo do período, em resultado das inúmeras operações de aumento de capital a que foi sujeito, como descritos na Tabela 6.4. Tais operações tiveram como propósito, a manutenção do custo de financiamento da atividade do Grupo CGD num patamar competitivo, bem como a respetiva rendibilidade.

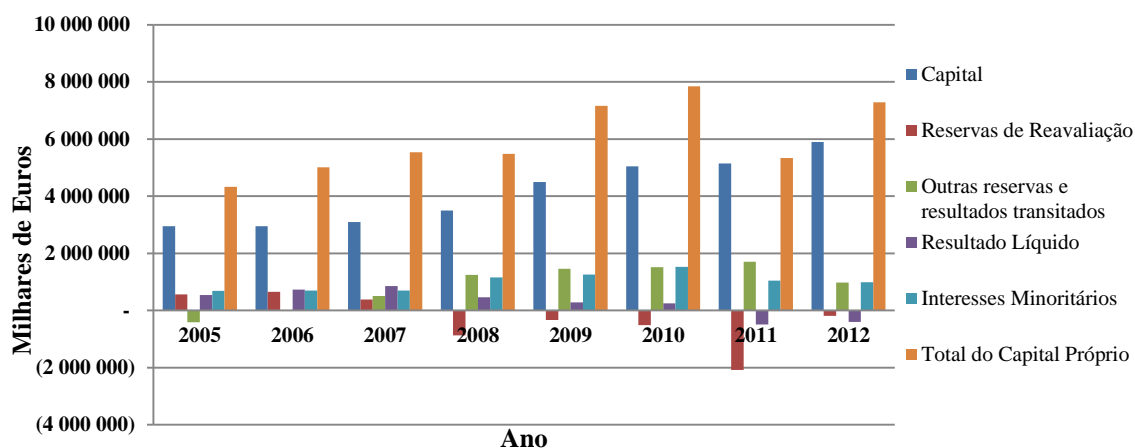


Gráfico 6.17- Evolução da Composição do Capital Próprio do Grupo CGD (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

Através da análise da Tabela 6.4, verifica-se que entre 2005-2012 foram realizados 6 aumentos de capital, os quais totalizaram o valor de 2 950 000 000 milhares de euros, correspondentes a 590 000 000 ações de valor nominal 5€ realizados em numerário pelo Estado Português, excepto o aumento executado em 2011, o qual foi efectuado através da incorporação de reservas disponíveis para esse efeito.

Ano	Montante (milhares €)	Ações	Valor Nominal	Modo de realização
2007	150 000	30 000 000	5€	Integralmente realizadas em numerário.
2008	400 000	80 000 000	5€	Integralmente realizadas em numerário.
2009	1 000 000	200 000 000	5€	Integralmente realizadas em numerário.
2010	550 000	110 000 000	5€	Integralmente realizadas em numerário.
2011	100 000	20 000 000	5€	Realizado através da incorporação de 98 573 milhares de € provenientes da Reserva de Reavaliação Legal de Imobilizado ²⁰⁶ e 1 427 milhares de € provenientes de outras reservas disponíveis para o efeito.
2012 ²⁰⁷	750 000	150 000 000	5€	Integralmente realizadas em numerário.
Aumento de Capital Total (2005-2012)	2 950 000 000	590 000 000	5€	

Tabela 6.4 - Aumentos de Capital do Grupo CGD (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

²⁰⁶ Estas reservas podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos acumulados ou para efeitos de aumentos de capital.

²⁰⁷ Ano de execução do Plano de Recapitalização do Grupo CGD, além do aumento do capital, o Estado Português subscreveu 900 milhões de euros de instrumentos híbridos qualificados como Capital *Core Tier 1*.

Retomando a atenção sobre o Gráfico 6.17, o decréscimo verificado no Capital Próprio entre 2010-2011 deveu-se, em grande medida, à variação negativa das reservas de justo valor, resultante das menos-valias potenciais em obrigações emitidas pelos três veículos detidos pelo BPN e garantidas pelo Estado Português. Por seu turno, a significância dos aumentos evidenciados em 2008-2009 e 2011-2012 deveram-se ao efeito conjugado dos aumentos de capital realizados²⁰⁸ com a recuperação das reservas de reavaliação.²⁰⁹

– Análise da Demonstração de Resultados 2005 a 2012

Tal como já referido, antes de se analisar a evolução dos rácios de capital do Grupo CGD importa analisar todas as componentes que concorrem para cálculo dos mesmos, faltando apenas neste momento observar a evolução dos seus Resultados Líquidos.

Da observação do Gráfico 6.18 verifica-se que o Resultado Líquido do Grupo CGD deteriora-se significativamente a partir de 2007, atingindo prejuízos avultados em 2011 e 2012, destacando-se, no entanto, uma ligeira melhoria em 2012.

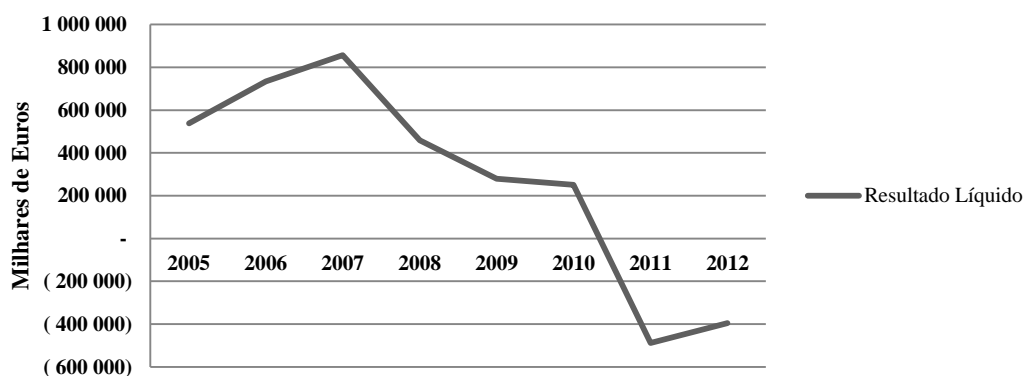


Gráfico 6.18 – Evolução dos Resultados Líquidos do Grupo CGD (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

²⁰⁸ Em 2012, para além do aumento de capital, o Estado Português subscreveu 900 milhões de euros de *CoCos*, instrumentos híbridos com qualidade reconhecida para integrar o Capital *Core Tier1*.

²⁰⁹ A variação demonstrada, durante o período de análise, pela rubrica Reservas de Reavaliação deveu-se sobretudo à variação das reservas de justo valor, devido à deterioração do valor dos títulos de dívida soberana detidos.

De modo a compreender-se melhor as razões que justificam a evolução descendente de resultados evidenciada pelo Gráfico 6.18, analisa-se a evolução das principais fontes de receita e das principais fontes de despesa.

Como se pode observar no Gráfico 6.19, de 2005 a 2008 verifica-se uma evolução positiva da receita proveniente do negócio *core* (evidenciada pela margem financeira) e de Outros Proveitos Operacionais.²¹⁰ Contudo, entre 2009-2010 a receita gerada por Outros Proveitos Operacionais supera a gerada pelo negócio *core* do grupo bancário. Entre 2010-2011, o negócio *core* torna a ser a fonte de receita que mais contribui para o resultado, no entanto, em 2012 a receita gerada por este volta a ser ultrapassada pela ocasionada por Outros Proveitos Operacionais. Tal, deveu-se à redução dos juros auferidos nas aplicações em instituições de crédito, nos créditos a clientes, nos ativos detidos para negociação, nos derivados de cobertura, nas disponibilidades e ao aumento dos juros pagos pelos depósitos de clientes e pelos recursos de instituições de crédito, evidenciando as condições desfavoráveis de financiamento enfrentadas pelo grupo CGD nesses períodos em particular. Relativamente ao resultado gerado por filiais e empresas associadas, constata-se que tem pouco relevo para o resultado do grupo, contudo destaca-se a deterioração gradual da mesma, tendo em 2009, 2011 e 2012 contribuído com prejuízos, que embora pouco significativos, não deixam de ser resultados negativos.

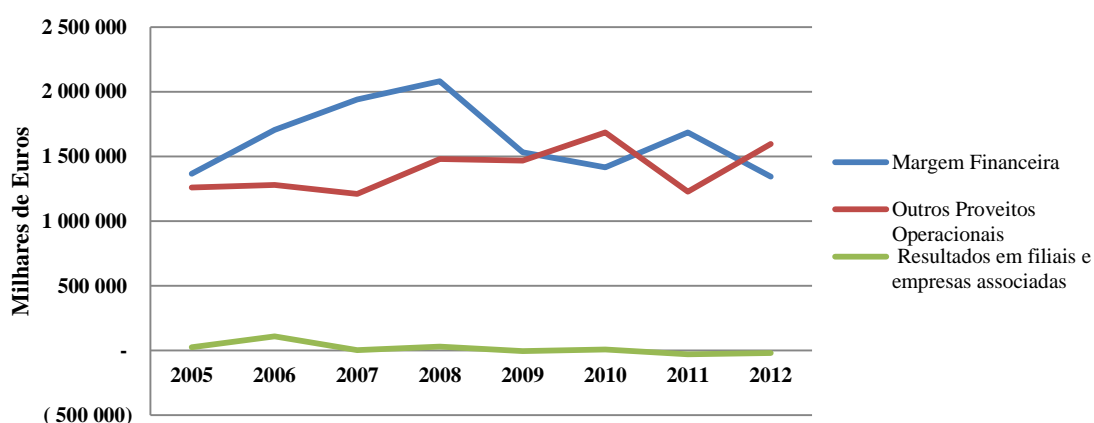


Gráfico 6.19 – Evolução das principais Fontes de Receita (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

²¹⁰ Integram-se na rubrica Outros Proveitos Operacionais elementos como: Rendimentos de Instrumentos de Capital, Resultados de serviços e comissões, Resultados em operações de negociação e de cobertura, Outros rendimentos de exploração e Outros resultados de atividades não bancárias.

No que respeita às fontes de despesa, tal como expectável, os custos operacionais são a principal fonte de custo, no entanto destaca-se a evolução crescente das Provisões e Imparidades, as quais têm vindo a ganhar progressivamente um peso relevante na deterioração dos resultados operacionais. A evolução da rubrica Provisões e Imparidades retrata essencialmente a erosão da qualidade do crédito ocorrida durante o período em análise, a qual se materializou num aumento significativo das imparidades de crédito líquidas.

Ainda relativamente aos Custos Operacionais Totais importa destacar que os mesmos foram crescentes até 2010, tendo a partir desse ano assumido o desenvolvimento inverso. Tal como é perceptível, a evolução dos custos operacionais do grupo CGD foi consonante com a tendência evidenciada pelo sistema bancário nacional de optimização da estrutura de custos.

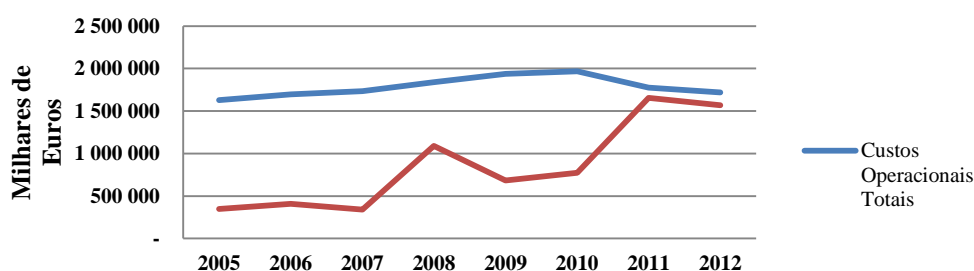


Gráfico 6.20 – Evolução das principais Fontes de Despesa (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

Considerando a evolução dos Resultados Líquidos do Grupo CGD e dos seus Capitais Próprios, ao longo do horizonte temporal em análise, constata-se que a sua Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE – *Return On Equity*) foi, tal como expectável, se deteriorando significativamente, como ilustrado no Gráfico 6.21.

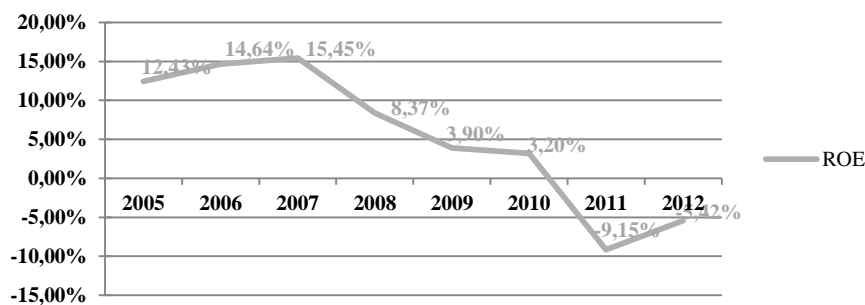


Gráfico 6.21 – Evolução do ROE do Grupo CGD (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

A evolução decrescente do ROE resulta da combinação de efeitos das variações ocorridas no Resultado Líquido da CGD e no seu Capital Próprio, mais concretamente do progressivo declínio dos seus Resultados Líquidos, pelas razões já enumeradas, e dos aumentos de Capital realizados entre 2007 e 2012. A conjugação destes dois desenvolvimentos conduziu à severa diluição²¹¹ da rentabilidade dos seus acionistas, neste caso, o Estado Português.

– Análise do Cumprimento dos Rácios de Capital

Após a análise da posição financeira e do desempenho do Grupo CGD no período de 2005-2012, e considerando as especificidades de contexto discutidas aquando da reflexão geral do Caso da Banca Portuguesa, estamos agora em condições de analisar não só a evolução dos rácios de capital do grupo bancário em questão, mas também a(s) estratégia(s) adoptada(s) para cumprir os mesmos.

Antes de mais, importa compreender como os Fundos Próprios Totais do Grupo CGD evoluíram no horizonte temporal de 2005-2012, pois dessa forma será possível inferir parte da estratégia adoptada para o cumprimento dos requisitos de capital exigíveis ao sistema bancário nacional.

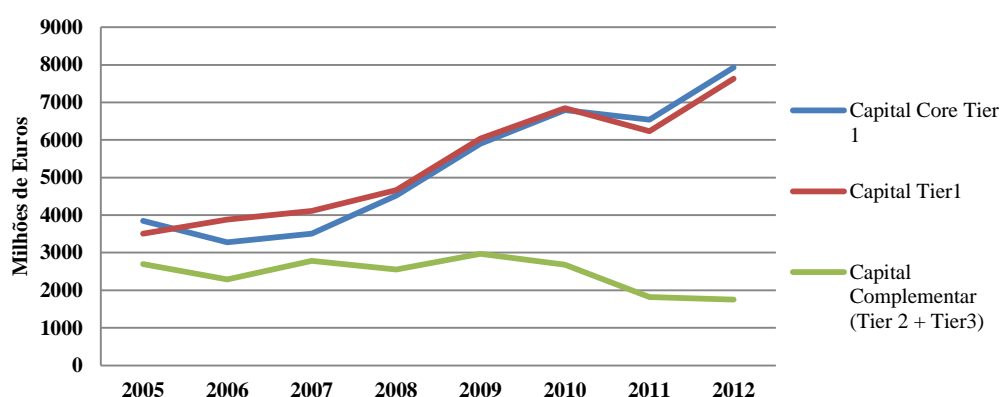


Gráfico 6.22 – Evolução das principais categorias de capital que compõem os Fundos Próprios do Grupo CGD
 Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

²¹¹ Uma vez que o ROE é determinado pelo quociente entre os Resultados Líquidos e os Capitais Próprios do período, considerando a evolução descendente evidenciada pelos Resultados Líquidos do Grupo CGD e os significativos aumentos de capital realizados entre 2007-2012 (montante total de 2 950 000 000 milhares de euros), tais desenvolvimentos traduzem-se numa diminuição do numerador e num aumento acentuado do denominador, o que conduz à consequente diluição da rentabilidade dos capitais próprios.

O Gráfico 6.22 demonstra sem sombra de dúvida que o Capital *Tier1* representa a maior parte dos Fundos Próprios do Grupo CGD, tendo evoluído favoravelmente ao longo do tempo, excepto em 2011. O Capital *Tier 1* é essencialmente composto por Capital *Core Tier1*, devendo grande parte da sua evolução aos desenvolvimentos ocorridos neste último. A evolução crescente evidenciada pelo Capital *Core Tier1* resultou dos sucessivos aumentos de capital que foram realizados desde 2007 até 2012, destacando-se, no entanto, que o aumento efectuado em 2011 resultou da incorporação de reservas disponíveis para esse efeito, ou seja, à custa de uma redução de Capital Adicional *Tier 1*. Por sua vez, no que respeita aos decréscimos evidenciados, em 2006 tal resultou de alterações regulamentares impostas pelo Banco de Portugal,²¹² as quais ampliaram o perímetro de consolidação e aumentaram as deduções a esta classe de capital (ver Gráfico 6.23). Em 2011, a redução identificada ficou a dever-se a uma variação negativa dos Interesses Minoritários no montante de 485.147 milhares de euros.

Relativamente ao Capital Complementar, a sua evolução é irregular ao longo do horizonte temporal, verificando-se que a sua importância na composição dos Fundos Próprios vai-se reduzindo.

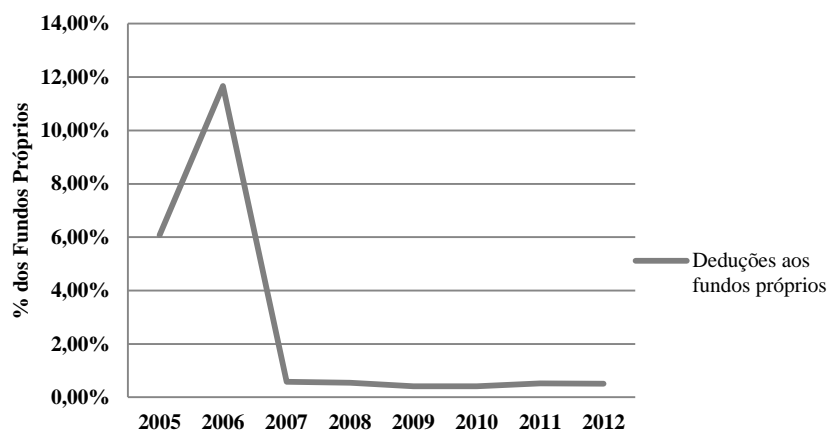


Gráfico 6.23 - Deduções dos Fundos Próprios Totais do Grupo CGD (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

²¹² Transposição para a legislação nacional da Diretiva Comunitária dos Conglomerados Financeiros. Da aplicação da mesma resultou a classificação do Grupo CGD como conglomerado e por essa via, as participações superiores a 20% detidas em empresas de seguros, resseguros e em sociedades gestoras de participações no sector de seguros tiveram de ser deduzidas.

Confirmando o já referido, através da observação do Gráfico 6.24, constata-se que o Capital *Tier 1* foi gradualmente ganhando importância, verificando-se uma substituição do capital de qualidade inferior (capital *Tier2* e *Tier3*) pelo Capital *Tier 1*, de qualidade reconhecidamente superior.

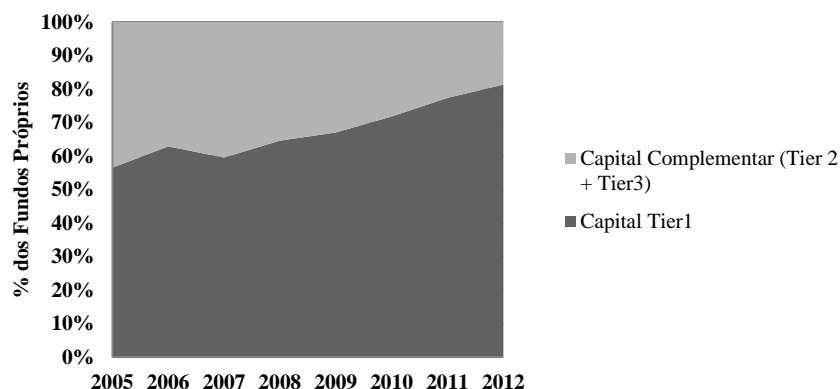


Gráfico 6.24 – Composição dos Fundos Próprios excluindo deduções (% dos Fundos Próprios Totais).
 Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

Tal evidência é consonante com o progressivo reforço, quantitativo e qualitativo, dos requisitos de capital que tem vindo a ser implementado em decorrência da crise financeira global e, em particular, da crise da dívida soberana portuguesa.

Uma vez analisada a evolução dos Fundos Próprios do Grupo CGD no período definido, importa agora compreender como as Posições de Risco Ponderadas progrediram ao longo do mesmo, dado que o enquadramento regulamentar relativo ao seu apuramento foi atualizado neste período.

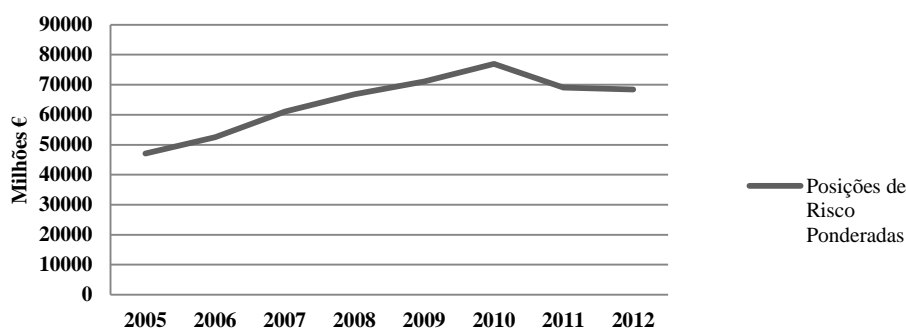


Gráfico 6.25 – Evolução das Posições de Risco Ponderadas (2005-2012)
 Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

Da observação do Gráfico 6.25, constata-se que as Posições de Risco Ponderadas aumentaram significativamente entre 2005 e 2010, demonstrando claramente a elevada exposição ao risco a que o Grupo CGD estava sujeito. No entanto, a evolução evidenciada pelas Posições de Risco Ponderadas deve-se essencialmente às exposições do Grupo ao risco de crédito, contudo destacam-se os esforços²¹³ desenvolvidos pelo Grupo em mitigar o mesmo, os quais se traduziram numa redução das suas Posições de Risco Ponderadas em 2011 e 2012.

Considerando a evolução dos Fundos Próprios e das Posições de Risco Ponderadas, é possível agora analisar a forma como os principais rácios de capital evoluíram entre 2005 e 2012.

Como é possível observar no Gráfico 6.26, o Rácio de Solvabilidade, *Core Tier1* e *Tier1* exibem, como seria de esperar, uma evolução muito semelhante em termos de tendência de crescimento ou decrescimento. O desenvolvimento dos rácios referidos depende da evolução do valor dos Fundos Próprios, Capital *Core Tier 1*, Capital *Tier1* (numeradores), respectivamente e Posições de Risco Ponderadas (denominador).

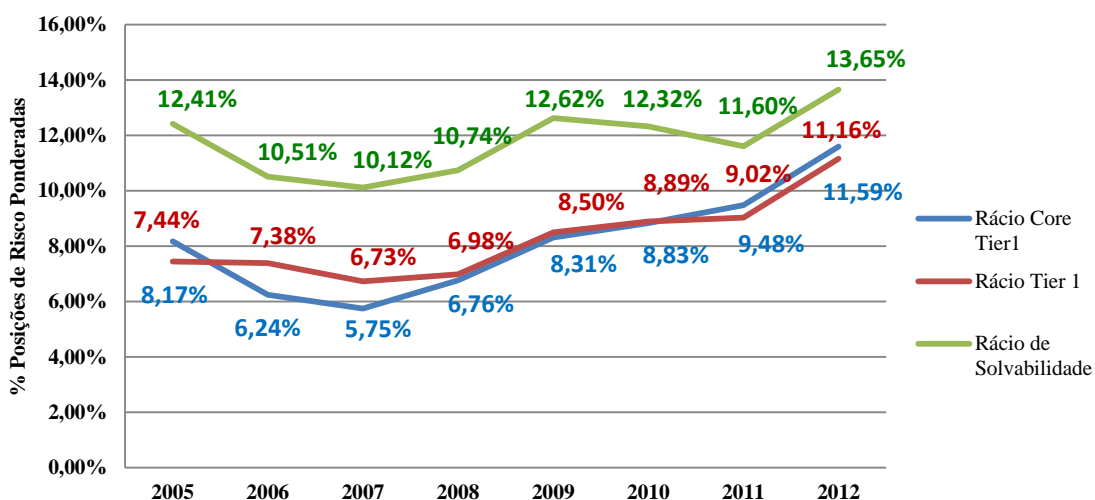


Gráfico 6.26 – Evolução dos Rácios de Capital do Grupo CGD (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

²¹³ A título de exemplo, esses esforços materializaram-se na adopção de critérios mais restritivos na concessão de crédito, num acompanhamento contínuo de empresas e sectores de risco, na adopção de métodos mais sofisticados de determinação dos riscos (cumprimento do novo enquadramento regulamentar relativo ao apuramento dos riscos estipulado pelo Banco de Portugal).

Tendo em consideração as análises anteriormente realizadas, verificamos que entre 2005-2007 os rácios de capital do Grupo CGD evoluíram negativamente (excepto o Rácio de Capital *Tier1* em 2006), devido à excessiva assunção de riscos no desenvolvimento da sua atividade, tal como evidenciado pelas Posições de Risco Ponderadas presentes no Gráfico 6.25. A partir de 2007, constata-se uma melhoria do rácio de Solvabilidade e dos rácios de capital *Core Tier1* e *Tier1* resultantes tanto das várias operações de aumento de capital efectuadas entre 2007-2012, como do processo de recapitalização de que foi alvo (2012). A melhoria verificada nos rácios de capital referidos foi ainda ampliada pela redução do risco assumido, por parte do Grupo CGD, na condução do seu negócio a partir de 2010. O decréscimo, que é possível identificar-se em 2010 e 2011, no Rácio de Solvabilidade deveu-se à variação significativamente negativa da reserva de justo valor, por motivos de desvalorização dos títulos de dívida soberana que detinham em carteira. Contudo, apesar dos condicionalismos a que o Grupo CGD esteve exposto, principalmente a partir de 2007, destaca-se o facto do mesmo ter cumprido os requisitos mínimos de capital estabelecidos no PAEF²¹⁴ e comunicados pelo Banco de Portugal, tendo em 2011 e 2012 apresentado um Rácio *Core Tier1* de 9,48% e 11,59% respectivamente, superando os mínimos exigidos de 9% e 10%.

²¹⁴ Considerando as Regras do Basileia II.

6.1.2. Banco Comercial Português

O Grupo Bancário BCP é o segundo²¹⁵ maior grupo do sistema bancário nacional, em termos de Ativo, Crédito Concedido e Captação de Recursos, representando cerca de 18,04%, 19,89% e 17,53 % do sistema bancário, respectivamente. Relativamente ao Capital Próprio e ao Resultado Líquido gerado, este ocupa a terceira e quinta posições, quando comparado com os restantes grupos bancários da nossa amostra, sugerindo, à semelhança do constatado relativamente ao Grupo CGD, um certo desequilíbrio na prossecução da sua atividade. Contudo, apesar do referido, a sua dimensão confere-lhe capacidade de influenciar a atividade desenvolvida pelo sistema bancário nacional, sendo por isso relevante analisar as suas Demonstrações Financeiras, procurando através destas compreender a evolução da sua situação patrimonial e financeira, assim como os contornos assumidos pelo seu desempenho ao longo do horizonte temporal definido.

- **Análise do Balanço 2005 a 2012 (BCP, 2005, BCP, 2006, BCP, 2007, BCP, 2008, BCP, 2009, BCP, 2010, BCP, 2011, BCP, 2012b)**

Da observação do Gráfico 6.28, constata-se que o Ativo e o Passivo do Grupo BCP evoluíram de forma semelhante, apresentando um desenvolvimento crescente entre 2005 a 2010 e evidenciando a tendência inversa a partir de 2010. Tal como já mencionado anteriormente, a turbulência despoletada pela crise da dívida soberana atingiu grandes proporções em 2011 na economia portuguesa, deteriorando significativamente as condições de acesso ao financiamento quer da República Portuguesa, quer do próprio sistema bancário nacional, não lhes deixando outra alternativa senão o recurso oficial à ajuda externa. Assim, os constrangimentos nos processos de financiamento conjugados com o cumprimento das reformas estipuladas pelo PAEF materializaram grandes desafios para a banca nacional, pois, com o intuito de reduzir as suas exposições ao risco e melhorar a sua resistência e capacidade de absorção de perdas em cenários de maior adversidade, foi-lhes imposto objectivos importantes em matéria de desalavancagem e reforço dos capitais.

²¹⁵ Segundo dados relativos a 2012, retirados do Portal de Estatística do Banco de Portugal e dos Relatórios e Contas Anuais do BCP entre 2005-2012.

Assim, a prossecução dos objectivos gerais anteriormente referidos conduziram à evolução descendente do Ativo e Passivo do Grupo BCP entre 2010 e 2012.

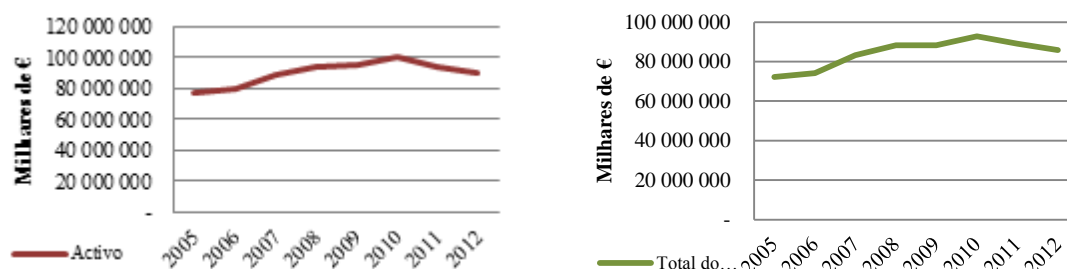


Gráfico 6.27 - Evolução do Ativo e do Passivo do Grupo BCP (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

Apesar da análise geral da evolução do Ativo e Passivo ser importante, esta não é suficientemente explícita, pois não nos fornece informação suficiente acerca da composição do património do grupo bancário em causa, a qual nos é útil, por um lado, para identificar as principais aplicações de recursos do grupo e as principais fontes externas de financiamento das mesmas e por outro, para nos ajudar a identificar possíveis características do modelo de negócio do grupo em análise.

Considerando a finalidade anteriormente referida, observarmos o Gráfico 6.28 e rapidamente constatamos que os empréstimos a Clientes, as Aplicações em Instituições de Crédito, os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e a rubrica residual Outros Ativos²¹⁶ foram, no período em causa, por esta ordem, as rubricas mais representativas da composição do Ativo do Grupo BCP.

Contudo, se observarmos mais atentamente, verificamos que as rubricas Aplicações em Instituições de Crédito e Outros Ativos foram perdendo significância na composição do Ativo deste grupo ao longo do tempo, o que pode ser explicado quer pelas dificuldades sentidas na obtenção de recursos, reduzindo a capacidade do grupo em fazer este tipo de investimento, quer pela redução generalizada das várias componentes que concorrem para a determinação do valor da rubrica Outros Ativos.

²¹⁶ A rubrica Outros Ativos do Grupo BCP integra os Ativos por Impostos Diferidos, os Ativos por Impostos Correntes e outros ativos (Devedores, Suprimentos, Valores a cobrar, Outros impostos a recuperar, Bonificações, Associadas, Juros e Outros Proveitos a receber, Despesas antecipadas, Operações sobre títulos a receber, Valores a debitar a clientes, Provisões técnicas de resseguro cedido, Contas Diversas, Imparidade para Outros Ativos).

No que respeita à evolução da rubrica Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, esta é bastante irregular, sendo decrescente entre 2005 a 2008 e crescente a partir daí. Entre 2005-2008, concorrem para tal desenvolvimento o reconhecimento de avultadas perdas por imparidade resultantes de desvalorizações de participações financeiras detidas em carteira, devendo-se os seus principais movimentos ascendentes à menor exposição do Grupo BCP à dívida pública portuguesa e polaca (2011), e às mais-valias obtidas da alienação de Obrigações do Tesouro de dívida pública portuguesa (2012).

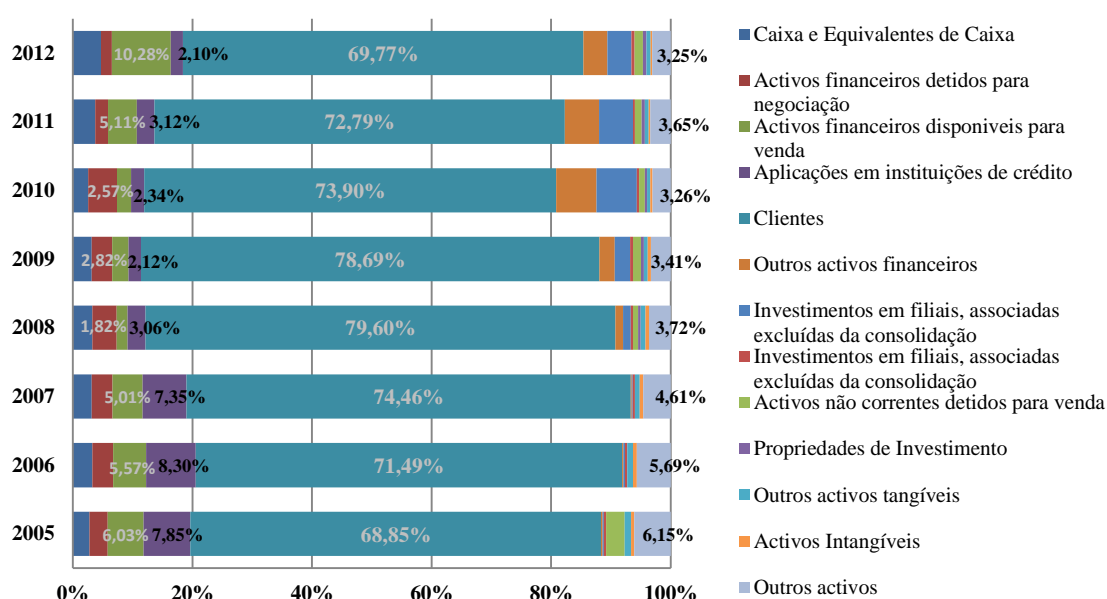


Gráfico 6.28 - Evolução da Composição do Ativo do Grupo BCP (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

Relativamente aos empréstimos concedidos a Clientes, verificamos que estes constituem a sua principal aplicação de recursos, representando sempre, durante o período em análise, mais de 68 % do seu Ativo. Contudo, verificamos também que a sua evolução, em termos de percentagem do Ativo, foi crescente até 2008 e assumiu o sentido inverso a partir desse ano, o que pode ser explicado pelo facto de que até 2008 vigoraram condições de financiamento que permitiram uma expansão excessiva do crédito (a qual se traduziu numa significativa alavancagem do sistema bancário nacional); no entanto, a eclosão da crise financeira global fez com que os mercados grossistas se ressentissem e as condições de acesso ao financiamento se deteriorassem, principalmente em economias afectadas pela crise da dívida soberana, como a economia

portuguesa. A instabilidade que caracterizou o nosso país e o mundo, a partir de 2008, transmitiu-se às várias dimensões da economia, resultando numa deterioração generalizada da qualidade de crédito (aumento das imparidades de crédito) e numa contração da procura de empréstimos.

No que respeita ao Passivo, verifica-se da observação do Gráfico 6.29, que as rubricas que influenciam mais a sua evolução são os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, os Títulos de e Dívida Emitidos, os Recursos de Bancos Centrais e Outras Instituições de Crédito e os Passivos Subordinados, o que significa que as mesmas constituíram as principais fontes de financiamento do grupo bancário entre 2005 e 2012. No entanto, é oportuno compreender como cada uma dessas rubricas evoluiu ao longo do período em análise.

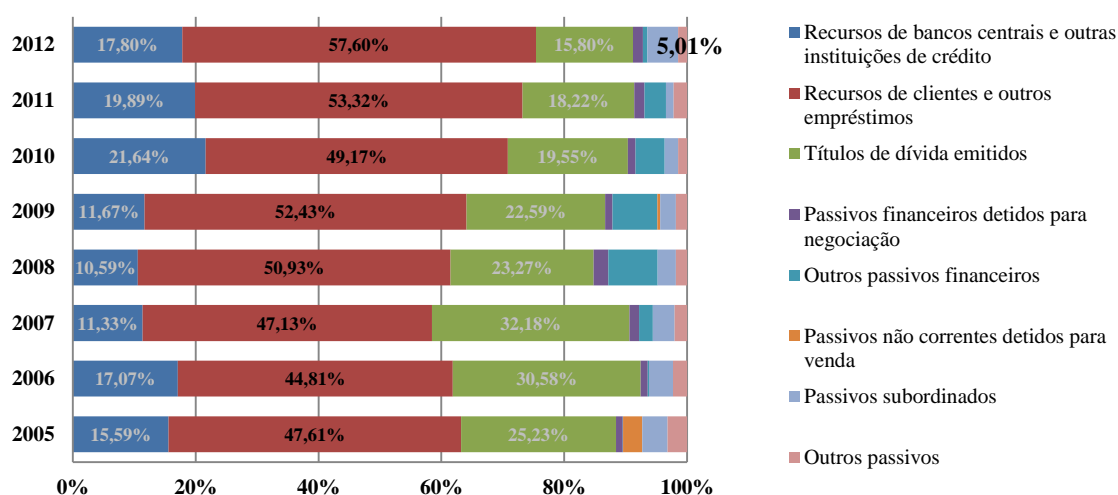


Gráfico 6.29 - Evolução da Composição do Passivo do Grupo BCP (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

Assim sendo, facilmente se constata que a rubrica Recursos de Clientes e Outros Empréstimos representou durante todo o período mais de 44% do seu Passivo, sendo por isso os depósitos dos seus clientes e outros empréstimos a sua principal fonte de financiamento. Esta rubrica apresentou um desenvolvimento favorável durante o período em análise, exceptuando-se os anos de 2006 e 2010, nos quais se verificou uma diminuição da sua representação no Passivo do Grupo BCP. O crescimento sustentado dos depósitos de clientes ao longo do período resultou de vários efeitos combinados, nomeadamente do enfoque comercial do Grupo BCP na captação de recursos, do

desenvolvimento de soluções de poupança adequadas às necessidades dos clientes e da instabilidade instalada nos mercados financeiros, a qual dotou de maior atratividade os depósitos a prazo e outras soluções financeiras mais conservadoras. Os anos 2006 e 2010 foram, como observado, anos atípicos em termos de evolução dos Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, devendo-se a redução verificada em 2006, à volatilidade dos depósitos de grandes empresas e investidores institucionais e em 2010, à quebra de atividade em Portugal.

Outra fonte importante de financiamento do Grupo BCP foram os Títulos de Dívida Emitidos, contudo constata-se que a sua representação no Passivo evoluiu distintamente antes e após 2007. Até 2007, a emissão de títulos de dívida representava mais de ¼ das fontes de financiamento do grupo bancário em causa, contudo a partir de 2007 com os primeiros focos de instabilidade a afectarem os mercados financeiros as taxas de juro subjacentes às colocações de títulos elevaram-se, dificultando assim o recurso a este mecanismo de financiamento. Ainda assim, importa destacar o facto do Grupo BCP, à semelhança de outros grupos bancários, emitiu, em 2012, um empréstimo obrigacionista no valor de 1,5 mil milhões de euros, tendo para tal recorrido ao Regime de Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado a favor de Instituições de Crédito.

Os Recursos de Bancos Centrais e Outras Instituições de Crédito representam também uma parte significativa das fontes de financiamento do Grupo BCP. Contudo a sua evolução ao longo do tempo é bastante instável, verificando-se uma maior dependência dos mesmos com a instalação da crise de dívida soberana no nosso país. Tal dependência resultou, sobretudo, das sérias restrições que o nosso sistema bancário enfrentou no acesso ao financiamento internacional.

A persistência de condições de financiamento significativamente desfavoráveis e os efeitos adversos decorrentes do agravamento do risco de crédito, transversais a toda a banca nacional após a eclosão da crise da dívida soberana em Portugal, inviabilizou o cumprimento dos requisitos de capital mais elevados²¹⁷ estipulados, com recurso a apenas soluções privadas de mercado, o que contribuiu para a apresentação, por parte do Grupo BCP, do seu Plano de Recapitalização em Junho de 2012.

²¹⁷ Estabelecidos no PAEF, contudo estes pretendem estar em alinhamento com as disposições de Basileia III, no sentido de dotar as instituições de crédito nacionais de maior capacidade de absorção de perdas, tornando-as mais resilientes a choques adversos.

O Plano de Recapitalização do Grupo BCP resultou da necessidade deste reforçar a sua resiliência a choques adversos, visando através deste satisfazer as suas necessidades de capital, resultantes dos impactos²¹⁸ exógenos no *Core Tier 1* e riscos contingentes²¹⁹ que previu enfrentar. Segundo o Plano de Recapitalização do BCP, os impactos exógenos previstos pelo Grupo BCP sobre o *Core Tier 1* ascendem a 2.571 milhões de euros e os riscos contingentes a 450 milhões de euros, resultando num montante total de 3.021 milhões de euros. A recapitalização do Grupo BCP com recurso a investimento público realizou-se da seguinte forma: aumento do capital social no valor de 500 milhões de euros, através da emissão de 12.500 milhões de novas ações, com o valor unitário de 0,04 euros, subscritas e realizadas integralmente pelos acionistas no exercício do seu direito legal de reserva de preferência; e, emissão de 3.000 milhões de euros de instrumentos híbridos (*Cocos*) elegíveis para Capital *Core Tier1*, subscritos e realizados integralmente pelo Estado Português, sujeitos às condições previstas na Tabela 6.2 e na Tabela 6.3.

Ao observarmos o Gráfico 6.30, constatamos que o Capital Próprio do Grupo BCP teve uma evolução irregular ao longo do período em análise, destacando-se o aumento significativo do mesmo entre 2007-2010 e um decréscimo abrupto entre 2010-2012.

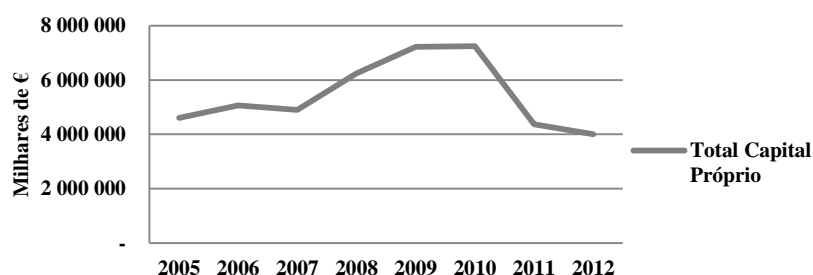


Gráfico 6.30 - Evolução do Capital Próprio do Grupo BCP (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

²¹⁸ Os impactos exógenos no *Core Tier 1* estimados pelo Grupo resultam da consideração dos riscos de *downgrades* dos *ratings* soberanos de Portugal e da Grécia (representativos de 151 milhões de euros do Capital *Core Tier1*, considerando um rácio de 9%), das imparidades registadas com a dívida pública grega (409 milhões de euros após impostos), das deduções requeridas pela ABE, em antecipação às regras de Basileia III (724 milhões de euros), das perdas em capital relativas às responsabilidades do fundo de pensões transferidas para a Segurança Social em Dezembro de 2011 (439 milhões de euros) e do *buffer* soberano exigido pela ABE.

²¹⁹ Enquanto riscos contingentes foram considerados a necessidade de reforçar o provisionamento para a subsidiária na Grécia, devido à gradual deterioração da situação económico-financeira local, estimando-se para tal, uma provisão de natureza não recorrente no valor de 450 milhões de euros.

Apesar de já ser possível, com base na informação anteriormente discutida, tecer algumas considerações relativamente a determinados pontos da evolução do Capital Próprio da CGD, é importante detalhar as razões que explicam a configuração que assume, analisando-se para isso a composição do Capital Próprio.

Da observação do Gráfico 6.31, rapidamente se infere que o Capital Social constitui grande parte do Capital Próprio do Grupo BCP, contudo a sua evolução apresenta algumas particularidades, nomeadamente: é constante entre 2005-2007 e 2008-2010, crescente entre 2007-2008 e 2010-2011, e decrescente entre 2011-2012.

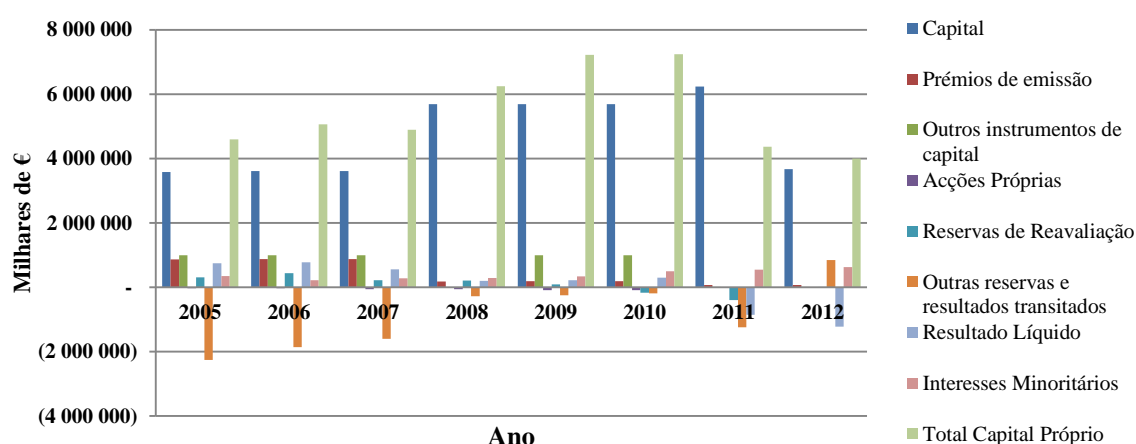


Gráfico 6.31 - Evolução da Composição do Capital Próprio do Grupo BCP (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

A evolução crescente, identificada nos períodos supramencionados, traduz os efeitos dos aumentos de capital realizados em 2008 e 2011, nos montantes de 1 300 000 milhares de euros e 1 370399, 986 milhares de euros, respectivamente, como observável na Tabela 6.5, os quais tiveram por finalidade reforçar os indicadores de solvabilidade do Grupo.

Ano	Montante (milhares €)	Ações	Valor Nominal	Modo de realização
2008	1 300 000	1 083 270 433	1,20€	Integralmente realizadas em numerário.
2011	120 400	206 518 010	0€ (valor de emissão unitário de 0,583€)	Realizado através da incorporação de reservas de prémio de emissão. ²²⁰

²²⁰ Atribuídas gratuitamente aos acionistas.

	990 147	1 584 235 200	0€ (valor de emissão unitário de 0,625€)	Realizados através da troca de 990 147 Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados.
	259 852,986	721 813 850	0€ (valor de emissão unitário de 0,36€)	Integralmente realizadas em numerário.
2012 ²²¹	500 000	12 500 000 000	0€ (valor de emissão unitário de 0,04€)	Integralmente realizadas em numerário.
Aumento de Capital Total (2005-2012)	3 170 399, 986	16 095 837 493		

Tabela 6.5 - Aumentos de Capital do Grupo BCP (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

Contudo, tendo em conta o contexto de reforço de capital, no qual os nossos bancos nacionais ultimamente se têm movido, é no mínimo estranho assistir a uma redução do capital social do Grupo BCP em 2012, ano em que foi alvo de um Plano de Recapitalização com recurso a investimento público. Esta redução fez com que o capital social do Grupo BCP passasse de 6 064 999 986 euros para 3 000 000 000 euros,²²² não alterando o número de ações sem valor nominal existentes à data, sendo o valor subtraído, integrado em duas componentes diferentes: na cobertura das perdas verificadas nas contas individuais do banco relativamente ao exercício de 2011 (1 547 873 439,69€) e no reforço de condições futuras de existência de fundos susceptíveis de serem qualificados, em termos regulatórios, como distribuíveis.

Assim sendo, facilmente se depreende que a evolução dos Capitais Próprios ao longo do horizonte temporal definido traduz, em parte, as variações que o capital social foi sofrendo no mesmo, contudo é possível identificar-se alguns períodos em que divergem, nomeadamente nos períodos de 2006, 2007, 2009 e 2011, sendo por isso importante referir os factores que motivaram tal dissonância. Em 2006, constatamos que o Capital Próprio aumenta, devendo-se tal evolução à redução das variações negativas na valorização de títulos, a qual permitiu melhorar o contributo da rubrica Outras Reservas e Resultados Transitados. Em 2007, verificamos que o Capital Próprio

²²¹ Ano de execução do Plano de Recapitalização do Grupo BCP, além do aumento do capital, o Estado Português subscreveu 3 000 milhões de euros de instrumentos híbridos qualificados como Capital *Core Tier 1*.

²²² Representado por 7 207 167 060 ações nominativas, escriturais, sem valor nominal.

decrece, sendo tal motivado pela deterioração do Resultado Líquido do Período e pela aquisição de acções próprias. Em 2009, o Capital Próprio cresceu em resultado do aumento significativo de outros instrumentos de capital e pela recuperação da rubrica patrimonial Outras reservas e Resultados Transitados. Por fim, a variação do Capital Próprio em 2011 divergiu da evidenciada pelo capital social, pois apesar do aumento de capital realizado, o Resultado Líquido expressivamente negativo auferido no período, juntamente com a acentuada deterioração das rubricas Outras Reservas e Resultados transitados e Reservas de Reavaliação (motivadas pelas desvalorizações dos ativos detidos em carteira), conduziu a uma redução significativa do Capital Próprio.

– Análise da Demonstração de Resultados 2005 a 2012

Tal como já referido, antes de se analisar a evolução dos rácios de capital do Grupo BCP importa analisar todas as componentes que concorrem para o seu cálculo, faltando apenas neste momento observar a evolução dos seus Resultados Líquidos.

Da observação do Gráfico 6.32, verifica-se que o Resultado Líquido do Grupo BCP começa a deteriorar-se a partir de 2006, recuperando ligeiramente em 2010 e acaba por atingir prejuízos muito avultados em 2011 e 2012.

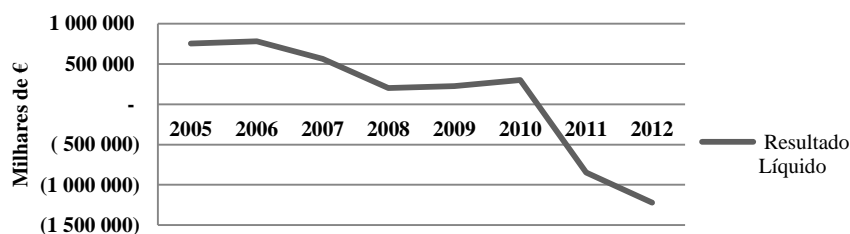


Gráfico 6.32 - Evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BCP (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

De modo a compreender-se melhor as razões que justificam a evolução descendente de resultados evidenciada pelo Gráfico 6.32, analisa-se a evolução das principais fontes de receita e das principais fontes de despesa.

Da observação do Gráfico 6.33, constata-se que as várias fontes de receita do grupo apresentaram uma evolução irregular ao longo do período de análise. De 2005 a 2008 e de 2009 a 2011, verificamos que a receita proveniente do negócio *core* evoluiu favoravelmente, contudo nos períodos de 2009 e 2012, esta reduziu-se de forma

acentuada. A evolução crescente da margem financeira entre 2005-2008 deveu-se às condições de financiamento favoráveis que caracterizavam o período, as quais permitiram uma forte expansão do crédito; por seu turno, a evolução positiva evidenciada entre 2009-2011 foi motivada pelos efeitos positivos da taxa de juro e pelo ajustamento dos *spreads* do crédito aos perfis de risco de Clientes. Os decréscimos verificados em 2009 e 2012 deveram-se à degradação acentuada das condições de financiamento, elevando o seu custo, e à significativa deterioração da qualidade de crédito acompanhada pela diminuição da procura de empréstimos, respectivamente. Importa ainda salientar, que como observável, nos períodos 2005 e 2012, a receita proveniente de Outros Proveitos Operacionais superou a receita do negócio *core*, evidenciando um certo desequilíbrio na actividade.

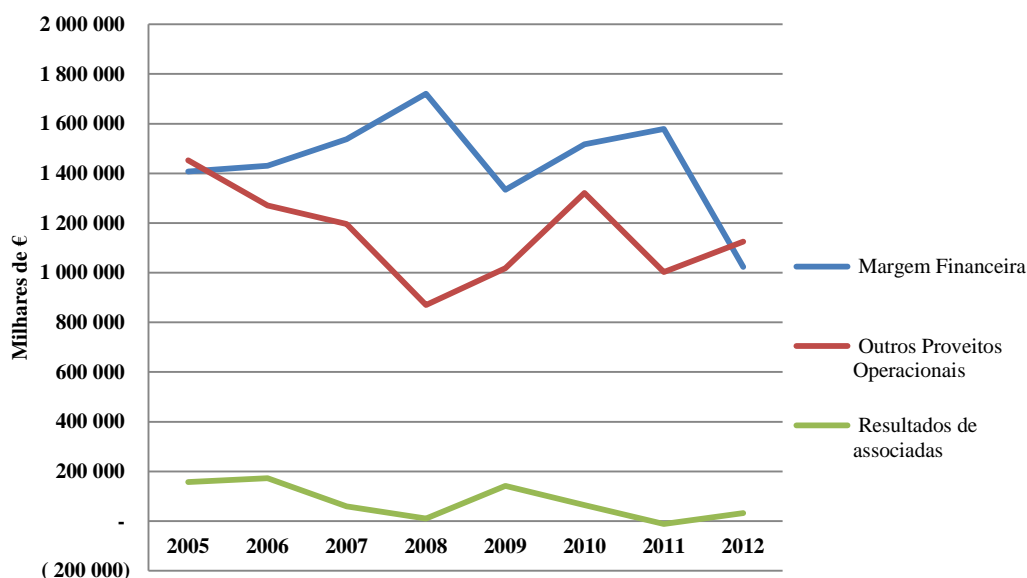


Gráfico 6.33 - Evolução das principais Fontes de Receita do Grupo BCP (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

No que respeita ao contributo dos resultados das empresas associadas, tal como se observa, este é irregular como as duas fontes principais de receita do grupo, demonstrando ser condicionada pelos mesmos factores. Contudo, saliente-se o resultado negativo que estas auferem em 2011.

No que respeita às fontes de despesa, podemos observar no Gráfico 6.34 que os custos operacionais são a principal fonte de custo até 2010, pois a partir desse período estes são ultrapassados pelas Provisões e Imparidades. Os custos operacionais foram

diminuindo ao longo do tempo, demonstrando os esforços do Grupo BCP em otimizar a sua estrutura de custos.

A evolução expressiva da rubrica Provisões e Imparidades retrata essencialmente a erosão da qualidade do crédito ocorrida durante o período em análise, destacando-se os montantes alcançados em 2011 e 2012, ilustrativos do incumprimento de crédito em “massa” ocorrido, como comprovado pelas imparidades de crédito líquidas reconhecidas nesses períodos.²²³

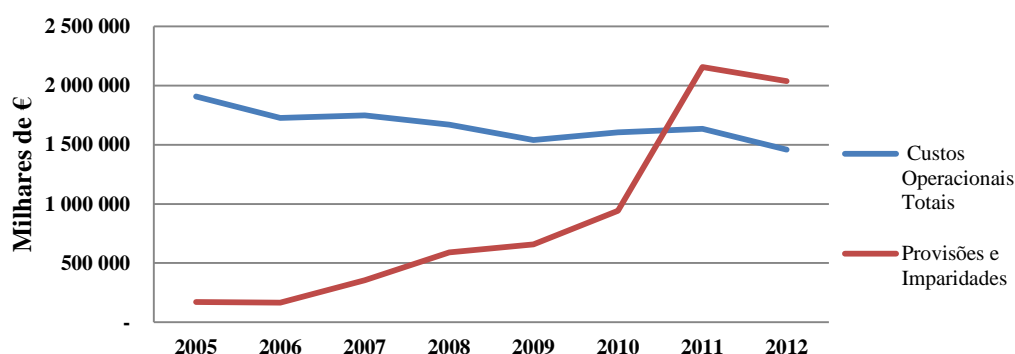


Gráfico 6.34 - Evolução das principais Fontes de Despesa do Grupo BCP (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

Considerando a evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BCP e dos seus Capitais Próprios ao longo do horizonte temporal em análise, constata-se que a sua Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE – *Return On Equity*) foi, tal como expectável, se deteriorando significativamente, como ilustrado no Gráfico 6.35.

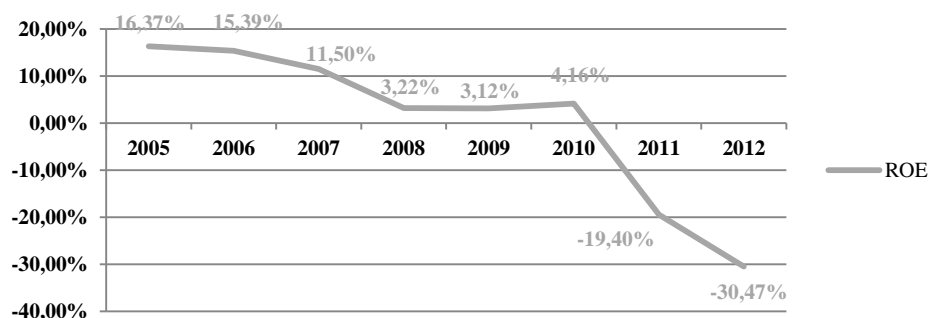


Gráfico 6.35 - Evolução do ROE do Grupo BCP (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

²²³ A Imparidade do Crédito Líquida de Reversões e Recuperações de 2011 foi de 1 331 910 milhares de euros e em 2012 foi de 1 684 179.

A evolução decrescente do ROE resulta da combinação de efeitos das variações ocorridas no Resultado Líquido do BCP e no seu Capital Próprio, mais concretamente do progressivo declínio dos seus Resultados Líquidos, pelas razões já enumeradas, e da diminuição significativa do Capital Próprio em 2011 e 2012. A conjugação destes dois desenvolvimentos conduziu à severa diluição da rentabilidade dos seus acionistas, os quais assistiram ao colapso da mesma num espaço de 7 anos.

– Análise do Cumprimento dos Rácios de Capital

Após a análise da posição financeira e do desempenho do Grupo BCP no período de 2005-2012, e considerando as especificidades de contexto discutidas aquando da reflexão geral do Caso da Banca Portuguesa, estamos agora em condições de analisar não só a evolução dos rácios de capital do grupo bancário em questão, mas também a(s) estratégia(s) adoptada(s) para cumprir os mesmos.

Antes de mais, importa compreender como os Fundos Próprios Totais do Grupo BCP evoluíram no horizonte temporal de 2005-2012, pois dessa forma será possível inferir parte da estratégia adoptada para o cumprimento dos requisitos de capital exigíveis ao sistema bancário nacional.

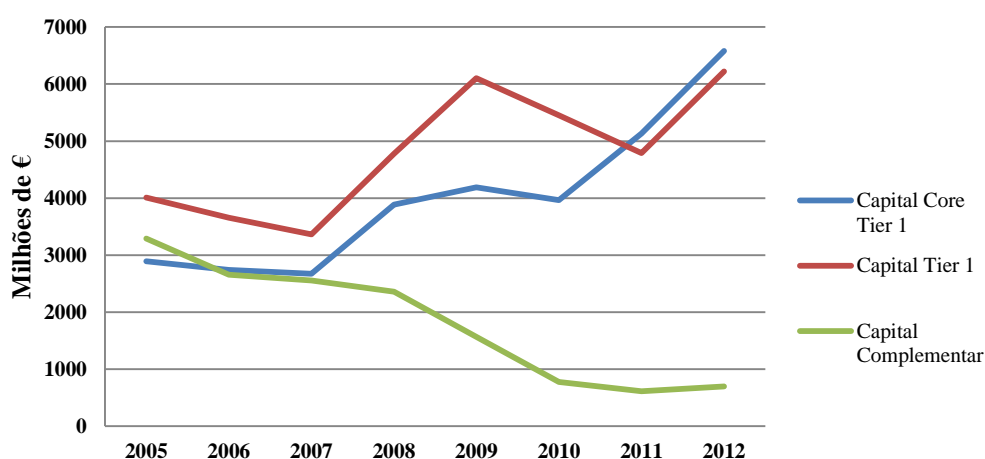


Gráfico 6.36 - Evolução das principais categorias de capital que compõem os Fundos Próprios do Grupo BCP (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

Da observação do Gráfico 6.36 e do Gráfico 6.38, é possível ver que o Grupo BCP foi progressivamente aumentando os seus Fundos Próprios com capital de qualidade superior (*core tier1*), em detrimento dos ativos de qualidade inferior (*Tier 2 e Tier 3*), cuja representação nos Fundos Próprios foi sendo gradualmente reduzida. Contudo, uma observação cuidada do Gráfico 6.36 demonstra que em 2005 os Capitais Complementares superavam o Capital *Core Tier 1* na composição dos Fundos Próprios. A evolução crescente evidenciada pelo Capital *Core Tier 1* resultou dos aumentos de capital realizados em 2008, 2011 e 2012, sendo de destacar que, neste último, a subscrição e realização de 500 milhões de euros de instrumentos híbridos, por parte do Estado Português, contribuiu também para o aumento evidenciado pelo Capital *Core Tier 1*. O Capital *Tier1* em 2011 é superado pelo Capital *Core Tier1*, devido ao aumento das deduções imputadas ao Capital *Tier1*,²²⁴ como observável no Gráfico 6.37.

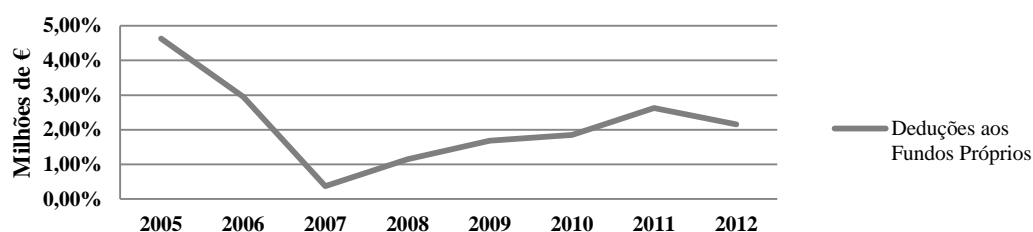


Gráfico 6.37 - Deduções aos Fundos Próprios Totais do Grupo BCP

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

Confirmando o já referido, através da observação do Gráfico 6.38, constata-se que o Capital *Tier 1* foi ganhando importância com o passar do tempo, verificando-se uma substituição do capital de qualidade inferior (capital *Tier2 e Tier3*) por Capital *Tier 1*, de qualidade reconhecidamente superior.

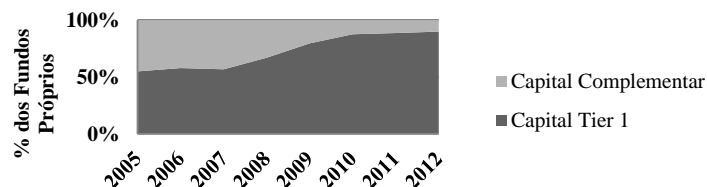


Gráfico 6.38 - Composição dos Fundos Próprios excluindo deduções (% dos Fundos Próprios Totais).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

²²⁴ Deduções relativas: a) ao diferencial de perdas esperadas face à imparidade, b) à detenção de participações significativas no capital de instituições financeiras não consolidadas para efeitos prudenciais, designadamente as participações detidas no Millenniumbcp Ageas e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

Tal evidência é consonante com o progressivo reforço, quantitativo e qualitativo, dos requisitos de capital que tem vindo a ser implementado em decorrência da crise financeira global e, em particular, da crise da dívida soberana portuguesa.

Uma vez analisada a evolução dos Fundos Próprios do Grupo BCP no período definido, importa agora compreender como as Posições de Risco Ponderadas progrediram ao longo do mesmo, dado que o enquadramento regulamentar relativo ao seu apuramento foi atualizado neste período.

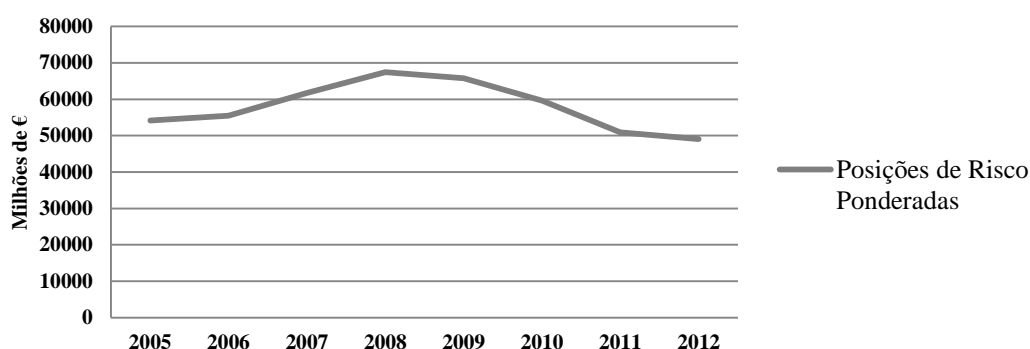


Gráfico 6.39 - Evolução das Posições de Risco Ponderadas do Grupo BCP (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

Observando-se o Gráfico 6.39, constata-se que as Posições de Risco Ponderadas aumentaram significativamente entre 2005 e 2008, demonstrando o elevado risco a que o Grupo BCP estava exposto. Contudo, importa referir que a evolução demonstrada pelas Posições de Risco Ponderadas se deve essencialmente ao risco de crédito, sendo, no entanto, de destacar os esforços desenvolvidos pelo Grupo em mitigar o mesmo, os quais se traduziram numa redução das suas Posições de Risco Ponderadas em 2011 e 2012.

Considerando a evolução dos Fundos Próprios e das Posições de Risco Ponderadas, é possível agora analisar a forma como os principais rácios de capital evoluíram entre 2005 e 2012.

Como é possível observar no Gráfico 6.40, o Rácio de Solvabilidade, *Core Tier1* e *Tier1* exibem, como seria de esperar, uma evolução muito semelhante em termos de tendência de crescimento ou decrescimento. O desenvolvimento dos rácios referidos depende, como já mencionado, da evolução do valor dos Fundos Próprios, Capital *Core*

Tier 1, Capital *Tier1* (numeradores), respectivamente e Posições de Risco Ponderadas (denominador).

Tendo em consideração as análises anteriormente realizadas, verificamos que entre 2005-2007 os rácios de capital do Grupo BCP evoluíram negativamente, devido à excessiva assunção de riscos no desenvolvimento da sua atividade, tal como evidenciado nas Posições de Risco Ponderadas presentes no Gráfico 6.39. A partir de 2007, constata-se uma melhoria do Rácio de Solvabilidade e dos rácios de capital *Core Tier1* e *Tier1* resultante tanto dos aumentos de capital realizados em 2008 e 2011, como do processo de recapitalização de que foi alvo em 2012.

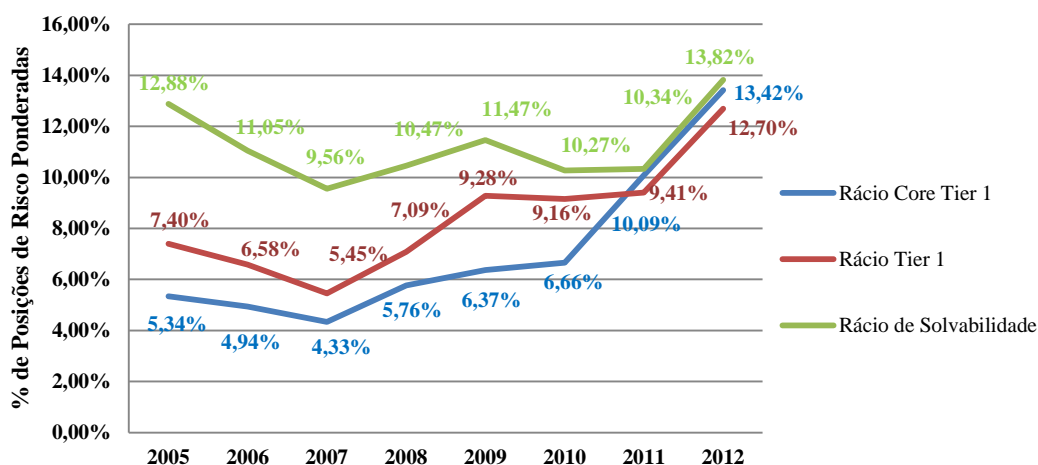


Gráfico 6.40 - Evolução dos Rácios de Capital do Grupo BCP (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BCP de 2005-2012.

A melhoria verificada nos rácios de capital foi ainda ampliada pela redução do risco assumido, por parte do Grupo BCP, na condução do seu negócio. Contudo, apesar dos condicionalismos a que o Grupo BCP esteve exposto, principalmente a partir de 2007, destaca-se o facto do mesmo ter cumprido os requisitos mínimos de capital estabelecidos no PAEF²²⁵ e comunicados pelo Banco de Portugal, tendo em 2011 e 2012 apresentado um Rácio *Core Tier1* de 10,09% e 13,42% respectivamente, superando largamente os mínimos exigidos de 9% e 10%.

²²⁵ Considerando as Regras do Basileia II.

6.1.3. Banco Espírito Santo

O Grupo Banco Espírito Santo é o terceiro²²⁶ maior grupo do sistema bancário nacional, representa cerca de 16,82% dos Ativos Totais, 15,15% do crédito total concedido e 13,7% dos recursos captados. Tal como nos grupos bancários anteriores, a dimensão do Grupo BES dá-lhe capacidade de influenciar o sistema bancário e consequentemente, a própria economia real, pelo que se assume como relevante a análise das suas Demonstrações Financeiras, de modo a compreender a sua evolução patrimonial e o desenvolvimento da sua atividade no horizonte temporal definido.

– **Análise do Balanço 2005 a 2012 (BES, 2005, BES, 2006, BES, 2007, BES, 2008, BES, 2009, BES, 2010, BES, 2011, BES, 2012)**

Como observável no Gráfico 6.41, o Activo e o Passivo do BES evoluíram similarmente, tendo apresentado uma evolução crescente entre 2005 e 2010, contudo em 2011, verifica-se um decréscimo com algum grau de significância. Como referido inicialmente, 2011 foi um ano particularmente difícil da economia portuguesa, uma vez que a crise da dívida soberana atingiu o nosso país e da mesma resultou uma significativa deterioração das condições de financiamento da banca nacional. Assim, as dificuldades de financiamento conjugadas com o processo de desalavancagem motivado pelo PAEF, conduziram à evolução descendente do Activo e Passivo verificada entre 2010 e 2011. Contudo, no ano de 2012, verifica-se uma ligeira melhoria quer do Activo quer do Passivo do grupo bancário, em resultado do aumento das Aplicações em Instituições de Crédito e de Outros Passivos – Contratos de Investimento, respectivamente.

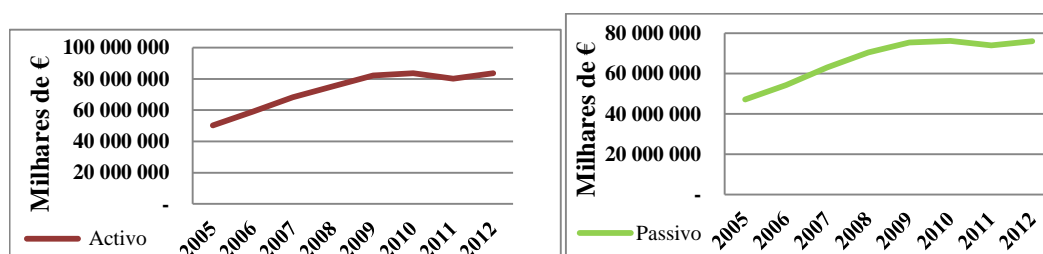


Gráfico 6.41 - Evolução do Ativo e do Passivo do BES 2005-2012.

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

²²⁶ Segundo dados relativos a 2012.

Apesar da análise geral da evolução do Ativo e Passivo ser importante, esta não é suficientemente explícita, pois não nos fornece informação suficiente acerca da composição do património do grupo bancário em causa, a qual nos é útil, por um lado, para identificar as principais aplicações de recursos do grupo e as principais fontes externas de financiamento das mesmas e por outro, para nos ajudar a identificar possíveis características do modelo de negócio do grupo em análise.

Ao analisarmos a Evolução da Composição do Ativo do BES, ilustrada pelo Gráfico 6.42, de imediato se destacam, em termos de significância, rubricas como os Empréstimos a Clientes, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda,²²⁷ Aplicações em Instituições de Crédito e por último, a rubrica residual Outros Ativos. Contudo, uma observação mais cuidada permite-nos constatar que a evolução da Composição do Activo, neste período, contou por um lado, com os contributos positivos dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e da rubrica Outros Ativos,²²⁸ e contou por outro, com a representação irregular dos empréstimos concedidos a Clientes e com os desenvolvimentos negativos das Aplicações em Instituições de Crédito.

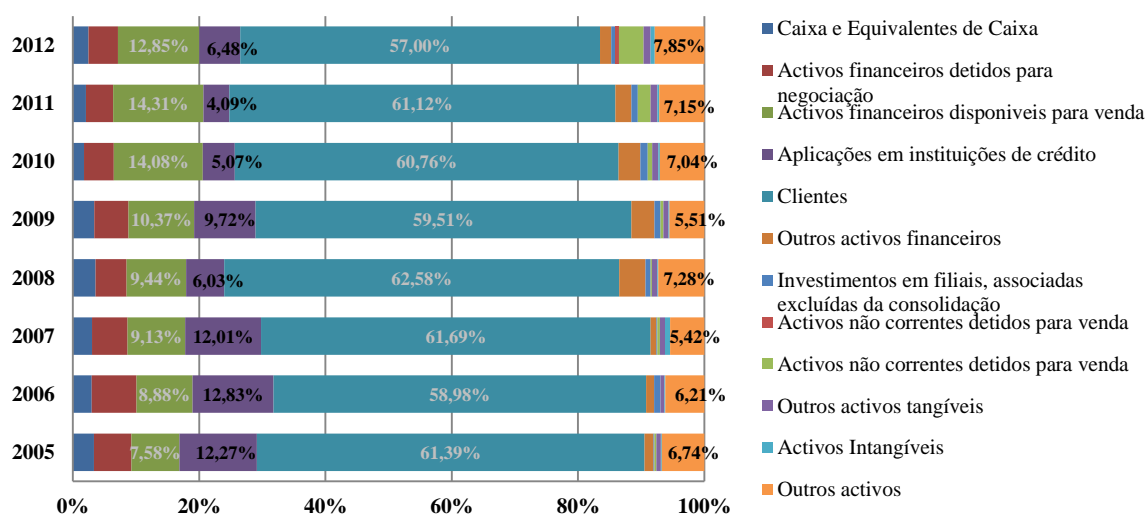


Gráfico 6.42 - Evolução da Composição do Ativo do BES (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

²²⁷ A rubrica Ativos Financeiros Disponíveis para Venda integra ativos financeiros, não derivados, que a instituição detém por tempo indeterminado, sendo no momento do seu reconhecimento inicial designados como disponíveis para venda. A título de exemplo, esta categoria pode incluir títulos como obrigações e outros títulos de rendimento fixo (de emissores públicos e/ou outros emissores), ações e outros títulos de rendimento variável.

²²⁸ Destacando-se o contributo crescente e significativo de Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual se deve à valorização das obrigações e outros títulos de rendimento fixo e das ações e outros títulos de rendimento variável.

Uma vez que os empréstimos a Clientes constituem a principal aplicação de recursos do Grupo BES, importa compreender a razão pela qual os empréstimos concedidos a Clientes tiveram uma representação, em termos de ativos, tão irregular.

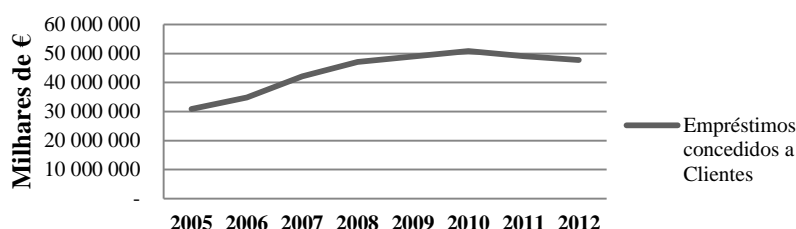


Gráfico 6.43 – Evolução do crédito concedido pelo Grupo BES (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

Assim, analisando-se a evolução do crédito concedido pelo grupo entre 2005-2012, constata-se que este foi crescente até 2010, tendo-se reduzido a partir daí, pelo que a irregularidade verificada no Gráfico 6.42, entre 2005 e 2010, deveu-se ao facto do Activo ter crescido mais que os créditos concedidos. Contudo, o contributo positivo evidenciado por esta rubrica em 2011, não se deve como observável no Gráfico 6.43, ao aumento dos empréstimos concedidos a Clientes, mas antes à redução ocorrida no Activo Total, motivada pela diminuição de várias rubricas, nomeadamente: os ativos financeiros disponíveis para venda, os empréstimos concedidos a clientes e os investimentos detidos até à maturidade.

Salienta-se ainda, que recente evolução decrescente evidenciada pelos Empréstimos a Clientes deve-se também ao requisito que os grupos bancários nacionais têm de cumprir, relativamente ao rácio de transformação, o qual os obriga a reduzir a sua carteira de crédito e a aumentar a sua captação de depósitos.

No que respeita ao Passivo, verifica-se da observação do Gráfico 6.44, que as rubricas que influenciam mais a sua evolução são os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, os Títulos de Dívida Emitidos, os Recursos de Outras Instituições de Crédito e os Recursos dos Bancos Centrais, o que significa que as mesmas constituíram as principais fontes de financiamento do grupo bancário entre 2005 e 2012. No entanto, é oportuno compreender como cada uma dessas rubricas evoluiu ao longo do período em análise.

Uma observação mais cuidada do Gráfico 6.44, revela-nos um facto curioso relativamente à fonte dominante de financiamento do Grupo BES, pois apesar dos Recursos de Clientes e Outros Empréstimos assumirem, em termos gerais, esse papel, em dois períodos – 2007 e 2009 – o mesmo é tomado pelos Títulos de dívida emitidos. Em 2007, devido à emissão de dívida “sénior” através do Programa *Euro Medium Term Notes* (montante total de 5 207 902 milhares de euros) e em 2009 devido ao significativo aumento dos Certificados de depósitos (montante total 5 754 311 milhares de euros). Apesar de tudo, a rubrica Recursos de Clientes e Outros Empréstimos representou em média, durante todo o período em análise, mais de 36,9% do seu Passivo, enquanto os Títulos de dívida emitidos representaram 32,4%. Sendo assim, constata-se que os depósitos dos seus clientes e outros empréstimos são a principal fonte de financiamento externa do Grupo BES.

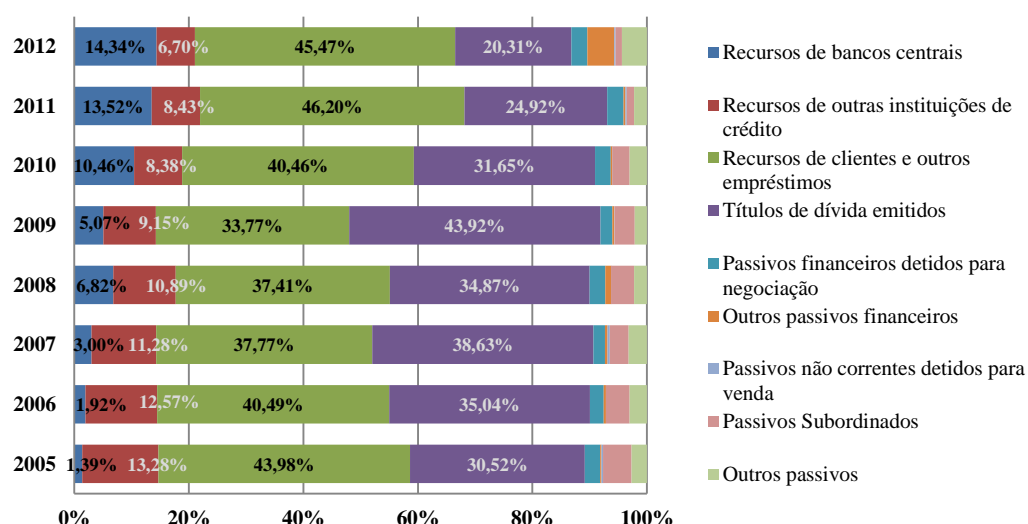


Gráfico 6.44 - Evolução da Composição do Passivo do BES (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

Relativamente aos Recursos de Outras Instituições de Crédito, constata-se que estes, apesar do seu contributo se destacar na estrutura de financiamento do Grupo BES, foram perdendo importância ao longo do tempo, devido à sua progressiva redução a partir de 2010, fruto da desconfiança da solvabilidade do sistema bancário nacional. No que respeita ao Recursos de Bancos Centrais, o seu contributo foi crescente ao longo do horizonte temporal, destacando-se os Recursos provenientes do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Tal é justificado pela acentuada deterioração das condições de acesso

ao financiamento dos bancos portugueses, contudo alerta-se para a necessidade do Grupo BES empreender esforços, no sentido de captar mais recursos junto dos seus clientes, de modo a diminuir a sua dependência face aos Recursos de Bancos Centrais, tal como exigido no PAEF.

Assim, considerando a evolução conjunta dos Recursos de Bancos Centrais com a dos Títulos de Dívida Emitidos constata-se que o financiamento por grosso do Grupo BES representou em média, durante o período 2005-2012, 39,55% do seu Passivo, o que supera o contributo médio dos Recursos de Clientes e outros empréstimos (36,9%), evidenciando, desta forma, uma elevada dependência do financiamento por grosso.

Contudo, importa destacar que no período de 2010-2012, a principal fonte de financiamento do Grupo BES foram os Recursos de Clientes e outros empréstimos, que auxiliados pelos Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, compensaram as dificuldades sentidas pelo grupo em financiar-se directamente nos mercados financeiros internacionais, evidenciadas pela significativa redução dos Títulos de Dívida Emitidos. Apesar do recente decréscimo verificado, em termos de importância para o financiamento do grupo bancário em causa da rubrica Títulos de Dívida Emitidos, importa referir que, à semelhança de outros grupos bancários nacionais, o Grupo BES também recorreu ao Regime de Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado a favor de Instituições de Crédito, tendo emitido, ao abrigo do mesmo, três empréstimos obrigacionistas: o primeiro, em Janeiro de 2009 no montante de 1 500 milhões de euros; o segundo, em Maio de 2011 no montante 1 250 milhões de euros; e o terceiro,²²⁹ em Janeiro de 2012 no montante de 1 000 milhões de euros.

De modo, a concluirmos a análise do Balanço do Grupo BES, no período 2005-2012, resta-nos analisar a evolução do seu Capital Próprio, ilustrada pelo Gráfico 6.45.

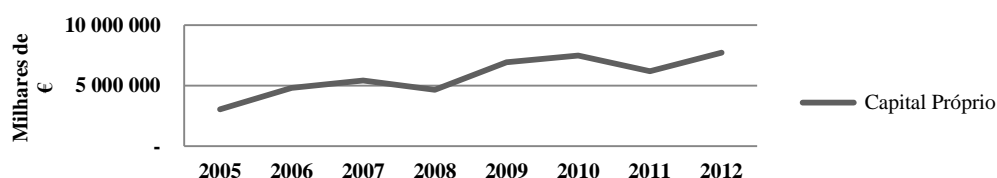


Gráfico 6.45 - Evolução do Capital Próprio do Grupo BES (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

²²⁹ Este último empréstimo obrigacionista emitido com garantia do Estado teve como finalidade, essencialmente, servir de colateral junto do Banco Central Europeu.

Como é possível observar no Gráfico 6.45, a evolução do Capital Próprio do Grupo BES foi bastante instável, uma vez que se identificam dois períodos em que ocorrem reduções significativas do seu valor (2008 e 2011). Apesar de já ser possível, com base na informação relativa ao contexto, tecer algumas considerações relativamente a determinados pontos da evolução do Capital Próprio do Grupo BES, é importante detalhar as razões que explicam a configuração que assume, analisando-se para isso a composição do Capital Próprio.

Tal como é possível observar no Gráfico 6.46 e como seria expectável, o Capital Social representa a maior parte do Capital Próprio do Grupo BES, tendo este evoluído de forma crescente ao longo do período, em resultado sobretudo das quatro operações de aumento de capital que realizou, como descritos na Tabela 6.6 - Aumentos de Capital do Grupo BES (2005-2012). Tais operações tiveram como propósito, atender às novas exigências regulamentares e reforçar o posicionamento competitivo do Grupo BES.

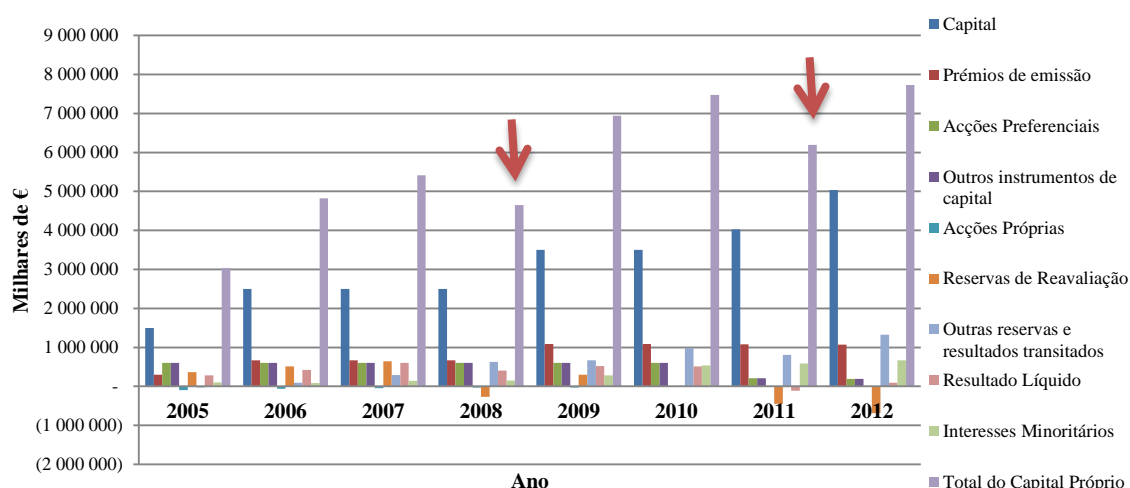


Gráfico 6.46 - Evolução da Composição do Capital Próprio do Grupo BES (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

O Grupo BES foi o único grupo bancário português e um dos grupos bancários da nossa amostra que não recorreu ao Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas, tendo reforçado a sua capitalização através de soluções de mercado, tendo sido o primeiro grupo bancário de nacionalidade portuguesa a reabrir o mercado de dívida para os bancos portugueses, com a emissão de dívida “sénior” no montante de 750 milhões de euros, em Novembro de 2012.

Através da análise da Tabela 6.6, verifica-se que entre 2005-2012 foram realizados 4 aumentos de capital, os quais totalizaram o valor de 3 539 892 000 milhares de euros, correspondentes a 3 767 928 471 ações.

Ano	Montante (milhares €)	ações	Modo de realização
2006	1 000 000	250 000 000	50 000 000 novas ações realizadas por incorporação de reservas, na razão de 1 nova ação por cada 6 detidas e 150 000 000 novas ações por subscrição de acionistas, 1 nova por cada 4 detidas, a 9,20€ cada .
2009²³⁰	1 200 000	666 666 666	Realizadas através de subscrição pública e com observância dos direitos de preferência na subscrição de novas acções, na razão de 4 ações novas por cada 3 existentes, a 1,80€ cada.
	2 333 000		Realizadas por incorporação de reservas.
2011	530 000	294 573 418	Realizadas por entradas em espécie constituídas pelos valores mobiliários emitidos pelo BES, BESI e BES Finance, a 1,80€ por ação. E emissão de 81 736 obrigações de caixa subordinadas de valor nominal de 100€ cada.
2012	1 009 892	2 556 688 387	Integralmente realizadas em numerário.
Aumento de Capital Total (2005-2012)	3 539 892	3 767 928 471	

Tabela 6.6 - Aumentos de Capital do Grupo BES (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

Retomando a atenção sobre o Gráfico 6.46, o decréscimo verificado no Capital Próprio entre 2007-2008 deveu-se, essencialmente, à materialização dos efeitos da crise financeira, os quais levaram ao reconhecimento de elevadas menos-valias e à acentuada desvalorização das participações estratégicas (913 milhões de euros). Por sua vez, o decréscimo verificado entre 2010-2011, para além dos motivos anteriormente enunciados, resultou também da diminuição dos instrumentos híbridos de capital (ações preferenciais e valores mobiliários com juros condicionados) e o prejuízo reconhecido no período.

²³⁰ A operação de aumento de capital realizada pelo Grupo BES em 2009 envolveu três fases: Fase 1 - redução do capital social em 2 000 milhões de euros e constituição imediata de uma reserva especial nesse montante; Fase 2 – realização de um aumento do capital social em 1 200 milhões de euros; Fase 3 – realização de um segundo aumento do capital social em 2 333 milhões de euros por incorporação de reservas (incluindo a totalidade da reserva especial constituída na Fase 2).

– Análise da Demonstração de Resultados 2005 a 2012

Tal como já referido, antes de se analisar a evolução dos rácios de capital do Grupo BES importa analisar todas as componentes que concorrem para o seu cálculo, faltando apenas neste momento observar a evolução dos seus Resultados Líquidos.

Da observação do Gráfico 6.47, verifica-se que o Resultado Líquido do Grupo BES deteriora-se significativamente entre 2007-2008, recupera em 2009, contudo a partir de 2010 degrada-se acentuadamente, incorrendo mesmo em prejuízos em 2011. No entanto, importa salientar a recuperação de resultado efectuada em 2012, regressando dessa forma a terreno positivo.

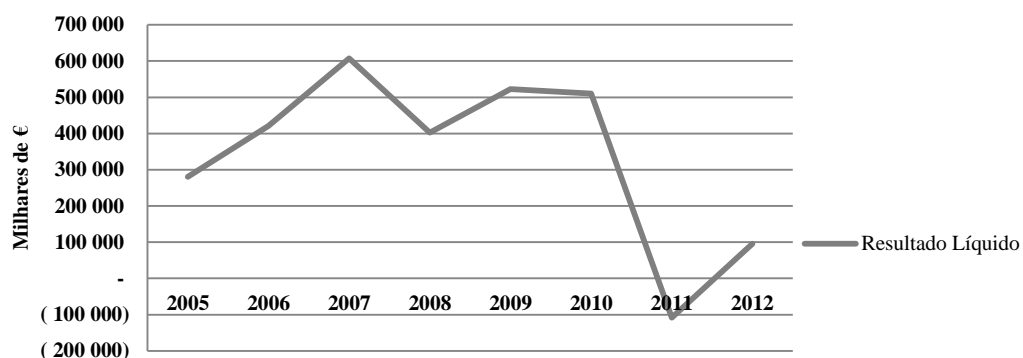


Gráfico 6.47 - Evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BES (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

De modo a compreender-se melhor as razões que justificam a evolução descendente de resultados evidenciada pelo Gráfico 6.47, analisa-se a evolução das principais fontes de receita e das principais fontes de despesa do grupo bancário.

Da observação do Gráfico 6.48 constata-se que a receita *core* evoluiu favoravelmente entre 2005 a 2009, tendo estabilizado até ao fim do período definido. Contudo, a receita proveniente de Outros Proveitos Operacionais revelou uma grande instabilidade, tendo-se degradado significativamente em 2008 e 2011, fruto de perdas decorrentes de outras actividades de exploração e de prejuízos em ativos financeiros disponíveis para venda, respectivamente. No entanto, à que destacar que em 2007, 2010 e 2012, a receita proveniente de Outros Proveitos Operacionais superou a receita *core*, devido ao aumento particularmente significativo ocorrido nos Resultados de serviços e

Comissões e dos Ativos Financeiros Disponíveis para venda (com maior relevo em 2012).

Relativamente à receita proveniente de filiais e empresas associadas, como nos grupos bancários anteriores, o seu contributo é pouco significativo, no entanto destaca-se a deterioração da mesma em 2008 e, com maior significado, em 2011, fruto da conjuntura negativa. No ano de 2009 registou-se uma relevante melhoria, no entanto esta não foi sustentável como constatável no gráfico abaixo.

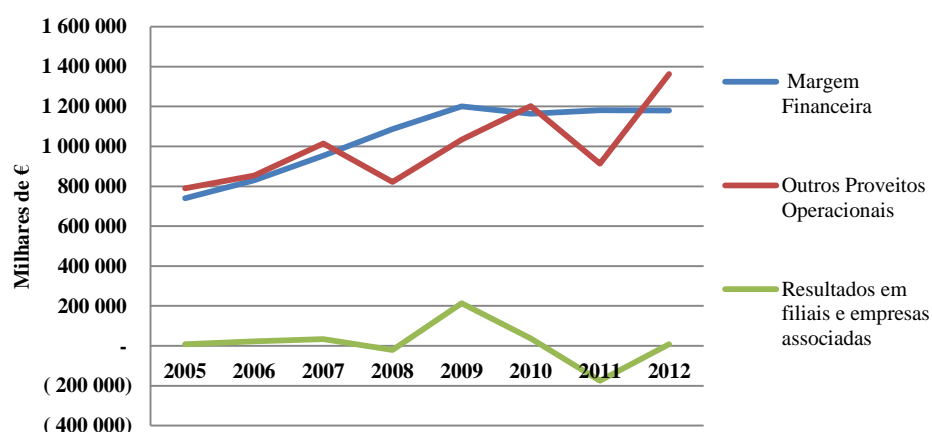


Gráfico 6.48 – Evolução das principais Fontes de Receita do Grupo BES (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

No que respeita às fontes de despesa, tal como expectável, os custos operacionais são a principal fonte de custo, no entanto destaca-se a evolução crescente das Provisões e Imparidades (excepto em 2010), as quais têm vindo a ganhar um peso progressivamente relevante na deterioração dos resultados operacionais. A evolução da rubrica Provisões e Imparidades retrata essencialmente a erosão da qualidade do crédito ocorrida durante o período em análise, a qual se materializou num aumento significativo das imparidades de crédito líquidas e das respectivas provisões.

Ainda relativamente aos Custos Operacionais Totais importa destacar que os mesmos foram crescentes até 2010, tendo-se reduzido ligeiramente em 2011, contudo identifica-se uma ligeira tendência de aumento dos mesmos em 2012. Apesar da evolução dos custos operacionais do grupo BES ser consonante com a tendência evidenciada pelo sistema bancário nacional de optimização da estrutura de custos, esta

ainda é pouco significativa quando comparada, por exemplo, com a evolução ocorrida, entre 2010-2012, nos outros dois grupos bancários já analisados.

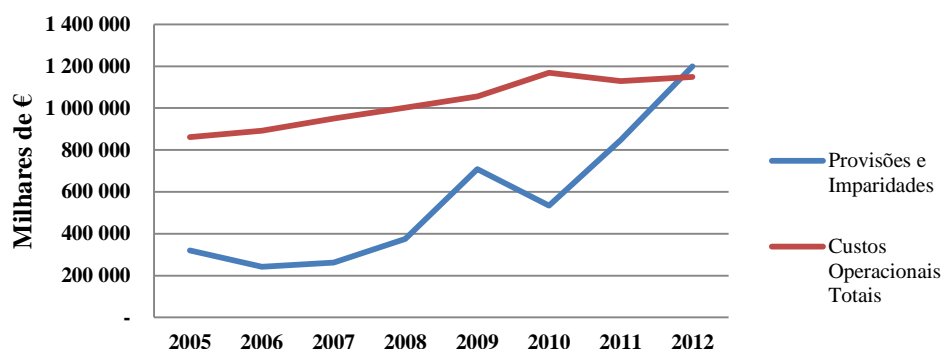


Gráfico 6.49 - Evolução das principais Fontes de Despesa do Grupo BES (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

Considerando a evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BES e dos seus Capitais Próprios ao longo do horizonte temporal em análise, constata-se que a sua Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE – *Return On Equity*) foi, tal como expectável, se deteriorando significativamente a partir de 2007, como ilustrado no Gráfico 6.50.

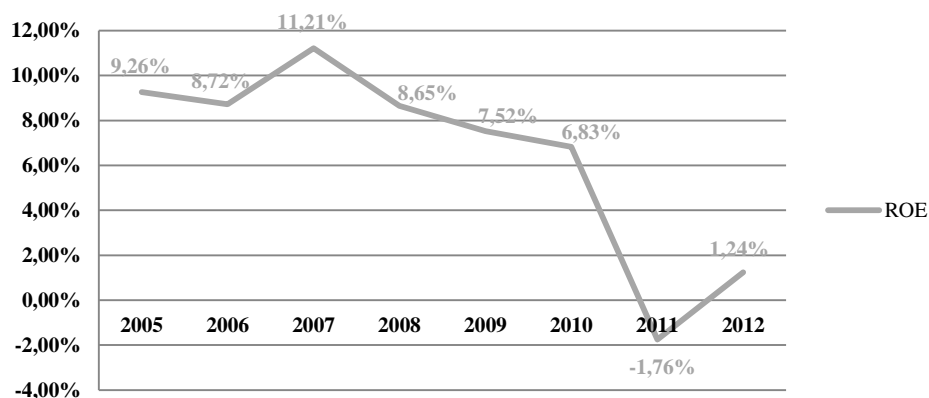


Gráfico 6.50 - Evolução do ROE do Grupo BES (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

A deterioração do ROE identificável em 2006, não se deve a uma deterioração do Resultado Líquido do período, mas antes ao aumento do Capital Próprio efectuado. Por sua vez, a evolução decrescente do ROE entre 2007-2011, resulta da combinação de efeitos das variações ocorridas no Resultado Líquido do BES e no seu Capital Próprio, mais concretamente do progressivo declínio dos seus Resultados Líquidos, pelas razões

já enumeradas, e dos aumentos de Capital realizados entre 2006 e 2012. A conjugação destes dois desenvolvimentos conduziu à severa diluição da rentabilidade dos seus accionistas, contudo 2012 demonstrou uma ligeira recuperação da mesma, em resultado da melhoria obtida no Resultado Líquido.

– Análise do Cumprimento dos Rácios de Capital

Após a análise da posição financeira e do desempenho do Grupo BES no período de 2005-2012, e considerando as especificidades de contexto discutidas aquando da reflexão geral do Caso da Banca Portuguesa, estamos agora em condições de analisar não só a evolução dos rácios de capital do grupo bancário em questão, mas também a(s) estratégia(s) adoptada(s) para cumprir os mesmos.

Antes de mais, importa compreender como os Fundos Próprios Totais do Grupo BES evoluíram no horizonte temporal de 2005-2012, pois dessa forma será possível inferir parte da estratégia adoptada para o cumprimento dos requisitos de capital exigíveis ao sistema bancário nacional.

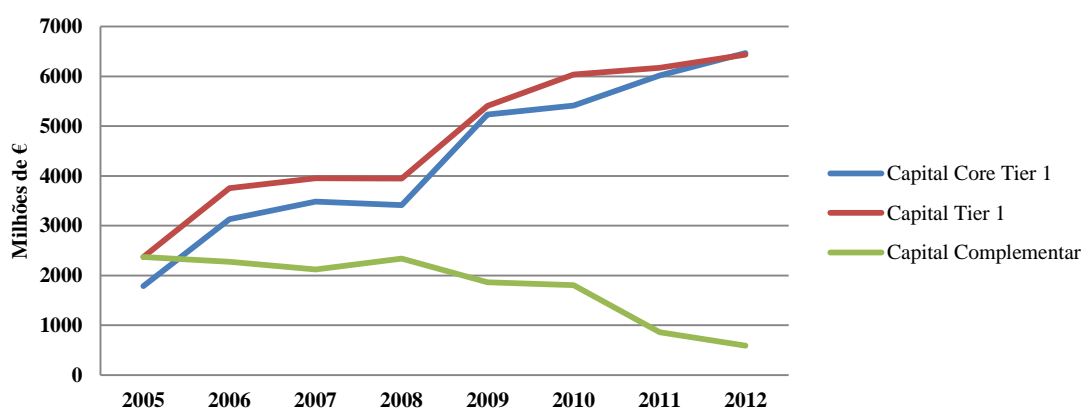


Gráfico 6.51 - Evolução das principais categorias de capital que compõem os Fundos Próprios do Grupo BES (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

O Gráfico 6.51 demonstra sem sombra de dúvida que o Capital *Tier 1* representa a maior parte dos Fundos Próprios do Grupo BES, tendo evoluído favoravelmente ao longo do período temporal definido. A sua evolução deveu-se em grande parte ao crescimento do Capital *Core Tier 1*, o qual resultou de sucessivos aumentos de capital

realizados entre 2006 a 2012. Contudo, destaca-se o facto de que parte do aumento efectuado em 2006 e 2009 foi realizado através da incorporação de reservas disponíveis para esse efeito, ou seja, à custa de uma redução de Capital Adicional *Tier1*.²³¹ Relativamente ao Capital Complementar, a sua evolução evidenciou uma tendência decrescente ao longo do horizonte temporal, fruto do processo gradual de substituição de capital de qualidade inferior (*Tier2* e *Tier3*) por capital de maior qualidade (*Core Tier1*), tendo por isso se assistido à secundarização do Capital Complementar na composição dos Fundos Próprios do grupo bancário, como evidenciado também no Gráfico 6.52.

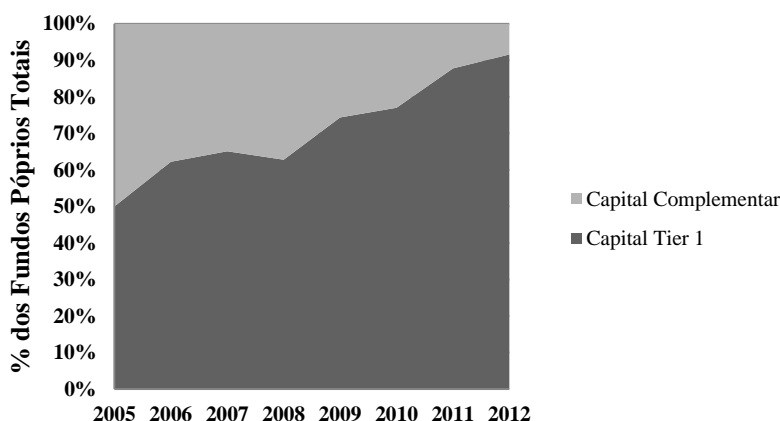


Gráfico 6.52 - Composição dos Fundos Próprios excluindo deduções (% dos Fundos Próprios Totais).
 Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

Uma vez analisada a evolução dos Fundos Próprios do Grupo BES no período definido, importa agora compreender como as Posições de Risco Ponderadas progrediram ao longo do mesmo, dado que o enquadramento regulamentar relativo ao seu apuramento foi atualizado nesse período.

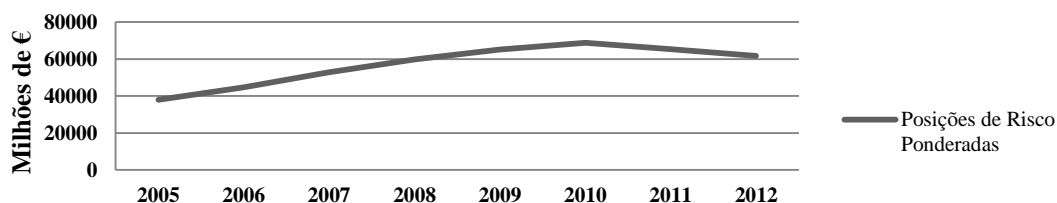


Gráfico 6.53 - Evolução das Posições de Risco Ponderadas (2005-2012)
 Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

²³¹ Tal é mais notório em 2009, onde se identifica mesmo um crescimento do Capital *Core Tier 1* “sem expressão” no Capital *Tier1*.

Da observação do Gráfico 6.53, constata-se que as Posições de Risco Ponderadas aumentaram significativamente entre 2005 e 2010, demonstrando claramente a elevada exposição ao risco a que o Grupo BES estava sujeito. No entanto, a evolução evidenciada pelas Posições de Risco Ponderadas deve-se essencialmente às exposições do grupo ao risco de crédito, contudo destacam-se os seus esforços²³² no sentido de minimizar o mesmo, os quais se traduziram numa redução das suas Posições de Risco Ponderadas em 2011 e 2012.

Considerando a evolução dos Fundos Próprios e das Posições de Risco Ponderadas, é possível agora analisar a forma como os principais rácios de capital evoluíram entre 2005 e 2012.

Como é possível observar no Gráfico 6.54, o Rácio de Solvabilidade, *Core Tier 1* e *Tier 1* exibem, como seria de esperar, uma evolução muito semelhante em termos de tendência de crescimento ou decrescimento. O desenvolvimento dos rácios referidos depende da evolução do valor dos Fundos Próprios, Capital *Core Tier 1*, Capital *Tier 1* (numeradores), respectivamente e Posições de Risco Ponderadas (denominador).

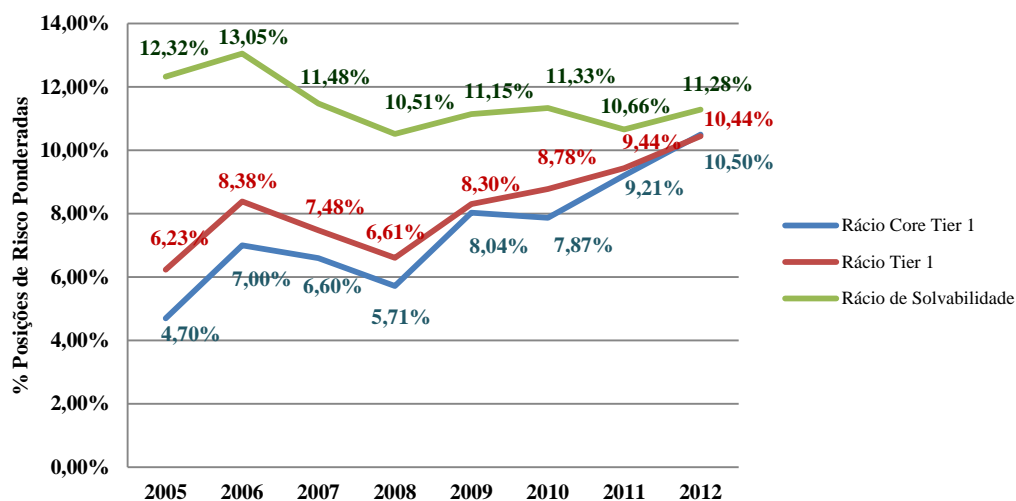


Gráfico 6.54 - Evolução dos Rácios de Capital do Grupo BES (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BES de 2005-2012.

²³² A título de exemplo, esses esforços materializaram-se na adopção de critérios mais restritivos na concessão de crédito, num acompanhamento contínuo de empresas e sectores de risco, na adopção de métodos mais sofisticados de determinação dos riscos (cumprimento do novo enquadramento regulamentar relativo ao apuramento dos riscos estipulado pelo Banco de Portugal).

Tendo em consideração as análises anteriormente realizadas, verificamos que entre 2006-2008 os rácios de capital do Grupo BES evoluíram negativamente, devido à excessiva assunção de riscos no desenvolvimento da sua atividade, tal como evidenciado nas Posições de Risco Ponderadas presentes no Gráfico 6.53, que anularam o efeito positivo decorrente do ligeiro reforço de Capital *Core Tier1* efectuado. A partir de 2008, constata-se uma evolução crescente expressiva, tanto do Rácio *Core Tier1* como do Rácio *Tier1*, em resultado dos significativos aumentos de capital efectuados pelo grupo bancário e pela diminuição da sua exposição ao risco (a partir de 2010). A evolução do Rácio de Solvabilidade deve-se à redução dos Capitais Complementares na composição dos Fundos Próprios, ao longo do horizonte de análise, daí que este se tenha vindo a aproximar gradualmente dos valores apresentados pelo Rácio *Tier1*. Contudo, apesar dos condicionalismos a que o Grupo BES esteve exposto, principalmente a partir de 2007, destaca-se o facto do mesmo ter cumprido os requisitos mínimos de capital estabelecidos no PAEF²³³ e comunicados pelo Banco de Portugal, tendo em 2011 e 2012 apresentado um Rácio *Core Tier1* de 9,21% e 10,50% respectivamente, superando os mínimos exigidos de 9% e 10%.

²³³ Considerando as Regras do Basileia II.

6.1.4. Banco Português de Investimento

O Grupo Bancário Banco Português de Investimento é o quarto maior²³⁴ grupo do sistema bancário nacional, representa cerca de 8,96% dos Ativos Totais, 8,69% do crédito total concedido e 8,53% dos recursos captados. A sua dimensão atribui-lhe, à semelhança dos grupos bancários anteriormente analisados, poder para influenciar o sistema bancário nacional, sendo por isso relevante a análise das suas Demonstrações Financeiras, de modo a compreender a sua evolução patrimonial e o desenvolvimento da sua atividade no horizonte temporal definido.

- **Análise do Balanço 2005 a 2012 (BPI, 2005, BPI, 2006, BPI, 2007, BPI, 2008, BPI, 2009, BPI, 2010, BPI, 2011, BPI, 2012)**

Como observável no Gráfico 6.55, o Activo e o Passivo do BPI evoluíram similarmente, tendo apresentado uma evolução crescente entre 2005 e 2009, contudo a partir de 2010 verifica-se a tendência inversa, salientando-se o decréscimo significativo ocorrido nos mesmos em 2011. Como referido inicialmente, 2011 foi um ano particularmente difícil da economia portuguesa, uma vez que a crise da dívida soberana atingiu o nosso país e da mesma resultou uma significativa deterioração das condições de financiamento da banca nacional. Assim, as dificuldades de financiamento conjugadas com o processo de desalavancagem motivado pelo PAEF, conduziram à evolução descendente do Activo e Passivo verificada entre 2009 e 2011. Contudo, no ano 2012 identifica-se um ligeiro aumento de ambas as classes patrimoniais.

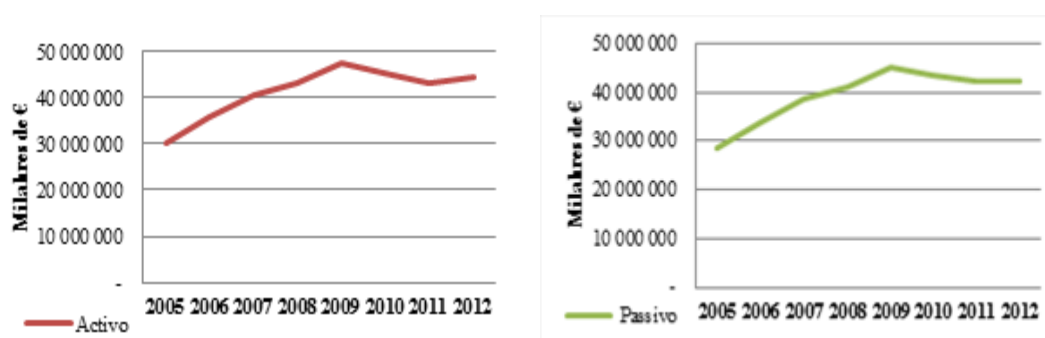


Gráfico 6.55 - Evolução do Activo e do Passivo do Grupo BPI 2005-2012.

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

²³⁴ Segundo dados relativos a 2012.

Apesar da análise geral da evolução do Ativo e Passivo ser importante, esta não é suficientemente explícita, pois não nos fornece informação suficiente acerca da composição do património do grupo bancário em causa, a qual nos é útil, por um lado, para identificar as principais aplicações de recursos do grupo e as principais fontes externas de financiamento dos mesmos e por outro, para nos ajudar a identificar possíveis características do modelo de negócio do grupo em análise.

Ao analisarmos a Evolução da Composição do Ativo do BPI, ilustrada pelo Gráfico 6.56, de imediato se destacam, em termos de significância, rubricas como os empréstimos a Clientes, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda²³⁵ e a rubrica Ativos Financeiros detidos para Negociação. Contudo, uma observação mais cuidada permite-nos constatar que a evolução do Ativo, neste período, deveu-se por um lado, aos desenvolvimentos positivos dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e dos Empréstimos a Clientes, destacando-se, no entanto, no caso destes últimos, a sua menor representação entre 2005-2009 e 2010-2012. Por outro lado, a composição do Ativo foi também influenciada pelos decréscimos verificados nos Ativos Financeiros detidos para negociação.

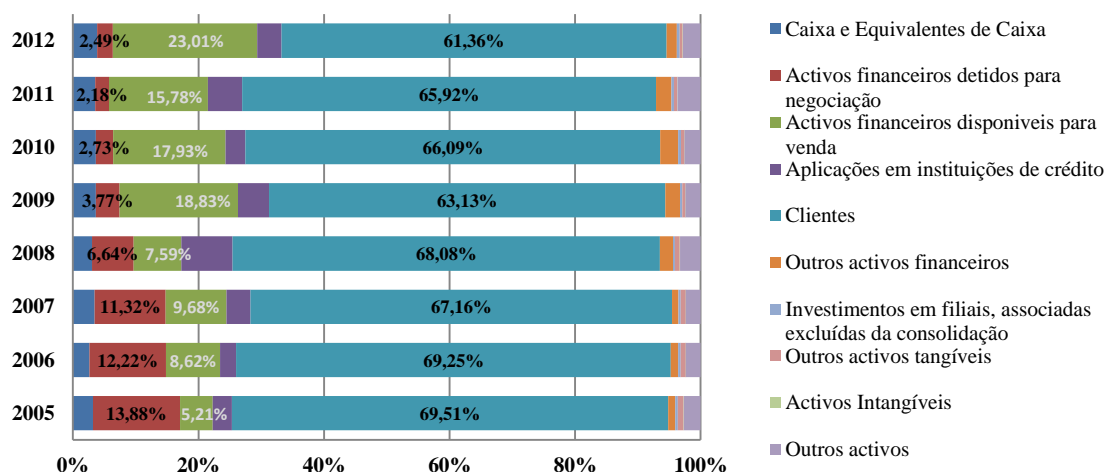


Gráfico 6.56 - Evolução da Composição do Activo do Grupo BPI (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

²³⁵ A rubrica Ativos Financeiros Disponíveis para Venda integra ativos financeiros, não derivados, que a instituição detém por tempo indeterminado, sendo no momento do seu reconhecimento inicial designados como disponíveis para venda. A título de exemplo, esta categoria pode incluir títulos como obrigações e outros títulos de rendimento fixo (de emissores públicos e/ou outros emissores), ações e outros títulos de rendimento variável.

Uma vez que os empréstimos a Clientes constituem a principal aplicação de recursos do Grupo BPI, importa compreender a razão pela qual os empréstimos concedidos a Clientes assumiram a configuração descrita na composição do seu Activo.

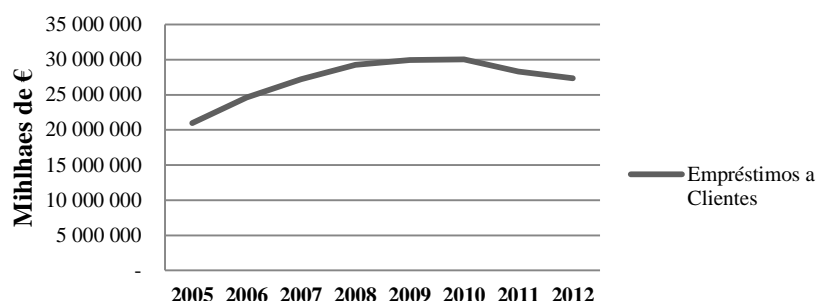


Gráfico 6.57 - Evolução do crédito concedido pelo Grupo BPI (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

Assim, analisando-se a evolução do crédito concedido pelo grupo entre 2005-2012, constata-se que este foi crescente até 2010, tendo-se reduzido a partir daí, pelo que o decréscimo verificado no Gráfico 6.56, entre 2005-2009, deveu-se ao facto do Activo ter crescido mais que os créditos concedidos. A recente evolução decrescente evidenciada pelos Empréstimos a Clientes deve-se também ao requisito que os grupos bancários nacionais têm de cumprir, relativamente ao rácio de transformação, o qual os obriga a reduzir a sua carteira de crédito e a aumentar a sua captação de depósitos.

No que respeita ao Passivo, verifica-se da observação do Gráfico 6.58, que as rubricas que influenciam mais a sua evolução são os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, os Títulos de Dívida Emitidos, os Recursos de Outras Instituições de Crédito e a rubrica residual Outros Passivos,²³⁶ o que significa que as mesmas constituíram as principais fontes de financiamento do grupo bancário entre 2005 e 2012. No entanto, é oportuno compreender como cada uma dessas rubricas evoluiu ao longo do período em análise.

Assim sendo, facilmente se constata que a rubrica Recursos de Clientes e Outros Empréstimos representou durante todo o período mais de 47% do seu Passivo, sendo por isso os depósitos dos seus clientes e outros empréstimos a sua principal fonte de

²³⁶ A rubrica Outros Passivos integra as rubricas de Provisões, Provisões Técnicas, Passivos por Impostos, Obrigações subordinadas de conversão contingente e Outros passivos.

financiamento. Os Títulos de Dívida Emitidos, assim como os Recursos de outras instituições de crédito, foram ganhando relevo na estrutura de financiamento do Grupo. Contudo, com a significativa deterioração das condições de financiamento, o Grupo BPI enfrentou maiores dificuldades na colocação dos seus títulos, tendo por isso reforçado o seu financiamento junto do Banco Central.

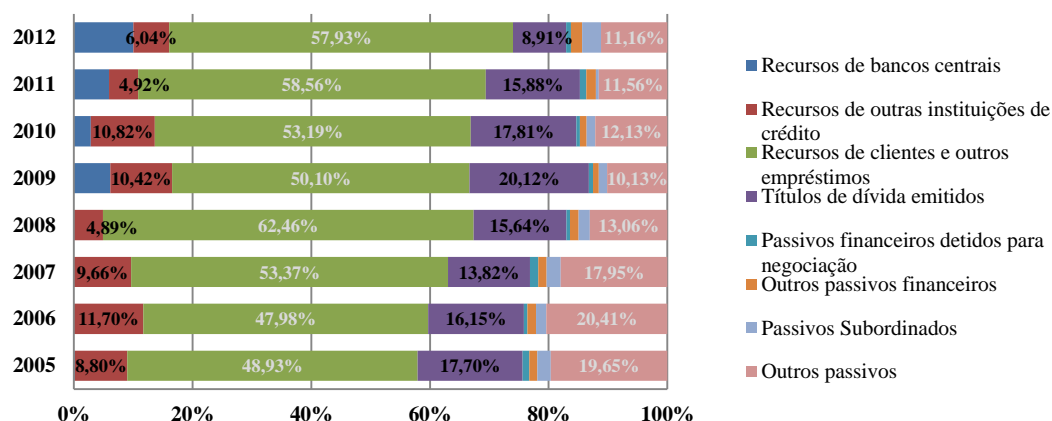


Gráfico 6.58 - Evolução da Composição do Passivo do Grupo BPI (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

A persistência de condições de financiamento significativamente desfavoráveis e os efeitos adversos decorrentes do agravamento do risco de crédito, sentidos com o eclodir da crise da dívida soberana em Portugal, inviabilizou o cumprimento dos requisitos de capital mais elevados²³⁷ estipulados, com recurso a apenas soluções privadas de mercado, o que contribuiu para a apresentação, por parte do BPI, do seu Plano de Recapitalização em Junho de 2012.²³⁸

O Plano de Recapitalização do Grupo BPI resultou da necessidade deste reforçar o seu capital em 1.184 milhões de euros, de modo a constituir um *buffer* de capital associado aos riscos da dívida pública (portuguesa e grega) e a assegurar o cumprimento dos requisitos de Capital *Core Tier1* definidos. O montante total associado ao Plano de

²³⁷ Estabelecidos no PAEF, contudo estes pretendem estar em alinhamento com as disposições de Basileia III, no sentido de dotar as instituições de crédito nacionais de maior capacidade de absorção de perdas, tornando-as mais resilientes a choques adversos.

²³⁸ O Plano de Recapitalização da BPI resultou do cumprimento da Recomendação da ABE, uma vez que no exercício dos “*stress-test*” esta entidade reconheceu a necessidade de reforço do capital de um conjunto de grupos bancários, no qual o BPI se integrava. A recomendação da ABE consiste em os bancos constituírem um *buffer* temporário de capital que lhes permita atingir um Rácio *Core Tier1* de 9% a 30 de Junho de 2012, tendo em conta as exposições de dívida soberana valorizadas a preços de mercado de 30 de Setembro de 2011.

Recapitalização foi de 1.500 milhões de euros, tendo sido realizado da seguinte forma: emissão de 1.500 milhões de euros de instrumentos híbridos (*Cocos*)²³⁹ elegíveis para *Capital Core Tier1*, subscritos integralmente pelo Estado Português em 29 de Junho de 2012. Em Agosto do mesmo ano, o montante anterior foi reduzido, pois o Grupo BPI recomprou 200 milhões de euros de instrumentos ao Estado com o encaixe obtido do aumento de capital efectuado junto dos seus acionistas.

Ainda relativamente ao Plano de Recapitalização do Grupo BPI acresce dizer, que apesar dos benefícios do mesmo, o grupo bancário tem vindo a esforçar-se no sentido de recomprar o quanto antes os instrumentos subscritos pelo Estado, dados os elevados custos e condicionalismos que os mesmos implicam. Assim, até à data o Grupo BPI já recomprou 580²⁴⁰ milhões de euros de *CoCos*, restando apenas 920 milhões de euros dos iniciais 1.500 milhões de euros.

A referida operação de recapitalização permitiu ao Grupo BPI reforçar a sua capacidade de absorção de perdas e assegurar o cumprimento dos seus requisitos regulamentares. No entanto, antes de se analisar a evolução dos seus rácios de capital e as estratégias prosseguidas por este no seu cumprimento (para além das já referidas), importa analisar a evolução da composição do seu Capital Próprio e dos seus Resultados, uma vez que os mesmos concorrem para a determinação dos requisitos de capital.

Ao observarmos o Gráfico 6.59, constatamos que o Capital Próprio do Grupo BPI teve uma evolução irregular ao longo do período em análise, destacando-se o aumento significativo do mesmo entre 2008-2009 e entre 2011-2012, e um decréscimo assinalável entre 2010-2011.

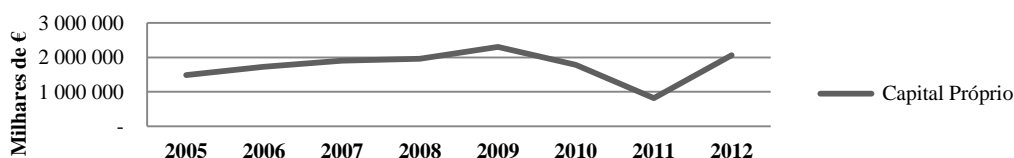


Gráfico 6.59 - Evolução do Capital Próprio do Grupo BPI (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

²³⁹ Sujeitos às condições previstas nas Tabelas 6.3 e 6.4.

²⁴⁰ Recompras: 1ª – 200 milhões de euros (Agosto de 2012); 2ª – 100 milhões de euros (Dezembro de 2012); 3ª – 200 milhões de euros (Março de 2013); e 4ª – 80 milhões de euros (Julho de 2013).

Apesar de já ser possível, com base na informação anteriormente discutida, tecer algumas considerações relativamente a determinados pontos da evolução do Capital Próprio do BPI, é importante detalhar as razões que explicam a configuração que assume, analisando-se para isso a composição do Capital Próprio.

Tal como é possível observar no Gráfico 6.60 e como seria expectável, o Capital Social representa a maior parte do Capital Próprio, tendo este evoluído de forma crescente ao longo do período, em resultado das três operações de aumento de capital que realizou, como descritos na Tabela 6.7 - Aumentos de Capital do Grupo BPI (2005-2012). Tais operações tiveram como propósito assegurar a defesa e o reforço do capital do Grupo BCP, de modo a fortalecer a sua resiliência a cenários adversos e a garantir o cumprimento dos requisitos regulamentares que lhe são exigíveis.

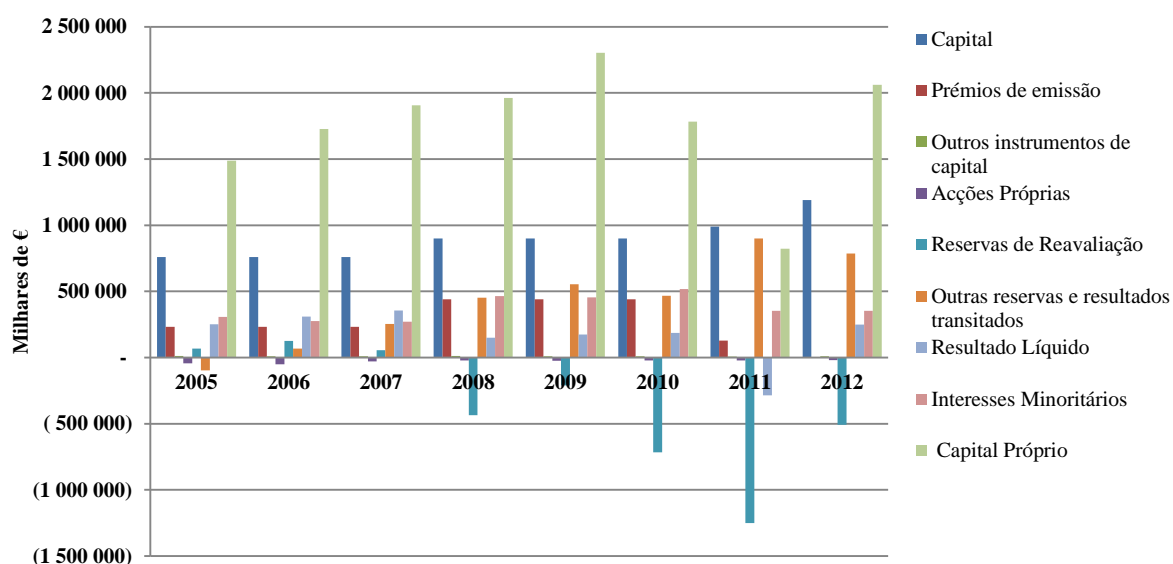


Gráfico 6.60 - Evolução da Composição do Capital Próprio do Grupo BPI (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

Através da análise da Tabela 6.7, verifica-se que entre 2005-2012 foram realizados 3 aumentos de capital, os quais totalizaram o valor de 430 000 milhares de euros, correspondentes a 1 522 000 000 ações, realizadas em numerário, excepto o aumento executado em 2011, o qual foi efectuado através da incorporação de reservas disponíveis para esse efeito.

Ano	Montante (milhares €)	Ações	Valor Nominal	Modo de realização
2008	140 000 ²⁴¹	140 000 000	1€	Integralmente realizadas em numerário.
2011	90 000	982 000 000		Realizado através da incorporação de reservas disponíveis para o efeito.
2012 ²⁴²	200 000	400 000 000	0,5€	Integralmente realizadas em numerário.
Aumento de Capital Total (2005-2012)	430 000	1 522 000 000		

Tabela 6.7 - Aumentos de Capital do Grupo BPI (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

Retomando a atenção sobre o Gráfico 6.60, o decréscimo verificado no Capital Próprio entre 2009-2011 deveu-se, em grande medida, à variação negativa das Reservas de Reavaliação, em resultado das diferenças cambiais em investimentos em entidades estrangeiras (empresas filiais e associadas) e da desvalorização de Ativos financeiros disponíveis para venda (títulos e derivados de cobertura). Ainda relativamente ao exercício de 2011, o prejuízo incorrido concorreu também para o decréscimo verificado. No que respeita ao aumento evidenciado em 2012, este resultou da combinação de efeitos decorrentes dos aumentos de capital realizados²⁴³ e da recuperação das reservas de reavaliação.²⁴⁴

– Análise da Demonstração de Resultados 2005 a 2012

Tal como já referido, antes de se analisar a evolução dos rácios de capital do Grupo BPI importa analisar todas as componentes que concorrem para o seu cálculo, faltando apenas neste momento observar a evolução dos seus Resultados Líquidos.

Da observação do Gráfico 6.61, verifica-se que o Resultado Líquido do Grupo BPI deteriora-se entre 2007-2008, recupera ligeiramente até 2010 e volta a degradar-se

²⁴¹ Valor Total do Encaixe foi de 350 milhões de euros. Preço de Subscrição Unitário foi 2,5€, logo o prémio de emissão unitário foi 1,5€ (Prémios de Emissão: 210 milhões de euros; Reforço do Capital Social: 100 milhões de euros).

²⁴² Ano de execução do Plano de Recapitalização do Grupo BPI, além do aumento do capital, o Estado Português subscreveu 1.500 milhões de euros de instrumentos híbridos qualificados como Capital *Core Tier 1*.

²⁴³ Em 2012, para além do aumento de capital, o Estado Português subscreveu 1.500 milhões de euros de *CoCos*, instrumentos híbridos com qualidade reconhecida para integrar o Capital *Core Tier 1*, contudo.

²⁴⁴ A variação demonstrada, durante o período de análise, pela rubrica Reservas de Reavaliação deveu-se sobretudo à variação das reservas de justo valor, devido à deterioração do valor dos títulos de dívida soberana detidos.

significativamente em 2011, atingindo prejuízos avultados. O ano de 2012 é um ano de forte recuperação da rentabilidade, uma vez que se regressa a terreno positivo de forma expressiva.

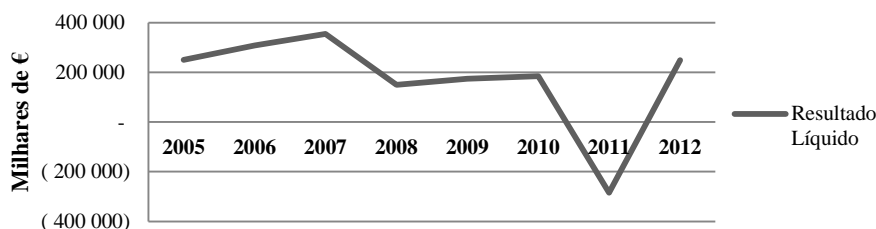


Gráfico 6.61 - Evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BPI (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

De modo a compreender-se melhor as razões que justificam a evolução descendente de resultados evidenciada pelo Gráfico 6.62, analisa-se a evolução das principais fontes de receita e das principais fontes de despesa.

Como se pode observar no Gráfico 6.62, entre 2005-2011 a principal fonte de receita do Grupo BPI foi o seu negócio *core*, tal como evidenciado pela sua Margem Financeira. A receita proveniente de Outros Proveitos Operacionais assume também um papel de destaque na rentabilidade do grupo, uma vez que gerou uma receita bastante próxima da gerada pelo negócio *core*, chegando mesmo a ultrapassá-la a partir de 2011. Tal facto deveu-se às condições extramente difíceis e dispendiosas de financiamento que vigoraram nesse período, tendo havido uma redução significativa da remuneração das aplicações do grupo e um aumento dos juros pagos pelos depósitos aos seus clientes, o que conduziu a um verdadeiro “esmagamento” das suas margens.

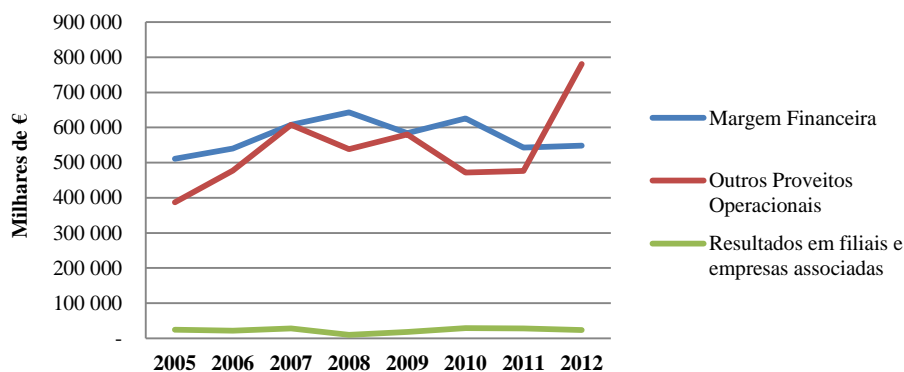


Gráfico 6.62 - Evolução das principais Fontes de Receita do Grupo BPI (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

Relativamente ao resultado gerado por filiais e empresas associadas, constata-se que tem pouco relevo para o resultado do grupo, contudo salienta-se o carácter estável que revelou ao longo do horizonte temporal de análise.

No que respeita às fontes de despesa, tal como expectável, os custos operacionais predominam na estrutura de custos do grupo bancário, no entanto destaca-se a evolução crescente das Provisões e Imparidades (exceptuando-se o período 2008-2010 e 2012)²⁴⁵, as quais têm vindo a ganhar um peso progressivamente relevante na deterioração dos resultados operacionais.

A evolução crescente da rubrica Provisões e Imparidades, sobretudo em 2008 e 2011, retrata essencialmente a erosão da qualidade do crédito ocorrida, a qual se materializou num aumento significativo das imparidades de crédito líquidas e respectivas provisões.

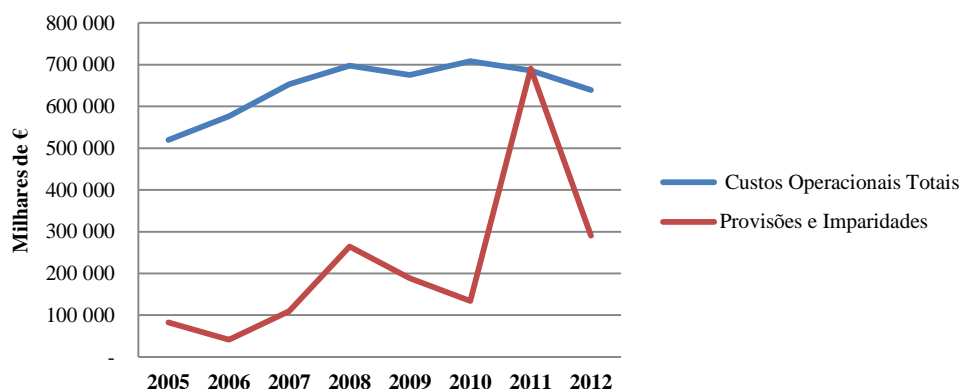


Gráfico 6.63 - Evolução das principais Fontes de Despesa do Grupo BPI (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

Considerando a evolução dos Resultados Líquidos do Grupo CGD e dos seus Capitais Próprios ao longo do horizonte temporal em análise, constata-se que a sua Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE – *Return On Equity*) foi, tal como expectável, se deteriorando significativamente, sendo possível identificar alguns períodos de pontual recuperação, como ilustrado no Gráfico 6.64.

²⁴⁵ As diminuições identificadas no período 2008-2010 e em 2012 deveram-se à significativa diminuição das imparidades relativas a outros ativos financeiros líquidas de reversões e recuperações.

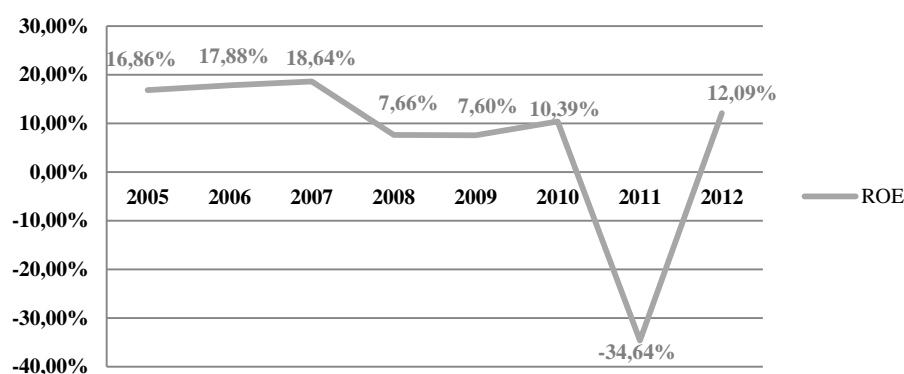


Gráfico 6.64 - Evolução do ROE do Grupo BPI (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

A evolução decrescente do ROE resulta da combinação de efeitos das variações ocorridas no Resultado Líquido do BPI e no seu Capital Próprio, mais concretamente do progressivo declínio dos seus Resultados Líquidos, pelas razões já enumeradas, e dos aumentos de Capital realizados entre 2008 e 2012.²⁴⁶ A conjugação destes dois desenvolvimentos conduziu à severa diluição da rentabilidade dos seus acionistas.

– **Análise do Cumprimento dos Rácios de Capital**

Após a análise da posição financeira e do desempenho do Grupo BPI no período de 2005-2012, e considerando as especificidades de contexto discutidas aquando da reflexão geral do Caso da Banca Portuguesa, estamos agora em condições de analisar não só a evolução dos rácios de capital do grupo bancário em questão, mas também a(s) estratégia(s) adoptada(s) para cumprir os mesmos.

Antes de mais, importa compreender como os Fundos Próprios Totais do Grupo BPI evoluíram no horizonte temporal de 2005-2012, pois dessa forma será possível inferir parte da estratégia adoptada para o cumprimento dos requisitos de capital exigíveis ao sistema bancário nacional.

²⁴⁶ Importa referir, que o aumento de capital realizado em 2011 não foi capaz de compensar a diminuição ocorrida no Capital Próprio, por via da deterioração do valor dos títulos de dívida soberana detidos.

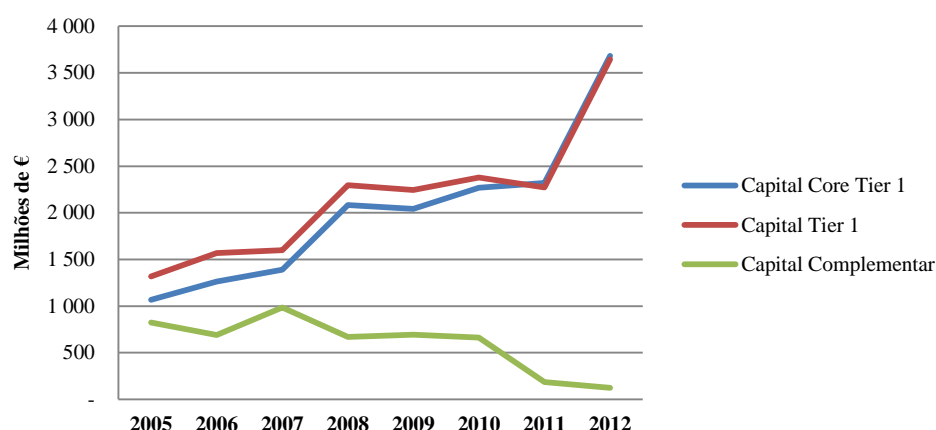


Gráfico 6.65 - Evolução das principais categorias de capital que compõem os Fundos Próprios do Grupo BPI (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

O Gráfico 6.65 demonstra sem sombra de dúvida que o Capital *Tier1* representa a maior parte dos Fundos Próprios do Grupo BPI, tendo evoluído favoravelmente ao longo do tempo, excepto em 2009 e 2011. O Capital *Tier 1* é essencialmente composto por Capital *Core Tier1*, devendo grande parte da sua evolução aos desenvolvimentos ocorridos neste último. A evolução crescente evidenciada pelo Capital *Core Tier1* resultou dos sucessivos aumentos de capital que foram realizados entre 2008 e 2012, destacando-se, no entanto, que o aumento efectuado em 2011 foi através da incorporação de reservas disponíveis para esse efeito, ou seja, à custa de uma redução de Capital Adicional *Tier1*.²⁴⁷

Relativamente ao Capital Complementar, a sua evolução evidenciou uma tendência decrescente ao longo do horizonte temporal, fruto do processo gradual de substituição de capital de qualidade inferior (*Tier2* e *Tier3*) por capital de maior qualidade (*Core Tier1*), tendo por isso se assistido à secundarização do Capital Complementar na composição dos Fundos Próprios do grupo bancário, como evidenciado também no Gráfico 6.66.

²⁴⁷ Uma observação cuidada do Gráfico 6.64 permite verificar que o crescimento do Capital *Core Tier 1* quase não “tem expressão” no Capital *Tier1*, sendo praticamente um igual ao outro.

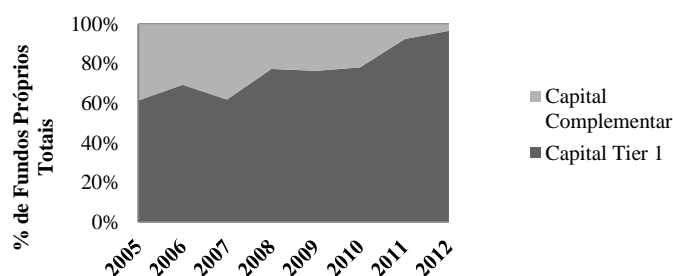


Gráfico 6.66 - Composição dos Fundos Próprios excluindo deduções (% dos Fundos Próprios Totais).
 Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

Uma vez analisada a evolução dos Fundos Próprios do Grupo BPI no período definido, importa agora compreender como as Posições de Risco Ponderadas progrediram ao longo do mesmo, dado que o enquadramento regulamentar relativo ao seu apuramento foi atualizado neste período.

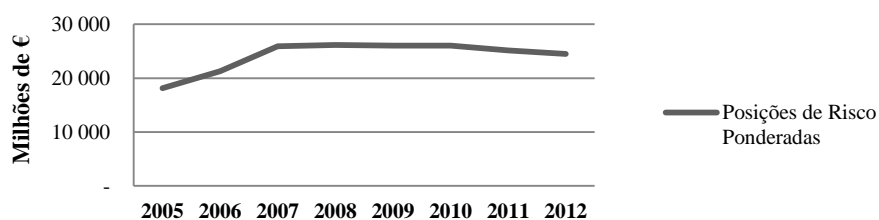


Gráfico 6.67 - Evolução das Posições de Risco Ponderadas (2005-2012).
 Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

Da observação do Gráfico 6.67, constata-se que as Posições de Risco Ponderadas aumentaram entre 2005 e 2007, tendo começado a decrescer ligeiramente a partir daí. Para as Posições de Risco Ponderadas do grupo BPI concorrem essencialmente as exposições do Grupo ao risco de crédito, relativamente às quais o Grupo BPI tem empreendido esforços no sentido de as minimizar, os quais se traduziram numa redução das suas Posições de Risco Ponderadas em 2011 e 2012.

Considerando a evolução dos Fundos Próprios e das Posições de Risco Ponderadas, é possível agora analisar a forma como os principais rácios de capital evoluíram entre 2005 e 2012.

Como é possível observar no Gráfico 6.68, o Rácio de Solvabilidade, *Core Tier1* e *Tier1* exibem, como seria de esperar, uma evolução muito semelhante em termos de

tendência de crescimento ou decrescimento. O desenvolvimento dos rácios referidos depende da evolução do valor dos Fundos Próprios, Capital *Core Tier 1*, Capital *Tier 1* (numeradores), respectivamente e Posições de Risco Ponderadas (denominador).

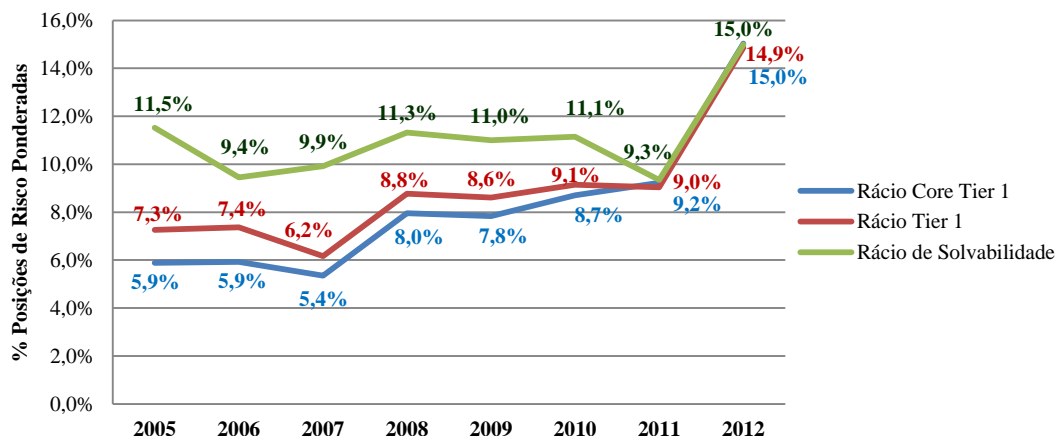


Gráfico 6.68 - Evolução dos Rácios de Capital do Grupo BPI (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BPI de 2005-2012.

Tendo em consideração as análises anteriormente realizadas, verificamos que entre 2006-2007 os rácios de capital do Grupo BPI evoluíram negativamente, devido à excessiva assunção de riscos no desenvolvimento da sua actividade, tal como evidenciado nas Posições de Risco Ponderadas presentes no Gráfico 6.67, que anularam o efeito positivo decorrente do ligeiro reforço de Capital *Core Tier 1* efectuado. A partir de 2007, constata-se uma evolução crescente, tanto do Rácio *Core Tier 1* como do Rácio *Tier 1*, em resultado dos aumentos de capital efectuados pelo grupo bancário e pela diminuição da sua exposição ao risco (a partir de 2007). A evolução do Rácio de Solvabilidade deve-se à redução dos Capitais Complementares na composição dos Fundos Próprios, ao longo do horizonte de análise, daí que este se tenha vindo a aproximar gradualmente dos valores apresentados pelo Rácio *Tier 1*. Contudo, apesar dos condicionalismos a que o Grupo BPI esteve exposto, principalmente a partir de 2007, destaca-se o facto do mesmo ter cumprido os requisitos mínimos de capital estabelecidos no PAEF²⁴⁸ e comunicados pelo Banco de Portugal, tendo em 2011 e 2012 apresentado um Rácio *Core Tier 1* de 9,2% e 15% respectivamente, superando largamente os mínimos exigidos de 9% e 10%.

²⁴⁸ Considerando as Regras do Basileia II.

6.1.5. Banco Santander Totta

O Grupo Banco Santander Totta é o quinto²⁴⁹ maior grupo do sistema bancário nacional, representa cerca de 8,32% dos Ativos Totais, 8,56% do crédito total concedido e 7,44% dos recursos captados. Tal como nos grupos bancários anteriores, a dimensão do Grupo BST dá-lhe capacidade de influenciar o sistema bancário e consequentemente, a própria economia real, pelo que se assume como relevante a análise das suas Demonstrações Financeiras, de modo a compreender a sua evolução patrimonial e o desenvolvimento da sua atividade no horizonte temporal definido.

– Análise do Balanço 2005 a 2012 (BST, 2005, BST, 2006, BST, 2007, BST, 2008, BST, 2009, BST, 2010, BST, 2011, BST, 2012)

Como observável no Gráfico 6.69, o Activo e o Passivo do BST evoluíram similarmente, tendo apresentado uma evolução crescente entre 2005 e 2009. Contudo, a partir de 2010, estes começam a decrescer. Como referido inicialmente, 2011 foi um ano particularmente difícil da economia portuguesa, uma vez que a crise da dívida soberana atingiu o nosso país e da mesma resultou uma significativa deterioração das condições de financiamento da banca nacional. Assim, as dificuldades de financiamento conjugadas com o processo de desalavancagem motivado pelo PAEF, conduziram à evolução descendente do Activo e Passivo verificada entre 2010 e 2012.

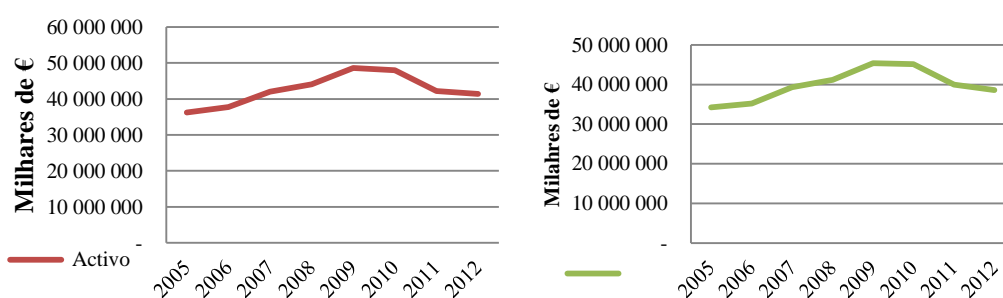


Gráfico 6.69 - Evolução do Activo e do Passivo do Grupo BST 2005-2012.

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

Apesar da análise geral da evolução do Activo e Passivo ser importante, esta não é suficientemente explícita, pois não nos fornece informação suficiente acerca da

²⁴⁹ Segundo dados relativos a 2012.

composição do património do grupo bancário em causa, a qual nos é útil, por um lado, para identificar as principais aplicações de recursos do grupo e as principais fontes externas de financiamento das mesmas e por outro, para nos ajudar a identificar possíveis características do modelo de negócio do grupo em análise.

Ao analisarmos a Evolução da Composição do Ativo do Grupo BST, ilustrada pelo Gráfico 6.70, de imediato se destacam, em termos de significância, rubricas como os empréstimos a Clientes, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda,²⁵⁰ a rubrica residual Outros Ativos e por último, a rubrica Aplicações em Instituições de Crédito. Contudo, uma observação mais cuidada permite-nos constatar que a evolução do Ativo, neste período, deveu-se por um lado, aos desenvolvimentos positivos dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, das Aplicações em Instituições de Crédito e dos Empréstimos a Clientes, destacando-se, no entanto nestes últimos, o decrescente contributo evidenciado a partir de 2008. A composição do Ativo do Grupo BST foi também influenciada pelos decréscimos verificados na rubrica residual Outros Ativos.

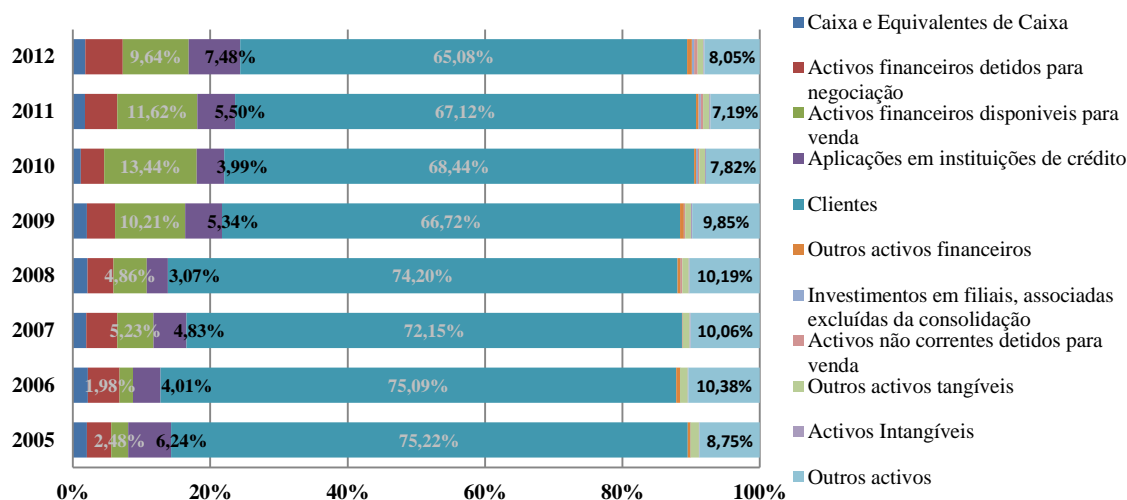


Gráfico 6.70 - Evolução da Composição do Ativo do Grupo BST (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

Uma vez que os empréstimos a Clientes constituem a principal aplicação de recursos do Grupo BST, tendo representado sempre mais de 65% do seu Ativo, importa

²⁵⁰ A rubrica Ativos Financeiros Disponíveis para Venda integra ativos financeiros, não derivados, que a instituição detém por tempo indeterminado, sendo no momento do seu reconhecimento inicial designados como disponíveis para venda. A título de exemplo, esta categoria pode incluir títulos como obrigações e outros títulos de rendimento fixo (de emissores públicos e/ou outros emissores), ações e outros títulos de rendimento variável.

compreender a razão pela qual os empréstimos concedidos a Clientes foram-se reduzindo na composição do Ativo.

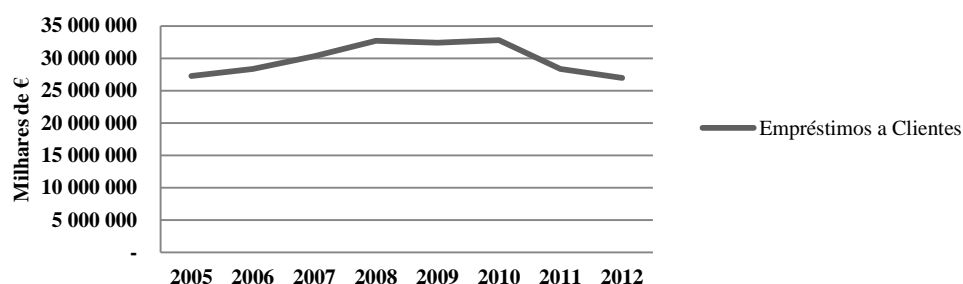


Gráfico 6.71 - Evolução do crédito concedido pelo Grupo BST (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

Assim, analisando-se a evolução do crédito concedido pelo grupo entre 2005-2012, constata-se que este foi crescente até 2010, tendo-se reduzido a partir daí. A redução do seu contributo na composição do Ativo em 2009 deveu-se então ao facto do Ativo ter crescido mais do que os créditos concedidos. A redução dos Empréstimos a Clientes a partir de 2010 também pode ser justificada não só pela erosão da qualidade do crédito e consequente aumento de imparidades e provisões, mas também pelo requisito exigido ao sistema bancário nacional, em termos de rácio de transformação, cujo cumprimento pressiona à redução da carteira de crédito dos bancos e ao aumento da captação de recursos junto dos seus clientes.

No que respeita ao Passivo, verifica-se da observação do Gráfico 6.72, que as rubricas que influenciam mais a sua evolução são os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, os Títulos de Dívida Emitidos, os Recursos de Outras Instituições de Crédito e os Recursos dos Bancos Centrais, o que significa que as mesmas constituíram as principais fontes de financiamento do grupo bancário entre 2005 e 2012. No entanto, é oportuno compreender como cada uma dessas rubricas evoluiu ao longo do período em análise.

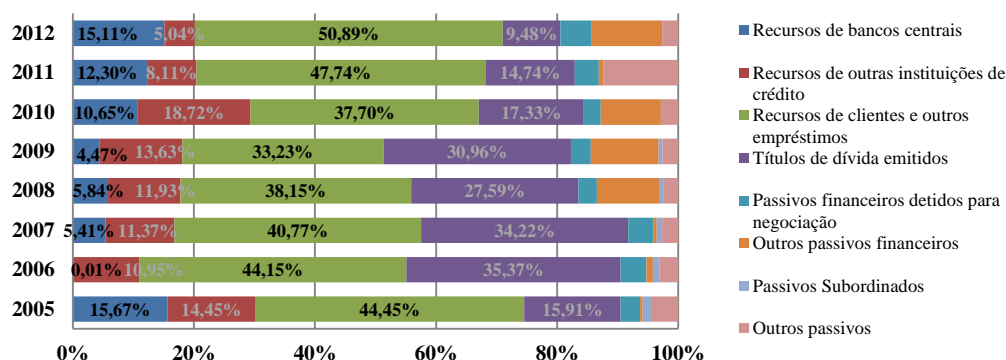


Gráfico 6.72 - Evolução da Composição do Passivo do Grupo BST (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

Assim sendo, facilmente se constata que a rubrica Recursos de Clientes e Outros Empréstimos representou, em média, durante todo o período mais de 42,14% do seu Passivo, sendo por isso os depósitos dos seus clientes e outros empréstimos a sua principal fonte de financiamento. Salienta-se, no entanto, que entre 2005 e 2009 o contributo dos mesmos em percentagem do Passivo, enquanto fonte de financiamento, apesar de elevado, descreveu uma evolução decrescente, devido à redução da poupança²⁵¹ verificada no período. Contudo, o Grupo BST compensou esse decréscimo através do maior recurso ao financiamento por grosso (recursos de bancos centrais e títulos de dívida emitidos), demonstrando a sua dependência crescente face a esta fonte de financiamento.

A partir de 2010, com a deterioração significativa das condições de financiamento, o Grupo BST teve necessidade de adaptar a sua estrutura de financiamento face aos condicionalismos que lhe estavam a ser impostos, tendo, para tal, compensado a diminuição do financiamento provocada pelo decréscimo dos recursos provenientes de Títulos de Dívida Emitidos através do aumento da captação de recursos junto dos seus clientes e da obtenção de empréstimos junto do Eurosistema.

Relativamente aos Recursos de Outras Instituições de Crédito, constata-se que estes, apesar do seu contributo se destacar na estrutura de financiamento do Grupo BST, foram perdendo importância ao longo do tempo, devido à redução progressiva dos

²⁵¹ Segundo dados da Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA), constata-se que a Taxa de Poupança (Bruta) das Famílias Portuguesas assumiu valores de 10,1%, 8,11%, 7,03%, 7,07%, 10,88% e 10,14% entre 2005 e 2010, respectivamente.

mesmos, verificada a partir de 2010, fruto da desconfiança acerca da solvabilidade do sistema bancário nacional.

De modo, a concluirmos a análise do Balanço do Grupo BST, no período 2005-2012, resta-nos analisar a evolução do seu Capital Próprio, ilustrada pelo Gráfico 6.73.

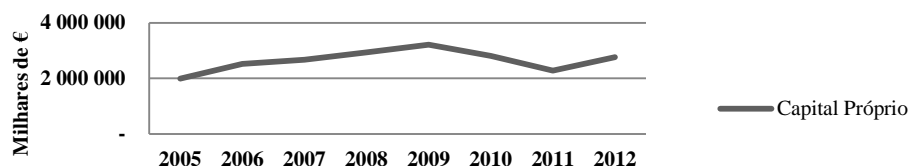


Gráfico 6.73 - Evolução do Capital Próprio do Grupo BST (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

Ao observarmos o Gráfico 6.73, constatamos que o Capital Próprio do Grupo BST teve uma evolução favorável entre 2005 a 2009, tendo-se deteriorado em 2010 e 2011. Contudo, é destacável o aumento verificado em 2012, principalmente porque o Grupo BST foi o único grupo bancário nacional cuja recapitalização não foi exigida²⁵² pela ABE, tendo cumprido os requisitos regulamentares recorrendo apenas a soluções de mercado, sem solicitar até à data quaisquer garantias ao abrigo do Regime de Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado a favor de Instituições de Crédito.

Apesar de já ser possível, com base na informação de contexto que tem vindo a ser discutida, tecer algumas considerações relativamente a determinados pontos da evolução do Capital Próprio do BST, é importante detalhar as razões que explicam a configuração que assume, analisando-se para isso a composição do Capital Próprio.

Tal como é possível observar no Gráfico 6.74 e como seria expectável, o Capital Social representa a maior parte do Capital Próprio, tendo este se mantido constante ao longo de todo o horizonte temporal definido. Este facto é bastante curioso, uma vez que contraria o movimento de aumentos de capital, que caracterizou este período, o sistema bancário nacional. Assim sendo, o aumento do Capital Próprio, entre 2005 a 2009, deveu-se a outros factores, nomeadamente: aos contributos positivos dos Resultados Líquidos e dos Interesses Minoritários.

²⁵² Alerta-se para o facto, de que o grupo bancário Santander Totta está sediado em Espanha, logo não pode dispor do Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas.

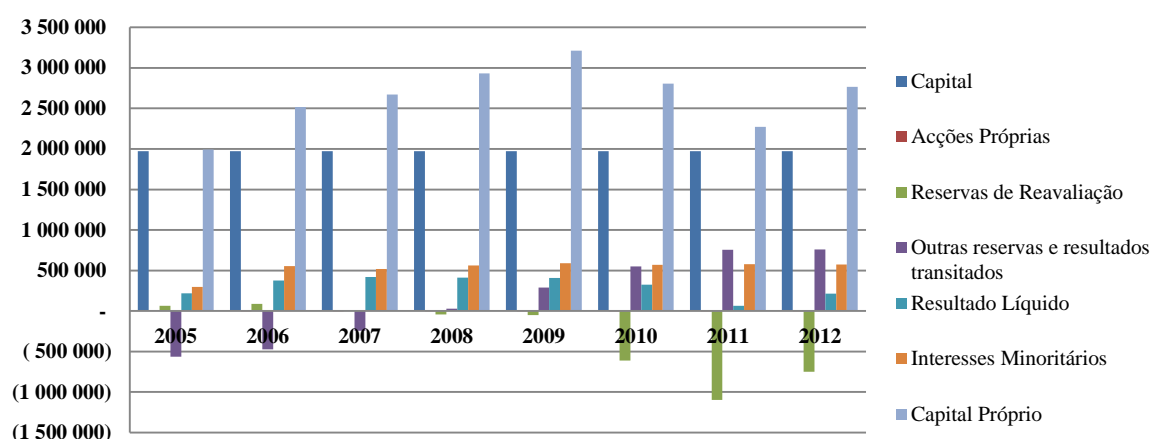


Gráfico 6.74 - Evolução da Composição do Capital Próprio do Grupo BST (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

No que respeita à diminuição verificada entre 2009 a 2011, da observação do Gráfico 6.74, constata-se que esta resulta do efeito combinado da degradação quer do Resultado Líquido, quer das Reservas de Reavaliação, sendo a variação destas últimas motivada pela desvalorização dos ativos financeiros disponíveis para venda e pelo reconhecimento de elevadas perdas atuariais.

– Análise da Demonstração de Resultados 2005 a 2012

Tal como já referido, antes de se analisar a evolução dos rácios de capital do Grupo BST importa analisar todas as componentes que concorrem para o seu cálculo, faltando apenas neste momento observar a evolução dos seus Resultados Líquidos.

Da observação do Gráfico 6.75, verifica-se que o Resultado Líquido do Grupo BST deteriora-se significativamente entre 2009-2011, recuperando em 2012. Apesar da degradação dos seus Resultados Líquidos, o Grupo BST foi o único grupo bancário da nossa amostra que não incorreu em prejuízos durante o período de análise, o que revela uma forte resiliência do seu negócio relativamente a cenários adversos como os enfrentados naquele intervalo de tempo.

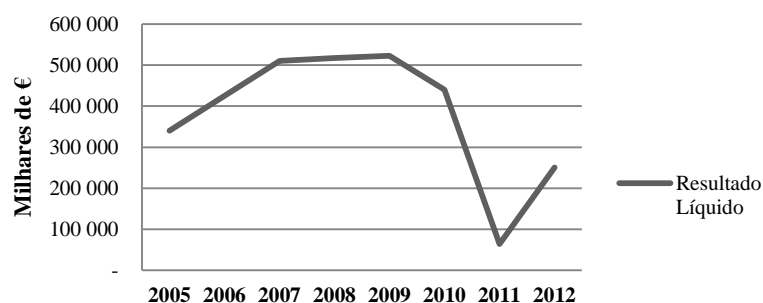


Gráfico 6.75 - Evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BES (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

De modo a compreender-se melhor as razões que justificam a evolução descendente de resultados evidenciada pelo Gráfico 6.75, analisa-se a evolução das principais fontes de receita e das principais fontes de despesa do grupo bancário.

Da observação do Gráfico 6.76, constata-se que a receita *core* foi a que mais contribuiu para o resultado final do grupo, tendo evoluído favoravelmente entre 2005 a 2009. Contudo, a partir de 2009, o seu contributo deteriorou-se e aproximou-se daquele que adveio de Outros Proveitos Operacionais.

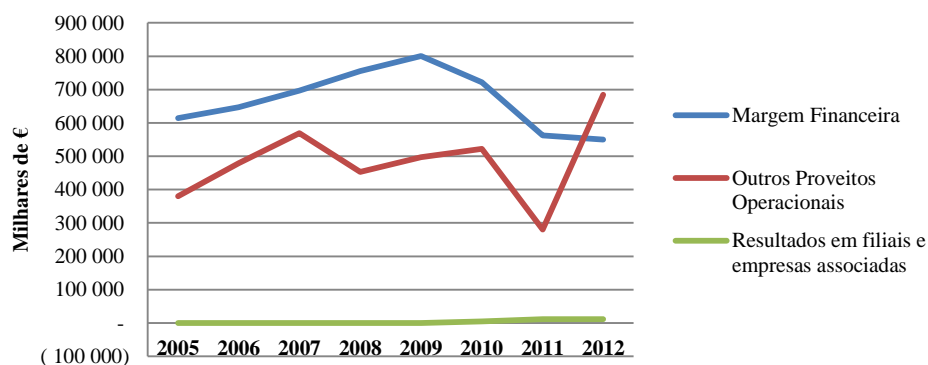


Gráfico 6.76 - Evolução das principais Fontes de Receita do Grupo BST (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

A evolução da receita de Outros Proveitos Operacionais foi mais instável, tendo registado quebras mais significativas em 2008 e 2011 provenientes de prejuízos associados aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda. Contudo, em 2012 esta

ganha novo impulso graças a resultados oriundos da atividade de seguros,²⁵³ superando a receita decorrente do negócio *core*.

Relativamente à receita proveniente de filiais e empresas associadas, como nos grupos bancários anteriores, o seu contributo é pouco significativo, contudo salienta-se o carácter estável que revelou ao longo do horizonte temporal de análise.

No que respeita às fontes de despesa, tal como expectável, os custos operacionais são a principal fonte de custo, no entanto destaca-se a evolução crescente das Provisões e Imparidades (excepto em 2010), as quais foram ganhando um peso progressivamente relevante na deterioração dos resultados operacionais, como comprova o Gráfico 6.77. A evolução da rubrica Provisões e Imparidades retrata essencialmente a erosão da qualidade do crédito ocorrida durante o período em análise, a qual se materializou num aumento significativo das imparidades de crédito líquidas e das respectivas provisões.

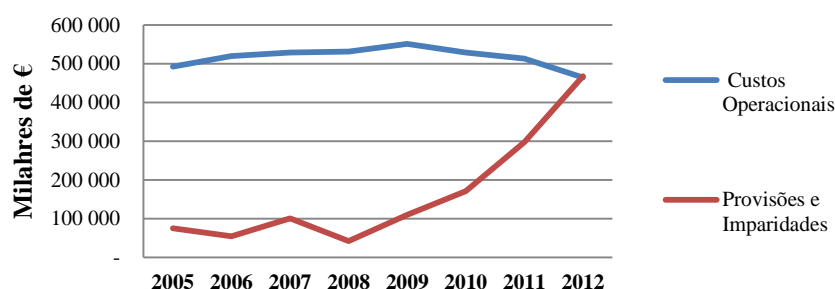


Gráfico 6.77 - Evolução das principais Fontes de Despesa do Grupo BST (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

Considerando a evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BST e dos seus Capitais Próprios, ao longo do horizonte temporal em análise, constata-se que a sua Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE – *Return On Equity*) foi, tal como expectável, se deteriorando significativamente a partir de 2007, tendo-se apenas recuperado ligeiramente em 2012, como ilustrado no Gráfico 6.78.

²⁵³ Mais precisamente, Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro e Margem bruta da atividade de seguros.

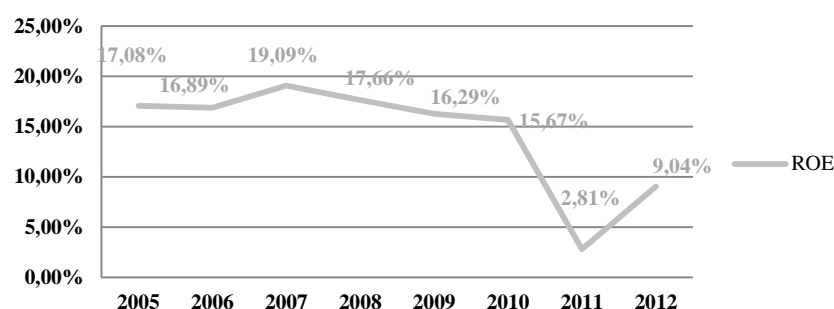


Gráfico 6.78 - Evolução do ROE do Grupo BST (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

A evolução decrescente do ROE entre 2007-2009 deveu-se ao facto do Capital Próprio ter crescido mais do que o Resultado Líquido, tendo dessa forma diluído a rentabilidade do grupo. Entre 2009 e 2011, a redução significativa do ROE foi motivada pela acentuada quebra dos Resultados Líquidos, contudo esta foi minorada graças à redução também verificada no Capital Próprio, decorrente da variação negativa das Reservas de Reavaliação.

A retoma observada em 2012 deveu-se à forte recuperação dos resultados por parte do Grupo BST, destacando-se a receita proveniente das actividades de seguros e a diminuição dos custos operacionais.

– **Análise do Cumprimento dos Rácios de Capital**

Após a análise da posição financeira e do desempenho do Grupo BST no período de 2005-2012, e considerando as especificidades de contexto discutidas aquando da reflexão geral do Caso da Banca Portuguesa, estamos agora em condições de analisar não só a evolução dos rácios de capital do grupo bancário em questão, mas também a(s) estratégia(s) adoptada(s) para cumprir os mesmos.

Antes de mais, importa compreender como os Fundos Próprios Totais do Grupo BST evoluíram no horizonte temporal de 2005-2012, pois dessa forma será possível inferir parte da estratégia adoptada para o cumprimento dos requisitos de capital exigíveis ao sistema bancário nacional.

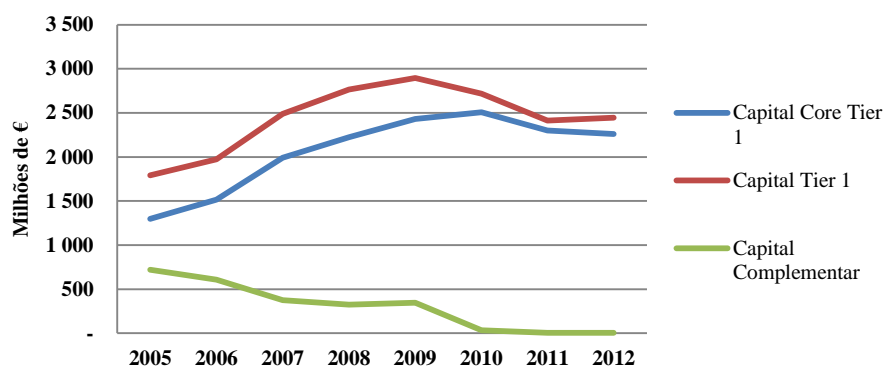


Gráfico 6.79 - Evolução das principais categorias de capital que compõem os Fundos Próprios do Grupo BST (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

O Gráfico 6.79 demonstra sem sombra de dúvida que o Capital *Tier1* representa a maior parte dos Fundos Próprios do Grupo BST, tendo evoluído favoravelmente até 2010. A partir de 2010, assiste-se a uma redução do mesmo, a qual pressiona o Capital *Tier 1* no mesmo sentido, provocada pela degradação dos resultados da sua atividade. Relativamente ao Capital Complementar, a sua evolução evidenciou uma tendência decrescente ao longo do horizonte temporal, fruto do processo gradual de substituição de capital de qualidade inferior (*Tier2* e *Tier3*) por capital de maior qualidade (*Core Tier1*), tendo por isso se assistido à secundarização do Capital Complementar na composição dos Fundos Próprios do grupo bancário, como evidenciado também no Gráfico 6.80.

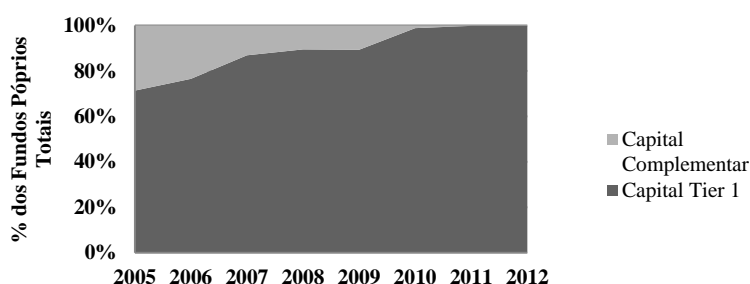


Gráfico 6.80 - Composição dos Fundos Próprios excluindo deduções (% dos Fundos Próprios Totais).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

Uma vez analisada a evolução dos Fundos Próprios do Grupo BST ano período definido, importa agora compreender como as Posições de Risco Ponderadas

progrediram ao longo do mesmo, dado que o enquadramento regulamentar relativo ao seu apuramento foi atualizado neste período.

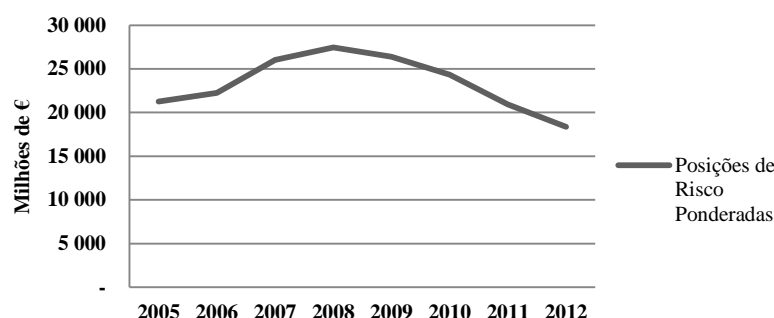


Gráfico 6.81 - Evolução das Posições de Risco Ponderadas do Grupo BST (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

Da observação do Gráfico 6.81, constata-se que as Posições de Risco Ponderadas do Grupo BST foram crescentes entre 2005 a 2008, tendo assumido uma tendência descendente a partir daí. As Posições de Risco Ponderadas deste grupo bancário, à semelhança dos anteriores, refletem essencialmente o risco de crédito assumido. Contudo, destacam-se os esforços²⁵⁴ desenvolvidos pelo grupo na minimização do mesmo, os quais se traduziram numa redução sustentada das suas Posições de Risco Ponderadas a partir de 2008, melhorando significativamente a sua solvabilidade.

Considerando a evolução dos Fundos Próprios e das Posições de Risco Ponderadas, é possível agora analisar a forma como os principais rácios de capital evoluíram entre 2005 e 2012.

Como é possível observar no Gráfico 6.82, o Rácio de Solvabilidade, *Core Tier1* e *Tier1* exibem, como seria de esperar, uma evolução muito semelhante em termos de tendência de crescimento ou decrescimento. O desenvolvimento dos rácios referidos depende da evolução do valor dos Fundos Próprios, Capital *Core Tier 1*, Capital *Tier1* (numeradores), respectivamente e Posições de Risco Ponderadas (denominador).

²⁵⁴ A título de exemplo, esses esforços materializaram-se na adopção de critérios mais restritivos na concessão de crédito, num acompanhamento contínuo de empresas e sectores de risco, na adopção de métodos mais sofisticados de determinação dos riscos (cumprimento do novo enquadramento regulamentar relativo ao apuramento dos riscos estipulado pelo Banco de Portugal).

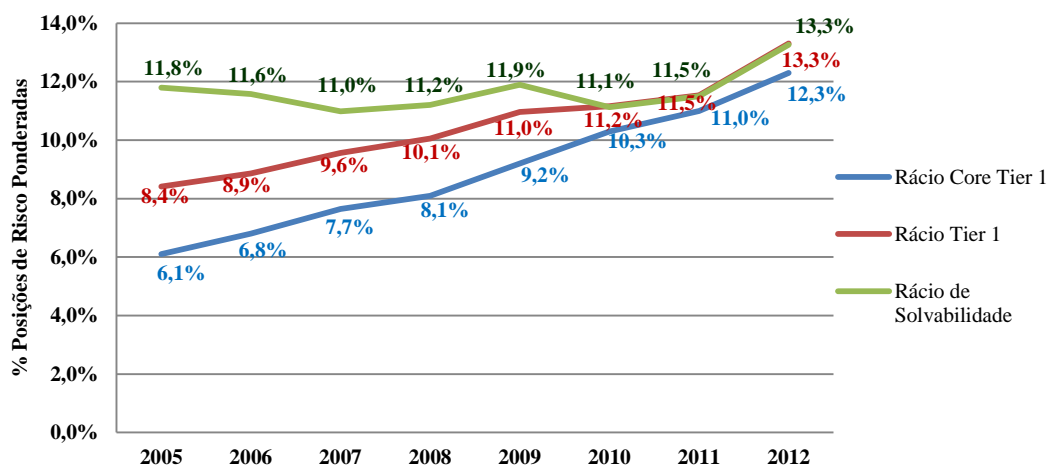


Gráfico 6.82 - Evolução dos Rácios de Capital do Grupo BST (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BST de 2005-2012.

Tendo em consideração as análises anteriormente realizadas, verificamos que os Rácios *Core Tier 1* e *Tier 1* evoluíram positivamente ao longo de todo o período, graças à evolução positiva dos resultados que foram reforçando o Capital *Tier 1* sustentavelmente e à redução das Posições de Risco Ponderadas. Como é possível observar, o Rácio de Solvabilidade foi-se, em termos gerais, reduzindo, aproximando-se significativamente do Rácio *Tier 1*, o que evidencia a diminuição dos Capitais Complementares na composição dos Fundos Próprios, ao longo do horizonte de análise, assim como a maior qualidade subjacente ao Rácio de Solvabilidade, em termos de capacidade de absorção de perdas.

Assim sendo, apesar dos condicionalismos a que o Grupo BST esteve exposto, principalmente a partir de 2009, destaca-se o facto do mesmo ter cumprido os requisitos mínimos de capital estabelecidos no PAEF²⁵⁵ e comunicados pelo Banco de Portugal, tendo em 2011 e 2012 apresentado um Rácio *Core Tier 1* de 11% e 12,3% respectivamente, superando largamente os mínimos exigidos de 9% e 10%.

²⁵⁵ Considerando as Regras do Basileia II.

6.1.6. Banco Internacional do Funchal (BANIF)

O Grupo Banco Internacional do Funchal é o menor²⁵⁶ grupo bancário da nossa amostra, representando no sistema bancário nacional cerca de 2,81% dos Ativos Totais, 3,12% do crédito total concedido e 3,05% dos recursos captados. Apesar da sua reduzida dimensão, a análise do Grupo BANIF considera-se oportuna, dado o recente agravamento dos seus desequilíbrios, os quais podem afectar a confiança no sistema bancário nacional no seu todo. Assim, assume-se relevante a análise das suas Demonstrações Financeiras, de modo a compreender a sua evolução patrimonial e o desenvolvimento da sua atividade no horizonte temporal definido.

– Análise do Balanço 2005 a 2012 (BANIF, 2005, BANIF, 2006, BANIF, 2007, BANIF, 2008, BANIF, 2009, BANIF, 2010, BANIF, 2011, BANIF, 2012)

Como observável no Gráfico 6.83, o Activo e o Passivo do BANIF evoluíram similarmente, tendo apresentado uma evolução crescente entre 2005 e 2011, contudo a partir de 2011, verifica-se um decréscimo com algum grau de significância. Como referido inicialmente, 2011 foi um ano particularmente difícil da economia portuguesa, uma vez que a crise da dívida soberana atingiu o nosso país e da mesma resultou uma significativa deterioração das condições de financiamento da banca nacional. Assim, as dificuldades de financiamento conjugadas com o processo de desalavancagem motivado pelo PAEF, conduziram à evolução descendente do Activo e Passivo verificada em 2012.

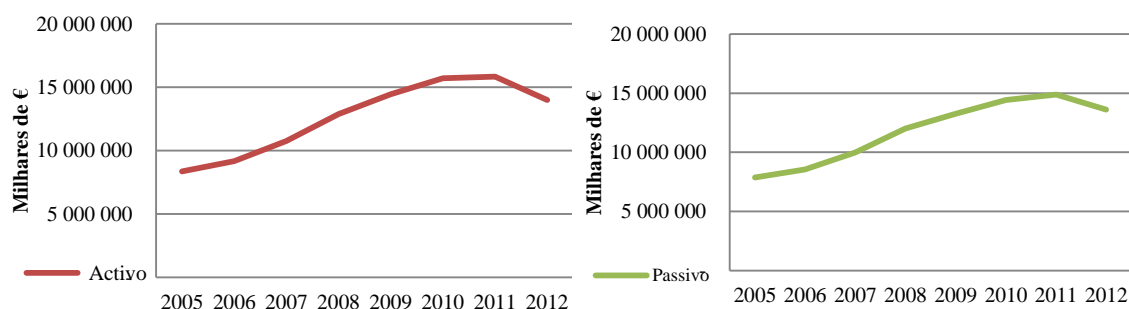


Gráfico 6.83 - Evolução do Ativo e do Passivo do Grupo BANIF (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

²⁵⁶ Segundo dados relativos a 2012.

Apesar da análise geral da evolução do Activo e Passivo ser importante, esta não é suficientemente explícita, pois não nos fornece informação suficiente acerca da composição do património do grupo bancário em causa, a qual nos é útil, por um lado, para identificar as principais aplicações de recursos do grupo e as principais fontes externas de financiamento dos mesmos e por outro, para nos ajudar a identificar possíveis características do modelo de negócio do grupo em análise.

Ao analisarmos a Evolução da Composição do Activo do BANIF, ilustrada pelo Gráfico 6.84, de imediato se destacam, em termos de significância, rubricas como os empréstimos a Clientes, a rubrica residual Outros Ativos e as Aplicações em Instituições de Crédito. Contudo, uma observação mais cuidada permite-nos constatar que a evolução do Activo, neste período, deveu-se por um lado, ao contributo positivo dos Empréstimos a Clientes, destacando-se, no entanto, a evolução negativa evidenciada por estes, a partir de 2008 e, por outro, aos decréscimos verificados nas Aplicações em Instituições de Crédito e Outros Ativos.

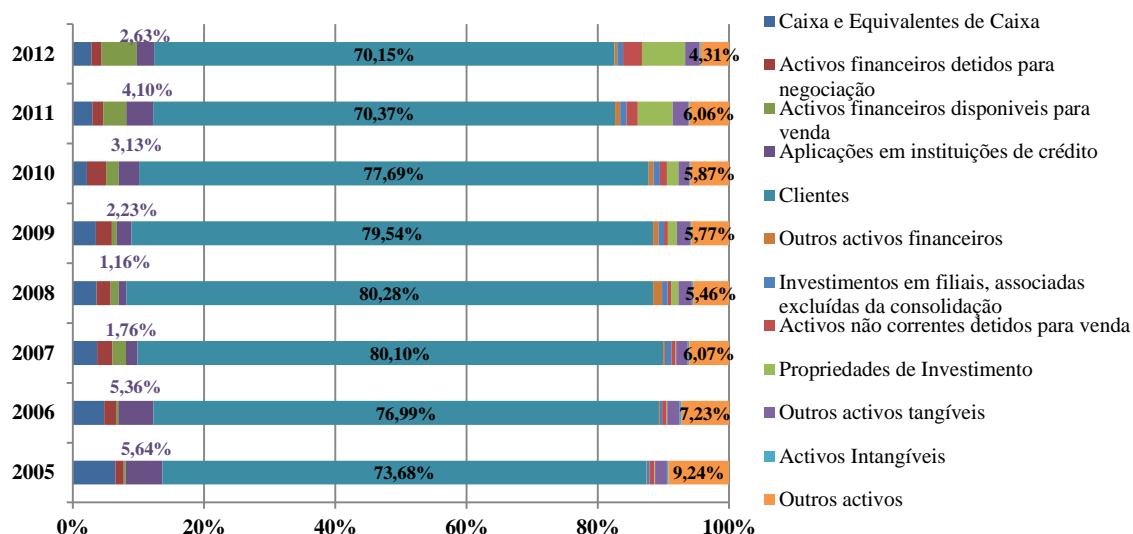


Gráfico 6.84 - Evolução da Composição do Ativo do BANIF (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

Uma vez que os empréstimos a Clientes constituem indubitavelmente a principal aplicação de recursos do Grupo BANIF, importa compreender a razão pela qual o seu contributo na composição do Ativo foi progressivamente diminuindo.

Assim, analisando-se a evolução do crédito concedido pelo grupo entre 2005-2012 (ver Gráfico 6.85), constata-se que este foi crescente até 2010, tendo-se reduzido a partir daí, pelo que a redução de contributo evidenciada no Gráfico 6.84, em 2009 e 2010, deveu-se ao facto do Ativo ter crescido mais que os créditos concedidos. Entre 2010 a 2012, a redução dos empréstimos concedidos a clientes deveu-se à deterioração da qualidade de crédito, que desincentivou a concessão de empréstimos e levou ao reconhecimento de avultadas imparidades e respectivas provisões.

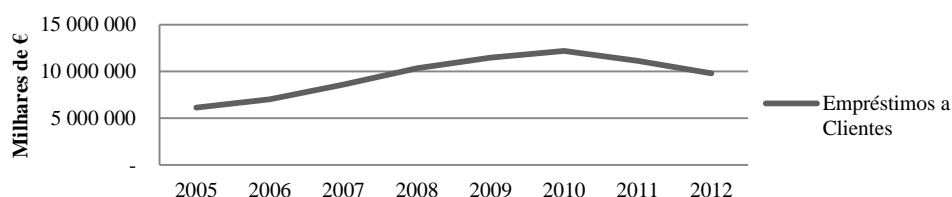


Gráfico 6.85 - Evolução do crédito concedido pelo Grupo BANIF (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

No que respeita ao Passivo, verifica-se da observação do Gráfico 6.86, que as rubricas que influenciam mais a sua evolução são os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, os Títulos de Dívida Emitidos, os Recursos de Outras Instituições de Crédito e os Recursos dos Bancos Centrais, o que significa que as mesmas constituíram as principais fontes de financiamento do grupo bancário entre 2005 e 2012. No entanto, é oportuno compreender como cada uma dessas rubricas evoluiu ao longo do período em análise.

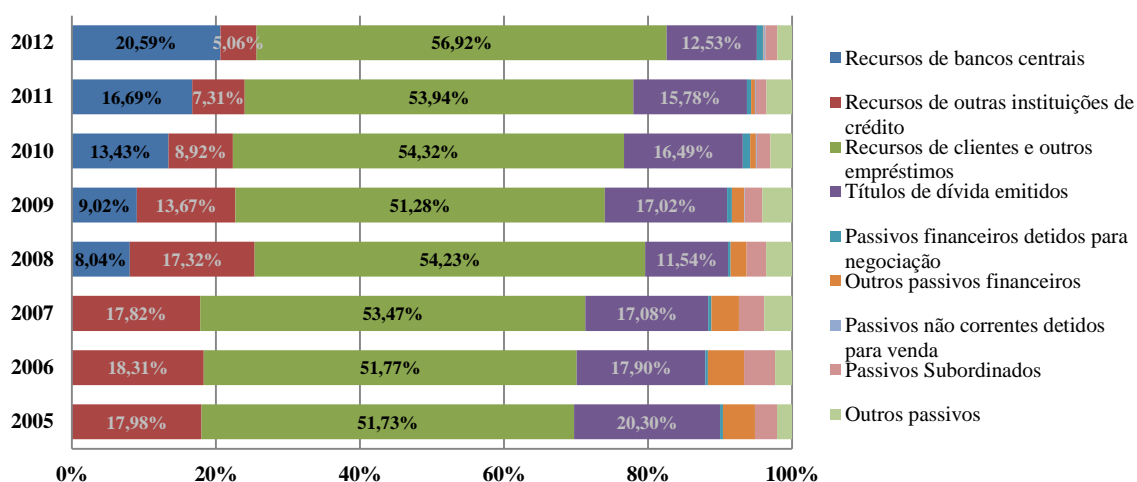


Gráfico 6.86 - Evolução da Composição do Passivo da BANIF (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

Assim sendo, facilmente se constata que a rubrica Recursos de Clientes e Outros Empréstimos representou durante todo o período mais de 51% do seu Passivo, sendo por isso os depósitos dos seus clientes e outros empréstimos a sua principal fonte de financiamento. No que respeita ao financiamento por grosso, verifica-se que este desde 2008 tem vindo a aumentar a sua importância na estrutura de financiamento do Grupo BANIF, o que, em parte, é fruto da elevada restritividade de financiamento que os grupos bancários portugueses enfrentaram nesse período.

Com a deterioração significativa das condições de acesso ao financiamento, também o grupo BANIF teve necessidade de adaptar a sua estrutura de financiamento face aos condicionalismos que lhe estavam a ser impostos, tendo, para tal, compensado a diminuição do financiamento provocada pelo decréscimo dos recursos provenientes de Títulos de Dívida Emitidos através do aumento da captação de recursos junto dos seus clientes e da obtenção de empréstimos junto do Eurosistema.

Ainda neste contexto, importa referir que o Grupo BANIF recorreu ao Regime de Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado a favor de Instituições de Crédito, tendo, ao abrigo do mesmo, emitido cinco empréstimos obrigacionistas: o primeiro, em Dezembro de 2008 no montante de 50 milhões de euros, o segundo em Maio de 2009 no montante de 500 milhões de euros, o terceiro em Julho de 2011 no montante de 200 milhões de euros, o quarto em Dezembro²⁵⁷ do mesmo ano no montante de 500 milhões de euros e o último em Maio de 2012 no montante de 300 milhões de euros.

A persistência de condições de financiamento significativamente desfavoráveis e os efeitos adversos decorrentes do agravamento do risco de crédito, sentidos com o eclodir da crise da dívida soberana em Portugal, inviabilizou o cumprimento dos requisitos de capital mais elevados²⁵⁸ estipulados, com recurso a apenas soluções privadas de mercado, o que contribuiu para a apresentação, por parte do BANIF, do seu Plano de Recapitalização em Janeiro de 2013.

²⁵⁷ Este empréstimo obrigacionista emitido com garantia do Estado teve, essencialmente como finalidade, servir de colateral junto do Banco Central Europeu.

²⁵⁸ Estabelecidos no PAEF, contudo estes pretendem estar em alinhamento com as disposições de Basileia III, no sentido de dotar as instituições de crédito nacionais de maior capacidade de absorção de perdas, tornando-as mais resilientes a choques adversos.

O montante total associado ao Plano de Recapitalização do BANIF foi de 1.100 milhões de euros, tendo sido realizado da seguinte forma: emissão de 700 milhões de euros em ações especiais e 400 milhões de euros em instrumentos de capital elegíveis para *Core Tier1*, totalmente subscritos e realizados pelo Estado português (sujeitos às condições previstas na Tabela 6.2 e na Tabela 6.3) e o aumento de capital no montante de 450 milhões de euros junto de investidores privados.

De modo, a concluirmos a análise do Balanço do Grupo BANIF, no período 2005-2012, resta-nos analisar a evolução do seu Capital Próprio, ilustrada pelo Gráfico 6.87.

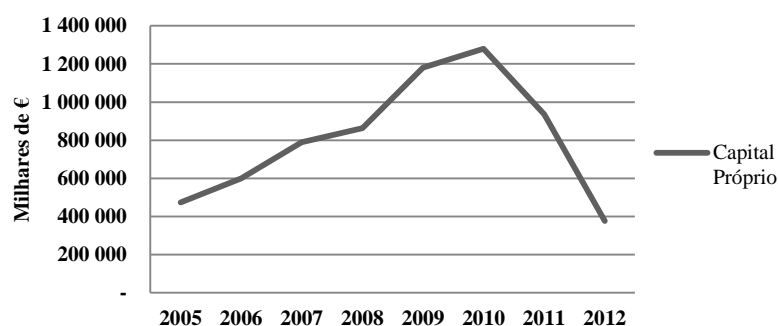


Gráfico 6.87 - Evolução do Capital Próprio do Grupo BANIF (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

Como é possível observar no Gráfico 6.87, o Capital Próprio do Grupo BANIF foi crescente entre 2005 a 2010, tendo decrescido significativamente a partir daí. Apesar de já ser possível, com base na informação relativa ao contexto, tecer algumas considerações relativamente a determinados pontos da evolução do Capital Próprio do Grupo BANIF, é importante detalhar as razões que explicam a configuração que assume, analisando-se para isso a composição do Capital Próprio.

Tal como é possível observar no Gráfico 6.88 e como seria expectável, o Capital Social representa a maior parte do Capital Próprio do Grupo BANIF, tendo este evoluído de forma crescente ao longo do período, em resultado sobretudo das quatro operações de aumento de capital que realizou, como descritos na Tabela 6.8 - Aumentos de Capital do Grupo BANIF (2005-2012). Tais operações tiveram como propósito,

atender às novas exigências regulamentares e reforçar o posicionamento competitivo do Grupo BANIF.

Uma observação mais atenta do Gráfico 6.88 permite-nos perceber que a deterioração do Capital Próprio entre 2011-2012 se deveu aos avultados prejuízos incorridos pelo grupo, tendo os mesmos, em 2012, ultrapassado o valor do Capital Social (- 576 353 milhares de euros).

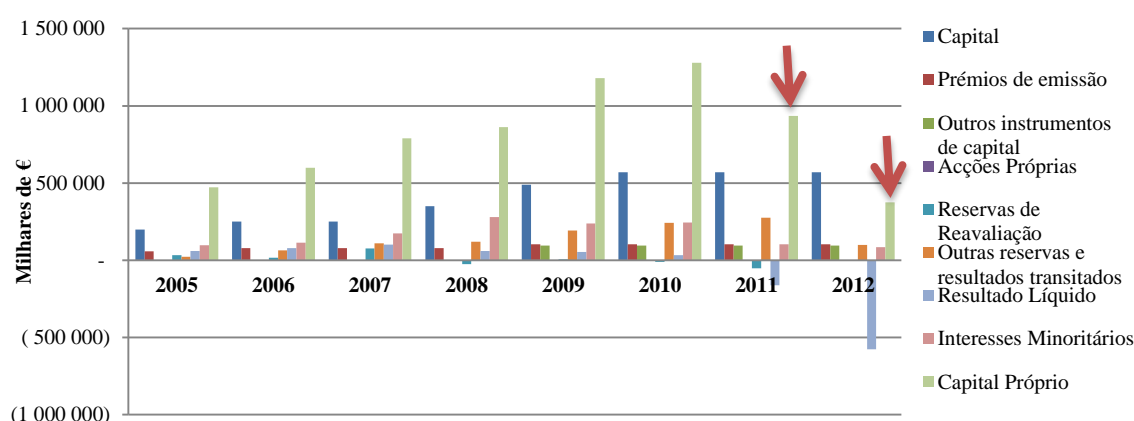


Gráfico 6.88 - Evolução da Composição do Capital Próprio do Grupo BANIF (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

Através da análise da Tabela 6.8, verifica-se que entre 2005-2012 foram realizados 4 aumentos de capital, os quais totalizaram o valor de 370 000 milhares de euros.

Ano	Montante (milhares €)	Modo de realização
2006	50 000	Realizadas através da incorporação de reservas de prémios de emissão (25 milhões de euros) e através da emissão de novas ações (25 milhões), realizadas em numerário.
2008	100 000	Integralmente realizadas em numerário.
2009	140 000	Integralmente realizadas em numerário.
2010	80 000	Integralmente realizadas em numerário.
Aumento de Capital Total (2005-2012)	370 000	

Tabela 6.8 - Aumentos de Capital do Grupo BANIF (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

– Análise da Demonstração de Resultados 2005 a 2012

Tal como já referido, antes de se analisar a evolução dos rácios de capital do Grupo BANIF importa analisar todas as componentes que concorrem para o seu cálculo, faltando apenas neste momento observar a evolução dos seus Resultados Líquidos.

Da observação do Gráfico 6.89, verifica-se que o Resultado Líquido do Grupo BANIF deteriora-se ligeiramente entre 2007 a 2010, degradando-se por completo a partir daí.

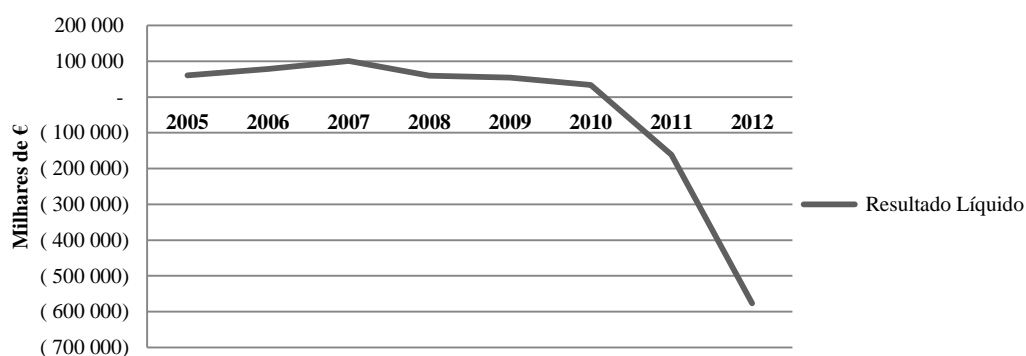


Gráfico 6.89 - Evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BANIF (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

De modo a compreender-se melhor as razões que justificam a evolução descendente de resultados evidenciada pelo Gráfico 6.89, analisa-se a evolução das principais fontes de receita e das principais fontes de despesa do grupo bancário.

Da observação do Gráfico 6.90, constata-se que a receita *core* do Grupo BANIF evoluiu favoravelmente entre 2005 a 2010, tendo começado a decrescer em virtude das crescentes dificuldades sentidas no financiamento, as quais se materializaram em custos de obtenção de recursos mais elevados e respectiva quebra da margem. Os Outros Proveitos Operacionais tiveram uma evolução mais instável, contudo evidenciaram uma tendência crescente até 2011, tendo nesse mesmo ano superado ligeiramente a receita *core*.

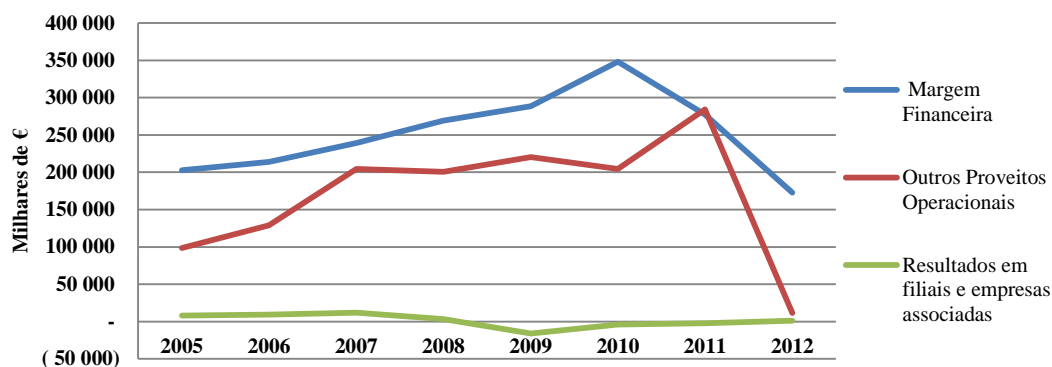


Gráfico 6.90 - Evolução das principais Fontes de Receita do Grupo BANIF (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

Relativamente à Receita proveniente de filiais e empresas associadas, como nos grupos bancários anteriores, o seu contributo é pouco significativo, no entanto destaca-se a deterioração da mesma entre 2008 a 2010, fruto da própria conjuntura negativa.

No que respeita às fontes de despesa (ver Gráfico 6.91), tal como expectável, os custos operacionais são a principal fonte de custo, no entanto destaca-se a evolução crescente das Provisões e Imparidades (excepto em 2010), as quais têm vindo a ganhar um peso progressivamente relevante na deterioração dos resultados operacionais. A evolução da rubrica Provisões e Imparidades retrata essencialmente a erosão da qualidade do crédito ocorrida durante o período em análise, a qual se materializou num aumento significativo das imparidades de crédito líquidas e das respectivas provisões.

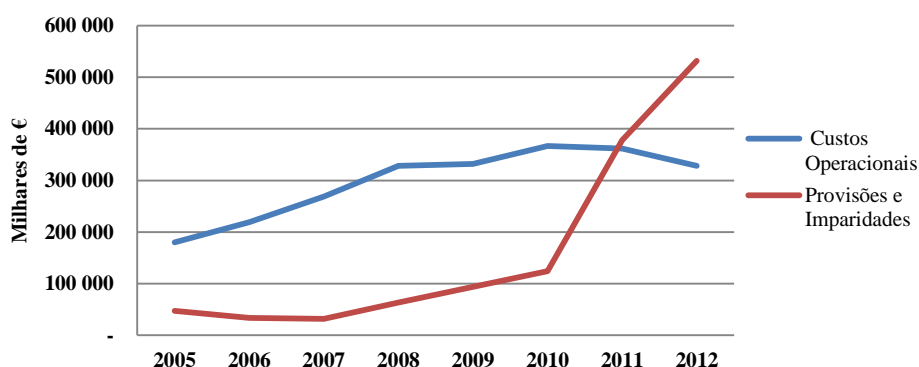


Gráfico 6.91 - Evolução das principais Fontes de Despesa (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

Ainda relativamente aos Custos Operacionais, importa destacar que os mesmos foram crescentes até 2010, tendo começado a partir daí a decrescer, o que é consonante com a tendência evidenciada pelo sistema bancário nacional de optimização da estrutura de custos.

Considerando a evolução dos Resultados Líquidos do Grupo BANIF e dos seus Capitais Próprios ao longo do horizonte temporal em análise constata-se que a sua Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE – *Return On Equity*) foi, tal como expectável, se deteriorando significativamente a partir de 2007, como ilustrado no Gráfico 6.92.

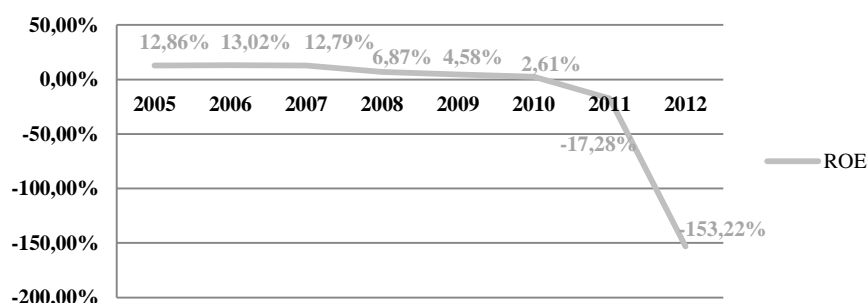


Gráfico 6.92 - Evolução do ROE do Grupo BANIF (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

A evolução decrescente do ROE resulta da combinação de efeitos das variações ocorridas no Resultado Líquido do BANIF e no seu Capital Próprio, mais concretamente do progressivo declínio dos seus Resultados Líquidos, pelas razões já enumeradas, e dos aumentos de Capital realizados entre 2006 e 2010. A conjugação destes dois desenvolvimentos conduziu à severa diluição da rentabilidade dos seus acionistas.

– **Análise do Cumprimento dos Rácios de Capital**

Após a análise da posição financeira e do desempenho do Grupo BANIF no período de 2005-2012, e considerando as especificidades de contexto discutidas aquando da reflexão geral do Caso da Banca Portuguesa, estamos agora em condições de analisar não só a evolução dos rácios de capital do grupo bancário em questão, mas também a(s) estratégia(s) adoptada(s) para cumprir os mesmos.

Antes de mais, importa compreender como os Fundos Próprios Totais do Grupo BANIF evoluíram no horizonte temporal de 2005-2012, pois dessa forma será possível inferir parte da estratégia adoptada para o cumprimento dos requisitos de capital exigíveis ao sistema bancário nacional. Devido a não existir dados disponíveis relativamente aos Fundos Próprios do Grupo BANIF entre 2005-2007, apenas se analisaram os respeitantes a 2008-2012.

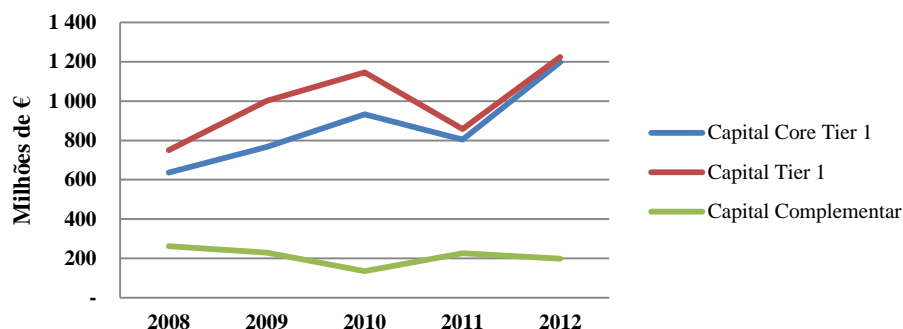


Gráfico 6.93 - Evolução das principais categorias de capital que compõem os Fundos Próprios do Grupo BANIF (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

O Gráfico 6.93 demonstra sem sombra de dúvida que o Capital *Tier1* representa a maior parte dos Fundos Próprios do Grupo BANIF, tendo evoluído favoravelmente ao longo do tempo, excepto em 2011. O Capital *Tier 1* é essencialmente composto por Capital *Core Tier1*, devendo grande parte da sua evolução aos desenvolvimentos ocorridos neste último. A evolução crescente evidenciada pelo Capital *Core Tier1* resultou dos sucessivos aumentos de capital que foram realizados desde 2006 até 2010. Relativamente ao Capital Complementar, identifica-se alguma variação ao longo do horizonte temporal, contudo a sua importância na composição dos Fundos Próprios não sofre alterações significativas, ao contrário do que acontece nos restantes grupos bancários, onde há uma clara substituição do capital de qualidade inferior, por capital de qualidade mais elevada.

Uma vez analisada a evolução dos Fundos Próprios do Grupo BANIF no período definido, importa agora compreender como as Posições de Risco Ponderadas progrediram ao longo do mesmo, dado que o enquadramento regulamentar relativo ao seu apuramento foi atualizado neste período.

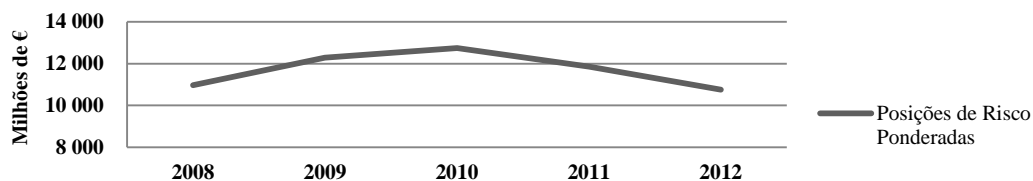


Gráfico 6.94 - Evolução das Posições de Risco Ponderadas (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

Da observação do Gráfico 6.94, constata-se que as Posições de Risco Ponderadas aumentaram significativamente entre 2008 e 2010, tendo-se reduzido drasticamente a partir daí. À semelhança dos grupos bancários anteriores, a evolução evidenciada pelas Posições Ponderadas de Risco deve-se essencialmente às exposições do Grupo ao risco de crédito, contudo destacam-se os significativos esforços de desalavancagem da carteira de crédito os quais se traduziram numa redução das suas Posições de Risco Ponderadas em 2011 e 2012.

Considerando a evolução dos Fundos Próprios e das Posições de Risco Ponderadas, é possível agora analisar a forma como os principais rácios de capital evoluíram entre 2008 e 2012.

Como é possível observar no Gráfico 6.95, o Rácio de Solvabilidade, *Core Tier 1* e *Tier 1* exibem, como seria de esperar, uma evolução muito semelhante em termos de tendência de crescimento ou decrescimento. O desenvolvimento dos rácios referidos depende da evolução do valor dos Fundos Próprios, Capital *Core Tier 1*, Capital *Tier 1* (numeradores), respectivamente e Posições de Risco Ponderadas (denominador).

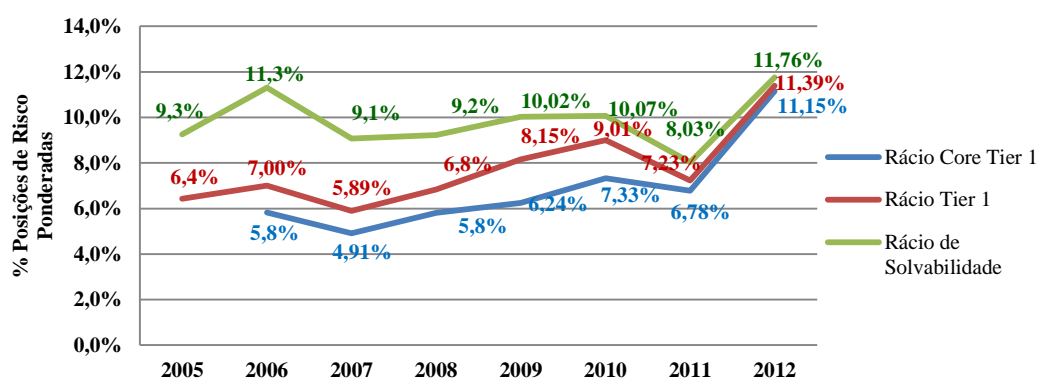


Gráfico 6.95 - Evolução dos Rácios de Capital do Grupo BANIF (2005-2012).²⁵⁹

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do BANIF de 2005-2012.

²⁵⁹ Não foi possível identificar nem calcular o Rácio *Core Tier 1* do Grupo BANIF no ano 2005, devido à ausência de dados disponíveis.

Tendo em consideração as análises anteriormente realizadas, verificamos que entre 2006-2007 os rácios de capital do Grupo BANIF evoluíram negativamente, contudo estes recuperaram entre 2007 a 2010, tendo sofrido uma acentuada deterioração em 2011 motivada pela significativa degradação dos seus resultados. A redução das Posições de Risco Ponderadas permitiu que a degradação dos rácios de capital em 2011 não fosse mais expressiva e ampliou a melhoria verificada no ano de 2012.

Face aos condicionalismos a que o Grupo BANIF esteve exposto, principalmente a partir de 2010, destaca-se o facto do mesmo não ter conseguido cumprir na íntegra os requisitos mínimos de capital estabelecidos no PAEF²⁶⁰ e comunicados pelo Banco de Portugal, tendo em 2011 apresentado um Rácio *Core Tier1* de 6,78%, inferior ao mínimo exigido de 9% e em 2012, um Rácio *Core Tier1* de 11,16%, superior ao mínimo estipulado de 10%.

²⁶⁰ Considerando as Regras do Basileia II.

6.1.7. Síntese Global

Com base nas análises anteriormente realizadas a cada elemento da nossa amostra, é possível agora compreender melhor as suas estratégias de financiamento, de aplicação de recursos, de geração de resultados e de cumprimento dos requisitos de capital.

Sendo o sistema bancário português reconhecido como o principal financiador da economia portuguesa, o Crédito a Clientes constitui a principal aplicação de recursos dos grupos bancários analisados, representando mais de 60% do seu Ativo Total Médio (2005-2012), como evidenciado no Gráfico 6.96. Nestes, o Grupo BANIF destaca-se como o grupo bancário cuja atividade de crédito mais representa a aplicação dos seus recursos e, no seu oposto, temos o Grupo BES, o grupo bancário que, em termos comparativos, fornece menos crédito aos agentes.

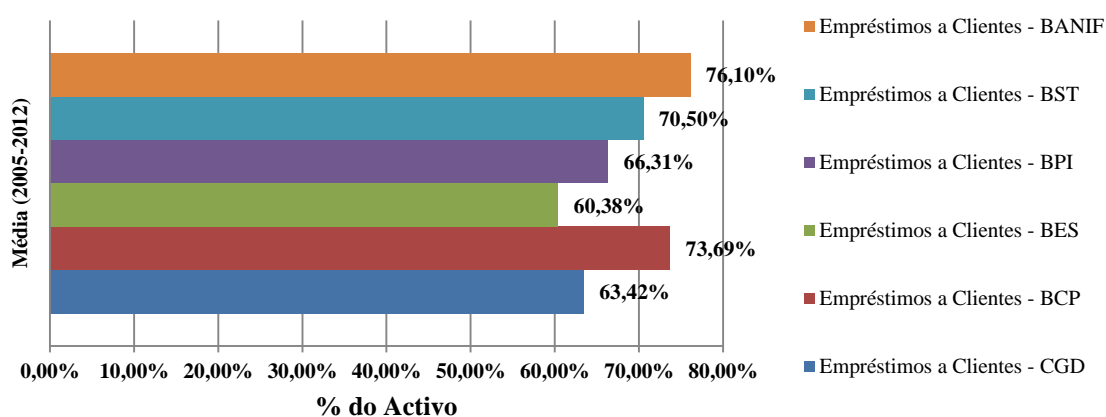


Gráfico 6.96 – Representação Média dos Empréstimos a Clientes no Ativo de cada Grupo Bancário (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas de 2005-2012 dos grupos bancários da amostra.

No que respeita à estrutura de financiamento, foi possível constatar que na mesma predominam os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, tendo a sua contribuição ganho novo destaque com a deterioração das condições de acesso dos bancos portugueses ao financiamento nos mercados financeiros internacionais e com o estabelecimento no PAEF de uma meta de 120% para o Rácio de Transformação, a alcançar até 2014. Assim, da observação do Gráfico 6.97, constata-se que os mesmos

representam mais de 40% do seu financiamento, destacando-se que na estrutura de financiamento da CGD estes representam, em média, 59,04% do seu Passivo.

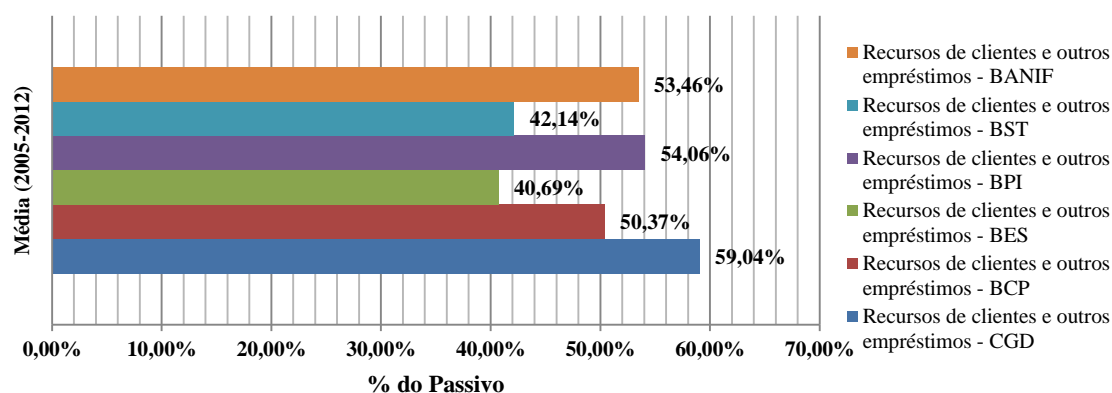


Gráfico 6.97 - Representação Média dos Recursos de Clientes no Passivo de cada Grupo Bancário (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas de 2005-2012 dos grupos bancários da amostra.

Para além dos Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, importa também destacar o papel do Regime de Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado a favor de Instituições de Crédito, através do qual os grupos bancários nacionais puderam fazer emissões de títulos de dívida garantidos pelo Estado, aliviando um pouco a pressão subjacente às questões de financiamento (ver Tabela 6.9). Ao abrigo deste regime foram realizadas as seguintes emissões pelos grupos bancários da nossa amostra:

Instituição de Crédito	Ano	Montante
Grupo CGD Total: <u>5 850 milhões de €</u>	2008	Empréstimo obrigacionista no montante de 1 250 000 milhares de euros.
	2011	Empréstimos obrigacionistas nos montantes de 1 800 000 milhares de euros e 2 800 000 milhares de euros.
Grupo BCP Total: <u>1,5 milhões de €</u>	2012	Empréstimo obrigacionista no montante de 1 500 milhares de euros.
Grupo BES Total: <u>3 750 milhões de €</u>	2009	Empréstimo obrigacionista no montante de 1 500 milhões de euros.
	2011	Empréstimo obrigacionista no montante de 1 250 milhões de euros.
	2012	Empréstimo obrigacionista no montante de 1 000 milhões de euros.
Grupo BANIF Total: <u>1 050 milhões de €</u>	2008	Empréstimo obrigacionista no montante de 50 milhões de euros.
	2009	Empréstimo obrigacionista no montante de 500 milhões de euros.
	2011	Empréstimo obrigacionista no montante de 200 milhões de euros.
	2012	Empréstimo obrigacionista no montante de 300 milhões de euros.

Tabela 6.9 – Recurso ao Regime de Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado a favor de Instituições de Crédito por Grupo Bancário da Amostra (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas de 2005-2012 dos grupos bancários da amostra.

No que respeita ao Capital Próprio, assistiu-se, em termos gerais, ao seu reforço, sobretudo através de inúmeras operações de aumento de capital e nalguns casos específicos, constatou-se ainda o recurso a Planos de Recapitalização, com o intuito de suprir necessidades de capital específicas, derivadas das exposições à dívida soberana portuguesa e grega. Os grandes factores que ditaram a variação dos Capitais Próprios foram: os aumentos de capital, as variações negativas das Reservas de Reavaliação, decorrentes de perdas em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e em títulos de dívida soberana (portuguesa e grega) e a tendência negativa evidenciada pela maioria dos Resultados Líquidos a partir de 2010.

Tal como se pode observar na Tabela 6.10, quase todos os grupos bancários efetuaram aumentos de capital durante o período em análise, à exceção do Grupo BST. O Grupo BES foi o grupo bancário que maior aumento de capital efetuou, seguido do Grupo BCP, Grupo CGD, Grupo BPI e Grupo BANIF.

Instituição de Crédito	Ano	Montante (milhares de €)
Grupo CGD Total: <u>2 950 milhões €</u>	2007	150 000
	2008	400 000
	2009	1 000 000
	2010	550 000
	2011	100 000
	2012 ²⁶¹	750 000
Grupo BCP Total: <u>3 170, 40 milhões €</u>	2008	1 300 000
	2011	120 400
		990 147
		259 852,986
	2012 ²⁶²	500 000
Grupo BES Total: <u>3 539, 89 milhões €</u>	2006	1 000 000
	2009	1 200 000
		2 333 000
	2011	530 000
	2012	1 009 892

²⁶¹ Ano de execução do Plano de Recapitalização do Grupo CGD, além do aumento do capital, o Estado Português subscreveu 900 milhões de euros de instrumentos híbridos qualificados como Capital *Core Tier 1*.

²⁶² Ano de execução do Plano de Recapitalização do Grupo BCP, além do aumento do capital, o Estado Português subscreveu 3 000 milhões de euros de instrumentos híbridos qualificados como Capital *Core Tier 1*.

Grupo BPI	2008	140 000
	2011	90 000
	2012 ²⁶³	200 000
Total: 430 milhões €		
Grupo BANIF	2006	50 000
	2008	100 000
	2009	140 000
	2010	80 000
Total: 370 milhões €		

Tabela 6.10 – Operações de Aumento de Capital efectuadas pelos grupos bancários da amostra no período 2005-2012

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas de 2005-2012 dos grupos bancários da amostra.

No que respeita aos Planos de Recapitalização, estes foram submetidos pelos grupos bancários: BCP, CGD, BPI e BANIF (ver Tabela 6.11). Os três primeiros tiveram como propósito garantir o cumprimento dos requisitos de capital definidos pela ABE, exigidos pelo PAEF e comunicados pelo Banco de Portugal – Rácio *Core Tier 1* em 2011 de 9% e em 2012 de 10%. No caso particular do Grupo BANIF, apesar da recomendação de capitalização não lhe ter sido direccionada, a degradação significativa dos seus resultados deteriorou acentuadamente o seu Capital Próprio, inviabilizando o cumprimento dos requisitos regulamentares apenas com recurso a soluções de mercado.

Instituição de Crédito	Ano	Forma de Realização
Grupo CGD	2012	- Aumento do capital social no valor de 750 milhões de euros; - Emissão de 900 milhões de euros de instrumentos híbridos (<i>Cocos</i>) elegíveis para Capital <i>Core Tier 1</i> , subscritos e realizados integralmente pelo Estado Português.
Grupo BCP	2012	- Aumento do capital social no valor de 500 milhões de euros; - Emissão de 3.000 milhões de euros de instrumentos híbridos (<i>Cocos</i>) elegíveis para Capital <i>Core Tier 1</i> , subscritos e realizados integralmente pelo Estado Português.
Grupo BPI	2012	- Emissão de 1.500 milhões de euros de instrumentos híbridos (<i>Cocos</i>) ²⁶⁴ elegíveis para Capital <i>Core Tier 1</i> , subscritos integralmente pelo Estado Português. ²⁶⁵

²⁶³ Ano de execução do Plano de Recapitalização do Grupo BPI, além do aumento do capital, o Estado Português subscreveu 1.500 milhões de euros de instrumentos híbridos qualificados como Capital *Core Tier 1*.

²⁶⁴ Sujeitos às condições previstas nas Tabelas 6.3 e 6.4.

²⁶⁵ Até à data o Grupo BPI já recomprou 580 milhões de euros de *CoCos*, restando apenas 920 milhões de euros dos iniciais 1 500 milhões de euros. As recompras foram efectuadas com a seguinte calendarização: 1ª – 200 milhões de euros (Agosto de 2012); 2ª – 100 milhões de euros (Dezembro de 2012); 3ª – 200 milhões de euros (Março de 2013); e 4ª – 80 milhões de euros (Julho de 2013).

Grupo BANIF	2013	- Emissão de 700 milhões de euros em ações especiais; - 400 Milhões de euros em instrumentos de capital elegíveis para <i>Core Tier1</i> , totalmente subscritos e realizados pelo Estado português.
----------------	------	---

Tabela 6.11 – Características dos Planos de Recapitalização dos grupos bancários da amostra

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas de 2005-2012 dos grupos bancários da amostra.

Da observação da Tabela 6.11, concluímos que os principais grupos bancários recorreram a fundos públicos para se capitalizarem, à exceção do Grupo BES e do Grupo BST, o que revela uma boa gestão de capital por parte destas duas instituições de crédito.

A evolução do Resultado Líquido dos grupos bancários da nossa amostra demonstra uma deterioração significativa da Margem Financeira a partir de 2010, decorrente do agravamento das condições de financiamento que pressionaram o aumento dos custos com o financiamento (por exemplo, aumento da remuneração dos depósitos). Contudo, há que reconhecer o contributo crescente das receitas provenientes de outras atividades sem ser o negócio *core* para o resultado, aproximando-se muitas vezes daquelas que são geradas pelo *core*. A análise das fontes de despesa permitiu constatar que a estrutura de custos dos nossos grupos bancários é demasiado “pesada”, contudo tem-se vindo a identificar melhorias nesse sentido, uma vez que todos adoptaram uma estratégia de optimização da mesma, tendo-se por isso verificado recentemente reduções nos custos operacionais. No entanto, constatou-se também que a rentabilidade dos grupos bancários analisados tem sido fortemente afectada pela erosão da qualidade de crédito, a qual se materializa no reconhecimento de elevadas perdas por imparidade e respectivas provisões. Assim, com base na evolução global do Resultado Líquido e dos Capitais Próprios ao longo do período de análise, facilmente se depreende que a Rentabilidade dos Capitais Próprios dos grupos bancários analisados se degradou acentuadamente.

Por último, no que respeita ao cumprimento dos requisitos de capital, constatou-se que todos os grupos bancários encetaram esforços nesse sentido, tendo-se por isso verificado um crescimento generalizado do Capital *Core Tier1*²⁶⁶ em detrimento do crescimento dos Capitais Complementares e uma redução significativa das Posições de

²⁶⁶ Em resultado das inúmeras operações de capital e emissões subjacentes aos Planos de Recapitalização.

Risco Ponderadas, principalmente a partir de 2010, em resultado da desalavancagem das suas carteiras de crédito. Tais ações permitiram aos nossos grupos bancários melhorarem significativamente a sua solvabilidade, tendo cumprido de forma exímia os mínimos regulamentares que lhes eram exigidos, à exceção do Grupo BANIF, em 2011, cujo Rácio *Core Tier1* foi 6,78%, ou seja, inferior aos 9% estipulados.

Em suma, a principal estratégia adoptada pelos grupos bancários analisados para cumprir os requisitos de capital que lhes foram exigidos foi: o reforço do capital social, a desalavancagem das suas carteiras de crédito, reduzindo drasticamente as suas Posições de Risco Ponderadas (uma vez que elas retratavam essencialmente as exposições ao risco de crédito das instituições bancárias) e a substituição de Capitais Complementares por capitais de qualidade superior.

6.2.Fase II – Análise dos Resultados do Modelo Contabilístico de Biase

Na Fase II – Análise dos Resultados do Modelo Contabilístico de Biase pretende-se dar resposta essencialmente à segunda questão de investigação – *Qual o impacto que o cumprimento do Acordo de Basileia III pode ter na atividade de crédito de cada grupo bancário?*.

Através da aplicação individual do Modelo Contabilístico de Biase é possível compreender não só em que medida o cumprimento de requisitos de capital mais elevados se pode traduzir, ou não, num aumento da taxa de juro cobrada nos empréstimos mantendo o ROE inalterado, mas também equacionar quantitativamente, nas mesmas condições, estratégias alternativas ao aumento do custo do crédito, nomeadamente: o aumento das receitas relacionadas com juros²⁶⁷ e Comissões e a redução das despesas com o Pessoal ou Outras Despesas Administrativas.

Neste contexto, serão analisados os resultados da aplicação do modelo aos grupos bancários CGD, BES, BPI e BST, uma vez que, tal como já referido, são os únicos grupos bancários da amostra que reúnem os requisitos necessários para a correta aplicação da metodologia adoptada.

Assim sendo, cada análise individual dos resultados do modelo será composta pela apresentação inicial da Informação Financeira Média²⁶⁸ (Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados) na qual o modelo se baseia e dos principais parâmetros determinados a partir da mesma (t – taxa média de imposto; r_d – custo médio da dívida; α – Incremento da taxa de juro média cobrada nos empréstimos; β – Variação percentual das receitas de juros; γ – Variação percentual das receitas provenientes de Comissões e Taxas; δ – Variação percentual das despesas com o Pessoal; e, ε – Variação percentual de Outras Despesas Administrativas) e pela interpretação dos referidos parâmetros, de modo a dessa forma responder à questão de investigação acima apresentada.

²⁶⁷ Por exemplo, aplicações em Instituições de Crédito.

²⁶⁸ Determinada como descrito na Metodologia – Formulação do Modelo.

6.2.1. Caixa Geral de Depósitos

ATIVO	Euros (Milhares)	% Ativo Total	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Euros (Milhares)	% Ativo Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	2 925 741	2,65%	1. Juros e Proveitos Equiparados	5 131 342	4,66%
Ativos financeiros disponíveis para venda	16 979 849	15,41%	2. Juros e Custos Equiparados	(3 497 810)	-3,17%
Aplicações em instituições de crédito	5 913 577	5,37%	3. Rendimentos de instrumentos de capital	118 345	0,11%
Clientes	70 181 206	63,69%	A. Margem Financeira Alargada	1 751 878	1,59%
Outros ativos financeiros	963 416	0,87%	4. Resultados de serviços e comissões	432 696	0,39%
Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	145 261	0,13%	5. Resultados em operações de negociação e de cobertura	177 615	0,16%
Ativos não correntes detidos para venda	351 103	0,32%	6. Outros rendimentos de exploração	153 442	0,14%
Propriedades de Investimento	390 844	0,35%	7. Outros resultados de atividades não bancárias	518 280	0,47%
Outros ativos tangíveis	1 072 140	0,97%	B. Total de Outro Proveitos (4+5+6+7)	1 282 032	1,16%
Ativos Intangíveis	435 859	0,40%	C. Total de Proveitos Operacionais (A+B)	3 033 910	2,75%
Outros ativos	10 839 703	9,84%	10. Custos com o pessoal	957 418	0,87%
Total do Ativo	110 198 699	100%	11. Gastos administrativos	660 696	0,60%
PASSIVO			12. Amortizações do exercício	168 650	0,15%
Recursos de bancos centrais	9 358 660	8,49%	D. Total de Custos Operacionais (10+11+12)	1 786 764	1,62%
Recursos de clientes e outros empréstimos	61 502 962	55,81%	13. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	475 466	0,43%
Títulos de dívida emitidos	16 396 918	14,88%	14. Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	334 373	0,30%
Outros passivos financeiros	1 874 060	1,70%	15. Outras provisões	49 217	0,04%
Passivos não correntes detidos para venda	48 758	0,04%	E. Resultado Operacional (C-D-(13+14+15))	388 090	0,35%
Passivos Subordinados	2 600 972	2,36%	16. Resultados em filiais e empresas associadas	15 271	0,01%
Outros passivos	12 419 085	11,27%	F. Resultado antes de impostos (E+16)	403 361	0,37%
Total do Passivo	104 201 416	94,56%	17. Gastos em Impostos	84 192	0,08%
CAPITAL PRÓPRIO			G. Resultado Após Impostos e antes de interesses minoritários (F-17)	319 169	0,29%
Capital	4 137 500	3,75%	18. Interesses minoritários	40 025	0,04%
Reservas de Reavaliação	(297 082)	-0,27%	H. Resultado Líquido (G-18)	279 144	0,25%
Outras reservas e resultados transitados	871 222	0,79%	Nota: $t = 20,87\%$ $r_d = 3,36\%$		
Resultado Líquido	279 144	0,25%			
Interesses Minoritários	1 006 499	0,91%			
Total do Capital Próprio	5 997 283	5,44%			
Total do Capital Próprio e Passivo	110 198 699	100,00%			

Tabela 6.12 - Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados Médios do Grupo CGD (2005-2012).
 Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.²⁶⁹

²⁶⁹ Os parâmetros “t” (taxa média de imposto) e “r_d” (custo médio da dívida) foram calculados de acordo com as expressões 5 e 7 da Tabela 5.1, respectivamente.

Antes da análise propriamente dita dos resultados da aplicação do Modelo de Biase ao Grupo CGD, importa estudar previamente as Demonstrações Financeiras Médias²⁷⁰ construídas, de modo a tornar mais claro o entendimento dos mesmos.

Da observação da Tabela 6.12, constatamos que os Empréstimos a Clientes representam cerca de 64 % (63,69%) das aplicações totais realizadas, seguidos pelos Ativos Financeiros Disponíveis (15,41%). A análise da estrutura de financiamento externa do Grupo CGD permite-nos verificar que os ativos são essencialmente financiados pelos Depósitos de Clientes e Outros Empréstimos²⁷¹ (55,81%) e pelo financiamento por grosso²⁷² (23,37%). Por seu turno, o Capital Próprio do Grupo CGD representa 5,44% do seu Ativo Total.

Relativamente à Demonstração de Resultados do Grupo CGD, observamos que a receita do negócio *core* é 1,59% do Ativo Total e a que provém de Outras Operações²⁷³ representa 1,16%, ou seja, outras receitas operacionais são cerca de 72,96 % da receita *core*, sugerindo o predomínio das formas tradicionais de intermediação financeira na atividade do Grupo CGD. No que respeita às despesas operacionais, estas correspondem a 1,62 % da totalidade dos ativos, sendo mais de metade (53,70%) relativas aos custos com o pessoal. Em termos de rentabilidade dos Capitais Próprios, o Grupo CGD apresenta um ROE Médio de 4,65%.

No que concerne aos rácios de capital médios, verifica-se que as Posições de Risco Ponderadas do Grupo CGD representam mais de metade²⁷⁴ dos Ativos Totais (58,18%), sendo o seu Rácio de Capital *Core Tier 1* de 7,9%, *Tier 1* de 8,2% e de Solvabilidade (Capital Regulamentar Total) de 11,7%. Tais valores demonstram um cumprimento acima dos mínimos regulamentarmente definidos, fruto, como já vimos na

²⁷⁰ As Demonstrações Financeiras do Grupo CGD que serviram de base à aplicação do Modelo Contabilístico de Biase resultaram do cálculo da média aritmética dos seus valores contabilísticos ao longo do período de análise definido (2005-2012). Estas encontram-se presentes no Anexo XIX – Demonstrações Financeiras dos Grupos Bancários da Amostra, 1. Grupo Bancário CGD, Quadro 9.18 e Quadro 9.19.

²⁷¹ Na rubrica Depósitos de Clientes e Outros Empréstimos, são considerados Outros Empréstimos os Recursos de Outras Instituições de Crédito.

²⁷² Resultante dos Recursos de Bancos Centrais e Títulos de Dívida Emitidos.

²⁷³ A receita de Outras Operações resulta da soma dos Resultados de serviços e comissões, com os Resultados em operações de negociação e de cobertura, com Outros rendimentos de exploração e com Outros resultados de atividades não bancárias, como observável Tabela 6.12.

²⁷⁴ Posições de Risco Ponderadas: 64 116 688 milhares de euros e Ativo Total 110 198 699€, o seu quociente é de 58,18%.

Fase I, de um progressivo reforço qualitativo e quantitativo dos capitais, acompanhado de uma substituição dos ativos de maior risco por ativos de menor risco.

A utilização dos dados apresentados na Tabela 6.12 permitiu-nos aplicar o Modelo Contabilístico de Biase,²⁷⁵ através do qual quantificámos o efeito do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro cobrada nos empréstimos por parte do Grupo CGD.

A análise dos resultados produzidos sugere que o aumento esperado nas taxas de juro cobradas nos empréstimos é de 2,31% do aumento do rácio de capital (+ ΔCR), querendo isto dizer, que para cada aumento de um ponto percentual do rácio de capital o Grupo CGD eleva a sua taxa de juro média cobrada nos empréstimos em 0,0231²⁷⁶ pontos percentuais, a fim de manter o seu ROE inalterado.

Aumento do Rácio de Capital (%)	Aumento nas taxas de juro dos empréstimos (α)	Incremento % ²⁷⁷
1	2,31%	0,02%
2	4,61%	0,09%
3	6,92%	0,21%
4	9,23%	0,37%
5	11,54%	0,58%
6	13,84%	0,83%

Tabela 6.13 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo CGD

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Na Tabela 6.13, é possível observar-se os incrementos na taxa de juro dos empréstimos resultantes de um aumento progressivo de 1 ponto percentual do Rácio de Capital. A dimensão dos valores dos incrementos sugere que requisitos de capital mais elevados produzem um efeito modesto sobre a taxa de juro cobrada pelo Grupo CGD nos empréstimos (Biase, 2012, Elliott, 2009, King, 2010), depreendendo-se, por essa via, que os aumentos dos requisitos de capital estipulados, em particular à Banca Portuguesa, com o intuito de reforçar a sua capacidade de absorção de perdas, tem um efeito modesto a longo prazo sobre as taxas de juro cobradas aos mutuários.

²⁷⁵ No número 1 do Anexo XX é possível observar em maior detalhe a aplicação do modelo no caso específico do Grupo CGD.

²⁷⁶ $\alpha \times \Delta CR = 2,31\% \times 1\% = 0,0231\%$.

²⁷⁷ O incremento percentual determinado resulta da aplicação direta da Equação 5.10 presente na Formulação do Modelo (também apresentada na Tabela 5.1).

Contudo, como já referido, os bancos dispõem de outras alternativas, para além do aumento da taxa de juro cobrada nos empréstimos, para compensar o acréscimo do custo de cumprimento das disposições de capital mais elevadas, mantendo o seu ROE inalterado, nomeadamente: o aumento da receita associada aos Juros e às Comissões e a redução das despesas operacionais relativas ao Pessoal e Outros Gastos Administrativos. Assim sendo, na Tabela 6.14 é possível observar o montante de receita extra que o Grupo CGD tem de gerar em cada alternativa que referimos, de modo a manter o seu ROE de 4,65%.

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	Aumento necessário do Resultado Líquido ²⁷⁸	Decisões Alternativas de Compensação ²⁷⁹			
		Receitas de juros	Taxas e Comissões	Despesas com o Pessoal	Outras despesas administrativas
1	10,69%	0,32%	3,74%	-1,69%	-2,45%
2	21,38%	0,63%	7,48%	-3,38%	-4,90%
3	32,07%	0,95%	11,23%	-5,07%	-7,35%
4	42,76%	1,26%	14,97%	-6,77%	-9,80%
5	53,45%	1,58%	18,71%	-8,46%	-12,25%
6	64,15%	1,89%	22,45%	-10,15%	-14,71%

Tabela 6.14 – Efeito do aumento dos requisitos de capital – alternativas ao aumento da taxa de juro a cobrar pelos empréstimos.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Com base nos dados contabilísticos do Grupo CGD apresentados, constata-se que este por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital necessita de gerar um resultado líquido adicional de 29 843 milhares de euros, ou seja, elevar o seu Resultado Líquido Médio em 10,69%, de modo a compensar os custos de cumprimento decorrentes de requisitos de capital mais elevados e a manter inalterado o seu ROE, tal como evidenciado na Tabela 6.14.

O aumento dos requisitos de capital pressupõe que o recurso a capital alheio seja substituído por capital próprio, tal reduzirá as despesas com juros e, consequentemente, a poupança fiscal da instituição bancária (Biase, 2012, King, 2010). Assim sendo, os resultados do modelo sugerem que, por cada ponto percentual de aumento dos requisitos

²⁷⁸ Os cálculos efectuados na determinação dos valores desta coluna encontram-se apresentados no Anexo XX– Aplicação do Modelo Contabilístico de Biase, n.º1, Quadro 9.32 - Determinação do aumento necessário do Resultado Líquido

²⁷⁹ Os cálculos relativos a cada Decisão alternativa de compensação no caso específico do Grupo CGD encontram-se apresentados no Anexo XX– Aplicação do Modelo Contabilístico de Biase, n.º1 nos Quadros 31 a 37.

de capital, o Grupo CGD perde 12 813 milhares de euros de poupança fiscal, podendo compensar esta perda de custos dedutíveis, elevando as suas receitas *core* em 0,32% para cada ponto percentual de aumento do requisito de capital.

A perda da poupança fiscal de 12 813 milhares de euros pode ser também recuperada através da adopção de outras estratégias, nomeadamente elevando em 3,74% a receita proveniente de Taxas e Comissões, por cada ponto percentual de acréscimo do requisito de capital. Relativamente a este aspecto, importa referir que apesar do Grupo CGD estar a diversificar a sua actividade através da prossecução de negócios baseados em comissões, as receitas provenientes de Taxas e Comissões ainda representam uma parte muito pequena das receitas totais (14,18%). Acresce ainda dizer, que apesar de nos últimos anos se ter assistido a um aumento progressivo da receita das Comissões Bancárias, esta tem vindo a reunir a atenção dos reguladores face aos aumentos de custo imputados aos consumidores, pelo que se acredita que a sua evolução futura tenderá a ser mais contida.

O aumento referido no resultado pode também ser obtido através da introdução de melhorias na estrutura de custos do Grupo CGD, de modo a torná-la mais flexível à volatilidade do contexto onde opera. Apesar de ser possível identificar alguns esforços²⁸⁰ nesse sentido, o Grupo CGD ainda desenvolve a sua actividade sobre condições de custos fixos muito exigentes, uma vez que os seus custos com o pessoal representam 54,72% da sua Margem Financeira Alargada Média e 31,64% da totalidade dos seus Proveitos Operacionais Médios. Apesar de apresentarem uma significância relativamente menor na estrutura de custos face aos anteriores, os Gastos Administrativos do Grupo CGD constituem 37,74% da sua Margem Financeira Alargada Média e 21,82% da totalidade dos seus Proveitos Operacionais Média, pelo que não devem ser ignorados num contexto de reestruturação de custos. Assim sendo, considerando os valores acabados de referir, os mesmos indiciam que alterações efectivas nestas classes de custo podem ter um impacto significativo na rentabilidade do Grupo CGD, tal como sugerem os resultados obtidos e apresentados na Tabela 6.14, onde se constata que um aumento de um ponto percentual do requisito de capital pode

²⁸⁰ Constatase em 2011 e 2012 uma redução dos custos com o pessoal de 10,30% e 3,21%, respectivamente, e no que respeita aos Gastos Administrativos uma redução de 11% e 2,39%, respectivamente.

ser compensado pela redução de 1,69 % dos custos com o pessoal ou pela diminuição dos Gastos Administrativos em cerca de 2,45%.

Por último, importa referir que o Grupo CGD perante os requisitos de capital definidos por Basileia III poderá implementar uma estratégia combinada, resultante de um *mix* das alternativas referidas, de modo a melhorar os seus padrões de eficiência e a sua rentabilidade, enquanto cumpre as disposições regulatórias a que está sujeito.

Em suma, os resultados obtidos sugerem que os requisitos de capital mais elevados, a cujo cumprimento o Grupo CGD foi e está sujeito, produzem efeitos modestos sobre a taxa de juro cobrada nos empréstimos (Biase, 2012, Elliott, 2009, King, 2010), pelo que a tendência decrescente evidenciada pela evolução dos Empréstimos a Clientes desde 2010 (ver Gráfico 6.98) não se deve aos aumentos dos requisitos de capital, mas sim às desfavoráveis condições económico-financeiras que caracterizam a economia portuguesa. As mesmas foram responsáveis pela significativa deterioração da qualidade de crédito, conduzindo à observação de elevados índices de incumprimento e a uma maior percepção de risco associada a determinados sectores de actividade e clientes, o que, em certa medida, desincentivou a concessão de crédito.

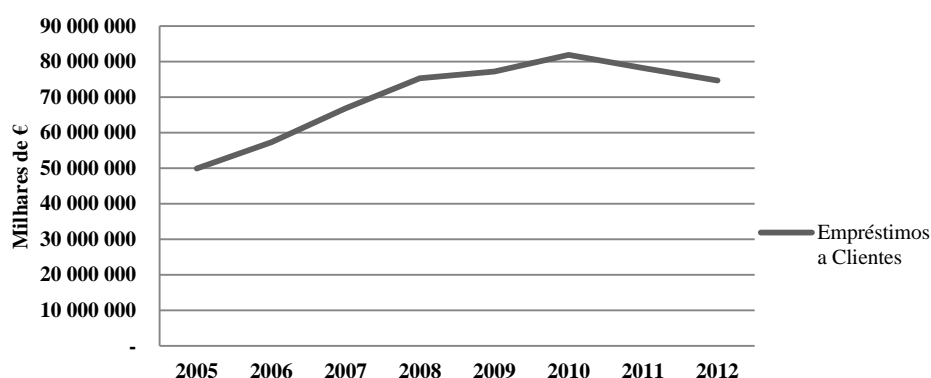


Gráfico 6.98 – Evolução dos Empréstimos concedidos pelo Grupo CGD (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor.

6.2.2. Grupo Banco Espírito Santo

ACTIVO	Euros (Milhares)	% Ativo Total	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Euros (Milhares)	% Ativo Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	2 026 590	2,78%	1. Juros e Proveitos Equiparados	3 554 215	4,88%
Ativos financeiros detidos para negociação	3 810 897	5,23%	2. Juros e Custos Equiparados	(2 512 100)	-3,45%
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 117 237	11,14%	3. Rendimentos de instrumentos de capital	93 149	0,13%
Aplicações em instituições de crédito	5 930 843	8,14%	A. Margem Financeira Alargada	1 135 264	1,56%
Clientes	43 936 514	60,31%	4. Resultados de serviços e comissões	638 119	0,88%
Outros ativos financeiros	1 827 722	2,51%	5. Resultados em ativos financeiros para venda	223 440	0,31%
Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	564 165	0,77%	6. Outros rendimentos de exploração	6 575	0,01%
Ativos não correntes detidos para venda	811 459	1,11%	7. Outros resultados de atividades não bancárias	37 678	0,05%
Propriedades de Investimento	55 249	0,08%	B. Total de Outro Proveitos (4+5+6+7)	905 811	1,24%
Outros ativos tangíveis	646 673	0,89%	C. Total de Proveitos Operacionais (A+B)	2 041 075	2,80%
Ativos Intangíveis	249 449	0,34%	8. Custos com o pessoal	541 962	0,74%
Outros ativos	4 871 068	6,69%	9. Gastos administrativos	396 532	0,54%
Total do Ativo	72 847 864	100%	10. Amortizações do exercício	87 539	0,12%
PASSIVO			D. Total de Custos Operacionais (8+9+10)	1 026 033	1,41%
Recursos de bancos centrais	5 135 633	7,05%	11. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	399 536	0,55%
Recursos de outras instituições de crédito	6 559 374	9,00%	12. Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	54 516	0,07%
Recursos de clientes e outros empréstimos	27 240 087	37,39%	13. Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	65 163	0,09%
Títulos de dívida emitidos	21 678 848	29,76%	14. Outras provisões	42 205	0,06%
Passivos financeiros detidos para negociação	1 706 039	2,34%	E. Resultado Operacional (C-D-(11++12+13+14))	453 623	0,62%
Outros passivos financeiros	702 952	0,96%	15. Resultados em filiais e empresas associadas	15 944	0,02%
Passivos não correntes detidos para venda	87 795	0,12%	F. Resultado antes de impostos (E+15)	469 567	0,64%
Passivos Subordinados	2 032 896	2,79%	16. Gastos em Impostos	76 546	0,11%
Outros passivos	1 921 859	2,64%	G. Resultado Após Impostos e antes de interesses minoritários (F-16)	393 021	0,54%
Total do Passivo	67 065 481	89,27%	17. Interesses minoritários	51 705	0,07%
CAPITAL PRÓPRIO			H. Resultado Líquido (G-17)	341 316	0,47%
Capital	3 133 795	4,30%	Nota: $t = 16,30\%$ $r_d = 3,75\%$		
Prémios de emissão	828 566	1,14%			
Acções Preferenciais	500 650	0,69%			
Outros instrumentos de capital	41 094	0,06%			
Acções Próprias	(33 041)	-0,05%			
Reservas de Reavaliação	52 189	0,07%			
Outras reservas e resultados transitados	596 585	0,82%			
Resultado Líquido	341 316	0,47%			
Interesses Minoritários	321 229	0,44%			
Total do Capital Próprio	5 782 383	7,94%			
Total do Capital Próprio e Passivo	72 847 864	100,00%			

Tabela 6.15 - Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados Médios do Grupo BES (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da BES de 2005-2012.²⁸¹

²⁸¹ Os parâmetros “ t ” (taxa média de imposto) e “ r_d ” (custo médio da dívida) foram calculados de acordo com as expressões 5 e 7 da Tabela 5.1, respectivamente.

Adoptando a mesma abordagem prosseguida na análise dos grupos bancários antecedentes, procede-se à análise das Demonstrações Financeiras Médias²⁸² construídas antes da discussão dos resultados obtidos da aplicação do Modelo Contabilístico de Biase, de modo a tornar mais claro o entendimento dos mesmos.

Da observação da Tabela 6.15, constatamos que os Empréstimos a Clientes representam cerca de 60 % (60,31%) das aplicações totais realizadas, seguidos pelos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (11,14%) e pelas Aplicações em Instituições de Crédito (8,14%). A análise da estrutura de financiamento externa do Grupo BES permite-nos verificar que os ativos são essencialmente financiados pelos Depósitos de Clientes e Outros Empréstimos²⁸³ (37,39%) e pelo financiamento por grosso²⁸⁴ (36,81%). Por seu turno, o Capital Próprio do Grupo BES representa 7,94% do seu Ativo Total.

Relativamente à Demonstração de Resultados do Grupo BES, observamos que a receita do negócio *core* é 1,56% do Ativo Total e a que provém de Outras Operações²⁸⁵ representa 1,24%, ou seja, outras receitas operacionais são cerca de 79,49 % da receita *core*, sugerindo o predomínio das formas tradicionais de intermediação financeira na atividade do Grupo BES. No que respeita às despesas operacionais, estas correspondem a 1,41% da totalidade dos ativos, sendo mais de metade (52,48%) relativas aos custos com o pessoal. Em termos de rentabilidade dos Capitais Próprios, o Grupo CGD apresenta um ROE Médio de 5,90%.

No que concerne aos rácios de capital médios, verifica-se que as Posições de Risco Ponderadas do Grupo CGD representam mais de metade²⁸⁶ dos Ativos Totais

²⁸² As Demonstrações Financeiras do Grupo BES que serviram de base à aplicação do Modelo Contabilístico de Biase resultaram do cálculo da média aritmética dos seus valores contabilísticos ao longo do período de análise definido (2005-2012). Estas encontram-se presentes no Anexo XIX – Demonstrações Financeiras dos Grupos Bancários da Amostra, 3. Grupo Bancário BES, Quadro 9.22 e Quadro 9.23Quadro 9.22

²⁸³ Na rubrica Depósitos de Clientes e Outros Empréstimos, são considerados Outros Empréstimos os Recursos de Outras Instituições de Crédito.

²⁸⁴ Resultante dos Recursos de Bancos Centrais e Títulos de Dívida Emitidos.

²⁸⁵ A receita de Outras Operações resulta da soma dos Resultados de serviços e comissões, com os Resultados em operações de negociação e de cobertura, com Outros rendimentos de exploração e com Outros resultados de atividades não bancárias, como observável na Tabela 6.15 - Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados Médios do Grupo BES (2005-2012)..

²⁸⁶ Posições de Risco Ponderadas: 57 035 750 milhares de euros e Ativo Total 72 847 864€, o seu quociente é de 78,29%.

(78,29%), sendo o seu Rácio de Capital *Core Tier 1* de 7,45%, *Tier 1* de 8,21% e de Solvabilidade (Capital Regulamentar Total) de 11,47%. Tais valores demonstram um cumprimento acima dos mínimos regulamentarmente definidos, fruto, como já vimos na Fase I, de um progressivo reforço qualitativo e quantitativo dos capitais, acompanhado de uma substituição dos ativos de maior risco por ativos de menor risco.

A utilização dos dados apresentados na Tabela 6.15 permitiu-nos aplicar o Modelo Contabilístico de Biase,²⁸⁷ através do qual quantificámos o efeito do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro cobrada nos empréstimos por parte do Grupo BES.

A análise dos resultados produzidos sugere que o aumento esperado nas taxas de juro cobradas pelos empréstimos é de 4,29% do aumento do rácio de capital (+ ΔCR), querendo isto dizer, que para cada aumento de um ponto percentual do rácio de capital o Grupo BES eleva a sua taxa de juro média cobrada pelos empréstimos em 0,0429²⁸⁸ pontos percentuais, a fim de manter o seu ROE inalterado.

Aumento do Rácio de Capital (%)	Aumento nas taxas de juro dos empréstimos (α)	Incremento % ²⁸⁹
1%	4,29%	0,0429%
2%	8,58%	0,1717%
3%	12,88%	0,3863%
4%	17,17%	0,6868%
5%	21,46%	1,0731%
6%	25,75%	1,5453%

Tabela 6.16 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BES

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Na Tabela 6.16, é possível observar-se os incrementos na taxa de juro dos empréstimos resultantes de um aumento progressivo de 1 ponto percentual do Rácio de Capital. A dimensão dos valores dos incrementos sugere que requisitos de capital mais elevados produzem um efeito de acréscimo modesto sobre a taxa de empréstimos a cobrar pelo Grupo BES (Biase, 2012, Elliott, 2009, King, 2010), depreendendo-se, por

²⁸⁷ No número 2 do Anexo XX é possível observar em maior detalhe a aplicação do modelo no caso específico do Grupo BES.

²⁸⁸ $\alpha \times \Delta CR = 4,29\% \times 1\% = 0,0429\%$.

²⁸⁹ O incremento percentual determinado resulta da aplicação direta da Equação 5.10 presente na Formulação do Modelo (também apresentada na Tabela 5.1).

essa via, que os aumentos dos requisitos de capital estipulados, em particular à Banca Portuguesa, com o intuito de reforçar a sua capacidade de absorção de perdas, tem um efeito modesto a longo prazo sobre as taxas de juro cobradas aos mutuários.

Contudo, como já referido, os bancos dispõem de outras alternativas, para além do aumento da taxa de juro cobrada pelos empréstimos, para compensar o acréscimo do custo de cumprimento das disposições de capital mais elevadas, mantendo o seu ROE inalterado, nomeadamente: o aumento da receita associada aos Juros e às Comissões e a redução das despesas operacionais relativas ao Pessoal e Outros Gastos Administrativos. Assim sendo, na Tabela 6.17 é possível observar o montante de receita extra que o Grupo BES tem de gerar em cada alternativa que referimos, de modo a manter o seu ROE de 5,90%.

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	Aumento necessário do Resultado Líquido ²⁹⁰	Decisões Alternativas de Compensação ²⁹¹			
		Receitas de juros	Taxas e Comissões	Despesas com o Pessoal	Outras despesas administrativas
1	9,86%	0,53%	2,96%	-3,48%	-4,76%
2	19,78%	1,06%	5,91%	-6,96%	-9,51%
3	29,59%	1,59%	8,87%	-10,44%	-14,27%
4	39,45%	2,12%	11,82%	-13,92%	-19,02%
5	49,32%	2,65%	14,78%	-17,40%	-23,78%
6	59,18%	3,18%	17,73%	-20,88%	-28,54%

Tabela 6.17 – Efeito do aumento dos requisitos de capital – alternativas ao aumento da taxa de juro a cobrar pelos empréstimos.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Com base nos dados contabilísticos do Grupo BES apresentados, constata-se que este por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital necessita de gerar um resultado líquido adicional de 33 666 milhares de euros, ou seja, elevar o seu Resultado Líquido Médio em 9,86%, de modo a compensar os custos de cumprimento decorrentes de requisitos de capital mais elevados e a manter inalterado o seu ROE, tal como evidenciado na Tabela 6.17.

²⁹⁰ Os cálculos efectuados na determinação dos valores desta coluna encontram-se apresentados no Anexo XX – Aplicação do Modelo Contabilístico de Biase, n.º2, Quadro 9.40 – Determinação do aumento necessário do Resultado Líquido.

²⁹¹ Os cálculos relativos a cada Decisão alternativa de compensação no caso específico do Grupo BES encontram-se apresentados no Anexo XX – Aplicação do Modelo Contabilístico de Biase, n.º1 nos Quadros 39 a 45.

O aumento dos requisitos de capital pressupõe que o recurso a capital alheio seja substituído por capital próprio, tal reduzirá as despesas com juros e, consequentemente, a poupança fiscal da instituição bancária (Biase, 2012, King, 2010). Assim sendo, os resultados do modelo sugerem que, por cada ponto percentual de aumento dos requisitos de capital, o Grupo BES perde 15 785 milhares de euros em poupança fiscal, podendo compensar esta perda de custos dedutíveis, elevando as suas receitas *core* em 0,53% para cada ponto percentual de aumento do requisito de capital.

A perda da poupança fiscal de 15 785 milhares de euros pode ser também recuperada através da adopção de outras estratégias, nomeadamente elevando em 2,96% a receita proveniente de Taxas e Comissões, por cada ponto percentual de acréscimo do requisito de capital. Relativamente a este aspecto, importa referir que o Grupo BES face aos grupos bancários analisados apresenta uma receita proveniente de Taxas e Comissões já com alguma relevância nas receitas totais (31,43%). Acresce no entanto dizer, que apesar de nos últimos anos se ter assistido a um aumento progressivo da receita das Comissões Bancárias, esta tem vindo a reunir a atenção dos reguladores face aos aumentos de custo imputados aos consumidores, pelo que se acredita que a sua evolução futura tenderá a ser mais contida.

O aumento referido no resultado pode também ser obtido através da introdução de melhorias na estrutura de custos do Grupo BES, de modo a torná-la mais flexível à volatilidade do contexto onde opera. Apesar de ser possível identificar alguns esforços²⁹² nesse sentido, o Grupo BES ainda desenvolve a sua actividade sobre condições de custos fixos muito exigentes, pois os seus custos com o pessoal representam 52,01% da sua Margem Financeira Alargada Média e 26,55% da totalidade dos seus Proveitos Operacionais Médios. Apesar de apresentarem uma significância relativamente menor na estrutura de custos face aos anteriores, os Gastos Administrativos do Grupo BES constituem 38,05% da sua Margem Financeira Alargada Média e 19,43% da totalidade dos seus Proveitos Operacionais Médios, pelo que não devem ser ignorados num contexto de reestruturação de custos. Assim sendo, considerando os valores acabados de referir, os mesmos indiciam que alterações

²⁹² Constata-se em 2011 uma redução dos custos com o pessoal de 6,50% e no que respeita aos Gastos Administrativos uma redução de 1,66%, contudo em 2012 constata-se um aumento de 2% em ambas as classes de custo.

efectivas nestas classes de custo podem ter um impacto significativo na rentabilidade do Grupo BES, tal como sugerem os resultados obtidos e apresentados na Tabela 6.17, onde se constata que um aumento de um ponto percentual do requisito de capital pode ser compensado pela redução de 3,48% dos custos com o pessoal ou pela diminuição dos Gastos Administrativos em cerca de 4,76%.

Por último, importa referir que o Grupo BES, à semelhança dos outros grupos bancários, perante os requisitos de capital definidos por Basileia III poderá implementar uma estratégia combinada, resultante de um *mix* das alternativas referidas, de modo a melhorar os seus padrões de eficiência e a sua rentabilidade, enquanto cumpre as disposições regulatórias a que está sujeito.

Em suma, os resultados obtidos sugerem que os requisitos de capital mais elevados, a cujo cumprimento o Grupo BES foi e está sujeito, produzem efeitos modestos sobre a taxa de juros cobrada nos empréstimos (Biase, 2012, Elliott, 2009, King, 2010), pelo que a tendência decrescente evidenciada pela evolução dos Empréstimos a Clientes desde 2010 (ver Gráfico 6.99) não se deve aos aumentos dos requisitos de capital, mas sim às desfavoráveis condições económico-financeiras que caracterizam a economia portuguesa. As mesmas foram responsáveis pela significativa deterioração da qualidade de crédito, conduzindo à observação de elevados índices de incumprimento e a uma maior percepção de risco associada a determinados sectores de atividade e clientes, o que, em certa medida, desincentivou a concessão de crédito.

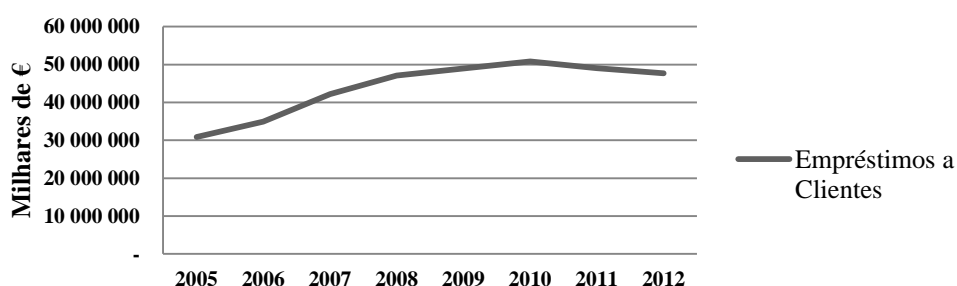


Gráfico 6.99 - Evolução dos Empréstimos concedidos pelo Grupo BES (2005-2012).
Fonte: Elaboração do próprio autor.

6.2.3. Banco Português de Investimento

ACTIVO	Euros (Milhares)	% Ativo Total	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Euros (Milhares)	% Ativo Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	1 408 593	3,42%	1. Juros e Proveitos Equiparados	2 093 011	5,08%
Ativos financeiros detidos para negociação	2 632 109	6,39%	2. Juros e Custos Equiparados	(1 517 248)	-3,68%
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 743 374	13,94%	3. Rendimentos de instrumentos de capital	9 267	0,02%
Aplicações em instituições de crédito	1 838 257	4,46%	A. Margem Financeira	585 031	1,42%
Clientes	27 221 670	66,05%	4. Resultados de serviços e comissões	292 272	0,71%
Outros ativos financeiros	779 524	1,89%	5. Resultados em operações de negociação e de cobertura	1 074	0,00%
Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	162 250	0,39%	6. Resultados em activos financeiros para venda	144 806	0,35%
Outros ativos tangíveis	269 325	0,65%	7. Outros rendimentos de exploração	92 800	0,23%
Ativos Intangíveis	10 643	0,03%	B. Total de Outro Proveitos (4+5+6+7)	530 952	1,29%
Outros ativos	1 149 560	2,79%	C. Total de Proveitos Operacionais (A+B)	1 115 983	2,71%
Total do Ativo	41 215 303	100%	8. Custos com o pessoal	382 854	0,93%
PASSIVO			9. Gastos administrativos	218 487	0,53%
Recursos de bancos centrais	1 355 365	3,29%	10. Amortizações do exercício	43 012	0,10%
Recursos de outras instituições de crédito	3 286 469	7,97%	D. Total de Custos Operacionais (8+9+10)	644 353	1,56%
Recursos de clientes e outros empréstimos	21 458 828	52,07%	11. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	131 048	0,32%
Títulos de dívida emitidos	6 205 650	15,06%	12. Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	94 272	0,23%
Passivos financeiros detidos para negociação	335 634	0,81%	13. Outras provisões	49	0,00%
Outros passivos financeiros	551 271	1,34%	E. Resultado Operacional (C-D+/- (11+12+13))	246 261	0,60%
Passivos Subordinados	725 580	1,76%	14. Resultados em filiais e empresas associadas	23 006	0,06%
Outros passivos	5 540 169	13,44%	F. Resultado antes de impostos (E+14)	269 267	0,65%
Total do Passivo	39 458 965	95,74%	15. Gastos em Impostos	38 355	0,09%
CAPITAL PRÓPRIO			G. Resultado Após Impostos e antes de interesses minoritários (F-15)	230 912	0,56%
Capital	895 000	2,17%	16. Interesses minoritários	57 229	0,14%
Prémios de emissão	268 284	0,65%	H. Resultado Líquido (G-16)	173 683	0,42%
Outros instrumentos de capital	10 144	0,02%			
Acções Próprias	(28 939)	-0,07%			
Reservas de Reavaliação	(359 249)	-0,87%			
Outras reservas e resultados transitados	422 981	1,03%			
Resultado Líquido	173 683	0,42%			
Interesses Minoritários	374 434	0,91%			
Total do Capital Próprio	1 756 338	4,26%			
Total do Capital Próprio e Passivo	41 215 303	100,00%			

Nota:

t = 14,24%

r_d = 3,85%

Tabela 6.18 - Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados Médios do Grupo BPI (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do Grupo BPI de 2005-2012.²⁹³

²⁹³ Os parâmetros “t” (taxa média de imposto) e “r_d” (custo médio da dívida) foram calculados de acordo com as expressões 5 e 7 da Tabela 5.1, respectivamente.

À semelhança da abordagem seguida relativamente aos grupos bancários anteriores, a análise dos resultados obtidos da aplicação do Modelo de Biase ao Grupo BPI é precedida do estudo das Demonstrações Financeiras Médias²⁹⁴ construídas, de modo a tornar mais claro quer a aplicação do modelo, quer o significado dos seus resultados.

Da observação da Tabela 6.18, constatamos que os Empréstimos a Clientes representam cerca de 66 % (66,05%) aplicações totais realizadas, seguidos pelos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (13,94%). A análise da estrutura de financiamento externa do Grupo BPI permite-nos verificar que os ativos são essencialmente financiados pelos Depósitos de Clientes e Outros Empréstimos²⁹⁵ (52,07%) e pelo financiamento por grosso²⁹⁶ (18,35%). Por seu turno, o Capital Próprio do Grupo BPI representa 4,26% do seu Activo Total.

Relativamente à Demonstração de Resultados do Grupo BPI, observamos que a receita do negócio *core* é 1,42% do Activo Total e a que provém de Outras Operações²⁹⁷ representa 1,29%, ou seja, outras receitas operacionais são cerca de 90,85 % da receita *core*, sugerindo o predomínio das formas tradicionais de intermediação financeira na actividade do Grupo BPI. No que respeita às despesas operacionais, estas correspondem a 1,56 % da totalidade dos ativos, sendo mais de metade (59,62%) relativas aos custos com o pessoal. Em termos de rentabilidade dos Capitais Próprios, o Grupo BPI apresenta um ROE Médio de 9,89%.

No que concerne aos rácios de capital médios, verifica-se que as Posições de Risco Ponderadas do Grupo BPI representam mais de metade²⁹⁸ dos Ativos Totais (58,63%), sendo o seu Rácio de Capital *Core Tier 1* de 8,2%, *Tier 1* de 8,9% e de

²⁹⁴ As Demonstrações Financeiras do Grupo BPI que serviram de base à aplicação do Modelo Contabilístico de Biase resultaram do cálculo da média aritmética dos seus valores contabilísticos ao longo do período de análise definido (2005-2012). Estas encontram-se presentes no Anexo XIX – Demonstrações Financeiras dos Grupos Bancários da Amostra, 4. Grupo Bancário BPI, Quadro 9.24 e Quadro 9.25.

²⁹⁵ Na rubrica Depósitos de Clientes e Outros Empréstimos, são considerados Outros Empréstimos os Recursos de Outras Instituições de Crédito.

²⁹⁶ Resultante dos Recursos de Bancos Centrais e Títulos de Dívida Emitidos.

²⁹⁷ A receita de Outras Operações resulta da soma dos Resultados de serviços e comissões, com os Resultados em operações de negociação e de cobertura, com Outros rendimentos de exploração e com Outros resultados de atividades não bancárias, como observável na Tabela 6.18.

²⁹⁸ Posições de Risco Ponderadas: 24 162 850 milhares de euros e Activo Total 41 215 303€, o seu quociente é de 58,63%.

Solvabilidade (Capital Regulamentar Total) de 11,1%. Tais valores demonstram um cumprimento acima dos mínimos regulamentarmente definidos, fruto, como já vimos na Fase I, de um progressivo reforço qualitativo e quantitativo dos capitais, acompanhado de uma substituição dos ativos de maior risco por ativos de menor.

A utilização dos dados apresentados na Tabela 6.17 permitiu-nos aplicar o Modelo Contabilístico de Biase,²⁹⁹ através do qual quantificámos o efeito do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro cobrada nos empréstimos por parte do Grupo BPI.

A análise dos resultados produzidos sugere que o aumento esperado nas taxas de juro cobradas nos empréstimos é de 6,82% do aumento do rácio de capital (+ ΔCR), querendo isto dizer, que para cada aumento de um ponto percentual do rácio de capital o Grupo BPI eleva a sua taxa de juro média cobrada pelos empréstimos em 0,0682³⁰⁰ pontos percentuais, a fim de manter o seu ROE inalterado.

Aumento do Rácio de Capital (%)	Aumento nas taxas de juro dos empréstimos (α)	Incremento % ³⁰¹
1%	6,82%	0,0682%
2%	13,65%	0,2729%
3%	20,47%	0,6140%
4%	27,29%	1,0916%
5%	34,11%	1,7057%
6%	40,94%	2,4562%

Tabela 6.19 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BPI

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Na Tabela 6.19, é possível observar-se os incrementos na taxa de juro dos empréstimos resultantes de um aumento progressivo de 1 ponto percentual do Rácio de Capital. A dimensão dos valores dos incrementos sugere que requisitos de capital mais elevados produzem um efeito modesto sobre a taxa de empréstimos a cobrar pelo Grupo BPI (Biase, 2012, Elliott, 2009, King, 2010), depreendendo-se, por essa via, que os aumentos dos requisitos de capital estipulados, em particular à Banca Portuguesa, com o

²⁹⁹ No número 3 do Anexo XX é possível observar em maior detalhe a aplicação do modelo no caso específico do Grupo BPI.

³⁰⁰ $\alpha \times \Delta CR = 6,82\% \times 1\% = 0,0682\%$.

³⁰¹ O incremento percentual determinado resulta da aplicação direta da Equação 5.10 presente na Formulação do Modelo (também apresentada na Tabela 5.1).

intuito de reforçar a sua capacidade de absorção de perdas, tem um efeito modesto a longo prazo sobre as taxas de juro cobradas aos mutuários.

Contudo, como já referido, os bancos dispõem de outras alternativas, para além do aumento da taxa de juro cobrada nos empréstimos, para compensar o acréscimo do custo de cumprimento das disposições de capital mais elevadas, mantendo o seu ROE inalterado, nomeadamente: o aumento da receita associada aos Juros e às Comissões e a redução das despesas operacionais relativas ao Pessoal e Outros Gastos Administrativos. Assim sendo, na Tabela 6.20 é possível observar o montante de receita adicional que o Grupo BPI tem de gerar em cada alternativa que referimos, de modo a manter o seu ROE de 9,89%.

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	Aumento necessário do Resultado Líquido ³⁰²	Decisões Alternativas de Compensação ³⁰³			
		Receitas de juros	Taxas e Comissões	Despesas com o Pessoal	Outras despesas administrativas
1	13,76%	0,89%	6,35%	-4,85%	-8,50%
2	27,52%	1,77%	12,71%	-9,70%	-17,00%
3	41,27%	2,66%	19,06%	-14,55%	-25,50%
4	55,03%	3,55%	25,42%	-19,40%	-34,00%
5	68,79%	4,44%	31,77%	-24,26%	-42,50%
6	82,55%	5,32%	38,13%	-29,11%	-51,00%

Tabela 6.20 – Efeito do aumento dos requisitos de capital – alternativas ao aumento da taxa de juro a cobrar pelos empréstimos por parte do Grupo BPI.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Com base nos dados contabilísticos do Grupo BPI apresentados, constata-se que este por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital necessita de gerar um resultado líquido adicional de 23 895 milhares de euros, ou seja, elevar o seu Resultado Líquido Médio em 13,76%, de modo a compensar os custos de cumprimento decorrentes de requisitos de capital mais elevados e a manter inalterado o seu ROE, tal como evidenciado na Tabela 6.20.

O aumento dos requisitos de capital pressupõe que o recurso a capital alheio seja substituído por capital próprio, tal reduzirá as despesas com juros e, consequentemente,

³⁰² Os cálculos efectuados na determinação dos valores desta coluna encontram-se apresentados no Anexo XX – Aplicação do Modelo Contabilístico de Biase, n.º3, Quadro 9.48 - Determinação do aumento necessário do Resultado Líquido

³⁰³ Os cálculos relativos a cada Decisão alternativa de compensação no caso específico do Grupo BPI encontram-se apresentados no Anexo XX – Aplicação do Modelo Contabilístico de Biase, n.º3 nos Quadros 47 a 53.

a poupança fiscal da instituição bancária (Biase, 2012, King, 2010). Assim sendo, os resultados do modelo sugerem que, por cada ponto percentual de aumento dos requisitos de capital, o Grupo BPI perde 15 927 milhares de euros de poupança fiscal, podendo compensar esta perda de custos dedutíveis, elevando as suas receitas *core* em 0,89% para cada ponto percentual de aumento do requisito de capital.

A perda da poupança fiscal de 15 927 milhares de euros pode ser também recuperada através da adopção de outras estratégias, nomeadamente elevando em 6,35% a receita proveniente de Taxas e Comissões, por cada ponto percentual de acréscimo do requisito de capital. Relativamente a este aspecto, importa referir que apesar do Grupo BPI estar a diversificar a sua actividade através da prossecução de negócios baseados em comissões, estas ainda são pouco significativas, uma vez que representam uma parte pequena das receitas totais (26,20%). Acresce ainda dizer, que apesar de nos últimos anos se ter assistido a um aumento progressivo da receita das Comissões Bancárias, esta tem vindo a reunir a atenção dos reguladores face aos aumentos de custo imputados aos consumidores, pelo que se acredita que a sua evolução futura tenderá a ser mais contida.

O aumento referido no resultado pode também ser obtido através da introdução de melhorias na estrutura de custos do Grupo BPI, de modo a torná-la mais flexível à volatilidade do contexto onde opera. Apesar de ser possível identificar alguns esforços³⁰⁴ nesse sentido, o Grupo BPI ainda desenvolve a sua actividade sobre condições de custos fixos muito exigentes, pois os seus custos com o pessoal representam 65,44% da sua Margem Financeira Alargada Média e 34,31% da totalidade dos seus Proveitos Operacionais Médios. Apesar de apresentarem uma significância relativamente menor na estrutura de custos face aos anteriores, os Gastos Administrativos do Grupo BPI constituem 37,35% da sua Margem Financeira Alargada e 19,58% da totalidade dos seus Proveitos Operacionais, pelo que não devem ser ignorados num contexto de reestruturação de custos. Assim sendo, considerando os valores acabados de referir, os mesmos indiciam que alterações efectivas nestas classes de custo podem ter um impacto significativo na rentabilidade do Grupo BPI, tal como sugerem os resultados obtidos e apresentados na Tabela 6.20, onde se constata que um

³⁰⁴ Constata-se em 2011 e 2012 uma redução dos custos com o pessoal de 2,99% e 10,82%, respectivamente, e no que respeita aos Gastos Administrativos uma redução de 0,56% em 2011 e um aumento de 1,11%, em 2012.

aumento de um ponto percentual do requisito de capital pode ser compensado pela redução de 4,85 % dos custos com o pessoal ou pela diminuição dos Gastos Administrativos em cerca de 8,50%.

Por último, importa referir que o Grupo BPI perante os requisitos de capital definidos por Basileia III poderá implementar uma estratégia combinada, resultante de um *mix* das alternativas referidas, de modo a melhorar os seus padrões de eficiência e a sua rentabilidade, enquanto cumpre as disposições regulatórias a que está sujeito.

Em suma, os resultados obtidos sugerem que os requisitos de capital mais elevados, a cujo cumprimento o Grupo BPI foi e está sujeito, produzem efeitos modestos sobre a taxa de juros cobrada pelos empréstimos (Biase, 2012, Elliott, 2009, King, 2010), pelo que a tendência decrescente evidenciada pela evolução dos Empréstimos a Clientes desde 2010 (ver Gráfico 6.100) não se deve aos aumentos dos requisitos de capital, mas sim às desfavoráveis condições económico-financeiras que caracterizam a economia portuguesa. As mesmas foram responsáveis pela significativa deterioração da qualidade de crédito, conduzindo à observação de elevados índices de incumprimento e a uma maior percepção de risco associada a determinados sectores de actividade e clientes, o que, em certa medida, desincentivou a concessão de crédito.

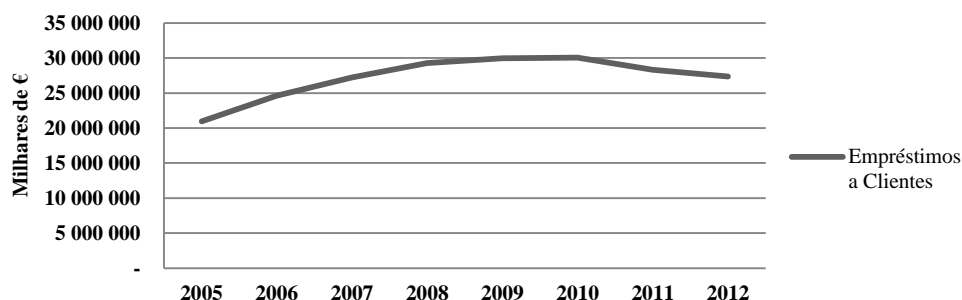


Gráfico 6.100 - Evolução dos Empréstimos concedidos pelo Grupo BPI (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor.

6.2.4. Grupo Banco Santander Totta

ACTIVO	Euros (Milhares)	% Ativo Total	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Euros (Milhares)	% Ativo Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	791 726	1,86%	1. Juros e Proveitos Equiparados	2 463 858	5,79%
Ativos financeiros detidos para negociação	1 809 175	4,25%	2. Juros e Custos Equiparados	(1 795 237)	-4,22%
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 285 455	7,73%	3. Rendimentos de instrumentos de capital	7 070	0,02%
Aplicações em instituições de crédito	2 136 550	5,02%	A. Margem Financeira	675 691	1,59%
Clientes	29 891 560	70,29%	4. Resultados de serviços e comissões	334 886	0,79%
Outros ativos financeiros	180 796	0,43%	5. Resultados em ativos financeiros para venda	(17 238)	-0,04%
Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	52 419	0,12%	6. Outros rendimentos de exploração	102 754	0,24%
Ativos não correntes detidos para venda	80 650	0,19%	7. Outros resultados de atividades não bancárias	55 448	0,13%
Outros ativos tangíveis	400 128	0,94%	B. Total de Outro Proveitos (4+5+6+7)	475 850	1,12%
Ativos Intangíveis	61 978	0,15%	C. Total de Proveitos Operacionais (A+B)	1 151 541	2,71%
Outros ativos	3 838 482	9,03%	8. Custos com o pessoal	292 726	0,69%
Total do Ativo	42 528 918	100%	9. Gastos administrativos	157 434	0,37%
PASSIVO			10. Amortizações do exercício	66 381	0,16%
Recursos de bancos centrais	3 435 542	8,08%	D. Total de Custos Operacionais (8+9+10)	516 541	1,21%
Recursos de outras instituições de crédito	4 751 125	11,17%	11. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	124 187	0,29%
Recursos de clientes e outros empréstimos	16 667 720	39,19%	12. Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	9 367	0,02%
Títulos de dívida emitidos	9 268 245	21,79%	13. Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	26 126	0,06%
Passivos financeiros detidos para negociação	1 476 899	3,47%	14. Outras provisões	5 290	0,01%
Outros passivos financeiros	2 419 220	5,69%	E. Resultado Operacional (C-D-(11+12+13+14))	470 029	1,11%
Passivos Subordinados	219 830	0,52%	15. Resultados em filiais e empresas associadas	3 473	0,01%
Outros passivos	1 643 753	3,87%	F. Resultado antes de impostos (E+15)	473 503	1,11%
Total do Passivo	39 882 334	93,78%	16. Gastos em Impostos	87 891	0,21%
CAPITAL PRÓPRIO			G. Resultado Após Impostos e antes de interesses minoritários (F-16)	385 612	0,91%
Capital	1 972 962	4,64%	17. Interesses minoritários	1 812	0,00%
Ações Próprias	(495)	0,00%	H. Resultado Líquido (G-17)	383 800	0,90%
Reservas de Reavaliação	(299 291)	-0,70%	Nota: $t = 18,56\%$ $r_d = 4,50\%$		
Outras reservas e resultados transitados	137 936	0,32%			
Resultado Líquido	304 737	0,72%			
Interesses Minoritários	530 736	1,25%			
Total do Capital Próprio	2 646 584	6,22%			
Total do Capital Próprio e Passivo	42 528 918	100,00%			

Tabela 6.21 - Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados Médios do Grupo BST (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do Grupo BPI de 2005-2012.³⁰⁵

³⁰⁵ Os parâmetros “ t ” (taxa média de imposto) e “ r_d ” (custo médio da dívida) foram calculados de acordo com as expressões 5 e 7 da Tabela 5.1, respectivamente.

Adoptando a mesma abordagem seguida relativamente aos grupos bancários anteriores, analisam-se previamente as Demonstrações Financeiras Médias³⁰⁶ construídas de modo a tornar mais claro quer a aplicação do modelo, quer o significado dos seus resultados.

Da observação da Tabela 6.21, constatamos que os Empréstimos a Clientes representam cerca de 70 % (70,29%) das aplicações totais realizadas, seguidos pelos Outros Ativos³⁰⁷ (9,03%). A análise da estrutura de financiamento externa do Grupo BST permite-nos verificar que os ativos são essencialmente financiados pelos Depósitos de Clientes e Outros Empréstimos³⁰⁸ (39,19%) e pelo financiamento por grosso³⁰⁹ (29,87%). Por seu turno, o Capital Próprio do Grupo BST representa 6,22% do seu Ativo Total.

Relativamente à Demonstração de Resultados do Grupo BST, observamos que a receita do negócio *core* é 1,59% do Ativo Total e a que provém de Outras Operações³¹⁰ representa 1,12%, ou seja, outras receitas operacionais são cerca de 70,44% da receita *core*, sugerindo o predomínio das formas tradicionais de intermediação financeira na atividade do Grupo BST. No que respeita às despesas operacionais, estas correspondem a 1,21% da totalidade dos ativos, sendo mais de metade (57,02%) relativas aos custos com o pessoal. Em termos de rentabilidade dos Capitais Próprios, o Grupo CGD apresenta um ROE Médio de 14,50%.

No que concerne aos rácios de capital médios, verifica-se que as Posições de Risco Ponderadas do Grupo BST representam mais de metade³¹¹ dos Ativos Totais

³⁰⁶ As Demonstrações Financeiras do Grupo BST que serviram de base à aplicação do Modelo Contabilístico de Biase resultaram do cálculo da média aritmética dos seus valores contabilísticos ao longo do período de análise definido (2005-2012). Estas encontram-se presentes no Anexo XIX – Demonstrações Financeiras dos Grupos Bancários da Amostra, 5. Grupo Bancário BST, Quadro 9.26 e Quadro 9.27.

³⁰⁷ Nesta rubrica integram-se: Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, Ativos por impostos correntes, Ativos por Impostos diferidos, Provisões técnicas de resseguro cedido, Outros Ativos. A relevância desta rubrica deve-se ao crescente contributo tanto dos Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, como dos ativos por impostos diferidos, os quais representam essencialmente diferenças temporárias dedutíveis e o reporte de perdas fiscais não utilizadas.

³⁰⁸ Na rubrica Depósitos de Clientes e Outros Empréstimos, são considerados Outros Empréstimos os Recursos de Outras Instituições de Crédito.

³⁰⁹ Resultante dos Recursos de Bancos Centrais e Títulos de Dívida Emitidos.

³¹⁰ A receita de Outras Operações resulta da soma dos Resultados de serviços e comissões, com os Resultados em ativos financeiros para venda, com Outros rendimentos de exploração e com Outros resultados de atividades não bancárias, como observável na Tabela 6.21.

³¹¹ Posições de Risco Ponderadas: 23 505 625 milhares de euros e Ativo Total 42 528 918€, o seu quociente é de 58,63%.

(55,27%), sendo o seu Rácio de Capital *Core Tier 1* de 8,9%, *Tier 1* de 10,5% e de Solvabilidade (Capital Regulamentar Total) de 11,7%. Tais valores demonstram um cumprimento acima dos mínimos regulamentarmente definidos, fruto, como já vimos na Fase I, de um progressivo reforço qualitativo e quantitativo dos capitais, acompanhado de uma substituição dos ativos de maior risco por ativos de menor.

A utilização dos dados apresentados na Tabela 6.21 permitiu-nos aplicar o Modelo Contabilístico de Biase,³¹² através do qual quantificámos o efeito do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa cobrada nos empréstimos por parte do Grupo BST.

A análise dos resultados produzidos sugere que o aumento esperado nas taxas de juro cobradas nos empréstimos é de 10,46% do aumento do rácio de capital (+ ΔCR), querendo isto dizer, que para cada aumento de um ponto percentual do rácio de capital o Grupo CGD eleva a sua taxa de juro média cobrada nos empréstimos em 0,01046³¹³ pontos percentuais, a fim de manter o seu ROE inalterado.

Aumento do Rácio de Capital (%)	Aumento nas taxas de juro dos empréstimos (α)	Incremento % ³¹⁴
1%	10,46%	0,1046%
2%	20,93%	0,4185%
3%	31,39%	0,9417%
4%	41,85%	1,6741%
5%	52,32%	2,6158%
6%	62,78%	3,7667%

Tabela 6.22 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BST

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Na Tabela 6.22, é possível observar-se os incrementos na taxa de juro dos empréstimos resultantes de um aumento progressivo de 1 ponto percentual do Rácio de Capital. A dimensão dos valores dos incrementos sugere que requisitos de capital mais elevados produzem um efeito modesto sobre a taxa de empréstimos a cobrar pelo Grupo BST (Biase, 2012, Elliott, 2009, King, 2010), depreendendo-se, por essa via, que os aumentos dos requisitos de capital estipulados, em particular à Banca Portuguesa, com o

³¹² No número 4 do Anexo XX é possível observar em maior detalhe a aplicação do modelo no caso específico do Grupo BST.

³¹³ $\alpha \times \Delta CR = 10,46\% \times 1\% = 0,1046\%$.

³¹⁴ O incremento percentual determinado resulta da aplicação direta da Equação 5.10 presente na Formulação do Modelo (também apresentada na Tabela 5.1).

intuito de reforçar a sua capacidade de absorção de perdas, tem um efeito modesto a longo prazo sobre as taxas de juro cobradas aos mutuários.

Contudo, como já referido, os bancos dispõem de outras alternativas, para além do aumento da taxa de juro cobrada nos empréstimos, para compensar o acréscimo do custo de cumprimento das disposições de capital mais elevadas, mantendo o seu ROE inalterado, nomeadamente: o aumento da receita associada aos Juros e às Comissões e a redução das despesas operacionais relativas ao Pessoal e Outros Gastos Administrativos. Assim sendo, na Tabela 6.23 é possível observar o montante de receita adicional que o Grupo BST tem de gerar em cada alternativa que referimos, de modo a manter o seu ROE de 14,50%.

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	Aumento necessário do Resultado Líquido ³¹⁵	Decisões Alternativas de Compensação ³¹⁶			
		Receitas de juros	Taxas e Comissões	Despesas com o Pessoal	Outras despesas administrativas
1	8,88%	1,27%	9,34%	-10,68%	-19,87%
2	17,76%	2,54%	18,68%	-21,37%	-39,73%
3	26,64%	3,81%	28,02%	-32,05%	-59,60%
4	35,53%	5,08%	37,36%	-42,74%	-79,46%
5	44,41%	6,35%	46,70%	-53,42%	-99,33%
6	53,29%	7,62%	56,04%	-64,11%	-119,20%

Tabela 6.23 – Efeito do aumento dos requisitos de capital – alternativas ao aumento da taxa de juro a cobrar pelos empréstimos por parte do Grupo BST.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Com base nos dados contabilísticos do Grupo BST apresentados, constata-se que este por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital necessita de gerar um resultado líquido adicional de 34 087 milhares de euros, ou seja, elevar o seu Resultado Líquido Médio em 8,88%, de modo a compensar os custos de cumprimento decorrentes de requisitos de capital mais elevados e a manter inalterado o seu ROE, tal como evidenciado na Tabela 6.23.

O aumento dos requisitos de capital pressupõe que o recurso a capital alheio seja substituído por capital próprio, tal reduzirá as despesas com juros e, consequentemente,

³¹⁵ Os cálculos efectuados na determinação dos valores desta coluna encontram-se apresentados no Anexo XX– Aplicação do Modelo Contabilístico de Biase, n.º4, Quadro 9.56 – Determinação do aumento necessário do Resultado Líquido.

³¹⁶ Os cálculos relativos a cada Decisão alternativa de compensação no caso específico do Grupo BST encontram-se apresentados no Anexo XX – Aplicação do Modelo Contabilístico de Biase, n.º4 nos Quadros 55 a 61.

a poupança fiscal da instituição bancária (Biase, 2012, King, 2010). Assim sendo, os resultados do modelo sugerem que, por cada ponto percentual de aumento dos requisitos de capital, o Grupo BST perde 25 470 milhares de euros de poupança fiscal, podendo compensar esta perda de custos dedutíveis, elevando as suas receitas *core* em 1,27% para cada ponto percentual de aumento do requisito de capital.

A perda da poupança fiscal de 25 470 milhares de euros pode ser também recuperada através da adopção de outras estratégias, nomeadamente elevando em 9,34% a receita proveniente de Taxas e Comissões, por cada ponto percentual de acréscimo do requisito de capital. Relativamente a este aspecto, importa referir que o Grupo BST, à semelhança do Grupo BES, apresenta uma receita proveniente de Taxas e Comissões já com alguma relevância para as receitas totais (29,08%). Acresce ainda dizer, que apesar de nos últimos anos se ter assistido a um aumento progressivo da receita das Comissões Bancárias, esta tem vindo a reunir a atenção dos reguladores face aos aumentos de custo imputados aos consumidores, pelo que se acredita que a sua evolução futura tenderá a ser mais contida.

O aumento referido no resultado pode também ser obtido através da introdução de melhorias na estrutura de custos do Grupo BST, de modo a torná-la mais flexível à volatilidade do contexto onde opera. Apesar de ser possível identificar alguns esforços³¹⁷ nesse sentido, o Grupo BST ainda desenvolve a sua atividade sobre condições de custos fixos muito exigentes, pois os seus custos com o pessoal representam 43,32% da sua Margem Financeira Alargada Média e 25,42% da totalidade dos seus Proveitos Operacionais Médios. Apesar de apresentarem uma significância relativamente menor na estrutura de custos face aos anteriores, os Gastos Administrativos do Grupo BST constituem 23,30% da sua Margem Financeira Alargada Média e 13,67% da totalidade dos seus Proveitos Operacionais Médios, pelo que não devem ser ignorados num contexto de reestruturação de custos. Assim sendo, considerando os valores acabados de referir, os mesmos indiciam que alterações efetivas nestas classes de custo podem ter um impacto significativo na rentabilidade do Grupo BST, tal como sugerem os resultados obtidos e apresentados na Tabela 6.23,

³¹⁷ Constata-se em 2011 e 2012 uma redução dos custos com o pessoal de 1,12% e 13,16%, respectivamente e no que respeita aos Gastos Administrativos, uma redução de 5,46% e 6,72% em 2011 E 2012, respectivamente.

onde se constata que um aumento de um ponto percentual do requisito de capital pode ser compensado pela redução de 10,68% dos custos com o pessoal ou pela diminuição dos Gastos Administrativos em cerca de 19,87%.

Por último, importa referir que o Grupo BST perante os requisitos de capital definidos por Basileia III poderá implementar uma estratégia combinada, resultante de um *mix* das alternativas referidas, de modo a melhorar os seus padrões de eficiência e a sua rentabilidade, enquanto cumpre as disposições regulatórias a que está sujeito.

Em suma, os resultados obtidos sugerem que os requisitos de capital mais elevados, a cujo cumprimento o Grupo BST foi e está sujeito, produzem efeitos modestos sobre a taxa de juro cobrada nos empréstimos, pelo que a tendência decrescente evidenciada pela evolução dos Empréstimos a Clientes desde 2010 (ver Gráfico 6.101) não se deve aos aumentos dos requisitos de capital, mas sim às desfavoráveis condições económico-financeiras que caracterizam a economia portuguesa. As mesmas foram responsáveis pela significativa deterioração da qualidade de crédito, conduzindo à observação de elevados índices de incumprimento e a uma maior percepção de risco associada a determinados sectores de atividade e clientes, o que, em certa medida, desincentivou a concessão de crédito.

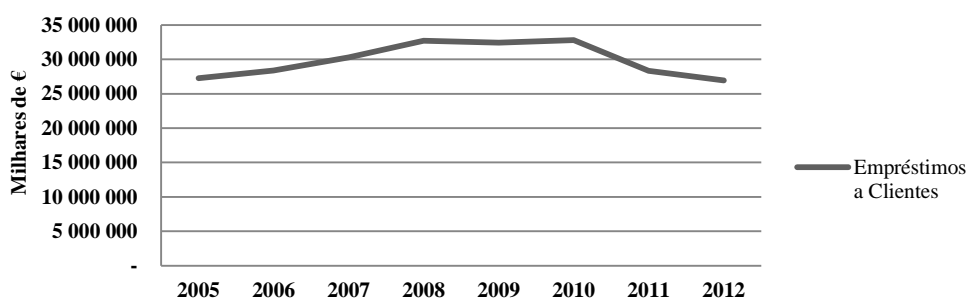


Gráfico 6.101 - Evolução dos Empréstimos concedidos pelo Grupo BST (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor.

6.2.5. Síntese Global

Com a aplicação do Modelo Contabilístico de Biase procurou-se estimar o impacto quantitativo que o cumprimento de requisitos de capital mais elevados pode ter, sobre a taxa de juro cobrada nos empréstimos, de modo a ser possível compreender em que medida estes condicionam ou não o crédito concedido à economia.

Antes de mais, importa referir alguns aspectos que foram evidenciados pelas análises individuais realizadas aos grupos bancários que compõem a nossa amostra, os quais ajudam a clarificar os resultados obtidos, principalmente a sua variabilidade de grupo para grupo bancário.

Das análises efectuadas constatou-se que os quatro grupos bancários que compõem a nossa amostra na aplicação do Modelo Contabilístico de Biase comungam em alguns aspectos, nomeadamente no que respeita à estrutura de custos, rentabilidade e à evolução da atividade de crédito.

No que respeita à estrutura de custos, tal como indiciado nas análises anteriores e ilustrado no Gráfico 6.102, os quatro grupos bancários possuem uma estrutura de custos muito pesada face à receita que é libertada pelo seu negócio *core*, destacando-se na mesma o peso dos Custos com o Pessoal. No caso particular do Grupo BPI a Margem Financeira Alargada Média não é suficiente para assegurar os custos ilustrados, uma vez que a soma destes últimos representa 102,79%. Assim, facilmente se compreende que uma das medidas comuns nos planos de reestruturação destes bancos seja o ajustamento estrutural da dimensão das suas organizações.

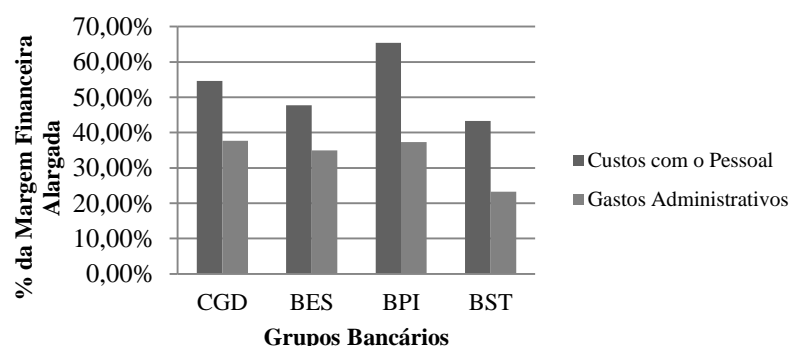


Gráfico 6.102 – Estrutura Média de Custos dos quatro Grupos Bancários (2005-2012).
Fonte: Elaboração do próprio autor com base nas Demonstrações Financeiras Médias construídas.

Nesse sentido o Grupo BPI delineou um plano de reestruturação, no qual determina a redução de 363 colaboradores em Portugal e o fecho de 21 agências até ao final de 2014. Através deste, o Grupo BPI procura flexibilizar a sua estrutura de custos, de modo a não ser tão penalizado, em termos de rentabilidade, em períodos de maior instabilidade.

Ainda decorrente da observação do Gráfico 6.102, constata-se que o Grupo BST possui a estrutura de custos que menos Margem Financeira Alargada Média absorve, seguido do Grupo BES, CGD e, por último, BPI.

Um outro aspecto em que os grupos bancários analisados demonstraram ter algumas similitudes foi no que respeita à rentabilidade. O horizonte temporal definido para o presente trabalho de investigação integra um período especialmente negativo da economia portuguesa, tal como já descrito, o qual se repercutiu severamente sobre a rentabilidade das instituições bancárias, como evidenciado no Gráfico 6.103.

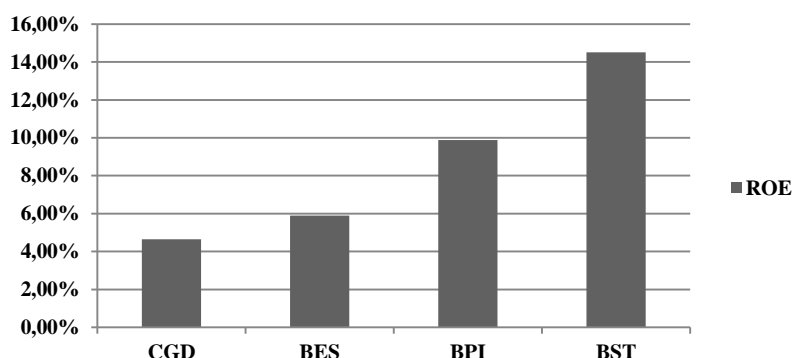


Gráfico 6.103 – Rentabilidade Média dos Capitais Próprios dos Grupos Bancários da Amostra (2005-2012)
Fonte: Elaboração do próprio autor com base nas Demonstrações Financeiras Médias construídas.

A breve análise do Gráfico 6.103 permite-nos constatar que o grupo bancário com a estrutura de custos menos “pesada” apresenta, como expectável, a maior rentabilidade média dos capitais próprios, afastando-se dos restantes de forma significativa. Este é seguido pelo Grupo BPI, BES e por último, CGD. O facto do Grupo BPI ocupar, em termos de rentabilidade, a segunda posição na amostra destaca a sua capacidade de gerar resultado, uma vez que não só suporta a sua dispendiosa estrutura de custos, como remunera razoavelmente bem, quando comparado com os restantes grupos bancários, os seus capitais próprios.

No que respeita aos Rádios de Capital, constatou-se que os grupos bancários cumpriram os rácios de capital, não se limitando ao mínimo estipulado, tal como observável no Gráfico 6.104.

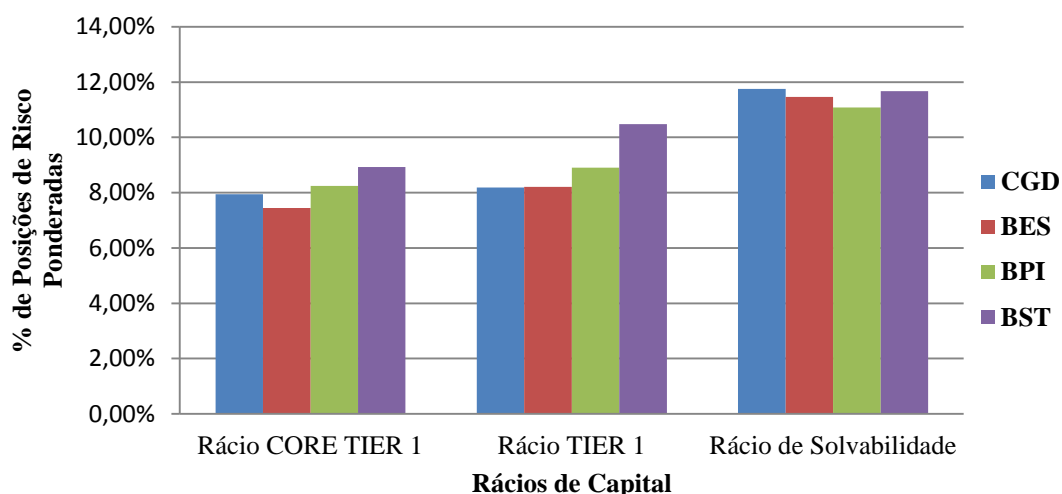


Gráfico 6.104 – Rádios de Capital Médios dos Grupos Bancários da Amostra (2005-2012)
 Fonte: Elaboração do próprio autor com base nas Demonstrações Financeiras Médias construídas.

O Grupo BST destaca-se mais uma vez positivamente dos restantes grupos bancários nacionais, não só porque lidera em quase todos os rácios de capital, mas também porque, como sabemos, alcançou tais montantes sem recorrer ao Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas, ou seja, apenas com recurso a soluções de mercado. O Grupo BES também não recorreu ao referido programa, contudo apesar de ter cumprido escrupulosamente os requisitos de capital a que estava sujeito, não o fez com tanto êxito como o outro grande Grupo não-recapitalizado, o BST.

No que respeita à evolução da atividade de crédito, constata-se, da observação do Gráfico 6.105, grandes similitudes, em termos de tendência de crescimento ou decrescimento, entre os cinco grupos bancários nacionais. Contudo, o papel de financiador da economia, neste conjunto de grupos bancários, é detido, indubitavelmente, pelo Grupo CGD.

Da observação do Gráfico 6.105, destaca-se um facto curioso, os dois grupos bancários que apresentaram um ROE Médio mais elevado são os mesmos grupos que concederam menos crédito ao longo do período em análise. Este facto leva-nos a

considerar outro factor explicativo do ROE apresentado pelos outros grupos bancários analisados, ou seja, para além de uma estrutura de custos “pesada”, foram prejudicados pela erosão da qualidade de crédito motivada pela própria conjuntura económica negativa, que os levou a reconhecer elevadas perdas por imparidade de crédito que, por consequência, afectaram destrutivamente a sua rentabilidade.

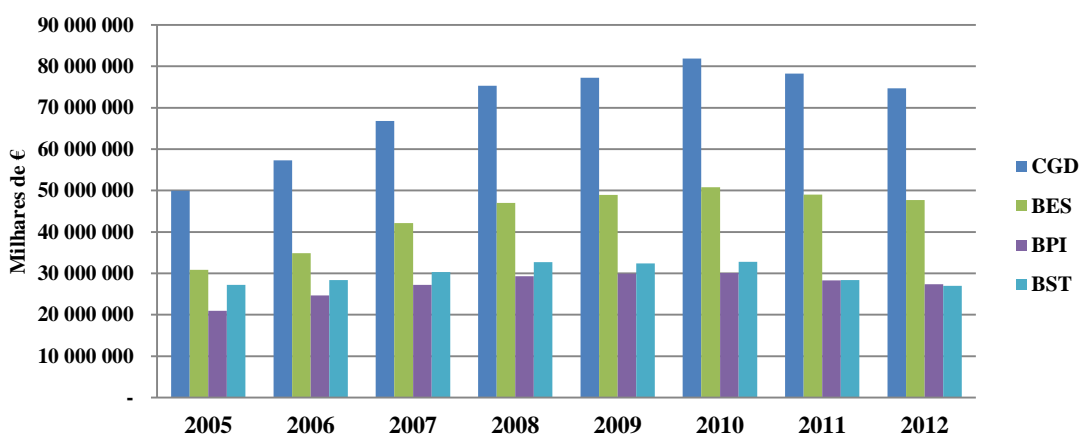


Gráfico 6.105 – Evolução dos Empréstimos concedidos a Clientes dos Grupos Bancários da Amostra.
 Fonte: Elaboração do próprio autor com base nas Demonstrações Financeiras dos Grupos Bancários da amostra.

Após terem sido discutidos e confrontados elementos-chave das análises individuais dos grupos bancários da amostra, importa agora comparar os resultados obtidos por estes na aplicação do Modelo de Biase, com o intuito de avaliarmos e compreendermos a variabilidade entre os mesmos. Assim, da observação do Gráfico 6.106, é possível perceber em que medida o aumento dos requisitos de capital podem conduzir a um aumento da taxa de juro cobrada pelos empréstimos por parte de cada grupo bancário analisado, de modo a manter inalterado os seus ROE's.

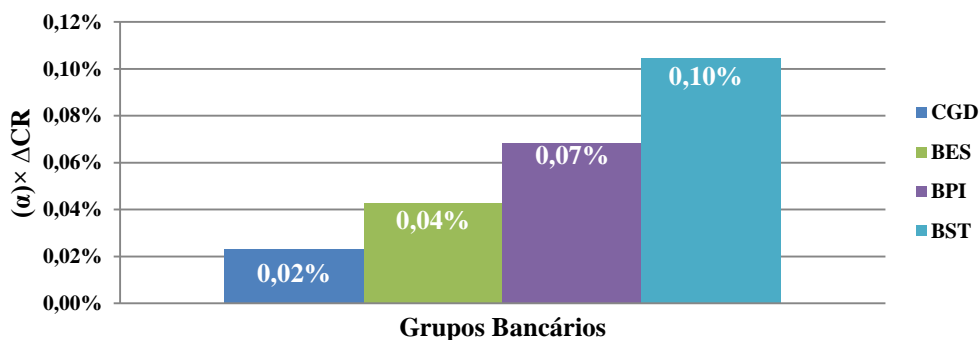


Gráfico 6.106 – Variação da Taxa de juro cobrada pelos empréstimos por Grupo Bancário decorrente do aumento de 1 ponto percentual do requisito de capital.
 Fonte: Elaboração do próprio autor.

Observando-se o Gráfico 6.106, constata-se impactos bastante divergentes, em termos de magnitude, entre os grupos bancários em análise. Contudo, todos eles sugerem que o aumento de um ponto percentual dos requisitos de capital conduz a um modesto aumento da taxa de juro média cobrada nos empréstimos, mantendo o ROE inalterado. Assim sendo, salienta-se a concordância entre os resultados obtidos e os divulgados pela literatura a este respeito, nomeadamente os que constam nos estudos de Biase (2012), de King (2010), de Elliott (2009) e de Slovik *[et al.]* (2011).

Os factores que determinam a divergência dos α 's³¹⁸ dos quatro grupos bancários analisados são a sua Rentabilidade dos Capitais Próprios, as suas Posições de Risco Ponderadas, o seu Volume de Empréstimos concedidos, a sua taxa média de imposto e o seu custo médio da dívida (Biase, 2012). Quer isto dizer que o maior incremento na taxa de juro média cobrada nos empréstimos que o Grupo BST apresenta comparativamente aos restantes grupos bancários, deve-se ao facto de possuir o ROE mais elevado, o menor volume médio de empréstimos concedido e a maior taxa média de imposto. Assim sendo, o incremento na taxa de juro média cobrada pelos empréstimos assume os valores apresentados no Gráfico 6.106, de acordo com o efeito combinado dos factores supramencionados, destacando-se o facto de que grupos bancários com ROE's mais elevados e com menores volumes de empréstimos concedidos face às suas Posições de Risco Ponderadas (Grupos BST e BPI), perante um aumento dos requisitos de capital necessitam de um maior aumento das taxas de juro médias para compensar os efeitos decorrentes do menor grau de alavancagem que possuem (Biase, 2012).

Contudo, foram exploradas também algumas decisões alternativas ao aumento das taxas de juro médias cobradas nos empréstimos: o aumento da receita *core* (juros) e da receita proveniente de Taxas e Comissões e a redução dos custos operacionais – custos com o pessoal e gastos administrativos.

Como é possível observar no Gráfico 6.107 e tal como seria expectável pelos motivos já referidos anteriormente, os grupos bancários BST e BPI apresentam maiores

³¹⁸ O α está positivamente correlacionado com o aumento do rácio de capital, com o quociente entre Posições de Risco Ponderadas e o Volume de Empréstimos concedido, com o ROE e a taxa média de imposto; e está negativamente correlacionado com o custo médio da dívida.

ajustamentos face ao aumento de um ponto percentual dos requisitos de capital, de modo a manter inalterado o seu ROE, do que os grupos bancários BES e CGD.

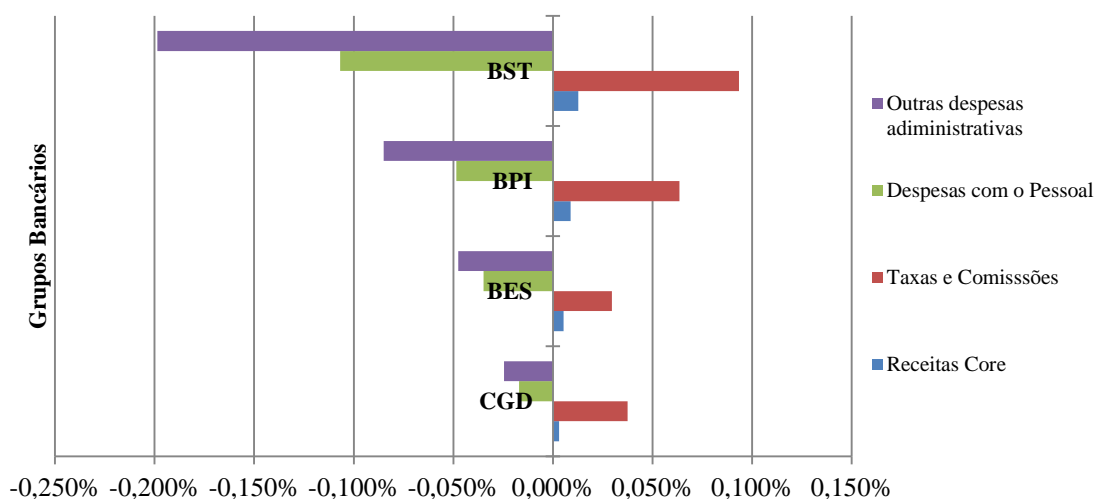


Gráfico 6.107 – Alternativas de Compensação por Grupo Bancário da Amostra.
Fonte: Elaboração do próprio autor.

Após tudo o que já foi referido, resta apenas responder explicitamente às questões – qual o impacto que o cumprimento de requisitos de capital mais elevados tem sobre a atividade de crédito de cada grupo bancário? Deve-se o decréscimo verificado nos Empréstimos concedidos pelo Sistema Bancário ao aumento dos requisitos de capital?

Considerando o produto das análises anteriormente realizadas, o mesmo sugere que atividade de crédito de cada grupo bancário é modestamente afectada pelo aumento dos requisitos de capital, via aumento da taxa de juro média cobrada nos empréstimos. Contudo, o decréscimo dos empréstimos concedidos, verificado em cada grupo bancário e no sistema bancário no seu todo, não se deve ao aumento dos requisitos de capital, pois, como já observado, a magnitude do seu impacto não é tão extensa, pelo que tal evolução resulta de outros factores, nomeadamente: a significativa deterioração da qualidade de crédito, a qual elevou as perdas por imparidade; o processo de desalavancagem com que estão vinculados via PAEF e que tem como meta um rácio de transformação de 120%, em 2014; e a maior exigência dos processos de concessão de crédito relativamente à identificação do real nível de risco e às garantias a prestar pelo cliente.

6.3. Fase III – Implicações sobre o Modelo de Negócio

A crise financeira global promoveu a instalação de um clima de desconfiança nos mercados internacionais, pondo a descoberto grandes fragilidades quer dos sistemas bancários, quer de certas economias, como foi o caso da economia portuguesa.

A nossa crise de dívida soberana degradou significativamente a estabilidade do sistema financeiro nacional, uma vez que o mesmo foi fortemente penalizado nos processos de financiamento junto dos mercados financeiros internacionais. As crescentes dificuldades de acesso ao financiamento enfrentadas pela banca portuguesa acrescidas do avolumar de desequilíbrios da própria República motivaram a negociação do PAEF.

O clima de forte instabilidade acrescido dos objectivos e compromissos assumidos no PAEF pelo sistema financeiro nacional, só por si, constituíram desafios de grande magnitude. Contudo, o sistema bancário português para além de estar sujeito ao cumprimento escrupuloso dos objectivos delineados no PAEF, tem ainda de se alinhar com o novo enquadramento regulamentar de capital – o Acordo de Basileia III.

Apesar das metas estabelecidas no PAEF, em matéria de capital, evidenciarem um forte alinhamento no cumprimento das novas disposições regulatórias da CBSB, a execução do Acordo de Basileia III não deixa de ampliar os desafios presentes e futuros do nosso sistema bancário.

Este conjunto de desafios exige a ruptura com o paradigma tradicional da banca nacional, com os seus modelos de negócio, incitando à emergência de fortes ajustamentos dos mesmos no sentido de fortalecer o sector financeiro e fomentar a confiança. Subjacentes a estes, prevalecem as questões relacionadas com o financiamento, a qualidade dos ativos, o controlo da evolução das imparidades e a aplicação do capital.

Considerando as análises individuais e globais realizadas ao sistema bancário nacional, constata-se que o mesmo para responder, aos novos requisitos de capital e aos objectivos definidos pelo PAEF, tem adoptado uma estratégia assente na redução gradual da concessão de crédito e no aumento da captação de depósitos, na substituição de ativos de maior risco por ativos de risco inferior e no reforço de capital via soluções de mercado ou com recurso a investimento público. Como é possível constatar, tais

ações estratégicas estão fortemente alinhadas com as estratégias de cumprimento de requisitos de capital mais elevados enunciadas por Admati [et al.] (2010).

Assim, estratégias anteriormente referidas têm permitido aos vários grupos bancários reforçarem substancialmente a sua solvabilidade, o que tem transmitido um sinal positivo aos investidores, que têm correspondido favoravelmente através da evolução crescente dos depósitos de clientes, os quais, como já demonstrado, constituem a principal fonte de financiamento da banca nacional.

Contudo, apesar do cumprimento exímio das disposições regulatórias a que estão sujeitos, assiste-se a uma deterioração significativa da rentabilidade do sistema bancário nacional, pois para além do acréscimo de custos que decorre desse mesmo cumprimento, outros factores são possíveis de ser identificados como propulsores de tal resultado, nomeadamente: estruturas e processos pouco eficientes, elevados custos de financiamento (inclusive o custo dos depósitos), grandes níveis de incumprimento que conduzem ao reconhecimento de elevadas perdas por imparidade e ao reforço de provisões, depreciações da carteira de títulos em resultado da volatilidade do mercado de capitais e o próprio perfil das carteiras de crédito das instituições bancárias, cuja margem tem vindo a ser fortemente pressionada devido ao predomínio dos créditos de maturidades muito longas, encontrando-se o seu *spread* desajustado face às atuais circunstâncias de mercado.

Perante tais circunstâncias, os grupos bancários nacionais têm vindo a desenvolver uma nova estratégia e a moldar o seu anterior modelo de negócio³¹⁹ às novas condições a que estão expostos, apresentando-se por isso, algumas das principais linhas que definem os mesmos e que ilustram em que direção as novas exigências regulatórias estão a conduzir a atividade bancária nacional. Contudo, importa acrescentar ao mencionado, que os grupos bancários que foram alvo de recapitalização com recurso a fundos públicos (4 da nossa amostra) estavam incumbidos de apresentar os seus Planos de Reestruturação³²⁰ ao Estado Português, para este os expor à Direcção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia.

³¹⁹ Tal como será possível de constatar, os grupos bancários da nossa amostra, na redefinição do seu modelo de negócio, guiaram esse processo de reforma centrando-se essencialmente nos aspectos apresentados na Tabela 4.19 – Estratégias de Resposta ao Acordo de Basileia III.

³²⁰ A 24/07/2013 foram divulgadas as principais decisões subjacentes aos Planos de Reestruturação dos grupos bancários CGD, BCP e BPI, contudo até à data de realização do presente trabalho de investigação ainda não tinham sido tornados públicos os documentos oficiais que os consubstanciam.

O Grupo CGD foi um dos bancos que recorreu a recursos públicos para se capitalizar, tendo por isso tido a incumbência de apresentar o seu Plano de Reestruturação. Contudo, mesmo antes da divulgação das principais linhas do mesmo, o Grupo CGD já tinha definido um conjunto de medidas com vista à melhoria da sua governação, dos seus níveis de capital, dos níveis de incumprimento dos seus clientes e da sua eficiência operacional e organizativa. Para tal, o Grupo CGD definiu como direções: a optimização da eficiência em custos e da eficácia da organização através da racionalização da estrutura do grupo e do redesenho dos processos; a gestão do balanço no sentido de alcançar um rácio de transformação de 120% até 2014, captando poupança e diversificando as fontes de liquidez (por exemplo, recursos aos mercados internacionais); o desenvolvimento de processos de acompanhamento e recuperação de crédito; o enfoque sobre segmentos-chave, como: as Empresas e os Particulares *Affluent*³²¹ e Não residentes; e por último, o reforço da quota de mercado junto das melhores PME's e do apoio às exportações e às estratégias de internacionalização.

Assim, o seu Plano de Reestruturação veio materializar as direções descritas através da reorganização da sua atividade em Espanha, de modo a otimizar a dimensão da rede do Grupo CGD, do desinvestimento das participações não estratégicas, incluindo a venda do seu negócio segurador e na redução dos custos operacionais, nomeadamente os associados às despesas com o pessoal.³²² Tais medidas visam concentrar os esforços do Grupo CGD nas suas atividades de intermediação, procurando reforçar os seus rácios de capital com o resultado dos desinvestimentos estratégicos previstos, com o intuito de, dessa forma, reforçarem a sua capacidade de financiamento da economia nacional, sobretudo, para bens e serviços transacionáveis e para o apoio às exportações e internacionalização das empresas portuguesas.

O Grupo BCP, à semelhança do anterior, também recorreu ao Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas e como tal também apresentou o seu Plano de Reestruturação, tendo sido o mesmo recentemente discutido e aprovado pela Direcção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia.

³²¹ Clientes *Premium*.

³²² Mesmo antes da aprovação da Direcção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia, o Grupo CGD já tinha iniciado o seu processo de redimensionamento da sua rede através da dispensa, até Fevereiro deste ano, de 170 dos mil trabalhadores e do encerramento de 36 das suas 217 agências.

O seu modelo de negócio centra-se essencialmente no mercado a retalho, contudo o mesmo está a sofrer significativas reestruturações, devido aos objectivos estratégicos que são necessários alcançar, nomeadamente: o reforço da posição de capital e liquidez, a criação de condições para assegurar o crescimento e a rendibilidade, em Portugal, Polónia, Moçambique e Angola, e a promoção de um crescimento sustentável. Para tal, o Grupo BCP reforçou os seus esforços na captação de recursos de clientes, na redução de crédito³²³ e na melhoria da sua estrutura organizativa através da sua simplificação, do aperfeiçoamento dos processos e da optimização da sua rede comercial. Tais orientações estratégicas são consonantes com o Plano de Reestruturação apresentado à Comissão Europeia, sendo de destacar o facto, desta última, não obrigar o Grupo BCP a desinvestir no mercado polaco. Contudo, o grupo ficou vinculado ao cumprimento de um conjunto de condições em termos de desinvestimento, de modo a reduzir igualmente a sua dimensão. Este facto apesar de tudo é bastante positivo para o Grupo BCP, uma vez que o mercado polaco tem sido recentemente³²⁴ identificado como uma fonte de elevada rentabilidade, alimentando expectativas de que os recursos provenientes do mesmo possam possivelmente permitir o reembolso antecipado do investimento público (até ao final de 2016 ao invés de Junho de 2017), minimizando os custos da operação de recapitalização e outros impactos potencialmente negativos.

O Grupo BES faz parte do conjunto limitado dos grandes grupos bancários nacionais que não recorreram ao Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas. O seu modelo de negócio assenta numa oferta diversificada nos segmentos *Private* e de Retalho, assumindo um forte posicionamento nos produtos de poupança e no apoio às empresas exportadoras.

À semelhança dos grupos bancários anteriores, o Grupo BES necessitou de ajustar o seu modelo de negócio ao recessivo contexto macroeconómico de Portugal, aos requisitos regulamentares e às próprias restrições de mercado, adoptando estratégias semelhantes aos seus concorrentes, designadamente: o reforço da captação de recursos

³²³ Em Portugal, entre 2011 e 2012, o Grupo BCP reduziu em 8,7% o crédito concedido às empresas, em 4,4% o crédito ao consumo e em 2,6% o crédito à habitação, tendo a redução total ascendido a 8%. No contexto internacional, constatou-se um aumento residual do crédito (1,1%).

³²⁴ No primeiro trimestre de 2013, os analistas estimam que a unidade polaca do Grupo gerou lucros na ordem dos 60 milhões de euros, sobretudo devido ao crescimento dos empréstimos a particulares estrangeiros.

junto dos seus clientes, a redução do crédito³²⁵ concedido (em parte, devido à política prudente de gestão do risco), a melhoria da sua estrutura de custos,³²⁶ reforço dos níveis de capital com recurso a soluções de mercado³²⁷ e a expansão da sua atividade internacional, com o objectivo de compensar a reduzida rentabilidade do mercado doméstico.

O Grupo BPI foi um dos grandes grupos bancários nacionais a recorrer a recursos públicos para se capitalizar, tendo por isso sido obrigado a apresentar o seu Plano de Reestruturação. Contudo, destaca-se o facto, deste ser o único grupo bancário, que até à data, já iniciou o processo de recompra dos títulos híbridos subscritos pelo Estado (580 milhões de euros), prevendo, ao contrário das restantes instituições bancárias recapitalizadas através do mesmo processo, concluir o reembolso do Estado Português até ao fim de 2015.

À semelhança dos seus concorrentes, o Grupo BPI adaptou o seu modelo de negócio aos novos condicionalismos, de modo a flexibilizar a sua estrutura de custos, a desinvestir em negócios menos rentáveis ou com níveis de risco mais elevados, a reforçar a sua captação de recursos e a reduzir o crédito concedido, de modo a atingir as metas estipuladas pelo PAEF. Em conformidade com tais orientações, o Plano de Reestruturação do BPI materializa essencialmente três compromissos: a redução da rede de distribuição na atividade doméstica, através do encerramento de 21 balcões até final de 2014, a redução do número de colaboradores em Portugal através da dispensa de 363 trabalhadores até ao final de 2015 e, por último, a redução do Ativo Total do negócio *core*, em Portugal, em cerca de 700 milhões de euros até 2015, através essencialmente da redução do crédito hipotecário.

O Grupo BST, como o Grupo BES, pertence ao conjunto de grupos bancários não recapitalizados com recursos públicos, mas cujo reforço em termos de capital foi suprido através de soluções de mercado.

Atualmente, o modelo de negócio do Grupo BST assenta essencialmente na captação e retenção de recursos, na venda de produtos de proteção (seguros) e na gestão

³²⁵ O processo de desalavancagem prosseguido pelo BES está a ser essencialmente impulsionado pela redução do crédito à habitação.

³²⁶ O Grupo BES encontra-se a implementar um programa de corte de custos que ascende aos 100 milhões de euros, entre 2013-2015.

³²⁷ Como já referido, o Grupo BES foi o primeiro Banco Português a emitir títulos no mercado de dívida, em Novembro de 2012, desde que os mercados fecharam para os bancos portugueses.

do risco da carteira de crédito, essencial para proteger a rentabilidade e o capital, os quais são fundamentais num contexto económico de maior adversidade. Para tal, o Grupo BST tem dedicado especial atenção à prevenção do incumprimento, antecipando situações de risco através do fornecimento de soluções que permitam adequar a estrutura de pagamentos à situação económico-financeira dos clientes, assim como tem mantido um grande foco na captação de depósitos, com o intuito de, simultaneamente, reforçar a sua capacidade de financiamento às famílias, sector empresarial português e cumprir a meta de 120% de rácio de transformação até 2014.

Por último, importa refletir acerca da reestruturação do modelo de negócio do Grupo BANIF. Este é um grupo bancário que a nível de dimensão distingue-se significativamente dos cinco anteriores, uma vez que representa 1/3 do Ativo Total do menor grupo bancário da amostra, contudo o seu recurso ao Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas mais do que justifica a relevância da sua análise.

Antes de se discutir a reorientação estratégica do grupo, importa apresentar as razões pelas quais este necessitou de se capitalizar junto do Estado Português, as quais se destacam, mais recentemente, os avultados prejuízos sofridos no Brasil (cerca de 200 milhões de euros) e em Espanha (cerca de 50 milhões de euros). Contudo, importa referir que da análise das suas Demonstrações Financeiras é possível identificar algumas fragilidades, principalmente em termos de geração de resultado.

O seu Programa de Reestruturação, à data da elaboração do presente trabalho de investigação, ainda não tinha sido aprovado pela Comissão Europeia, pois aquando da primeira apresentação este foi considerado incompleto relativamente à definição clara do seu modelo de negócio, bem como no que respeita à contribuição dos diferentes interessados no financiamento da reestruturação. Contudo, do que já foi possível aferir, o Grupo BANIF assume como propósitos otimizar a alocação de capital, adoptando uma estratégia de desalavancagem assente na venda dos ativos com menores taxas de retorno e elevados consumos de capital, designadamente, ativos imobiliários, carteiras de crédito em incumprimento e outros ativos não estratégicos. Apesar dos objectivos delineados, consideramos que o modelo de negócio do Grupo BANIF necessitará de maiores ajustamentos, pois, tal como os grupos bancários analisados, este necessita de reformular a sua estrutura de custos, aperfeiçoar a gestão do risco da sua carteira de

crédito, analisar a importância estratégica de cada segmento, ajustando as taxas de empréstimo consoante o risco percebido, desinvestir nas unidades de negócio de maior risco, devendo-se concentrar nas atividades tradicionais de intermediação financeira, num âmbito, essencialmente nacional.

Em suma, o contexto macroeconómico recessivo, os exigentes requisitos regulamentares e os condicionalismos impostos pelo próprio mercado ditam a emergência de novos modelos de negócio, mais “leves” em termos de custo, mais simples, em termos de número e de natureza de atividades, mais focados nas operações tradicionais de intermediação financeira e mais limitados, em termos geográficos (recomendação para uma presença essencialmente nacional) e transacionais (aquisições ou outras práticas consideradas arriscadas e/ou agressivas). Assim, haverá um movimento na procura da “excelência operacional”, prosseguido através de fortes alterações nas redes de distribuição (redução do número de balcões e de colaboradores), da reestruturação dos modelos de remuneração, da venda de subsidiárias noutros países, da partilha de infraestruturas e plataformas tecnológicas. Em consonância, tenderá a observar-se a adopção de estratégias mais criteriosas de segmentação de clientes, de modo a ser possível a realização de cobranças diferenciadas, em função do nível de risco percebido, assim como apenas serão considerados relevantes, os negócios cujas margens libertadas cubram todos os custos operacionais e remunerem o capital. Desta forma, o novo paradigma da atividade bancária nacional reflete-se numa redução dos balanços dos bancos, na melhoria da eficiência dos seus processos e da sua estrutura de custos, numa concentração no mercado português e num enfoque nas atividades tradicionais de intermediação, destacando-se nas mesmas o financiamento das empresas portuguesas, principalmente das PME’s.³²⁸

³²⁸ Tal como exigido no PAEF, no Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas e pela Comissão Europeia aquando da aprovação dos Planos de Reestruturação dos grupos bancários recapitalizados com fundos públicos.

7. Conclusões

A crise financeira global revelou ao mundo graves falhas em matéria de regulação e supervisão, as quais permitiram a assunção de condutas desalinhadas por parte de entidades bancárias, agências de *rating* de crédito e de autoridades de supervisão, tendo camuflado assim, durante algum tempo, importantes fontes de desequilíbrio que foram responsáveis pelo exacerbamento desse episódio financeiro em termos de magnitude, abrangência e duração (Portugal, 2010c).

A excessiva alavancagem apresentada por alguns organismos bancários, a pouca transparência evidenciada quer relativamente às posições assumidas nalgumas tipologias de produtos financeiros de maior complexidade, quer relativamente ao real perímetro das suas responsabilidades potenciais, a adopção de estruturas de incentivos remuneratórios da equipa de gestão assentes essencialmente em objectivos de curto prazo, a percepção por parte de algumas instituições bancárias de que da sua estabilidade dependia a estabilidade do todo (*too-big-to-fail* e *too-interconnected-to-fail*) foram factores cruciais para a eclosão do episódio de crise referido e para o reconhecimento da necessidade de criação de uma resposta regulatória global e coordenada, que motivasse não só o restabelecimento da estabilidade e da confiança nos mercados e nas instituições financeiras, mas também garantisse uma maior coerência e harmonização das práticas e dos instrumentos normativos (Portugal, 2010b).

O Grupo de Larosière [*et al.*] (2009) publicou no seu relatório um conjunto de recomendações que serviram de guia à reforma regulatória internacional que sucedeu a crise financeira global. Um dos principais *outputs* regulatórios foi o Acordo de Basileia III, o qual define um reforço global dos capitais e a introdução de um padrão harmonizado de liquidez, que se materializa, em termos práticos, no estabelecimento de uma base de capital mais sólida, não só em termos de quantidade mas também, e fundamentalmente, em qualidade, acreditando-se que tal aumenta a capacidade de absorção de perdas das instituições financeiras, tornando-as, consequentemente, mais resilientes a choques adversos (BCBS, 2011a).

A maior exigência que caracteriza este novo enquadramento regulamentar, em termos de quantidade e qualidade de capital dos bancos, estabelece sérios desafios aos

sistemas bancários, pois o seu cumprimento suscita fortes reestruturações dos balanços dessas entidades e a emergência de novos modelos de negócio. Apesar dos grandes benefícios que decorrem da apresentação de rácios de capital mais elevados (Admati [et al.], 2010), é importante reconhecer a existência de custos associados ao seu cumprimento (Ackermann, 2009), pois os mesmos poderão ser incorporados no custo das atividades desenvolvidas, nomeadamente: taxa de juro cobrada nos empréstimos, outras taxas e comissões (Biase, 2012).

A possibilidade de “transferência” do custo de cumprimento de requisitos de capital mais elevados para a atividade de concessão de crédito assume especial relevo em economias como a portuguesa, em que o crédito concedido a particulares, a sociedades não financeiras e administração pública representava, em Dezembro de 2012, 150,1% do PIB. Assim sendo, considerando a importância que o sistema bancário tem para a economia portuguesa, o presente trabalho de investigação procurou compreender como os grupos bancários nacionais se estão a alinhar no cumprimento do novo enquadramento regulamentar de capital, em que medida o aumento dos requisitos de capital que lhe são exigíveis se traduziu num aumento das taxas de juro cobradas nos empréstimos e como esse esforço de alinhamento influenciou, ou se espera que influencie, o modelo de negócio bancário nacional.

Considerando os objectivos de investigação referidos, o presente estudo centrou-se numa análise tripartida dos grupos bancários CGD, BCP, BES, BPI, BST e BANIF durante o período de 2005 a 2012. A análise tripartida referida é constituída por três fases, correspondendo cada fase a uma questão de investigação. Para compreender as estratégias de cumprimento de requisitos de capital mais elevados adoptadas pelos grupos bancários da amostra procedemos à análise das suas demonstrações financeiras. Relativamente às repercussões sobre a taxa de juro cobrada nos empréstimos, decorrentes do cumprimento de requisitos de capital mais elevados por parte dos grupos bancários nacionais seleccionados, aplicou-se o Modelo Contabilístico de Biase, através do qual foi possível quantificar esse efeito e apresentar estratégias alternativas ao aumento das taxas de juro cobradas nos empréstimos. Contudo, dois grupos bancários da amostra – Grupo BCP e Grupo BANIF – não reuniram as condições adequadas para a sua correta aplicação, pelo que foram excluídos no âmbito desta sub-análise. No que

respeita às implicações sobre o modelo de negócio bancário, esta análise resulta do somatório dos resultados das análises anteriores com a informação prestada pelos grupos bancários nos seus Planos de Reestruturação.

Assim sendo, em primeiro lugar os resultados que advém da Fase I – Análise das Demonstrações Financeiras sugerem que, apesar da contração verificada na concessão de crédito a partir de 2010, o Crédito a Clientes constituiu, em média, a principal aplicação de recursos dos grupos bancários da nossa amostra, representando mais de 60% do seu Ativo Total Médio. Ainda a este respeito, constatou-se que o Grupo BANIF foi o grupo bancário em que a atividade de crédito assumiu maior relevo na aplicação dos seus recursos, ao contrário do Grupo BES, que em termos comparativos foi o grupo bancário da amostra que menos crédito forneceu à economia.

Tomando ainda em consideração os resultados provenientes da Fase I – Análise das Demonstrações Financeiras, constatou-se que na estrutura de financiamento da nossa amostra tem vindo a predominar os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, salientando-se o reforço da sua relevância em consequência da deterioração das condições de acesso dos bancos portugueses ao financiamento nos mercados internacionais. Contudo, a crescente importância dos depósitos de clientes na estrutura de financiamento da nossa amostra deveu-se também à meta de 120% estabelecida para o Rácio de Transformação, pelo PAEF, a alcançar até 2014, a qual pressionou os grupos a encetar esforços mais agressivos na captação de recursos. A este respeito, constatou-se que, em média, os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos representam mais de 40% do Passivo Médio da amostra, contudo a sua representatividade na estrutura de financiamento do Grupo CGD atinge os 59,04% (Passivo Médio). Ainda relativamente à estrutura de financiamento dos vários elementos que compõem a nossa amostra, importa referir que as emissões de títulos também se destacaram na mesma, salientando-se neste contexto o papel desempenhado pelo Regime de Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado a favor de Instituições de Crédito, ao abrigo do qual foram realizadas 10 emissões de empréstimos obrigacionistas por parte de elementos da nossa amostra; duas por parte do Grupo CGD no montante de 5 850 milhões de euros, uma por parte do Grupo BCP no valor de 1 500 milhões de euros, três por parte do Grupo

BES no montante de 3 750 milhões de euros e quatro por parte do Grupo BANIF no valor de 1 050 milhões de euros.

Relativamente ao Capital Próprio, os resultados que decorrem da Fase I – Análise das Demonstrações Financeiras sugerem que, durante o horizonte temporal de análise, a maioria dos grupos bancários procedeu ao seu reforço através de inúmeras operações de aumento de capital, tendo-se registado ainda o recurso a Planos de Recapitalização Pública por parte de alguns deles. Assim, foram efectuados pelo Grupo CGD seis aumentos de capital no montante total de 2 950 000 000 milhares de euros, pelo Grupo BCP cinco aumentos de capital no valor de 3 170 399, 986 milhares de euros, pelo Grupo BES cinco aumentos de capital no montante de 3 539 892 milhares de euros, pelo Grupo BPI três aumentos de capital no valor de 430 000 milhares de euros e pelo Grupo BANIF quatro no montante de 370 000 milhares de euros.

No que respeita aos Planos de Recapitalização, estes foram submetidos pelos grupos bancários BCP, CGD, BPI e BANIF, tendo por isso sido subscritos pelo Estado Português 900 milhões de euros, 3 000 milhões de euros, 1 500 milhões de euros e 400 milhões de euros de instrumentos híbridos qualificados como *Capital Core Tier1*, respectivamente. No caso específico do Grupo BANIF, ainda ao abrigo do seu Plano de Recapitalização foram emitidos 700 milhões de euros em ações especiais. Contudo, importa destacar que, os três primeiros grupos bancários submeteram os seus Planos de Recapitalização com o propósito de garantir o cumprimento dos requisitos de capital definidos pela ABE, exigidos pelo PAEF e comunicados pelo Banco de Portugal – Rácio *Core Tier 1* em 2011 de 9% e em 2012 de 10%. No caso particular do Grupo BANIF, apesar da recomendação de capitalização não lhe ter sido direccionada, a degradação significativa dos seus resultados deteriorou acentuadamente o seu Capital Próprio, inviabilizando o cumprimento dos requisitos regulamentares apenas com recurso a soluções de mercado. Assim, rapidamente se constatou que a maioria dos grupos bancários da nossa amostra recorreu a fundos públicos para se capitalizarem, exceptuando-se os casos dos Grupos BES e BST.

Os resultados obtidos na Fase I- Análise das Demonstrações Financeiras sugerem ainda que a redução significativa dos Resultados Líquidos dos grupos bancários da nossa amostra a partir de 2010 se deveu a um conjunto de factores,

nomeadamente: ao agravamento das condições de financiamento que pressionaram o aumento dos custos com o financiamento (por exemplo, o aumento da remuneração dos depósitos), à “pesada” estrutura de custos que demonstraram possuir e à erosão da qualidade de crédito dos seus clientes, que se materializou no reconhecimento de elevadas perdas por imparidade e respectivas provisões.

Contudo, é importante referir que movimentos importantes no lado da receita e, em certa medida, no lado dos custos têm vindo a ser empreendidos, em termos gerais, por todos os grupos bancários. No lado da receita, destaca-se o contributo crescente para o resultado de receitas provenientes de outras atividades sem ser o negócio *core*, aproximando-se muitas vezes daquelas que são geradas pelo *core*. No lado dos custos, apesar da “pesada” estrutura de custos que a maioria dos grupos bancários revelou, foi possível constatar um esforço global de optimização da mesma, tendo-se verificado ligeiras melhorias. Contudo, tal como expectável pelo que já foi referido, a Rentabilidade dos Capitais Próprios dos grupos bancários da nossa amostra durante o período de análise degradou-se significativamente.

Tendo em consideração os resultados referidos anteriormente, verificou-se que a principal estratégia adoptada pelos grupos bancários da nossa amostra para se alinharem no cumprimento do Acordo de Basileia III resultou principalmente do efeito conjunto de três ações: do reforço significativo do seu Capital *Core Tier1*, conseguido através da realização de inúmeras operações de aumento de capital; da desalavancagem das suas carteiras de crédito, o que lhes permitiu reduzir drasticamente as suas Posições de Risco Ponderadas (uma vez que elas retratavam essencialmente as exposições ao risco de crédito das instituições bancárias); e da substituição de Capitais Complementares por capitais de qualidade superior.

Relativamente à Fase II – Análise dos Resultados do Modelo Contabilístico de Biase, os seus resultados sugerem que o aumento de um ponto percentual dos requisitos de capital conduz a um modesto aumento da taxa de juro média cobrada nos empréstimos por parte de cada grupo bancário, mantendo o seu ROE inalterado. Mais especificamente, os resultados da aplicação do Modelo de Biase sugerem que o aumento de um ponto percentual dos requisitos de capital motiva um aumento de 0,02%, 0,04%, 0,07% e 0,1% nas taxas de juro médias cobradas nos empréstimos por parte dos grupos

CGD, BES, BPI e BST, respectivamente, de modo a salvaguardarem a manutenção do seu ROE. Considerando os resultados obtidos, salienta-se a sua concordância com os divulgados pela literatura a este respeito, nomeadamente os que constam nos estudos de Biase (2012), de King (2010), de Elliott (2009) e de Slovik *[et al.]* (2011).

A divergência dos α 's³²⁹ dos quatro grupos bancários analisados resulta de um conjunto de factores, nomeadamente do diferencial entre: as suas Rentabilidades dos Capitais Próprios, as suas Posições de Risco Ponderadas, o seu Volume de Empréstimos concedidos, a sua taxa média de imposto e o seu custo médio da dívida (Biase, 2012). Quer isto dizer que o maior incremento na taxa de juro média cobrada nos empréstimos que o Grupo BST apresenta comparativamente aos restantes grupos bancários, deve-se ao facto de possuir o ROE mais elevado, o menor volume médio de empréstimos concedido e a maior taxa média de imposto; pois como intuitivamente se infere, a manutenção de um ROE mais elevado exige um crescimento maior da receita e dado que o volume de empréstimos que concede é reduzido, para gerar essa receita necessita de aumentar mais a taxa de juro que outros grupos bancários em que, ou o seu ROE é mais reduzido e por isso o crescimento da receita de que necessitam não é tão grande ou mesmo que o seu ROE seja elevado, o volume de empréstimos que concedem é tão grande que um ligeiro incremento na taxa de juro, gera a receita adicional necessária para compensar os custos de cumprimento de requisitos de capital mais elevados.

Assim sendo, o incremento na taxa de juro média cobrada pelos empréstimos assume os valores anteriormente referidos em resultado da combinação dos factores supramencionados, destacando-se o facto de que grupos bancários com ROE's mais elevados e com menores volumes de empréstimos concedidos face às suas Posições de Risco Ponderadas (Grupos BST e BPI), perante um aumento dos requisitos de capital necessitam de um maior aumento das taxas de juro médias para compensar os efeitos decorrentes do menor grau de alavancagem que possuem (Biase, 2012).

Contudo, considerando o papel relevante que o sistema bancário português desempenha no financiamento da economia decidiu-se conjecturar estratégias alternativas ao aumento das taxas de juro médias cobradas nos empréstimos que

³²⁹ O α está positivamente correlacionado com o aumento do rácio de capital, com o quociente entre Posições de Risco Ponderadas e o Volume de Empréstimos concedido, com o ROE e a taxa média de imposto; e está negativamente correlacionado com o custo médio da dívida.

permitissem, em simultâneo, compensar os custos de cumprimento incorridos por cada grupo bancário e assegurar o não agravamento do custo dos empréstimos para os mutuários. Assim, foram exploradas como estratégias alternativas: o aumento da receita core (juros) e da receita proveniente de Taxas e Comissões e a redução dos custos operacionais – custos com o pessoal e gastos administrativos. Tal como expectável pelos resultados obtidos anteriormente e pelos motivos já referidos, os grupos bancários BST e BPI apresentam maiores ajustamentos face ao aumento de um ponto percentual dos requisitos de capital, de modo a manter inalterado o seu ROE, do que os grupos bancários BES e CGD.

Considerando o produto dos resultados anteriormente discutidos, o mesmo sugere que atividade de crédito de cada grupo bancário é modestamente afectada pelo aumento dos requisitos de capital, via aumento da taxa de juro média cobrada nos empréstimos. Com base nos resultados obtidos, os mesmos sugerem que decréscimo dos empréstimos concedidos, verificado em cada grupo bancário e no sistema bancário no seu todo, não se deve ao aumento dos requisitos de capital, pois, como já observado, a magnitude do seu impacto não assume proporções tão extensas, pelo que tal evolução resulta de outros factores, nomeadamente: a significativa deterioração da qualidade de crédito, a qual elevou as perdas por imparidade; o processo de desalavancagem com que estão vinculados via PAEF e que tem como meta um rácio de transformação de 120%, em 2014; e a maior exigência dos processos de concessão de crédito relativamente à identificação do real nível de risco e às garantias a prestar pelo cliente. Tais factores explicativos são consonantes com a visão defendida por Bernanke [*et al.*] (1991) e Hancock [*et al.*] (1994) em que consideram que a própria atividade económica e a maior percepção do risco, por parte dos bancos, desempenham papéis de maior relevância no processo de concessão de crédito do que requisitos de capital elevados.

No que respeita à Fase III – Implicações sobre o Modelo de Negócio, a análise que foi efectuada procurou compreender como o alinhamento no cumprimento do Acordo de Basileia III e os objectivos assumidos no PAEF pelo sistema financeiro nacional se repercutiram sobre o modelo de negócio bancário nacional.

De acordo com os resultados obtidos e relacionando os mesmos com os *outputs* das análises efectuadas anteriormente, é possível identificar-se a emergência de um

novo modelo de negócio, mais “leve” em termos de custo, mais simples em termos de número e de natureza de atividades, mais centrados em operações tradicionais de intermediação financeira e mais limitados em termos geográficos (recomendação para uma presença essencialmente nacional) e transacionais (aquisições ou outras práticas consideradas arriscadas e/ou agressivas). Considerando a informação difundida pelos grupos bancários relativamente aos seus Planos de Reestruturação, espera-se um movimento na procura da “excelência operacional”, prosseguido através de fortes alterações nas redes de distribuição (redução do número de balcões e de colaboradores), da reestruturação dos modelos de remuneração, da venda de subsidiárias noutros países, da partilha de infraestruturas e plataformas tecnológicas. Em consonância, espera-se observar-se a adopção de estratégias mais criteriosas de segmentação de clientes, de modo a ser possível a realização de cobranças diferenciadas, em função do nível de risco percebido, assim como apenas serão considerados relevantes, os negócios cujas margens libertadas cubram todos os custos operacionais e remunerem o capital. Assim sendo, o novo paradigma da atividade bancária nacional reflete-se numa redução dos balanços dos bancos, na melhoria da eficiência dos seus processos e da sua estrutura de custos, numa concentração no mercado português e num enfoque nas atividades tradicionais de intermediação, destacando-se nas mesmas o financiamento das empresas portuguesas, principalmente das PME’s.

Este trabalho de investigação permitiu assim complementar a literatura existente acerca dos efeitos de requisitos de capital mais elevados sobre as taxas de juro cobradas nos empréstimos, fornecendo uma perspectiva das suas implicações sobre os principais grupos presentes no sistema bancário nacional, em termos de taxa de juro e modelo de negócio. Contudo, algumas limitações podem ser reconhecidas no estudo, nomeadamente: o facto de não ter sido possível aplicar o modelo contabilístico de Biase aos grupos BCP e BANIF, sendo que, no caso específico do grupo BANIF, nem que se alargasse o horizonte temporal de análise para 2000-2012 seria possível aplicar o referido modelo, dada a sua fraca rentabilidade; e a reduzida amplitude do horizonte temporal (8 anos),³³⁰ que faz com que os avultados prejuízos sofridos pelos grupos

³³⁰ Importa esclarecer que o horizonte temporal de análise foi assim definido, de modo a acompanhar o modo como a banca nacional respondeu a requisitos de capital cada vez mais elevados. Uma vez que em 2004 foi assinado o Acordo de Basileia II, não considerámos que fizesse sentido integrar no período de análise anos anteriores a 2005.

bancários da amostra em 2011 e 2012 tenham grande impacto nas Demonstrações Financeiras Médias e nos resultados produzidos pela aplicação do modelo contábilístico, chegando mesmo a impedir a sua aplicação, como descrito anteriormente.

Apesar dos seus pontos fortes e das suas limitações, o presente estudo constitui um bom ponto de partida para explorar e aprofundar assuntos adjacentes ao tema que investiga, que por limitação de acesso a informação e à definição pouco objectiva de certas disposições do Acordo de Basileia III tiveram de ser excluídos do âmbito do presente trabalho. Assim, como sugestões de investigação futura refere-se o estudo do impacto que os requisitos de liquidez poderão ter sobre a concessão de crédito dos grupos bancários, o estudo do impacto dos requisitos de capital e de liquidez estipulados pelo Acordo de Basileia III sobre a atividade de crédito durante um horizonte temporal mais alargado (por exemplo, 2005-2015), de modo a reduzir o impacto dos prejuízos incorridos em 2011 e 2012 e o estudo que avalie a existência ou não de uma relação entre as transformações do modelo de negócio bancário nacional e as alterações dos normativos que o regulam.

8. Bibliografia

- Accenture (2011), "Basel III and Its Consequences - Confronting a New Regulatory Environment". p. 1-16.
- Acharya, Viral V.; Richardson, Matthew (2009), Restoring Financial Stability - How to repair a failed system, New York University Stern School of Business, 1-46.
- Acharya, Viral V.; Shin, Hyun Song; Yorulmazer, Tanju (2011), "Crisis Resolution and Bank Liquidity", *Review of Financial Studies*, Vol. 24, n.º 6, p. 2166-2205. Disponível em WWW: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=eoh&AN=1245486&lang=pt-br&site=ehost-live>>
- Ackermann, Josef - 2009.
- Admati, Anat R.; DeMarzo, Peter M.; Hellwig, Martin F.; Pfleiderer, Paul (2010), "Fallacies, Irrelevant Facts, and Myths in the Discussion of Capital Regulation: Why Bank Equity is Not Expensive". Max Planck Institute for Research on Collective Goods Bonn, p. 1-13; 36-42.
- Altunbaş, Yener; Gambacorta, Leonardo; Marques-Ibanez, David (2009), *Financial innovation, bank capital and the bank lending channel: A European empiricist's perspective*, Monetary policy transmission mechanism in the euro area in its first 10 years, European Central Bank, Frankfurt.
- Antão, Paula; Boucinha, Miguel; Farinha, Luísa; Lacerda, Ana; Leal, Ana Cristina; Ribeiro, Nuno (2009), "A Economia Portuguesa no Contexto da Integração Económica, Financeira e Monetária". Banco de Portugal, Departamento de Estudos Económicos, p. 460-477.
- APB - Banca, Supervisão e Financiamento da Economia. Lisboa: 2012.
- APB - *Overview* do Sistema Bancário português. 2013.
- Apergis, Nicholas; Alevizopoulou, Effrosyni (2011), "The Bank Lending Channel and Monetary Policy Rules: Evidence from European Banks", *International Advances in Economic Research*, Vol. 18, n.º 1, p. 1-14. Disponível em WWW: <<http://dx.doi.org/10.1007/s11294-011-9328-x>>. 1083-0898
- Apergis, Nicholas; Alevizopoulou, Effrosyni (2012), "The Bank Lending Channel and Monetary Policy Rules: Evidence from European Banks", *International Advances in Economic Research*, Vol. 18, n.º 1, p. 1-14. Disponível em WWW: <<http://dx.doi.org/10.1007/s11294-011-9328-x>>. 1083-0898
- Arnold, Bruce; Borio, Claudio; Ellis, Luci; Moshirian, Fariborz (2012), "Systemic risk, macroprudential policy frameworks, monitoring financial systems and the evolution of capital adequacy", *Journal of Banking & Finance*, Vol. 36, n.º 12, p. 3125-3132. Disponível em WWW: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378426612002038>>. 0378-4266

- Ayadi, Rym; Arbak, Emrah; Groen, Willem Pieter de; Llewellyn, David T. (2012), "Regulation of European - Banks Business Models: Towards a new paradigm?". Centre for European Policy Studies, p. 1-127.
- BANIF (2005), "Relatório e Contas".
- BANIF (2006), "Relatório e Contas".
- BANIF (2007), "Relatório e Contas".
- BANIF (2008), "Relatório e Contas".
- BANIF (2009), "Relatório e Contas".
- BANIF (2010), "Relatório e Contas".
- BANIF (2011), "Relatório e Contas".
- BANIF (2012), "Relatório e Contas".
- Barth, James R.; Caprio Jr, Gerard; Levine, Ross (2004), "Bank regulation and supervision: what works best?", *Journal of Financial Intermediation*, Vol. 13, n.º 2, p. 205-248. Disponível em WWW: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1042957303000603>>. 1042-9573
- BCBS (2008), Principles for Sound Liquidity Risk Management and Supervision, BIS, p. 1-44.
- BCBS (2010a), Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring BIS, p. 1-53.
- BCBS (2010b), Guidance for national authorities operating the countercyclical capital buffer, BIS, p. 1-33.
- BCBS (2011a), Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems, BIS, p. 1-77.
- BCBS (2011b), Global systemically important banks - assessment methodology and the additional loss absorbency requirement, BIS, p. 1-26.
- BCBS (2012), Composition of capital disclosure requirements BIS, p. 1-30.
- BCBS (2013), Revised Basel III leverage ratio framework and disclosure requirements, BIS, p. 1-22.
- BCP (2005), "Relatório e Contas".
- BCP (2006), "Relatório e Contas".
- BCP (2007), "Relatório e Contas".
- BCP (2008), "Relatório e Contas".
- BCP (2009), "Relatório e Contas".
- BCP (2010), "Relatório e Contas".
- BCP (2011), "Relatório e Contas".
- BCP (2012a), "Disciplina de Mercado".

BCP (2012b), "Relatório e Contas".

Beck, Thorsten; Levine, Ross; Loayza, Norman (2000), "Finance and the sources of growth", *Journal of Financial Economics*, Vol. 58, n.º 1-2, p. 261-300. Disponível em WWW: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304405X00000726>>. 0304-405X

Bernanke, B. S.; Lown, C. S. (1991), "The Credit Crunch", *Brookings Papers on Economic Activity*, n.º 2, p. 205-279. Disponível em WWW: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=9204060372&lang=pt-br&site=ehost-live>>. 00072303

Berrospide, Jose M.; Edge, Rochelle M. (2010), "The Effects of Bank Capital on Lending: What Do We Know, and What Does it Mean?". Federal Reserve Board, Finance and Economics Discussion Series Divisions of Research & Statistics and Monetary Affairs, p. 1-50.

BES (2005), "Relatório e Contas".

BES (2006), "Relatório e Contas".

BES (2007), "Relatório e Contas".

BES (2008), "Relatório e Contas".

BES (2009), "Relatório e Contas".

BES (2010), "Relatório e Contas".

BES (2011), "Relatório e Contas".

BES (2012), "Relatório e Contas".

Biase, Pasquale di (2012), "The Impact Of Basel III On Italian Bank's Loan Rates: An Accounting-Based Approach", *International Business & Economics Research Journal*, Vol. 11, p. 1269-1280.

BIS; Angelini, P.; Clerc, L.; Cúrdia, V.; Gambacorta, L.; Gerali, A.; Locarno, A.; Motto, R.; Roeger, W.; Van den Heuvel, S.; Vicek, J. (2011), Basel III: Long-term Impact on Economic Performance and Fluctuations, BIS Working Paper, Monetary and Economic Department, 338, 1-27.

Bonfim, Diana; Kim, Moshe (2012), "Risco de Liquidez Sistémico". Banco de Portugal, Relatório de Estabilidade Financeira - Novembro de 2012, p. 79-98.

BPI (2005), "Relatório e Contas".

BPI (2006), "Relatório e Contas".

BPI (2007), "Relatório e Contas".

BPI (2008), "Relatório e Contas".

BPI (2009), "Relatório e Contas".

BPI (2010), "Relatório e Contas".

BPI (2011), "Relatório e Contas".

BPI (2012), "Relatório e Contas".

- Brunnermeier, M.; Crockett, A.; Goodhart, C.; Persaud, A. and Shin, H. (2009), "The Fundamental Principles of Financial Regulation". Geneva Reports on the World Economy,
- BST (2005), "Relatório e Contas".
- BST (2006), "Relatório e Contas".
- BST (2007), "Relatório e Contas".
- BST (2008), "Relatório e Contas".
- BST (2009), "Relatório e Contas".
- BST (2010), "Relatório e Contas".
- BST (2011), "Relatório e Contas".
- BST (2012), "Relatório e Contas".
- Caiado, Aníbal Campos ; Caiado, Jorge (2008), "Sistema Financeiro Português", in *Gestão de Instituições Financeiras*, p. 71-82. 2 - Sistema Financeiro Português.
- Caiado, Aníbal Campos Caiado e Jorge (2008a), "Enquadramento dos objectivos empresariais", in *Gestão das Instituições Financeiras*, Edições Sílabo, Vol., - Enquadramento dos objectivos empresariais.
- Caiado, Aníbal Campos Caiado e Jorge (2008b), "Operações das instituições de crédito e sociedades financeiras", in *Gestão de Instituições Financeiras*, Edições Sílabo, Vol., p. 205-210. 8 - Operações das instituições de crédito e sociedades financeiras.
- Caiado, Aníbal Campos; Caiado, Jorge (2008c), "Papel dos bancos e de outras instituições financeiras", in *Gestão de Instituições Financeiras*, Edições Sílabo, Vol., 2 - Papel dos bancos e de outras instituições financeiras. 978-972-618-509-3
- Caprio, Gerard Jr.; Klingebiel, Daniela (2003), *Episodes of Systemic and Borderline Financial Crises*, World Bank, 1-21.
- Castro, Angelina Morais (2008), O Processo de *Lamfalussy*, Artigos GPEARI-MFAP, ART08/06, 1-5. Disponível em WWW: <<http://www.gpeari.min-financas.pt/arquivo-interno-de-ficheiros/bmep/2008-1/Art-06-O-Processo-de-Lamfalussy.pdf>>.
- Cavaleiro, Adelaide (2010), *Funções e Poderes do Banco de Portugal*, A Supervisão do Sistema Financeiro, Lisboa.
- Cavelaars, Paul; Passenier, Joost (2012), "Follow the money: What does the literature on banking tell prudential supervisors about bank business models?", *Journal of Financial Regulation and Compliance*, Vol. 20, n.º 4, p. 402-416.
- CGD (2005), "Relatório e Contas".
- CGD (2006), "Relatório e Contas".
- CGD (2007), "Relatório e Contas".
- CGD (2008), "Relatório e Contas".

- CGD (2009), "Relatório e Contas".
- CGD (2010), "Relatório e Contas".
- CGD (2011), "Relatório e Contas ".
- CGD (2012), "Relatório e Contas ".
- Chun, Sun Eae; Kim, Hoon; Ko, Wonhong (2012),"The Impact of Basel III Bank Regulation on Lending Spreads: Comparisons across Countries and Business Models", *Korea and the World Economy*, Vol. 13, p. 351-394.
- Claessens, Stijn; Kose, M. Ayhan (2013), Financial Crises: Explanations, Types, and Implications, IMF Working Paper, 28, 1-66.
- Claus, Iris; Grimes, Arthur (2003), Asymmetric Information, Financial Intermediation and the Monetary Transmission Mechanism: A Critical Review, New Zealand Treasury, Working Paper 03/19, 1-28.
- Corazza, Gentil (2005), O Dilema da Supervisão Bancária, Regulação Financeira e Bancária, 82-95.
- Costa, Carlos da Silva (2011), *A estabilidade financeira como condição necessária para a sustentabilidade do crescimento económico*, XXI Encontro de Lisboa - Banco de Portugal,Lisboa.
- Costa, Carlos da Silva (2012), *O Sistema Financeiro Português e o Papel do Banco de Portugal*, Fórum na Área Financeira,Macau.
- Davies, Richard; Richardson, Peter; Katinaite, Vaiva; Manning, Mark (2010),"Evolution of the UK Banking System", *Bank of England Quarterly Bulletin*, Vol. 50, n.º 4, p. 321-332. Disponível em WWW: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=eoh&AN=1150672&lang=pt-br&site=ehost-live>
<http://www.bankofengland.co.uk/publications/quarterlybulletin/index.htm>>. 00055166
- Economist, The - Sources of corporate, 2011 %. 2011.
- Elliott, Douglas J. (2009), Quantifying the Effects on Lending of Increased Capital Requirements, The Brookings Institution, 1-17.
- Elliott, Douglas; Salloy, Suzanne; Santos, André Oliveira (2012), Assessing the Cost of Financial Regulation, IMF Working Paper - Monetary and Capital Markets, WP/12/233, 1-81.
- Finanças, Ministério das (2012a), Despacho n.º 8840-A,B,C/2012, REPÚBLICA, D. D.,
- Finanças, Ministério das (2012b), Portaria n.º 150-A/2012, REPÚBLICA, D. D.,
- FMI (2011), Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de política Económica, FMI, U., ECOFIN,
- Fonseca, José Soares da (2010), "As Instituições Financeiras", in *Economia Monetária e Financeira*, p. 49-68. 3 - As Instituições Financeiras. 978-989-26-0053-6

- Francis, William B. ; Osborne, Matthew (2012a),"Capital requirements and bank behavior in the UK: Are there lessons for international capital standards?", *Journal of Banking & Finance*, Vol. 36, p. 803-816.
- Francis, William B.; Osborne, Matthew (2012b),"Capital requirements and bank behavior in the UK: Are there lessons for international capital standards?", *Journal of Banking & Finance*, Vol. 36, n.º 3, p. 803-816. Disponível em WWW:<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378426611002652>>. 0378-4266
- Freixas, Xavier ; Rochet, J. (1997), *Microeconomics of Banking*, Place:
- Gertler, Mark; Gilchrist, Simon (1994),"Monetary Policy, Business Cycles, and the Behavior of Small Manufacturing Firms", *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 109, n.º 2, p. 309-340. Disponível em WWW:<<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=eoh&AN=0331774&lang=pt-br&site=ehost-live>>. <http://www.mitpressjournals.org/loi/qjec>>. 00335533
- Giannetti, Mariassunta; Simonov, Andrei (2010), On the Real Effects of Bank Bailouts: Micro-Evidence from Japan, 7441, 1-51.
- GPEARI (2009), "Reforma da Supervisão Financeira em Portugal". Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Consulta Pública, p. 1-21.
- Hancock, Diana; Wilcox, James A. (1994),"Bank Capital and the Credit Crunch: The Roles of Risk-Weighted and Unweighted Capital Regulations", *Journal of the American Real Estate & Urban Economics Association*, Vol. 22, n.º 1, p. 59-94. Disponível em WWW:<<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=9502031975&lang=pt-br&site=ehost-live>>. 10678433
- Hermes, Niels (2007),"Rethinking bank regulation: till angels govern, by James R. Barth, Gerard Caprio Jr., and Ross Levine (Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 428+xiv)", *Journal of International Development*, Vol. 19, n.º 8, p. 1166-1168. Disponível em WWW: <<http://dx.doi.org/10.1002/jid.1368>>. 1099-1328
- Honohan, Patrick; Klingebiel, Daniela (2000), Controlling Fiscal Costs of Banking Crises, Policy, Research working paper - The World Bank, 1, 1-33.
- House, The Clearing - Total Banking System Assets as a Percent of GDP by Country (2011). 2012.
- Kane, Edward J. (1987), "Competitive financial reregulation: an international perspective", in Threats to International Financial Stability, University of Cambridge, Vol., p. 111-145. 4 - Competitive financial reregulation: an international perspective.
- Kashyap, Anil K.; Stein, Jeremy C.; Wilcox, David W. (1996),"Monetary Policy and Credit Conditions: Evidence from the Composition of External Finance: Reply", *American Economic Review*, Vol. 86, n.º 1, p. 310-314. Disponível em WWW:

- <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=eoh&AN=0384513&lang=pt-br&site=ehost-live> <http://www.aeaweb.org/aer/>>. 00028282
- King, Michael R. (2010), Mapping capital and liquidity requirements to bank lending spreads, BIS Working Paper, Monetary and Economic Department, 324, 1-35.
- King, Robert G.; Levine, Ross (1993), "Finance and Growth: Schumpeter Might Be Right", *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 108, n.º 3, p. 717-737. Disponível em WWW: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=eoh&AN=0299740&lang=pt-br&site=ehost-live> <http://www.mitpressjournals.org/loi/qjec>>. 00335533
- KPMG (2011), "Basel III: Issues and implications". p. 1-20.
- Larosière, Jacques de; Balcerowicz, Leszek; Issing, Otmar; Masera, Rainer; Carthy, Callum Mc; Nyberg, Lars; Pérez, José; Ruding, Onno (2009), "The High-Level Group on Financial Supervision in the EU". p. 1-86.
- Levine, Ross (1997), "Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda", *Journal of Economic Literature*, Vol. 35, n.º 2, p. 688-726. Disponível em WWW: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=eoh&AN=0426286&lang=pt-br&site=ehost-live> <http://www.aeaweb.org/jel/index.php>>. 00220515
- Levine, Ross (2005), "Bank Regulation and Supervision". NBER Reporter,
- Levine, Ross; Loayza, Norman; Beck, Thorsten (2000), "Financial intermediation and growth: Causality and causes", *Journal of Monetary Economics*, Vol. 46, n.º 1, p. 31-77. Disponível em WWW: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304393200000179>>. 0304-3932
- Lobão, Júlio (2003), "PORQUE SE IMITAM OS AGENTES ECONÓMICOS? - CAUSAS E EXPLICA  ES", IESF – Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, p. 1-8.
- Mackintosh, James - Bank assets as multiple GDP. Financial Times: 2013.
- Malaquias, Pedro Ferreira; Martins, Sofia; Oliveira, Catarina Gonçalves de; Flor, Paula Adrega (2009), Modelos de Regula  o (ou Supervisão) do Sector Financeiro, Actualidad Jurídica Ur a Menéndez, 41-53.
- Manchev, Kostadin (2009), *Why do banks exist?*, "Bank Policies", University of Konstanz.
- Merton, Robert C. (1995), "A Functional Perspective of Financial Intermediation", *Financial Management*, Vol. 24(2), p. 23-41. Disponível em WWW: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=c9695720-99e0-459c-b229-4ad065a44fc9%40sessionmgr112&vid=2&hid=125>>.
- Morris, Charles S.; Sellon, Gordon H., Jr. (1995), "Bank Lending and Monetary Policy: Evidence on a Credit Channel", *Federal Reserve Bank of Kansas City Economic Review*, Vol. 80, n.º 2, p. 59-75. Disponível em WWW: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=eoh&AN=0383517&lang=pt-br&site=ehost-live> <http://www.kc.frb.org/publicat/econrev/ermain.htm>>. 01612387

- Moshirian, Fariborz (2011), "The global financial crisis and the evolution of markets, institutions and regulation", *Journal of Banking & Finance*, Vol. 35, n.º 3, p. 502-511. Disponível em WWW: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378426610003110>>. 0378-4266
- Pinto, A. Mendonça (2012), A União Bancária Europeia - A necessidade e a dificuldade, *Inforbanca*, 95, 4-8.
- Portugal, Banco de (2007), Decreto-Lei nº 104/2007, de 3 de abril, p. 1-37.
- Portugal, Banco de (2010a), Aviso do Banco de Portugal nº 6/2010, p. 12.
- Portugal, Banco de (2010b), "Relatório de Estabilidade Financeira - Maio 2010". Banco de Portugal - Eurosistema, p. 29-34.
- Portugal, Banco de (2010c), "Relatório de Estabilidade Financeira - Novembro de 2010". Banco de Portugal - Eurosistema, p. 17 - 38.
- Portugal, Banco de - Aviso do Banco de Portugal nº 3/2011. 2011.
- Portugal, Banco de (2012), Aviso do Banco de Portugal nº 4/2012, p. 1.
- Rajan, Raghuram G.; Zingales, Luigi (1998), "Financial Dependence and Growth", *American Economic Review*, Vol. 88, n.º 3, p. 559-586. Disponível em WWW: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=eoh&AN=0472848&lang=pt-br&site=ehost-live> <http://www.aeaweb.org/aer/>>. 00028282
- República, Assembleia da (2008), Lei n.º 68-A/2008, REPÚBLICA, D. D.,
- República, Assembleia da (2012), Lei n.º 4/2012 de 11 de Janeiro, REPÚBLICA, D. D.,
- Rochet, J. (2008), Liquidity regulation and the lender of last resort, *Financial Stability Review - Special issue on liquidity*, 45-52.
- Saidenberg, Marc R.; Strahan, Philip E. (1999), Are Banks still important for financing large businesses?, *Current Issues in Economics and Finance*, 12, 5, 1-6.
- Santos, Fernando Teixeira dos (2002), *A Regulação do Sistema Financeiro*, O Sistema Financeiro e a Globalização, IDEF-ISEG, Lisboa.
- Schwerter, Stefan (2011), "Basel III's ability to mitigate systemic risk", *Journal of Financial Regulation and Compliance*, Vol. 19, n.º 4, p. 337-354.
- Slovik, Patrick; Cournède, Boris (2011), Macroeconomic Impact of Basel III, OECD Economics Department Working Papers, 844,
- Swank, Job (1996), "Theories of the Banking Firm: A Review of the Literature", *Bulletin of Economic Research*, Vol. 48, n.º 3, p. 173-207. Disponível em WWW: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=eoh&AN=0397306&lang=pt-br&site=ehost-live> <http://www.blackwellpublishing.com/journal.asp?ref=0307-3378>>. 03073378

9. Anexos

I. Custos associados às Crises Bancárias (1997-2000)

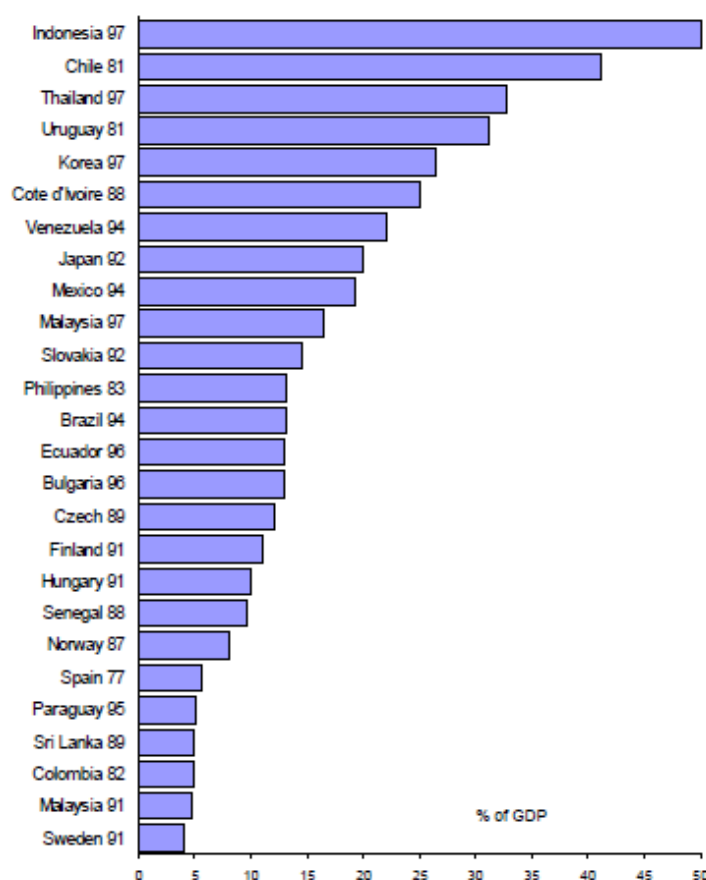


Gráfico 9.1 - Custos das Crises Bancárias³³¹ em percentagem do PIB

Fonte: Honohan [et al.] (2000)³³² p. 4.

Honohan [et al.] (2000) alertam contudo, que os custos fiscais, apresentados no Gráfico 9.1 e presentes também no estudo de Caprio [et al.] (2003), não refletem algumas importantes dimensões de custo que também resultam das crises bancárias, nomeadamente: as perdas suportadas por depositantes e outros credores de bancos insolventes, o acréscimo de encargos a suportar pelos mutuários decorrente do aumento dos *spreads* para os “maus empréstimos” que ficaram nos balanços dos bancos, os recursos que são retirados do sector financeiro e aplicados de forma menos eficiente e os custos decorrentes de falhas nos programas de estabilização. Assim sendo, facilmente se depreende que apesar do elevado valor dos custos fiscais estimados para os episódios de crise mencionados, estes estão fortemente subavaliados.

³³¹ Para mais detalhes acerca de países que sofreram crises bancárias e os respectivos planos de recuperação que tiveram de implementar, consultar o estudo de CAPRIO e KLINGEBIEL (2003), intitulado por “*Episodes of Systemic and Borderline Financial Crises*”, no qual estes apresentam a informação de 117 crises bancárias sistémicas que ocorreram em 93 países desde a década de 70.

³³² O gráfico representa apenas os custos das crises bancárias dos países em que estes foram mais elevados, pois a amostra analisada totaliza 40 países.

Honohan [et al.] (2000) acrescentam ainda que o declínio bancário impõe outros custos à economia, para além dos já mencionados, pois a salvaguarda dos interesses dos depositantes, muitas vezes, implica uma transferência de valores dos contribuintes para estes; assim, a assunção do governo de grandes e imprevistos custos de resgate do sistema bancário reflete o desperdício de recursos do passado, decorrente de más decisões de concessão de crédito por parte dos bancos, as quais podem ainda, por motivos de intervenção imperativa dos governos, desestabilizar as contas fiscais e o equilíbrio orçamental de um país, desencadeando uma pressão inflacionista, o colapso da moeda e o acréscimo inevitável da tributação, para suportar o custo do peso “morto” gerado pela instabilidade bancária (Honohan [et al.], 2000).

II. Modelos de negócio identificáveis no território europeu e possíveis implicações para as economias.

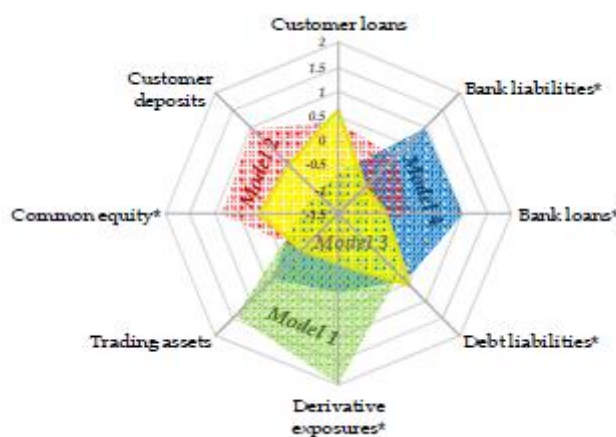


Gráfico 9.2 - Comparação de Clusters de acordo com os principais indicadores descritivos

Fonte: AYADI, ARBAK, [et al.](2012)- Regulation of European - Banks Business Models: Towards a new paradigm? Brussels: Centre for European Policy Studies, p.17

Tal como observável na Gráfico 9.2, Ayadi [et al.] (2012) sugerem a existência de quatro modelos de negócio que se distinguem pelas fontes de financiamento e de receita, o que inevitavelmente se traduz em assunções de risco diferenciadas por parte dos bancos que os prosseguem. Assim sendo, os modelos de negócio identificados pelos académicos foram: um modelo representativo da atividade desenvolvida pelos bancos de investimento (Modelo 1 - *Investment*),³³³ cujo foco está essencialmente orientado

³³³ É o modelo cuja dimensão dos bancos que integra é a maior, em termos do total e média de ativos, sendo o tamanho médio de um banco neste grupo de aproximadamente 1,5 biliões de euros, quatro vezes maior do que a dimensão média de um banco comercial, representando uma parte significativa das atividades financeiras do país onde estão sediados (dados relativos a 2010) (AYADI; ARBAK, [et al.], 2012).

para o exterior,³³⁴ sendo de destacar o carácter instável e menos tradicional das suas fontes de financiamento, assentes significativamente em obrigações de dívida e acordos de recompra, tendendo a apresentar uma elevada alavancagem (Ayadi [et al.], 2012); outro modelo também identificado foi aquele que é desenvolvido pelos bancos comerciais (Modelo 2 – *Retail-focused*),³³⁵ cuja atividade se centra essencialmente nas operações tradicionais de captação de depósitos (56,5% do total dos seus balanços, em média) e na concessão de empréstimos (60,9% do total dos seus balanços, em média), sendo destacável a elevada capitalização que os bancos que prosseguem este modelo de negócio tendem a apresentar;³³⁶ identificaram também um modelo que apresenta muitas semelhanças face ao anterior (Modelo 3 – *Retail-diversified*), ou seja, com bancos orientados para o retalho, onde as operações tradicionais representam cerca de dois terços do total dos seus balanços, no entanto diferencia-se deste relativamente às suas fontes de financiamento, pois ao contrário do anterior, que depende exclusivamente dos depósitos dos seus clientes, os bancos que prosseguem este terceiro modelo de negócio apresentam uma maior dependência face aos mercados de dívida, sendo este facto de maior diversificação das fontes de financiamento, o que lhes permite manter uma maior dimensão³³⁷ (Ayadi [et al.], 2012); e por último, identificaram um modelo de negócio cujos bancos integrantes apresentam uma forte dependência do financiamento interbancário (Modelo 4 – *Wholesale*), representando cerca de um quarto do seu balanço, sendo o contributo dos depósitos dos seus clientes uma proporção ínfima do seu financiamento, comparativamente aos bancos que prosseguem outros modelos de negócio; importa ainda acrescentar que neste último modelo de negócio, os bancos que o adoptam desenvolvem a sua actividade através de operações não tradicionais, detendo ativos de negociação representativos de 40% (em média) dos seus balanços e exposições em derivados que, em média, representam 14,2% da totalidade dos ativos, verificando-

³³⁴ Verifica-se que estes possuem quase metade dos seus ativos localizados fora do seu país de origem (AYADI; ARBAK, [et al.], 2012).

³³⁵ Os bancos que perseguem este modelo de negócio tendem a possuir uma dimensão menor face aos que pertencem aos restantes modelos de negócio, assim como tendem a estar localizados em pequenos países, sendo o total dos seus activos (de um banco médio) representativo de mais de metade do PIB desses países (AYADI; ARBAK, [et al.], 2012).

³³⁶ É importante salientar, que este resultado deve-se, em grande parte, à crise financeira global, pois os modelos de negócio assentes em atividades mais tradicionais apresentaram uma maior resiliência face aos choques sofridos, uma vez que possuíam uma menor dependência do financiamento interbancário, o qual, como já mencionado, foi severamente afectado, tendo obrigado ao desenvolvimento de outros mecanismos de cedência de liquidez para as economias por partes das autoridades monetárias.

³³⁷ Importa referir, que os investigadores AYADI; ARBAK, [et al.], 2012 verificaram que os bancos que prosseguem este terceiro modelo de negócio tem continuado a expandir-se durante a crise financeira, demonstrando que a diversificação das fontes de financiamento lhes permitiu reforçar as suas perspectivas de crescimento, tal como ilustrado no Gráfico 9.3.

se, como seria espera, a apresentação de uma elevada alavancagem por parte destes bancos.³³⁸ A evolução da dimensão destes modelos de negócio tem sido díspar, tal como observável no Gráfico 9.3 sendo possível identificar situações em que há um crescimento contínuo, como é o caso do Modelo 3 – *Retail Diversified*, outras em que a eclosão da crise financeira despoletou uma contracção do mesmo, como são os casos do Modelo 1- *Investment* e do Modelo 4 – *Wholesale* e outras em que a tendência de evolução não é muito clara, apresentando momentos de expansão e contracção consecutivos, sendo o Modelo 2 – *Retail-focused*, um exemplo ilustrativo disso mesmo.

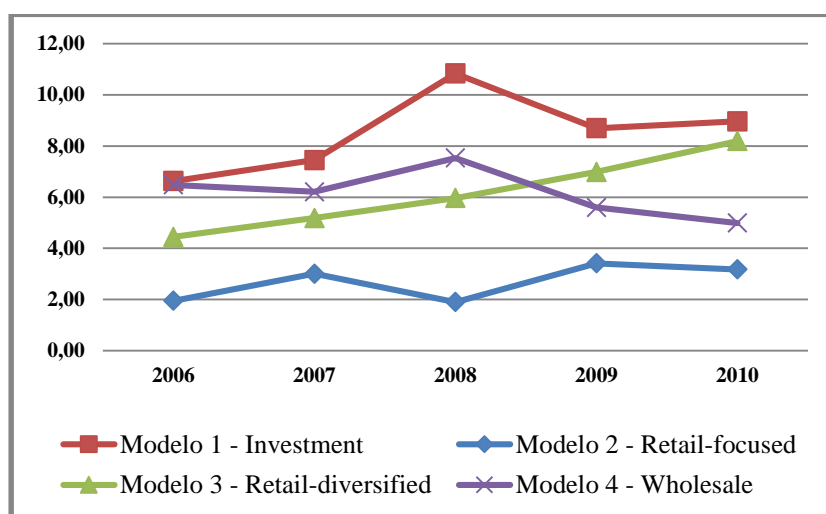


Gráfico 9.3 - Evolução da dimensão dos modelos de negócio (ativos totais em biliões de euros)
 Fonte: Ayadi [et al.] (2012)- Regulation of European - Banks Business Models: Towards a new paradigm? Brussels: Centre for European Policy Studies, p.20.

³³⁸ A dimensão total do grupo de bancos que prosseguia este modelo de negócio foi-se reduzindo ao longo do tempo, em grande parte devido à crise financeira que eclodiu.

III. Princípios para uma Boa Gestão do Risco de Liquidez e Supervisão

<p>Princípio Fundamental para a Gestão e Supervisão do Risco de Liquidez</p>	<p>Princípio 1: Um banco é responsável pela gestão de risco de liquidez. Um banco deve estabelecer uma robusta estrutura de gestão de risco de liquidez, que garanta a manutenção de uma liquidez suficiente, incluindo uma “almofada” não onerada, de ativos de elevada qualidade de liquidez, para resistir a uma série de situações problemáticas, incluindo as que envolvem a perda ou a diminuição das fontes de financiamento garantido e não garantido. Os supervisores devem avaliar a adequação do enquadramento de gestão do risco de liquidez do banco e deve tomar uma ação imediata se um banco é deficiente em qualquer área, a fim de proteger os depositantes e limitar os danos potenciais para o sistema financeiro.</p>
<p>Governança da gestão do risco de liquidez</p>	<p>Princípio 2: Um banco deve articular claramente uma tolerância ao risco de liquidez que é apropriada para a sua estratégia de negócio e para o seu papel no sistema financeiro.</p>
	<p>Princípio 3: A alta administração deve desenvolver uma estratégia, políticas e práticas para gerir o risco de liquidez de acordo com a tolerância de risco e garantindo que o banco mantém liquidez suficiente. A alta administração deve continuamente rever as informações sobre os desenvolvimentos de liquidez do banco e divulgar ao quadro ao Conselho de Administração numa base regular. O Conselho de Administração do banco deve rever e aprovar a estratégia, políticas e práticas relacionadas com a gestão da liquidez pelo menos anualmente e assegurar que a alta administração gere o risco de liquidez de forma eficaz e eficiente.</p>
	<p>Princípio 4: Um banco deve incorporar custos de liquidez, benefícios e riscos nos preços internos, mensuração do desempenho e processo de aprovação de produtos novos para todas as atividades de negócio significativas (tanto dentro como fora do balanço), desse modo, alinhando os incentivos de tomada de risco das linhas de negócio individuais com as exposições de risco de crédito das suas atividades criadas para o banco como um todo.</p>
<p>Mensuração e Gestão do Risco de Liquidez</p>	<p>Princípio 5: Um banco deve ter um bom processo para identificar, mensurar, monitorar e controlar o risco de liquidez. O processo deve incluir um robusto quadro para abranger os <i>Cash-Flows</i> projetados decorrentes dos ativos, passivos e dos elementos extrapatrimoniais sobre um conjunto apropriado de horizontes de tempo.</p>
	<p>Princípio 6: Um banco deve ativamente monitorar e controlar as exposições de risco de liquidez e necessidades de financiamento dentro e através de pessoas jurídicas, linhas de negócio e moedas, tendo em conta as limitações legais, regulamentares e operacionais para a transferência de liquidez.</p>
	<p>Princípio 7: Um banco deve estabelecer uma estratégia de financiamento que forneça uma diversificação eficaz nas fontes e sentido do financiamento. Ele deve manter uma presença permanente nos mercados de financiamento escolhidos por si, assim como os relacionamentos fortes com os fornecedores de fundos para promover uma eficaz diversificação das fontes de financiamento. Um banco deve avaliar regularmente a sua capacidade de aumentar rapidamente os fundos de cada fonte. Ele deve identificar os principais factores que afectam a sua capacidade de aumentar/levantar os fundos e monitorar de perto os factores para garantir que as estimativas de capacidade de angariação de fundos permanecem válidas.</p>
	<p>Princípio 8: Um banco deve ativamente gerir os seus riscos e posições de liquidez intra-diárias para cumprir as obrigações de liquidação e pagamento atempadamente tanto em condições normais como stressadas e assim contribuir para o bom funcionamento dos sistemas de pagamento e liquidação.</p>
	<p>Princípio 9: Um banco deve gerir ativamente as suas posições de garantia, a</p>

	diferenciação entre ativos onerados e não onerados. Um banco deve monitorar a entidade legal e a localização física onde o colateral é detido e como este pode ser mobilizado em tempo útil.
	<p>Princípio 10: Um banco deve conduzir testes de stress numa base regular para uma variedade de curto-prazo e prolongada em instituições específicas e cenários de stress ao nível do mercado (individualmente e em combinação) para identificar fontes de potencial tensão de liquidez e assegurar que as exposições actuais permanecem de acordo com a tolerância de risco de liquidez estabelecida pelo banco. Um banco deve usar os resultados dos testes de stress para ajustar as suas estratégias de gestão de risco de liquidez, políticas e posições e para desenvolver planos de contingência eficazes.</p> <p>Princípio 11: Um Banco deve ter um plano de contingência formal (CFP) que claramente defina as estratégias para tratar de problemas de liquidez em situações de emergência. Um plano de contingência formal deve traçar políticas para gerir uma variedade de ambientes de stress, estabelecer claras linhas de responsabilidade, incluem uma clara invocação e procedimentos de escalonamento e deve ser regularmente testado e atualizado para assegurar que é operacionalmente robusto.</p> <p>Princípio 12: Um banco deve manter uma “almofada” de ativos de elevada qualidade de liquidez, não onerados, os quais funcionarão como garantia contra uma variedade de cenários de <i>stress</i> de liquidez, incluindo aqueles que envolvem a perda ou a diminuição de fontes de financiamento disponíveis garantidas e não garantidas. Não deve haver nenhum impedimento legal, regulamentar ou operacional para a utilização desses ativos para obter financiamento.</p>
Divulgação Pública	Princípio 13: Um banco deve divulgar publicamente as informações numa base regular que permite ao participantes no mercado fazer um julgamento informado sobre a solidez da sua estrutura de gestão do risco de liquidez e posição de liquidez.
O Papel dos Supervisores	<p>Princípio 14: Os supervisores devem realizar regularmente uma avaliação abrangente da estrutura de gestão do risco de liquidez e a posição de liquidez de um banco para determinar se eles comunicam um nível adequado de capacidade de resistência ao stress de liquidez dado o papel do banco no sistema financeiro.</p> <p>Princípio 15: Os supervisores devem completar as suas avaliações regulares da estrutura de gestão do risco de liquidez e posição de liquidez do banco através da monitorização da combinação dos relatórios internos, prudenciais e informações de mercado.</p> <p>Princípio 16: Os supervisores devem intervir para exigir ações corretivas eficazes e atempadas de um banco para corrigir as deficiências nos processos de gestão de risco de liquidez ou na posição de liquidez.</p> <p>Princípio 17: Os supervisores devem comunicar com outros supervisores e autoridades públicas, tais como bancos centrais, tanto dentro como fora das fronteiras nacionais, a fim de facilitar uma cooperação eficaz em relação à supervisão e controlo da gestão do risco de liquidez. A comunicação deve ocorrer regularmente durante os tempos normais, com a natureza e frequência de partilha de informação cada vez maior, como adequado durante tempos de stress.</p>

Quadro 9.1 - Síntese dos 17 Princípios que compõem o documento original *Principles for Sound Liquidity Risk Management and Supervision* BCBS (2008)

IV. Rádios de Capital e Liquidez do Acordo de Basileia III

Designação do Requisito	Expressão	Requisito Mínimo
Rácio <i>Core Tier1</i>	$\text{Rácio } Core\ Tier1 = \frac{\text{Capital } Core\ Tier1}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}}$	$\geq 3,5\%$ $\geq 4,5\%$
Rácio <i>Tier1</i>	$\text{Rácio } Tier1 = \frac{\text{Fundos Pópios de Base}}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}}$ $= \frac{\text{Capital } Tier1}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}}$ $= \frac{(\text{Common Equity } Tier1 + \text{Capital } Tier1\text{ Adicional})}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}}$	$\geq 1\%$ $\geq 1,5\%$
Rácio <i>Tier2</i>	$\text{Rácio } Tier2 = \frac{\text{Capital } Tier2}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}}$	$\geq 2\%$
Rácio de Solvabilidade	$\text{Rácio de Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Regulamentar Total}}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}}$ $= \frac{\text{Capital } Tier1 + \text{Capital } Tier2}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}}$	≥ 8 $\geq 10,5\%$
Rácio de Alavancagem	$\text{Rácio de Alavancagem}$ $= \frac{\text{Média} \left[\frac{\text{Rácio Mensal de Endividamento}}{\text{Rácio de Endividamento Trimestral}} \right]}{\text{Exposição Total}}$ $= \frac{\text{Medida de Capital}}{\text{Medida de Exposição}} = \frac{\text{Capital } Tier1}{\text{Exposição Total}}$	$\geq 3\%$
<i>Buffer</i> de Conservação de Capital	$\text{Buffer de Conservação de Capital}$ $= \frac{\text{Common Equity } Tier1}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}}$	[0, 2.5%]
<i>Buffer</i> Contracíclico	$\text{Buffer Contracíclico} = \frac{\text{Common Equity } Tier1}{\text{Requisitos de Fundos Próprios}}$	[0, 2.5%]
Rácio de Cobertura de Liquidez	$LCR = \frac{\text{Activos de elevada qualidade de liquidez}}{\text{Saídas totais líquidas num período de 30 dias}}$	$\geq 100\%$
Rácio de Financiamento Líquido Estável	$NSFR = \frac{\text{Financiamento Estável Disponível}}{\text{Financiamento Estável Necessário}}$	$\geq 100\%$

Quadro 9.2 – Síntese dos Rádios de Capital e de Liquidez do Acordo de Basileia III

Fonte: Elaboração do próprio autor com base em *Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*, 2010.

V. Mapa-síntese do Acordo de Basileia III

Capital						Liquidez
Pilar 1			Pilar 2	Pilar 3	Padrão Global de Liquidez e acompanhamento de supervisão	
Capital	Cobertura de Risco	Contenção de Alavancagem	Gestão do Risco e Supervisão	Disciplina do Mercado		
A I L B a n k s	<p>º Qualidade e Nível de Fundos Próprios Maior foco no <i>Common Equity</i>. O mínimo será aumentado para 4,5% de activos ponderados pelo risco, após deduções.</p>	<p>º Titularizações Fortalece o tratamento do capital em certas operações de titularização complexas. Obriga os bancos a realizar análise de crédito mais rigorosas de posições de titularização externamente nominais.</p>	<p>º Requisitos Suplementares do Pilar 2 Abordar ao nível da instituição questões relacionadas com a governança e a gestão do risco; capturar o risco das exposições fora do balanço e das actividades de titularização; gerir concentrações de risco; criação de incentivos para que os bancos giram melhor o risco e os retornos no longo prazo; boas práticas de compensação; práticas de avaliação; testes de <i>stress</i>; normas contabilísticas para instrumentos financeiros; governança corporativa e órgãos de supervisão.</p>	<p>º Revisão dos requisitos divulgados do Pilar 3 Os requisitos introduzidos dizem respeito a posições de titularização e de patrocínio fora do balanço de entidades. Divulgações mais detalhadas dos componentes do capital regulamentar e sua conciliação com as contas divulgadas serão necessárias, incluindo uma explicação detalhada de como um banco calcula os seus rácios de capital regulamentar.</p>	<p>ó Rácio de Cobertura de Liquidez O Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) exigirá que os bancos disponham de activos de elevada qualidade e liquidez suficientes para resistir a 30 dias de um tenso cenário de financiamento que é especificado pelos supervisores.</p>	
	<p>º Absorção de Perda de Capital no ponto de não-viability Os termos contratuais de instrumentos de capital incluirão uma cláusula que permite - a critério da autoridade competente - a abate ou conversão em acções ordinárias se o banco é considerado ser não viável. Este princípio aumenta a contribuição do sector privado para resolver as crises bancárias futuras e assim, reduz-se o risco moral.</p>	<p>º Carteira de Negociação Significativamente maior capital para negociação e actividades com derivativos, bem como no que respeita a titularizações complexas detidas na carteira de negociação. Introdução de um modelo do <i>Value-at-Risk</i> em situação de tensão, de modo a ajudar a mitigar a procricidade. Um requisito de capital para o risco incremental que estima os riscos de incumprimento e migração dos produtos de crédito não titularizados e toma em consideração a liquidez.</p>			<p>ó Rácio de Financiamento Estável Líquido O Rácio de Financiamento Estável Líquido é um rácio estrutural de longo prazo concebido para abordar desequilíbrios de liquidez. Este cobre o balanço por inteiro e fornece incentivos para que os bancos utilizem fontes de financiamento estáveis.</p>	
	<p>º Capital conservation buffer Compreende um <i>Common Equity</i> 2,5% de activos ponderados pelo risco, elevando o padrão do <i>Common Equity</i> para 7%. Restrição sobre distribuições discricionárias dos bancos serão impostas quando os bancos se enquadrarem no intervalo do <i>buffer</i>.</p>	<p>º Risco de Crédito da Contraparte Fortalecimento substantivo do modelo de risco de crédito da contraparte. Inclui: requisitos mais rigorosos para a medição da exposição ao risco; incentivos de capital para os bancos recorrerem às contrapartes centrais por derivativos; e maior capital para exposições em sectores inter-financeiros.</p>			<p>ó Rácio de Alavancagem Um rácio de alavancagem não ajustado pelo risco que inclui exposições fora do balanço servirá como uma barreira ao requisito de capital baseado no risco. Ajuda também a conter a acumulação de endividamento em todo o sistema.</p>	<p>ó Princípios para Boa Gestão do Risco de Liquidez e Supervisão As orientações do Comité de 2008, intituladas por "Princípios de Boa Gestão do Risco de Liquidez e Supervisão" levam em conta as lições aprendidas durante a crise e são baseadas numa análise profunda das boas práticas de gestão do risco de liquidez nas organizações bancárias.</p>
	<p>º Reserva Contracíclica Imposta num intervalo de 0-2,5%, compreendendo o <i>Common Equity</i>, quando as autoridades julgarem que o crescimento do crédito é resultante de um inaceitável acumulação de risco sistemático.</p>	<p>º Exposições Bancárias a Contrapartes Centrais (CCPs) O Comité propôs que as exposições comerciais a Contrapartes Centrais qualificadas receberão um coeficiente de risco de 2% e exposições de Fundos <i>Default</i>* a Contrapartes Centrais qualificadas serão capitalizadas de acordo com um método baseado no risco que estima simples e sistematicamente o risco decorrente desse Fundo <i>Default</i>. * <i>Fundo Default</i> - são concebidos para cobrir riscos potenciais de mercado que não são cobertos pelo Modelo de Margem (nível de confiança de 99%) no caso de um incumprimento de um membro e em momentos de condições de mercadode elevada tensão.</p>				
S I F I S	Além de satisfazerem os requisitos do Basileia III, as instituições financeiras globais sistemicamente importantes (SIFIs) devem ter maior capacidade de absorção de perdas para reflectir os maiores riscos que elas representam para o sistema financeiro. O Comité desenvolveu uma metodologia que inclui tanto indicadores quantitativos como elementos qualitativos para identificar bancos globais sistemicamente importantes (SIBs). Os requisitos adicionais de absorção de perdas devem ser entendidos como uma progressiva exigência de capital (<i>Common Equity Tier 1</i>) a variar entre 1% a 2,5%, dependendo da importância sistémica do banco. Para os bancos que enfrentam um elevado custo adicional por serem considerados bancos globais sistemicamente importantes (SIBs), a exigência de uma capacidade adicional de absorção de perdas de 1% pode traduzir-se num desincentivo a aumentar significativamente a sua importância sistémica global no futuro. Um documento de consulta foi publicado em cooperação com o Conselho de Estabilidade Financeira, está a coordenar o conjunto global de medidas para reduzir o risco moral representado pelos globais SIFIs.					

In <http://www.bis.org/bcbs/basel3/b3summarytable.pdf>

VI. Metodologias de Cálculo Regulamentares

Tendo por objectivo clarificar um pouco o processo de determinação dos Requisitos de Fundos Próprios, apresenta-se sumariamente as metodologias de cálculo regulamentares adoptadas pelo Grupo Bancário BCP. Atendendo ao propósito enunciado, apresenta-se no Quadro 9.3 os Métodos de cálculo e o Âmbito de Aplicação utilizados pelo Grupo BCP em 2011/2012.

	31-12-2012	31-12-2011
RISCO DE CRÉDITO E RISCO DE CRÉDITO DA CONTRAPARTE		
Portugal		
Retalho	<i>IRB Advanced</i>	<i>IRB Advanced</i>
Empresas	<i>IRB Foundation</i> ³³⁹	<i>IRB Foundation</i> ³⁴⁰
Polónia		
Retalho		
- Crédito colateralizados por bens imóveis residenciais	<i>IRB Advanced</i>	Padrão
- Posições renováveis	<i>IRB Advanced</i>	Padrão
Restantes Exposições (em todas as operações do Grupo)	Padrão	Padrão
RISCOS DE MERCADO ³⁴¹		
Risco genérico sobre instrumentos de dívida e títulos de capital	Modelo Interno	Modelo Interno
Risco Cambial	Modelo Interno	Modelo Interno
Riscos sobre mercadorias e risco específico sobre instrumentos de dívida e títulos de capital	Padrão	Padrão
RISCO OPERACIONAL ³⁴²	<i>Standard</i>	<i>Standard</i>

Quadro 9.3 - Metodologias de Cálculo Regulamentares do Grupo BCP

Fonte: Disciplina de Mercado do Grupo BCP (2012), pp. 6.

³³⁹ Com estimativas próprias de CCF, excepto posições do segmento de promoção imobiliária e de posições tratadas pelo sistema de *rating* simplificado, que são ponderadas pelo método Padrão.

³⁴⁰ Com exceção das posições do segmento de promoção imobiliária e de posições tratadas pelo sistema de *rating* simplificado, que são ponderadas pelo método Padrão.

³⁴¹ Para exposições integradas no perímetro gerido centralmente desde Portugal, sendo as restantes exposições tratadas pelo método Padrão.

³⁴² A adopção do Método *Standard* do risco operacional foi autorizada em 2009 para aplicação em base consolidada.

1. Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Crédito

No cálculo dos requisitos de capital com base no método padrão, a ponderação das exposições é realizada de acordo com as disposições do Aviso do Banco de Portugal n.º5/2007, ou seja, as notações de risco para emitentes subjacentes a classes de risco de “Administrações Centrais ou Bancos Centrais” são atribuídas por agências de *rating* reconhecidas (ECAI – *External Credit Assessment Institutions*), as quais determinam os graus de qualidade de risco definidos pelo Anexo I à Instrução do Banco de Portugal n.º10/2007, aplicando-se os ponderados especificados no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007 para cada grau de qualidade de risco. O Grupo BCP utilizou como ECAI a Standard & Poor’s, a Moody’s, a Fitch Ratings e a ICAP (Grécia).

Na metodologia IRB, a determinação do valor dos ativos ponderados pelo risco é feita através da ponderação das exposições com base nas Probabilidades de *Default* (*PD*) que variam consoante os graus de risco reconhecidos internamente aos Clientes (notações de *rating* internas), determinados através de sistemas e modelos de *rating* internos adequados a cada segmento de Clientes. Os sistemas e modelos de *rating* utilizados pelo Grupo BCP utiliza as notações de *rating* atribuídas segundo a escala de graus de risco³⁴³ (*Rating MasterScale*) presente no Quadro 9.4..

Grau de Risco	PD Mínima	PD Máxima	Descrição
1	0,01%	0,05%	Máxima Segurança (só para riscos soberanos)
2	0,05%	0,07%	Qualidade superior
3	0,07%	0,14%	Qualidade muito alta
4	0,14%	0,28%	Qualidade alta
5	0,28%	0,53%	Qualidade muito boa
6	0,53%	0,95%	Qualidade boa
7	0,95%	1,73%	Qualidade média/alta
8	1,73%	2,92%	Qualidade média
9	2,92%	4,67%	Qualidade média/baixa
10	4,67%	7,00%	Qualidade baixa
11	7,00%	9,77%	Qualidade muito baixa

³⁴³ Os graus de risco resultantes dos sistemas e modelos de *rating* têm uma validade de 1 ano, sendo a sua revisão periodicamente realizada ou sempre que determinados eventos assim o obriguem, nomeadamente pedidos de concessão de novos créditos ou indícios de deterioração da qualidade de crédito dos devedores.

12	9,77%	13,61%	Acesso a crédito condicionado
13	13,61%	27,21%	Sinais fracos de imparidade
14	27,21%	100,00%	Sinais fortes de imparidade
15	100,00%	100,00%	<i>Default</i>

Quadro 9.4 - Rating MasterScale do Grupo BCP

Fonte: Disciplina de Mercado do Grupo BCP (2012), pp. 48.

Em paralelo, o cálculo dos ativos ponderados pelo risco necessita ainda dos factores LGD (Loss Given Default – Perda em caso de incumprimento), regularmente definidos ou estimados internamente, e CCF (Factores de conversão de crédito) sobre as exposições extrapatrimoniais. Os parâmetros LGD são determinados através de um modelo de estimação baseado na recolha e análise de dados históricos relativos às perdas por risco de crédito, sendo calculadas todas as perdas verificadas e subtraídos os diversos cash-flows subjacentes aos processos de recuperação de crédito. No que respeita aos CCF, estes são estimados com base na análise de dados relativos ao recurso de linhas e limites de crédito no horizonte temporal de 1 ano antes de ocorridos os *defaults*.

2. Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Mercado

Relativamente ao risco de mercado o Grupo BCP utiliza uma medida integrada de risco que alberga as principais componentes do risco de mercado por si identificadas: risco genérico, risco específico, risco não linear e risco de *commodities*. Essa medida de avaliação é o VaR (Value at Risk).

3. Requisitos de Fundos Próprios para Risco Operacional

Relativamente ao risco operacional o Grupo BCP determina os requisitos de fundos próprios através do Método Standard, ou seja, aplicando um conjunto de ponderadores ao indicador relevante,³⁴⁴ que variam em função dos segmentos de

³⁴⁴ Entenda-se por indicador relevante o somatório da Margem Financeira, dos dividendos recebidos (exceptuando-se os rendimentos de imobilizações financeiras com natureza de “quase capital”), das comissões líquidas, dos resultados em operações financeiras associadas a operações de negociação e dos outros proveitos de exploração (exceptuando-se os provenientes da alienação de participações financeiras e de outros ativos, os de operações descontinuadas e os devidos a diferenças de consolidação negativas),

atividades em que aquele se decompõe. Os requisitos de fundos próprios são determinados pela média dos últimos três anos da soma dos indicadores relevantes ponderados pelo risco, calculados anualmente, relativamente aos segmentos de atividades e aos ponderadores de risco que se encontram estabelecidos no Aviso do Banco de Portugal n.º9/2007 – Parte II do Anexo I, genericamente apresentados no Quadro 9.5.

Segmento de Atividade	Ponderador
Financiamento das Empresas Atividades de tomada firme e serviços relacionados, análise de investimentos e outras atividades de consultoria financeira.	18%
Negociação e Vendas Negociação por conta própria e atividades de intermediação nos mercados monetários e de instrumentos financeiros.	18%
Intermediação Relativa à Carteira de Retalho Colocação de Instrumentos financeiros sem tomada firme e intermediação de ordens relativas a instrumentos financeiros, por conta de Clientes particulares e pequenos negócios.	12%
Banca Comercial Recepção de Depósitos e Concessão de Crédito e de Garantias e Assunção de Outros Compromissos perante empresas.	15%
Banca de Retalho Recepção de depósitos e concessão de crédito e de garantias e assunção de outros compromissos perante Clientes particulares e pequenos negócios.	12%
Pagamento e Liquidação Operações de Pagamento e atividades de emissão e gestão de meios de pagamento.	18%
Serviços de Agência Serviços associados à guarda e administração de instrumentos financeiros.	15%
Gestão de Ativos Atividades de gestão de fundos de investimento e de carteiras individuais.	12%

Quadro 9.5 - Ponderadores de Risco – Risco Operacional
Fonte: Disciplina de Mercado do Grupo BCP (2012), pp. 82-83

acrescentando-se ainda as recuperações de juros vencidos e despesas, que em base consolidada estão registadas na rubrica “Reversões de perdas de imparidade”.

VII. Abordagem de mensuração da importância sistêmica das instituições financeiras (Quadro 9.6) e Distribuição dos requisitos adicionais de capital por importância sistêmica observada (Figura 9.1)

Categoria (Ponderação Total)	Indicador Individual	Ponderação
Atividade Global (20%)	Ativos Externos	10%
	Passivos Externos	10%
Dimensão (20%)	Total das exposições (como definidas para a determinação do Rácio de Alavancagem no Acordo de Basileia III)	20%
Interconexão (20%)	Ativos do sistema intra-financeiro (soma dos créditos a instituições financeiras, títulos emitidos por outras instituições financeiras, <i>reverse repos</i> , transação de derivativos com outras instituições financeiras, entre outros).	6,67%
	Passivos do sistema intra-financeiro (soma dos depósitos de instituições financeiras num banco relevante, valores mobiliários emitidos por um banco de propriedade de outras instituições financeiras e passivos de natureza das categorias referidas anteriormente – <i>reverse repos</i> , empréstimos de valores mobiliários de outras instituições financeiras, transação de derivativos).	6,67%
	Rácio de financiamento por grosso	6,67%
Insustituibilidade/Infraestrutura da instituição financeira (20%)	Ativos sob custódia	6,67%
	Pagamentos compensados e liquidados através de sistemas de pagamento	6,67%
	Valores das transações subscritas nos mercados de capitais e de dívida	6,67%
Complexidade (20%)	Valor de referência dos derivativos OTC	6,67%
	Ativos de Nível 3	6,67%
	Detidos para negociação e disponíveis para venda	6,67%

Quadro 9.6 - Abordagem de Mensuração da importância sistêmica das instituições financeiras

Fonte: *Global systemically important banks: assessment methodology and the additional loss absorbency requirement*, BCBS (2011b)

Distribution of the trial scores of G-SIBs and their allocation to buckets²⁸

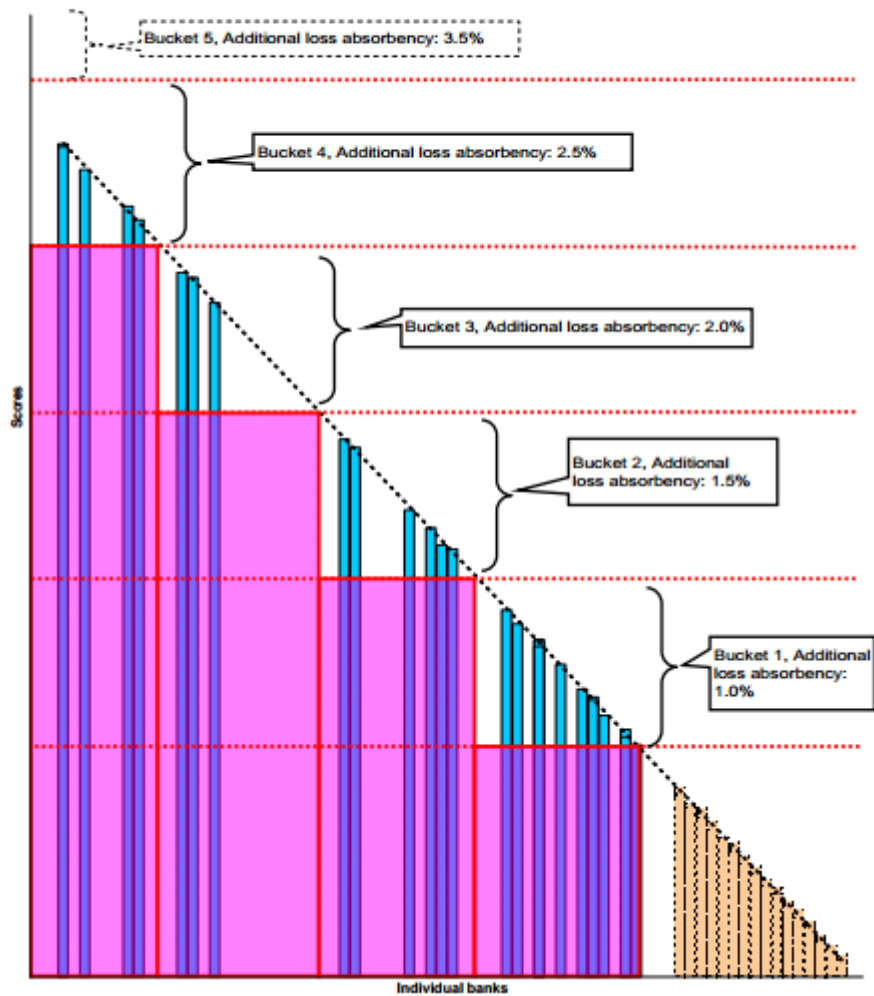


Figura 9.1 - Distribuição dos requisitos adicionais de capital por importância sistêmica observada

Fonte: *Global systemically important banks: assessment methodology and the additional loss absorbency requirement*, BCBS (2011b), p. 22.

VIII. Características dos Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez

Características Fundamentais	<u>Baixo risco de crédito e de mercado</u> : Ativos que são menos arriscados tendem a ter maior liquidez. Uma posição de crédito elevada do emitente e um reduzido grau de subordinação aumenta a liquidez dos ativos. Uma reduzida duração, ³⁴⁵ reduzida volatilidade, reduzido risco de inflação e denominação numa moeda convertível com baixo risco de taxa de câmbio, tudo influencia de forma positiva a liquidez dos ativos.
	<u>Facilidade e certeza da avaliação</u> : a liquidez dos ativos aumenta se os participantes do mercado estão mais propensos a concordar com a sua avaliação. A fórmula de <i>pricing</i> de um ativo de elevada qualidade de liquidez deve ser fácil de calcular e não depender de fortes pressupostos. Os inputs desta fórmula de <i>pricing</i> devem também estar publicamente disponíveis. Na prática, isto deve descartar a inclusão de muitos produtos estruturados ou exóticos.
	<u>Baixa correlação com ativos de risco</u> : o stock de ativos de elevada qualidade de liquidez não devem estar sujeitos aos riscos de correlação desfavorável (riscos altamente correlacionados). Por exemplo, ativos emitidos por instituições financeiras são mais propensos a ser ilíquidos em momentos de stress de liquidez no sector bancário.
	<u>Cotado num mercado cambial desenvolvido e reconhecido</u> : estar cotado aumenta a transparência dos ativos.
Características relacionadas com o mercado	<u>Mercado ativo e de tamanho considerável</u> : o ativo deve ter uma venda imediata ativa ou acordos de recompra nos mercados em todos os momentos (o que significa ter um grande número de participantes no mercado e um elevado volume de negociação). Não deve haver evidência histórica da extensão de mercado (impacto dos preços por unidade de liquidez) e profundidade do mercado (unidades do ativo que podem ser trocados por um dado impacto do preço).
	<u>Presença de decisores de mercado comprometidos/empenhados</u> : cotações irão provavelmente estar disponíveis para comprar e/ou vender ativos de elevada qualidade de liquidez.
	<u>Baixa concentração de mercado</u> : um grupo diversificado de compradores e vendedores num mercado de ativos aumenta a fiabilidade da sua liquidez.
	<u>Fuga para a qualidade</u> : historicamente, o mercado tem mostrado tendências para se movimentar para este tipo de ativos numa crise sistémica.

Quadro 9.7 - Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez – Características fundamentais e de mercado

Fonte: *Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*, 2010

³⁴⁵ A duração mede a sensibilidade do preço de um título de rendimento fixo a mudanças na taxa de juro.

IX. Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez

Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez	Factor
A. Ativos de Nível 1	
Moedas e Notas dos Bancos	100%
Títulos e valores mobiliários de soberanos, bancos centrais, PSEs e bancos multilaterais de desenvolvimento	
Reservas dos Bancos Centrais	
Dívida do Banco Central ou soberano doméstico para soberanos com um risco ponderado diferente de 0%	
B. Ativos Nível 2 (máximo de 40% dos Ativos de elevada qualidade de liquidez)	
Ativo de Nível 2A	85%
Ativos de soberanos, bancos centrais, bancos multilaterais de desenvolvimento e PSE qualificados para 20% de risco ponderado	
Títulos de Dívida corporativa classificados com AA- ou superior	
Obrigações garantidas com classificação igual ou superior a AA-	
Ativo de Nível 2B (máximo de 15% dos ativos de elevada qualidade de liquidez)	50%
Títulos de Dívida Corporativa classificados entre A+ e BBB-	
Ações ordinárias	

Quadro 9.8 - Ativos de elevada qualidade de liquidez e respectivos factores de ponderação

Fonte: Basel III: *The Liquidity Coverage Ratio and liquidity risk monitoring tools*, 2013 (p.66).

X. Cálculo do LCR – Ativos de Nível 1

Dinheiro.
Reservas do banco central, na medida em que estas reservas podem ser utilizadas em momentos de <i>stress</i> .
Títulos e Valores mobiliários que representam direitos sobre ou direitos garantidos por soberanos, bancos centrais, entidades do sector público, BIS, IMF, a Comissão Europeia ou bancos multilaterais de desenvolvimento e que satisfazem as seguintes condições: atribuído 0% de risco ponderado segundo a Abordagem Padronizada do Basileia II; Negociado num grande, profundo e activo mercado de <i>repos</i> ou à vista, caracterizado pelo reduzido nível de concentração; Histórico comprovado como uma fonte confiável de liquidez nos mercados (repo ou venda), mesmo durante condições de mercado stressadas; Não constitui uma obrigação de uma instituição financeira ou de qualquer outra das suas entidades afiliadas.
Para soberanos com um risco ponderado diferente de 0, títulos de dívida soberana ou do banco central emitidos em moedas domésticas por um soberano ou banco central num país no qual o risco de liquidez está sendo tomado ou no banco do país de origem.

Para soberanos com um risco ponderado diferente de 0, títulos de dívida soberana ou do banco central emitidos em moedas estrangeiras, na medida em que a manutenção dessa dívida corresponde às necessidades de moeda das operações do banco naquela jurisdição.

Quadro 9.9 - Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez – Ativos de Nível 1

Fonte: *Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*, 2010.

XI. Cálculo do LCR – Ativos de Nível 2

Títulos e valores mobiliários que representam direitos sobre ou direitos garantidos por soberanos, bancos centrais, entidades do sector público, BIS, IMF, a Comissão Europeia ou bancos multilaterais de desenvolvimento e que satisfazem as seguintes condições: atribuída uma ponderação de risco de 20% segundo a Abordagem Padronizada do Basileia II para o risco de crédito; Negociado num grande, profundo e ativo mercado de *repos* ou à vista, caracterizado pelo reduzido nível de concentração; Experiência comprovada como uma fonte confiável de liquidez nos mercados (repo ou venda), mesmo durante condições de mercado stressadas (isto é, máximo declínio dos preços ou aumento do *haircut* durante um período de 30 dias durante um período relevante de significativo stress de liquidez não superior a 10%); Não constitui uma obrigação de uma instituição financeira ou de qualquer outra das suas entidades afiliadas.

*Corporate Bonds*³⁴⁶ e *Covered Bonds*³⁴⁷ que satisfazem as seguintes condições: não emitidas por uma instituição financeira ou qualquer das suas entidades afiliadas (no caso das obrigações das empresas); não emitidas pelo próprio banco ou qualquer das suas entidades afiliadas (no caso de obrigações hipotecárias); ativos têm um *rating* de crédito de uma reconhecida instituição de avaliação de crédito externa (ECAI) de pelo menos AA-³⁴⁸ ou não tem uma avaliação de crédito de uma reconhecida ECAI e são internamente classificados como tendo uma probabilidade de incumprimento (PD) correspondendo a um *rating* de crédito de pelo menos AA-; Negociado num grande, profundo e activo mercado de *repos* ou à vista, caracterizado pelo reduzido nível de concentração; Experiência comprovada como uma fonte confiável de liquidez nos mercados (repo ou venda), mesmo durante condições de mercado stressadas (isto é, máximo declínio dos preços ou aumento do *haircut* durante um período de 30 dias durante um período relevante de significativo stress de liquidez não superior a 10%).

Quadro 9.10 - Ativos de Elevada Qualidade de Liquidez – Ativos de Nível 2

Fonte: *Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*, 2010.

³⁴⁶ *Corporate Bonds* neste caso incluem ativos tipo “*plain vanilla*”, cuja valorização está facilmente disponível com base nos métodos padronizados e não depende do conhecimento privado, isto é, não inclui produtos estruturados complexos ou dívida subordinada. Se as empresas se fundem, os ativos emitidos pela nova empresa recebem o valor de liquidez da respectiva empresa cujos ativos tinham as características menos líquidas antes da fusão.

³⁴⁷ *Covered Bonds* são obrigações emitidas e de propriedade de um banco ou instituição de crédito hipotecário e estão sujeitas pela lei a uma supervisão pública especial destinada a proteger os detentores de obrigações. Recursos provenientes da emissão destas obrigações devem ser investidos em conformidade com a lei em ativos que, durante todo o período de vigência das obrigações, são capazes de cobrir os direitos relacionados com as obrigações e que, em caso de falha do emitente, possa ser usado prioritariamente para reembolsar o capital (o Principal) e o pagamento dos instrumentos adquiridos.

³⁴⁸ No caso das avaliações parciais, a classificação aplicável deve ser determinada de acordo com o método utilizado no Basileia II através do método padronizado para o risco de crédito.

XII. Cash-Outflows – Determinação do Rácio de Cobertura de Liquidez

Cash Outflows	
A. Depósitos a retalho	Factor
Depósitos à ordem e depósitos a prazo 8menos de 30 dias de vencimento)	
- Depósitos Estáveis (o sistema de garantia de depósitos cumpre critérios adicionais)	3%
- Depósitos Estáveis	5%
- Depósitos a retalho menos estáveis	10%
Depósitos a prazo com maturidade residual superior a 30 dias	0%
B. Financiamento por grosso não garantido:	
Depósitos à vista e a prazo (maturidade inferior a 30 dias) de clientes de pequenas empresas	
- Depósitos Estáveis	5%
- Depósitos Menos Estáveis	10%
Depósitos operacionais gerados pelas atividades de compensação, de gestão de custódia e dinheiro	25%
- Parte coberta pelo garantia de depósitos	5%
Bancos cooperativos numa rede institucional (depósitos com uma instituição centralizada)	25%
Empresas não financeiras, soberanos, bancos centrais, bancos multilaterais de desenvolvimento e PSEs	40%
- Se o valor total foi completamente coberto pelo sistema de garantia de depósitos	20%
Outras entidades de clientes legais	100%
C. Financiamento Garantido	
- Operações de financiamento garantidas com uma contraparte do banco central ou apoiadas por Ativos de Nível 1 com qualquer contraparte	0%
- Operações de financiamento garantidas apoiadas por ativos de nível 2 com qualquer contraparte	15%
- Operações de financiamento garantidas apoiadas por ativos que não são de Nível 1, nem de Nível 2, com contrapartes como PSEs domésticas, bancos multilaterais de desenvolvimento ou soberanos nacionais.	25%
- Apoiado por outros ativos de Nível 2	50%
- Todas as outras operações de financiamento garantido	100%
D. Requisitos adicionais	
Necessidades de liquidez relacionadas com transações financeiras, derivados e outros contactos	3 notas de downgrade

Valorização de mudanças no mercado em operações com derivados	Abordagem <i>Look Back</i>
Excesso de garantias detidas por um banco relacionadas com transações com derivados que podem contratualmente ser chamadas a qualquer momento pela sua contraparte	100%
Necessidades de liquidez relacionadas com garantias	100%
Aumento das necessidades de liquidez relacionadas com operações com derivados que permitem a substituição de colaterais por ativos não líquidos	100%
Compromissos de crédito e facilidades de liquidez correntemente não acionadas, fornecidas por:	
- Clientes de pequenas empresas e a retalho	5%
- Empresas não-financeiras, soberanos, bancos centrais, bancos multilaterais de desenvolvimento e PSEs	10% para crédito 30% para liquidez
- Bancos sujeitos a supervisão prudencial	40%
- Outras instituições financeiras (incluindo empresas seguradoras)	40% para crédito 100% para liquidez
- Outras entidades de clientes legais, de crédito e facilidades de liquidez	100%
Outros passivos contingentes de financiamento (como garantias, letras de crédito, facilidades de liquidez, etc)	Discrição Nacional
- Financiamento do Comércio	0-5%
- Posições curtas de clientes cobertas por garantias de outros clientes	50%
Quaisquer exfluxos contratuais adicionais	100%
Exfluxos líquidos de caixa de derivados	100%
Quaisquer outros exfluxos de caixa contratuais	100%

Quadro 9.11 - *Cash Outflows* para o cálculo do Rácio de Cobertura de Liquidez

Fonte: *Basel III: The Liquidity Coverage Ratio and liquidity risk monitoring tools, 2013* (p.67-68).

XIII. *Cash-Inflows* – Determinação do Rácio de Cobertura de Liquidez

<i>Cash Inflows</i>	
Vencimento de operações de empréstimo garantidas pelos seguintes colaterais:	Factor
Ativos de Nível 1	0%
Ativos de Nível 2A	15%
Ativos de Nível 2B	

Títulos garantidos por hipotecas residenciais	25%
Outros ativos	50%
Todos os outros ativos	100%
Facilidades de crédito ou liquidez fornecidas ao banco que reporta	0%
Depósitos operacionais detidos por outras instituições financeiras (inclui depósitos em instituições centralizadas na rede dos bancos cooperativos)	0%
Outras entradas por contraparte	50%
Valores a serem recebidos das contrapartes de retalho	50%
Valores a serem recebidos de instituições financeiras e bancos centrais, a partir de transações com outros sem ser os listados nas categorias acima.	100%
Influxos de caixa líquidos de derivados	100%
Outros influxos de caixa contratuais	Discrição Nacional

Quadro 9.12 - Cash Inflows para o cálculo do Rácio de Cobertura de Liquidez

Fonte: *Basel III: The Liquidity Coverage Ratio and liquidity risk monitoring tools, 2013* (p.69).

XIV. Componentes de Financiamento Estável e os Factores ASF Associados

Componentes de Financiamento Estável Disponível e os Factores ASF associados	
Factor ASF	Componentes da Categoria ASF
100%	<ul style="list-style-type: none"> - O valor total de Capital, incluindo tanto Tier1 como Tier2 como definido nos padrões existentes de capitais globais emitidos pela Comissão.³⁴⁹ - O montante total de qualquer acção preferencial não incluída no Tier2 que tem um prazo de vencimento efectivo de 1 ano ou superior tendo em conta quaisquer opções explícitas ou implícitas que podem reduzir a maturidade esperada para menos de um ano. - O montante total de empréstimos garantidos ou não garantidos e passivos (incluindo depósitos a prazo) com vencimentos efectivos remanescentes de um ano ou superior excluindo quaisquer instrumentos com opções explícitas ou implícitas que possam reduzir a maturidade esperada para menos de 1 ano. Tais opções incluem aquelas que podem ser exercidas pela discrição do investidor dentro de um horizonte de 1 ano.³⁵⁰

³⁴⁹ O Capital *Tier 1* e *Tier 2* são considerados após deduções. Os elementos que foram deduzidos do capital já podem ser excluídos de receber qualquer financiamento estável necessário. As regras que governam o Capital *Tier1* e *Tier2* estão descritas no documento *Basel III: a global regulatory framework for more resilient banks and banking systems*.

³⁵⁰ Ao determinar a maturidade de um instrumento, presume-se que os investidores vão resgatar a opção *call* na primeira data possível. Para o financiamento com opções exercíveis ao critério dos bancos, os supervisores devem tomar em consideração factores de reputação que podem limitar a capacidade do banco de não exercer a opção *call*. Em particular, quando o mercado espera que determinados passivos sejam resgatados antes da sua data de vencimento final legal, os bancos e supervisores devem assumir tal comportamento a propósito do NSFR.

90%	Depósitos (procura) sem vencimento estáveis e/ou depósitos a prazo, com vencimento residual inferior a 1 ano previsto por clientes individuais ou clientes de pequenas empresas.
80%	Depósitos sem vencimento “menos estáveis” e/ou depósitos a prazo com vencimentos residuais inferiores a 1 ano previsto por clientes individuais e de pequenas empresas.
50%	Financiamento por grosso não garantido, depósitos sem vencimento e/ou depósitos a prazo com um maturidade residual inferior a 1 ano, fornecido por empresas não financeiras, estados soberanos, bancos centrais, bancos de desenvolvimento multilateral e PSEs.
0%	Todos os outros passivos e categorias de capital próprio não incluídas nas categorias acima.

Quadro 9.13 - NSFR: Montante disponível de financiamento estável – Componentes e Factores ASF

Fonte: *Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*, 2010.

XV. Composição detalhada das categorias de ativos e Factores RSF associados

Composição Detalhada das Categorias de Ativos e Factores RSF associados	
Componentes de Categoria RSF	Factor RSF
<ul style="list-style-type: none"> - Dinheiro imediatamente disponível para atender às obrigações, não estando atualmente comprometido como colateral e não detido para uso planeado (como colateral contingente, pagamentos de salário e para outras razões). - Instrumentos não garantidos de curto prazo desonerados e operações com vencimento inferiores a 1 ano.³⁵¹ - Títulos não onerados com determinado vencimento remanescente inferior a 1 ano, sem opções que aumentariam a maturidade esperada para mais de 1 ano. - Títulos não onerados detidos onde a instituição tem em contrapartida uma operação de recompra reversa, quando a segurança em cada transação tem o mesmo identificador único (por exemplo, número ISIN ou CUSIP) - Empréstimos sem entraves a entidades financeiras com maturidades remanescentes de menos de 1 ano que não são renováveis e para os quais o credor tem um direito irrevogável. 	0%
<ul style="list-style-type: none"> - Títulos negociáveis não onerados com maturidades residuais de 1 ano ou superior representando direitos sobre ou direitos garantidos por soberanos, bancos centrais, BIS, IMF, governo não central PSEs, ou bancos de desenvolvimento multilaterais a que são atribuídos uma ponderação de risco de 0% segundo o Acordo de Basileia II – Abordagem Padronizada, desde que os mercados de venda ou repo ativos existam para estes títulos. 	5%
<ul style="list-style-type: none"> - <i>Corporate Bonds</i> ou <i>Covered Bonds</i> não oneradas com classificação de <i>rating</i> AA- ou superior com maturidades residuais de 1 ano ou superior satisfazendo todas as condições 	20%

³⁵¹ Tais instrumentos incluem, mas não estão limitados a: títulos de dívida de curto prazo de Estado e empresas, outros títulos e obrigações; papel comercial; certificados de depósitos negociáveis; reservas em bancos centrais e operações de venda de tais fundos (por exemplo, fundos federais); aceites bancários; fundos mútuos dos mercados monetários.

<ul style="list-style-type: none"> - para ativos de Nível 2 no Rácio de Cobertura de Alavancagem. - Títulos negociáveis não onerados com maturidades residuais de 1 ano ou superior representando direitos sobre ou direitos garantidos por soberanos, bancos centrais, governo não central PSEs aos quais são atribuídos 20% de risco ponderado segundo o Basileia II na Abordagem padronizada, desde que eles cumpram todas as condições para ativos de Nível 2 no Rácio de Cobertura de Alavancagem. 	
<ul style="list-style-type: none"> - Ouro não onerado. - Títulos de capital não onerados, não emitidos por instituições financeiras ou suas afiliadas, cotados numa bolsa reconhecida e incluídos num índice de mercado de grande capitalização. - <i>Corporate Bonds</i> e <i>Covered Bonds</i> não oneradas que satisfazem todas as seguintes condições: a) Elegibilidade do Banco Central para necessidades de liquidez diárias e escassez de liquidez <i>overnight</i> em jurisdições relevantes;³⁵² b) Não emitidas por instituições financeiras ou suas afiliadas (excepto no caso de <i>Covered Bonds</i>). c) Não emitidas pela própria empresa ou suas afiliadas; d) Baixo risco de crédito: ativos têm uma avaliação de crédito por parte de uma ECAI reconhecida de A+ para A- ou não têm uma avaliação de crédito de uma ECAI reconhecida e estão internamente classificados como tendo uma Probabilidade de <i>Default</i> correspondente à avaliação de crédito A+ para A-; e) Negociados em grandes, profundos e ativos mercados caracterizados pelo reduzido nível de concentração; f) Empréstimos não onerados/sem entraves a clientes corporativos não financeiros, Estados, Bancos Centrais, e PSEs com um prazo remanescente de maturidade inferior a 1 ano. 	50%
<ul style="list-style-type: none"> - Hipotecas residenciais, não oneradas, de qualquer maturidade que se qualificam em 35% ou menor risco ponderado segundo o Basileia II – Abordagem Padronizada para o risco de crédito. - Outros empréstimos não onerados, excluindo empréstimos a instituições financeiras, com uma maturidade remanescente de 1 ano ou mais, que se qualificam em 35% ou menor risco ponderado segundo o Basileia II – Abordagem Padronizada para o risco de crédito. 	65%
Empréstimos não onerados a clientes individuais (isto é, pessoas singulares) e clientes de pequenas empresas com um vencimento remanescente inferior a 1 ano (excepto os que se qualificam para um RSF de 65%).	85%
Todos os outros ativos não incluídos nas categorias anteriores.	100%

Quadro 9.14 - NSFR: Montante exigido de financiamento estável – Componentes e Factores RSF

Fonte: *Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*, 2010.

³⁵² Elegibilidade do Banco Central: Na maioria das jurisdições, os ativos de elevada qualidade de liquidez devem ser elegíveis pelo Banco Central para necessidades de liquidez diárias (intraday) e instrumentos de liquidez *overnight*, para além de serem líquidos nos mercados durante períodos de stress. Em jurisdições onde a elegibilidade do Banco Central é limitada a uma lista extremamente estreita de ativos, uma jurisdição pode permitir ativos não-elegíveis pelo Banco Central, não onerados que cumpram todos os outros critérios de ativos líquidos para contar como parte do stock.

XVI. Composição de categorias fora do balanço e Factores RSF associados

Composição de Categorias Fora do Balanço e Factores RSF associados	
Categoria RSF	Factor RSF
Crédito revogável e irrevogável condicionalmente e facilidades de crédito para qualquer cliente	5% da parcela não utilizada atualmente/correntemente
<p>Outras obrigações de financiamento contingente, incluindo produtos e instrumentos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantias; - Letras de crédito; - Outros instrumentos financeiros de negociação; - Obrigações não contratuais, tais como: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Eventuais pedidos para recompras de dívida da dívida do próprio banco ou condutas relacionadas, veículos de investimento imobiliário e outros tipos de facilidades de financiamento; ▪ Produtos estruturados onde os clientes antecipam a comercialização a pronto, tais como títulos de taxa ajustável e <i>variable rate demand notes</i>; ▪ Os recursos administrados que são comercializados com o objectivo de manter um valor estável, como no mercado monetário os fundos mútuos ou outros tipos de fundos de investimento colectivo com valores estáveis. 	Os supervisores nacionais podem especificar os factores RSF baseados nas suas circunstâncias nacionais.

Quadro 9.15 - - NSFR: Montante exigido de financiamento estável – Categorias Fora do Balanço – Componentes e Factores RSF

Fonte: *Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*, 2010.

XVII. Ferramentas de Monitorização relacionadas com o Mercado

Âmbito/Amplitude da Informação	Informação Disponível
Mercado como um todo	Os supervisores podem monitorar informações tanto sobre o nível absoluto, como sobre a direção dos principais mercados, considerando o seu potencial impacto sobre o sector financeiro e sobre um banco específico. Informação sobre todo o mercado é também crucial quando se avalia os pressupostos que antecedem o plano de financiamento dos bancos.
	Informação de mercado para monitorar inclui, mas não é limitada a, preços do capital (isto é, os mercados de ações e os sub-índices nas várias jurisdições relevantes para as atividades dos bancos supervisionados), mercados de dívida (mercados monetários, notas de médio prazo, dívida de longo prazo, derivados, mercados de obrigações do Estado, índices de <i>spread</i> do crédito em incumprimento, etc); mercados cambiais, mercados de <i>commodities</i> , e índices relacionados com produtos específicos, tais como certos produtos titularizados (por exemplo, ABX).
Sector Financeiro	Para acompanhar se o sector financeiro como um todo está refletindo movimentos mais amplos do mercado ou está a enfrentar dificuldades, a informação a ser monitorada inclui o Capital Próprio e informações sobre o mercado de dívida para o sector financeiro em geral e para específicos subconjuntos do sector financeiro, incluindo índices.
Um banco específico	Para monitorar se o mercado está a perder a confiança numa instituição particular ou identificou riscos numa instituição, é útil para recolher informações sobre os preços de ações, <i>spreads</i> de CDS, os preços de transação no mercado monetário, a situação dos <i>roll-overs</i> e os preços para vários extensões de financiamento, o preço/yield do banco obrigacionista e/ou dívida subordinada no mercado secundário.

Quadro 9.16 - Ferramentas de Monitorização relacionadas com o mercado

Fonte: *Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*, 2010.

XVIII. Ferramentas de Monitorização – Ações Corretivas dos Supervisores

Exigir atuações do banco no sentido de reforçar a sua gestão do risco de liquidez através de melhorias nas políticas, controlos e divulgações internos quer à alta administração quer ao Conselho de Administração.
Exigir atuações do banco no sentido de melhorar o seu planeamento de contingência, através de teste de <i>stress</i> mais robustos e no desenvolvimento de planos de financiamento de contingência mais fortes.
Exigir atuações no sentido do banco reduzir o seu risco de liquidez, por exemplo, reduzindo a lacuna de financiamento numa ou mais faixas de tempo ou acumulando um <i>buffer</i> de ativos livres de elevada qualidade de liquidez.

Restringir o banco de efetuar aquisições ou expandir significativamente as suas actividades.
Exigir ao banco que opere com elevados níveis de capital; embora o capital não seja a solução para uma liquidez inadequada ou uma solução de longo prazo para processos de gestão de risco ineficazes, a posição de capital de um banco pode afectar a sua capacidade de obter liquidez, especialmente num contexto de crise.

Quadro 9.17 - Ações corretivas dos supervisores

Fonte: *Principles for Sound Liquidity Risk Management and Supervision*, 2010.

XIX. Demonstrações Financeiras da Amostra

1. Grupo Caixa Geral de Depósitos

- Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo CGD (em milhares de euros)

ATIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Caixa e Equivalentes de Caixa	2 595 344	2 922 275	2 878 165	2 512 614	3 164 463	2 733 725	3 690 678	2 908 665
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 988 900	2 243 293	1 925 505	1 897 821	1 926 260	1 468 752	986 197	1 603 284
Disponibilidades em outras instituições de crédito	606 445	678 982	952 660	614 793	1 238 202	1 264 973	2 704 482	1 305 381
Ativos financeiros disponíveis para venda	11 104 460	12 432 008	15 371 099	15 911 400	18 851 152	24 748 551	16 843 643	20 576 477
Aplicações em instituições de crédito	9 254 703	8 458 449	4 789 664	5 554 828	8 353 214	3 424 242	4 956 118	2 517 399
Clientes	49 935 931	57 268 270	66 844 300	75 311 211	77 222 008	81 907 204	78 247 625	74 713 101
Outros ativos financeiros	199 220	108 322	125 602	184 062	179 626	114 870	3 723 462	3 072 162
Investimentos detidos até à maturidade	34	133	12	12	3	3	2 837 379	2 469 277
Ativos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	777 954	504 160
Derivados de cobertura	199 186	108 190	125 590	184 050	179 623	114 867	108 129	98 725
Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	308 266	328 219	316 718	86 807	26 172	28 464	35 939	31 503
Ativos não correntes detidos para venda	92 528	78 265	454 972	258 881	349 678	423 389	473 485	677 623
Propriedades de Investimento	311 487	339 535	410 341	321 362	354 258	396 441	459 088	534 238
Outros ativos tangíveis	987 608	1 037 916	977 136	1 041 949	1 184 058	1 149 998	1 153 856	1 044 599
Ativos Intangíveis	398 654	639 772	411 178	395 815	406 067	419 386	402 088	413 911
Outros ativos	11 273 136	12 632 776	10 974 588	9 481 151	10 894 147	10 515 704	10 579 300	10 366 824
Total do Ativo	86 461 338	96 245 808	103 553 764	111 060 082	120 984 842	125 861 974	120 565 281	116 856 502

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Depósitos	54 547 826	59 271 631	62 880 003	67 079 604	70 734 318	82 283 714	86 448 445	83 647 435
Recursos de bancos centrais	4 385 863	5 503 796	8 841 237	6 951 849	6 478 633	14 603 669	15 860 954	12 243 281
Recursos de clientes e outros empréstimos	50 161 963	53 767 836	54 038 767	60 127 756	64 255 685	67 680 045	70 587 491	71 404 154
Títulos de dívida emitidos	11 652 037	13 360 344	16 230 868	19 929 097	25 182 313	19 306 748	14 923 309	10 590 627
Outros passivos financeiros	767 477	1 216 067	2 008 168	2 635 809	2 172 751	1 878 165	2 011 560	2 302 485
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	352 948	589 904	1 193 756	2 213 954	1 901 977	1 712 117	1 918 488	2 218 006
Derivados de cobertura	414 529	626 163	814 412	421 854	270 773	166 048	93 072	84 479
Passivos não correntes detidos para venda	5 541	-	283 781	-	-	-	-	100 746
Passivos Subordinados	1 702 298	1 925 663	2 667 375	3 144 759	3 201 598	3 201 598	2 075 416	2 889 067
Outros passivos	13 460 929	15 458 446	13 942 472	12 786 675	12 537 012	11 351 753	9769298,047	10 046 095
Total do Passivo	82 136 108	91 232 152	98 012 668	105 575 944	113 827 992	118 021 978	115 228 028	109 576 456
CAPITAL PRÓPRIO								
Capital	2 950 000	2 950 000	3 100 000	3 500 000	4 500 000	5 050 000	5 150 000	5 900 000
Reservas de Reavaliação	565 467	656 405	381 177	(873 304)	(331 154)	(507 360)	(2 078 222)	(189 664)
Outras reservas e resultados transitados	(414 469)	(20 407)	503 824	1 241 869	1 454 731	1 516 424	1 708 697	979 109
Resultado Líquido	537 667	733 808	856 311	459 023	278 899	250 582	(488 425)	(394 715)
Interesses Minoritários	686 565	693 851	699 784	1 156 550	1 254 374	1 530 350	1 045 203	985 316
Total do Capital Próprio	4 325 230	5 013 657	5 541 096	5 484 138	7 156 850	7 839 996	5 337 253	7 280 046
Total do Capital Próprio e Passivo	86 461 338	96 245 808	103 553 764	111 060 082	120 984 842	125 861 974	120 565 281	116 856 502

Quadro 9.18 – Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo CGD (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012

▪ Demonstração de Resultados Consolidada do Grupo CGD (em milhares de euros)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1. Juros e Proveitos Equiparados	3 277 889	4 389 967	5 910 121	7 325 539	5 317 030	4 388 089	5 367 805	5 074 298
2. Juros e Custos Equiparados	(1 912 460)	(2 685 089)	(3 971 036)	(5 244 381)	(3 784 087)	(2 972 831)	(3 682 312)	(3 730 283)
3. Rendimentos de instrumentos de capital	89 033	73 036	92 896	120 252	108 402	197 477	146 724	118 942
A. Margem Financeira	1 454 462	1 777 914	2 031 981	2 201 410	1 641 345	1 612 735	1 832 218	1 462 957
4. Resultados de serviços e comissões	319 440	364 720	394 918	418 781	447 768	502 315	504 980	508 643
5. Resultados em operações de negociação e de cobertura	297 218	130 683	84 336	246 559	199 497	124 388	(24 762)	362 999
6. Outros rendimentos de exploração	41 627	124 612	88 832	179 464	219 629	350 963	131 114	91 291
7. Outros resultados de atividades não bancárias	512 648	586 242	549 245	514 957	491 235	508 998	469 803	513 113
B. Total de Outro Proveitos (4+5+6+7)	1 170 933	1 206 257	1 117 332	1 359 760	1 358 129	1 486 664	1 081 135	1 476 047
C. Total de Proveitos Operacionais (A+B)	2 625 395	2 984 171	3 149 313	3 561 170	2 999 474	3 099 399	2 913 352	2 939 004
8. Custos com o pessoal	859 140	918 303	942 217	1 003 810	1 040 370	1 047 134	939 253	909 118
9. Gastos administrativos	643 557	634 311	650 733	675 890	698 080	721 197	638 533	623 266
10. Amortizações do exercício	125 103	142 165	142 746	158 973	197 981	198 849	197 872	185 510
D. Total de Custos Operacionais (8+9+10)	1 627 800	1 694 779	1 735 696	1 838 673	1 936 431	1 967 180	1 775 658	1 717 894
11. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	252 419	232 123	249 439	447 555	416 846	369 102	825 940	1 010 304
12. Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	32 422	69 613	19 399	774 093	259 280	354 660	681 486	484 032
13. Outras provisões	64 026	106 358	72 805	(130 627)	8 059	51 130	146 070	75 912
E. Resultado Operacional (C-D-11-12-13)	648 729	881 298	1 071 973	631 476	378 857	357 327	(515 802)	(349 138)
14. Resultados em filiais e empresas associadas	25 049	108 526	3 150	30 384	(4 404)	7 100	(29 283)	(18 359)
F. Resultado antes de impostos (E+14)	673 778	989 825	1 075 124	661 860	374 453	364 427	(545 085)	(367 496)
15. Impostos	118 995	222 505	177 514	156 693	70 210	65 039	(115 896)	(21 525)
G. Resultado Após Impostos e antes de intresses minoritários (F-15)	554 783	767 320	897 610	505 167	304 243	299 388	(429 189)	(345 971)
16. Interesses minoritários	17 116	33 512	41 299	46 143	25 343	48 806	59 236	48 744
H. Resultado Líquido (G-16)	537 667	733 808	856 311	459 023	278 899	250 582	(488 425)	(394 715)

Quadro 9.19 – Demonstração de Resultados Consolidado do Grupo CGD (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da CGD de 2005-2012.

2. Grupo Millennium BCP

▪ Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BCP (em milhares de euros)

ATIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Caixa e Equivalentes de Caixa	2 131 497	2 596 500	2 778 938	3 112 755	3 084 276	2 743 287	3 693 355	4 410 230
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 255 893	1 679 221	1 958 239	2 064 407	2 244 724	1 484 262	2 115 945	3 580 546
Disponibilidades em outras instituições de crédito	875 604	917 279	820 699	1 048 348	839 552	1 259 025	1 577 410	829 684
Ativos financeiros detidos para negociação	2 346 212	2 732 724	3 084 892	3 903 267	3 356 929	5 136 299	2 145 330	1 690 926
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 631 036	4 410 886	4 418 534	1 714 178	2 698 636	2 573 064	4 774 114	9 223 411
Aplicações em instituições de crédito	6 034 211	6 575 060	6 482 038	2 892 345	2 025 834	2 343 972	2 913 015	1 887 389
Clientes	52 909 115	56 660 052	65 650 449	75 165 014	75 191 116	73 905 406	68 045 535	62 618 235
Outros ativos financeiros	181 810	186 089	139 085	1 233 903	2 544 068	7 235 205	5 656 554	3 759 286
Investimentos detidos até à maturidade	20 372	-	-	1 101 844	2 027 354	6 744 673	5 160 180	3 568 966
Ativos com acordo de recompra	80 603	4 048	8 016	14 754	50 866	13 858	495	4 288
Derivados de cobertura	80 835	182 041	131 069	117 305	465 848	476 674	495 879	186 032
Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	277 021	317 610	316 399	343 934	438 918	397 373	305 075	516 980
Ativos não correntes detidos para venda	2 396 211	-	-	826 276	1 343 163	996 772	1 104 650	1 284 126
Propriedades de Investimento	-	-	-	436 480	429 856	404 734	560 567	554 233
Outros ativos tangíveis	838 601	741 297	699 094	745 818	645 818	617 240	624 599	626 398
Ativos Intangíveis	380 489	532 391	536 533	540 228	534 995	400 802	251 266	259 054
Outros ativos	4 723 399	4 506 137	4 060 199	3 509 526	3 256 801	3 255 585	3 408 016	2 913 771
Total do Activo	76 849 602	79 258 746	88 166 161	94 423 724	95 550 410	100 009 739	93 482 076	89 744 039

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Depósitos	45 660 311	45 908 248	48 679 093	54 246 535	56 612 905	65 685 671	65 239 529	64 655 626
Recursos de bancos centrais	58 861	539 335	784 347	3 342 301	3 409 031	16 279 127	13 670 434	15 265 760
Recursos de outras instituições de crédito	11 206 019	12 124 716	8 648 135	5 997 066	6 896 641	3 797 429	4 052 985	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	34 395 431	33 244 197	39 246 611	44 907 168	46 307 233	45 609 115	47 516 110	49 389 866
Títulos de dívida emitidos	18 230 381	22 687 354	26 798 490	20 515 566	19 953 227	18 137 390	16 236 202	13 548 263
Passivos financeiros detidos para negociação	818 045	873 485	1 304 265	2 138 815	1 072 324	1 176 451	1 478 680	1 393 194
Outros passivos financeiros	34 957	121 561	1 871 815	7 065 283	6 421 066	4 384 712	3 087 022	630 582
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	1 755 047	6 714 323	6 345 583	4 038 239	2 578 990	329 267
Derivados de cobertura	34 957	121 561	116 768	350 960	75 483	346 473	508 032	301 315
Passivos não correntes detidos para venda	2 263 554	-	-	-	435 832	-	-	-
Outros passivos	5 240 334	4 600 158	4 613 243	4 209 291	3 834 255	3 378 039	3 066 273	5 516 186
Total do Passivo	72 247 582	74 190 806	83 266 906	88 175 490	88 329 609	92 762 263	89 107 706	85 743 851
CAPITAL PRÓPRIO								
Capital	3 588 331	3 611 330	3 611 330	5 694 600	5 694 600	5 694 600	6 236 175	3 671 175
Prémios de emissão	870 303	881 707	881 707	183 368	192 122	192 122	71 722	71 722
Outros instrumentos de capital	1 000 000	1 000 000	1 000 000	-	1 000 000	1 000 000	9 853	9 853
Ações Próprias	(31 099)	(22 150)	(58 436)	(58 631)	(85 548)	(81 938)	(11 422)	(14 212)
Reservas de Reavaliação	316 711	442 889	218 498	214 593	93 760	(166 361)	(389 460)	2 668
Outras reservas e resultados transitados	(2 250 242)	(1 851 778)	(1 598 704)	(274 622)	(243 655)	(190 060)	(1 241 490)	850 021
Resultado Líquido	753 490	779 894	563 287	201 182	225 217	301 612	(848 623)	(1 219 053)
Interesses Minoritários	354 526	226 048	281 573	287 744	344 305	497 501	547 615	628 014
Total do Capital Próprio	4 602 020	5 067 940	4 899 255	6 248 234	7 220 801	7 247 476	4 374 370	4 000 188
Total do Capital Próprio e Passivo	76 849 602	79 258 746	88 166 161	94 423 724	95 550 410	100 009 739	93 482 076	89 744 039

Quadro 9.20 - Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BCP (2005-2012)

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do Grupo BCP de 2005-2012.

▪ Demonstração de Resultados Consolidada do Grupo BCP (em milhares de euros)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1. Juros e Proveitos Equiparados	3 083 733	3 367 101	4 332 187	5 269 597	3 639 479	3 477 058	4 060 136	3 615 922
2. Juros e Custos Equiparados	(1 676 074)	(1 936 341)	(2 794 884)	(3 548 549)	(2 305 324)	(1 960 223)	(2 480 862)	(2 592 337)
3. Rendimentos de instrumentos de capital	58 771	32 494	27 921	36 816	3 336	35 906	1 379	3 873
A. Margem Financeira	1 466 430	1 463 254	1 565 224	1 757 864	1 337 491	1 552 741	1 580 653	1 027 458
4. Resultados de serviços e comissões	658 725	713 508	664 583	740 417	731 731	811 581	789 372	690 776
5. Resultados em operações de negociação e de cobertura	285 171	191 954	199 138	280 203	249 827	367 280	204 379	401 128
6. Resultados em ativos financeiros para venda	315 939	202 964	193 211	(262 104)	(24 457)	72 087	3 253	46 206
7. Resultados de ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	15 513
8. Outros rendimentos de exploração	119 915	118 549	97 861	57 580	41 137	17 476	(22 793)	(52 047)
9. Outros resultados de atividades não bancárias	14 151	11 773	12 925	17 390	16 233	16 550	26 974	20 093
B. Total de Outro Proveitos (4+5+6+7+8+9)	1 393 901	1 238 748	1 167 718	833 486	1 014 471	1 284 974	1 001 185	1 121 669
C. Total de Proveitos Operacionais (A+B)	2 860 331	2 702 002	2 732 942	2 591 350	2 351 962	2 837 715	2 581 838	2 149 127
10. Custos com o pessoal	1 187 486	1 034 678	1 006 227	915 307	865 337	891 259	953 649	815 413
11. Gastos administrativos	580 961	579 313	627 452	642 641	570 177	601 845	584 459	565 161
12. Amortizações do exercício	139 789	111 492	114 896	112 843	104 736	110 231	96 110	78 065
D. Total de Custos Operacionais (10+11+12)	1 908 236	1 725 483	1 748 575	1 670 791	1 540 250	1 603 335	1 634 218	1 458 639
13. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	113 494	129 743	260 249	544 699	560 029	713 256	1 331 910	1 684 179
14. Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	19 717	19 413	45 754	60 024	70 485	10 180	549 850	74 699
15. Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-	71 115	128 565	260 655
16. Imparidade do <i>goodwill</i>	-	-	-	-	-	147 130	160 649	-
17. Outras provisões	37 521	15 951	49 095	(15 500)	26 871	(635)	(13 979)	17 463
E. Resultado Operacional (C-D-13-14-15-16-17)	781 363	811 412	629 269	331 336	154 327	293 334	(1 209 375)	(1 346 508)
18. Resultados de associadas	156 573	172 687	58 947	10 673	141 192	64 503	(12 252)	31 466
F. Resultado antes de impostos (E+18)	937 936	984 099	688 216	342 009	295 519	357 837	(1 221 627)	(1 315 042)
19. Impostos	97 449	152 221	69 570	83 998	46 217	(3 082)	(458 857)	(177 833)
G. Resultado Após Impostos e antes de interesses minoritários (F-19)	840 487	831 878	618 646	258 011	249 302	360 919	(762 770)	(1 137 209)
20. Interesses minoritários	86 997	51 984	55 359	56 829	24 085	59 307	85 853	81 844
H. Resultado Líquido (G-20)	753 490	779 894	563 287	201 182	225 217	301 612	(848 623)	(1 219 053)

Quadro 9.21 - Demonstração de Resultados Consolidado do Grupo BCP (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do Grupo BCP de 2005-2012.

3. Grupo Banco Espírito Santo

▪ Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BES (em milhares de euros)

ATIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Caixa e Equivalentes de Caixa	1 660 188	1 757 903	2 081 660	2 691 728	2 802 891	1 488 477	1 671 252	2 058 618
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 005 008	1 084 927	1 361 218	2 027 318	2 192 317	930 505	1 090 439	1 377 541
Disponibilidades em outras instituições de crédito	655 180	672 976	720 442	664 410	610 574	557 972	580 813	681 077
Ativos financeiros detidos para negociação	2 995 743	4 192 458	3 847 233	3 690 162	4 459 484	3 942 061	3 434 639	3 925 399
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 808 554	5 251 684	6 238 889	7 094 111	8 531 600	11 774 881	11 482 866	10 755 310
Aplicações em instituições de crédito	6 164 044	7 588 049	8 210 331	4 531 983	7 997 807	4 245 436	3 282 576	5 426 518
Clientes	30 832 124	34 882 505	42 170 263	47 049 474	48 978 847	50 829 123	49 043 382	47 706 392
Outros ativos financeiros	721 345	771 824	619 732	3 096 486	2 996 944	2 906 104	2 051 272	1 458 069
Investimentos detidos até à maturidade	596 840	593 171	407 842	2 160 196	2 541 829	2 458 800	1 541 182	941 549
Derivados de cobertura	124 505	178 653	211 890	936 290	455 115	447 304	510 090	516 520
Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	62 374	571 563	91 171	644 506	793 815	961 908	806 999	580 982
Ativos não correntes detidos para venda	157 536	-	279 408	148 372	407 585	574 550	1 646 683	3 277 540
Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	441 988
Outros ativos tangíveis	363 092	382 929	537 768	638 487	658 773	809 037	851 678	931 622
Ativos Intangíveis	71 940	68 652	573 700	124 216	137 885	233 537	230 332	555 326
Outros ativos	3 384 901	3 671 239	3 704 558	5 477 203	4 531 569	5 890 313	5 735 693	6 573 064
Total do Ativo	50 221 841	59 138 806	68 354 713	75 186 728	82 297 200	83 655 427	80 237 372	83 690 828

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Depósitos	27 672 291	29 864 232	32 759 301	38 878 950	36 159 813	45 164 632	50 459 235	50 522 301
Recursos de bancos centrais	654 316	1 043 175	1 887 622	4 810 458	3 817 643	7 964 820	10 013 713	10 893 320
Recursos de outras instituições de crédito	6 264 892	6 827 386	7 096 649	7 681 738	6 895 720	6 380 592	6 239 360	5 088 658
Recursos de clientes e outros empréstimos	20 753 083	21 993 671	23 775 030	26 386 754	25 446 450	30 819 220	34 206 162	34 540 323
Títulos de dívida emitidos	14 402 291	19 030 469	24 313 591	24 596 682	33 101 099	24 109 939	18 452 648	15 424 061
Passivos financeiros detidos para negociação	1 271 732	1 308 524	1 257 201	1 914 423	1 561 143	2 088 007	2 125 253	2 122 025
Outros passivos financeiros	111 098	238 612	286 940	727 475	253 148	228 944	238 633	3 538 762
Derivados de cobertura	111 098	238 612	286 940	727 475	253 148	228 944	238 633	125 199
Contratos de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	3 413 563
Passivos não correntes detidos para venda	112 428	-	233 189	12 827	21 609	5 411	140 950	175 945
Passivos Subordinados	2 367 597	2 239 816	2 094 815	2 828 983	2 639 071	2 291 833	961 235	839 816
Outros passivos	1 254 792	1 634 702	1 995 969	1 574 444	1 622 434	2 290 413	1 666 943	3 335 174
Total do Passivo	47 192 229	54 316 355	62 941 006	70 533 784	75 358 317	76 179 179	74 044 897	75 958 084
CAPITAL PRÓPRIO								
Capital	1 500 000	2 500 000	2 500 000	2 500 000	3 500 000	3 500 000	4 030 232	5 040 124
Prémios de emissão	300 000	668 851	668 851	668 851	1 085 399	1 085 398	1 081 663	1 069 517
Ações Preferenciais	600 000	600 000	600 000	600 000	600 000	600 000	211 913	193 289
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	269 953	29 505	29 295
Ações Próprias	(96 247)	(63 732)	(41 437)	(29 838)	(25 083)	-	(997)	(6 991)
Reservas de Reavaliação	365 691	512 042	646 701	(266 334)	300 833	(9 580)	(445 175)	(686 666)
Outras reservas e resultados transitados	(26 065)	97 997	291 392	624 472	672 063	978 547	805 645	1 328 630
Resultado Líquido	280 481	420 714	607 069	402 284	522 114	510 520	(108 758)	96 101
Interesses Minoritários	105 752	86 579	141 131	153 509	283 557	541 410	588 447	669 445
Total do Capital Próprio	3 029 612	4 822 451	5 413 707	4 652 944	6 938 883	7 476 248	6 192 475	7 732 744
Total do Capital Próprio e Passivo	50 221 841	59 138 806	68 354 713	75 186 728	82 297 200	83 655 427	80 237 372	83 690 828

Quadro 9.22 - Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BES (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do Grupo BES de 2005-2012.

▪ Demonstração de Resultados Consolidada do Grupo BES (em milhares de euros)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1. Juros e Proveitos Equiparados	2 027 285	2 591 104	3 370 232	4 880 694	3 837 533	3 727 898	4 084 862	3 914 109
2. Juros e Custos Equiparados	(1 286 658)	(1 761 583)	(2 416 506)	(3 794 525)	(2 636 718)	(2 563 940)	(2 903 271)	(2 733 601)
3. Rendimentos de instrumentos de capital	38 868	41 553	49 959	91 856	89 361	193 292	167 701	72 604
A. Margem Financeira Alargada	779 495	871 074	1 003 685	1 178 025	1 290 176	1 357 250	1 349 292	1 253 112
4. Resultados de serviços e comissões	423 557	468 816	611 877	599 206	680 142	769 333	758 100	793 918
5. Resultados em ativos financeiros para venda	92 321	165 183	231 524	213 378	189 239	364 436	(68 770)	600 206
6. Outros rendimentos de exploração	234 656	177 614	120 646	(82 208)	75 575	(124 341)	56 369	(405 712)
7. Outros resultados de atividades não bancárias	-	-	-	-	-	-	-	301 423
B. Total de Outro Proveitos (4+5+6+7)	750 534	811 613	964 047	730 376	944 956	1 009 428	745 699	1 289 835
C. Total de Proveitos Operacionais (A+B)	1 530 029	1 682 687	1 967 732	1 908 401	2 235 132	2 366 678	2 094 991	2 542 947
8. Custos com o pessoal	453 727	478 200	502 143	521 050	565 895	628 320	587 475	598 883
9. Gastos administrativos	327 168	344 128	378 831	402 645	402 554	441 057	433 753	442 120
10. Amortizações do exercício	80 279	69 019	69 755	77 906	87 261	100 092	107 926	108 074
D. Total de Custos Operacionais (8+9+10)	861 174	891 347	950 729	1 001 601	1 055 710	1 169 469	1 129 154	1 149 077
11. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	219 916	181 555	213 184	274 431	539 941	351 809	600 616	814 832
12. Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	25 252	7 097	18 187	57 407	71 875	76 332	73 251	106 727
13. Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	429	2 178	6 085	24 183	43 798	56 135	167 602	220 893
14. Outras provisões	75 005	51 039	25 408	19 846	53 160	49 343	6 860	56 978
E. Resultado Operacional (C-D-11-12-13-14)	348 253	549 471	754 139	530 933	470 648	663 590	117 508	194 440
15. Resultados de atividade não-core	7 695	22 150	33 480	(20 290)	214 263	37 175	(175 231)	8 312
F. Resultado antes de impostos (E+15)	355 948	571 621	787 619	510 643	684 911	700 765	(57 723)	202 752
16. Impostos	65 871	135 464	152 546	83 498	109 819	43 774	(61 519)	82 916
G. Resultado Após Impostos e antes de interesses minoritários (F-16)	290 077	436 157	635 073	427 145	575 092	656 991	3 796	119 836
17. Interesses minoritários	9 596	15 443	28 004	24 861	52 978	146 471	112 554	23 735
H. Resultado Líquido (G-17)	280 481	420 714	607 069	402 284	522 114	510 520	(108 758)	96 101

Quadro 9.23 - Demonstração de Resultados Consolidado do Grupo BES (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do Grupo BES de 2005-2012.

4. Grupo BPI

- Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BPI (em milhares de euros)

ATIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Caixa e Equivalentes de Caixa	956 466	929 423	1 407 912	1 315 420	1 740 059	1 666 773	1 529 886	1 722 803
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	617 983	559 940	1 126 396	1 088 339	1 443 315	1 328 222	1 145 118	1 269 365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	338 483	369 483	281 516	227 081	296 744	338 551	384 768	453 438
Ativos financeiros detidos para negociação	4 184 885	4 345 057	4 591 411	2 853 579	1 791 149	1 241 651	937 490	1 111 646
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 571 768	3 064 911	3 925 400	3 262 603	8 934 978	8 156 321	6 778 125	10 252 882
Aplicações em instituições de crédito	918 995	906 747	1 540 900	3 504 198	2 347 750	1 439 145	2 337 591	1 710 727
Clientes	20 963 247	24 630 086	27 230 513	29 275 182	29 955 585	30 055 006	28 318 264	27 345 473
Outros Ativos financeiros	338 941	407 520	412 156	892 082	1 119 579	1 293 847	1 046 033	726 035
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	407 654	803 124	1 043 584	766 190	445 298
Derivados de cobertura	338 941	407 520	412 156	484 428	316 455	250 263	279 843	280 737
Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	132 770	141 768	150 960	137 875	158 909	194 221	179 244	202 255
Outros ativos tangíveis	275 236	289 308	316 925	331 654	253 603	252 077	225 108	210 689
Ativos Intangíveis	5 855	8 803	15 453	15 364	9 714	6 378	9 557	14 017
Outros ativos	810 545	841 860	954 319	1 415 442	1 137 853	1 173 787	1 594 619	1 268 054
Total do Ativo	30 158 708	35 565 483	40 545 949	43 003 399	47 449 179	45 479 206	42 955 917	44 564 581

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Depósitos	16 605 775	20 195 752	24 353 812	27 641 032	30 093 912	29 212 484	29 242 045	31 460 478
Recursos de bancos centrais	53 881	-	-	-	2 773 383	1 245 537	2 499 197	4 270 918
Recursos de outras instituições de crédito	2 523 443	3 960 247	3 731 946	2 007 412	4 702 677	4 726 084	2 071 520	2 568 421
Recursos de clientes e outros empréstimos	14 028 451	16 235 505	20 621 866	25 633 620	22 617 852	23 240 863	24 671 328	24 621 139
Títulos de dívida emitidos	5 075 493	5 464 566	5 341 855	6 417 808	9 083 621	7 782 274	6 691 953	3 787 627
Passivos financeiros detidos para negociação	315 359	201 847	534 669	258 452	318 852	261 493	454 238	340 164
Outros passivos financeiros	388 055	480 806	544 629	596 537	423 811	499 444	661 904	814 983
Derivados de cobertura	388 055	480 806	544 629	596 537	423 811	499 444	661 904	814 983
Passivos Subordinados	653 390	588 890	930 834	767 628	652 408	640 389	214 491	1 356 610
Outros passivos	5 632 970	6 906 319	6 934 691	5 360 412	4 573 885	5300102	4868898	4 744 075
Total do Passivo	28 671 042	33 838 180	38 640 490	41 041 869	45 146 489	43 696 186	42 133 529	42 503 937
CAPITAL PRÓPRIO								
Capital	760 000	760 000	760 000	900 000	900 000	900 000	990 000	1 190 000
Prémios de emissão	231 306	231 306	231 306	441 306	441 306	441 306	128 432	-
Outros instrumentos de capital	12 341	8 714	10 822	12 307	10 484	9 894	8 030	8 558
Ações Próprias	(42 925)	(51 659)	(30 213)	(22 686)	(23 036)	(21 699)	(21 020)	(18 272)
Reservas de Reavaliação	66 964	126 356	54 975	(435 638)	(210 628)	(716 874)	(1 251 533)	(507 614)
Outras reservas e resultados transitados	(97 088)	67 091	253 132	452 509	553 872	467 842	900 312	786 175
Resultado Líquido	250 816	308 758	355 111	150 305	175 034	185 179	(284 871)	249 135
Interesses Minoritários	306 252	276 737	270 326	463 427	455 658	517 372	353 038	352 662
Total do Capital Próprio	1 487 666	1 727 303	1 905 459	1 961 530	2 302 690	1 783 020	822 388	2 060 644
Total do Capital Próprio e Passivo	30 158 708	35 565 483	40 545 949	43 003 399	47 449 179	45 479 206	42 955 917	44 564 581

Quadro 9.24 - Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BPI (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do Grupo BPI de 2005-2012.

▪ Demonstração de Resultados Consolidada do Grupo BPI (em milhares de euros)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1. Juros e Proveitos Equiparados	1 508 897	1 693 353	2 412 572	3 089 636	2 245 815	1 909 307	2 004 810	1 879 695
2. Juros e Custos Equiparados	(997 367)	(1 152 643)	(1 804 578)	(2 446 711)	(1 661 502)	(1 282 916)	(1 461 486)	(1 330 777)
3. Rendimentos de instrumentos de capital	17 749	14 747	22 291	5 582	4 912	3 733	1 644	3 481
A. Margem Financeira Alargada	529 279	555 457	630 285	648 507	589 225	630 124	544 968	552 399
4. Resultados de serviços e comissões	227 478	257 855	292 737	305 521	311 418	313 880	296 986	332 304
5. Resultados em operações de negociação e de cobertura	-	-	-	(12 183)	11 802	16 081	(30 122)	23 012
6. Resultados em ativos financeiros para venda	28 374	44 332	123 302	20 655	215 029	119 157	206 225	401 373
7. Outros rendimentos de exploração	113 686	160 442	169 204	219 273	37 339	19 444	2 090	20 924
B. Total de Outro Proveitos (4+5+6+7)	369 538	462 629	585 243	533 266	575 588	468 562	475 179	777 613
C. Total de Proveitos Operacionais (A+B)	898 817	1 018 086	1 215 528	1 181 773	1 164 813	1 098 686	1 020 147	1 330 012
8. Custos com o pessoal	303 017	339 228	379 236	419 369	400 286	430 901	418 013	372 779
9. Gastos administrativos	176 877	198 094	228 641	225 865	222 012	232 148	230 846	233 413
10. Amortizações do exercício	39 446	39 042	45 372	52 419	52 716	45 183	36 846	33 074
D. Total de Custos Operacionais (8+9+10)	519 340	576 364	653 249	697 653	675 014	708 232	685 705	639 266
11. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	64 717	56 488	112 265	117 795	145 180	105 246	192 834	253 855
12. Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	146 637	43 586	29 122	498 060	36 773
13. Outras provisões	17 930	(15 018)	(2 522)	-	-	-	-	-
E. Resultado Operacional (C-D-11-12-13)	296 830	400 252	452 536	219 688	301 033	256 086	(356 452)	400 118
14. Resultados de atividade não-core	24 660	22 069	27 985	9 714	18 254	29 131	28 415	23 816
F. Resultado antes de impostos (E+14)	321 490	422 321	480 521	229 402	319 287	285 217	(328 037)	423 934
15. Impostos	59 813	100 273	108 603	51 351	45 387	(5 694)	(141 191)	88 294
G. Resultado Após Impostos e antes de interesses minoritários (F-15)	261 677	322 048	371 918	178 051	273 900	290 911	(186 846)	335 640
16. Interesses minoritários	10 861	13 290	16 807	27 746	98 866	105 732	98 025	86 505
H. Resultado Líquido (G-16)	250 816	308 758	355 111	150 305	175 034	185 179	(284 871)	249 135

Quadro 9.25 - Demonstração de Resultados Consolidado do Grupo BPI (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do Grupo BPI de 2005-2012.

5. Grupo BST

▪ Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BST (em milhares de euros)

ATIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Caixa e Equivalentes de Caixa	733 532	820 924	814 052	946 803	982 852	553 158	744 799	737 688
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	501 498	532 300	538 047	614 133	756 411	316 875	387 837	352 365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	232 034	288 624	276 005	332 670	226 441	236 283	356 962	385 323
Ativos financeiros detidos para negociação	1 280 742	1 737 707	1 910 514	1 652 320	2 001 709	1 639 674	1 990 932	2 259 805
Ativos financeiros disponíveis para venda	898 320	746 389	2 195 305	2 140 906	4 961 812	6 444 437	4 906 649	3 989 822
Aplicações em instituições de crédito	2 258 994	1 515 558	2 029 647	1 354 664	2 597 135	1 914 628	2 324 350	3 097 422
Clientes	27 248 716	28 352 815	30 303 618	32 712 634	32 418 346	32 814 024	28 339 940	26 942 387
Outros ativos financeiros	163 748	200 428	41 515	197 494	259 515	131 512	167 302	284 850
Investimentos detidos até à maturidade	24 750	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	138 998	200 428	41 515	197 494	259 515	131 512	167 302	284 850
Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	2 162	2 185	2 245	1 736	1 634	133 340	133 052	142 994
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	101 143	100 291	95 741	141 172	206 850
Outros ativos tangíveis	435 090	414 602	427 077	421 917	408 033	394 453	364 777	335 078
Ativos Intangíveis	35 111	48 378	53 744	63 592	73 833	76 181	76 009	68 976
Outros ativos	3 169 042	3 918 530	4 224 787	4 491 691	4 785 271	3 749 255	3 034 841	3 334 439
Total do Ativo	36 225 457	37 757 516	42 002 504	44 084 900	48 590 431	47 946 403	42 223 823	41 400 311

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Depósitos	25 528 176	19 418 953	22 634 593	23 013 899	23 293 773	30 274 650	27 226 649	27 444 405
Recursos de bancos centrais	5 364 365	3 039	2 128 308	2 404 159	2 026 830	4 807 162	4 913 234	5 837 242
Recursos de outras instituições de crédito	4 946 559	3 857 931	4 473 141	4 909 492	6 185 646	8 449 191	3 239 802	1 947 240
Recursos de clientes e outros empréstimos	15 217 252	15 557 983	16 033 144	15 700 248	15 081 297	17 018 297	19 073 613	19 659 923
Títulos de dívida emitidos	5 445 883	12 465 006	13 459 715	11 353 567	14 048 146	7 822 677	5 889 741	3 661 225
Passivos financeiros detidos para negociação	1 108 901	1 506 091	1 614 651	1 259 609	1 485 448	1 262 597	1 598 169	1 979 728
Outros passivos financeiros	134 151	380 819	227 809	4 227 630	5 088 314	4 491 125	282 889	4 521 021
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	4 138 379	4 851 247	4 301 702	-	4 065 110
Derivados de cobertura	134 151	380 819	227 809	89 251	237 067	189 423	282 889	455 911
Passivos Subordinados	481 486	367 065	352 052	279 184	278 851	-	-	-
Outros passivos	1 535 523	1 101 599	1 041 045	1 019 492	1 184 326	1 289 376	4 952 083	1 026 583
Total do Passivo	34 234 120	35 239 533	39 329 865	41 153 381	45 378 858	45 140 425	39 949 531	38 632 962
CAPITAL PRÓPRIO								
Capital	1 972 962	1 972 962	1 972 962	1 972 962	1 972 962	1 972 962	1 972 962	1 972 962
Ações Próprias	-	(184)	(369)	(493)	(514)	(514)	(796)	(1 089)
Reservas de Reavaliação	63 854	89 215	8 175	(42 136)	(51 523)	(613 390)	(1 096 901)	(751 625)
Outras reservas e resultados transitados	(562 311)	(473 890)	(245 288)	27 095	291 177	551 615	756 651	758 435
Resultado Líquido	220 039	375 182	417 779	412 725	408 263	324 789	63 921	215 198
Interesses Minoritários	296 793	554 698	519 380	561 366	591 208	570 516	578 455	573 468
Total do Capital Próprio	1 991 337	2 517 983	2 672 639	2 931 519	3 211 573	2 805 978	2 274 292	2 767 349
Total do Capital Próprio e Passivo	36 225 457	37 757 516	42 002 504	44 084 900	48 590 431	47 946 403	42 223 823	41 400 311

Quadro 9.26 - Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BST (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do Grupo BST de 2005-2012.

▪ Demonstração de Resultados Consolidada do Grupo BST (em milhares de euros)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1. Juros e Proveitos Equiparados	2 234 799	2 932 717	3 319 416	3 440 184	2 385 710	2 034 124	1 706 855	1 657 058
2. Juros e Custos Equiparados	(1 620 615)	(2 286 040)	(2 622 030)	(2 684 490)	(1 585 332)	(1 312 338)	(1 144 018)	(1 107 032)
3. Rendimentos de instrumentos de capital	16 793	9 558	10 603	6 537	5 639	4 454	1 278	1 698
A. Margem Financeira Alargada	630 977	656 235	707 989	762 231	806 017	726 240	564 115	551 724
4. Resultados de serviços e comissões	287 187	346 920	351 422	341 455	336 753	349 311	341 020	325 021
5. Resultados em ativos financeiros para venda	(1 171)	41 827	107 043	3 114	6 578	(215 398)	(77 294)	(2 605)
6. Outros rendimentos de exploração	56 260	58 625	73 494	67 569	112 351	345 206	(8 781)	117 308
7. Resultados de atividades não bancárias	20 704	21 683	26 325	34 339	35 540	38 298	24 093	242 599
B. Total de Outro Proveitos (4+5+6+7)	362 980	469 055	558 284	446 477	491 222	517 417	279 038	682 323
C. Total de Proveitos Operacionais (A+B)	993 957	1 125 290	1 266 273	1 208 708	1 297 239	1 243 657	843 153	1 234 047
8. Custos com o pessoal	275 545	288 333	296 819	300 911	316 934	303 157	299 774	260 332
9. Gastos administrativos	155 479	164 287	161 402	164 021	165 480	158 741	150 076	139 986
10. Amortizações do exercício	61 751	67 753	70 756	66 874	68 994	66 959	63 628	64 335
D. Total de Custos Operacionais (8+9+10)	492 775	520 373	528 977	531 806	551 408	528 857	513 478	464 653
11. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	65 114	23 043	67 178	22 326	96 304	113 700	227 686	378 147
12. Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	175	22 429	(5)	763	1 469	21 686	11 915	16 504
13. Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	4 588	24 618	22 004	22 220	17 903	26 996	41 497	49 180
14. Outras provisões	4 965	(15 453)	11 755	(2 969)	(5 896)	8 829	16 856	24 235
E. Resultado Operacional (C-D- 11-12-13-14)	426 340	550 280	636 364	634 562	636 051	543 589	31 721	301 328
15. Resultados de associadas	(34)	24	59	(8)	(103)	4 653	11 332	11 864
F. Resultado antes de impostos (E+15)	426 306	550 304	636 423	634 554	635 948	548 242	43 053	313 192
16. Impostos	85 618	124 614	125 607	116 222	105 376	103 738	(20 938)	62 891
G. Resultado Após Impostos e antes de interesses minoritários (F-16)	340 688	425 690	510 816	518 332	530 572	444 504	63 991	250 301
17. Interesses minoritários	649	508	537	607	7 309	4 715	70	103
H. Resultado Líquido (G-17)	340 039	425 182	510 279	517 725	523 263	439 789	63 921	250 198

Quadro 9.27 - Demonstração de Resultados Consolidado do Grupo BST (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do Grupo BST de 2005-2012.

6. Grupo BANIF

▪ Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BANIF (em milhares de euros)

ATIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Caixa e Equivalentes de Caixa	541 658	435 554	395 359	462 430	507 176	336 548	471 847	394 198
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	385 827	323 050	276 824	313 199	306 519	118 734	288 078	184 109
Disponibilidades em outras instituições de crédito	155 831	112 504	118 535	149 231	200 657	217 814	183 769	210 089
Ativos financeiros detidos para negociação	103 928	165 091	253 447	277 124	352 487	461 311	256 614	214 725
Ativos financeiros disponíveis para venda	24 343	33 914	218 537	159 476	105 371	294 410	561 488	755 566
Aplicações em instituições de crédito	470 945	490 278	189 831	149 668	322 114	491 022	648 671	367 520
Clientes	6 155 600	7 045 740	8 619 775	10 336 949	11 487 864	12 206 254	11 135 315	9 815 981
Outros ativos financeiros	8 308	15 376	31 131	175 286	117 783	114 943	125 853	62 507
Investimentos detidos até à maturidade	1 486	1 075	-	84 003	80 399	63 939	53 506	36 284
Ativos com acordo de recompra	6 822	14 301	31 131	91 283	36 500	51 004	72 347	26 223
Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	39 552	32 225	109 612	107 375	115 257	151 280	155 670	118 630
Ativos não correntes detidos para venda	58 398	61 400	68 404	71 499	85 552	167 456	267 678	403 134
Propriedades de Investimento	8 141	8 614	9 042	141 960	199 808	272 591	844 026	924 357
Outros ativos tangíveis	150 313	174 114	185 403	262 538	286 682	269 957	369 192	307 025
Ativos Intangíveis	21 191	27 490	26 731	29 034	28 522	23 063	27 456	26 264
Outros ativos	771 982	661 218	653 688	703 277	833 589	921 857	959 304	602 386
Total do Ativo	8 354 359	9 151 014	10 760 960	12 876 616	14 442 205	15 710 692	15 823 114	13 992 293

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Depósitos	5 494 021	5 992 602	7 108 521	9 561 715	9 811 529	11 065 076	11 603 493	11 243 615
Recursos de bancos centrais	-	-	-	965 843	1 196 559	1 938 147	2 484 286	2 804 084
Recursos de outras instituições de crédito	1 417 151	1 565 715	1 777 023	2 081 009	1 813 496	1 286 879	1 088 515	689 101
Recursos de clientes e outros empréstimos	4 076 870	4 426 887	5 331 498	6 514 863	6 801 474	7 840 050	8 030 692	7 750 430
Títulos de dívida emitidos	1 599 913	1 530 482	1 702 673	1 385 895	2 256 935	2 380 021	2 349 156	1 706 431
Passivos financeiros detidos para negociação	30 261	27 344	44 747	41 934	84 330	145 259	89 048	116 204
Outros passivos financeiros	350 084	430 835	377 443	267 196	222 855	120 189	81 076	14 017
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	350 084	430 835	377 443	267 196	220 249	118 886	80 946	14 017
Derivados de cobertura	-	-	-	-	2 606	1 303	130	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	14 881	15 230	15 405	31 285
Passivos Subordinados	241 406	367 774	353 856	323 105	322 483	268 178	218 540	228 114
Outros passivos	165 423	202 121	383 596	434 001	549 266	437 862	531 480	276 471
Total do Passivo	7 881 108	8 551 158	9 970 836	12 013 846	13 262 279	14 431 815	14 888 198	13 616 137
CAPITAL PRÓPRIO								
Capital	200 000	250 000	250 000	350 000	490 000	570 000	570 000	570 000
Prémios de emissão	58 214	78 214	78 214	78 214	104 114	104 114	104 114	104 565
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	95 900	95 900	95 900	95 900
Ações Próprias	(281)	(1 334)	(203)	(764)	(1 035)	(1 043)	(1 086)	(124)
Reservas de Reavaliação	33 279	16 581	76 073	(24 539)	6 645	(10 572)	(52 004)	(2 141)
Outras reservas e resultados transitados	22 996	64 084	109 897	121 221	192 053	243 328	276 471	100 100
Resultado Líquido	60 865	78 096	101 084	59 237	54 075	33 426	(161 583)	(576 353)
Interesses Minoritários	98 178	114 215	175 059	279 401	238 174	243 724	103 104	84 209
Total do Capital Próprio	473 251	599 856	790 124	862 770	1 179 926	1 278 877	934 916	376 156
Total do Capital Próprio e Passivo	8 354 359	9 151 014	10 760 960	12 876 616	14 442 205	15 710 692	15 823 114	13 992 293

Quadro 9.28 - Balanço Patrimonial Consolidado do Grupo BANIF (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do Grupo BANIF de 2005-2012.

▪ Demonstração de Resultados Consolidada do Grupo BANIF (em milhares de euros)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1. Juros e Proveitos Equiparados	485 271	658 759	700 918	944 302	772 926	750 988	910 154	794 701
2. Juros e Custos Equiparados	(282 352)	(444 800)	(461 854)	(675 014)	(484 432)	(402 856)	(632 879)	(621 929)
3. Rendimentos de instrumentos de capital	1 394	2 409	2 800	2 883	1 524	905	753	2 439
A. Margem Financeira	204 313	216 368	241 864	272 171	290 018	349 037	278 028	175 211
4. Resultados de serviços e comissões	51 049	68 635	94 768	102 812	111 117	122 075	110 364	84 917
5. Resultados em ativos financeiros para venda	-	2 628	53 287	63 996	22 508	13 130	(2 337)	(1 655)
6. Outros rendimentos de exploração	46 020	55 380	53 849	31 064	85 410	68 222	175 534	(74 281)
B. Total de Outro Proveitos (4+5+6)	97 069	126 643	201 904	197 872	219 035	203 427	283 561	8 981
C. Total de Proveitos Operacionais (A+B)	301 382	343 011	443 768	470 043	509 053	552 464	561 589	184 192
7. Custos com o pessoal	93 556	112 644	136 323	162 606	170 407	184 906	184 133	175 646
8. Gastos administrativos	70 189	83 869	105 470	134 239	127 130	144 176	141 948	118 745
9. Amortizações do exercício	16 168	22 576	26 750	31 285	34 668	37 327	35 546	33 585
D. Total de Custos Operacionais (10+11+12)	179 913	219 089	268 543	328 130	332 205	366 409	361 627	327 976
10. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	33 674	31 486	27 407	53 707	112 178	107 944	342 276	410 743
11. Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	6 141	(864)	818	2 713	19 244	5 113	3 771	37 108
12. Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	2 654	1 560	(2 055)	5 046	1 257	12 005	27 832	77 053
13. Imparidade do goodwill	-	-	-	-	(41 533)	-	-	-
14. Outras provisões	4 585	1 597	5 938	1 791	2 993	(1 121)	3 880	6 977
E. Resultado Operacional (C-D- 11-12-13-14)	74 415	90 143	143 117	78 656	82 709	62 114	(177 797)	(675 665)
15. Resultados de atividade não-core	8 187	9 287	11 958	3 282	(16 042)	(4 039)	(2 426)	1 080
F. Resultado antes de impostos (E+15)	82 602	99 430	155 075	81 938	66 667	58 075	(180 223)	(674 585)
16. Impostos	17 855	18 379	38 271	15 175	471	13 904	(26 922)	(96 956)
G. Resultado Após Impostos e antes de interesses minoritários (F-16)	64 747	81 051	116 804	66 763	66 196	44 171	(153 301)	(577 629)
17. Interesses minoritários	3 882	2 955	15 720	7 526	12 121	10 745	8 282	(1 276)
H. Resultado Líquido (G-17)	60 865	78 096	101 084	59 237	54 075	33 426	(161 583)	(576 353)

Quadro 9.29 - Demonstração de Resultados Consolidado do Grupo BANIF (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas do Grupo BANIF de 2005-2012.

XX. Aplicação do Modelo Contabilístico

(1) Aplicação do Modelo de Biase: Grupo CGD

A. Cálculo dos Inputs Iniciais

ROE (RL/CP)	4,65%
Resultado Líquido (RL)	279 144
Capital Próprio (CP)	5 997 283
L(t)	70 181 206
t (Gastos em Impostos/RAI)	20,87%
Gastos em Impostos	84 192
Resultado Antes de Imposto	403 361
r(d) (Juros e Custos Equiparados/Passivo Total)	3,36%
Juros e Custos Equiparados	3 497 810
Passivo Total	104 201 416
RWA Médio (em milhares de euros)	64 116 688
2005	47 112 500
2006	52 521 000
2007	61 015 000
2008	66 851 000
2009	71 041 000
2010	76 989 000
2011	69 021 000
2012	68 383 000

B. Cálculo do acréscimo na taxa de juro a cobrar pelos empréstimos

$$\alpha = \Delta CR \times \frac{RWA}{L_t} \times \left[\frac{ROE_t}{1-t} - r_d \right]$$

(1)*(2)*(5)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
α	Varição CR (%)	RWA/L(t)	ROE(t)/(1-t)	r(d)	(3)-(4)
2,31%	1	0,9135877	0,058822919	0,0336	0,0253
4,61%	2	0,9135877	0,058822919	0,0336	0,0253
6,92%	3	0,9135877	0,058822919	0,0336	0,0253
9,23%	4	0,9135877	0,058822919	0,0336	0,0253
11,54%	5	0,9135877	0,058822919	0,0336	0,0253
13,84%	6	0,9135877	0,058822919	0,0336	0,0253

- Impacto total sobre a taxa de juro nos empréstimos do Grupo CGD por cada aumento de 1 pp requisitos de capital

Aumento do Rácio de Capital (%) (1)	Aumento nas taxas de juro dos empréstimos (α) (2)	Incremento % (1) × (2)
1	2,31%	0,02%
2	4,61%	0,09%
3	6,92%	0,21%
4	9,23%	0,37%
5	11,54%	0,58%
6	13,84%	0,83%

Quadro 9.30 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo CGD

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(1) Decisões alternativas ao aumento da taxa de juro nos empréstimos de modo a manter o ROE inalterado

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	Aumento necessário do Resultado Líquido	Decisões Alternativas de Compensação			
		Receitas de juros	Taxas e Comissões	Despesas com o Pessoal	Outras despesas administrativas
1	10,69%	0,32%	3,74%	-1,69%	-2,45%
2	21,38%	0,63%	7,48%	-3,38%	-4,90%
3	32,07%	0,95%	11,23%	-5,07%	-7,35%
4	42,76%	1,26%	14,97%	-6,77%	-9,80%
5	53,45%	1,58%	18,71%	-8,46%	-12,25%
6	64,15%	1,89%	22,45%	-10,15%	-14,71%

Quadro 9.31 – Determinação das decisões alternativas ao aumento da taxa de juro no empréstimo – Grupo CGD

Fonte: Cálculos do próprio autor.

▪ **Aumento Necessário do Resultado Líquido**

$$\Delta NI = ROE_t \times \Delta CR \times RWAs$$

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	ROE	RWAs (em milhares de euros)	Aumento necessário do Resultado Líquido (em milhares de euros)	Aumento necessário do Resultado Líquido (em %)
1,00%	4,65%	64 116 688	29 843	10,69%
2,00%	4,65%	64 116 688	59 686	21,38%
3,00%	4,65%	64 116 688	89 529	32,07%
4,00%	4,65%	64 116 688	119 373	42,76%
5,00%	4,65%	64 116 688	149 216	53,45%
6,00%	4,65%	64 116 688	179 059	64,15%

Quadro 9.32 – Determinação do aumento necessário do Resultado Líquido

Fonte: Cálculos do próprio autor.

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados da CGD, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital será necessário gerar 29 843 milhares de euros adicionais de resultado líquido para compensar os custos de cumprimento da nova exigência de capital, o que corresponde a 10,69% do Resultado Líquido Médio Atual.

Determinação dos ganhos adicionais necessários

$$EXP = \Delta CR \times RWAs \times [ROE_t - r_d \times (1 - t)]$$

EXP = Ganhos adicionais necessários³⁵³

(i) Aumento da Receita relativa a Juros

$$\beta \cdot linc_t (1 - t) \leftrightarrow \beta = \frac{Exp}{linc_t \cdot (1 - t)}$$

$linc_t$ = Juros e Proveitos Equiparados

EXp (milhares de euros)	linc (t)	(1-t)	β
12 813	5 131 342	79,13%	0,32%
25 626	5 131 342	79,13%	0,63%
38 439	5 131 342	79,13%	0,95%
51 252	5 131 342	79,13%	1,26%
64 065	5 131 342	79,13%	1,58%
76 877	5 131 342	79,13%	1,89%

Quadro 9.34 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Juros

Fonte: Cálculos do próprio autor.

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	RWAs (milhares de euros)	ROE	r(d)	(1-t)	EXp (milhares de euros)
1,00%	64 116 688	4,65%	3,36%	79,13%	12 813
2,00%	64 116 688	4,65%	3,36%	79,13%	25 626
3,00%	64 116 688	4,65%	3,36%	79,13%	38 439
4,00%	64 116 688	4,65%	3,36%	79,13%	51 252
5,00%	64 116 688	4,65%	3,36%	79,13%	64 065
6,00%	64 116 688	4,65%	3,36%	79,13%	76 877

Quadro 9.33 - Determinação dos ganhos adicionais necessários

Fonte: Cálculos do próprio autor.

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados da CGD, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 12 813 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis a CGD teria de aumentar as suas receitas relativas a juros em 0,32%.

³⁵³ Poupança Fiscal perdida por redução do recurso a capital alheio.

(ii) Aumento da Receita relativa a Taxas e Comissões

$F\&C_t$ = Resultados de Serviços e Comissões

EXp (milhares de euros)	F&C (t)	(1-t)	γ
12 813	432 696	79,13%	3,74%
25 626	432 696	79,13%	7,48%
38 439	432 696	79,13%	11,23%
51 252	432 696	79,13%	14,97%
64 065	432 696	79,13%	18,71%
76 877	432 696	79,13%	22,45%

$$\gamma \cdot linc_t (1 - t) \leftrightarrow \gamma = \frac{Exp}{F\&C_t \cdot (1-t)}$$

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados da CGD, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 12 813 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis a CGD teria de aumentar as suas receitas de Taxas e Comissões em 3,74%.

Quadro 9.35 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Taxas e Comissões

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(iii) Redução das Despesas com o Pessoal

$$\delta \cdot linc_t (1 - t) \leftrightarrow \delta = \frac{Exp}{Pexp_t \cdot (1 - t)}$$

$Pexp_t$ = Custos com o Pessoal

EXp (milhares de euros)	Pexp (t)	(1-t)	δ
12 813	957 418	79,13%	1,69%
25 626	957 418	79,13%	3,38%
38 439	957 418	79,13%	5,07%
51 252	957 418	79,13%	6,77%
64 065	957 418	79,13%	8,46%
76 877	957 418	79,13%	10,15%

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do Grupo CGD, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital, o resultado reduz-se em 12 813 milhares de euros devido à perda da poupança fiscal ocasionada pela redução de recurso a capital alheio, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o Grupo CGD teria de reduzir as suas Despesas com o Pessoal em 1,69%.

Quadro 9.36 – Determinação da Variação Percentual da redução das Despesas com o Pessoal

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(iv) Redução de Outras Despesas Administrativas

$$\varepsilon \cdot \text{linc}_t (1 - t) \leftrightarrow \varepsilon = \frac{EXp}{OAexp_t \cdot (1 - t)}$$

$OAexp_t$ = Gastos Administrativos

EXp (milhares de euros)	OAexp (t)	(1-t)	ε
12 813	660 696	79,13%	2,45%
25 626	660 696	79,13%	4,90%
38 439	660 696	79,13%	7,35%
51 252	660 696	79,13%	9,80%
64 065	660 696	79,13%	12,25%
76 877	660 696	79,13%	14,71%

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do Grupo CGD, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital há uma redução de 12 813 milhares de euros da poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o Grupo CGD teria de reduzir as suas Despesas Administrativas em 2,45%.

Quadro 9.37 - Determinação da Variação Percentual da redução de Outras Despesas Administrativas

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(2) Aplicação do Modelo de Biase: Grupo BES

A. Cálculo dos Inputs Iniciais

ROE (RL/CP)	5,90%
Resultado Líquido (RL)	341 316
Capital Próprio (CP)	5 782 383
L(t)	43 936 514
t (Gastos em Impostos/RAI)	16,30%
Gastos em Impostos	76 546
Resultado Antes de Imposto	469 567
r(d) (Juros e Custos Equiparados/Passivo Total)	3,75%
Juros e Custos Equiparados	2 512 100
Passivo Total	67 065 481
RWA Médio (em milhares de euros)	57 035 750
2005	38 046 000
2006	44 738 000
2007	52 856 000
2008	59 711 000
2009	65 097 000
2010	68 802 000
2011	65 385 000
2012	61 651 000

B. Cálculo do acréscimo na taxa de juro a cobrar pelos empréstimos

$$\alpha = \Delta CR \times \frac{RWA}{L_t} \times \left[\frac{ROE_t}{1-t} - r_d \right]$$

(1)*(2)*(5)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
α	Variação CR (%)	RWA/L(t)	ROE(t)/(1-t)	r(d)	(3)-(4)
4,29%	1	1,2981401	0,070523079	0,0375	0,0331
8,58%	2	1,2981401	0,070523079	0,0375	0,0331
12,88%	3	1,2981401	0,070523079	0,0375	0,0331
17,17%	4	1,2981401	0,070523079	0,0375	0,0331
21,46%	5	1,2 81401	0,070523079	0,0375	0,0331
25,75%	6	1,2981401	0,070523079	0,0375	0,0331

- Impacto total sobre a taxa de juro nos empréstimos do Grupo BES por cada aumento de 1 pp requisitos de capital

Aumento do Rácio de Capital (%)	Aumento nas taxas de juro dos empréstimos (α)	Incremento %
1%	4,29%	0,0429%
2%	8,58%	0,1717%
3%	12,88%	0,3863%
4%	17,17%	0,6868%
5%	21,46%	1,0731%
6%	25,75%	1,5453%

Quadro 9.38 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos no Grupo BES

Fonte: Cálculos do próprio autor.

C. Decisões alternativas ao aumento da taxa de juro nos empréstimos de modo a manter o ROE inalterado

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	Aumento necessário do Resultado Líquido	Decisões Alternativas de Compensação			
		Receitas de juros	Taxas e Comissões	Despesas com o Pessoal	Outras despesas administrativas
1	9,86%	0,53%	2,96%	-3,48%	-4,76%
2	19,78%	1,06%	5,91%	-6,96%	-9,51%
3	29,59%	1,59%	8,87%	-10,44%	-14,27%
4	39,45%	2,12%	11,82%	-13,92%	-19,02%
5	49,32%	2,65%	14,78%	-17,40%	-23,78%
6	59,18%	3,18%	17,73%	-20,88%	-28,54%

Quadro 9.39 – Determinação das decisões alternativas ao aumento da taxa de juro no empréstimo – Grupo BES

Fonte: Cálculos do próprio autor.

▪ Aumento Necessário do Resultado Líquido

$$\Delta NI = ROE_t \times \Delta CR \times RWAs$$

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	ROE	RWAs (em milhares de euros)	Aumento necessário dos resultados (em milhares de euros)	Aumento necessário dos resultados em % do RL
1,00%	5,90%	57 035 750	33 666	9,86%
2,00%	5,90%	57 035 750	67 333	19,73%
3,00%	5,90%	57 035 750	100 999	29,59%
4,00%	5,90%	57 035 750	134 666	39,45%
5,00%	5,90%	57 035 750	168 332	49,32%
6,00%	5,90%	57 035 750	201 998	59,18%

Quadro 9.40 – Determinação do aumento necessário do Resultado Líquido

Fonte: Cálculos do próprio autor.

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do BES, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital será necessário gerar 33 666 milhares de euros de resultado para compensar os custos de cumprimento da nova exigência, o que corresponde a 9,86% do Resultado Líquido Médio Atual.

▪ **Determinação dos ganhos adicionais necessários**

$$EXP = \Delta CR \times RWAs \times [ROE_t - r_d \times (1 - t)]$$

$EXP = \text{Ganhos adicionais necessários}^{354}$

(i) Aumento da Receita relativa a Juros

$$\beta \cdot linc_t (1 - t) \leftrightarrow \beta = \frac{EXP}{linc_t \cdot (1 - t)}$$

$linc_t = \text{Juros e Proveitos Equiparados}$

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	RWAs	ROE	r(d)	(1-t)	EXp (milhares de euros)
1,00%	57 035 750	5,90%	3,75%	83,70%	15 785
2,00%	57 035 750	5,90%	3,75%	83,70%	31 570
3,00%	57 035 750	5,90%	3,75%	83,70%	47 355
4,00%	57 035 750	5,90%	3,75%	83,70%	63 140
5,00%	57 035 750	5,90%	3,75%	83,70%	78 925
6,00%	57 035 750	5,90%	3,75%	83,70%	94 710

Quadro 9.41 - Determinação dos ganhos adicionais necessários

Fonte: Cálculos do próprio autor.

EXp (milhares de euros)	linc (t)	(1-t)	β
15 785	3 554 215	83,70%	0,53%
31 570	3 554 215	83,70%	1,06%
47 355	3 554 215	83,70%	1,59%
63 140	3 554 215	83,70%	2,12%
78 925	3 554 215	83,70%	2,65%
94 710	3 554 215	83,70%	3,18%

Quadro 9.42 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Juros

Fonte: Cálculos do próprio autor.

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do BES, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 15785 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o BES teria de aumentar as suas receitas de juros em 0,53%.

³⁵⁴ Poupança Fiscal perdida por redução do recurso a capital alheio.

(ii) Aumento da Receita relativa a Taxas e Comissões

$F\&C_t$ = Resultados de Serviços e Comissões

$$\gamma \cdot \text{linc}_t (1 - t) \leftrightarrow \gamma = \frac{Exp}{F\&C_t \cdot (1 - t)}$$

EXp (milhares de euros)	F&C (t)	(1-t)	γ
15 785	638 119	83,70%	2,96%
31 570	638 119	83,70%	5,91%
47 355	638 119	83,70%	8,87%
63 140	638 119	83,70%	11,82%
78 925	638 119	83,70%	14,78%
94 710	638 119	83,70%	17,73%

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do BES, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 15785 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o BES teria de aumentar as suas receitas de Taxas e Comissões em 2,96%.

Quadro 9.43 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Taxas e Comissões

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(iii) Redução das Despesas com o Pessoal

$$\delta \cdot \text{linc}_t (1 - t) \leftrightarrow \delta = \frac{Exp}{Pexp_t \cdot (1 - t)}$$

$Pexp_t$ = Custos com o Pessoal

EXp (milhares de euros)	Pexp (t)	(1-t)	δ
15 785	541 962	83,70%	3,48%
31 570	541 962	83,70%	6,96%
47 355	541 962	83,70%	10,44%
63 140	541 962	83,70%	13,92%
78 925	541 962	83,70%	17,40%
94 710	541 962	83,70%	20,88%

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do BES, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 15785 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o BES teria de aumentar as suas receitas de Taxas e Comissões em 2,96%.

Quadro 9.44 – Determinação da Variação Percentual da redução das Despesas com o Pessoal

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(iv) Redução de Outras Despesas Administrativas

$$\varepsilon \cdot \text{linc}_t (1 - t) \leftrightarrow \varepsilon = \frac{EXp}{OAexp_t \cdot (1 - t)}$$

$OAexp_t$ = Gastos Administrativos

EXp (milhares de euros)	OAexp (t)	(1-t)	ε
15 785	396 532	83,70%	4,76%
31 570	396 532	83,70%	9,51%
47 355	396 532	83,70%	14,27%
63 140	396 532	83,70%	19,02%
78 925	396 532	83,70%	23,78%
94 710	396 532	83,70%	28,54%

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do BES, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 15785 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o BES teria de reduzir as suas Despesas Administrativas em 4,76%.

Quadro 9.45 - Determinação da Variação Percentual da redução de Outras Despesas Administrativas

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(3) Aplicação do Modelo de Biase: Grupo BPI

A. Cálculo dos Inputs Iniciais

ROE (RL/CP)	9,89%
Resultado Líquido (RL)	57 229
Capital Próprio (CP)	1 756 338
L(t)	27 221 670
t (Gastos em Impostos/RAI)	14,24%
Gastos em Impostos	38 355
Resultado Antes de Imposto	269 267
r(d) (Juros e Custos Equiparados/Passivo Total)	3,85%
Juros e Custos Equiparados	1 517 248
Passivo Total	39 458 965

RWA Médio (em milhares de euros)	24 162 850
2005	18 134 500
2006	21 292 000
2007	25 924 700
2008	26 191 700
2009	26 059 900
2010	26 036 000
2011	25 152 000
2012	24 512 000

B. Cálculo do acréscimo na taxa de juro a cobrar pelos empréstimos

$$\alpha = \Delta CR \times \frac{RWA}{L_t} \times \left[\frac{ROE_t}{1-t} - r_d \right]$$

(1)*(2)*(5)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
α	Varição CR (%)	RWA/L(t)	ROE(t)/(1-t)	r(d)	(3)-(4)
6,82%	1	0,8876329	0,115315052	0,0385	0,0769
13,65%	2	0,8876329	0,115315052	0,0385	0,0769
20,47%	3	0,8876329	0,115315052	0,0385	0,0769
27,29%	4	0,8876329	0,115315052	0,0385	0,0769
34,11%	5	0, 876329	0,115315052	0,0385	0,0769
40,94%	6	0,8876329	0,115315052	0,0385	0,0769

- Impacto total sobre a taxa de juro nos empréstimos do Grupo BPI por cada aumento de 1 pp requisitos de capital

Aumento do Rácio de Capital (%)	Aumento nas taxas de juro dos empréstimos (α)	Incremento %
1%	6,82%	0,0682%
2%	13,65%	0,2729%
3%	20,47%	0,6140%
4%	27,29%	1,0916%
5%	34,11%	1,7057%
6%	40,94%	2,4562%

Quadro 9.46 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BPI

Fonte: Cálculos do próprio autor.

C. Decisões alternativas ao aumento da taxa de juro nos empréstimos de modo a manter o ROE inalterado

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	Aumento necessário do Resultado Líquido	Decisões Alternativas de Compensação			
		Receitas de juros	Taxas e Comissões	Despesas com o Pessoal	Outras despesas administrativas
1	13,76%	0,89%	6,35%	-4,85%	-8,50%
2	27,52%	1,77%	12,71%	-9,70%	-17,00%
3	41,27%	2,66%	19,06%	-14,55%	-25,50%
4	55,03%	3,55%	25,42%	-19,40%	-34,00%
5	68,79%	4,44%	31,77%	-24,26%	-42,50%
6	82,55%	5,32%	38,13%	-29,11%	-51,00%

Quadro 9.47 – Determinação das decisões alternativas ao aumento da taxa de juro no empréstimo – Grupo BPI

Fonte: Cálculos do próprio autor.

▪ Aumento Necessário do Resultado Líquido

$$\Delta NI = ROE_t \times \Delta CR \times RWAs$$

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	ROE	RWAs (em milhares de euros)	Aumento necessário dos resultados (em milhares de euros)	Aumento necessário dos resultados em % do RL
1,00%	9,89%	24 162 850	23 895	13,76%
2,00%	9,89%	24 162 850	47 789	27,52%
3,00%	9,89%	24 162 850	71 684	41,27%
4,00%	9,89%	24 162 850	95 578	55,03%
5,00%	9,89%	24 162 850	119 473	68,79%
6,00%	9,89%	24 162 850	143 367	82,55%

Quadro 9.48 – Determinação do aumento necessário do Resultado Líquido

Fonte: Cálculos do próprio autor.

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do BPI, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital será necessário gerar 23 895 milhares de euros de resultado para compensar os custos de cumprimento da nova exigência, o que corresponde a 13,76% do Resultado Líquido Médio Atual.

▪ **Determinação dos ganhos adicionais necessários**

adicionais necessários³⁵⁵

$$EXP = \text{Ganhos adicionais necessários}^{355}$$

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	RWAs	ROE	r(d)	(1-t)	EXp (milhares de euros)
1,00%	24 162 850	9,89%	3,85%	85,76%	15 927
2,00%	24 162 850	9,89%	3,85%	85,76%	31 854
3,00%	24 162 850	9,89%	3,85%	85,76%	47 781
4,00%	24 162 850	9,89%	3,85%	85,76%	63 708
5,00%	24 162 850	9,89%	3,85%	85,76%	79 635
6,00%	24 162 850	9,89%	3,85%	85,76%	95 562

EXP = Ganhos

Quadro 9.49 - Determinação dos ganhos adicionais necessários

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(i) Aumento da Receita relativa a Juros

$$\beta \cdot \text{linc}_t (1 - t) \leftrightarrow \beta = \frac{EXP}{\text{linc}_t \cdot (1 - t)}$$

linc_t = Juros e Proveitos Equiparados

EXp (milhares de euros)	linc (t)	(1-t)	β
15 927	2 093 011	85,76%	0,89%
31 854	2 093 011	85,76%	1,77%
47 781	2 093 011	85,76%	2,66%
63 708	2 093 011	85,76%	3,55%
79 635	2 093 011	85,76%	4,44%
95 562	2 093 011	85,76%	5,32%

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do BPI, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 15927 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o BPI teria de aumentar as suas receitas de juros em 0,89%.

Quadro 9.50 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Juros

Fonte: Cálculos do próprio autor.

³⁵⁵ Poupança Fiscal perdida por redução do recurso a capital alheio.

³⁵⁵ Poupança Fiscal perdida por redução do recurso a capital alheio.

(ii) Aumento da Receita relativa a Taxas e Comissões

$F\&C_t$ = Resultados de Serviços e Comissões

$$\gamma \cdot \text{lin}c_t (1 - t) \leftrightarrow \gamma = \frac{EXp}{F\&C_t \cdot (1 - t)}$$

EXp (milhares de euros)	F&C (t)	(1-t)	γ
15 927	292 272	85,76%	6,35%
31 854	292 272	85,76%	12,71%
47 781	292 272	85,76%	19,06%
63 708	292 272	85,76%	25,42%
79 635	292 272	85,76%	31,77%
95 562	292 272	85,76%	38,13%

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do BPI, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 15927 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o BPI teria de aumentar as suas receitas de Taxas e Comissões em 6,35%.

Quadro 9.51 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Taxas e Comissões

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(iii) Redução das Despesas com o Pessoal

$$\delta \cdot \text{lin}c_t (1 - t) \leftrightarrow \delta = \frac{EXp}{Pexp_t \cdot (1 - t)}$$

$Pexp_t$ = Custos com o Pessoal

EXp (milhares de euros)	Pexp (t)	(1-t)	δ
15 927	382 854	85,76%	4,85%
31 854	382 854	85,76%	9,70%
47 781	382 854	85,76%	14,55%
63 708	382 854	85,76%	19,40%
79 635	382 854	85,76%	24,26%
95 562	382 854	85,76%	29,11%

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do BPI, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 15927 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o BPI teria de reduzir as suas Despesas com o Pessoal em 4,85%.

Quadro 9.52 – Determinação da Variação Percentual da redução das Despesas com o Pessoal

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(iv) Redução de Outras Despesas Administrativas

$$\varepsilon \cdot \text{linc}_t (1 - t) \leftrightarrow \varepsilon = \frac{EXp}{OAexp_t \cdot (1 - t)}$$

$OAexp_t$ = Gastos Administrativos

EXp (milhares de euros)	OAexp (t)	(1-t)	ε
15 927	218 487	85,76%	8,50%
31 854	218 487	85,76%	17,00%
47 781	218 487	85,76%	25,50%
63 708	218 487	85,76%	34,00%
79 635	218 487	85,76%	42,50%
95 562	218 487	85,76%	51,00%

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do BPI, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 15927 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o BPI teria de reduzir as suas Despesas Administrativas em 8,50%.

Quadro 9.53 - Determinação da Variação Percentual da redução de Outras Despesas Administrativas

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(4) Aplicação do Modelo de Biase: Grupo BST

A. Cálculo dos Inputs Iniciais

ROE (RL/CP)	14,50%
Resultado Líquido (RL)	383 800
Capital Próprio (CP)	2 646 584
L(t)	29 891 560
t (Gastos em Impostos/RAI)	18,56%
Gastos em Impostos	87 891
Resultado Antes de Imposto	473 503
r(d) (Juros e Custos Equiparados/Passivo Total)	4,50%
Juros e Custos Equiparados	1 795 237
Passivo Total	39 882 334

RWA Médio (em milhares de euros)	23 505 625
2005	21 274 000
2006	23 033 000
2007	26 206 000
2008	27 475 000
2009	26 405 000
2010	24 355 000
2011	20 927 000
2012	18 370 000

B. Cálculo do acréscimo na taxa de juro a cobrar pelos empréstimos

$$\alpha = \Delta CR \times \frac{RWA}{L_t} \times \left[\frac{ROE_t}{1-t} - r_d \right]$$

(1)*(2)*(5)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
α	Variação CR (%)	RWA/L(t)	ROE(t)/(1-t)	r(d)	(3)-(4)
4,13%	1	0,31040051	0,178070103	0,0450	0,1331
8,26%	2	0,31040051	0,178070103	0,0450	0,1331
12,39%	3	0,31040051	0,178070103	0,0450	0,1331
16,52%	4	0,31040051	0,178070103	0,0450	0,1331
20,65%	5	0,31040051	0,178070103	0,0450	0,1331
24,78%	6	0,31040051	0,178070103	0,0450	0,1331

- Impacto total sobre a taxa de juro nos empréstimos do Grupo BST por cada aumento de 1 pp requisitos de capital

Aumento do Rácio de Capital (%)	Aumento nas taxas de juro dos empréstimos (α)	Incremento %
1%	10,46%	0,1046%
2%	20,93%	0,4185%
3%	31,39%	0,9417%
4%	41,85%	1,6741%
5%	52,32%	2,6158%
6%	62,78%	3,7667%

Quadro 9.54 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BST

Fonte: Cálculos do próprio autor.

C. Decisões alternativas ao aumento da taxa de juro nos empréstimos de modo a manter o ROE inalterado

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	Aumento necessário do Resultado Líquido	Decisões Alternativas de Compensação			
		Receitas de juros	Taxas e Comissões	Despesas com o Pessoal	Outras despesas administrativas
1	8,88%	1,27%	9,34%	-10,68%	-19,87%
2	17,76%	2,54%	18,68%	-21,37%	-39,73%
3	26,64%	3,81%	28,02%	-32,05%	-59,60%
4	35,53%	5,08%	37,36%	-42,74%	-79,46%
5	44,41%	6,35%	46,70%	-53,42%	-99,33%
6	53,29%	7,62%	56,04%	-64,11%	-119,20%

Quadro 9.55 – Determinação das decisões alternativas ao aumento da taxa de juro no empréstimo – Grupo BST

Fonte: Cálculos do próprio autor.

▪ Aumento Necessário do Resultado Líquido

$$\Delta NI = ROE_t \times \Delta CR \times RWAs$$

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	ROE	RWAs (em milhares de euros)	Aumento necessário dos resultados (em milhares de euros)	Aumento necessário dos resultados em % do RL
1,00%	14,50%	23 505 625	34 087	8,88%
2,00%	14,50%	23 505 625	68 174	17,76%
3,00%	14,50%	23 505 625	102 261	26,64%
4,00%	14,50%	23 505 625	136 349	35,53%
5,00%	14,50%	23 505 625	170 436	44,41%
6,00%	14,50%	23 505 625	204 523	53,29%

Quadro 9.56 – Determinação do aumento necessário do Resultado Líquido

Fonte: Cálculos do próprio autor.

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do Santander Totta, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital será necessário gerar 34 087 milhares de euros de resultado para compensar os custos de cumprimento da nova exigência, o que corresponde a 8,88% do Resultado Líquido Médio Atual.

Determinação dos ganhos adicionais necessários

adicionais necessários³⁵⁶

$$EXP = \text{Ganhos adicionais necessários}^{356}$$

Acréscimo do Rácio de Capital (%)	RWAs	ROE	r(d)	(1-t)	EXp (milhares de euros)
1,00%	23 505 625	14,50%	4,50%	81,44%	25 470
2,00%	23 505 625	14,50%	4,50%	81,44%	50 941
3,00%	23 505 625	14,50%	4,50%	81,44%	76 411
4,00%	23 505 625	14,50%	4,50%	81,44%	101 882
5,00%	23 505 625	14,50%	4,50%	81,44%	127 352
6,00%	23 505 625	14,50%	4,50%	81,44%	152 823

$$EXP = \text{Ganhos}$$

Quadro 9.57 - Determinação dos ganhos adicionais necessários
 Fonte: Cálculos do próprio autor.

(i) Aumento da Receita relativa a Juros

$$\beta \cdot \text{linc}_t (1 - t) \leftrightarrow \beta = \frac{EXp}{\text{linc}_t \cdot (1 - t)}$$

linc_t = Juros e Proveitos Equiparados

EXp (milhares de euros)	linc (t)	(1-t)	β
25 470	2 463 858	81,44%	1,27%
50 941	2 463 858	81,44%	2,54%
76 411	2 463 858	81,44%	3,81%
101 882	2 463 858	81,44%	5,08%
127 352	2 463 858	81,44%	6,35%
152 823	2 463 858	81,44%	7,62%

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do Santander Totta, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 25 470 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o Santander Totta teria de aumentar as suas receitas de juros em 1,27%.

Quadro 9.58 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Juros
 Fonte: Cálculos do próprio autor.

³⁵⁶ Poupança Fiscal perdida por redução do recurso a capital alheio.

³⁵⁶ Poupança Fiscal perdida por redução do recurso a capital alheio.

(ii) Aumento da Receita relativa a Taxas e Comissões

$F\&C_t$ = Resultados de Serviços e Comissões

$$\gamma \cdot \text{lin}c_t (1 - t) \leftrightarrow \gamma = \frac{Exp}{F\&C_t \cdot (1 - t)}$$

EXp (milhares de euros)	F&C (t)	(1-t)	γ
25 470	334 886	81,44%	9,34%
50 941	334 886	81,44%	18,68%
76 411	334 886	81,44%	28,02%
101 882	334 886	81,44%	37,36%
127 352	334 886	81,44%	46,70%
152 823	334 886	81,44%	56,04%

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do Santander Totta, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 25 470 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o Santander Totta teria de aumentar as suas receitas de Taxas e Comissões em 9,34%.

Quadro 9.59 – Determinação da Variação Percentual das Receitas relativas a Taxas e Comissões

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(iii) Redução das Despesas com o Pessoal

$$\delta \cdot \text{lin}c_t (1 - t) \leftrightarrow \delta = \frac{Exp}{Pexp_t \cdot (1 - t)}$$

$Pexp_t$ = Custos com o Pessoal

EXp (milhares de euros)	Pexp (t)	(1-t)	δ
25 470	292 726	81,44%	10,68%
50 941	292 726	81,44%	21,37%
76 411	292 726	81,44%	32,05%
101 882	292 726	81,44%	42,74%
127 352	292 726	81,44%	53,42%
152 823	292 726	81,44%	64,11%

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do Santander Totta, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 25 470 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o Santander Totta teria de reduzir as suas Despesas com o Pessoal em 10,68%.

Quadro 9.60 – Determinação da Variação Percentual da redução das Despesas com o Pessoal

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(iv) Redução de Outras Despesas Administrativas

$$\varepsilon \cdot \text{linc}_t (1 - t) \leftrightarrow \varepsilon = \frac{EXp}{OAexp_t \cdot (1 - t)}$$

$OAexp_t$ = Gastos Administrativos

EXp (milhares de euros)	OAexp (t)	(1-t)	ε
25 470	157 434	81,44%	19,87%
50 941	157 434	81,44%	39,73%
76 411	157 434	81,44%	59,60%
101 882	157 434	81,44%	79,46%
127 352	157 434	81,44%	99,33%
152 823	157 434	81,44%	119,20%

Notas Importantes:

- Com base nos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados do Santander Totta, constata-se que por cada ponto percentual de aumento do Rácio de Capital reduz-se 25 470 milhares de euros de poupança fiscal, pelo que para compensar esta perda de custos dedutíveis o Santander Totta teria de reduzir as suas Despesas Administrativas em 19,87%.

Quadro 9.61 - Determinação da Variação Percentual da redução de Outras Despesas Administrativas

Fonte: Cálculos do próprio autor.

(5) Aplicação do Modelo de Biase: Grupo BCP

ACTIVO	Euros (Milhares)	% Ativo Total		Euros (Milhares)	% Ativo Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	3 068 855	3,42%	1. Juros e Proveitos Equiparados	3 855 652	4,30%
Ativos financeiros detidos para negociação	3 049 572	3,40%	2. Juros e Custos Equiparados	(2 411 824)	-2,69%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 305 482	4,80%	3. Rendimentos de instrumentos de capital	25 062	0,03%
Aplicações em instituições de crédito	3 894 233	4,34%	A. Margem Financeira Alargada	1 468 889	1,64%
Clientes	66 268 115	73,89%	4. Resultados de serviços e comissões	725 087	0,81%
Outros ativos financeiros	2 617 000	2,92%	5. Resultados em operações de negociação e de cobertura	272 385	0,30%
Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	364 164	0,41%	6. Resultados em ativos financeiros para venda	68 387	0,08%
Ativos não correntes detidos para venda	993 900	1,11%	7. Resultados de ativos financeiros detidos até à maturidade	1 939	0,00%
Propriedades de Investimento	298 234	0,33%	8. Outros rendimentos de exploração	47 210	0,05%
Outros ativos tangíveis	692 358	0,77%	9. Outros resultados de atividades não bancárias	17 011	0,02%
Ativos Intangíveis	429 470	0,48%	B. Total de Outro Proveitos (4+5+6+7+8+9)	1 132 019	1,26%
Outros ativos	3 704 179	4,13%	C. Total de Proveitos Operacionais (A+B)	2 600 908	2,90%
Total do Ativo	89 685 562	100%	10. Custos com o pessoal	958 670	1,07%
PASSIVO			11. Gastos administrativos	594 001	0,66%
Recursos de bancos centrais	6 668 650	7,44%	12. Amortizações do exercício	108 520	0,12%
Recursos de outras instituições de crédito	6 590 374	7,35%	D. Total de Custos Operacionais (10+11+12)	1 661 191	1,85%
Recursos de clientes e outros empréstimos	42 576 966	47,47%	13. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	667 195	0,74%
Títulos de dívida emitidos	19 513 359	21,76%	14. Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	106 265	0,12%
Passivos financeiros detidos para negociação	1 281 907	1,43%	15. Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	57 542	0,06%
Outros passivos financeiros	2 952 125	3,29%	16. Imparidade do <i>goodwill</i>	38 472	0,04%
Passivos não correntes detidos para venda	337 423	0,38%	17. Outras provisões	14 598	0,02%
Passivos Subordinados	2 641 623	2,95%	E. Resultado Operacional (C-D-(13+14+15+16+17))	55 645	0,06%
Outros passivos	1 665 600	1,86%	18. Resultados em filiais e empresas associadas	77 974	0,09%
Total do Passivo	84 228 027	90,97%	F. Resultado antes de impostos (E+18)	133 618	0,15%
CAPITAL PRÓPRIO			19. Gastos em Impostos	(23 790)	-0,03%
Capital	4 307 474	4,80%	G. Resultado Após Impostos e antes de interesses minoritários (F-19)	157 408	0,18%
Prémios de emissão	418 097	0,47%	20. Interesses minoritários	62 782	0,07%
Ações Preferenciais	792 794	0,88%	H. Resultado Líquido (G-20)	94 626	0,11%
Outros instrumentos de capital	252 463	0,28%			
Ações Próprias	(45 430)	-0,05%			
Reservas de Reavaliação	91 662	0,10%			
Outras reservas e resultados transitados	(850 066)	-0,95%			
Resultado Líquido	94 626	0,11%			
Interesses Minoritários	395 916	0,44%			
Total do Capital Próprio	5 457 536	6,09%			
Total do Capital Próprio e Passivo	89 685 562	100,00%			

Nota:

t = -17,80%

r_d = 2,86%

Quadro 9.62 - Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados Médios do Grupo BCP (2005-2012).
 Fonte: Elaboração do próprio autor com base na informação presente nos Relatórios e Contas da BCP de 2005-2012

No que respeita ao caso particular do Grupo BCP, a análise propriamente dita dos resultados da aplicação do Modelo de Biase ao Grupo CGD é precedida de um breve estudo das Demonstrações Financeiras Médias³⁵⁷ construídas, de modo a tornar mais claro o entendimento dos resultados obtidos.

Da observação do Quadro 9.62, constatamos que os Empréstimos a Clientes representam cerca de 74 % (73,89%) das aplicações totais realizadas, seguidos pelos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (4,80%). A análise da estrutura de financiamento externa do Grupo BCP permite-nos verificar que os ativos são essencialmente financiados pelos Depósitos de Clientes e Outros Empréstimos³⁵⁸ (47,47%) e pelo financiamento por grosso³⁵⁹ (29,20%). Por seu turno, o Capital Próprio do Grupo CGD representa 6,09% do seu Ativo Total.

Relativamente à Demonstração de Resultados do Grupo BCP, observamos que a receita do negócio *core* é 1,64% do Ativo Total e a que provém de Outras Operações³⁶⁰ representa 1,26%, ou seja, outras receitas operacionais são cerca de 76,83 % da receita *core*, sugerindo o predomínio das formas tradicionais de intermediação financeira na atividade do Grupo BCP. No que respeita às despesas operacionais, estas correspondem a 1,85% da totalidade dos ativos, sendo mais de metade (57,84%) relativas aos custos com o pessoal. Em termos de rentabilidade dos Capitais Próprios, o Grupo BCP apresenta um ROE Médio de 1,73%.

No que concerne aos rácios de capital médios, verifica-se que as Posições de Risco Ponderadas do Grupo BCP representam mais de metade³⁶¹ dos Ativos Totais (65,90%), sendo o seu Rácio de Capital *Core Tier 1* de 7,11%, *Tier 1* de 8,38% e de Solvabilidade (Capital Regulamentar Total) de 11,23%. Tais valores demonstram um cumprimento acima dos mínimos regulamentarmente definidos, fruto, como já vimos na

³⁵⁷ As Demonstrações Financeiras do Grupo BCP que serviram de base à aplicação do Modelo Contabilístico de Biase resultaram do cálculo da média aritmética dos seus valores contabilísticos ao longo do período de análise definido (2005-2012).

³⁵⁸ Na rubrica Depósitos de Clientes e Outros Empréstimos, são considerados Outros Empréstimos os Recursos de Outras Instituições de Crédito.

³⁵⁹ Resultante dos Recursos de Bancos Centrais e Títulos de Dívida Emitidos.

³⁶⁰ A receita de Outras Operações resulta da soma dos Resultados de serviços e comissões, com os Resultados em operações de negociação e de cobertura, com os Resultados de Ativos Financeiros detidos até à Maturidade, com Outros rendimentos de exploração e com Outros resultados de atividades não bancárias, como observável no Quadro 9.62.

³⁶¹ Posições de Risco Ponderadas: 59 104 625 milhares de euros e Ativo Total 89 685 562€, o seu quociente é de 65,90%.

Fase I, de um progressivo reforço qualitativo e quantitativo dos capitais, acompanhado de uma substituição dos ativos de maior risco por ativos de menor.

A utilização dos dados apresentados no Quadro 9.62 permitiu-nos aplicar o Modelo Contabilístico de Biase, através do qual quantificámos o efeito do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa cobrada nos empréstimos por parte do Grupo BCP. Contudo, antes de se discutir os resultados obtidos importa clarificar melhor a taxa média de imposto obtida, uma vez que esta é representada por um valor negativo.

A taxa média de imposto resulta, como explicitado na formulação do Modelo Contabilístico de Biase, do quociente entre os Gastos Médios em Impostos e o Resultado Antes de Imposto Médio. O sinal negativo da taxa média de imposto do Grupo BCP deveu-se aos elevados prejuízos³⁶² que sofreu em 2011 e 2012, pois tal fez com que o montante de impostos diferidos superasse largamente o montante de impostos correntes e, em vez de ter Imposto a Pagar, passou a ter Imposto³⁶³ a Recuperar de elevado valor, conduzindo dessa forma à determinação de uma taxa média de imposto negativa de 17,80%.

As especificidades, em termos de impostos, apresentadas pelo Grupo BCP levaram a que da aplicação do modelo resultassem valores de natureza diferente à evidenciada pelos restantes grupos bancários nacionais. Assim, os resultados obtidos sugerem que para cada aumento de um ponto percentual do rácio de capital o Grupo BCP reduz a sua taxa de juro média cobrada pelos empréstimos em 0,0124³⁶⁴ pontos percentuais, a fim de manter o seu ROE inalterado.

Aumento do Rácio de Capital (%)	Aumento nas taxas de juro dos empréstimos (α)	Incremento % ³⁶⁵
1%	-1,24%	-0,0124%
2%	-2,48%	-0,0496%
3%	-3,72%	-0,1117%
4%	-4,96%	-0,1986%
5%	-6,21%	-0,3103%
6%	-7,45%	-0,4468%

Quadro 9.63 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BCP

Fonte: Elaboração do próprio autor.

³⁶² O Grupo BCP apresentou em 2011 um prejuízo de 848 623 milhares de euros e em 2012 um prejuízo de 1 219 053 milhares de euros.

³⁶³ Em 2011 e 2012, o valor de Impostos (diferidos e correntes) totalizou o montante de -458 857 milhares de euros e -177 833 milhares de euros, ou seja, não houve lugar a Imposto a Pagar.

³⁶⁴ $\alpha \times \Delta CR = -1,24\% \times 1\% = 0,0124\%$.

³⁶⁵ O incremento percentual determinado resulta da aplicação direta da Equação 5.10 presente na Formulação do Modelo (também apresentada na Tabela 5.1).

Este resultado, à primeira vista atípico, resulta do facto do ROE Médio do Grupo BCP (1,73%) ser inferior ao custo médio de dívida líquido (3,3691%), o que significa que é mais barato para o Grupo BCP financiar-se com recurso a Capitais Próprios do que com Capitais Alheios, pelo que quando confrontado com requisitos de capital mais elevados o custo de cumprimento dos mesmos não se eleva, produzindo um efeito positivo sobre o desempenho económico das instituições financeiras (Biase, 2012). Tal facto justifica o sugerido pelos resultados, ou seja, a redução da taxa de juro média a cobrar pelos empréstimos.

Assim, dadas as particularidades do Grupo BCP a aplicação do Modelo de Biase só é justificável até esta etapa, uma vez que as estratégias alternativas definidas pelo modelo têm como intuito aumentar o resultado, algo, que no caso do Grupo BCP, dado o seu reduzido ROE e a apresentação de uma taxa média de imposto negativa não se aplicaria, uma vez que a manutenção do ROE conduziria³⁶⁶ à procura de soluções que reduzissem o resultado.

Em suma, os resultados obtidos sugerem que os requisitos de capital mais elevados, cujo cumprimento o Grupo BCP foi e está sujeito, produzem efeitos decrescentes modestos sobre a taxa de juro cobrada pelos empréstimos (Biase, 2012, King, 2010), pelo que a tendência minguate evidenciada pela evolução dos Empréstimos a Clientes desde 2010 (ver Gráfico 9.4) ilustra a reduzida significância dos aumentos dos requisitos de capital sobre a taxa de juro cobrada pelos empréstimos, demonstrando que outros factores conduziram a tal desenvolvimento da atividade de crédito.

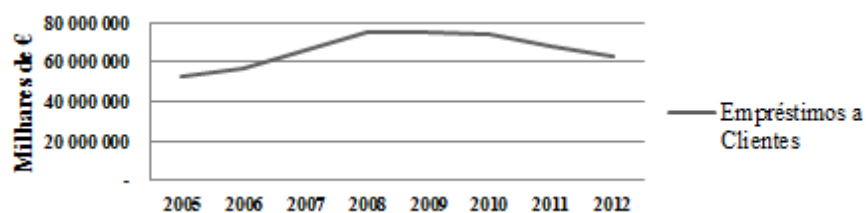


Gráfico 9.4 - Evolução dos Empréstimos concedidos pelo Grupo BCP (2005-2012).

Fonte: Elaboração do próprio autor.

³⁶⁶ Tal acontecerá enquanto a taxa média de imposto for negativa, ou seja, assim que os impostos diferidos sejam superados pelos impostos correntes, a manutenção do ROE conduzirá à necessidade de aumentar o resultado de modo a compensar os custos decorrentes do cumprimento de requisitos de capital mais elevados.

Grupo BST

A. Cálculo dos Inputs Iniciais

ROE (RL/CP)	14,50%
Resultado Líquido (RL)	94 626
Capital Próprio (CP)	5 457 536
L(t)	66 268 115
t (Gastos em Impostos/RAI)	-17,80%
Gastos em Impostos	23 790
Resultado Antes de Imposto	133 618
r(d) (Juros e Custos Equiparados/Passivo Total)	1,73%
Juros e Custos Equiparados	2 411 824
Passivo Total	84 228 027
RWA Médio (em milhares de euros)	59 104 625
2005	54 171 000
2006	55 494 000
2007	61 687 000
2008	67 426 000
2009	65 769 000
2010	59 564 000
2011	55 455 000
2012	53 271 000

B. Cálculo do acréscimo na taxa de juro a cobrar pelos empréstimos

$$\alpha = \Delta CR \times \frac{RWA}{L_t} \times \left[\frac{ROE_t}{1-t} - r_d \right]$$

(1)*(2)*(5)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
α	Varição CR	RWA/L(t)	ROE(t)/(1-t)	r(d)	(3)-(4)
-1,24%	1	0,8919014	0,014718114	0,0286	-0,0139
-2,48%	2	0,8919014	0,014718114	0,0286	-0,0139
-3,72%	3	0,8919014	0,014718114	0,0286	-0,0139
-4,96%	4	0,8919014	0,014718114	0,0286	-0,0139
-6,21%	5	0,8919014	0,014718114	0,0286	-0,0139
-7,45%	6	0,8919014	0,014718114	0,0286	-0,0139

- Impacto total sobre a taxa de juro nos empréstimos do Grupo BCP por cada aumento de 1 pp requisitos de capital

Aumento do Rácio de Capital (%)	Aumento nas taxas de juro dos empréstimos (α)	Incremento %
1%	-1,24%	-0,0124%
2%	-2,48%	-0,0496%
3%	-3,72%	-0,1117%
4%	-4,96%	-0,1986%
5%	-6,21%	-0,3103%
6%	-7,45%	-0,4468%

Quadro 9.64 - Impacto do aumento dos requisitos de capital sobre a taxa de juro a cobrar nos empréstimos pelo Grupo BCP

Fonte: Cálculos do próprio autor.